



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JUDSON JORGE DA SILVA

**DA CONDIÇÃO DE PERIFERIA NA PERIFERIA DO CAPITAL À
INCORPORAÇÃO NA LÓGICA DAS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS PARA O
TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE MEGA
PROJETOS DE MINERAÇÃO PARA O ESTADO DO PIAUÍ**

RECIFE

2023

JUDSON JORGE DA SILVA

**DA CONDIÇÃO DE PERIFERIA NA PERIFERIA DO CAPITAL À
INCORPORAÇÃO NA LÓGICA DAS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS PARA O
TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE MEGA
PROJETOS DE MINERAÇÃO PARA O ESTADO DO PIAUÍ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Regionalização e análise regional.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

RECIFE

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S586d Silva, Judson Jorge da.
 Da condição de periferia na periferia do capital à incorporação na
 lógica das políticas hegemônicas para o território : análise das
 estratégias de atração de mega projetos de mineração para o Estado do
 Piauí / Judson Jorge da Silva. – 2023.
 476 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

 Orientador : Claudio Ubiratan Gonçalves.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2023.

 Inclui referências.

 1. Geografia. 2. Minas e mineração. 3. Desenvolvimento. 4. Grandes
 projetos. 5. Periferias. 6. Contra cartografia. I. Gonçalves, Claudio
 Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-136)

JUDSON JORGE DA SILVA

**DA CONDIÇÃO DE PERIFERIA NA PERIFERIA DO CAPITAL À
INCORPORAÇÃO NA LÓGICA DAS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS PARA O
TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE MEGA
PROJETOS DE MINERAÇÃO PARA O ESTADO DO PIAUÍ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 28/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência
Profa. Dra. Aleida Azamar Alonso (Examinadora Externa)
Universidad Nacional Autónoma de México

Participação via Videoconferência
Prof. Dr. Lucas Zenha Antonino (Examinador Externo)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Participação via Videoconferência
Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Piauí

Dedico esse trabalho ao meu avô, José Ferreira da Silva, seu Zezinho (*in memoriam*), por me confiar o título de “doutor” desde quando concluí a graduação no curso de licenciatura em Geografia. Quando lhe explicava que doutor era aquele que concluía um curso de doutorado e defendia uma tese, ele insistia: “Você é um doutor!” Seu Zezinho, que nunca frequentou a escola, aprendeu a ler sozinho com recortes de jornal. Por esse motivo, sabia, como poucos, o valor que os estudos possuem.

AGRADECIMENTOS

Compreendo o doutorado e a escrita desta tese como um processo que tive a oportunidade de vivenciar. Uma etapa profissional, uma meta a ser cumprida em razão da carreira de professor pesquisador que escolhi seguir. Mas o doutorado já foi também um sonho que parecia distante, quando ainda era um estudante de graduação. É, portanto, também uma realização pessoal. No processo de concretização, contei com a colaboração de muitas pessoas, algumas de maneira objetiva, outras subjetivamente. Talvez, muitos nem saibam o quanto foram importantes para que esta pesquisa pudesse se tornar realidade. Certamente não consigo expressar em palavras a gratidão que sinto.

Agradeço primeiramente à minha filha Petra, que nasceu em 1º abril de 2017, quando completei aproximadamente 1 mês como aluno do doutorado. No momento da defesa dessa tese, quando completei 78 meses como doutorando, a Petra completou 77 meses de vida. Agradeço imensamente a ela, por me dar motivos e forças para persistir.

À minha companheira, Manu, pelo incentivo desde a seleção e apoio durante o doutorado, inclusive pelo auxílio na formatação final do texto. Agradeço especialmente pelos cuidados com a Petra em minhas ausências, fosse por motivo de viagens para atividades do doutorado, ou quando estava escrevendo a tese;

À Dona Ione e a Seu Joel, sogra e sogro, pela rede de apoio nos cuidados com as meninas. Por toda a ajuda nesse tempo, registro minha eterna gratidão. Nesse mesmo sentido, agradeço à Geórgia e a Luan, este último também pelo auxílio com os gráficos.

Aos meus pais, Wilson e Irani, pelo apoio e por me proporcionarem a possibilidade de estudar;

Aos meus irmãos, Hudson e Elderson; cunhadas Isana e Ísis; e as sobrinhas Ana Marília, Júlia e Iara, pelo incentivo. Agradeço a Hudson também pela revisão do texto.

À Bira, meu orientador, pelas experiências e vivências possibilitadas durante este doutorado;

A todas e todos os entrevistados durante a pesquisa, Seu Cláudio do Calango, Seu Pedro Viana, Dona Dézinha, Andreia Viana, Dona Lolita, Seu Deuzinho, Dona Nazaré, Seu Bartô, Dona Jucilene, Dona Petronília, Dona Raimunda, Dona Raimundinha, Seu Paulo, Neuma Borges;

À Nyanne Magna, Leonardo Reis, Sidnei Viana, Flávio Magalhães, Fábio Magalhães e João Evangelista pelo auxílio nos trabalhos de campo, pela troca de informações e pela acolhida.

Ao Hildebrando Pires pela generosidade da partilha de conhecimento, por proporcionar integração, pelas parcerias e por me colocar em contato com a questão da mineração;

À Roseli Pires pela acolhida, generosidade e partilha de conhecimento.

Ao Bernardo Freire, pela parceria, partilha de conhecimento e diálogos, em especial pelo convite para compor a equipe de escrita do Contra EIA-RIMA;

À Neuma Borges pela acolhida, parceria e colaboração.

À Camila Ceci e Renzyo Costa pela parceria, diálogo e pela colaboração;

Ao Salvador Viana, pelos diálogos e colaboração;

À Carol Borges, pelos diálogos.

A Marla e a Simone Silva pelo abrigo durante os trabalhos de campo;

À ADCESP, nas pessoas de Rosângela Assunção e Rerisson Costa, por possibilitarem ajuda de custo para a delegação do Piauí se alimentar durante viagem à Parauapebas - PA, para participação no I Encontro Nacional do MAM, em 2018.

Ao professor Carlos Rerisson agradeço também pela parceria profissional na UESPI, sobretudo por colaborar com informações de trabalho referentes à coordenação de curso. Agradeço ainda pela leitura minuciosa da tese, com valiosas contribuições enquanto avaliador da banca de defesa;

Ao Ricardo Gonçalves e Lucas Zenha pela atenta leitura e sugestões no exame de qualificação que muito contribuíram para o fechamento do trabalho. Agradeço também pela participação como avaliadores na banca de defesa;

À Aleida Alonso, pela partilha de materiais e pelas contribuições com avaliadora na banca de defesa;

Ao Eduardo, secretário do PPGEIO, pela competência, solicitude e generosidade ao lidar com as demandas dos estudantes.

Ao Charles Trocate pelo diálogo, pela partilha de materiais e pela receptividade e acolhimento quando contactei o MAM para participar do I Encontro Nacional do MAM, em Parauapebas;

Ao Tádzio Coelho pelo convite que me levou a participar do V Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores (as) na Mineração;

À Caroline Gomide pelo suporte antes e durante V Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores (as) na Mineração;

Ao Ginno Perez, pelos diálogos, pela partilha de informações, materiais e parcerias;

Ao Ezequiel Matos pela leitura atenta dos primeiros capítulos, sugestões e pelo importante incentivo, principalmente durante a pandemia, quando a escrita teve mais dificuldade em fluir.

À Elandia Duarte pelo apoio, cumplicidade de longa data e incentivo.

Ao Roger Costa, pela parceria, generosidade e partilha, bastante importantes no período de escrita da tese;

Ao Ticiano Duarte, pela generosidade da escuta, por arrancar uma “hora de relógio” em risadas ao telefone, por recomendar exercícios físicos ao ar livre, diminuição do café e alguns fitoterápicos para a tese ser finalizada;

Ao Cássio, Geislan, Girlan e Ícaro, pela partilha de conhecimento, materiais e, em especial, pelos valiosos ensinamentos e pela ajuda com a cartografia;

Ao Samuel Miranda pelo acolhimento em Fortaleza para que pudesse cursar a disciplina Conflitos Territoriais, Trabalho e Saúde, ministrada pela professora Raquel Rigotto no PRODEMA-UFC. Agradeço também pela manhã de aula sobre QGIS, que contribuiu para a elaboração dos mapas da tese;

Ao David Van den Brule, pelo incentivo, pela torcida para que esse doutorado desse certo, pela partilha de materiais e por ir me buscar na rodoviária em meu primeiro dia de aulas em Recife;

Aos professores David Tavares e Henrique Ferreira, pela parceria profissional e fundamental colaboração no Curso de Geografia da UESPI/São Raimundo Nonato, que foram muito importantes para que conseguisse finalizar a escrita da tese;

Ao Bruno e à Amanda pela acolhida em Recife.

À Chica e ao Lucas pelo acolhimento, pelos almoços e pelas tardes de café em Recife;

Ao Anderson Souza pela leitura do texto da tese e por toda a colaboração nesse tempo de doutorado;

À Luana e ao Diego pelas partilhas e diálogos no Ivone Figueiredo;

Ao Anderson Camargo pelos diálogos que em muito contribuíram para pensar a tese;

À Bruna pelo apoio, partilha de materiais, pelas plantinhas e pimentas, e, em especial, pela ajuda nos momentos que antecederam a qualificação;

À Rosana e ao Andres, pelas risadas, pelos diálogos, pelos cafés, chás e por toda a prestatividade; Ao Andres agradeço também pela escrita do resumen desta tese;

Às companheiras e companheiros do LEPEC, Alice, Alex, Avelar, Anamaria, Bia, Dinho, Izabela, Juliana, Leonardo, Luciano, Maria, Negão, Renatinha, Suana, Taíse, Thiago e Xando.

QUANDO A VERDADE FOR FLAMA

As colunas da injustiça
sei que só vão desabar
quando o meu povo, sabendo
que existe, souber achar
dentro da vida o caminho
que leva à libertação.
Vai tardar, mas saberá
que esse caminho começa
na dor que acende uma estrela
no centro da servidão.
De quem já sabe, o dever
(luz repartida) é dizer.
Quando a verdade for flama
nos olhos da multidão,
o que em nós hoje é palavra
no povo vai ser ação.

Thiago de Mello (1981)

RESUMO

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o estado do Piauí passou a se constituir, de modo dinâmico, como um novo *locus* de investimento do capital internacional, a partir da instalação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento. Destacam-se entre estes grandes projetos as atividades de mineração que, pouco a pouco, materializam o território piauiense como área de ajuste espacial, com ênfase em minérios metálicos de alta demanda global como ferro, níquel, cobalto, vanádio e titânio. Para a efetivação desse modelo, ganha centralidade o planejamento econômico voltado para a conversão da natureza do Piauí em ativos econômicos, apresentados no formato de carteira de projetos para atrair investidores. São definidos projetos prioritários, que possuem entre si uma conexão de complementaridade, a exemplo da mineração, do setor energético e do setor de transporte, em especial a ferrovia Transnordestina, que juntos compõem uma espécie de tríade do ordenamento territorial moderno no Piauí. Concomitante à adoção de estratégias de atração de investimentos, que inclui desde incentivos fiscais, passando também pela construção de uma imagem positiva do Estado para o Mercado, associado a melhorias de índices como o IDHM, o Piauí passa a se configurar como uma área de expansão da fronteira mineral brasileira. Esse processo ocasiona uma série de conflitos, pois as pesquisas minerais e os licenciamentos ambientais avançam silenciosamente sobre o território de povos e comunidades tradicionais e, quando se tornam públicos, já se encontra em fase avançada junto a Agência Nacional de Mineração - ANM e com processo de licenciamento ambiental iniciado na SEMARH-PI. Diante desse cenário, buscou-se analisar as estratégias de planejamento governamental voltadas para atração dos grandes projetos de mineração, dentre as quais se destacam a elaboração de documentos técnicos, o estabelecimento de incentivos a setores complementares como o de energia e transporte, além do empenho para se mudar a imagem de pobreza associada a esse Estado. Ao final, busca-se por meio de uma “contra cartografia” desvelar o avanço silencioso dos projetos de mineração sobre a natureza e territórios tradicionais e camponeses no Piauí e compreender os processos de resistência dos grupos ameaçados pela chegada dos grandes projetos de mineração. A pesquisa aponta que as políticas de desenvolvimento em curso no Piauí, que visam à modernização da economia local a partir da produção de *commodities* e que são amplamente patrocinadas pelo Estado, reforçam a condição do Piauí como uma periferia na periferia do Capital.

Palavras-chave: mineração; desenvolvimento; grandes projetos; periferia; contra cartografia.

RESUMEN

En las dos primeras décadas del siglo XXI, el estado de Piauí pasó a constituirse, de modo dinámico, como un nuevo *lócus* de inversiones del capital internacional, a partir de la instalación de los llamados grandes proyectos de desarrollo. Entre estos grandes proyectos se destacan las actividades de minería que poco a poco, materializan el territorio de Piauí como área de ajuste espacial, con énfasis en minerales metálicos de alta demanda global como hierro, níquel, cobalto, vanadio y titanio. Para la implementación de este modelo, cobra centralidad la planificación económica orientada a la conversión de la naturaleza de Piauí en activos económicos, presentados en forma de cartera de proyectos para atraer inversores. Son definidos proyectos prioritarios, que poseen entre sí una conexión de complementariedad, como la minería, el sector energético y el sector de transporte, especialmente el ferrocarril Transnordestino, que juntos componen una especie de triada del ordenamiento territorial moderno en Piauí. Paralelamente a la adopción de estrategias de atracción de inversiones, que incluye incentivos fiscales, pasando también por la construcción de una imagen positiva del estado para el mercado, asociado a mejoras de índices como IDHM, Piauí pasa a configurarse como un área de expansión de la frontera mineral brasileira. Este proceso ocasiona una serie de conflictos, pues las investigaciones minerales y los licenciamientos ambientales avanzan silenciosamente sobre el territorio de pueblos y comunidades tradicionales, y cuando se hacen públicos, ya se encuentran en fases avanzadas junto a Agencia Nacional de Minería - ANM y con proceso de licenciamiento ambiental iniciado en la SEMARH-PI. Delante de este escenario, se buscó analizar las estrategias de planeación gubernamental orientadas para la atracción de los grandes proyectos de minería, dentro de los cuales se destacan la elaboración de documentos técnicos, el establecimiento de incentivos a sectores complementarios, como el de energía y transporte, además del esfuerzo para cambiar la imagen de pobreza asociada a este Estado. Al final, se busca por medio de una “contra cartografía” develar el avance silencioso de los proyectos de minería sobre la naturaleza y territorios tradicionales y campesinos en Piauí, y comprender los procesos de resistencia de los grupos amenazados por la llegada de los grandes proyectos de minería. La investigación señala que las políticas de desarrollo en curso en Piauí, que tienen como objetivo la modernización de la economía local a través de la producción de *commodities* y que son ampliamente patrocinadas por el Estado, refuerzan la condición de Piauí como una periferia en la periferia del capital.

Palabras clave: minería; desarrollo; grandes proyectos; periferia; contra cartografía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Moradores da comunidade Pé do Morro – Fartura do Piauí, do Território Quilombola Lagoas, professoras, professores e representação do MAM – PI durante reunião de escuta sobre mineração.	44
Figura 2 –	Imagem exibida para as comunidades durante o encontro de escuta sobre mineração.	45
Figura 3 –	Participação em eventos dos Movimentos Sociais.	59
Figura 4 –	Partilha da pesquisa na Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato.	60
Figura 5 –	Exemplos de extrativismo vegetal na comunidade André, Bonfim do Piauí.	77
Figura 6 –	Relação entre população e produção exportada pela colônia.	92
Figura 7 –	Relação entre a população e a produção de ouro no Séc. XVIII a partir do exemplo de Minas Gerais	93
Figura 8 –	Localização dos principais Quilombos Mineiros no Século XVIII.....	94
Figura 9 –	Conflitos causados pela mineração na América Latina.	116
Figura 10 –	Distribuição dos royalties da mineração em %.....	127
Figura 11 –	Mapa Econômico do Piauí em 1967	140
Figura 12 –	Mapa de “oportunidades” de negócios no Estado do Piauí.	144
Figura 13 –	Imagem do material publicitário intitulado “Piauí é desenvolvimento” (a)	159
Figura 14 –	Imagem do material publicitário intitulado “Piauí é desenvolvimento” (b)	160
Figura 15 –	IDHM, Piauí, 1991.....	172
Figura 16 –	IDHM, Piauí, 2000.....	173
Figura 17 –	IDHM, Piauí, 2010.....	174
Figura 18 –	Componentes do IDHM do Piauí em 2010.....	175
Figura 19 –	Esquema lógico dos projetos propostos na carteira de projeto do PDES 2050	188
Figura 20 –	Hélices para torres de energia eólica sendo transportadas para o Piauí,....	189
Figura 21 –	Barragem de Boa Esperança, Município de Guadalupe – PI.....	190
Figura 22 –	Localização das áreas propostas para Aproveitamento Hidrelétrico no Rio Parnaíba	192

Figura 23 –	Divisão de queda no Rio Parnaíba e previsão de potencial de geração hidrelétrico	193
Figura 24 –	AHE Ribeiro Gonçalves.	195
Figura 25 –	AHE Castelhana – Palmeirais, Piauí.	195
Figura 26 –	A HE Cachoeira, Distrito de Manga – PI e MA	196
Figura 27 –	Complexo Eólico Caldeirão Grande – Chapada do Araripe – Piauí.....	199
Figura 28 –	Índice de aptidão para a atividades de energias renováveis (eólica)	200
Figura 29 –	Índice de aptidão para a atividades de energias renováveis (solar)	201
Figura 30 –	Material de publicidade do Governo do Estado do Piauí sobre.....	202
Figura 31 –	Material de publicidade do Governo do Estado do Piauí	203
Figura 32 –	Traçados previstos para a Ferrovia Transnordestina até os portos do PECÉM, no Ceará e de SUAPE, em Pernambuco.	210
Figura 33 -	Trecho concluído da Transnordestina, Município de Simplício Mendes – Piauí.	211
Figura 34 –	Material publicitário do Estado do Piauí associando desenvolvimento à Mineração	217
Figura 35 –	Certidão de autodefinição do Quilombo Lagoas.	234
Figura 36 –	Ofício do INTERPI para Prefeita de São Raimundo Nonato – PI.....	236
Figura 37 –	Índices de levantamentos geológicos realizados no Piauí – Projetos.	247
Figura 38 –	Índices de levantamentos geológicos realizados no Piauí – Escalas	248
Figura 39 –	Área em que a COMDEPI realizou pesquisas no Morro do Mel, São Raimundo Nonato – Piauí, nos anos 1980	250
Figura 40 –	Audiência Pública com fins de licenciamento ambiental do Projeto Piauí Níquel.....	254
Figura 41 –	Cartaz da audiência pública do Projeto Piauí Níquel	255
Figura 42–	Províncias geológicas do Piauí	259
Figura 43 –	Áreas de relevante interesse mineral	261
Figura 44 –	Poligonais do projeto de extração de vanádio, titânio e Ferro da Riverbank	268
Figura 45 –	Transposição do Rio São Francisco para a bacia do Rio Canindé – Piauí	271
Figura 46 –	Outorga da Agência Nacional de Águas concedida à Piauí Níquel Mineração	272
Figura 47 –	Quantidade de mel de Abelha produzida (Unidade: kg) por municípios do Piauí	281

Figura 48 –	Índice das minas, jazidas e ocorrências minerais no Piauí.	296
Figura 49 –	Projetos Prioritários Específicos sugeridos no Diagnóstico e Diretrizes para a mineração do Estado do Piauí.....	297
Figura 50 –	Relação entre Territórios de Desenvolvimento e proposta de pólos de mineração por áreas	298
Figura 51 –	Depósitos minerais potenciais e em exploração, Piauí, 2013, segundo o documento PDES-PI 2050	299
Figura 52 –	Localização dos investimentos propostos para a área de mineração	300
Figura 53 –	Mapa apontando a existência de jazimentos e de “áreas restritivas” para a mineração no Piauí.....	302
Figura 54 –	Print da tela com a consulta ao Processo nº 803003/2007 (Comunidade Xique-Xique).	320
Figura 55 –	Site da ANM onde é possível consultar o andamento dos processos minerários.	320
Figura 56 –	Identificação dos Assentamentos e das comunidades quilombolas,.....	323
Figura 57 –	Área Diretamente Afetada – ADA e Área de Influência Indireta – AID do Projeto SRN Mineração	324
Figura 58 –	Página do SIGMINE/ANM onde é possível constatar a existência prévia do Território Quilombola Lagoas no local requerido pela SRN Mineração....	326
Figura 59 –	Página de consulta das poligonais dos processos no SIGMINE/ANM	327
Figura 60 –	Matéria publicada no Instagram do Portal SRN Notícias, no qual consta o mapa da Incidência dos Blocos de Minério Requeridos pela SRN Mineração sobre o Território Quilombola Lagoas.....	330
Figura 61 –	Publicização do edital de divulgação da audiência pública do projeto SRN Mineração no site da SEMARH, com apenas 20 dias de antecedência da realização da audiência pública	332
Figura 62 –	Contradição na 2ª versão do RIMA do projeto SRN Mineração ao continuar negando que o Quilombo Lagoas esteja na ADA do empreendimento, porém demonstrar o contrário em um mapa	333
Figura 63 –	1ª Audiência Pública do projeto SRN Mineração, dezembro de 2019 (A).	334
Figura 64 –	1ª Audiência Pública do projeto SRN Mineração, dezembro de 2019 (B).	334
Figura 65 –	1ª Audiência Pública do projeto SRN Mineração, dezembro de 2019 (C)	335

Figura 66 –	Área de 8 km definida pela WR Consultoria a partir de ponto central de cada região alvo.....	337
Figura 67 –	Distância das localidades em relação a região alvo da mineração Serra do Ó	342
Figura 68 –	Mapa da SRN Mineração apresentando a Região Alvo Serra do Ó	343
Figura 69 –	Distância das localidades do entorno da região alvo da mineração Bonfim	345
Figura 70 –	Mapa da SRN Mineração apresentando a Região Alvo Bonfim e a área de 8 km	346
Figura 71 –	Localização das Glebas requeridas pela SRN Mineração, conforme nota técnica emitida pelo INCRA.....	350
Figura 72 –	Área de Mineração, depósito de estéreis e áreas de usinas do projeto de extração e beneficiamento de ferro magnetítico da SRN Mineração	351
Figura 73 –	Localização incompleta do que seriam as Glebas Bonfim e Serra do Ó requeridas pela SRN Mineração, conforme o INCRA.	352
Figura 74 –	Áreas de intervenção do projeto de mineração da SRN Mineração com região Bonfim incidindo no território do quilombo Lagoas	354
Figura 75 –	Quadro produzido durante a visita do GT da Romaria da Terra nas comunidades	361
Figura 76 –	Dona Petronília, moradora da comunidade Pé do Morro, Fartura do Piauí.	376
Figura 77 –	Clareira desmatada para a realização de pesquisa mineral nas terras de Dona Petronília.....	376
Figura 78 –	Vegetação desmatada para abertura de variante e jogada ao lado da caixa de abelhas do apiário da família de Dona Petronília.	377
Figura 79 –	Variante aberto na propriedade de Dona Raimundinha e Seu Paulo,.....	379
Figura 80 –	Seu Paulo, da Comunidade Santo Antônio – Fartura do Piauí, mostrando a água da chuva armazenada no caldeirão coberto com madeira para diminuir a evaporação	381
Figura 81 –	Apiário do Seu Paulo	381
Figura 82 –	Exemplos de utilização da madeira extraída da caatinga.	386
Figura 83 –	Manejo de rebanhos bovino e caprino realizados por seu Deuzinho. Detalhe nas orelhas dos animais.....	388

Figura 84 –	Exemplo, através de uma folha de árvore, de como são feitos os cortes nas orelhas dos caprinos criados soltos.....	389
Figura 85 –	Dona Lolita apresentando a farinha produzida por sua família.....	390
Figura 86 –	Intervenção de Dona Lolita na 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração.	394
Figura 87 –	Seu Pedro e Dona Dézinha.	395
Figura 88 –	Local de devoção popular Cova da Tia.	397
Figura 89 -	Manifestações religiosas na Cova da Tia.....	398
Figura 90 –	Interior da capela onde se localiza a Cova da Tia.....	399
Figura 91 –	Faixa em defesa da Cova da Tia na fachada de escola em Bonfim do Piauí, no dia da audiência pública.....	402
Figura 92 –	Intercâmbio entre comunidades afetadas pela mineração na área do projeto Planalto Piauí e comunidades do quilombo Lagoas e entorno.	402
Figura 93 –	Momento em que foi apresentado o método de extração a seco	408
Figura 94 –	Momento da 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração, ocorrida em 09 de dezembro de 2019, em que foram apresentados os dados sobre IDHm mencionados por Seu Pedro Viana durante a entrevista.....	410
Figura 95 –	Seu Pedro Viana consertando as cercas de sua propriedade.....	413
Figura 96 –	Seu Cláudio, na 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração.....	415
Figura 97 –	Cópia da Ata da Assembleia geral extraordinária do Quilombo Lagoas, coordenada por Nêgo Bispo, para deliberar sobre a autodefinição quilombola, 05 de julho de 2008 (folha 1).....	418
Figura 98 –	Cópia da Ata da Assembleia geral extraordinária do Quilombo Lagoas, coordenada por Nêgo Bispo, para deliberar sobre a autodefinição quilombola, 05 de julho de 2008 (folha 2).....	419
Figura 99 –	Sinal do Garfo, utilizado como marcação na orelha dos caprinos.....	436
Figura 100 –	Foto da escavação realizada no Morro Alto, Núcleo Xique-Xique, Quilombo Lagoas.....	440
Figura 101–	Seu Cláudio Teófilo	442

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Proximidade do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara e do Quilombo Lagoas das áreas do agronegócio e dos grandes projetos de infraestrutura.....	48
Mapa 2 –	Quantidade de processos minerários por Unidade da Federação até 2018	118
Mapa 3 –	Coleção de mapas demonstrando o avanço dos processos minerários ativos	120
Mapa 4 –	Incidência de processos minerários sobre Terras Indígenas	123
Mapa 5 –	Incidência de processos minerários sobre Terras Indígenas, Quilombos, Assentamentos Rurais e Áreas de Proteção Ambiental.	124
Mapa 6 –	Substâncias pesquisadas no Piauí	265
Mapa 7 –	Vulnerabilidade à perda de solo e processos minerários Piauí	284
Mapa 8 –	Suscetibilidade dos solos à erosão hídrica na área do Projeto SRN Mineração.	286
Mapa 9 –	Localização das estruturas do Projeto SRN Mineração em relação ao Território Quilombola Lagoas e à rede de drenagem da sub-bacia dos Rios Piauí e Canindé.	287
Mapa 10 –	Municípios com casos de trabalho escravo associados à mineração no PI310	
Mapa 11 –	Incidência de processos minerários sobre Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas e Assentamentos Rurais no Piauí.....	312
Mapa 12 –	Substâncias pesquisadas em cada uma das poligonais de processos minerários	316
Mapa 13 –	Tamanho da área requerida, em hectares, em cada uma das poligonais....	317
Mapa 14 –	Ano em que o processo minerário foi protocolado.....	318
Mapa 15 –	Registro do “último evento” relacionado à tramitação do processo	319
Mapa 16 –	Numeração dos processos minerários que incidem sobre o território Lagoas	321
Mapa 17 –	Localização do Quilombo Lagoas.	322
Mapa 18 –	Incidência dos Blocos de Minério Requeridos pela SRN Mineração.....	329
Mapa 19 –	Área de 8 km de distância em relação a projetos de mineração definida a partir de centroides nas estruturas do projeto – Mina, Usina e Depósito de Estéril	339

Mapa 20 –	Comunidade Morro do Alfredo em Área Diretamente Afetada pela presença de uma mina, Região Alvo Serra do Ó	344
Mapa 21 –	Comunidade Espírito Santo em Área Diretamente Afetada pela presença de uma mina, Região Alvo Bonfim do Piauí.....	348
Mapa 22 –	Quantidade de processos ativos por município do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara (2020).....	355
Mapa 23 –	Territórios quilombolas e Assentamentos Rurais no Território de Desenvolvimento Serra da Capivara.....	356
Mapa 24 –	Fase dos processos minerários sobre territórios quilombolas e camponeses do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara	357
Mapa 25 –	Processos minerários em Bonfim do Piauí	382

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Trabalhos de campo realizados durante a pesquisa.	62
Quadro 2 –	Entrevista coletiva com delegação do MAM – PI que participou do I Encontro Nacional do MAM.	63
Quadro 3 –	Classificação do extrativismo segundo Gudynas.....	76
Quadro 4 –	Exemplo de Países que realizaram Reformas nas Alíquotas Cobradas como compensação mineral.....	128
Quadro 5 –	Alíquotas das substâncias minerais:	130
Quadro 6 –	Matérias sobre geração de empregos a partir dos grandes projetos de desenvolvimento no Piauí – PI	155
Quadro 7 –	Lista dos 10 municípios do Piauí com maior PIB per capita em 2020	164
Quadro 8 –	Quantidade de professores efetivos nos cursos de bacharelado em Administração e previsão de contratação de novos efetivos entre 2017 e 2021	182
Quadro 9 –	Trecho do Ofício Nº 16/2022/SEMAR-PI/GAB, Teresina/P1, 06 de abril de 2022	232
Quadro 10 –	Trecho da Ação Civil Pública 1004671-65.2021.4.01.4004.....	233
Quadro 11 –	PORTARIA Nº 343/2019/DG/INTERPI, DOE – PI Nº 168, de 05 de setembro de 2019	235
Quadro 12 –	Trechos da Lei Ordinária nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019.....	237
Quadro 13 –	Comunidades do território quilombola Lagoas na AID do projeto SRN Mineração	340
Quadro 14 –	Quadro com as regiões alvos do projeto SRN Mineração	349

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Situação de pobreza nos 10 municípios do Piauí com maior PIB PER CAPITA	166
Gráfico 2 –	Evolução da quantidade de Processos Minerários no Piauí, cadastrados no DNPM/ANM	262
Gráfico 3 –	Quantidade de processos minerários referentes ao Piauí.....	263
Gráfico 4 –	Percentual dos processos minerários por tipo de substância no Estado do Piauí, ...	266
Gráfico 5 –	Ranking da quantidade de mel de abelha produzida (Unidade: kg) por municípios do Piauí.	282

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Desembarque estimado de africanos no Brasil por períodos - Séculos XVI-XVIII.....	95
Tabela 2 –	Processos Minerários ativos no Brasil entre 1934 e 2020	119
Tabela 3 –	População dos dez municípios com maiores PIB per capita do Piauí no Cadastro Único – CADÚNICO	165
Tabela 4 –	Barragens projetadas no rio Parnaíba e previsão de habitantes atingidos .	194
Tabela 5 –	Barragens projetadas no rio Parnaíba e previsão de habitantes atingidos .	194
Tabela 6 –	Quantidade de processos minerários nas décadas de 1990 até 2018	262
Tabela 7 –	Número de processos minerários por tipo de substância no Estado do Piauí, em dezembro de 2018	264
Tabela 8 –	Resultado do relatório de pesquisa realizada pela Riverbank Resources Mineração Ltda	267
Tabela 9 –	Arrecadação da CFEM pelos Municípios Piauienses no Período de 1996 a 2004	273
Tabela 10 –	Arrecadação da CFEM Estado do Piauí no ano de 2021	274
Tabela 11 –	Conflitos decorrentes da mineração no Piauí no ano de 2014.....	303
Tabela 12 –	Conflitos decorrentes da mineração no Piauí no ano de 2015.....	304
Tabela 13 –	Conflitos decorrentes da mineração no Piauí no ano de 2016.....	305

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Ambiente de Contratação Livre
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
ANM	Agência Nacional de Mineração
ARIM	Áreas de Relevante Interesse Mineral do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CECOC	Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí
CEPRO	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CPRM	Companhia de Recursos de Pesquisas Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EAD	Educação à Distância
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNDINOR	Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IN	Instruções Normativas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licenças Prévia
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MATOPIBA	Maranhão; Tocantins; Piauí; Bahia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTPA	Milhão de Tonelada por Ano
MPF-PI	Ministério Público Federal do Piauí
NEAD	Núcleo de Educação à Distância
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIE	Produtor Independente de Energia
PARC	Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	População Economicamente Ativa do Piauí
PDES	Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PMB	Produção Mineral Brasileira
PPA's	Planos Plurianuais
PPE	Plano Estadual de Educação
PPI	Programa de Parceria de Investimentos

PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROPIDEL	Programa Piauiense de Incentivo ao Desenvolvimento de Energias Limpas
PRRA	Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
SEDUC	Secretaria de Educação
SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEMAR	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGMINE	Sistema de Informação Geográfica da Mineração
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terra Indígena
TSLA	Transnordestina Logística
UAPI	Universidade Aberta do Piauí
UC	Unidade de Conservação
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	26
1.1	ENTRE VARIANTES E ESTRADAS: OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	41
1.1.1	Das variantes à confluência com o tema mineração	41
1.2	“NÃO É UMA ESTRADA, É UMA VIAGEM”: O MÉTODO ENQUANTO INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE E FORMA DE ENXERGAR O MUNDO ...	49
1.3	UM CAMINHO EM ESPIRAL: PONTOS DE PARTIDA, TRAJETOS E CHEGADAS	54
2	EXTRATIVISMO E AMÉRICA LATINA: UMA RELAÇÃO INCINDÍVEL NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	66
2.1	DIFERENTES TIPOS DE EXTRATIVISMO: PERSPECTIVAS INCONCILIÁVEIS	66
2.2	EXTRATIVISMO MINERAL E A CONSTITUIÇÃO DA AMÉRICA LATINA ENQUANTO PERIFERIA NO SISTEMA-MUNDO-MODERNO-COLONIAL	81
2.3	AJUSTE ESPACIAL DO CAPITAL, REPRIMARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA MINERAL NO BRASIL	105
3	DE PERIFERIA DEPENDENTE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO ÀS ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO PARA O PIAUÍ.....	135
3.1	HERANÇAS COLONIAIS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PIAUÍ	145
3.2	DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E DA SUPERAÇÃO DA POBREZA POR MEIO DA MELHORIA DO IDHM.....	152
3.3	GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E AVANÇOS DO CAPITAL SOBRE A NATUREZA DO PIAUÍ.....	186
3.4	PLANEJANDO A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E REAFIRMANDO A CONDIÇÃO PERIFÉRICA	214
3.4.1	A Inserção da mineração nos Planos Plurianuais do Piauí	221

3.4.2	O debate sobre infraestrutura e gargalos econômicos no documento Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí.....	224
3.4.3	Passando a boiada no Piauí e dando de baciada a simplificação de marcos regulatórios: a Instrução Normativa 07 de 02 de março de 2021 da SEMARH.....	229
4	PANORAMA DA MINERAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ: ASPECTOS HISTÓRICOS E DADOS ATUAIS	239
4.1	ENTRE A DOÇURA DO MEL E AMARGOR MINERAL	273
4.2	CONTRA CARTOGRAFIA DE DESVELAMENTOS: TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E CAMPONESES AMEAÇADOS PELA MINERAÇÃO NO PIAUÍ	289
4.3	ONDE O CAPITAL ENXERGA APENAS MINÉRIOS NO SUBSOLO, EXISTE VIDA, RESISTÊNCIAS E ESPERANÇAS.....	359
4.3.1	“Na direita, boca de lagarto e troncho. Na esquerda, forquilha e uma morsa, que é a diferença”: entrevista com seu Cláudio do Calango - Território Quilombola Lagoas	414
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	443
	REFERÊNCIAS.....	451

1 INTRODUÇÃO

INSURREIÇÃO PIAUIENSE

Pólvora que voa perdida ao vento
Sangue vermelho dessa terra
O café esfriou e as pedras correram

Velha Mulher
Santa Mulher, Tia
Esse chão é teu e esse povo é teu único algoz

Esse é tempo desprezativo
Tempo dos vermes arrancar nossas tripas
Sempre fora esse tempo

Senhora Tia, era apenas uma sertaneja
Mexendo sua mandioca
Mas os vermes lhe corroeram

Levaram-na para um pertinente fim
Enterrada nas labutas desse povo
Espelho dos Filhos da Caatinga

Nas lápides dos nossos
Deixei uma ângela na primeira cova que avistei
Tive alguns sonhos perturbadores na noite passada

Elfos da Caatinga dançavam ao meu redor
Santos corriam da guerra
Alguém gritava no fundo: "É o ferro!"

As brisas de inverno passam sussurrando em meus ouvidos:
"Tens a Tia em nossas veias, ela cuida de nós!"
Se é uma guerra, por que apenas um lado morre?

Se quiseres arrancar nosso âmago
Esse ferro da vida
Minério santificado

Os vermes também sangraram
Os gigantes também cairão
Os montes serão movidos

Temos levado há séculos nas costas
Todo esse ódio
Todo esse choro calado

Dor secular
Mas somos filhos do sertão
Dessa terra viemos e dela faremos revolução.

Tia- Entidade religiosa do entorno do Território Serra da Capivara, cultuada principalmente pelas comunidades do Quilombo Lagoas e arredores.

(Ester Odili, 2022)

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o estado do Piauí passou a compor, de modo dinâmico, um *lôcus* de investimento do capital internacional, configurando-se como um *espaço novo* (Harvey, 2005) na lógica da acumulação e reprodução ampliada. Esse processo, fruto contemporâneo do *ajuste espacial* (*Idem*) demandado por mais uma crise de sobreacumulação, vem tomando forma, sobretudo, a partir da instalação dos chamados *grandes projetos de desenvolvimento*. Destacam-se entre estes grandes projetos as atividades de mineração que, pouco a pouco, materializam o território piauiense como *área de ajuste* (Moraes, 2005), com ênfase em minérios metálicos de alta demanda global como ferro, níquel, cobalto, vanádio, entre outros.

Esse aumento de investimentos do setor extrativista mineral realizado no Piauí é constatado quando se verifica que, até o final dos anos 1990, havia apenas 42 processos minerários referentes a esse Estado cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (hoje Agência Nacional de Mineração – ANM). No entanto, na primeira década do século XXI foram protocolados 1493 novos processos. Já na década seguinte houve um incremento de mais 2595 solicitações, totalizando até dezembro de 2018 um número de 4168 processos minerários. Ou seja, do ano 2000 em diante os cadastros solicitando autorização para realização de pesquisas minerais no estado deram um salto na ordem de 5.110%, confirmando o interesse de se explorar esse tipo de atividade no Piauí. Esse aumento vertiginoso fez com que diversos veículos de comunicação, especializados ou não em mineração, afirmassem que o Piauí havia se tornado a “nova fronteira mineral” do país (ESTADÃO, 2009; IBRAM 2012).

Obviamente que nem todo processo minerário protocolado será um título minerário e irá se converter em uma mina a ser explorada. Entretanto, esse aumento das pesquisas em busca de jazidas minerais economicamente viáveis para a exploração demonstra a intencionalidade de instalação e execução de um projeto do capital extrativista para o território. Para além do aumento dos requerimentos solicitando autorização para realização de pesquisa mineral, a iminência da territorialização da atividade mineradora no Piauí se fortalece e se evidencia enquanto avançam outros grandes projetos de desenvolvimento que são complementares a atividade das mineradoras, a exemplo dos vários projetos do setor energético eólico e solar, bem como da ferrovia transnordestina. Conforme Silva (2018), a expansão do agronegócio e a expectativa da expansão da mineração no Piauí exigem investimentos nas áreas de transporte e de logística, no sentido de dotar o território de fluidez de mercadorias. Ou seja, sem energia não se extrai minério e, sem trilhos que realizem o transporte da extração, têm-se problemas de competitividade no preço final. Da mesma forma, o inverso também é verdadeiro, pois na lógica

do capital não há razão para a construção da nova ferrovia transnordestina a não ser o de criar demanda. E essa demanda é o escoamento da natureza do Piauí, convertida em *commodities*.

Historicamente, o Piauí ocupa uma posição periférica na economia periférica brasileira. Com uma pequena participação da indústria de transformação na composição do Produto Interno Bruto - PIB, a relação do seu território com a economia-mundo se dá de forma dependente, ora cliente, ora como fornecedor de matéria-prima ou produtos semielaborados, a reboque da demanda dos países hegemônicos. A economia local se adequa também a regulamentação legislativa, econômica e tributária do país, a exemplo da aplicação da Lei Kandir¹ que isenta do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, produtos primários e semielaborados voltados para exportação, como as *commodities* de grãos e minerais.

Destaca-se que a isenção do ICMS para produtos primários deixa um prejuízo incalculável para os cofres públicos dos estados. Isso acontece tanto pela renúncia fiscal quanto pelo fato de que se torna muito mais vantajoso e lucrativo para as empresas exportarem o produto *in natura*, visto que, caso realizem um beneficiamento antes da exportação, teriam que pagar o referido imposto. Com isso, desestimula-se que ocorra um processo de industrialização atrelado à produção de *commodities*, resultando em menos emprego, menos impostos e, conseqüentemente, menor arrecadação. Com arrecadação baixa e sendo priorizado pelos estados o pagamento de juros da dívida pública, bem como o investimento em infraestrutura, pouco se investe em políticas sociais como saúde, educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, cultura, lazer, entre outros.

Hoje (2023), o Piauí enquadra-se na lei Kandir sobretudo em razão da exportação de grãos produzidos no MATOPIBA. No caso da mineração, conforme Decreto n.º 17.887 publicado no diário oficial do Piauí de 06 de agosto de 2018, o projeto Piauí Níquel, que se encontra ainda em fase de implantação, já possui isenção de 100% de ICMS por 10 anos, e,

¹ A Lei Kandir ou Lei Complementar n.º 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996, foi criada durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e leva o nome de seu formulador, o ministro do Planejamento Antônio Kandir. A lei “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação” (LEI COMPLEMENTAR n.º 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996). Uma de suas principais características é a desoneração de impostos sobre mercadorias destinadas à exportação, incluindo-se entre estas os produtos primários e os semielaborados. A justificativa para sua criação foi a de garantir competitividade internacional para os produtos brasileiros, bem como não realizar a exportação de tributos. Na prática, a Lei Kandir causa perda de receitas para Estados e Municípios, acarretando prejuízos orçamentários. A Lei Kandir tem implicações também no processo de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, pois não convém industrializar certas mercadorias e perder a desoneração do ICMS (Soares, 2007; Ridart, 2021).

após esse período, gozará de isenção de 80% por 5 anos e, passado esse prazo, isenção de 60% por mais 5 anos.

Pelas características que se imprimem para a economia do Piauí, alicerçada na produção de commodities e baseada na demanda dos países ricos, mesmo que se fale em desenvolvimento e em modernização do estado, a tendência é a de perpetuação da dependência econômica e a reafirmação de uma *condição periférica*. No caso específico da mineração, experiências como as ocorridas em Minas Gerais, em particular em Mariana e Brumadinho, mostram o perigo de se instalar, juntamente com esses grandes projetos, a chamada *minério dependência* (Peters Coelho, 2017; 2018; 2020), causadora de um profundo colapso na economia dos municípios quando as atividades de exploração de uma mina se encerram.

Esse processo não é uma exclusividade piauiense. Pelo contrário, a expansão da fronteira mineral vem ocorrendo nos últimos anos em países da América Latina, com e sem tradição no setor. Os que já eram explorados, aumentaram a extração, e os que não eram, passaram a explorar o subsolo (Gudynas, 2016). No Brasil, os projetos localizados em estados já explorados como Pará, Minas Gerais, Goiás e Bahia, foram intensificados, ao mesmo instante em que novos jazimentos minerais têm sido identificados, mensurados e vêm passando por licenciamentos ambientais em outros estados que não praticavam o extrativismo mineral de larga escala.

Trata-se de um processo em curso, que vem sofrendo forte influência da demanda real chinesa por matérias-primas, bem como da intensa financeirização gerada a partir dessa situação (Harvey, 2018; Peters Coelho, 2017). Entretanto, é importante destacar, que essa demanda real não é orgânica e sim uma saída momentânea para os efeitos da crise econômica de 2008 na China. A demanda real foi criada a partir do ajuste espacial que investiu os excedentes de capital em um intenso processo de urbanização e construção de grandes obras de infraestrutura, para diminuir o desemprego ocasionado pela crise. Esse crescimento da demanda trouxe a reboque uma profunda financeirização e especulação criada em torno da ampliação do consumo de *commodities* como ferro, cobre, entre outros. Em síntese, a demanda real não espontânea foi criada como solução espacial para as crises do capital, seja a estrutural, seja em sua fase de agudização em 2007 – 2008. Esse movimento da economia global tem feito crescer a busca por novas e variadas fontes de fornecimento de minérios, capazes também de gerar negócios no campo da especulação financeira a partir das commodities. É esse o contexto que dinamiza o investimento de capital em prol da mineração no Piauí. Uma típica exploração da natureza realizada em países periféricos, logicamente adaptada ao contexto econômico atual de financeirização e comoditização dessa mesma natureza.

Diante do exposto, o Piauí deixa, paulatinamente, de ser um espaço de reserva do capital (Elias, 2006), onde sua natureza era explorada pontualmente e de forma desconecta a partir da lógica de “ciclos econômicos” independentes, a exemplo do ocorrido no passado com o gado e, posteriormente, com extrativismos vegetais como a maniçoba para a produção de borracha, da carnaúba para a produção de cera, e passa a receber *investimentos de longo prazo* (Harvey, 2005), dotando o território de próteses permanentes, infraestruturas físicas capazes de tornar a exploração algo sistematicamente contínuo, de maneira a dinamizar a criação de excedentes de capital. Convém lembrar que, como afirma Santos (2007), a instalação de infraestruturas introduz novos relacionamentos nos territórios que cria dependências crescentes que influenciará na formação socioeconômica.

A construção dessas infraestruturas demonstra que está em curso uma mudança de paradigma no que concerne a forma de apropriação da natureza do Piauí, que passa a ser intensiva e permanente. Independente de qual seja a demanda momentânea do mercado global por matéria-prima, desde que o território piauiense as disponha ou possa produzi-las, as infraestruturas físicas estarão lá, em um processo de solidariedade institucional (Castilho; Toledo Jr; Andrade, 1997), capaz de possibilitar a sua exploração de forma dinâmica atendendo a demanda internacional. Não muda, porém, a base fundamental da inserção dependente do Piauí na economia nacional e mundial, pautada na *acumulação por espoliação* (Harvey, 2014) e possibilitada pelo cercamento dos bens comuns.

Esse momento da economia e seus desdobramentos têm como base um profundo componente espacial por demandar a monopolização de territórios para poder se efetivar. Para que isso ocorra sem maiores entraves aos investidores entra em cena o Estado, com seu viés de classe, atuando no planejamento voltado para a legitimação desse modelo econômico e de sociedade. De acordo com Costa (2017), uma das estratégias adotadas no Piauí tem sido a disseminação de *ideologias geográficas* que se ancora na proliferação de discursos em torno da “vocação natural” e do “destino” para justificar o Piauí enquanto uma “fronteira” de *commodities* e energia.

No caso em análise, entendemos que o discurso da superação da pobreza por meio do desenvolvimento proveniente dos grandes projetos de desenvolvimento se constitui como outra face dessa estratégia. Nesse processo, ao mesmo instante em que se recorre à pobreza do Piauí para justificar a necessidade do modelo posto em prática, logo em seguida são apontados índices de melhoria e confiabilidade buscando tranquilizar e atrair os investidores para a instalação de novos arranjos produtivos, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.

São diversos os exemplos capazes de ilustrar o papel que vem sendo desempenhado pelo Estado, desde a realização de estudos técnico-científicos que ressaltam as potencialidades naturais como meio de alavancar a economia, assim como adoção de incentivos fiscais e realização de mudanças na legislação ambiental com o intuito de dar celeridade aos processos de licenciamento ambiental, passando pela criação das infraestruturas básicas de produção e circulação de mercadorias.

Nesse sentido, vários esforços têm sido envidados por sucessivos governos piauienses na contratação de estudos e criação de documentos que visam o mapeamento e planejamento estratégico da exploração dos recursos naturais existentes em seu território. Entre estes, podemos destacar o *Diagnóstico e diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí* e o *Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí – PDES 2050*. Esses documentos subsidiam as ações de planejamento, como se pode perceber na incorporação gradativa do temário da mineração nos *Plano Plurianuais – PPA's* e na elaboração de políticas públicas voltadas ao setor.

Outra medida posta em prática, sob o discurso da necessidade de modernização das leis ambientais e da promoção de um desenvolvimento sustentável, é a realização de ajustes no ordenamento jurídico relacionado ao licenciamento ambiental, com a finalidade de facilitar a instalação de grandes projetos de desenvolvimento. No caso das mudanças na legislação que visam dar celeridade aos licenciamentos ambientais, temos as Instruções Normativas – IN 07 de 2021 que merecem especial atenção pelo potencial de risco que oferecem para os povos e comunidades tradicionais do Piauí.

Já no caso da dotação de infraestruturas básicas de produção, diversos projetos se encontram em fases distintas de realização, desde a concepção, passando pela etapa de licenciamento ambiental, até a construção das obras e alguns já em pleno funcionamento. Entre os projetos que se encontram mais avançados destacam-se obras como a Ferrovia Transnordestina e o porto seco de Eliseu Martins, além de diversos parques eólicos e usinas de energia solar em fases de implantação ou já gerando energia.

Todas essas obras são permeadas por uma *solidariedade institucional*, sendo uma complementar à outra e tendo no Estado o agente fomentador. Empreendimentos de geração de energia, juntamente com a conclusão da ferrovia transnordestina, são condições essenciais para a efetivação da exploração mineral. Sem energia e sem trilhos, não há efetivação de um território minerado em larga escala. Juntos, esses três setores – energia em ambiente de contratação livre – ACL, logística e mineração –, formam uma espécie de tríade moderna de novos arranjos produtivos que se planejam para o Piauí, a se somar a outros como o do turismo,

e do agronegócio já consolidado e em franca expansão na área piauiense que integra o MATOPIBA e nos perímetros irrigados em planejamento. Juntos, esses segmentos aqui mencionados formam a carteira de projetos definida no PDES 2050, constantemente apresentada pelo Piauí em feiras de investimento.

No que diz respeito à mineração, o Piauí apresenta hoje três investimentos em estágios mais avançados e considerados prioritários pelo governo estadual, sendo os projetos Piauí Níquel e Cobalto, Projeto Planalto Piauí e Projeto SRN Mineração, todos localizados no ambiente semiárido. O Projeto Piauí Níquel se localiza no território de desenvolvimento Serra da Capivara, município de Capitão Gervásio Oliveira, e será voltado para a extração de Níquel e Cobalto pela empresa inglesa Brazilian Nickel; já o Projeto Planalto Piauí se localiza no território de desenvolvimento Chapada Vale do Rio Itaim, nos municípios de Curral Novo, Simões e Paulistana, voltado para a extração de ferro pela mineradora BEMISA; por fim, o projeto SRN Mineração, também localizado no território de desenvolvimento Serra da Capivara, é voltado para a extração de ferro (magnetita) nos municípios de São Raimundo Nonato, Bonfim do Piauí, Fartura do Piauí e Dirceu Arcoverde pela Holding SRN Mineração.

Além destes projetos, diversas outras empresas nacionais e estrangeiras possuem processos de pesquisa mineral em avançado andamento no Piauí. No caso da River Bank, já existe relatório de pesquisa aprovado para jazidas de titânio, vanádio e ferro no município de Anísio de Abreu e Jurema. Intitulado de Projeto Piauí Fe-Ti-V-P, a River Bank já apresentou também junto à ANM o Plano de Atividade Econômica da Mina. Essas etapas a credenciam para o início do processo de licenciamento ambiental.

Somente no território de desenvolvimento Serra da Capivara, composto por 18 municípios, onde estão localizados os projetos da Brazilian Nickel e da SRN Mineração e da River Bank, são mais de 900 processos minerários ativos na atualidade, a maioria pesquisando minerais metálicos.

Creio ser necessário contextualizar aquilo que compreendemos como sendo “grandes projetos de mineração”. Nos referimos a algo que transcenda a uma noção de “ranqueamento” e comparativos sobre o tamanho de jazida, tempo de vida útil da mina ou mesmo sobre a quantidade de minério extraída em milhões de toneladas por ano – MTPA, ou seja, um enfoque que preza mensurações de volumes e intensidades. Entendemos que os grandes projetos devem ser analisados pelo prisma dos danos ou potenciais danos que esses empreendimentos causem ou possam vir a causar nos lugares onde se instalam, bem como ao longo da cadeia de arranjos produtivos na qual esteja inserido, tais como as ferrovias, as rodovias, parques eólicos, minerodutos, siderúrgicas, entre outros. Concordamos com Malheiro e Cruz (2019) quando

afirmam que os grandes projetos produzem uma “geografia da exceção”, ao interferirem nas dinâmicas territoriais e suspenderem a diversidade política, jurídica e normativa nesses territórios. Esses são aspectos fundamentais e estão no cerne da questão. Essa “geografia de exceção” pode se dar desde a província mineral de Carajás, passando pelo quadrilátero ferrífero em Minas Gerais, até no semiárido piauiense ou qualquer outro local onde o capital deseje espoliar com o apoio estatal, em detrimento de quem já habita o lugar.

A mensuração do montante da extração de uma mina ou do tamanho do projeto, são importantes quando possuem uma relação direta de causa e efeito com o impacto analisado. Do contrário, são os processos sociais danosos desencadeados em favor e pelos empreendimentos que necessitam de atenção. Focar em um discurso sobre tamanho de projeto A ou B pode, inclusive, ser um erro metodológico de análise, pois pode dar argumentos para empresários e governos alegarem que, se um projeto não é tão grande quando comparado a outros, o impacto que causará também não será tão intenso. Justificando, assim, o sacrifício de certos territórios em prol de um suposto “bem maior da coletividade” (que é falso) e pressionando órgãos estatais e servidores públicos que, de algum modo atuam no processo de licenciamento ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, institutos de terra estaduais, entre outros, de que o impacto e o dano causado por um certo empreendimento não será tão relevante quando comparado a outros projetos semelhantes licenciados e em funcionamento em outras áreas do país. Isso pode instrumentalizar o opressor contra os oprimidos, dificultando a luta pelo direito de áreas livres de mineração.

Essa perspectiva nos permite, a título de exemplo, listar como “grande projeto” a exploração de ferro realizada pela Globest Mineração², em Quiterianópolis - CE. Pois, se do ponto de vista do volume de ferro extraído por ano³, essa mineradora não chega nem perto do que a Vale⁴ extrai em qualquer um dos seus projetos, por outro lado, ela foi responsável por

² Mineradora localizada no Ceará, mas que ao contaminar o Rio Poty, causou danos também ao Estado do Piauí.

³ Segundo Silva, [...] no ano de 2014 a Globest extraiu 804.804 toneladas de minério ROM e beneficiou 245.860 toneladas e obteve o primeiro lugar no Ceará em relação à comercialização de minério, que chegou ao valor R\$ 36.745,992,00 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais). Conforme consta no PRAD/2015105, o mês de julho foi o de maior pico da escala de produção da Globest em 2014, chegando a 41.590 toneladas de minério de ferro no referido mês (2020, p. 139)

⁴ Segundo informações do Relatório de Produção do 2º Trimestre do ano de 2021 e previsões para o 2º semestre de 2021, a Vale aumentou sua produção de minério de ferro e “atingiu a capacidade atual de 330 Mtpa que, se

diversos crimes socioambientais como a contaminação do solo e do Rio Poty por rejeitos da mineração, rebaixamento do lençol freático, além de provocar cercamentos nas comunidades do entorno e adoecimento da população impactada (Silva, 2020). São projetos que não têm a mesma envergadura que os praticados pelas grandes corporações da mineração, mas que precisam ser analisados caso queiramos compreender as características e consequências concretas da expansão da fronteira mineral no contexto do *boom e pós-boom* das *commodities* (Wanderley, 2017). Atentando, também, que esses projetos não se circunscrevem a um mero “localismo”, pois também se inserem na perspectiva dos “efeitos derrame”⁵ (Gudynas, 2016).

Essa ampliação do interesse do capital minerário em explorar a natureza do Piauí veio acompanhado também de um aumento dos conflitos territoriais, entre povos e comunidades tradicionais que habitam o Piauí e empresas que prospectam o subsolo em busca de jazidas minerais. Os dados dos cadernos de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT mostram que entre 2014 e 2016 os conflitos provocados pela mineração passaram a se destacar em número, quando comparados a outros conflitos por terra, por água e por relações de trabalho no Estado.

Essas empresas têm sido responsáveis por realizações de pesquisas de prospecção em terras de pequenos produtores, em comunidades de remanescentes quilombolas, sem que apresentem licença para tal ou obtenham autorização dos donos da terra para adentrar com seus maquinários, abrindo variantes na caatinga, derrubando cercas, cavando valas e perfurando poços dos quais retiram o material a ser pesquisado. Tudo envolto em muito sigilo e mistério, sem nenhuma informação repassada para os moradores locais.

No caso específico do Projeto SRN mineração, além deste *modus operandi*, a empresa não respeitou a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, deixando de

sustentada, poderá permitir uma produção média de 1 Mt por dia no 2S21, devido à sazonalidade favorável das condições climáticas do período.”

⁵ Gudynas traz como contribuição ao debate sobre a mineração a análise dos “efeitos derrame”. Conforme o autor, além dos impactos locais e regionais ocasionados pelas atividades extrativas, ocorrem também impactos de abrangência mais ampla que, por sua vez, se refletem nos direcionamentos políticos em torno das atividades produtivas de um modo mais amplo. Para Gudynas, os extrativismos forçam, por exemplo, as flexibilizações ambientais voltadas para facilitar a atuação dos empreendimentos de mineração e de petróleo. No entanto, essas flexibilizações criadas para o setor extrativista abrem caminhos para que, em seguida, outros ramos produtivos recorram às mesmas flexibilizações ambientais. O que o autor tem em vista alertar é que os “efeitos derrame” geram consequências amplas, de ordem nacional e até mesmo internacional. Ao todo Gudynas aponta um total de 9 tipos de efeito derrame: 1. Ambiental; 2. Territoriais; 3. Sociais; 4. Excedentes; 5. Internacionais; 6. Propriedade e articulação global; 7. Direitos e extrações; 8. Compensações e justiça; 9. Política e democracia. Todos esses derrames reforçam a condição de subordinação dos países da América Latina, os reafirmando enquanto produtores de matérias-primas, possuidores de uma economia dependente da economia dos países que compram as commodities.

realizar a consulta prévia, livre, informada, consentida e de boa-fé junto aos moradores do Território Quilombola Lagoas. Além de não os consultar previamente, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA desse projeto buscou, deliberadamente, omitir a existência desse território quilombola dos seus mapas, de modo a não permitir que fosse identificado que 5 blocos de minérios, dentre os 9 que pretendem licenciar para exploração, se encontram no território do quilombo.

Diante desses acontecimentos, os habitantes dos lugares ameaçados pela mineração vêm se organizando em torno da defesa do seu território, lugar de vida e trabalho. As comunidades que passaram pelo processo de tomada de consciência da ameaça da mineração a qual estão submetidos, não aceitam que a sua forma de existência no mundo seja completamente desconsiderada e tida como algo substituível, passível de serem removidas para que em seu território seja implantado um grande projeto de desenvolvimento. Projeto esse pensado por alguém de fora do lugar, que não possui nenhuma experiência comunitária local e que desconsidera o modo de vida tradicional praticado pelos habitantes dos lugares afetados. Por alguém que tem apenas a intenção de extrair lucro de onde eles exercem a própria vida. Daí a reação e mobilização das comunidades em torno da luta por áreas livres de mineração.

Há, nesse aspecto, perspectivas distintas de concepções de mundo. Conforme o pensador quilombola piauiense Nêgo Bispo (Santos, 2019), temos de um lado grupos sociais com seus *saberes orgânicos* e em profunda *biointeração* com a natureza e, de outro, grupos sociais dela apartadas por *processos sintéticos* e de *manufaturamento*, matrizes a partir das quais se realizam no mundo. Ou seja, trata-se de *ontologias políticas dos territórios* que são distintas, conforme discutido por Escobar (2005). A resistência dos sujeitos que habitam os lugares periféricos passa por se enxergarem por uma lente própria, não se reconhecendo pela óptica dos agentes hegemônicos, que os interpretam pelo viés colonial, com uma visão negativa, pejorativa e racista. Ora os classificando como pobres, ora como quem sofre os efeitos da seca, ora como sendo eles os próprios demandantes da chegada dos grandes projetos de desenvolvimento.

Esses conflitos têm sido marcados por um processo de resistência em construção, que se manifesta complexamente e em várias esferas, como ações individuais e coletivas, de cunho local ou em rede (estadual e nacional), podendo ser utilizado para essa compreensão a tipologia adotada por Pérez (2017) das *resistências cotidianas, públicas e em alianças*. Entre essas diversas formas de resistência, destaca-se a territorialização no Piauí do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, que vem atuando em processos de articulação,

formação e enfrentamento ao avanço da mineração, de modo peculiar ao avanço do projeto SRN mineração sobre o Território Quilombola Lagoas.

Diante do contexto apresentado, pensamos ser importante compreender o avanço do capital extrativista mineral, pautado no modelo de desenvolvimento primário exportador, sobre o Piauí. Esse avanço da intencionalidade do capital minerador pelo território piauiense suscita questões a serem refletidas: 1. Que processos explicam a incorporação do Piauí na fronteira minerária brasileira que se encontra em expansão? 2. Qual tem sido o papel desempenhado pelo estado na atração desses projetos? 3. Quais as consequências desse processo de territorialização do capital minerário no Piauí? 4. Qual a predominância de substâncias pesquisadas e em que isso implica? 5. Em que áreas do estado se localizam esses processos minerários e como povos e comunidades tradicionais e camponeses se encontram ameaçados por eles?

Pautando-se no que foi exposto e nas questões acima suscitadas, propõem-se como objetivo dessa pesquisa analisar o processo de expansão da fronteira minerária no Piauí, a partir da instalação de grandes projetos de desenvolvimento, tendo o Estado como agente indutor. Nesse sentido, buscou-se 1. discutir sobre contextos sociais e históricos em torno do extrativismo predatório e da atual expansão da fronteira mineral sobre áreas periféricas; 2. analisar o papel do planejamento estatal no fomento do Piauí enquanto um “espaço novo” para investimentos em grandes projetos de mineração, a partir de estudos produzidos por consultorias e documentos públicos, discursos políticos e mudanças no regramento ambiental do licenciamento; 3. compreender a atual condição da geografia da mineração no Piauí a partir da espacialização cartográfica dos processos de mineração no território, evidenciando suas diferentes fases e substâncias pesquisadas, além de apresentar dados de arrecadação da CFEM no Piauí; 4. Identificar e mapear territórios tradicionais e camponeses ameaçados pela mineração a partir da utilização de sistemas de informação geográfica – SIG’s; 5. Investigar a construção de processos de resistência por áreas livres de mineração, tomando como exemplo empírico as mobilizações de enfrentamento ao projeto SRN mineração.

Conforme se observa nos objetivos propostos, a pesquisa e a construção do texto apresentam uma série de desafios escalares. Isso porque, embora tenha um recorte espacial e temporal definido: Piauí – Território Serra da Capivara – Impactos e construção da resistência popular em torno do Projeto SRN mineração – no período compreendido entre 2001 a 2020; e trate a respeito das ações do Estado no processo de atração dos grandes projetos de mineração e as consequências causadas pelo fomento desse modelo, sentimos a necessidade de debater a respeito das bases históricas que caracteriza o modelo extrativista colonial, causador do desenvolvimento desigual, da dependência e da criação da periferia no sistema-mundo. Isso

para que pudéssemos embasar e discutir como, historicamente, o Piauí se constitui enquanto uma periferia na periferia do capitalismo.

Com o intuito de compreender melhor essa dinâmica e a sua ambiência, propomos no **capítulo 2 da tese**, intitulado “*Extrativismo e América Latina: uma relação incindível no processo de acumulação do Capital*”, uma análise apresentando o processo em uma perspectiva histórica, de modo a tornar inteligível o contexto que movimenta a expansão da fronteira minerária sobre o Estado do Piauí. Nesse sentido, essa parte do trabalho se subdivide em três momentos.

No primeiro deles, intitulado de “*Diferentes tipos de extrativismo: perspectivas inconciliáveis*”, discute-se a respeito da relação entre sociedade e natureza, usando a categoria do extrativismo como uma referência capaz de fornecer pistas que permitam compreender as diferentes lógicas envolvidas nesse processo de interação, bem como as consequências decorrentes dessa relação. Partimos do princípio elementar de que para um grupo social praticar a extração de elementos da natureza é necessário que ele disponha de uma fração do espaço geográfico onde a natureza esteja presente e onde essa atividade possa se realizar. Dessa forma, a posse, uso e controle do território tem, portanto, centralidade nessa análise. Podemos falar da existência de territórios onde a territorialidade, além da perspectiva do poder, se constitui plasmada pelo modelo de mundo desses grupos, onde a intencionalidade, a maneira, a intensidade com a qual realizam a extração tem muito a nos dizer por materializarem relações sociais. É com esse olhar que se busca nessa parte do trabalho debater sobre perspectivas, definições e tipologias do extrativismo. Esse debate inicial puxa a ponta do novelo de ideias que visamos desemaranhar no transcorrer do trabalho.

Na segunda parte, “*Extrativismo mineral e a constituição da América Latina enquanto periferia no sistema-mundo-moderno-colonial*”, dialogamos sobre o extrativismo na América Latina e Brasil ao longo dos séculos, de modo a compreender as características e consequências das práticas predatórias dessa atividade e a sua relação com o processo de dependência econômica dos países que a constituem.

Por fim, na terceira parte do segundo capítulo “*Ajuste espacial do Capital, reprimarização das economias da América Latina e a expansão da fronteira mineral no Brasil*” debatemos como a expansão da fronteira minerária no Brasil está associada à lógica global da economia, em especial aos processos de ajuste espacial do capital, buscando evidenciar as perspectivas do sistema mundo que nos permitam entender os motivos pelos quais Estados como o Piauí passam a ser cobiçados pelo capital produtor de commodities, causando conflitos com povos tradicionais e camponeses, que ancestralmente habitam o lugar.

No capítulo 3, intitulado “*De periferia dependente na periferia do Capitalismo às estratégias de atração de megaprojetos de mineração para o Piauí*”, discutimos sobre as heranças coloniais no processo de formação territorial do Piauí. Para isso tratamos sobre as atividades econômicas hegemônicas que ao longo do tempo foram sendo praticadas no Piauí, a partir de uma lógica complementar e de dependência econômica em relação às economias nacionais e internacionais.

No subitem 3.1, intitulado “*Heranças coloniais na formação territorial do Piauí*”, tratamos sobre as características de um estado com forte característica rural, mas que, paradoxalmente, possui um modelo de desenvolvimento hegemônico para o campo que desconsidera completamente o cerne do problema agrário do Piauí.

No subitem 3.2 apresentamos uma discussão sobre “*Discurso do desenvolvimento e da superação da pobreza por meio da melhoria do IDHM*”. Mostramos como políticas públicas voltadas para a melhoria dos índices de educação, que prezam aspectos quantitativos ao invés de qualitativos, vêm sendo utilizadas no Piauí para legitimar as ações governamentais na condução do modelo de desenvolvimento. Dados que desconstruímos.

No subitem 3.3 “*Grandes projetos de desenvolvimento e avanços do capital sobre a natureza do Piauí*”, discutimos como o Estado do Piauí organizou sua carteira de projetos, com a sua base de sustentação na apropriação da natureza e na separação entre povos tradicionais e camponeses do seu território, bem como na articulação entre projetos prioritários que se complementam a exemplo dos setores de geração de energia, mineração e logística de transporte. Buscou-se apresentar alguns desses projetos de modo a compreender a lógica por trás da instalação desses empreendimentos no Piauí.

No subcapítulo 3.4, “*Planejando a minério-dependência e reafirmando a condição periférica*”, buscou-se compreender de modo específico o papel da atuação estatal no estímulo às atividades minerárias no Piauí, investigando a maneira através da qual esse processo vem sendo realizado. Para isso, propomos discutir a centralidade que o planejamento adquire com essa finalidade. Averiguamos as seguintes questões: 1. Qual o papel dos estudos técnicos e científicos para o fomento do setor mineral? 2. De que forma o Piauí é apresentado nos documentos públicos voltados aos investidores? Qual o discurso político adotado ao se referir à mineração no Piauí? Nesse sentido, buscamos primeiramente compreender como se deu (3.4.1) “*a Inserção da mineração nos Plano Plurianuais do Piauí*”, entre os anos 2004 e 2019, documento voltado ao planejamento de médio prazo, que possui força de lei sendo utilizado na definição do orçamento público. Em seguida, analisamos no subitem 3.4.2 “*O debate sobre infraestrutura e gargalos econômicos no documento Diagnóstico e Diretrizes para o setor*

mineral do Estado do Piauí”, publicado no ano de 2005. O referido documento subdivide-se em dois tomos, intitulados “Parte I – Características Gerais do Estado” e “Parte II – Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Piauí”. Na análise do primeiro tomo, buscou-se evidenciar o modo como o documento aborda a questão das infraestruturas existentes para o desenvolvimento da mineração e com qual intencionalidade isso é feito. A reflexão perpassa por compreender também como o Estado apresenta “o que existe” e o que “deverá existir” para a consolidação desse setor, direcionando, assim, as políticas e investimentos públicos. Já na análise do segundo tomo evidenciamos as sugestões apresentadas pelo estudo para os campos de “estímulo à criação de políticas públicas” e “indicações de projetos prioritários na mineração”.

No subitem 3.4.3 *“Passando a boiada no Piauí e dando de baciada a simplificação de marcos regulatórios: a Instrução Normativa 07 de 02 de março de 2021 da SEMARH”*, apresentamos as mudanças recentes nas leis voltadas ao licenciamento ambiental que a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH do estado do Piauí vem realizando. Para isso, analisamos os impactos da Instrução Normativa SEMARH n.º 07, de 02 de março de 2021, que “estabelece os procedimentos, informações e documentos necessários à instrução de processos de licenciamento ambiental [...]”. De modo especial, nos interessa apontar como comunidades tradicionais podem ser impactadas por essas mudanças nos ordenamentos que regulam os processos de licenciamento ambiental no estado do Piauí. Dialogando também como essas mudanças buscam se adequar a leis federais que buscam fragilizar o licenciamento ambiental no Brasil.

No Quarto e último Capítulo, intitulado *“Panorama da Mineração no Estado do Piauí: Aspectos históricos e dados atuais”*, discutimos o impacto que o avanço da mineração vem causando sobre os territórios de comunidades tradicionais. Para isso, na primeira parte, tratamos a respeito de uma geografia da mineração no Piauí, onde apresentamos uma série de dados que tratam sobre a tipologia dos minerais pesquisados, a espacialização das pesquisas minerais no território estadual ao longo do tempo, além de dados sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM. Em seguida, apresentamos uma análise sobre os conflitos ocasionados pela mineração no Piauí, conforme os dados do caderno de conflitos no campo da CPT.

Na sequência, no subcapítulo (4.1) *“Entre a doçura do mel e o amargor mineral”*, discutimos como a mineração vem se efetivando no Piauí, colocando em risco atividades como a apicultura, praticadas por camponeses e povos tradicionais, que tem se destacado como segundo produto da pauta de exportações do estado.

No subitem 4.2 *“Contra Cartografia de desvelamentos: Territórios tradicionais e camponeses ameaçados pela mineração no Piauí”*, evidenciamos os diversos territórios tradicionais e assentamentos rurais que se encontram ameaçados por pesquisas minerais no Piauí. Fazendo uso do sistema de informações geográficas – SIG, apresentamos uma sobreposição entre informações da ANM, INCRA e INTERPI de modo a produzir uma cartografia que desvele ameaças sobre territórios visados pelo interesse do capital extrativo mineral.

Já no tópico 4.3 *“Onde o capital enxerga apenas minério no subsolo, existe vida, resistências e esperanças”* analisamos os processos de ameaça da mineração em uma escala mais próxima, evidenciando os processos de resistência cotidianas dos povos que habitam o território e, com sua forma de viver e se relacionar com a natureza, ontologicamente, defendem seus territórios do avanço do capital e do avanço da fronteira mineral no Piauí.

No último subitem 4.3.1 *“Na direita, boca de lagarto e troncho. Na esquerda, forquilha e uma morsa, que é a diferença”*: Entrevista com seu Cláudio do Calango - Território Quilombola Lagoas”, apresentamos na íntegra a entrevista realizada com Cláudio Teófilo Marques, morador do território Quilombo Lagoas, precursor da luta pela titulação e por áreas livres de mineração. Buscou-se registrar a perspectiva de Seu Cláudio sobre a organização da luta pelos direitos territoriais, sobre a relação entre moradores e a natureza, bem como sobre a importância das terras de uso comum, fundamentais para as práticas cotidianas do trabalho e reprodução cultural e material dos quilombolas de Lagoas.

Compreendemos que no Piauí, apesar do debate sobre modernização, utilizado para justificar a instalação de grandes projetos hegemônicos patrocinados pelo Estado, entre estes a mineração, a população continua a enfrentar dificuldades relacionadas, principalmente, às condições de manutenção e de sua reprodução social e material decorrentes da concentração da terra e da renda e da monopolização dos territórios. Trata-se de projetos que não consideram os anseios das comunidades tradicionais locais, seu modo de vida e trabalho e suas várias potencialidades, dentre estas a epistemológica.

Entendemos que, apesar do discurso do progresso e do desenvolvimento, da geração de riquezas, essas ações não têm sido inclusivas. Ao contrário disso, possuem um componente classista, racista e colonial que se materializa no avanço sobre o território de povos e comunidades tradicionais impactados pelos grandes projetos. Esses projetos, além de não dialogarem horizontalmente com os moradores locais, ainda colocam em risco a natureza e o modo de vida de povos que ancestralmente ocupam o Piauí.

Apontamos que esses acontecimentos são resultado do processo de ajuste espacial do capital em curso no Piauí, patrocinado pelo Estado e pautado no discurso do desenvolvimento. Enquanto área de ajuste territorializada pelo Capital, o Piauí é retirado de uma condição de “espaço de reserva” e inserido de modo dinâmico e intensivo no processo de circulação e reprodução ampliada do Capital, sem, contudo, retirá-lo da condição de periferia na periferia do Capital. Esse acontecimento é plasmado por discursos de modernização, desenvolvimento e combate à pobreza, componentes de uma ideologia geográfica do progresso pautada na apropriação da natureza e na sua conversão enquanto mercadoria e, também, na possibilidade de especulação. Nesse processo, não existe diálogo com os anseios, os saberes, práticas e culturas das diversas comunidades tradicionais locais, sendo perspectivas conflitantes que colocam em risco territórios e territorialidades das comunidades afetadas pelos grandes projetos já existentes e pelos que se encontram em fase de implantação.

1.1 ENTRE VARIANTES E ESTRADAS: OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nessa parte do texto apresentamos a construção da tese. Em “*Das variantes à confluência com o tema mineração*” discutimos como o tema da mineração emergiu, gradativamente, como objeto central da investigação. Na segunda parte, “‘Não é uma estrada, é uma viagem’: o método enquanto interpretação da realidade” realizamos um debate a respeito do método de interpretação, diferenciando-o de método de pesquisa e metodologia e apontando a sua importância no fazer ciência. Na terceira e última parte, apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa.

1.1.1 Das variantes à confluência⁶ com o tema mineração

[...] São lições de ouro que assisti
Pedaços de estrada nos meus pés
No meu relicário de memórias
São lembranças vivas que guardei

(Abidoral Jamararu)

⁶ Conforme Nêgo Bispo, “os conflitos gerados pelas contradições do sistema capitalista, fazem fluir focos de resistência que ao afluírem nas diversas formas de organização, tendem a se confluírem, formando um fluxo social, condição preliminar para viabilização do curso histórico da luta de classes.” (Santos, 2019, p.87).

Toda pesquisa possui uma história capaz de explicar a ideia da sua concepção e execução, permeada por subjetividades e muito trabalho envolvido. Freitas (2002, p.88) chega a afirmar que “viver a tese é uma arte” e que vivenciá-la é necessário. Assim, nesta parte do trabalho, apresento as origens dessa vivência. Particularmente, como o tema da mineração foi adotado tardiamente [ou no seu devido tempo], como objeto da presente pesquisa. E, para além da tese, como temática de interesse e campo de pretensão de atuação laboral contínua enquanto pesquisador. Nesse sentido, embora a tese tenha um fim em si por gerar um resultado específico, ela é compreendida também enquanto processo que não se encerra nela própria.

Na sequência, após serem apresentadas contextualizações referentes ao recorte temático, apresentamos os caminhos metodológicos percorridos para a construção da tese.

Dando início a contação dessa historietta, a primeira vez que escutei o termo *variante* foi em outubro de 2016. Nessa ocasião, a convite do então coordenador da Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato-PI, Hildebrando Pires, um grupo de pessoas composto por outros agentes Cáritas, militantes de movimentos sociais, professores/pesquisadores das redes de ensino básico e superior de diversas instituições públicas presentes no município de São Raimundo Nonato, juntamente com moradores e moradoras do território quilombola Lagoas e de várias outras localidades rurais, visitaram comunidades que se encontravam sendo invadidas por empresas e pesquisadores ligados ao setor de mineração, com o intuito de realizarem pesquisas de sondagem mineral nessas áreas. Em suas falas, vários moradores repetiam que os pesquisadores chegavam nas comunidades, abriam *variantes*, faziam marcações, coletavam amostras e saíam dando pouca ou nenhuma explicação.

O termo variante é utilizado por moradores do território Serra da Capivara para designar um caminho novo aberto a partir de um caminho principal, já existente, para que se possa chegar a outro lugar. No caso da mineração, essas variantes são abertas para poderem ser acessados os locais para realização das pesquisas. Enquanto autor deste trabalho, a analogia utilizada no subtítulo desta seção é bastante significativa, porque entendo que o resultado desta tese pode, até um certo ponto, auxiliar na “abertura de variantes” a partir de “estradas principais” já muito percorridas, levantando elementos, situações, que agreguem à compreensão do problema mineral brasileiro em sua totalidade, com seus antigos e novos elementos.

Nesse sentido, entendemos que essas variantes manifestadas no trabalho vão desde elementos peculiares como, por exemplo, a forma local de uso coletivo da terra e a relação entre os sujeitos no território com a natureza, passando também pela utilização de teorias e análises já existentes, como a do ajuste espacial, da dependência, da colonialidade, as quais são “estradas já pavimentadas e consolidadas” no fazer científico, capazes de nos oferecer uma visão escalar

ampliada e chaves interpretativas para refletir a respeito da questão mineral. Essa “estrada pavimentada” de teorias e conceitos fornece suporte interpretativo para que, das generalizações, das superestruturas, dialoguemos com a manifestação do fenômeno em uma situação particular de recorte espacial e de tempo, como a que vem se desenrolando no Piauí. Evidenciando amiúdes, a partir do prisma oferecido pelos exemplos empíricos analisados, quem sabe possamos mostrar outros pontos de luz que evidenciem a totalidade do problema mineral brasileiro.

Afinal, cabe ponderar se a expansão da fronteira mineral no Brasil, que incorpora ou manifesta a intencionalidade de incorporar lugares periféricos até então não minerados, pode ser explicada somente a partir de comparativos com regiões já afetadas pela mineração, como ocorre com Minas Gerais e Pará, por exemplo. Estamos tratando de um processo único, linear, já pronto, acabado e replicado em novos lugares? Ou a expansão da fronteira mineral em países da América Latina, incluindo o Brasil, mobiliza [outros] processos que precisam ser desvelados e evidenciados para que se tornem cada vez mais inteligíveis as bases sobre as quais se fundamenta essa expansão?

Retomando ao assunto inicial das visitas organizadas pela Cáritas de São Raimundo Nonato, estivemos nas comunidades Pé do Morro, em Fartura do Piauí; comunidade Capim do Zé Macário, em Dirceu Arcoverde; comunidade Espírito Santo, em Bonfim do Piauí; comunidade Lagoa da Firmeza, São Raimundo Nonato e comunidade Nascimento, também em São Raimundo Nonato. Em comum, estas comunidades possuíam, além do modo de vida, da organização do trabalho e das formas de uso da terra, da produção e da criação de animais, a condição de se sentirem ameaçadas pela chegada sorrateira das empresas de mineração.

No diálogo ocorrido durante todo esse dia, além da palavra *variante*, escutei, também pela primeira vez, a expressão *terra de ausentes*. Já tinha conhecimento sobre formas de uso tradicional da terra, como a praticada pelos Geraizeiros das áreas de caatinga e cerrado em diversos estados brasileiros como Minas Gerais, Bahia, Piauí e pelos Faxinalenses do Paraná. Mas, a expressão “terra de ausente”, utilizada para designar uma forma tradicional de uso comum da terra, foi a primeira vez. Tratava-se, portanto, da terra enquanto um bem comum sendo ameaçada pela chegada da mineração.

Nesse dia, foi também a primeira vez que tomei conhecimento sobre a existência de um movimento social voltado especificamente para o debate do problema mineral brasileiro, o *Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM*. Nesse encontro estava presente uma

militante do movimento, Camila Cecilina Martins, a Ceci⁷, vinda de Teresina a convite da Cáritas de São Raimundo Nonato para participar desse diálogo (Figura 1). Foram conhecidas também outras pessoas fundamentais para a construção da pesquisa, como Leonardo, de Fartura do Piauí, militante do MAM e que nos guiou em trabalhos de campo; Sidnei Viana, da comunidade Lagoa da Firmeza, Território Quilombola Lagoas, também do MAM, que auxiliou nos trabalhos de campo; Professor Bernardo Curvelano Freire, também pesquisador sobre mineração no Território, com o qual trabalhamos na produção do Contra Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA utilizado pelo Ministério Público Federal – MPF-PI na ação civil pública que vem buscando a anulação da licença prévia do empreendimento da SRN Mineração; entre tantos outros fundamentais na luta pelo direito a áreas livres de mineração nessa parte do Estado do Piauí.

Figura 1 – Moradores da comunidade Pé do Morro – Fartura do Piauí, do Território Quilombola Lagoas, professoras, professores e representação do MAM – PI durante reunião de escuta sobre mineração.



Fonte: Arquivos MAM Piauí, outubro de 2016.

⁷ Além das ações iniciais de mobilização do MAM no território Serra da Capivara, a pesquisadora e militante do MAM cumpriu importante papel de articular e garantir a ida de uma comitiva do Piauí até Parauapebas — PA, onde foi realizado o I Encontro Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, de 18 a 21 de maio de 2018. É autora da dissertação “Desafiando a crise ambiental como crise da racionalidade moderna: resistência constitucional do quilombo Lagoas e comunidade Pé do morro”, defendida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da UNB (2022).

Antes desse encontro, no primeiro semestre do ano de 2016, havia acompanhado uma aula de campo do professor Flávio Magalhães, na época professor do curso de Geografia da UESPI em São Raimundo Nonato. Nessa aula foram visitadas as dependências da mineradora Yara Galvani, localizada no município baiano de Campo Alegre de Lourdes, distante apenas 1,5 km do município piauiense de Caracol-PI. No local, a exploração de fosfato criava uma enorme nuvem de poeira que deixava tudo na mineradora tingido de cor marrom. Mas, o maior impacto dessa aula de campo foi o de ter constatado visualmente a proximidade entre a mina e a comunidade de Angico dos Dias. Em razão da proximidade, o local é profundamente afetado pela nuvem de poeira, pelo assoreamento de sua lagoa por rejeitos da mineradora e pelo trânsito de carretas que cortam o povoado carregadas de fosfato, sendo escoado por rodovias até o município de Luís Eduardo Magalhães-BA. Por conhecer previamente essa situação, levei para a visita organizada pela Cáritas algumas imagens de satélite que mostravam a proximidade entre a mineradora e a comunidade de Angico dos Dias, imagens estas mostradas para os participantes na tela de um notebook (Figura 2).

Figura 2 – Imagem exibida para as comunidades durante o encontro de escuta sobre mineração.



Fonte: Google Earth. Acesso em outubro de 2016. Adaptações do autor.

Na Figura 2, observa-se ao lado esquerdo a área de extração do fosfato, bem como as estruturas da mineradora. Ao centro, em tonalidade branca, está a lagoa da comunidade completamente assoreada em decorrência da mineradora e ao lado direito o povoado de Angico dos Dias.

Durante a conversa na comunidade Capim do Zé Macário tive a curiosidade de perguntar a moradores sobre o tamanho médio das propriedades naquela localidade, excetuando as áreas de utilização coletiva para a criação do caprino – as chamadas *terras de ausentes* e as *terras de conjunto*. Como resposta, obtive a informação de que, em média, as famílias possuíam algo em torno de 10ha. Ao perguntar o preço da propriedade, caso se vissem obrigados a vender as terras em razão da chegada de uma mineradora, obtive como respostas que, em média, um hectare naquela área do semiárido seria de aproximadamente R\$ 70,00. Mas, para eles, a terra valia muito mais que isso. Que seria impossível definir o quanto ela era valiosa. Outra inquietação surgia nesse momento: afinal, terra possui apenas preço ou possui valor⁸? Para quem e para que ela possui preço? Para que e para quem ela possui valor?

Ficou evidente a questão da terra de trabalho (Martins, 1980) e do território enquanto condição indissociável para a reprodução do modo de vida tradicional e camponês, a partir de uma lógica não capitalista e do uso comum da terra; e da terra de negócios (idem) da qual se extrai a renda, do território enquanto lócus de extração de lucro para as corporações a partir da exploração da natureza e do trabalho. Para um geógrafo agrário que havia chegado naquela região 4 anos antes para trabalhar como professor na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, foi um dia de muita escuta, bastante aprendizado e algumas análises e comparações compartilhadas.

Quando essa atividade de escuta aconteceu, eu já havia recebido o resultado da aprovação na seleção do doutorado em geografia no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGeo-UFPE e aguardava a realização da matrícula que se daria no início de 2017. O projeto submetido na seleção versava sobre a migração sazonal de quilombolas do semiárido piauiense, que partiam em busca de trabalho acessório e assalariamento temporário utilizado como uma estratégia para a não migração definitiva do grupo familiar, possibilitando, assim, a permanência deles no seu território de origem. Por ocasião do recorte temático, quando do início das atividades do doutorado em 2017, passei a

⁸ [...] no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra (Oliveira, 2007, p.57).

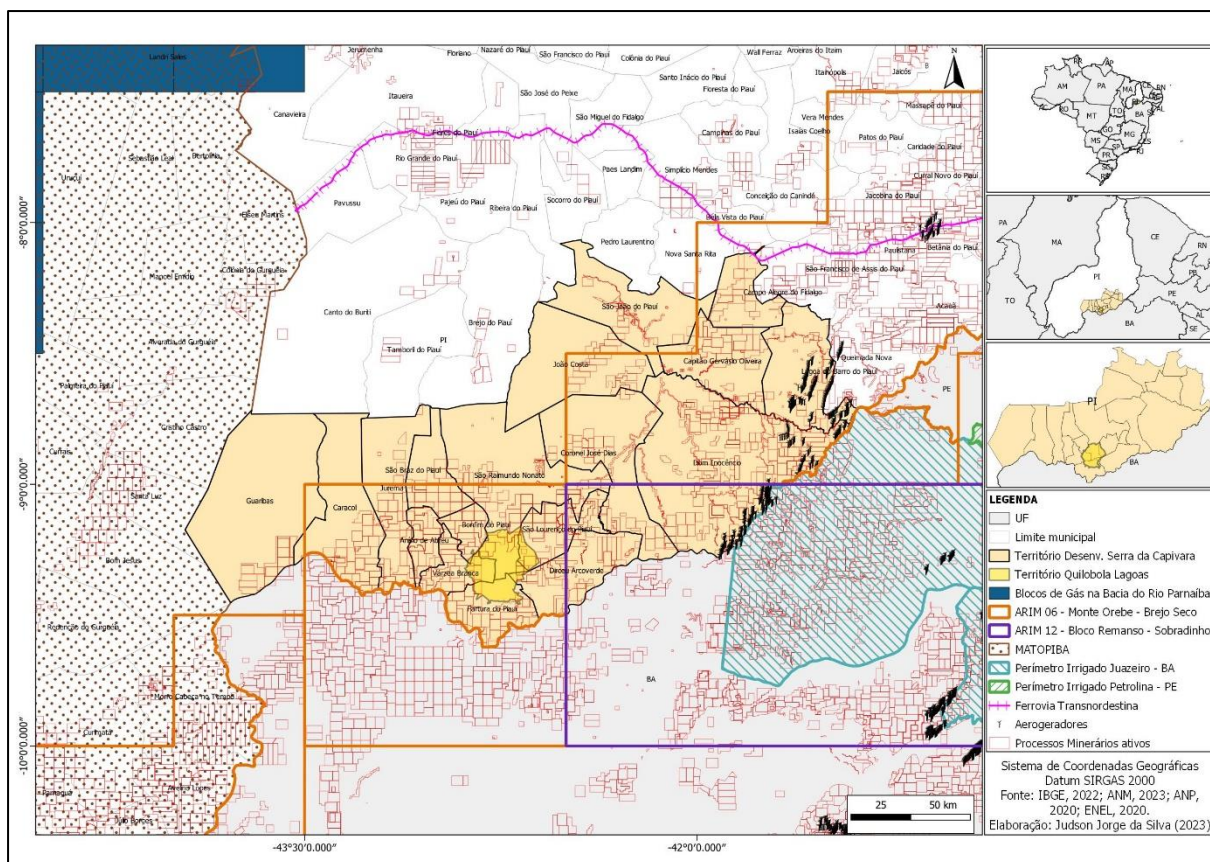
me desdobrar sobre os chamados fatores “atrativos e repulsivos” em torno do fenômeno migratório.

As reflexões provocadas por essas investigações reacenderam em minha memória um acontecimento ocorrido no ano de 2015 quando, em uma viagem entre São Raimundo Nonato – PI e à região do Cariri cearense, ao parar para abastecer o carro em um posto de gasolina na cidade de Simplício Mendes – PI, reencontrei um colega de escola, que havia estudado na mesma sala de aula que eu durante o Ensino Médio, em uma unidade escolar da rede de ensino público estadual do Ceará, localizada na cidade de Juazeiro do Norte. Em uma rápida conversa, soube que ele havia acabado de chegar a Simplício Mendes para trabalhar no canteiro de obras da Ferrovia Nova Transnordestina e que, antes disso, já havia trabalhado na construção dos trechos do mesmo projeto em Salgueiro – PE e em Itainópolis – PI, de onde acabara de chegar de viagem com outros trabalhadores.

Conforme explanado, de um modo quase literal, evoco a epígrafe que abre essa seção do texto: foram lições de ouro, ferro, cobre, níquel, vanádio, fosfato. Foram lições de vida, de gente, por meio de várias histórias escutadas. Aprendidas em estradas, caminhadas, quilometro a quilometro, conversa a conversa e guardadas no “relicário da memória”, rememoradas no tempo presente de construção desse texto de tese. A esse respeito, Chauí afirma que “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (Chauí, 2006, p. 20).

As leituras, a lembrança dessa conversa com um ex-colega de escola que estava trabalhando na construção da Ferrovia Transnordestina e o encontro com as comunidades ameaçadas pela mineração no final de 2016 me levaram a refletir que, apesar dos diversos processos espaciais desencadeados pelos chamados “grandes projetos de desenvolvimento” que se encontram em curso no estado do Piauí, a rota das migrações sazonais de quilombolas do semiárido piauiense em busca de trabalho acessório permanecia a mesma. O destino continuava a ser o corte da cana-de-açúcar ou o trabalho na construção civil em São Paulo, ou construção civil em Brasília. Ressalta-se que, além desses novos e variados grandes projetos que estavam em construção, o Território de Desenvolvimento Serra da Capivara faz limite a oeste com o MATOPIBA e a Leste com o perímetro irrigado de Juazeiro da Bahia, além da Ferrovia Transnordestina ao norte. A região é considerada também área de relevante interesse mineral – ARIM. Já o Território Quilombola Lagoas, local de onde partem os migrantes que iríamos pesquisar, se localiza, em linha reta, a uma distância de aprox. 81 km para o perímetro irrigado de Juazeiro da Bahia, aprox. 101 km do MATOPIBA, aprox. 150 km da Ferrovia Transnordestina e aproximadamente 75 km dos aerogeradores de Dom Inocêncio (Mapa 1).

Mapa 1 – Proximidade do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara e do Quilombo Lagoas das áreas do agronegócio e dos grandes projetos de infraestrutura



Fonte: Elaboração própria (2023).

Apesar da proximidade com os grandes projetos e com as áreas de territorialização do agronegócio, estes não geram os empregos que comumente se propala para a população rural migrante do território Serra da Capivara. Diante dessa realidade, cabia, portanto, questionar quais eram os reais impactos desses grandes projetos para a população que habita o local. Como a experiência da visita organizada pela Cáritas em outubro de 2016 havia demonstrado, havia uma necessidade de aprofundamento em questões relacionadas ao avanço da mineração sobre comunidades tradicionais que fazem uso comum da terra. Assim, tomamos como desafio esse novo tema de pesquisa. Essas foram as razões em torno da mudança de tema, que partiu da migração sazonal de quilombolas em busca do trabalho acessório para o debate em torno da chegada da mineração e das suas consequências.

Após explicitar a “variante” percorrida que levou a confluir com o tema da mineração, faz-se pertinente evidenciar o prisma a partir do qual miramos essa temática, o que inclui debater a concepção de ciência que nos orienta e move nesse caminho. Isso perpassa, necessariamente, por uma discussão sobre método e metodologia, que apresentamos nas páginas seguintes, pois como nos lembra Chaveiro,

Os geógrafos não podem demitirem-se da discussão de método, sem a qual corre-se o risco de terem pouca autonomia para enfrentar as ideologias reinantes e dominadoras. O método é, pois, a dimensão de significação do saber geográfico, como de outros saberes; é uma forma de dar sentido ao saber — e de fazê-lo como fonte da práxis política e humana (2020, p.8. Grifo nosso).

A reflexão de Chaveiro é importante sobretudo em um contexto no qual a chegada desses grandes projetos vem associada a difusão de ideologias geográficas que têm no desenvolvimento e no progresso o discurso oficial do Estado, das empresas, que de forma hegemônica tentam apresentar esse modelo como única forma viável de economia, de modo de vida, trabalho e de sociedade.

1.2 “NÃO É UMA ESTRADA, É UMA VIAGEM”: O MÉTODO ENQUANTO INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE E FORMA DE ENXERGAR O MUNDO

Não, não é uma estrada, é uma viagem
Tão, tão viva quanto a morte
Não tem sul nem norte
Nem passagem

Não olhe, ande
Olhe, olhe
O produto que há na bagagem

(Novos Baianos, 1970)

Para se chegar a um determinado lugar, tão significativo quanto o caminho pelo qual nos movimentamos são as motivações que nos levam a percorrê-lo. Sem uma razão objetiva que nos guie, qualquer direção bastaria, qualquer estrada serviria. Portanto, mais do que o trajeto, são nossos anseios e objetivos que orientam por onde transitar. Ou seja, “não, não é uma estrada, é uma viagem”. Essa reflexão inicial abre a análise que apresentamos sobre o método e metodologia nesta pesquisa. Antecipo-me aqui em dizer que não discutimos o método de forma maniqueísta ou a partir de *a priori*. Buscamos, no entanto, mostrar que há uma relação entre formas de se posicionar no mundo, ser pesquisador e realizar pesquisa nas Ciências Humanas.

O debate sobre o método na pesquisa suscita questões e as reflexões produzidas em torno dessa discussão não resultam, necessariamente, em consensos. A respeito da conceituação de método, Horieste Gomes afirma que se trata dos meios empregados para se chegar a um fim

proposto. Segundo esse autor, “trata-se de um conjunto de princípios, normas e procedimentos de investigação teórica e de atividade prática que utilizamos na abordagem dos fenômenos da natureza e sociedade” (1991, p.21). Já para Laville e Dione,

[...] o método indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia. Constitui-se em ‘regras precisas e fáceis’, como escreveu Descartes, ‘para não desperdiçar as forças de sua mente’ (1999, p.11).

Adentrando na seara de sua utilização, há, por exemplo, os que defendem que o método se constitui como um a priori na pesquisa, ou seja, que não se inicia uma investigação sem que se tenha a clareza de sua escolha. Outros defendem que o método se constrói no passo a passo da pesquisa, sendo alterado conforme os desafios postos pela realidade pesquisada.

Sobre a segunda forma de compreensão, Ribeiro afirma que “a questão do método só tem sentido ser escrita por último. O método é algo que nós vamos constituindo à medida que pesquisamos, [...]. Só ao término do trabalho sabemos como ele funcionou” (Ribeiro, 1999, pp.190 – 191). Pelo exposto, na visão desse pesquisador, o método é aprimorado e adaptado ao longo do desenrolar da pesquisa, para melhor atender aos objetivos propostos no projeto. Só assim é que pode ser explicitado para os leitores e outros pesquisadores os meios pelos quais se fez possível a obtenção dos resultados apontados.

Entendemos que esse debate resulta de uma confusão existente entre o que é o método de interpretação, que compõem a base lógica da investigação e a metodologia de pesquisa, que além da abordagem interpretativa é composta também pelos procedimentos de pesquisa (Minayo, 2009). Os procedimentos podem, sim, ser modificados, aperfeiçoados ou substituídos ao longo da pesquisa, quantas vezes se fizer necessário, para se conseguir levantar os dados necessários para a compreensão de um determinado fenômeno e apontar respostas a um problema de pesquisa. Já o método de abordagem, ou seja, a lógica empregada no processo de interpretação dos dados levantados, não se altera. Caso se altere, na verdade, falaremos de uma nova pesquisa, com novos objetivos distintos dos primeiros objetivos propostos. Obviamente, conforme nos lembra Moraes e Costa (1999), isso não significa dizer que uma pesquisa incorra em conclusões a priori, tampouco que o método seja tratado como se fosse uma “camisa de força”, dogmático, inquestionável e imutável. O que se discute aqui é que, problemas de pesquisa distintos, mesmo quando tratam a respeito de um mesmo tema e recorte de investigação, carecem de abordagens interpretativas (método) que lhes sejam pertinentes.

De acordo com Minayo,

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas (2009, p.14)

Conforme exposto acima, para Minayo a metodologia se divide em três aspectos que se complementam. O primeiro deles é o método, entendido como a teoria da interpretação, responsável pelos parâmetros da análise e busca interpretativa da essência dos dados, questões e/ou fenômenos estudados na pesquisa. Por sua vez, esses dados são levantados a partir de diversas técnicas empregadas para a sua obtenção. As técnicas são, portanto, o segundo aspecto da metodologia e deve caminhar afinadamente e em sintonia com a teoria da abordagem, sob risco de serem ineficientes. Em terceiro lugar e não menos importante, está um elemento subjetivo, que Minayo define como sendo a criatividade do pesquisador, embasada em aspectos como a experiência, a capacidade pessoal e a sensibilidade. Entendemos que esse terceiro elemento é responsável por variadas dimensões da pesquisa, que podem ir desde a originalidade ao se pensar um tema, passando pelo estabelecimento de recortes espaciais e temporais singulares, a definição dos sujeitos e agentes investigados, bem como a escolha das técnicas de pesquisa adequadas para obter as informações que serão interpretadas pela teoria da abordagem.

Concordamos ainda com Minayo (idem), quando afirma que a teoria da abordagem relacionada com a realidade empírica tem também influência dos pensamentos que se tem sobre a realidade. Consideramos que, na verdade, é o que será pesquisado que exigirá e definirá a abordagem necessária para sua interpretação, conseqüentemente, o método. E isso tem muito a ver com a posição política do pesquisador, com a visão e os pensamentos que possui acerca da “realidade” do mundo.

A afirmação acima requer alguns esclarecimentos. Uma explicação necessária a respeito do método é a de que ele não se trata de uma simples opção da forma como pesquisar. Trata-se, antes de tudo, de um conjunto específico de procedimentos (teoria, técnicas e criatividade) que possibilitam a análise interpretativa daquilo que se propõem pesquisar. Portanto, “*o que pesquisar*” é que clama por um método específico, capaz de iluminar aquilo que se busca desvelar. Esse “o que pesquisar” é que exige e define o “como pesquisar”. Por sua vez, aquilo que se pesquisa (o “o quê?”) reflete uma postura política e a concepção de mundo do pesquisador, bem como a sua forma de se posicionar diante de certos acontecimentos no “campo real”, que requerem análises explicativas e interpretativas. Esse aspecto influencia

sobretudo a escolha de temática por parte de pesquisadores, e estabelece e orienta linhas de pesquisa de núcleos e grupos de pesquisa, por exemplo.

A respeito da discussão até então apresentada, Moraes e Costa afirmam que:

[...] cabe explicitar a compreensão que se tem sobre o significado atribuído aos termos “método” e “metodologia”. Inicialmente, aponta-se a diferença entre método de interpretação e método de pesquisa, cuja não distinção é fonte de graves equívocos. O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. **É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. O método de interpretação refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista.** O método é, nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a Filosofia. Pode-se dizer que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico. Mesmo a postura de negação ao método é a exteriorização de uma posição metodológica. Concluindo, **método de interpretação é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência.**

Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos. Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que dispõe (Moraes; Costa, 1999, p. 27. Grifo nosso).

Baseando-se no debate apresentado acima por Moraes e Costa, entendemos ser pertinente ressaltar essa profundidade filosófica e destacar a relação entre método de interpretação da realidade e postura política do pesquisador, sobretudo em um contexto no qual a ciência e a universidade vem sendo cada vez mais utilizada como sustentáculo das ações do capitalismo. Não é raro que cientistas associados aos interesses do capital busquem, por meio da linguagem científica, fomentar o discurso do progresso e do desenvolvimento como modelo econômico a priori (Santos, 2007). Tal como Santos evidencia, Fernandes (2001) afirma não haver imparcialidade e neutralidade na ciência e que, muitas vezes, evocar essas falsas características servem ora para omitir a vinculação existente entre a pesquisa e o pensamento, contidos em programas institucionais; ora para desacreditar e tentar deslegitimar a pesquisa daqueles que se manifestam como politicamente comprometidos com certos grupos e causas sociais.

De fato, a ciência não é neutra. Os pesquisadores que defendem a neutralidade científica fazem por ingenuidade ou má-fé. A ciência não paira acima da realidade. Os cientistas apenas contribuem com a construção do conhecimento para compreensão das realidades. De acordo com Freire-Maia, “A ciência representa um corpo de doutrinas gerado ou em geração num meio social específico e, obviamente, sofrendo as influências dos fatores que compõem a cultura de que faz parte. Produto

da sociedade, influi nela e dela sofre influências”. Nesse sentido, o conhecimento científico é sempre resultado da relação social. Por meio da relação e/ou da identificação, os pesquisadores realizam seus trabalhos a partir de objetivos definidos pelos seus interesses e que têm como referência uma bibliografia determinada. Dessa forma, alguns cientistas têm compromissos com uma ou mais instituições, com as pessoas por elas representadas, com os conhecimentos produzidos nessas relações e se assumem como militantes. Outros apenas se identificam com determinadas instituições e seus pensamentos, seus documentos, seus programas, e — igualmente influenciam e por elas são influenciados. Essas posturas estão inseridas na correlação de forças políticas e das lutas de classes. Muitos pesquisadores negam essas assertivas. A negação revela sua postura.

Camuflados dissimulam em seus discursos os reais objetivos de seus interesses. Como, por exemplo, quando ouvimos pessoas (cientistas e políticos) afirmarem: “precisamos despolitizar a reforma agrária”, ou “temos que desideologizar (sic) a questão agrária”. Na verdade, essas pessoas estão querendo discutir a partir de seus referenciais teóricos e políticos, como se fossem pensamentos únicos. Estão militando — no sentido que estão defendendo interesses de uma ou mais instituições — mas jamais assumem publicamente essa condição, por falta de coragem ou de ética profissional (Fernandes, 2001, p.15 – 16)

Nesse sentido, um método de interpretação não se configura pura e simplesmente como instrumental de pesquisa. Ele é isso também, mas é filosoficamente mais profundo e ideologicamente posicionado. A opção pelo “o que” e o “como” pesquisar demonstram a posição política do pesquisador e a sua compreensão a respeito do papel social da ciência que se propõem praticar.

Especificamente tratando da dialética, Pinto afirma que

A dialética pressupõe unidade do processo de conhecimento e da realidade concreta. Sujeito e objeto de conhecimento não são entidades distintas que entram em relação através de uma terceira entidade, também distinta das duas primeiras, que é a sensação, mas são dois aspectos de uma mesma realidade em unidade é contradição dialéticas.

Não se trata de um sujeito exterior ao objeto de conhecimento, mas de um homem real, concreto, que no curso de sua existência e em função dela faz do universo do qual é parte integrante o objeto de seu pensamento e que transforma essa realidade objetiva em realidade pensada. Na atividade humana convergem no tempo e se unem ao pensamento, que dirige a ação do homem e é por ela estimulada, e do mundo exterior, dentro do qual e em função do qual o homem atua, seja para se adaptar ao mundo, seja para transformá-lo (Pinto, 2014, p. 99).

Como nos lembra Ruy Moreira em clássico texto intitulado *A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais*,

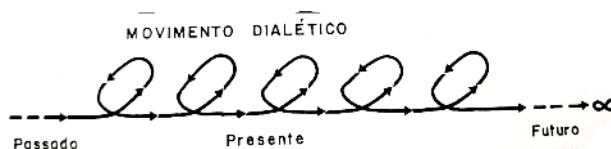
A Geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes (Moreira, 1982, p.14).

Gonçalves e Pereira, tratando sobre os desafios que vêm sendo enfrentados por geógrafos na virada do século XX para o XXI, ao apontarem a permanência de antigas questões clássicas ao debate da Geografia Agrária, juntamente com a emergência de novos e graves problemas, entre os quais citam a mineração, a extração destrutiva dos bens comuns e a comoditização da natureza e, a nosso ver, esmiuçando a definição de classe social apresentada por Moreira, afirmam que:

Estes temas são processuais e parte deles vem contraditoriamente desnudando conflitos que dia após dia vêm provocando em geógrafas e geógrafos novos desafios e formas diferenciadas de viverem e se posicionarem diante destas problemáticas. Tais situações deslocam o lugar social do geógrafo que sofre extensas inquietudes exatamente porque compartilha do lugar social do camponês, do quilombola, do indígena, do sem-terra e de todos inseridos na mesma sociedade e atingidos com as mesmas mudanças nas configurações do espaço e da natureza. São essas também mudanças de localizações do ser e do estar (Gonçalves; Pereira, 2021, p. 15).

É com essa forma de fazer ciência, sobretudo a partir do prisma da ciência geográfica apontada por Moraes e Costa (1999), Fernandes (2001), Moreira (1982), Gonçalves e Pereira (2021) que comungamos. É a partir desse pensamento que buscamos, no desenrolar da pesquisa, trazer contribuições que auxiliem nas reflexões em torno do problema mineral brasileiro (Peters Coelho; Trocate, 2020), da expansão da fronteira minerária sobre o Piauí, da ação do planejamento estatal, bem como entender e socializar como os sujeitos locais atuam na luta por áreas livres de mineração, pela defesa dos territórios tradicionais e camponeses, contribuindo assim para um debate em torno da soberania popular na mineração.

1.3 UM CAMINHO EM ESPIRAL: PONTOS DE PARTIDA, TRAJETOS E CHEGADAS



Horieste Gomes, 1991.

Conforme explicitamos na seção 1.1.1 o contato com o tema da mineração se deu de forma empírica, quando escutamos das próprias comunidades as preocupações que possuíam em relação ao avanço de pesquisas minerárias em seus territórios. Por essa razão, ao mudarmos o tema da tese para a temática da tese atual, possuíamos uma dimensão bastante superficial e imediata da situação vivenciada por esses grupos. Segundo Moreira (1994, p. 59) “a realidade

esconde-se por trás da aparência, sobretudo porque possui forte carga ideológica. Cabe torná-la revelada”. Isso “porque, por detrás dos objetos sem história há histórias que desconhecemos”, nos lembra Sousa Neto (2003, p. 65).

O primeiro desafio, portanto, foi pensar essa situação a partir das relações entre os processos históricos com os quais a realidade objetiva dos sujeitos sociais ameaçados pela chegada da mineração ao Piauí interage e dos quais ele é também resultante, ou seja, produto.

De acordo com Moraes,

os processos de valorização do espaço são históricos, isso quer dizer que **apesar de universais eles se manifestam densos de particularidades temporais, a tal ponto que a universalidade neles contida acaba advindo apenas da sua recorrência ao longo da história**. Assim, para escapar de uma discussão abstrata sobre o tema há que se qualificar historicamente a valorização do espaço (o que não equivale em adentrar de imediato no domínio da formação territorial). Ainda num plano de generalidade elevado, deve-se buscar inicialmente o recurso de uma categoria histórica também abrangente: o modo de produção. Esta é uma categoria de macro-periodização, que delinea as formas prevalentes de reprodução social em uma época, uma sociedade ou uma civilização. **Um delineamento histórico que deve ser entendido como resultado da consideração de múltiplos processos (de diferentes esferas da vida social: econômica, política, cultural), e que em suas articulações revela uma lógica**. Um sentido histórico continuamente em movimento, captado integralmente apenas no *pós festum*. Grosso modo, esse sentido - ou **essa lógica - pode ser sintetizado através de alguns indicadores genéricos: as relações básicas de trabalho e propriedade, a forma de divisão do trabalho social, o arcabouço técnico das atividades produtivas, a forma de estratificação social, os meios de dominação política básicos, as formas de legitimação das práticas vigentes, entre outros**. (2011, p.15. Grifo nosso).

Ao pensar a mineração no Piauí buscamos nos orientar pela seguinte questão: quais as particularidades do tempo presente o processo em análise possui? Conforme podemos depreender a partir da citação acima, esse processo, embora seja universal, tem a marca do tempo presente, o que lhe confere especificidades que merecem ser investigadas, de modo a compreendermos o fenômeno em sua totalidade. Esse processo tem ainda como desafio o fato de ser analisado no “arroubo do momento”, no desenrolar dos fatos e não no “*pos festum*” como diz Moraes. Tendo o estado do Piauí, só tardiamente, se constituído como uma “área de relevante interesse mineral”, o que, no máximo, nos mostra a “recorrência ao longo da história” dos processos de exploração das áreas periféricas, que especificidades podem ser identificados de modo a compreendermos a essência do fenômeno em curso?

Aos estabelecer essa discussão, tomamos o cuidado que Antonino (2019), baseado em Milton Santos, aponta ser necessário para analisar a dinâmica em torno dos territórios extrativo-mineral,

Não se quer incorrer no erro de considerar o lugar como autocontido, como alerta Milton Santos (2004), nem de reduzir as questões hegemônicas à escala global, pois elas só se realizam quando atingem os lugares, nesse caso, transformando-os em territórios extrativo-mineral (Antonino, 2019, p. 28)

Essas questões guiaram nossas reflexões na tentativa de captar a lógica em torno do processo em curso e, ao refletir sobre as especificidades locais, o fizemos orientados pelo entendimento de que, conforme Horieste Gomes.

Nas relações de produção estão incluídas as formas de propriedades sobre os meios de produção; a situação das classes e grupos sociais no processo da produção e em suas relações mútuas; e as formas de distribuição da produção. Em seu conjunto, as relações de produção formam a base econômica da sociedade (infraestrutura). Já, a ciência, os sistemas filosóficos, jurídicos, éticos, estéticos, etc., com as suas instituições correspondentes (o Estado, o Direito, os Partidos, as Organizações, as Instituições sociais, religiosas, etc.), e respectivas ideologias, constituem a superestrutura. Está juntamente com o modo de produção vigente numa sociedade, base material de sustentação, funcionam como um complexo orgânico unitário, cabendo à economia o papel determinante. A superestrutura, como produto da base, exerce ativa influência sobre o sistema econômico da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura, ou, em caso inverso, entravando-o (Gomes, 1991, p. 57. Grifo nosso).

No caso em investigação, as formas inerentes ao modo de produção, funcionando indissociavelmente à superestrutura, reproduzem no Piauí o processo universal da exploração capitalista em áreas periféricas, materializados quando da expansão de fronteiras e incorporação de novas áreas para a exploração da natureza e do trabalho.

Esse processo produz “espaço novo” e tende a alterar as dinâmicas territoriais pré-existentes, que, em si, já eram reflexo de outros elementos do tempo/espaço das sociedades históricas, sob a égide do capitalismo. Por essa razão, ao tentar se reproduzir, o capital se depara com processos de resistência à homogeneização capitalista do tempo presente, formatado pela ideologia dominante arraigada nas macroestruturas que se manifesta, entre outras esferas, no fazer das instituições do Estado classista, com seu planejamento econômico, elaboração e execução de políticas públicas.

Nesse sentido, para tentar compreender os processos para além da superficialidade aparente, nos debruçamos sobre referenciais teóricos que permitissem situar e explicar aquilo que já havíamos conhecido empiricamente em um primeiro contato, antes mesmo do trabalho de pesquisa. E que, durante os trabalhos de campo para a pesquisa, durante a participação em reuniões de mobilização de resistência ao avanço do licenciamento ambiental da mineração, se apresentavam com novos elementos a serem compreendidos no movimento de uma realidade pensada.

Buscando compreender os aspectos dos processos universais e as particularidades locais, a revisão bibliográfica englobou os temas do extrativismo, neoextrativismo e da mineração no contexto do Piauí, Brasil e América Latina. Associadas a leituras sobre a teoria do ajuste espacial de Harvey, apresentaram chaves interpretativas importantes para a compreensão do fenômeno em curso no Piauí. Em especial, permitiram entender a lógica por trás do avanço do capitalismo sobre novas áreas de exploração, como a que se encontra em curso no recorte estudado, envolvendo a mineração e setores estratégicos complementares como energia e transporte. Nesse sentido, foram fundamentais também as leituras sobre os temas dos grandes projetos, assim como uma leitura crítica sobre a perspectiva do desenvolvimento.

Essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a análise de documentos públicos, em especial os Planos Plurianuais – PPA's, e o Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí.

O primeiro, por ter força de lei e normatizar a condução do planejamento estatal. Sua análise contribuiu para compreendermos como o segmento da mineração foi, gradativamente, ganhando centralidade no planejamento econômico do estado, reforçando um modelo de Piauí enquanto produtor primário-exportador de *commodities*.

O segundo, por demonstrar como, no período de alta internacional do preço das *commodities*, o Piauí visou diagnosticar o setor mineral do estado, apontando gargalos econômicos do setor e sugerindo políticas públicas de fomento.

Outro documento importante no qual baseamos nossas análises, foi o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí – PDES – 2050. Embora não tenha sido dedicado um capítulo específico sobre ele, seu conteúdo foi discutido ao longo dos capítulos do trabalho.

Somam-se a esses a leitura de Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental, EIA-RIMA, em especial os do projeto SRN Mineração, mas não somente deste. Notas técnicas, decretos-leis, memorando e ofícios de órgãos do Estado, também foram importantes enquanto análise documental. Nesse aspecto, foi importante a utilização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, tanto o utilizado pelo Estado do Piauí, como os utilizados por órgãos do Governo Federal, como ANM, IPHAN, entre outros. Consultas documentais na junta comercial do Estado de São Paulo foram importantes para compreendermos melhor o funcionamento da SRN Mineração, sua expansão de capital enquanto empresa de capital fechado, os aportes dos seus acionistas, suas nacionalidades, suas naturalidades etc. entre outras informações, não necessariamente utilizadas no corpo do texto, mas que nos permite compreender o funcionamento da Holding SRN Mineração.

A cartografia cumpriu três papéis no trabalho. O primeiro deles, ao espacializar as pesquisas de mineração referentes ao Piauí, cadastradas na Agência Nacional de Mineração — ANM, contribuindo para desvelar o avanço local da expansão da fronteira mineral. O segundo, o de mostrar que esse processo se dá às expensas da existência de territórios camponeses e quilombolas existentes nas áreas em que se pretendem minerar. E o terceiro, de mostrar como o EIA/RIMA da SRN Mineração invisibilizou propositalmente que seu projeto invade o Território Quilombola Lagoas.

Para a produção dos mapas, foram realizadas a sobreposições de arquivos vetoriais, de vários órgãos como IBGE, INCRA, ICMBio e ANM. A habilidade para a produção dos próprios mapas para a tese veio graças a participação no curso de extensão⁹ de Introdução ao Geoprocessamento, realizado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC – UFPE, no primeiro semestre de 2018.

Já o raciocínio geográfico impresso nos mapas foi desenvolvido a partir do conhecimento da possibilidade de “subversão” dos mapas. Fomos obtendo essa compreensão a partir de experiências como a participação na oficina de mapeamento com os indígenas Pankararus¹⁰, ocorrido na TI Entre Serras Pankararus, durante trabalho de campo do LEPEC, em agosto de 2018. Bem como pela participação no curso de “Mapas para os Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais: uma introdução”, realizado na sede da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, Recife, em novembro de 2018. Mas, foi sobretudo pela solidariedade dos amigos¹¹ com experiência em produção de mapas e nos debates sobre cartografia, que o conhecimento necessário para elaboração dos próprios mapas foi e vem sendo desenvolvido. Esse acúmulo de diálogos nos permitiu propor uma “contra cartografia” de desvelamentos, focada em evidenciar o avanço da fronteira minerária sobre territórios tradicionais e camponeses.

Outro aspecto importante da construção da pesquisa foi a participação em GT's de eventos científicos, nos quais apresentamos ideias embrionárias do trabalho em construção para ouvirmos as críticas e sugestões de coordenadores e participantes, que foram servindo de balizamento no processo de escrita. Entre estes, destacamos as edições XII e XIII do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE, ocorridas em 2017 e 2019,

⁹ Ministrado pelo Doutorando Girlan Cândido da Silva, o curso de extensão teve a participação de militantes do movimento social como MST, CPT e Juventude Camponesa de Palmares – PE, além de alunos da graduação em Geografia da UFPE e dos membros do LEPEC.

¹⁰ A atividade foi conduzida pelo Dr. Avelar Araújo Santos Junior, Professor da UFAL, como parte do seu Estágio de Pós-Doutorado na UFPE, sob orientação do Professor Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.

¹¹ Mencionados nos agradecimentos.

respectivamente na UFRGS/Rio Grande do Sul e na USP/São Paulo; a participação no VIII e IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, realizados em 2017 e 2019, respectivamente na UFPR/Curitiba e na UFPE/Recife e no X Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU, ocorrido em 2018 em Montevideu.

Mas, foi sobretudo a participação em atividades ligadas aos movimentos sociais que contribuíram para ampliar nosso horizonte e nos colocar em sintonia com o debate crítico da mineração no Brasil. Entre estes, destacamos a participação no I Encontro Nacional do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM, realizado entre os dias 18 a 21 de maio de 2018, no Centro Comunitário São Sebastião, em Parauapebas – PA; a participação no I Fórum de Mineração e os Impactos Socioambientais no Piauí, ocorrido em junho de 2019 na UFPI e a participação no V Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores (As) na Mineração, ocorrido entre os dias 6 e 7 de julho de 2019, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Guararema-São Paulo (Figura 3).

Figura 3 – Participação em eventos dos Movimentos Sociais.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal, 2018-2019.

Também foram importantes dois momentos de partilha e diálogo sobre o andamento da pesquisa com os sujeitos das áreas ameaçadas pela mineração no território Serra da Capivara. Essas duas atividades foram proporcionadas pela Cáritas de São Raimundo Nonato. Um desses momentos de diálogo aconteceu durante a pandemia, remotamente e envolveu moradores do Território Quilombola Lagoas.

Já o primeiro deles, em 2019, ocorreu presencialmente. A fala se realizou no auditório da Cáritas de São Raimundo Nonato e teve entre os participantes moradores do Território Quilombola de Lagoas, especificamente das comunidades de Lagoa das Emas, Lagoa do Moisés, Lagoa da Firmeza; Comunidades do entorno da Cova da Tia, em Bonfim do Piauí; comunidade Pé do Morro e Nascimento, próximas ao morro do Mel em São Raimundo Nonato, Assentamento Novo Zabelê, e estiveram presentes também agentes da Cáritas, MAM-PI, MST, representantes da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológicas do Semiárido Piauiense – APASPI (Figura 4). Nessa ocasião, os dados, em especial os primeiros mapas da contra cartografia, foram compartilhados, e houve uma discussão sobre os receios que sentiam devido ao avanço das mineradoras em seus territórios.

Figura 4 – Partilha da pesquisa na Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato.



Fonte: Roseli Pires, junho de 2019.

Quanto aos trabalhos de campo que havíamos planejado para serem realizados de maneira mais intensa no ano de 2020, ficaram impossibilitados de ocorrer em virtude da pandemia global causada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19¹². A infecciosidade do vírus, associada à saturação do sistema de saúde nacional e o elevado número de vidas perdidas, impuseram uma série de restrições nos mais diversos segmentos da sociedade. Como consequência da epidemia da Covid-19, uma série de trabalhos de campo que estavam previstos em nosso plano de trabalho anual apresentado no início de 2020 foram suspensos.

Como as atividades de campo ocorreriam em comunidades tradicionais, incluindo diversas localizadas no Território Quilombola Lagoas e seu entorno, adotamos a postura de que, mesmo com a adoção de medidas sanitárias, como uso de máscara e álcool em gel, poderíamos oferecer riscos para as populações tradicionais¹³. Nosso plano de trabalho e metodologia previam a necessidade de circulação do pesquisador para realizar “entrevistas individuais” e “entrevistas em grupo”. A metodologia previa ainda a reunião com moradores para socializar aspectos da pesquisa e realizar oficinas referente ao uso do SIGMINE, para que eles próprios acompanhassem o andamento dos processos minerários que incidem sobre suas comunidades.

Considerando que essas comunidades se localizam em municípios com uma rede de atendimento médico voltada para cuidados básicos, com carência de leitos clínicos e de UTI, segundo estudos publicados pelo Observatório da UESPI sobre a Covid; considerando também que as áreas em que seriam realizadas as atividades da pesquisa apresentaram números elevados de infecções da Covid-19, em especial São Raimundo Nonato e municípios limítrofes; e, considerando ainda que o território Quilombola Lagoas, que se localiza em área de cinco municípios, onde parte desses trabalhos de campo seriam realizados, também registrou casos de contaminações pelo vírus Corona, achamos a suspensão prudente.

¹² Dados de 14 de julho de 2023 apontam que, no Brasil, foram 37.693.506 de casos, com um total de 704.320 óbitos. Entre os casos, 7.400.177 foram registrados na região nordeste, causando o óbito de 135.667 pessoas. O Piauí registrou 433.128 casos e 8.389 vidas foram perdidas em decorrência da doença e pela demora – deliberada – na aquisição das vacinas por parte do Governo negacionista de Jair Bolsonaro.

¹³ Durante a pandemia, participamos de uma reunião virtual na qual estavam presentes representantes da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública Federal e Estadual do Piauí. Nesta reunião, definiu-se que o MPF-PI expediria uma recomendação para que fossem suspensas pesquisas das mineradoras no Território Quilombola Lagoas durante a pandemia. Como doutorando que realizava uma pesquisa que pode colaborar com a compreensão de questões envolvidas no processo de avanço da mineração que afetam as comunidades, achamos a medida acertada e a cumprimos, pois, a segurança das pessoas e a vida humana deve sempre vir em primeiro lugar. Essa recomendação, no entanto, não foi seguida pelas mineradoras, que se ampararam na portaria nº 135, de 28 de março de 2020, que definiu a mineração como atividade essencial. Por causa dessa portaria, durante a pandemia foi possível para mineradoras realizar a pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas; beneficiar e processar bens minerais; também foi permitida a transformação mineral; a comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral; e o transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva. A referida portaria foi publicada por Bento Albuquerque, ministro de minas e energia do governo ultraliberal de Jair Bolsonaro.

Nossa pesquisa previa também a reavaliação de atividade de campo nos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões do Piauí, na parte leste do estado. Como não foi possível a realização dos campos nesses municípios, tomamos o caso da SRN Mineração e das comunidades por ele afetadas como exemplo empírico dessa nossa pesquisa, que nos permitiu escrever o capítulo 4.3 e 4.3.1.

Ainda assim, foram realizados trabalhos de campo nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Trabalhos de campo realizados durante a pesquisa.

Local	Atividade realizada	Data
Parauapebas – PA	Viagem com a delegação do MAM – PI para o I Encontro Nacional do MAM; Registros fotográficos; Realização de entrevista coletiva com a delegação, na qual coletamos sugestões sobre como a tese poderia contribuir localmente com o debate da mineração.	18 a 21 de maio de 2018
São Raimundo Nonato – PI	Roda de conversa e partilha da pesquisa com moradores de áreas ameaçadas pela mineração, Agentes Cáritas e membros da APASPI. Local: auditório da Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato.	12 de junho de 2019
Fartura do Piauí	Entrevista com Dona Petronília, comunidade Pé do Morro; Entrevista com Dona Raimundinha, entrevista com Seu Paulo, comunidade Santo Antônio; Entrevista com Dona Raimunda, comunidade Valério II.	13 de junho de 2019
Bonfim do Piauí	Campo exploratório, comunidade Espírito Santo. Registros fotográficos, conversa não gravada com seu Pedro Viana.	13 de junho de 2019
São Raimundo Nonato	Entrevista com seu Paulo, comunidade Nascimento; Campo exploratório no Morro do Mel; Campo exploratório e visita a farinha na comunidade Santo Antônio.	14 de junho de 2019
Capitão Gervásio Oliveira	Participação na audiência Pública do Projeto Piauí Níquel.	18 de junho de 2019
São Raimundo Nonato	Participação na audiência Pública do Projeto Piauí Níquel.	09 de dezembro de 2019
Bonfim do Piauí	Entrevista coletiva com a família de Seu Pedro Viana e Dona Dézinha, na comunidade Espírito Santo.	12 de dezembro de 2019
Bonfim do Piauí	Entrevista coletiva com a família de Dona Lolita e Seu Deusinho, comunidade André.	12 de dezembro de 2019
São Lourenço do Piauí	Registros fotográficos no Morro Alto; Conversa não gravada com moradores.	11 de dezembro de 2022
Dirceu Arcoverde	Entrevista com Dona Izabel Macêdo; Entrevista com Seu Antônio Ribeiro Alves.	11 de dezembro de 2022
São Raimundo Nonato	Participação na audiência pública do Projeto SRN Mineração.	16 de maio de 2023
Bonfim do Piauí	Participação da audiência pública do Projeto SRN Mineração.	16 de maio de 2023
São Raimundo Nonato	Entrevista com Seu Cláudio Teófilo, comunidade Calango.	25 de junho de 2023

Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro trabalho de campo, ocorrido em Parauapebas, Pará, durante o I Encontro Nacional do Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração — MAM, foi particularmente importante na estruturação dessa pesquisa. Nele tivemos acesso a um debate crítico sobre a mineração por meio das mesas, dialogamos com integrantes de várias delegações de diferentes partes do país, conversamos com outros pesquisadores, interagimos em grupos de trabalho com debates sobre problemas específicos da mineração, entre outras experiências. Aproveitamos o momento para realizar uma entrevista coletiva com a delegação do Piauí (Quadro 2), na qual tivemos em vista sondar se, e de que maneira, a pesquisa poderia contribuir com o debate da mineração enfrentado pelas comunidades. Das respostas obtidas nessa ocasião, formulamos parte das questões do nosso roteiro de entrevista semiestruturado que aplicamos nas entrevistas individuais e coletivas que realizamos posteriormente.

Quadro 2 – Entrevista coletiva com delegação do MAM – PI que participou do I Encontro Nacional do MAM.

Entrevistado	Sugestões apontadas para a Pesquisa
Andreia Viana, Moradora da Comunidade Espírito Santo. Professora da rede municipal de educação de Bonfim do Piauí.	“Quanto a contribuição científica, ver cientificamente a questão do meio ambiente. Ver o potencial das nossas comunidades, o que ela produz, pra gente usar como defesa. A questão do mel, a questão dos criatórios, a questão do patrimônio cultural que tem lá, no caso da Cova da Tia. Eu acho que, cientificamente, esses é o caminho pra que, para que gente use como defesa, pra evitar [a mineração].”
Sidnei Viana, morador da comunidade Lagoa da Firmeza, Território Quilombola Lagoas.	“Percebo que no território quilombola os jovens ainda não tão se importando muito pela causa da mineração dentro do território. São sempre as pessoas mais avançadas, mais idosas, mais vividas que já sabem, que as pessoas começaram as pesquisas dentro do território. Eu acho que fazer a juventude, não só a juventude do território, procurar se organizar mais em associações, em outros grupos, para fortalecer mais o território. Buscar projetos que venham colaborar para tentar impedir a causa mineral no território quilombola.”
Bartolomeu Viana, Morador do Alto Alegre, Bonfim do Piauí.	“O setor lá, onde eu conheço, é uma região que produz, que tem produção de mel. O setor lá pesquisado [pelas mineradoras] não é uma área tão adequada à agricultura, por causa dos morros, né? Mas é de um grande potencial de vegetação e de capins para os animais. E fica em redor lá do morro, várias localidades de criadores. E de todas aquelas localidades, os animais procuram aquele setor lá pra se alimentar, que é um setor grande e tem muita pastagem nativa. Com a mineração, com certeza vai, todas aquelas localidades lá, vão ter que ir pra outro lugar, né? Que não tem condições de permanecer no local. A gente imagina implantar um projeto, como nós já tem um local cultural, em que o pessoal faz algum tipo de penitência. É muito importante pra cultura, é reconhecido como um patrimônio cultural do município, local chamado da Cova da Tia. Eu acho que se as universidades pudessem colaborar nesse sentido, seria muito importante.”

Entrevistado	Sugestões apontadas para a Pesquisa
Neuma Borges. Militante, articuladora e mobilizadora de famílias em comunidades do território Serra da Capivara. Atua como assessora do Território Quilombola Lagoas	“Em relação ao trabalho científico eu já até havia pensado em algumas coisas, não sozinha, mas dialogando com a Ceci, dialogando com Sulica, dialogando com você, dialogando. Porque nós temos um potencial imenso, né? Andreia colocou o potencial das cadeias produtivas, que é uma forma de enfrentamento. Eu acho que uma primeira delas, porque vem da base, né? E se nós não organizarmos a base, que são as famílias, que é o modo de vida delas, é o modo de produção que elas têm, nós vamos partir de uma coisa mais distante. Tem que partir de dentro, né? De dentro daquilo que realmente eles conhecem, que realmente eles querem, então esse é um dos pontos fundamentais. O outro é essa questão da formação, que, eu ainda não, não pensei. Não sei como, mas eu acho que é uma coisa pra gente começar a pensar nessa questão da formação para a juventude e pra mulheres. O que fazer? Como fazer? E aí, buscar, buscaria um histórico das comunidades, buscaria a identidade realmente como era, como elas eram antes, como está sendo hoje? Colocar isso em prática, trabalhando com essa juventude. E que seja também uma formação que, além de deixar registros, além de trazer projetos para as comunidades, que ela também seja profissionalizante, de maneira que as pessoas façam e tenham valor e qualidade naquilo que eles fazem.”

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir de entrevistas realizadas durante o I Encontro Nacional do MAM, Parauapebas – PA, 18 a 21 de maio de 2018.

Metodologicamente, as sugestões apresentadas no Quadro 2, nos guiaram a colocar em evidência não apenas os relatos dos sujeitos sobre a mineração, mas também as perspectivas dos moradores locais sobre o modo como eles vivem, como se relacionam com a natureza, como realizam suas atividades cotidianas do trabalho. Para além de querer entender como eles percebem a ameaça da mineração, essa ação explicitou como eles se reconhecem enquanto agricultores, criadores, e sobre a importância da apicultura e do mel para as famílias camponesas da caatinga. Além disso, teve centralidade o valor que eles dão para aquilo que realizam no mundo e que os fazem se reproduzir social, cultural e materialmente. A visão que eles possuem sobre a mineração, associadas a tentativa de esmiuçar o modo de organização da vida a partir de suas práticas cotidianas de trabalho, relação com o território e natureza, nos permitem conhecer um prisma distinto do discurso oficial dos documentos, das reportagens, que veem nos grandes projetos a forma única de ser dos territórios “vocacionados”.

A última das entrevistas, realizada com o Sr. Cláudio Teófilo Marques, morador da comunidade Lagoa do Calando, no Território Quilombola Lagoas, foi transcrita integralmente. A compreendemos como um documento histórico, que tivemos a honra de grafar nas páginas desta tese, para registrar a trajetória de vida do entrevistado, que se confunde com a resistência do Território Quilombola Lagoas e pela luta por territórios livres de mineração. Seu Cláudio tem sido uma das principais lideranças na luta pela titulação do quilombo. Foi dele também que

partiram as primeiras denúncias sobre o avanço das mineradoras no território quilombola, despertando a atenção e mobilizando outras comunidades afetadas.

Sua entrevista transitou entre o papel fundamental das terras de uso comum, a forma peculiar que localmente os caprinos são criados, que faz com que a memória dos antepassados seja lembrada no realizar do trabalho. De modo especial, seu olhar holístico e sua compreensão escalar do fenômeno, serve de alerta para o fato de que a mineração coloca em risco não apenas o seu território, não apenas os quilombolas, mas toda a população que habita a área das sub-bacia do rio Piauí, nessa região do semiárido brasileiro.

As informações que os trabalhos de campo forneceram serviram de ponto de partida, embasamento elementar, para contrapor o discurso oficial do Estado, que defende a instalação dos projetos extrativos minerais no Piauí, bem como contrapor discurso e informações tendenciosas contidas no EIA/RIMA da SRN Mineração.

As contradições presentes nesse conflito, são resultantes de processos sociais concretos, materialização da luta de classes na qual também o Estado se posiciona, materialização das ontologias territoriais e das formas de se relacionar com a natureza de grupos sociais distintos. Essa análise dos contraditórios, embasa nossa interpretação síntese desse processo, manifestada ao longo da tese.

2 EXTRATIVISMO E AMÉRICA LATINA: UMA RELAÇÃO INCINDÍVEL NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

2.1 DIFERENTES TIPOS DE EXTRATIVISMO: PERSPECTIVAS INCONCILIÁVEIS

EXTRAÍMOS OS FRUTOS DAS ÁRVORES
 EXPROPRIAM AS ÁRVORES DOS FRUTOS
 EXTRAÍMOS OS ANIMAIS DA MATA
 EXPROPRIAM A MATA DOS ANIMAIS
 EXTRAÍMOS OS PEIXES DOS RIOS
 EXPROPRIAM OS RIOS DOS PEIXES
 EXTRAÍMOS A BRISA DO VENTO
 EXPROPRIAM O VENTO DA BRISA
 EXTRAÍMOS O FOGO DO CALOR
 EXPROPRIAM O CALOR DO FOGO
 EXTRAÍMOS A VIDA DA TERRA
 EXPROPRIAM A TERRA DA VIDA
 POLITEÍSTAS!
 PLURISTAS!
 CIRCULARES!
 MONOTEÍSTAS!
 MONISTAS!
 LINEARES!

NÊGO BISPO

A poesia acima, de autoria de Nêgo Bispo, quilombola do Território Saco Cortume, localizado no semiárido piauiense, apresenta uma profunda reflexão sobre as relações entre sociedade e natureza, evidenciando finalidades e intensidades distintas na sua apropriação. Bispo diferencia extrativismo de expropriação da natureza, apontando pistas para compreendermos que, a partir de cosmovisões contrastivas, se manifestam formas diferenciadas de pensar e ser no mundo, consequentemente resultando em maneiras antagônicas de se relacionar com a natureza. Conforme o mestre quilombola, em seu livro *Colonização, Quilombos, modos e significados*, temos de um lado grupos sociais com seus saberes orgânicos e em profunda biointeração com a natureza e, de outro, grupos sociais dela apartada por processos sintéticos e de manufaturamento, matrizes a partir das quais se realizam no mundo (Santos, 2019). A poesia e os conceitos apresentados por esse autor delineiam o debate que propomos nesse trecho do trabalho.

Partindo da reflexão inicial provocada por Nêgo Bispo, nosso intuito nessa parte do texto é o de discutir a respeito da relação entre sociedade e natureza, usando a categoria do

extrativismo como uma referência capaz de fornecer pistas que permitam compreender as diferentes lógicas envolvidas nesse processo de interação, bem como as consequências decorrentes dessa relação. Partimos do princípio elementar de que para um grupo social praticar a extração de elementos da natureza é necessário que ele disponha de uma fração do espaço geográfico onde a natureza esteja presente e onde essa atividade possa ser praticada. Dessa forma, a posse, uso e controle do território tem centralidade nessa análise. Podemos falar da existência de territórios onde a territorialidade, além da perspectiva do poder, se constitui plasmada pela lógica de mundo desses grupos, onde a intencionalidade, a maneira, a intensidade com a qual se relacionam com a natureza e, de modo específico, a razão em torno da qual realizam a extração, tem muito a nos dizer por materializarem relações sociais. É com esse olhar que se busca aqui debater sobre perspectivas, definições e tipologias do extrativismo.

É dentro desse contexto, da apropriação predatória do capital sobre a natureza e dos povos “heterogêneos” que habitam territórios tradicionais e camponeses que possuem uma relação não predatória com a natureza, que a utilização do termo extrativismo tem se tornado cada vez mais comum entre os sujeitos nos territórios, movimentos sociais e, também, na Universidade, enquanto categoria analítica empregada para compreender a intensificação da exploração da natureza e dos conflitos territoriais no início do século XXI, ocorridos em países periféricos como os que compõem a América Latina. No campo da ciência geográfica o termo tem sido bastante utilizado, em especial na Geografia Agrária, para compreender os impactos das atividades extrativas na conjuntura de ascensão dos chamados Governos Progressistas¹⁴, que realinharam as economias dos países latino-americanos para a especialização produtiva

¹⁴ Conforme Zibechi e Machado (2017) o progressismo iniciou em 1998 com a eleição de Hugo Chávez para presidente da Venezuela, com uma margem de 60% dos votos, espalhando-se posteriormente a outros países latino-americanos. Para Svampa (2019) o progressismo se estendeu até aproximadamente os anos de 2015 – 2016 e se caracterizou pela chegada ao poder de partidos de esquerda ou de centro-esquerda. Ainda conforme Svampa, embora esses partidos tenham se afastado da orientação neoliberal a respeito do papel do Estado na economia, sobretudo ao ampliarem os recursos destinados a programas sociais e possibilitando a inserção de uma significativa parcela da população no circuito do consumo, esses governos não questionaram a hegemonia do capital transnacional em suas economias. No Brasil, caracterizou-se pela chegada à presidência do Partido dos Trabalhadores, com a eleição de Lula (2003–2010) e sua sucessora, Dilma Rousseff (2011–2016), retirada do poder por meio de um golpe parlamentar, sustentado pelo judiciário e pela mídia.

primária, tais como a exploração mineral, petrolífera e do agronegócio, sendo essa situação agravada com a chegada ao poder de governos ultraliberais¹⁵ adeptos do neoconservadorismo¹⁶.

Entendemos que para além das definições que se possa atribuir ao termo extrativismo, faz-se necessário situá-lo ao longo do processo histórico da chamada modernidade¹⁷, de modo a compreender suas implicações na configuração tanto dos modos de vida tradicionais e camponeses quanto da economia capitalista e como isso influencia na produção e organização territorial. Para explicitar essa relação contraditória, argumentaremos em duas etapas. A primeira demonstrando a acumulação originária e o desenvolvimento do capitalismo, e na sequência a relação entre a crise econômica e espoliação da natureza.

Araoz (2016) aponta que o extrativismo se configura como um “*dispositivo colonial do geometabolismo do Capital*”, amparando-se no “*vínculo orgânico*” que existe entre as economias industrializadas e as regiões coloniais, apontado por Rosa Luxemburgo. Nesse sentido, esse autor analisa que:

[...] efetivamente, o extrativismo não é um modo de produção, mas tampouco é uma fase dos processos produtivos, nem algo que defina somente a economia de um país ou região onde se realiza a extração. Nem é um fenômeno recente, nem algo atemporal. O extrativismo é um fenômeno estrutural, historicamente delimitado à moderna era do Capital. Emerge como produto histórico geopolítico da diferenciação e hierarquização originária entre territórios coloniais e metrópoles imperiais - os primeiros concebidos como meros espaços de saque e espólio para o aprovisionamento dos segundos (Araoz, 2016, p. 454).

¹⁵ Wanderley, Gonçalves e Milanez, a partir do que vem sendo praticado pelo presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, apresentam as seguintes características para um governo de perfil ultraliberal: “intensificação da agenda econômica liberal anterior, agora ultraliberal, que acelera a desregulamentação e a passagem de ativos públicos para a iniciativa privada. Além disso, se acrescenta um caráter marginal na ação do próprio Estado e de seus governantes, que incentivam e são coniventes com crimes; propõem medidas inconstitucionais e de lesa-pátria; não praticam o debate democrático e utilizam do subterfúgio das informações falsas (fake news); assim como ameaçam recorrentemente opositores, os outros poderes da república e os direitos dos trabalhadores e das minorias (2020, p. 561).”

¹⁶ Conforme Harvey, o “programa neoconservador de política externa foi formulado no *Project for the New American Century* [Projeto para o novo século americano], que começou a ser implementado em 1997. [...]. O Projeto é ‘dedicado a umas poucas proposições fundamentais: a de que a liderança norte-americana é boa tanto para os Estados Unidos como para o resto do mundo; a de que essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais; a de que bem poucos líderes políticos defendem hoje a liderança global’” (2014, p. 155). Ainda conforme Harvey (2014) o neoconservadorismo dá continuidade a uma economia política de acumulação por espoliação, sendo inerente a este pensamento a prática do imperialismo estadunidense. Marcam a ascensão do neoconservadorismo ao poder a eleição do republicano George W. Bush para a presidência dos EUA em 2000 e a escolha de pessoas predispostas a legitimar ações autoritárias por parte do Estado para a composição do seu governo, a exemplo da guerra travada pelo petróleo iraquiano sob a justificativa de combate ao terror e defesa da democracia. Sua base de sustentação se alicerça em um eleitorado nacionalista, composto por grupos cristãos fundamentalistas, que entre outras pautas defendem o criacionismo e se pautam em princípios morais como o a homofobia, a misoginia (pauta antiaborto) e no sionismo (Harvey, 2014, p. 154-155)

¹⁷ Para Cruz (2017), a modernidade e a organização colonial do mundo se constituíram a partir do domínio Ibérico sobre a América Latina.

Nessa mesma lógica Alonso (2015), aponta que o processo de expansão do extrativismo que se realiza no período atual, respaldado pelo Estado em detrimento das consequências que causa ao meio ambiente e a populações camponesas, como os processos de desterritorialização, pode ser interpretada como sendo uma espécie de reprodução do conceito de “acumulação primitiva”, desenvolvido por Marx no século XIX. Sua particularidade contemporânea reside no fato de que a acumulação primitiva do tempo presente não se realiza tal qual no passado, como sendo o elemento fundante do sistema capitalista. Com o sistema econômico consolidado, na atualidade, não busca mais acumular para se realizar enquanto capital, mas sim para manter suas altas taxas de lucro. Para isso, segue o princípio de separar sociedade da natureza, dos meios de vida e produção, pois, assim, garante força de trabalho disponível e a baixo custo, garantindo sua reprodução ampliada. Daí a centralidade que o debate a respeito do extrativismo adquire na atualidade.

Amparando-nos nas proposições de Nêgo Bispo, Araoz e Alonso, compreendemos que o extrativismo manifesta dialeticamente a síntese contraditória das formas de se relacionar com a natureza, pois ao mesmo instante em que é praticado por grupos que possuem modos de vida profunda e indissociavelmente ligados a ela, também é praticado por grupos que se consideram separados da natureza e superiores a outros povos, subordinando e explorando, tanto natureza quanto grupos sociais, conforme os seus interesses.

Ao forçar uma hegemonia sobre a natureza, esse grupo subordina também territórios e, conseqüentemente, as formas de vida tradicionais que nele habitam e fazem uso. A privação da biointeração (Santos, 2019) dos povos tradicionais com a natureza, a separação entre sociedade e natureza é a motriz de todo o sistema capitalista, tanto no passado quanto no presente, mesmo nesse momento de profunda financeirização, especulação do capital e da crise de reprodução ampliada do capital. Temos, assim, populações que praticam o bioextrativismo¹⁸ historicamente em luta contra as ameaças e expropriações executadas pelo capitalismo extrativista¹⁹.

Para Mitidiero Junior (2016), a crise imobiliária e de crédito de 2008, reflexo da crise estrutural do capital, foi precedida por uma crise do setor produtivo industrial, que perdeu seu espaço para o capital especulativo. A crise, que dificulta a reprodução ampliada do capital, contraditoriamente fez crescer o volume de investimentos nas áreas rurais, ou voltaram-se para

¹⁸ O termo bioextrativismo é utilizado por Rego para caracterizar a extração realizada por populações tradicionais da Amazônia, “baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária e sobredeterminada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza” (1999, p. 5).

¹⁹ O termo capitalismo extrativista é utilizado por vários autores, dentre os quais Haesbaert (2020) e Gonçalves (2016).

atividades que envolvam os bens naturais, em um processo de apropriação da natureza para convertê-la em mercadoria que se apresenta, momentaneamente — frisa o autor, como um refúgio no qual o capital especulativo pode, seguramente, se reproduzir a partir da renda.

Já Raul Zibechi aprofunda a complexidade da utilização do termo extrativismo ao chamar a atenção para o fato de que o capitalismo se configura como uma formação social, um tipo de sociedade que, na atualidade, tem como característica uma cultura dominante pautada no extrativismo, entendido enquanto apropriação e roubo, e não apenas um sistema econômico.

O capitalismo não é uma economia, mas um tipo de sociedade (ou formação social), apesar de existir, evidentemente, uma economia capitalista. Com o extrativismo sucede algo similar. Se a economia capitalista é acumulação por extração de mais-valia (reprodução ampliada do capital), a sociedade capitalista produziu a separação da esfera econômica da política. A economia extrativista — de conquista, roubo e pilhagem — é apenas um aspecto de uma sociedade extrativista, ou uma formação social extrativista, que é a característica do capitalismo na fase em que o capital financeiro é dominante.

Para além dos termos, interessa sublinhar que vivemos numa sociedade cuja cultura dominante é de apropriação e roubo. Por que enfatizar a existência, hoje, de uma cultura extrativista — diferente da que foi hegemônica em outros períodos do capitalismo? Porque nos ajuda a compreender em que tipo de mundo vivemos e as características do modelo contra o qual nos rebelamos (Zibechi, 2016, n.p.).

Diante dessa complexidade, para realizar essa problematização é indispensável esclarecer a respeito das diferentes conotações que o extrativismo carrega, a depender dos sujeitos ou agentes que o executam. Desse modo, se faz necessário explicitar sobre qual tipo de extrativismo se está tratando, sendo fundamental realizar os seguintes questionamentos: quem pratica o extrativismo? Qual a finalidade da extração? Em que intensidade ela é realizada?

Essa pluralidade de definições é reconhecida por instituições oficiais, como o Ministério do Meio Ambiente – MMA do Brasil, que em texto que trata a respeito das características do extrativismo, aponta que:

São identificadas na literatura pertinente ao tema **três formas de extrativismo: mercantil-capitalista, comunitária e pequena produção familiar**. A primeira forma de extrativismo está ligada à exploração estritamente comercial e à lógica empresarial, enquanto as demais formas são exercidas por pequenos produtores camponeses e por povos e comunidades tradicionais. Há também três tipos principais de extrativismo realizados por comunidades tradicionais: animal, vegetal e marinho. Eles estão ligados à natureza do produto coletado e ao meio onde este se encontra (MMA, 2016, n.p. Grifo nosso).

Pela classificação acima do MMA, podemos inferir que o extrativismo é colocado em prática conforme o pensamento social do grupo praticante. Na sociedade do capital, o extrativismo está associado à forma intensa de produção de mercadorias a partir da lógica

empresarial e financeira. Já entre povos tradicionais e camponeses, a extração está associada diretamente ao autoconsumo ou a subordinação destes grupos ao mercado. Em ambos os casos, são fundamentais para a reprodução social dessa população.

Andrade (1987), aponta que a utilização dos termos extrativismo e indústria extrativa se emprega para definir todas as atividades de exploração da natureza na qual o homem não tenha trabalhado no sentido de produzi-las. Ao empregar dois termos, extrativismo e indústria extrativa, o autor mostra também que existe uma diferenciação na forma de realizar as extrações, estando essa diferença ligada a graus de intensidade. Ainda conforme Andrade, a natureza se subdivide em três reinos (animal, vegetal e mineral), sendo a caça e a pesca exemplos de extrativismo animal, a exploração florestal e as coletas como exemplo de extrativismo vegetal e a exploração das minas como exemplo de extrativismo mineral. Nessa perspectiva, no extrativismo, a utilização do trabalho reside exclusivamente no processo da extração dos elementos fornecidos pela natureza e em um incipiente beneficiamento, sem que haja emprego do trabalho humano no sentido de produzi-las. Por exemplo, um caranguejo é extraído do mangue sem que tenha sido criado pelo seu catador, uma mangaba é coletada sem que a mangabeira tenha sido plantada, assim como um minério extraído do subsolo foi produzido por forças da natureza, sem ação do trabalho para a sua formação. Destaca-se que o extrativismo animal mencionado por Andrade contempla o extrativismo marinho realizado por comunidades pescadoras, mencionado na definição de extrativismo do Ministério do Meio Ambiente.

Ainda no sentido da pluralidade de aplicações para o termo extrativismo, Dilger e Pereira Filho esclarecem que:

A rigor, em português, o termo remete a qualquer atividade praticada pelo ser humano que envolve a obtenção de produtos da Natureza, abarcando a extração vegetal, mineral e animal, em uma relação que pode ou não ser pautada pelo equilíbrio com o meio ambiente. Trata-se de uma atividade, assim, que remonta à própria interação do homem com seu habitat.

Segundo essa definição, consideram-se hoje atividades extrativas tanto a coleta realizada por povos indígenas ou a pesca efetuada por comunidades litorâneas, como também a exploração desenfreada do solo para a mineração. Tradicionalmente, no entanto, no Brasil, a palavra vem sendo associada ao convívio equilibrado do homem e seu meio. A legislação que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza é um exemplo disso, ao definir extrativismo como “Sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis”. Uma aplicação prática dessa acepção são as chamadas “Reservas extrativistas” (RESEX), espaços territoriais protegidos cuja finalidade é justamente proteger os meios de vida e cultura das populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais de uma localidade (Dilger; Pereira Filho, 2016, p. 19 – 20).

A Reserva Extrativista — RESEX, mencionada por Dilger e Pereira Filho na citação acima, foi criada pela Lei 9.985/2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC. A Resex faz parte do grupo das Unidades de Uso Sustentável e sua regulamentação consta no artigo 18, parágrafo de 1 a 7 da referida Lei:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Regulamento)

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade (ICMBIO, 2009, p. 16 – 17. Grifo nosso).

Conforme é possível observar no artigo 18 da Lei 9.985/2000, a RESEX configura uma contradição no seio da sociedade capitalista. Isso porque, sua criação e regulamentação se dá pela legislação dessa sociedade. Porém, para isso ocorrer, precisa ser conquistada por movimentos sociais antagônicos ao modelo de sociedade vigente. Por essa razão, ao ser conquistada, a RESEX se realiza como uma antítese ao modelo sob o qual se processam as relações sociedade/natureza de uma formação social capitalista extrativista, conforme apontada por Zibech (2016). Isso pode ser observado na forma coletiva de uso do território, na forma de gestão compartilhada da reserva, na forma como é tratada a exploração madeireira, não sendo permitida sua exploração como atividade principal e liberada apenas em situações especiais e seguindo o plano de manejo da unidade de conservação, além de serem proibidas a caça e a exploração mineral. Essa lógica contraditória da apropriação da natureza e da produção do espaço produz também territórios antagônicos, com territorialidade diferenciadas, resultantes de modos de vida e cosmovisões distintas.

De acordo com o Memorial Chico Mendes, a RESEX se constitui como uma política pública conquistada a partir da luta organizada pelos povos da Amazônia frente ao avanço de atividades ameaçadoras para a floresta e para as famílias nela residentes. A proposta de criação, que tem como inspiração as reservas indígenas, surgiu em 1985 durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros.

A ideia de Reserva Extrativista surgiu em 1985 durante o 1.º Encontro Nacional dos Seringueiros como uma proposta para assegurar a permanência dos seringueiros em suas colocações ameaçadas pela expansão de grandes pastagens, pela especulação fundiária e pelo desmatamento. O conceito surgiu entre populações extrativistas a partir da comparação com as reservas indígenas e com as mesmas características básicas: as terras são da União e o usufruto é das comunidades. Uma espécie de reforma agrária apropriada para os moradores da floresta.

Duas fases podem ser identificadas no processo de construção da proposta. A primeira, de 1985 a 2000, cobre o período no qual o conceito de Reserva Extrativista foi formulado pelos seringueiros e incorporado às políticas de reforma agrária e de meio ambiente. A segunda fase, de 2000 ao presente, é de luta pela criação de novas áreas e pela implementação de programas sociais e econômicos visando a melhoria das condições de vida dos moradores destas áreas (Memorial Chico Mendes, s/d, n/p).

Conforme evidenciado, as RESEX são uma conquista importante, fruto da luta dos povos extrativistas organizados pela defesa dos seus territórios, do seu modo de vida e da sua fonte de sobrevivência e de reprodução social e material. Em resumo, ela se constitui como um ordenamento jurídico, ao qual grupos extrativistas recorrem na luta contra a desterritorialização provocada pelo avanço de atividades econômicas sobre seus locais de moradia e trabalho. Ela reifica tanto os conceitos de *reserva* quanto de *extrativismo*, visto que foi baseada na perspectiva das terras indígenas, mas voltada para outros grupos sociais, como também fomenta o debate do extrativismo a partir do modo de vida desses sujeitos coletivos, organizados politicamente e não apenas como uma simples atividade produtiva/econômica.

Observa-se um paradoxo na concepção das RESEX como salvaguarda territorial dos povos tradicionais, pois conforme aponta Krenak (2020; 2018), as reservas carregam em si a característica de serem áreas limitadas e segregadoras, visto que as terras destinadas à proteção ao indígena é, também, a do seu confinamento em um espaço delimitado. No entanto, embora haja essa limitação, tem sido o instrumento jurídico utilizado para garantir uma porção do território para esses grupos, conforme o mesmo autor.

Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a Unesco porque era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos — ou os netos de nossos tataranetos — vão poder passear para ver como era a Terra no passado. Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa

humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser (Krenak, 2019, p. 08).

Tal como os povos originários e as reservas indígenas, grupos identitários que tem nas atividades extrativistas o meio para se reproduzirem social e materialmente necessitam das RESEX para se proteger dos avanços do capital sobre seus lugares de vida e trabalho. Mais do que isso, trata-se da defesa de outras formas de ser no mundo, em contraposição a tentativa de homogeneização. Trata-se da dimensão da vida desses grupos e de sua forma peculiar de ser no mundo.

Conforme Escobar,

Ao interromper o projeto globalizador neoliberal de construir Um Mundo, muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas podem ser vistas como avançando lutas ontológicas. Noutras palavras: subjacente à máquina de devastação que se debruça sobre os territórios dos povos, há toda uma maneira de existir que foi se consolidando a partir do que usualmente chamamos de “modernidade”. Em sua forma dominante, essa modernidade — capitalista, liberal e secular — estendeu seu campo de influência para a maior parte dos cantos do mundo desde o colonialismo. [...]

No transcurso histórico, esse projeto de se consolidar como Um Mundo — que hoje chega a sua máxima expressão com a chamada globalização neoliberal de corte capitalista, individualista e seguindo certa racionalidade — levou à erosão sistemática da base ontológico-territorial de muitos outros grupos sociais, particularmente aqueles nos que primam concepções de mundo não dualistas, [...]. (2016, p. 3).

Retomando as análises apresentada a partir do MMA (2016), quanto em Andrade (1987), e em Dilger e Pereira Filho (2016), o termo extrativismo além de referir-se à extração realizada por grupos sociais com perspectivas antagônicas de se relacionar com a natureza, se caracteriza também por subdividir-se em três reinos naturais distintos, “vegetal, animal e mineral”. Considerando que as características naturais destes reinos variam de acordo com o local de sua ocorrência, da especificidade dos biomas e ecossistemas, com suas espécies peculiares, assim como pela existência de uma ampla geodiversidade que manifesta variedade mineralógica, as atividades extrativas são extremamente diversificadas.

Diante dessa variedade da abordagem conceitual e uso político do termo, um elemento que possibilita a diferenciação do tipo de extrativismo praticado é o propósito com o qual se dá a extração e o sujeito ou agente que o executa. Assim, é preciso diferenciar aquele praticado por povos tradicionais e camponeses, daquele praticado por empresas de pesca, ou por mineradoras, sejam elas estatais ou particulares, de pequeno ou médio porte, ou ainda de grandes corporações. Dessa maneira, para que o conceito se torne inteligível, é necessário considerar o aspecto da escala no qual a atividade é praticada.

Segundo Corrêa (2014), a escala diz respeito à dimensão espacial na qual a ação humana, independente de qual seja, se realiza efetivamente. Para o autor, o conceito de escala envolve quatro acepções, as quais ele divide como: 1. As que estão relacionadas ao tamanho das economias, ou seja, que se referem às economias de escala; 2. A escala cartográfica, relacionada às representações dos mapas; 3. Escala espacial, que se refere à área de abrangência de um determinado processo ou fenômeno, que pode se manifestar nos âmbitos local, regional, nacional ou globalmente; 4. Por fim, o autor aponta a escala conceitual, que se refere às relações existentes entre um objeto de pesquisa, os questionamentos que incidem sobre ele, bem como a respeito das teorias que se apresentam como pertinentes para a sua compreensão. Nesse mesmo sentido, Lacoste (1988) afirma que a “realidade” se manifesta de forma diferente de acordo com o nível da análise realizada, conforme a escala das cartas utilizadas, e que esses níveis de análises vão influenciar na escolha de diferentes tipos de conceitualização.

No que diz respeito a discussão sobre extrativismo, faz-se necessário considerar a dimensão da escala espacial, por permitir desenvolver a análise levando-se em consideração as dimensões de finalidade, intensidade e destinação da exploração, de maneira a identificar seu uso familiar/comunitário ou sua conversão em mercadoria com valor de troca e finalidade de lucro. Já a escala conceitual apresenta os questionamentos e mesmo a escala de representação cartográfica da tipologia do extrativismo praticado.

Gudynas (2016; 2015) contribui com esse debate ao tratar sobre a necessidade de esclarecer o sentido do uso da ideia “extrativismo”, em um momento em que o termo ganha diferentes aplicações nas mais variadas áreas e entre distintas organizações. Para isso, a partir de uma recuperação da utilização do termo, afirma que desde a década de 1970 seu uso se aplica para as explorações e exportações de minérios e de hidrocarbonetos. O emprego do termo ocorre entre as grandes corporações e instituições financeiras, sendo também incorporada nos discursos de governos e da sociedade civil. Diferencia a sua utilização conduzida por agentes econômicos e por membros dos movimentos sociais, citando o exemplo das reservas extrativistas da Floresta Amazônica brasileira. Ressalta que não se pode considerar como sendo a mesma coisa uma reserva extrativa de seringueiros na Amazônia e a mineração de Ferro em Carajás. Tampouco se pode esquecer a sua utilização por empresas, bancos, governos e sociedade civil, que fazem a utilização do termo associados a setores exportadores. Daí, aponta a necessidade de que sejam consideradas as dimensões nas quais a apropriação do resultado das extrações ocorre, considerando-se o destino e o volume/intensidade da extração, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação do extrativismo segundo Gudynas²⁰.

Destino	Volume / Intensidade da Extração		
	Baixo	Médio	Alto
Local	Cultivo camponês de alimentos para o autoconsumo	Derrubada florestal para conseguir lenha	Capturas de água para irrigação ou uso doméstico
Nacional	Fibras vegetais para produtos trançados como cestos, telhados etc.	Frutas e verduras convencionais para mercados nacionais	Areias e pedras para construção
Exportação	Alimentos orgânicos	Flores produzidas em estufas	Extrativismos Minerais Hidrocarbonetos Monoculturas para Exportação

Fonte: Gudynas (2016, p. 25; 2015, p. 13).

O quadro proposto por Gudynas apresenta uma contribuição metodológica para classificar o extrativismo. No que diz respeito ao destino, diferencia as escalas local, nacional e internacional, apontando uma classificação para o tipo do extrativismo praticado conforme níveis distintos de volume/intensidade de apropriação da natureza.

Trata-se de uma proposição de classificação bastante pertinente, embora haja nela um transbordamento do conceito de extrativismo, comum na literatura latino-americana, sobretudo quando trata sobre o avanço realizado pelo capital sobre a natureza. Ao propor a classificação, Gudynas incorpora práticas agrícolas como sendo exemplos de extrativismo. No quadro acima, tanto o cultivo camponês para o autoconsumo na escala local, quanto a produção de alimentos orgânicos, de flores em estufas e de monoculturas para a exportação foram definidas como extrativismo, embora se trate de modelos distintos de agricultura²¹. Isso porque, para Gudynas, as extrações podem ser realizadas de forma direta ou indireta.

Cuando ocurre una extracción, ésta puede ser directa, entendida como aquella en la que se toman los recursos en ambientes naturales o poco modificados, para ser utilizados directamente por los humanos (como por ejemplo, talar árboles para obtener madera). La extracción también puede ser indirecta, en el sentido de que existe un paso previo de transformación sustancial de la Naturaleza, y es sobre un ambiente modificado a partir del cual se obtienen los recursos (es el caso de convertir un bosque natural en predios cultivados, donde luego se cosecharán granos) (2015, p.12).

Gudynas considera um extrativismo indireto, que define como sendo aquele praticado de modo antecedente a atividade a qual uma determinada área a ser explorada realmente se

²⁰ Título original usado por Gudynas: “Tipos de extração e destinação de recursos naturais. Em cada caso, exemplos ilustrativos são oferecidos. O extrativismo é um caso particular”.

²¹ Sobre o tema da agricultura existe um acúmulo de pesquisas no campo da geografia agrária brasileira, que perpassa pelos conflitos decorrentes dos dois modelos agrícolas, *agronegócio vs camponês*.

destina. Seria exemplo desse extrativismo indireto uma área desmatada para o cultivo de grãos ou pasto, a qual acrescentamos que a madeira extraída para preparar a terra fosse comercializada ou transformada em carvão, por exemplo, práticas muito comuns no Brasil. Entendemos que esse extrativismo indireto²², proposto por Gudynas é pontual, e que as atividades agrícolas e pecuárias, embora se circunscrevam ao setor primário da economia, não se configuram como extrativismo. Muito embora um camponês, que desempenhe práticas agrícolas, possa, caso disponha de um território propício para tal, ser também um extrativista, coletor, pescador, entre outros, exercendo atividades múltiplas no território que habita. Na Figura 5 vemos o exemplo do extrativismo vegetal praticado por seu Deuzinho, da Comunidade André, localizada em Bonfim do Piauí. Como se observa, o extrativismo vegetal costuma ser praticado localmente para aplicações diferenciadas, seja para a construção de prensa utilizada na fabricação de farinha (1); suporte para secar milho (2); ou a extração do mandacaru na caatinga, para alimentar os caprinos no período de estiagem (3 e 4).

Figura 5 – Exemplos de extrativismo vegetal na comunidade André, Bonfim do Piauí.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal, obtido a partir de trabalho de campo em 12 de dezembro de 2019.

Nosso entendimento para essa questão baseia-se em Marx, quando aponta que

²² No caso da água utilizada para irrigação, trata-se de um caso de extrativismo indireto. Já no caso de uma extração de água mineral, configura-se como mineração, consequentemente, um extrativismo “direto”.

Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc. **(a agricultura, apenas na medida em que, num primeiro momento, explora a terra virgem)**, todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura. **Animais e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais, são, em sua presente forma, não apenas produtos do trabalho, digamos, do ano anterior, mas o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante o trabalho humano. No que diz respeito aos meios de trabalho, a maioria deles evidência, mesmo ao olhar mais superficial, os traços do trabalho anterior** (2017, p.259).

Nesse mesmo sentido, Andrade (1987) diferencia a produção do látex para a fabricação de borracha praticada por seringueiros da Amazônia, que exploram uma árvore nativa em seu próprio ecossistema, da que se ocorre na Malásia e em outros países do sudeste asiático, onde as seringueiras foram introduzidas por meio de plantio. Para esse autor, os seringueiros são extrativistas, já o segundo caso se classifica como sendo uma prática agrícola. Da mesma forma, aponta que empresas multinacionais como a Firestone e a Goodyear realizaram grandes plantios de seringueira na Amazônia para garantir a matéria-prima para sua produção de pneus, sendo esse outro exemplo de agricultura de base empresarial, que não se deve confundir com o extrativismo.

Assim, é acertado o uso do termo extrativismo para analisarmos, por exemplo, seringueiros, coletores de babaçu, açaí, pequi, mangaba, extratores de palmito, marisqueiras, catadores de caranguejo, entre outros, assim como para a exploração de petróleo, gás natural e mineração. O que diferencia as práticas extrativistas são a sua finalidade, intensidade e destinação. Porém, não é acertada a sua utilização para a análise das monoculturas, a exemplo da cana-de-açúcar, plantações de soja, eucalipto, entre outras. Não é a partir de um inflamento do conceito, tentando fazer com que o extrativismo dê conta da complexidade dos problemas que se desenrolam no campo dos países da América Latina, desde o agronegócio até a mineração, que conseguiremos pensar as consequências dessas atividades.

Essa perspectiva analítica mais abrangente é vista por alguns autores não apenas como atividade econômica, mas como um modelo sociopolítico com marcante característica territorial, cunhando para isso o termo Neoextrativismo. Segundo Svampa,

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Ele se caracteriza pela orientação da exportação de bens primários em grande escala, incluindo hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita e zinco, entre outros) e produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar). Definido desse modo, o neoextrativismo designa mais que as atividades tradicionalmente consideradas extrativistas, uma vez

que inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes represas hidrelétricas e outras obras de infraestrutura-hidroviárias, portos, corredores interoceânicos, entre outros - até a expansão de diferentes formas de monocultura ou monoprodução, por meio da generalização do modelo de agronegócios, da superexploração pesqueira ou das monoculturas florestais (Svampa, 2019, p. 33).

Acosta, que também contribuiu no sentido de cunhar o conceito e as características de neoextrativismo para interpretar a intensificação dessa atividade econômica, bem como o modo como os governos progressistas da América Latina conduziram esse super ciclo de exploração de commodities nesse início de século XXI, junto com Ulrich Brand volta atrás no uso do conceito, por considerar que o neoextrativismo padece das mesmas patologias do tradicional extrativismo. As diferenciações existentes devem ser postas à luz da compreensão dos campos políticos que conduzem (ou conduziram) o novo ciclo intenso de exploração extrativista na América Latina, ou seja, pelas políticas de governos neoliberais e progressistas.

A situação atual do extrativismo na América Latina abriu espaço para intensos debates. Para defini-la, cunhou-se o termo "neoextrativismo". Gudynas (2009; 2013b; 2016a) e Acosta (2009; 2014) definem com neoextrativismo a maneira como os governos "progressistas" aplicam e administram as políticas extrativistas, apresentando algumas diferenças em relação ao extrativismo dos regimes neoliberais. [...]. Considerando estas distintas definições de neoextrativismo, **acreditamos que é melhor voltar ao conceito de extrativismo em termos mais gerais, reconhecendo, porém, que sua última fase histórica – a atual – possui dimensões particulares.** Por isso, é importante observar as diferenças entre os governos neoliberais e os "progressistas" que se instalaram na América Latina no início do século XXI. De qualquer modo, entendemos que o neoextrativismo é uma versão contemporânea do velho extrativismo que, portanto, está aferrado às suas típicas patologias. Para além do fato de que vários regimes "progressistas" tenham proposto transformar a matriz produtiva de seus países e realizado alguns esforços nesta direção, acabaram não tocando a essência da matriz de acumulação primário-exportadora. Apesar de discursos e projetos oficiais, os resultados, como dissemos, foram a consolidação e a ampliação do extrativismo na América Latina (Acosta; Brand, 2018, p.55-56).

Pelo exposto na citação acima, e retomando a ideia de inflamento do conceito de extrativismo, entendemos que as monoculturas citadas tanto por Gudynas, quanto por Svampa, desenvolvidas na lógica do agronegócio, configuram-se como um modelo de agricultura que produz para o mercado externo e que, na atualidade, tal qual o petróleo e a mineração, configura-se como uma *commoditie*. De acordo com Marcos (2006) esse tipo de produção tem sua estrutura organizativa alicerçada no latifúndio grileiro e violento, mecanizado, com reduzida utilização de força de trabalho, que faz uso intensivo de água, de agrotóxicos e da transgenia. Contrapõem-se ao modo camponês de produção, tradicional produtor de alimentos para o mercado interno, pautado na pequena unidade familiar, que, em muitos casos, é fruto da conquista da terra a partir dos movimentos socioterritoriais.

Para problematizar conjuntamente as atividades extrativas e agrícolas no campo latino-americano, é possível utilizar outras abordagens teórico-interpretativas. Entre elas, destacam-se as reflexões sobre o setor primário-exportador, a reprimarização das economias da América Latina, a mercantilização e comoditização da natureza, e as consequências desses processos, como violência, expropriação e desterritorialização de povos tradicionais, além de danos ambientais.

Esse debate não se trata de um apego a uma concepção “clássica” do conceito de extrativismo, mas sim a explicitação de elementos que os distinguem em sua essência, clamando pelo uso de fundamentação que melhor expliquem, de forma teórica, o movimento da realidade no campo concreto.

Pelo que foi evidenciado a partir de diferentes autores com os quais dialogamos nesta seção, entende-se que são as formas de se relacionar com a natureza que conduzem o tratamento conceitual e aos modos diferentes de tratar sobre o extrativismo. Ou seja, o movimento da realidade define o uso do conceito e não definições a priori. São os sentidos e a maneira como isso se materializa, a partir de grupos distintos e com distintas perspectivas, que manifesta a razão de se tratar sobre extrativismo em diferentes concepções/intensidades sem cair no “fetiche do conceito com um fim em si mesmo” (Cruz, 2010, p. 1).

Demarca-se que, quando nos referirmos a extrativismo ao longo deste trabalho, tratamos de modo mais atento ao extrativismo mineral, que realizado de forma predatória converte a essência do bem comum da natureza para a condição de “recurso natural”, o subsolo em “recurso mineral”. Mesmo que, para isso, espolie territórios e separe sujeitos coletivos da natureza com a qual se relacionam de modo orgânico.

A demarcação conceitual de extrativismo é corroborada pela perspectiva de Acosta e Brand (2018), pois, para eles, esse modelo de extração constitui a “matriz de acumulação primário exportadora.”. Entendemos que a América Latina traz em sua história a marca da exploração extrativista de grande intensidade. Desde o seu passado colonial até a fase contemporânea do imperialismo, sua exploração tem causado enormes danos de ordem socioambiental. E, no presente, se intensifica, asseverando os males decorrentes desse modelo de exploração, conforme será exposto nas seções seguintes.

Assim, na próxima seção, tivemos em vista compreender sobre a exploração colonial e o processo em torno do saque mineral que está na base do desenvolvimento regional desigual e da constituição da América Latina, enquanto uma periferia do sistema-mundo-moderno-colonial.

2.2 EXTRATIVISMO MINERAL E A CONSTITUIÇÃO DA AMÉRICA LATINA ENQUANTO PERIFERIA NO SISTEMA-MUNDO-MODERNO-COLONIAL

Minério Negro

quando seco pelo sol o suor do índio
 esgotou-se
 quando a febre d'ouro drenou a derradeira
 gota de sangue índio
 varrendo do entorno das minas d'ouro todo índio
 nos voltamos ao veio muscular d'áfrica
 para garantir a emersão da miséria
 então começou o assalto à infinda riqueza
 da carne negra
 então começou o desordenado ataque ao
 radiante esplendor do corpo negro
 e toda a terra retumbou ao retinir do alvião
 na densidade do minério negro
 e tudo bem se químicos não pensassem em meios
 de obter uma preciosa liga
 do metal negro
 tudo bem se as damas não sonhassem com
 batedeiras
 de cozinha em negra do Senegal serviços de chá
 em maciço negrinho das Antilhas
 tudo bem se um pároco audacioso não promettesse à
 sua
 paróquia
 um sino soldado
 na sonoridade
 do sangue negro
 ou se algum valente capitão
 não talhasse sua espada
 no ébano mineral
 ou ainda se algum bravo papai Noel
 não sonhasse soldadinhos
 em chumbo negro
 para sua anual visita.
 toda a terra retiniu ao abalo das brocas
 nas entranhas de minha raça na
 jazida muscular
 do
 homem negro.
 eis os numerosos séculos que
 duram a extração
 das maravilhas
 desta raça.
 ó tálamos metálicos do meu povo
 minério inesgotável do rocio humano
 quantos piratas exploraram suas armas
 as profundezas obscuras de tua carne
 quantos flibusteiros abriram caminhos
 pela rica vegetação
 de clarezas de teu corpo
 espalhando teus anos de troncos mortos
 e poças de pranto
 povo despojado povo todo assim revirado
 como a terra
 lavorada

povo devastado para o enriquecimento das grandes
feiras do mundo
amadureces teu grisu no segredo de tua noite
corporal
ninguém mais ousará lançar canhões
e moedas de ouro no negro metal de tua cólera em
cheia!

(René Depestre)

O poeta haitiano René Depestre, em seu poema minério negro, discorre sobre como, findada a exploração dos povos originários a que se convencionou chamar de indígenas, iniciou e ainda hoje segue, a exploração dos corpos negros pela sanha mineral. Se no passado, pelo trabalho forçado, hoje, a exemplo do que vem ocorrendo no Piauí, pelo racismo ambiental que teima em avançar sobre os territórios de remanescentes quilombolas.

O fato é que, desde longo tempo passado adentro, a exploração dos corpos subalternizados e dos minérios está no alicerce constitutivo da desigualdade que se arrasta na atualidade. Quando puseram os pés nessa terra, o interesse era no minério, conforme é possível constatar na Carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao Rei de Portugal.

[Os nativos] entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia, nem de falar ao capitão, nem a ninguém. Porém, um deles pôs olho no colar do capitão e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizia que havia ouro em terra. Também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que [lá] também havia prata. (Brasil. Ministério da Cultura. A Carta de Pero Vaz de Caminha. s/d, n.p.)

Conforme as fortes palavras do Xamã Yanomami Davi Kopenawa, apesar da prudência de Omama, desde a chegada dos ancestrais do homem branco nessa parte do mundo que o choro do luto ecoa sem tréguas, parecendo mesmo que Yoasi colocou a morte nos minérios que esses “comedores de terra cheia de fumaças de epidemia” insistem em buscar, de forma cada vez mais intensa. Mesmo que para isso seja necessário lançar mão de todo tipo de violência e que disso resultem danos imensuráveis, que vai da perda da biodiversidade, a morte de ecossistemas, a separação entre povos tradicionais e camponeses de seus territórios, a perda das ancestralidades e o epistemicídio, chegando à perda de vidas humanas. A maior e mais duradoura epidemia é, sem dúvidas, a cobiça pelo lucro incessante por meio dos minerais.

[...] apesar da prudência de Omama, Yoasi conseguiu assim mesmo fazer chegar a notícia da existência desse metal aos ancestrais dos brancos. Por isso eles acabaram por atravessar as águas para vir à sua procura na terra do Brasil. Não é à toa que os brancos querem hoje escavar o chão de nossa floresta. Eles não sabem, mas as palavras de Yoasi, o criador da morte, estão neles. Assim é. Os garimpeiros são filhos e genros de Yoasi. Tornados seres maléficos, esses brancos só fazem seguir seus passos. São

comedores de terra cheios de fumaças de epidemia. Acham-se todo-poderosos, mas seu pensamento é cheio de escuridão. Eles não sabem que Yoasi colocou também a morte nesses minérios que tanto buscam. Omama os escondeu para que o choro do luto não nos atormentasse sem trégua. Ao contrário, deu-nos os xapiri, para podermos nos curar. Nós somos seus genros e filhos. É por isso que tememos arrancar essas coisas ruins da terra. Preferimos caçar e abrir roças na floresta, como ele nos ensinou, em vez de cavar seu solo como tatus e queixadas! (Kopenawa, 2015, p.358-359)

Tanto no passado quanto no presente, a cobiça em torno da mineração mantém sua essência de violência na busca pelo enriquecimento rápido. Em pleno Século XXI, ano de 2021, garimpeiros atacaram a comunidade Maikohipi, na região de Palimiú, na reserva indígena Yanomami, localizada no estado de Roraima, com tiros e bombas de gás (Fernandes, 2021; G1, 2021) causando a morte de duas crianças que, ao fugir dos tiros, caíram no rio e se afogaram (Raquel, 2021). Da mesma forma, a violência dos garimpeiros avança sobre o Povo Munduruku, com episódios de tiros disparados e casas de lideranças incendiadas (Souza; Aragão, 2021).

Tal qual ocorrido no Brasil e mencionado por Kopenawa, o conjunto de lugares que constituíram os países do “que hoje chamamos América Latina” (Pérez, 2017; Galeano, 2016, p. 17) são marcados pela herança da exploração extrativista de grande intensidade. Desde o seu passado colonial até a fase contemporânea da História, essa exploração tem causado enormes danos de ordem social e ambiental. No presente, asseveram-se os males decorrentes dessa atividade econômica e desse modelo de sociedade, dado ao avanço das técnicas que permitem a exploração em uma intensidade e velocidade maiores do que no passado, mas, sobretudo, em decorrência do ajuste espacial do capital que, para manter taxas de lucro compatíveis com sua ganância, se lança com voracidade sobre a natureza localizada em áreas até então tidas como espaços de reserva, incorporando-as ao circuito produtivo por meio da espoliação.

Para Porto-Gonçalves, esse processo histórico é marcado por práticas de violências que se processaram ao longo do tempo. Segundo esse autor,

Nessa história, pode-se vislumbrar um rio vermelho de vidas sacrificadas: dos venenosos derramamentos de mercúrio de Huancavelica, no Peru, até os rejeitos da Samarco, que em seu trajeto foram deixando sulcos de terra arrasada, protestos, rebeliões e massacres. A expropriação violenta de populações agrícolas e o recrutamento compulsivo de mão de obra se prolongaram por toda a fase colonial, de Potosí e Oruro a Guanajuato e Zacatecas, do século XVI ao final do século XVII. O século XIX, que marcou a reconfiguração política e econômica do *status* colonial, não significou maiores mudanças nas modalidades herdadas das grandes explorações mineiras. E, já no século XX, assistimos a uma série incontável de recorrentes e sangrentas repressões contra os levantes de sindicatos mineiros, começando pelo tragicamente célebre Massacre de Santa Maria de Iquique (Chile, 1907), seguido pelos massacres de Uncía (Bolívia, 1923), Catavi (1942), San Juan (1967) e Todos los Santos (1979). Esses são apenas os mais emblemáticos e, em todos, simples reivindicações por salário ou por melhores condições laborais deram lugar a matanças

massivas por parte de exércitos nacionais. Não se pode ignorar a vergonhosa Guerra do Pacífico (1879–1883), desatada pelos interesses britânicos sobre o salitre de Tarapacá, nem os crimes ambientais, como o ecocídio da Baía de Ite, no Peru, da Baía de Chañaral, no Chile, ou do Vale do Lago Poopó, na Bolívia (2020, p. 18).

Conforme exposto na citação acima, Porto-Gonçalves aponta que a espoliação às custas de vidas humanas tem sido comum desde o começo da exploração mineral na América Latina, ainda no século XVI. Avançando um pouco no tempo, Trocate e Peters Coelho (2020) mostram que pouco mudou na filosofia da obtenção de lucro a todo custo no setor da mineração. Para isso, citam o caso de três acidentes ocorridos em Minas Gerais nos anos de 1857, 1867 e 1886 na mina Morro Velho, pertencente a empresa inglesa Saint John Del Rei Mining Company, nos quais teriam morrido soterradas centenas de trabalhadores livres e escravizados. Três séculos depois, os soterramentos, dessa vez por lama de rejeitos, continuam a ceifar a vida de trabalhadores, como se estes fossem “descartáveis”²³ na atividade da mineração, a exemplo do que vimos acontecer nos crimes cometidos pela Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana e se repetir de modo ainda mais perverso nos crimes cometidos pela Vale em Brumadinho. Longe de serem casos isolados, Zhouri (et al., 2016) aponta que, desde o ano de 1986, seis barragens de mineração haviam rompido em Minas Gerais, ceifando a vida de 16 trabalhadores.

Esses acontecimentos, não isolados, nos levam a questionar: 1. Qual tem sido o papel histórico da mineração na produção da pobreza e da dependência econômica brasileira em relação aos países ricos? 2. Qual a relação entre a mineração e a subalternização dos povos tradicionais? 3. De que maneira o extrativismo mineral contribuiu para que os países da América Latina se constituíssem enquanto periferias no sistema-mundo-moderno-colonial? Essas três questões nos orientaram nas reflexões apresentadas no decorrer desta seção.

Atentos a essas questões, busca-se aqui compreender as características e consequências das práticas predatórias de extrativismo na América Latina, em especial a mineração, e da sua relação com o processo de dependência econômica dos países que a constituem. Entendemos que, tratar de uma geografia histórica em torno da mineração é, também, tratar de uma geografia histórica do capitalismo, da acumulação primitiva permanente, da propriedade privada de terra, da usurpação de territórios, extração de natureza e do trabalho forçado de pessoas em condições de escravidão. Discutimos como o avanço da espoliação associou-se ao processo de colonialidade, com todo o tipo de violência, que negava a possibilidade de existência do outro,

²³ O termo “descartáveis” associado aos trabalhadores da mineração é utilizado no documentário Descartáveis, realizado pelo Observatório do Mundo do Trabalho de Carajás em parceria com Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). O filme retrata a situação de trabalhadores da Vale que ao adoecerem por causas associadas ao trabalho ou sofrerem acidentes de trabalho são completamente desassistidos pela Vale, visto que a maioria dos funcionários é composta por trabalhadores terceirizados e sem carteira assinada.

o não branco, não europeu, não cristão, tratado como não humano. Para isso, toma-se como exemplo a experiência brasileira. Tudo isso está na base que constituiu o capitalismo e o sistema mundo moderno colonial.

Conforme Araoz,

[...] a América será violentamente incorporada às forças revolucionárias do mercado mundial como espaço abissal periférico, território colonial por excelência; desenhada e constituída desde o começo como território propriamente minerador: zona de pura e mera extração; da extração sem-fim e como objetivo em si mesmo da ação colonizadora.

O ano de 1492 implica, em primeiro lugar, o encobrimento imperial das origens mineradoras dessa entidade geo-histórica chamada “América Latina”. Naquele então, como hoje, a vasta diversidade biológica, ecológica e cultural dessas terras e povos drasticamente reduzida pelo olho do conquistador a foi seu caráter exclusivamente mineiro. Como indica o historiador Elliot (1990), “Espanha e Europa viram nas Índias um Império de prata”. A natureza mineral da América costuma ser apresentada como um elementar dado geológico, um destino manifesto inscrito em sua geografia, e não mais como um efeito histórico-político resultante da peculiar geografia colonial desenhada pelos conquistadores (2020, p. 93)

Sobre o processo de pilhagem e o papel histórico forçadamente imposto a essa parte do mundo, a partir da divisão internacional do trabalho, Galeano apresenta a relação de exploração a qual, desde o período colonial até os dias atuais, foi relegada à América Latina.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação e era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los. [...]. (Galeano, 2016, p. 17).

Conforme o exposto acima, a história e, conseqüentemente, a produção territorial dos países que integram a América Latina é marcada por processos econômicos e atividades produtivas ligadas ao setor primário-exportador. De modo específico, pode-se citar como exemplo o caso do extrativismo mineral que, realizado de forma predatória e em larga escala, configura-se como uma verdadeira pilhagem dos recursos naturais locais, que vem sendo praticada desde os primórdios da colonização até os dias atuais.

Svampa apresenta algumas características do extrativismo, afirmando que:

Em suma, o extrativismo perpassa a longa memória do continente e de suas lutas, define um modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial,

associado ao nascimento do capitalismo moderno. Entretanto, sua atualização, no século XXI, traz novas dimensões em diferentes níveis: globais (transição hegemônica, expansão da fronteira das commodities, esgotamento dos bens naturais não renováveis, crise socioecológica de alcance global), regionais e nacionais (relação entre o modelo extrativo/ exportador, o Estado-nação e um lucro altíssimo), territoriais (ocupação intensiva do território, lutas ecoterritoriais com participação de diferentes atores coletivos) e, por fim, políticas (surgimento de uma nova gramática política de oposição, aumento da violência estatal e paraestatal) (2019, p. 32).

Se em um primeiro momento a invasão e exploração econômica das terras colonizadas foi resultado da expansão comercial europeia, rapidamente o conhecimento a respeito da utilização do ouro pelas civilizações originárias definiu o teor da colonização da América. Alonso aponta que a existência de uma mineração pré-colonial, tanto no México quanto na maioria das civilizações originais do continente, tinha propósitos religiosos e que “durante a Colônia, a atividade extrativa de metais preciosos se tornou o principal motor econômico da Europa” (2018, p.33).

Nesse mesmo sentido, Furtado afirma que:

[...] O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciável por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, “donos” dessas terras, às demais nações europeias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. A Espanha - a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo - tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela. Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes, seja como ponto de partida para descobertas compensatórias, seja como plataforma para atacar os espanhóis. Não fora a miragem dos tesouros, de que, nos primeiros dois séculos da história americana, somente os espanhóis desfrutaram, e muito provavelmente a exploração e ocupação do continente teriam progredido muito mais lentamente (2007, p26).

Na citação acima, Furtado aponta como a mineração influenciou em vários aspectos da colonização, sobretudo em aspectos geopolíticos, em períodos diferenciados para Espanha e Portugal. Segundo o autor, no processo de colonização, não fosse a tomada de conhecimento por parte dos espanhóis da existência de “tesouros” em seus domínios, muito provavelmente o ritmo da colonização teria se dado de forma mais lenta. Entre a expansão comercial europeia e a constituição da empresa agrícola das plantations, a busca incessante por minérios preciosos e o seu saque, fundem-se ao DNA²⁴ da exploração do que veio a se constituir enquanto América

²⁴ No dia 28 de setembro de 2020, em uma coletiva na qual estavam presentes o presidente ultraliberal Jair Bolsonaro, além de embaixadores de vários países, sede de empresas com tradição de exploração mineral em países periféricos, o Ministério de Minas e Energia apresentou o “Programa Mineração e Desenvolvimento - PMD: Desenvolver a Mineração Para Desenvolver o Brasil”, oficializado pela Portaria n.º 354, de 28 de setembro de 2020. O portfólio do referido programa traz nas páginas 3 e 4 a imagem de um DNA preenchida por imagens de

Latina e permanece até os dias atuais. Podemos afirmar que a relação entre mineração, colonialidade, Estado e espoliação é incindível. Ocorre em períodos históricos distintos, em diferentes lugares e escalas variáveis, sem romper com essa propensão indissociável.

O início desse processo de espoliação foi marcado pela apropriação da natureza e violência contra os povos Pindorâmicos²⁵ originários da Abya Yala²⁶, que foram impedidos de seguir o curso natural de sua existência. Segundo Clóvis Moura, no livro *Rebeliões de Senzala*,

Foi, assim, cortado o processo de desenvolvimento tribal dos grupos indígenas que nos habitavam, com o aparecimento dos primeiros colonos, e solapada em suas raízes a estrutura econômica em que os índios baseavam suas instituições, seus costumes, finalmente a sua cultura, no sentido sociológico da palavra.

A nação colonizadora, no caso específico, Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumental de que dispunham (1981, p.23).

Dominados e tendo lhes sido imposto o modo de vida ocidental, foram privados das suas cosmogonias, ancestralidades, culturas, territórios, ou seja, tolhidos de sua trajetória histórica a partir da acumulação primitiva do capital que para se efetivar lançava e lança mão de estratégia como a colonialidade do ser, do saber e do poder (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2017). Essa violência foi o marco inicial do processo colonial e a ela se seguiram diversas outras que perduram e se agravam atualmente, assumindo outras roupagens, porém mantendo a essência, o mesmo olhar colonialista dos espoliadores, ainda que, conforme aponta Araoz (2020) não seja uma tarefa fácil pensar o mundo contemporâneo, com seus avanços e mazelas, como sendo um

mineração e paisagem natural. O referido documento pode ser visualizado em: <http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/1260630/Programa+Minera%C3%A7%C3%A3o+e+Desenvolvimento+-++PMD+2020-2023/8fbcee73-e143-860e-dbd3-bea24cb5539a?version=1.1>

²⁵ Nêgo Bispo aponta que os povos de Língua Tupi chamavam sua terra de Pindorama (Terra de Palmeiras) e que, embora houvesse tantas definições quanto havia povos, ele adota esse termo de forma “generalizada” para opor-se à denominação “índio” cunhada pelos colonizadores.

²⁶ ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. [...] Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América. [...] Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam — Tawantinsuyu, Anahuac, Pindorama — a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.

[...]. Abya Yala configura-se, portanto, como parte de um processo de construção político-identitário relevante de descolonização do pensamento e que tem caracterizado o novo ciclo do movimento dos povos originários. A compreensão da riqueza dos povos que aqui vivem há milhares de anos e do papel que tiveram e têm na constituição do sistema-mundo tem alimentado a construção desse processo político-identitário (Porto Gonçalves, 2009, p. 26; 28).

herdeiro direto dos processos histórico-geográficos, políticos e culturais iniciados no final do século XV.

Na base desse processo está a escravização de povos originários e africanos no contexto da Mineração. Segundo Libby é evidente como o trabalho escravo foi a engrenagem principal da espoliação colonial, seja pelo trabalho forçado na produção de alimento ou nas minas. Fica evidente também o papel do comércio de seres humanos no processo de enriquecimento do europeu.

Quando das primeiras descobertas de ouro na imensa região que viria a ser conhecida como Minas Gerais, é certo que já havia presença escrava. Sabe-se que, desde as primeiras décadas do século XVII os bandeirantes paulistas adentravam as montanhas florestadas, os sertões e as caatingas mineiras em busca de presas indígenas destinadas à escravização. Tais atividades de preação necessitavam de acampamentos de apoio temporários ou semipermanentes onde os escravos indígenas labutavam no cultivo de alimentos e na caça voltados para o sustento de seus senhores. É igualmente certo que os próprios indígenas escravizados participavam nas expedições de captura de novos braços cativos. [...]Esse capítulo inicial da escravidão mineira, envolvendo sobretudo a escravização de índios nativos, acabou se perdendo ante as maciças entradas da mercadoria escrava africana. Não resta dúvida, no entanto, de que os indígenas continuaram sendo escravizados e utilizados em diversas atividades durante todo o século XVIII. A própria documentação da época tendia a encobrir a escravidão nativa, uma vez que esta era considerada ilegal pela Coroa.

Os achados de ouro no leito de riachos e rios, porém, é que impulsionariam levas cada vez maiores de cativos africanos vindos de quase todas as regiões do oeste da África subsaariana, desde Senegâmbia no norte até o imenso interior de Benguela, no sul. O aumento das importações de braços africanos para Minas foi rápido, e logo tornaria a região o principal destino, em todas as Américas, de indivíduos escravizados pelo tráfico negreiro transatlântico. De início, as autoridades metropolitanas procuraram limitar o número de braços importados, pois havia muito receio pelas dificuldades em controlar as novas áreas de mineração diante das grandes ondas de migração de pessoas livres. Os indícios são de que, já na segunda década do século XVIII, quaisquer tentativas de regular os fluxos de escravos africanos foram abandonadas, em face da insaciável demanda por mão de obra gerada pelas constantes descobertas de novos depósitos auríferos. (Libby, 2018, p. 314–315).

Os povos originários colonizados/escravizados, juntamente com os africanos escravizados, e seus descendentes, além dos migrantes livres pobres, foram relegados à condição de subalternidade. Essa subordinação se dá a partir da separação forçada entre esses povos e seus territórios, privando-os da natureza com a qual eram habituados e com a qual mantinham profunda interação. A condição de subalternidade se realiza pela privação da liberdade, no sentido mais amplo que o termo possa alcançar, seja através da violência física, simbólica e/ou epistêmica. A expropriação entre esses grupos sociais e sua essência, a supressão cultural e a homogeneização pelo viés europeu das formas de conceber o mundo, passando pela perda da autonomia sobre a própria vida, a partir do controle dos seus corpos que, objetificado, era escravizado e reduzido a um mero insumo produtivo e privado inclusive de possuir uma

alma, tolhidos de autonomia de escolha, anseios. A negação do sujeito leva à condição de subalterno.

Conforme Dussel,

A “conquista” é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitoado, subsumido, alienado a se incorporar à Totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado” como “assalariado” (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais). A subjetividade do “conquistado:”, por seu lado, foi se constituindo. Desdobrando lentamente na práxis (1993, p. 44).

Sobre essa negação, Nêgo Bispo afirma que não foi aleatório o fato de até mesmo as formas de se autodefinirem terem sido suprimidas, “[...] os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar” (Santos, 2019, p. 20).

De acordo com Araoz, esse processo:

Tratou-se de um ato de desapropriação originário, uma expropriação genérica que nega a humanidade do humano na historicidade constitutiva de seu ser, consagrando o homem moderno-ocidental (quer dizer, ao macho, branco, proprietário e heterossexual) como o único universal possível (Castro-Gómez, 2000). Por esse mesmo ato se decretou a incontornável menos-valia ontológica da Alteridade; o humano-outro deixa de ser e de pertencer plenamente ao universo do humano e passa a integrar já o mundo propriamente colonial do bestiário (Fanon, 1973; 2006). (Araoz, 2020, p. 94).

Negar a condição de humano, não reconhecer seu modo de vida, sua forma de se relacionar com natureza, território, ou seja, a sua cosmogonia que materializa sua forma de existir no mundo, foi e tem sido indispensável para quem deseja impor seu modo de produção e de vida. Várias foram as estratégias utilizadas para essa finalidade, inclusive aquelas que se davam pelo viés da religião, da moral, da ética, dos costumes e do próprio sistema jurídico. Sobre esse último aspecto, segundo Fausto, no processo de colonização:

[...] existia um corte separando pessoas de não pessoas, ou seja, gente livre dos escravos, considerados juridicamente como coisas. A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram negros, em primeiro lugar, índios e mestiços. Toda uma nomenclatura se aplicava aos mestiços, distinguindo-se os mulatos, os mamelucos, curibocas ou caboclos, nascidos da união entre branco e índio, e os cafuzos, resultantes da união entre negro e índio (2015, p.31).

Embora Luxemburgo (2021) aponte que o trabalho escravo seja incompatível com as necessidades do Capital, para o colonizador o trabalho compulsório era uma condição

indispensável para que realizasse o projeto de acumulação. Quijano (2005) apresenta uma importante contribuição a esse debate ao apontar as especificidades da escravidão na América Latina. Segundo este autor,

Antes que mais nada, a teoria de uma sequência histórica unilinear e universalmente válida entre as formas conhecidas de trabalho e de controle do trabalho, que foram também conceitualizadas como relações ou modos de produção, especialmente entre capital e pré-capital, precisa ser, em todo caso, com respeito à América, aberta de novo como questão maior do debate científico-social contemporâneo.

Do ponto de vista eurocêntrico, reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil independente são todas percebidas como uma sequência histórica prévia à mercantilização da força de trabalho. São pré-capital. E são consideradas não só como diferentes, mas como radicalmente incompatíveis com o capital. O fato é, contudo, que na América elas não emergiram numa sequência histórica unilinear; nenhuma delas foi uma mera extensão de antigas formas pré-capitalistas, nem foram tampouco incompatíveis com o capital.

Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Do mesmo modo, a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir os mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. E enfim, a produção mercantil independente foi estabelecida e expandida para os mesmos propósitos.

Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial.

Conseqüentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo. (Quijano, 2005, p. 126).

No processo de colonização da América Latina, qualquer outra forma de existência, quaisquer outras formas de compreensão de mundo e maneiras de com ele se relacionar, qualquer modo de organização social que não fosse regulada pelos padrões da sociedade capitalista se apresentava como um obstáculo à reprodução do sistema. Por essa razão, precisava ser controlado. Também é verdade que, além da intrínseca característica do capitalismo em explorar o trabalhador, que no período da colonização se fundamentou no trabalho compulsório dos povos escravizados, o próprio comércio de seres humanos, em si mesmo, era uma das principais e mais lucrativas “empresas” mercantis. Havia uma finalidade autocentrada nesse comércio.

Embora já existisse voltado ao atendimento de diversas atividades, principalmente das plantations e, em menor proporção, na pecuária, foi a partir da descoberta, extração e circulação do ouro proveniente de Minas Gerais que esse comércio de seres humanos teve um aumento avassalador. Daí a preferência pelo escravizado trazido da África, pois a venda desses seres humanos se tratava de uma atividade econômica extremamente lucrativa. De acordo com Reis (2007, p. 81), entre homens, mulheres e crianças, vieram para o Brasil em torno de 4 milhões

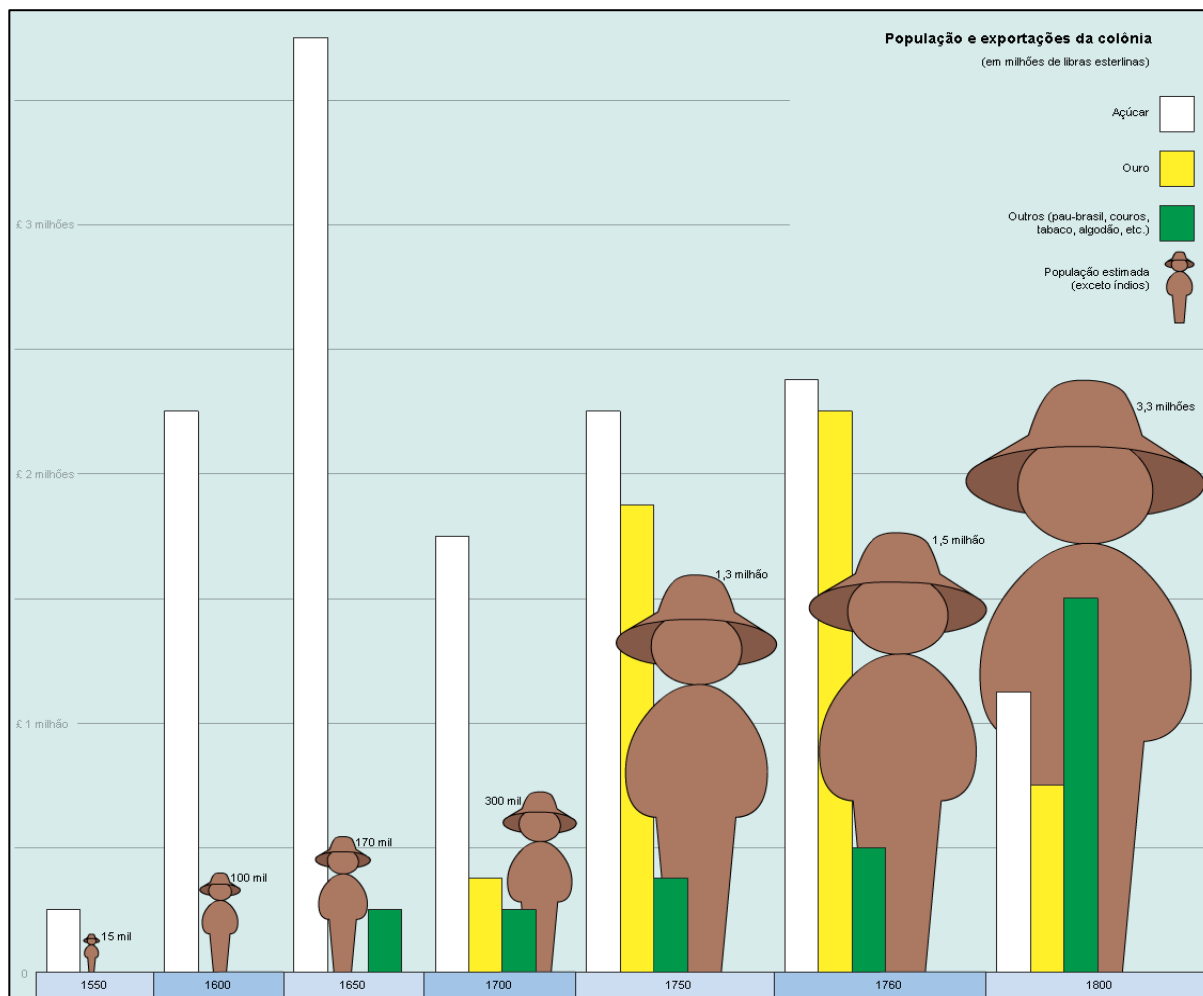
de africanos, tendo sido o país do continente americano que mais importou escravizados da África, chegando a mais de um terço do total desse comércio de seres humanos, realizado entre os séculos XVI e XIX.

A esse respeito, Mathias, amparando-se no trabalho “*A Bahia e a Carreira da Índia*”, de autoria de José Roberto de Amaral Lapa, afirma que, embora a descoberta do ouro de Minas Gerais não tenha sido responsável direto pela formação desse circuito, serviu para impulsioná-lo a níveis que nunca haviam sido alcançados. Conforme o mesmo autor,

Em 1706 o agente geral inglês da Companhia Real da África na Costa do Ouro acordou com traficantes residentes na Bahia o suprimento de escravos em Ajudá acostando-os por ouro proveniente da região de Minas Gerais. Da mesma forma, os holandeses, em vez de atuar exclusivamente por meio de contrabando e pirataria, optaram pela venda de escravos diretamente para traficantes lusos (alguns deles residentes na América portuguesa) em troca de ouro, tabaco e açúcar em 1712. Consoante Joseph Miller, interessados no ouro de Minas Gerais, os comerciantes da Ásia se valeram “do que parecia ser uma demanda insaciável por algodão indiano na África [...] compraram escravos em Luanda e os vendaram [sic] por ouro na América” (Mathias, 2012, p. 86).

Na Figura 6 é possível perceber que a força de trabalho escravizada esteve na gênese de todo modelo colonial de exploração, seja no extrativismo do pau-brasil, seja na produção agropecuária do açúcar, algodão, tabaco, couro ou café. Entretanto, a descoberta do ouro no Brasil no início do século XVIII influenciou significativamente nos processos de migração, tanto a do português em busca de riquezas minerais, quanto a migração forçada do africano, desembarcado nos portos brasileiros para trabalharem na mineração.

Figura 6 – Relação entre população e produção exportada pela colônia.

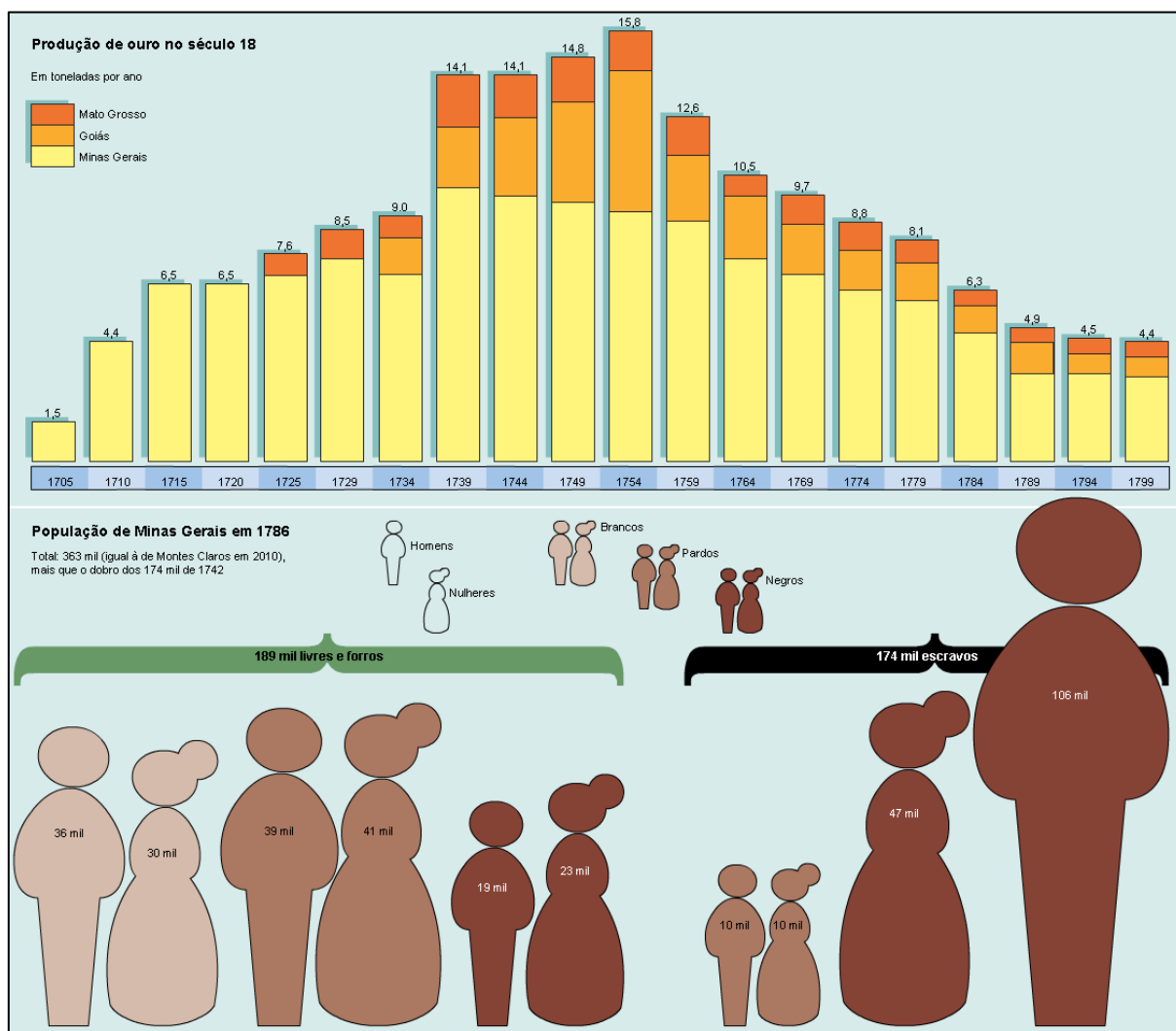


Fonte: Atlas Histórico do Brasil – FGV.

A partir da Figura 6, que representa um gráfico, é possível perceber que, no intervalo de apenas 10 anos, a população da colônia, excetuada a população indígena, praticamente dobrou de tamanho, saindo de 170 mil no ano de 1650 para 300 mil em 1700. Cinquenta anos depois, em 1750, a população brasileira já ultrapassava pela primeira vez a casa de 1 milhão de habitantes, sendo estimada em 1,3 milhões.

A Figura 7 mostra a ascensão e o declínio da extração de ouro nas três principais áreas onde era explorado, primeiramente em Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás e Mato Grosso, essas duas últimas a partir de 1725. Conforme o gráfico, o auge da extração ocorreu em 1754, quando chegou à casa de 15,8 toneladas de ouro. É possível perceber que grande parte do declínio está diretamente associada à exaustão da produção de Minas Gerais.

Figura 7 – Relação entre a população e a produção de ouro no Séc. XVIII a partir do exemplo de Minas Gerais



Fonte: Atlas Histórico do Brasil – FGV.

A Figura 7 permite ainda compreender como se dava a divisão social dos habitantes no principal centro minerador da colônia no ano de 1786, tanto por gênero, quanto por cor, quanto por condição de trabalho livre ou escrava. Do total dos 363 mil habitantes de Minas Gerais naquele ano, 210 mil eram homens e 153 mil eram mulheres. Destes, 66 mil eram brancos, 100 mil eram pardos, 195 mil eram negros, subentende-se no gráfico que 2 mil pessoas eram de outra cor, provavelmente indígenas. Somando pardos e negros, a população era de 295 mil pessoas, das quais 174 mil eram escravizadas.

O crescimento dessa população e a ampliação do uso da força de trabalho escravizada, apresentadas nos gráficos das Figuras 6 e 7 não ocorreu sem haver intenso processo de luta e resistência por parte da população negra da região de Minas Gerais. Na Figura 8, Guimarães (2012) mostra onde se localizavam os principais quilombos mineiros do século XVIII.

Os quilombos constituíram, nas Minas Gerais do século XVIII, uma das mais completas e complexas formas de reação à escravidão. Para que se tenha uma ideia de sua participação na dinâmica social, basta lembrar que para o período compreendido entre os anos de 1710 e 1798, o acervo documental pesquisado permite afirmar a descoberta e destruição de, pelo menos, 160 quilombos na área das Minas Gerais. Tal dado é suficiente para recusarmos as surradas teses da escravidão suave; da relação harmônica entre senhores e escravos; e da aceitação, por parte dos escravos, de sua condição. (GUIMARÃES, 2012, p.159).

Já na Tabela 1, é possível visualizar por períodos e quinquênios o desembarque estimado de africanos no Brasil. Observa-se que nos 169 anos compreendidos entre 1531 até 1700 haviam sido desembarcados na Colônia aproximadamente 610.000 africanos. Verifica-se também que o início da mineração do ouro e, posteriormente, de diamantes, ocorridos primeiramente em Minas Gerais em 1693, impulsionou o desembarque dessa população no início do século XVIII. Entre 1701 e 1855, ou seja, em 154 anos pós-descoberta do ouro, desembarcaram aproximadamente 3.299.400 africanos nos portos brasileiros.

Tabela 1 – Desembarque estimado de africanos no Brasil por períodos - Séculos XVI-XVIII

Períodos	No período
1531-1575	10.000
1576-1600	40.000
1601-1625	100.000
1626-1650	100.000
1651-1670	185.000
1676-1700	175.000
1701-1710	153.700
1711-1720	139.000
1721-1730	146.300
1731-1740	166.100
1741-1750	185.100
1751-1760	169.400
1761-1770	164.600
1771-1780	161.300
1781-1785	63.100
1786-1790	97.800
1791-1795	125.000
1796-1800	108.700
1801-1805	117.900
1806-1810	123.500
1811-1815	139.400
1816-1820	188.300
1821-1825	181.200

1826-1830	250.200
1831-1835	93.700
1836-1840	240.600
1841-1845	120.900
1846-1850	157.500
1851-1855	6.100
Total	3.909.400

Fonte: IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

Tratando de um período posterior ao apresentado na tabela acima do IBGE, Souza (2013) analisa os dados do primeiro censo realizado no Brasil, no ano de 1872. Conforme a autora, o levantamento foi feito em um contexto turbulento, de conflitos e protestos ocasionados pela eminência do final da escravidão no Brasil.

[...] O resultado foi o registro de 10 milhões de habitantes, onde **a população escrava correspondia a 15,24%** desse total. [...].

O recenseamento é considerado bastante completo por trazer o único registro oficial da população escrava nacional, os imigrantes separados por nacionalidade e fazer, ainda, um inventário inédito das etnias indígenas. De acordo com o levantamento, **58% dos residentes no país se declaravam pardos ou pretos, contra 38% que se diziam brancos**. Os estrangeiros somavam 3,8%, entre portugueses, alemães, africanos livres e franceses. **Os indígenas perfaziam 4% do total dos habitantes**.

[...]. Em resultados detalhados, o Censo de 1872 aponta o total da população de estrangeiros no Brasil: 382.132. Separa os brancos por origem. São 125.876 portugueses, 40.056 alemães e 8.222 italianos, entre outras nacionalidades. **Os negros eram considerados todos do mesmo grupo: africanos**. Segundo o documento **eram 176.057 africanos vivendo no país, porém, divididos apenas entre escravos (138.358) e alforriados (37.699)**.

A partir das informações é notável ainda, o início da política de “embranquecimento” do povo, com a chegada dos primeiros grupos de imigrantes europeus. “A solução para o que era visto como um problema (a população negra e indígena) era o projeto de embranquecimento”, afirma José Luis Petruccelli, pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Em 350 anos de tráfico negreiro, entraram no país cerca de 4 milhões de africanos. Entre 1870 e 1930 vieram morar aqui praticamente 4 milhões de imigrantes europeus”, compara. (Souza, 2013, N/P).

Conforme os dados apresentados acima, em 1872 a população brasileira correspondia a 10 milhões de habitantes, sendo que 15,24% desse total se encontrava em situação de escravidão, ou seja, 1.524.000 pessoas. Entre esses 10 milhões, 5,8 milhões era composto por pessoas que se declararam pardas ou pretas. Já os brancos, eram de 3,8 milhões. Nesse período, portanto, a população parda e preta superava a população branca em pelo menos 2 milhões de habitantes. A população indígena foi estimada em 400 mil naquele ano. Quanto aos estrangeiros residentes no Brasil, o censo apontou um total de 382.132 pessoas, separando os brancos por nacionalidade, sendo 33,20% de portugueses, 10,48% de alemães e 2,15% de italianos e 8,1% de brancos eram de outras nacionalidades. Já a população do continente

africano era generalizada como sendo uma só, sem diferenciação de reino ou país e correspondia a 46,07% dos estrangeiros no Brasil em 1872.

Os diversos dados apresentados acima, sejam específicos de Minas Gerais, sejam pelos dados sobre o Brasil, mostram uma relação intrínseca entre a mineração e a opressão do povo negro na formação social brasileira. Opressão essa que não se restringiu ao passado colonial, mostrando-se como uma constante na formação socioterritorial brasileira. Hoje, quando tratamos da expansão da fronteira minerária sobre novas áreas que se visa incorporar pelo setor extrativo mineral, vemos diversas comunidades tradicionais, entre elas, os quilombolas ameaçados pelos grandes projetos de mineração.

Os dados mostram ainda que o quantitativo populacional negro já era superior à quantidade de população branca no período colonial, assim como hoje o é. Diante dessa realidade, cabe a reflexão: como é possível que esses processos de exploração tenham sido e sejam realizados? Nesse sentido, Eunice Prudente traz as seguintes reflexões:

Como entender um Brasil tão diverso com esses elevados níveis de discriminação racial? Em um Estado democrático de direito, importantíssima é a política de dados abertos. Dados do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que 54% da população brasileira é negra. Dados do Ipea — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2016, mostram que mulheres brancas recebem 70% a mais que mulheres negras. Entender o Brasil é inter-relacionar questões, informações, dados de gênero, etnia e também de classe social (Prudente, 2020, N/)

Auxiliando nessa compreensão, Cruz aponta o papel desempenhado pelo colonialismo e pela colonialidade para efetivação desse modelo de exploração imposto pela modernidade.

[...] Na gênese do projeto civilizatório da modernidade está uma violência matricial do colonialismo e da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza que, segundo Quijano (2005), é uma forma de dominação fundada na crença de que existe uma “natural” superioridade étnico-racial e epistêmica do europeu sobre outros povos. Santiago Castro-Gómez (2005b), analisando as formulações de Aníbal Quijano, afirma que a colonialidade é uma forma de dominação que não visava apenas submeter militarmente outros povos e destruí-los pela força, mas sim visa transformar sua alma com o objetivo de transformar radicalmente suas tradicionais formas de conhecer o mundo e a si mesmo, e, assim, levando o colonizado a adorar o próprio universo cognitivo do colonizador (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 58b). Dessa forma, a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza não é uma forma de dominação que usa exclusivamente os meios coercitivos para o exercício do poder; não se trata apenas de reprimir os dominados, mas também da instituição e naturalização do imaginário cultural europeu como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade (Cruz, 2017, p. 16).

A constituição do colonialismo e da colonialidade passam pela justificativa da atrocidade, pois somente criando uma ideologia dotada de profunda capilaridade, seria possível que, para além de algo que fosse juridicamente legal, também se tratasse de uma questão

moralmente admissível. Para isso, essa ideologia necessitava estar arraigada nas concepções da ética, da moral, da cultura, da religiosidade, do conhecimento, entre outras, conseguindo cunhar padrões que naturalizassem a barbárie como algo aceitável e comum para a sociedade daquela época.

No início desse processo, uma das formas de dar ares de legitimidade a todo tipo de barbaridade, foi a religião católica, pela suposta necessidade da catequização. Nêgo Bispo (Santos, 2019) cita dez versículos da bíblia²⁷ para embasar as afirmações de que a fé cristã justifica o uso do trabalho como um instrumento de castigo, além de apresentar bases ideológicas que fundamentam a escravidão. Já Fragoso e Krause (2014), afirmam que colonizadores eram portadores de obediência e disciplina que se baseavam no catolicismo, por isso, entre outras compreensões, sabiam que os escravos eram servos que deviam ser cristianizados.

Nessa lógica, ao se deparar com a resistência manifestada daqueles que não aceitavam a catequização e a redenção pelo trabalho, justificava-se o uso da força. Desse modo, a militarização e a violência completam o processo, estão na base do sistema-mundo-capitalista-moderno-colonial, assim como a escravização, a tortura, o estupro, o assassinato, os etnocídios. O capitalismo, em sua essência, depende da exploração de um grupo (classe) sobre outro para se realizar. No processo de expansão geográfica do capitalismo, a subjugação é inerente para haver a espoliação, de modo que um grupo passe a ocupar a posição de explorado. Sem isso o capitalismo é irrealizável.

Deslocando o ponto focal da negação do outro e observando questões Históricas, segundo Forero (2017), no final do século XVI, na área de colonização espanhola os indígenas eram obrigados a trabalhar 16 horas por dia em condições desumanas para a extração de prata da mina de Potosí. Também nesse mesmo período a superexploração esgotou a mina, que teve sua riqueza drenada para mansões e igrejas europeias, além de financiar as guerras travadas pelo reino da Espanha.

Já os europeus que se estabeleceram em terras brasileiras, ao longo dos séculos, passaram a compor uma oligarquia agrária. Como no Brasil as minas de ouro só foram encontradas no final do século XVII, prevaleceu a princípio a empresa agrícola da produção de açúcar. Embora gozando de enriquecimento, possibilitado pela pilhagem da natureza, obtenção de vastas concessões de terras da coroa portuguesa e da superexploração do trabalho realizado

²⁷ Nêgo Bispo cita os versículos Mateus 10:24; Lucas, 12:47 e 48; Colossenses 3:22; Mateus 24:25; Timóteo 6:1; Tito 2:9; Gênesis 16:7; Êxodo 21:20; Joel 3:8; Pedro 2:18

em regime de escravidão, mantinha uma ligação com a metrópole que era de dependência econômica e de subserviência política em relação à nobreza, comerciantes e companhias navegadoras.

No Brasil, além da usurpação propriamente dita da natureza e da extração do trabalho compulsório, houve concomitantemente uma drenagem da economia da colônia que estava em formação. A partir de instrumentos jurídicos criados para proteger a produção e comercialização das manufaturas provenientes da metrópole, por força de lei se proibiu à existência de fábricas ou manufaturas diversas sob a justificativa de que tais atividades retirariam os colonos dos trabalhos de cultivo da terra, diminuiria a extração de ouro e diamantes das áreas mineiras, além de prejudicar o comércio e as navegações. Nesse sentido, medidas protecionistas pró-metrópole estabeleceram, por meios coercitivos, uma especialização espacial da produção, conforme evidenciado no Alvará expedido em 05 de janeiro de 1785 pela Rainha Maria I,

Eu a rainha. Faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmo domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição, com que foram dadas aos proprietários delas. E até nas mesmas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis, e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes, como são os das referidas fábricas, e manufaturas: e consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos frutos, e produções da terra, as quais somente se conseguem por meio de colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes: e sendo além disto as produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação, e do comércio entre os meus leais vassallos habitantes destes reinos, e daqueles domínios, que devo animar, e sustentar em comum benefício de uns, e outros, removendo na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciais, e nocivos: em consideração de tudo o referido: hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata. De veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores: e de panos, baetas, droguetes, saietas ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã; ou dos ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados, tecidos uns com os outros; excetuando tão somente aqueles dos ditos teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar, e empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas, que nelas, ou neles houver, e que se acharem

existentes, dois meses depois da publicação deste; repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se o houver, e a outra metade pelos oficiais, que fizerem a diligência; e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

O alvará torna nítido como a Metrópole Portuguesa subordinou o Brasil Colônia, impedindo a instalação de fábricas e manufaturas, ao mesmo instante em que direcionava a economia colonial para a exploração do setor primário, devendo a força de trabalho ser empregada no cultivo da terra, bem como na exploração mineral de ouro e diamantes, as quais haviam decaído em produção. A proibição de fábricas impossibilitou um processo local de industrialização e isso, associado à exploração da força de trabalho que se desenvolveu aos moldes da relação promíscua entre oligarquia rural e mineradores da colônia com a metrópole, está no alicerce da divisão internacional do trabalho e do sistema-mundo-moderno-colonial, forjando a dependência periférico-colonial das economias dos países ao Sul em relação às economias dos países do Norte.

O alvará nos serve de exemplo concreto de como que o campo econômico da divisão internacional do trabalho foi politicamente planejado e arquitetado para garantir a manutenção das condições vantajosas de exploração da metrópole sobre a colônia. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma tradição cultural de subserviência da elite econômica e política brasileira aos interesses internacionais. Desde que consigam lucrar algo na relação de dependência que mantém em relação ao capital internacional, o fazem sem que tenham a menor preocupação com um projeto nacionalista de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma elite oportunista, subserviente e associada ao capital internacional.

Fica evidente também no Alvará o papel desempenhado pelo Estado no processo de colonização e formação socioeconômica do Brasil. A esse respeito, Corrêa e Souza, apontam que:

Estados hegemônicos realizaram estratégias de ocupação territorial e acumulação de capital por meio de ações colonialistas de exploração e expropriação. Tais ações constituem a história das colônias portuguesas reverberadas a partir da escravidão da população africana (século XVI ao XIX) que respondem, por exemplo, na formação socioeconômica brasileira (Corrêa; Souza, 2019, p.293).

Ademais da exploração da colônia por Portugal, tratou-se de um *modus operandi* da expansão mercantilista europeia. O declínio da hegemonia dos países ibéricos não foi acompanhado por um processo de soberania das ex-colônias, que se tornaram independentes das metrópoles. O que houve foi a transição dessa hegemonia para a Inglaterra, que passou a

ditar as relações geopolíticas internacionais de então, bem como os processos de exploração na América Latina. Nesse sentido, Rui Mauro Marini aponta que:

A América Latina emergiu como tal quando aderiu ao sistema capitalista em formação, ou seja, quando da expansão mercantilista europeia do século XVI. A decadência dos países ibéricos, que primeiro tomaram posse dos territórios americanos, engendra nestas situações conflituosas, resultantes dos avanços que sobre eles experimentam as outras potências europeias. Mas é a Inglaterra, através da dominação que acaba por se impor a Portugal e Espanha, que finalmente predomina no controle e exploração dos mesmos.

Ao longo dos três primeiros quartéis do século XIX, e concomitantemente com a afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa, especialmente na Inglaterra, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, seja como produtora de matérias-primas, seja como consumidora de parte da produção europeia. A ruptura do monopólio colonial ibérico foi então imposta como uma necessidade, desencadeando o processo de independência política, cujo ciclo estava praticamente concluído no final do primeiro quartel de século, resultando nas fronteiras nacionais que, em geral, ainda hoje prevalecem. A partir deste momento, ocorre a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, que assume duas modalidades principais que correspondem às possibilidades reais de cada um para realizar esta integração e as mudanças que sofrem em função do avanço da industrialização nos países centrais.

Assim, em primeiro lugar, são os países que apresentam uma certa infraestrutura econômica, desenvolvida na fase colonial, e que são capazes de criar condições políticas relativamente estáveis que respondem mais prontamente às demandas da demanda internacional. O Chile, o Brasil e, pouco depois, a Argentina, aumentaram significativamente seu intercâmbio com as metrópoles europeias durante esse período, com base na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carne, couro e lã. Ao mesmo tempo, utilizando mesmo os créditos concedidos pela Inglaterra, aumentam as suas importações de bens de consumo não-duráveis e começaram a construir um sistema de transportes, através de obras portuárias e das primeiras ferrovias, abrindo assim um mercado suplementar à incipiente indústria pesada europeia (2020, p.9).

Os processos acima, descritos por Marini, apresentam o papel desempenhado pela Inglaterra e pela industrialização dos países centrais na intensificação e agravamento da exploração colonial, em decorrência das condições a partir das quais se realizavam as trocas comerciais desiguais entre as colônias e a Europa. Apesar da conjuntura econômica e política daquele momento ter levado a independência política dessas colônias em relação às metrópoles, dadas as condições históricas de exploração capitalista, elas foram incapazes de superar a condição de exploração e dependência econômica em relação aos países do Norte. Possuidora de uma economia de base primária e importadoras de produtos manufaturados e, posteriormente, importação de produtos industrializados em países europeus, a intensificação das trocas comerciais desiguais fomentaram ainda mais intensamente o empobrecimento generalizado da América Latina. Associa-se a isso o endividamento dos países desse continente em decorrência da aquisição de créditos junto aos países centrais, para que pudessem realizar a construção das infraestruturas necessárias para melhorar o dinamismo econômico interno. O

endividamento para a construção de portos, ferrovias, entre outras, cria uma profunda dependência não apenas econômica, mas também política, e agrava a situação de pobreza das ex-colônias, como foi o caso do Brasil.

Essas infraestruturas foram construídas em locais específicos do território brasileiro, que já possuíam certa interligação com os processos internacionais do Capital. Elas demarcam, portanto, um processo de valorização capitalista do espaço (Moraes; Costa, 1999) de certas porções do território nacional, possibilitada por meio do endividamento. Ou seja, a valorização do espaço ocorreu seletivamente, em apenas alguns locais da ex-colônia, e a partir de uma lógica de dependência política e econômica internacional.

Essa situação, juntamente com toda a riqueza drenada por Portugal, constituíram a base fundamental do processo de desenvolvimento regional desigual. A pilhagem do período colonial, associada a intensificação das trocas comerciais desiguais, criaram uma situação de dependência econômica que perdura até os dias atuais.

Acosta (2016) aponta também o papel dos processos endógenos na reprodução das desigualdades socioeconômicas. Especializados em fornecer produtos primários, países como o Brasil tem a sua abundante natureza apropriada de modo predatório, causando uma redistribuição negativa da renda, concentrando riquezas e fomentando desigualdades sociais. Segundo o autor,

O certo é que a grande disponibilidade de recursos naturais que caracteriza as economias primário-exportadoras, particularmente quando se trata de minérios ou petróleo, tende a distorcer a estrutura econômica e a alocação de fatores produtivos, pois redistribui regressivamente a renda e concentra a riqueza em poucas mãos. Essa situação se agrava por uma série de processos endógenos de caráter “patológico” que acompanha a abundância desses recursos naturais (Acosta, 2016, p. 52 – 53).

Essa condição se replica hoje em dia com a reprimarização das economias dos países latino-americanos. A elite econômica nacional, a qual é também a elite política ou que mantém seus prepostos em mandatos eletivos ou no controle estratégico de instituições públicas e nos sistemas burocráticos difusos (Castro, 1992) do país, historicamente associada a burguesia internacional, atua peremptoriamente no processo de especulação da natureza através de medidas como flexibilização das leis ambientais, facilitação de licenciamentos, permissão e facilitação da estrangeirização das terras e da exploração de recursos nacionais estratégicos, como o petróleo e minérios raros. Em alguns casos, esses próprios agentes públicos exploram

diretamente a natureza como empresário, em outros casos se tornam acionistas²⁸ desses empreendimentos. Se for possível extrair algum tipo de ganho, algum tipo de renda da terra ou renda acionista, a associação entre elite econômico-política nacional e capital especulativo se efetiva. Todos esses casos mencionados acima se apresentam em curso no Piauí.

Apesar de todas as evidências da superexploração a qual a América Latina foi submetida. Acosta (2016), baseando-se em Gudynas, aponta que o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além de alguns especialistas, a partir de diferentes perspectivas, construíram um debate a respeito da existência de um “fatalismo tropical”, conhecido como “paradoxo da abundância” ou “maldição dos recursos naturais”. Nessa perspectiva, quanto mais bens naturais um país dispõe, mais lento se dá o seu desenvolvimento.

Essa afirmação, no entanto, contém um determinismo geográfico que deve ser evidenciado e rechaçado por esconder uma forte intencionalidade alienadora, que dificulta visibilizar as formas e processos que verdadeiramente ocorreram, e ainda ocorrem, nas economias dos países que tiveram e que mantém o extrativismo de grande intensidade como sua principal fonte exploração, que foram e são as relações colonialistas de espoliação da natureza, dos territórios e da força de trabalho dos povos da América Latina. A “maldição” nunca esteve nos bens naturais, nos bens comuns. A maldição reside na superexploração a qual foram e continuam sendo submetidos os países que passaram por processos de colonização.

Sobre o debate a respeito da existência de uma suposta “maldição da abundância”, Araoz afirma que:

Esse “paradoxo” foi amplamente difundido e tratado na literatura econômica dos últimos trinta anos e tachado como “a maldição da abundância”. Nas versões extremas dos economistas neoclássicos, os problemas estruturais que as estratégias primário-exportadoras provocam sobre o tipo de mudança e os (des)incentivos à diversificação e à industrialização se traduzem em um determinismo geográfico, um destino, uma fatalidade. Esse raciocínio, de extremo simplismo, parte precisamente do mesmo silogismo instalado como política econômica dos sucessivos governos na região: os países com “alta dotação de recursos naturais” devem especializar-se em explorar e exportar. Daí às ideias racistas para “explicar” a persistência de nosso “subdesenvolvimento” é um passo: se as instituições funcionassem; se os populistas não fizessem demagogia; se não houvesse corrupção e clientelismo e se acatássemos à risca a distribuição primária no mercado interno e os fluxos e as regras do comércio mundial, nossas economias “no longo prazo” se “desenvolveriam”. Ao omitir totalmente a ruptura colonial como pedra fundamental do sistema-mundo e partir de uma concepção completamente naturalizada do “mercado”, essas análises constroem uma imagem invertida da realidade, apresentando como causas o que na verdade são consequências. É uma perspectiva totalmente distorcida que, entre outros, mas em especial, o equatoriano Alberto Acosta desnudou de maneira implacável

²⁸ No Estado do Piauí, a Secretaria Estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis foi ocupada até 06 abril de 2018 por um político que é acionista da empresa SRN Mineração, que vem tentando licenciar um empreendimento de mineração na área do Território Quilombola Lagoas, localizado na microrregião de São Raimundo Nonato.

(Acosta, 2009; 2016; Acosta & Schuldt, 2000). Longe de ser um “destino da natureza”, uma “fatalidade geográfica”, trata-se de grafias (imperiais-coloniais) politicamente inscritas no espaço (Porto-Gonçalves, 2002). (Araoz, 2020, p. 25).

Os países da América Latina, de modo inequívoco, possuem natureza e sociobiodiversidade vasta. Porém, a maioria da riqueza natural historicamente extraída dessa região a partir do trabalho escravo, foi saqueada no período colonial pelas metrópoles. As colônias nunca tiveram suas economias alavancadas a patamares de superacumulação pelo ouro ou diamantes extraídos da sua natureza abundante.

Na prática, o extrativismo tem sido um mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial. Esse extrativismo, que assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, forjou-se na exploração das matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial e o bem-estar do Norte global. E isso foi feito sem levar em conta a sustentabilidade dos projetos extrativistas ou o esgotamento dos recursos. Soma-se ainda o fato de que a maior parte da produção das empresas extrativistas não se destina ao consumo no mercado interno, mas sim à exportação. Apesar das dimensões dessa atividade econômica, enormes, ela gera um benefício nacional muito escasso. Os bens, os insumos e os serviços especializados, necessários para o funcionamento do negócio extrativista, raramente provêm de empresas nacionais (Acosta, 2016, p. 50-51).

Acosta aponta os prejuízos dessa exploração para os países do Sul global que, ao mesmo tempo, possibilitou uma condição de bem-estar aos países do Norte. Além dos impactos de ordem ambiental, raros foram os benefícios obtidos pelas ex-colônias nessa relação. Na prática, a partir da colonização e neocolonização houve um intenso esbulho da natureza e do resultado do trabalho produzido nas áreas exploradas, possibilitando lucros para as antigas metrópoles e empobrecimento para as antigas colônias.

Entendemos que os elementos históricos apresentados neste texto nos oferecem uma base para pensar o que está acontecendo na atualidade, sobretudo em relação à intensificação da exploração mineral nos países da América Latina. Buscando avançar nesse debate, no subcapítulo seguinte apresentamos uma análise a respeito de como os avanços da mineração no século XX continua se efetivando a custas de natureza e dos territórios de povos originários, povos tradicionais e camponeses.

2.3 AJUSTE ESPACIAL DO CAPITAL, REPRIMARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA MINERAL NO BRASIL

pela madrugada
o sal na moleira
e o ícone daquela geração
[soberba
prefere a lama
ante à água
com mãos mecânicas regozijam a
[geologia
daquela serra outonal
[em íntimo duelo
arrasto pela lírica-o toldo sangue e a economia dos seus
abismos que predam corações]
senhores-essa sintaxe masculina do poder
o apregoado dos olhos denota
é o favo agudo que estrondas a pedra
[derradeira
os afazeres do grito
o alfazema do jardim e teu pulso
o relicário antigo
a criança que já não podemos ver o gesto
há em ordem alfabética um silêncio andante
chega-gritará os outros?
a estética do ferro desbotou o horizonte
e os cadáveres
implicarão novos díizimos
outras violetas que a nação
[apodrecem
eu beije
um a um membro efetivo da canga mineral - são os
animais que bestializamos
e tornamos sal e estrume esquecidos no objeto
industrial.

Brumadinho [MG], fevereiro de 2019

Charles Trocate (2021)

Nas duas primeiras décadas do século XXI, os países da América Latina vivenciaram uma intensificação das grandes explorações extrativas empresariais. Esse processo, que conta com uma profunda participação estatal para sua efetivação, seja alocando os recursos públicos na criação das infraestruturas necessárias para a produção, seja criando brechas legislativas e marco jurídico que possibilitem e estimulem essas atividades, tem sido chamado pelos especialistas de “*consenso de commodities*”.

Trata-se de um consenso, por serem colocados em prática por diversos governos da região, de diferentes vertentes políticas, direita, esquerda, conservadores ou os chamados governos de inclinações progressistas (Cruz, 2017).

Esse consenso vem se efetivando, pois, para Svampa, ocorreu uma passagem do consenso de Washington para o consenso das *commodities*.

En el último decenio, América Latina realizó el pasaje del consenso de Washington, asentado sobre la valorización financiera, al Consenso de los Commodities, basado en la exportación de bienes primarios a gran escala. Ciertamente, si bien la explotación y exportación de bienes naturales no son actividades nuevas en la región, resulta claro que en los últimos años del siglo XX y en un contexto de cambio del modelo de acumulación, se ha venido intensificando la expansión de proyectos tendientes al control, extracción y exportación de bienes naturales, sin mayor valor agregado (Svampa 2012, 16).

Se no passado, a febre do extrativismo serviu para inaugurar a divisão internacional do trabalho, na conjuntura econômica contemporânea do sistema-mundo-moderno-colonial-capitalista, o saque é desempenhado por diversos países, com destaque para as economias centrais do sistema capitalista e, mais recentemente, pelo acelerado crescimento econômico da China, que a torna a maior consumidora mundial de *commodities*.

Esse projeto não é novo; trata-se de uma forte marca de nossa geo-história colonial que, de maneira cíclica, volta como um fantasma para nos atormentar. Um imaginário e uma ideologia do progresso que se expressam pelas ideias de desenvolvimento, crescimento, modernização e globalização entre outras, e que compõem a cosmovisão da modernidade/Colonial ocidental. Mas esse modelo ganhou um novo impulso recentemente, principalmente devido à crescente demanda e valorização de certos produtos no mercado internacional pelos países centrais do capitalismo, mas também por países emergentes, especialmente a China, que é um dos principais consumidores de matérias-primas oriundas do continente latino-americano. Para responder a essa demanda global por *commodities*, os diferentes governos da América vem estimulando uma matriz neoextrativista de desenvolvimento, resultando numa reprimarização da economia, como nos mostra Eduardo Gudynas, entre outros (CRUZ, 2017, p. 15–16).

De modo especial, o início de século XXI é marcado por uma intensificação da exploração mineral em grande escala nos locais onde a exploração já era realizada e por uma busca acelerada de novas áreas para exploração, causando o avanço da fronteira mineral na América Latina. Essa situação foi possibilitada, entre outros elementos, pelo crescimento da economia de países “emergentes” como a dos integrantes do BRIC's (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O dinamismo econômico nesses países levou a uma ampliação da demanda real por minérios, que por sua vez agravou o processo de mercantilização da natureza, convertida em ativo econômico e especulada como *commodities* em bolsas de valores. Essa

dinâmica momentânea foi batizada como “*boom das commodities*”²⁹. Convém, entretanto, destacar que por trás do aumento da demanda real por *commodities* em alguns países, existem características inerentes da estrutura de funcionamento do capitalismo que direcionam a economia no sentido de ampliar as fronteiras de exploração mineral, tais como a financeirização, crise, ajuste espacial do capital, resultando em apropriação de fundos territoriais e acumulação por espoliação.

Conforme Peters Coelho, a negociação das *commodities* se transformou em um negócio lucrativo, ao possibilitar a especulação em bolsas de valores, inclusive a negociação de “mercados futuros”. Segundo o autor,

As *commodities* são recursos naturais negociados no mercado financeiro, podendo ser minerais ou agrícolas, e renováveis ou não-renováveis. Existem 57 bolsas de *commodities* pelo mundo, sendo a *New York Mercantile Exchange* (NYMEX) a maior delas. As bolsas de *commodities* comercializam insumos energéticos, produtos agrícolas e minerais. As maneiras de se investir no mercado financeiro de *commodities*, além da compra e venda de produtos, é comprando-se as dívidas das empresas do setor e/ou obtendo participação acionista das empresas. Porém, com o surgimento e a complexificação do mercado de *commodities* no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, os meios de se investir em *commodities* aumentaram. Em mercados onde as transações têm pouca ou a nenhuma regulação, como taxas oficiais ou trocas mínimas, os contratos futuros de *commodities* subiram de US\$ 418 milhões em 2001 para US\$ 2,6 trilhões em 2011. Em tese, os mercados futuros foram projetados para dar maior certeza aos produtores de que terão um preço previsível por uma colheita ou um mineral. Também dão a possibilidade de o consumidor se planejar de acordo com o preço do produto. Na última década, muitos investidores que não têm a necessidade de comprar matérias-primas especularam nesse mercado, comprando no mercado futuro. Comprando *commodities* no mercado futuro, os investidores estão apostando em um preço para um determinado período de tempo. A volatilidade nos preços de *commodities* agrícolas — instabilidade sobre a qual a especulação tem influência —, diretamente ligadas ao consumo popular, acaba levando a distorções no preço da comida, afetando grande parte da população mundial (Peters Coelho, 2015, p. 76 – 77).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em 2007 o mercado global de aço³⁰ estava em seu sexto ano consecutivo de crescimento da produção e da demanda. Embora enfrentasse declínios na América do Norte e na Europa, o consumo nas economias emergentes permanecia dinamizando o setor mineral.

²⁹ Sobre “*boom das commodities*” ver Wanderley, L. J. M. (2017) Do Boom ao PósBoom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos — Textos para Discussão PoEMAS, 1(1), 1-7.

³⁰ “Liga metálica formada por ferro e carbono. Material resistente a altas e baixas temperaturas, o aço é utilizado em muitas aplicações do dia a dia, desde residências, restaurantes, hospitais, laboratórios, utensílios domésticos, embalagem de alimentos até cabos elétricos, tubulações, carros, ônibus, metrô, trens, navios, usinas hidrelétricas, termoeletricas e nucleares. Os principais consumidores são o setor da construção civil e setor automotivo.” (GOMIDE, 2018, p.19).

As chamadas economias BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) estão liderando o crescimento da demanda mundial. O consumo de aço chinês atingiu 318 milhões de toneladas nos primeiros nove meses do ano, um aumento de 30,8 milhões de toneladas ou 10,7% em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo indiano também está aumentando em um ritmo de dois dígitos, embora a partir de um nível muito mais baixo de cerca de 45 milhões de toneladas. Em resposta à demanda crescente, a Índia pode ter se tornado um importador líquido de aço ao longo de 2007. A demanda brasileira de aço está sendo alimentada pelo crescimento dinâmico de indústrias que utilizam aço, como construção, maquinaria mecânica e manufatura automotiva. Na Rússia, a crescente indústria de petróleo e gás e o crescimento da renda familiar continuam a estimular a demanda por aço. A demanda por aço nessas economias deverá continuar apresentando forte crescimento em 2008, embora alguma moderação seja sentida devido à desaceleração econômica global³¹ (OCDE, 2007).

De modo especial, a economia chinesa contribuiu para a dinamização do setor, visto que desde 1999 o seu PIB vinha crescendo com taxas acima de 7% ao ano, atingido seu ápice em 2007, quando chegou a marca de 11,9% (INDEXMUNDI, 2019). Essa dinâmica econômica foi resultado de uma intensa associação entre industrialização, urbanização e financeirização da economia.

Entre 1978 e 2006, o setor industrial da China cresceu o equivalente a 18 vezes em relação ao período anterior, correspondendo a uma taxa média de 12% ao ano, atingindo participação de 50% no PIB chinês em 2006 (Rocha et al., 2009). Ainda conforme os mesmos autores, desde o ano de 1993 a China passou a ser a maior receptora mundial de Investimentos Estrangeiros Diretos – IED.

As expressivas taxas de crescimento da economia chinesa, bem como políticas favoráveis de atração de investimento externo direto (IED), fizeram com que a China se tornasse um dos destinos preferenciais de IED no período recente. De fato, a China se tornou a maior receptora mundial de IED a partir de 1993. Cabe ressaltar que a política chinesa visa atrair empresas multinacionais como estratégia para aprimorar seus conhecimentos tecnológicos e, posteriormente, fortalecer empresas e indústrias nacionais. Portanto, o país estabelece exigências – como o estabelecimento de joint ventures e a realização de P&D localmente — para permitir que subsidiárias atuem em seu território e usufruam de seu mercado (Rocha et al., 2009, p.32).

A industrialização chinesa se consolidou fazendo uso intenso de força de trabalho oriunda do êxodo rural ocasionado pela modernização agrícola e pela descoletivização da

³¹ Texto original em inglês” The so-called BRIC economies (Brazil, Russia, India and China) are leading the growth of world demand. Chinese steel consumption reached 318 million tonnes in the first nine months of the year, up 30.8 million tonnes or 10.7% from the same period last year. Indian consumption is also increasing at a double-digit pace, though from a much lower level of around 45 million tonnes. In response to growing demand, India may have become a net importer of steel during the course of 2007. Brazilian steel demand is being fuelled by dynamic growth in steel-using industries such as construction, mechanical machinery, and automotive manufacturing. In Russia, the booming oil and gas industry and growth in household income continues to stimulate demand for steel. Steel demand in these economies is expected to continue displaying strong growth in 2008, though some moderation will be felt from the global economic slowdown.” (OCDE, 2007).

agricultura (Leite, 2013; Padula, 2014). Em decorrência desse processo, no ano de 2011 a população urbana do país superou, pela primeira vez na história, o total da população rural (G1, 2012). Conforme aponta Rocha et al. (2009), nos últimos anos quase 90% das exportações da China foram oriundas do setor industrial e sua pauta exportadora demanda diversas matérias-primas para poder se realizar.

Durante os últimos anos, quase 90% das exportações da China concentram-se em três setores industriais: equipamento e material de transporte, bens manufaturados e outras manufaturas. Suas importações são também baseadas nestes setores, embora nos últimos cinco anos tem se observado crescente participação de combustíveis e lubrificantes, bem como de produtos primários em geral. Dado o expressivo crescimento de setores intensivos em commodities, a China tem sido a principal responsável pela expansão da demanda mundial por produtos como minério de ferro, petróleo, cobre e soja, o que tem beneficiado países exportadores de matérias-primas, tanto pelo aumento dos volumes exportados, como pela elevação generalizada dos preços de commodities no mercado internacional.

A expansão da China tem contribuído não apenas para elevar os preços das commodities, mas também para o declínio nos preços de manufaturas, gerando uma dinâmica de termos de troca desfavorável a países cuja pauta de exportação esteja concentrada em manufaturas, particularmente a partir de 2002 (Rocha et Al., 2009, P. 31)

Conforme exposto acima, o modelo de desenvolvimento adotado pela China ampliou sua necessidade de importação de minérios, com destaque para o ferro e o cobre. No entanto, é fundamental destacar que o crescimento da demanda chinesa por minérios não se explica somente em decorrência de uma demanda real em face da sua intensa industrialização. A essência por trás desse processo está na utilização da China enquanto área de ajuste espacial para a crise mundial do Capital na década de 1970, mas, sobretudo, em decorrência das medidas adotadas para superar os efeitos da crise de 2008 na economia e no mercado de trabalho chinês. O ajuste espacial do Capital, posto em prática para amenizar os danos da última crise, se pautou em intensa urbanização e na construção de grandes obras de infraestrutura, aumentando a demanda, causando especulação financeira, e movimentando o mercado mundial de commodities extraídas nos países periféricos.

Sobre o primeiro caso, Carvalho e Catermol, apresentam uma análise a respeito da reaproximação entre EUA e China, ocorrido a partir dos anos 1970. No que se refere ao processo de industrialização chinesa e ao aporte de investimentos estrangeiros no país, os autores apontam que:

A modernização no setor industrial foi fundamental para o contato direto da economia chinesa com o Ocidente e, sobretudo, com os EUA. Foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), localizadas nas províncias costeiras da China, cujo objetivo era a produção voltada exclusivamente para a exportação e que foram importantes para a assimilação de tecnologias avançadas. As ZEEs tinham incentivos

fiscais e isenção de taxas de importação para máquinas especiais. A China construía unidades industriais segundo as especificações dos investidores estrangeiros e fornecia mão de obra bem treinada, com salários competitivamente baixos, além de garantir infraestrutura. Também oferecia aos investidores taxas de impostos preferenciais e vários outros incentivos financeiros como forma de atrair os investidores estrangeiros. Esses benefícios concedidos pelo Estado chinês foram fundamentais para a crescente atração de empresas e investidores estrangeiros. As ZEEs eram as únicas com permissão para entrada de investimentos externos diretos (IED). No restante do país, consolidaram-se dois outros modelos industriais: township village enterprises (TVEs), que surgiram a partir da dissolução das comunas, em 1978, e as state-owned, (Carvalho; Catermol, 2009, p.233 – 234).

Já o segundo caso foi colocado em prática pelo governo chinês como forma de diminuir os impactos das perdas de postos de trabalho na indústria local, ocorridos em decorrência da crise econômica mundial do ano de 2008. É nesse sentido que podemos associar a crise de 2008 ao *boom* das commodities minerais vivenciado nas economias dos países periféricos e dependentes da dinâmica do Capital nos países centrais.

Harvey (2005) explica que as crises do capitalismo não são resultado da escassez, ao contrário disso, tratam-se, antes de tudo, de crises de sobreacumulação. Quando a rolagem perpétua do Capital se vê impossibilitada de acontecer em decorrência de algum fator impeditivo para a sua reprodução ampliada, seja por excedente de capital ou por excedente de força de trabalho, ocorre uma crise. Em seu livro *Loucura da Razão Econômica*, Harvey (2018) aponta que:

A crise de 2007–2008 foi, em primeira instância, relativamente localizada. Originou-se em particular no sul e no sudeste dos Estados Unidos e em larga medida a partir de especulação intensa nos mercados imobiliário e fundiário, alimentada por crédito fácil e empréstimos subprime. Depois do crash da Bolsa de Valores em 2001, uma enxurrada de dinheiro especulativo escoou para os mercados imobiliários estadunidenses (como ocorreu também na Irlanda e na Espanha, entre outros lugares). **Um excesso de liquidez inundou o mundo naquele período, e o capital portador de juros tinha poucas oportunidades de investimento. Boa parte foi absorvida em mercados fundiários e na extração de matérias-primas, forçando os preços cada vez mais para cima.** Quando a bolha especulativa estourou houve uma enorme crise de execuções hipotecárias nos Estados Unidos, bem como na Irlanda, na Espanha e em alguns outros países. **Pessoas desempregadas e que acabaram de sofrer uma execução hipotecária não saem por aí comprando coisas. O mercado de consumo nos Estados Unidos afundou. A China era uma das principais fornecedoras de bens para esse mercado consumidor. A indústria chinesa de exportação também afundou. Esse foi um dos canais pelos quais a crise local se tornou global.**

O outro foi o sistema financeiro. As instituições financeiras estruturaram as dívidas de financiamento imobiliário de modo que pudessem repassá-las a terceiros como um investimento bastante rentável, supostamente “tão seguro quanto uma casa”. Mas muitas das hipotecas não estavam respaldadas na capacidade de pagamento. Todos os que foram enganados e investiram nesse novo instrumento financeiro perderam dinheiro. Os bancos que detinham parte significativa da dívida ficaram ameaçados de falência e restringiram o crédito, inclusive o crédito para os já cautelosos consumidores. A fragilidade do mercado de bens de consumo nos Estados Unidos se alastrou e se aprofundou. A espiral descendente ameaçou engolir o mundo inteiro numa depressão. **Em 2008, a China enfrentava uma queda de 30% em suas exportações. Fábricas no sul do país estavam sendo obrigadas a fechar as portas.**

As estatísticas chinesas são pouco confiáveis, mas, segundo alguns relatórios, entre 20 milhões e 30 milhões de empregos foram perdidos. O governo chinês estava apreensivo com as potenciais agitações sociais. A existência de 20 milhões a 30 milhões de desempregados representava um risco alarmante, que o governo chinês tinha de atacar se quisesse manter a legitimidade e o poder. (Harvey, 2018, p. 179 – 180. Grifo nosso).

Conforme apontado na citação acima, a crise de 2008 surgiu a partir de um excedente de capital produzido pela especulação financeira no mercado imobiliário americano. Harvey aponta que naquele período, parte desse excesso de liquidez já havia sido empregado no mercado de terras, bem como nas atividades extrativas de matérias-primas. Esse movimento de reprodução ampliada do capital foi sentido no Brasil tanto por um processo de estrangeirização de terras quanto pelo aumento da extração mineral. Entretanto, quando a bolha econômica colapsou o mercado de consumo americano, a China, que tinha nos EUA seu maior destino de exportações, foi afetada pela crise, perdendo postos de trabalho e gerando um alto número de desempregados. A solução para essa crise foi espacial. Pode-se afirmar que o processo de ajuste espacial do capital, colocado em prática a partir de recursos da dívida pública chinesa, posta a serviço do financiamento da construção de grandes obras de infraestrutura no país, foram cruciais no sentido de investir os excedentes de capital em projetos de longa duração (Harvey, 2005), ao mesmo instante em que foi responsável pela absorção da força de trabalho. Esse mesmo ajuste espacial foi responsável também por provocar um aumento da demanda global por *commodities*, causando uma intensificação da exploração extrativa mineral nos países da América Latina.

A China absorveu uma quantidade maciça de mão de obra promovendo um enorme programa de investimentos em consumo produtivo no meio ambiente construído. Um quarto do PIB veio somente da produção de moradias e outro quarto ou mais veio de investimentos infraestruturais em rodovias, sistemas hídricos, redes ferroviárias, aeroportos etc. Cidades inteiras foram construídas (muitas são “cidades fantasmas”, que ainda precisarão ser povoadas). A economia espacial da nação está mais bem integrada, com rodovias e ferrovias de alta velocidade ligando firmemente os mercados do sul e do norte e desenvolvendo o interior para que tenha uma ligação melhor com a costa. Embora o governo central já desejasse realizar algo dessa natureza (o projeto da rede ferroviária de alta velocidade é da década de 1990), ele mobilizou tudo o que pôde nesse período para absorver a força de trabalho excedente potencialmente revoltosa. Em 2007 não havia nem um quilômetro de ferrovias de alta velocidade na China. Em 2015 já havia quase 20 mil quilômetros ligando todas as principais cidades do país. Isso, para qualquer padrão, é um feito extraordinário. (Harvey, 2018, p. 182).

Harvey (2018) aponta que essa solução adotada pela China não se tratou de uma inovação. Os EUA já haviam realizado medida similar após a Segunda Guerra Mundial, para conseguir investir o seu excedente de capital, bem como aproveitar a força de trabalho de veteranos de guerra e de sua população de maneira geral. Além disso, conforme Harvey (2011),

após a década de 1970 a urbanização se transformou em um fenômeno global, facilitada pela integração mundial dos mercados financeiros. Grandes projetos de urbanização foram colocados em prática como forma de aplicação dos excedentes de capital superacumulado. Segundo ele, a China esteve no epicentro desse processo, embora outros países e regiões do mundo também tenham passado pela transformação urbana em larga escala.

[...]. A urbanização da China nos últimos vinte anos tem sido extremamente importante. Acelerou depois de uma breve recessão em 1997, de tal forma que desde 2000 a China absorveu quase metade da oferta mundial de cimento. Mais de cem cidades passaram a marca de 1 milhão de habitantes nos últimos vinte anos e pequenas aldeias, como Shenzhen, tornaram-se grandes metrópoles com 6 a 10 milhões de pessoas. A industrialização, a princípio concentrada nas zonas econômicas especiais, rapidamente se difundiu para qualquer município disposto a absorver o excedente de capital do exterior e reinvestir os lucros numa rápida expansão.

Vastos projetos de infraestrutura, como barragens e estradas — mais uma vez, tudo financiado pela dívida —, transformaram a paisagem. Vastos centros comerciais, parques científicos, aeroportos, portos de contêineres, casas de entretenimento de todos os tipos e toda a gama de recém-cunhadas instituições culturais, juntamente com os condomínios fechados e campos de golfe, espalharam-se pela paisagem chinesa em meio a bairros dormitórios superlotados destinados à reserva de mão de obra maciça que era mobilizada nas regiões rurais pobres.

As consequências desse processo de urbanização para a economia global a absorção do excedente de capital foram enormes: o Chile cresceu devido à demanda por cobre, a Austrália prosperou e até mesmo o Brasil e a Argentina se recuperaram em parte por causa da força da demanda da China por matérias-primas. O comércio bilateral entre a China e a América Latina aumentou dez vezes entre 2000 e 2009. A urbanização da China é a fonte primária da estabilização do capitalismo mundial? A resposta tem de ser um sim parcial. [...] (Harvey, 2011, p. 141 – 142).

Para efetivar seus grandes projetos de infraestrutura, o consumo de cimento pela China ocorreu em uma intensidade até então não vista na história. Segundo Harvey (2018), a China consumiu em apenas dois anos mais cimento do que os EUA consumiram em todo o século XX. Ainda conforme o autor, entre 2011 e 2013, os chineses utilizaram 6,5 milhões de toneladas de cimento, enquanto os estadunidenses consumiram 4,5 milhões de toneladas entre 1900 e 1999. Harvey aponta ainda que o consumo de cimento para a execução dessas construções fez aumentar também o consumo, consequentemente a demanda, de vários tipos de minérios extraídos em várias partes do globo, a exemplo do ocorrido no Brasil.

Nos últimos anos, mais da metade da produção e do consumo mundial de aço se deu na China. É preciso muito minério de ferro para fabricar essa quantidade de aço. Ele vem de regiões tão distantes como o Brasil e a Austrália. Outros materiais, como cobre, areia e minerais de todo tipo, foram consumidos em taxas completamente inauditas. Nos últimos anos, a China consumiu pelo menos metade (e, em alguns casos, 60% ou 70%) dos principais recursos minerais do mundo (Harvey, 2018, p. 179).

Conforme pudemos observar até aqui, a crise estrutural do Capital, iniciada em meados dos anos 1970 e o período mais recente de agudização dessa crise, ocorrido no ano de 2008, demandou que o capitalismo buscasse por áreas de ajuste, onde pudesse investir o excedente de capital, bem como criar as possibilidades de absorção do excedente de força de trabalho desempregada. A saída para essa situação foi clássica. Conforme Harvey (2005), amparando-se em Luxemburgo, em situações de crise, o Capital busca, por meio da exploração de sociedades não capitalistas, locais onde possa aplicar o excedente por meio de investimentos capazes de fazer a roda da reprodução ampliada e da acumulação girar. Nesse sentido, paradoxalmente, a China comunista se configurou como o lócus, por ser ela a grande sociedade não capitalista, de exploração para a realização do ajuste e resolução momentânea da crise, em especial por meio da industrialização e financeirização, mas não somente por meio desta. Para Mitidiero Junior (2016), a crise do Capital fez crescer os investimentos em áreas rurais, avançando sobre a natureza. Em um momento de crise, investir o Capital excedente em terras, mesmo que temporariamente permaneçam ociosas, se configura como um investimento seguro em virtude da possibilidade de extração da renda da terra, ou transformando-a em ativo financeiro capaz de ser comercializado, ou empenhado como garantia de empréstimos junto a instituições bancárias públicas e privadas, ou mesmo ser diretamente explorada quando isso se mostrar vantajoso para o capitalista. Seja também avançando sobre a natureza, convertendo o bem comum em mercadoria pelo processo intensivo de extração.

É envolto por essa conjuntura que o extrativismo em larga escala vem avançando no Brasil e nos outros países que fazem parte da América Latina. A esse respeito, Svampa aponta que:

Em termos geopolíticos, a opção extrativista que se busca implementar na região latino-americana, do México à Argentina, responde a uma nova divisão territorial e global do trabalho, baseada na apropriação irresponsável dos recursos naturais não renováveis, o que deu lugar a novas assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul geopolíticos. Nesse sentido, o extrativismo resultante não é um destino, é uma opção política e também civilizatória assumida pelos diferentes governos, que vai reconfigurando negativamente nossos territórios e economias e gera uma nova dependência: cada vez exportamos mais matérias-primas, o que aparece refletido na concentração econômica, na especialização produtiva, assim como na consolidação de enclaves de exportação, traços que historicamente foram criticados tanto pelo desenvolvimentismo como pelo marxismo (2016, p. 142).

Outro olhar, que consideramos como complementar a questão do aumento da demanda internacional por minérios, é formulado por Acosta e Brand. De acordo com esses autores, três processos são capazes de explicar a intensificação da exploração mineral. O primeiro deles está ligado a uma relação existente entre a demanda do Capital e os avanços tecnológicos

desenvolvidos para supri-la. Cada revolução tecnológica implica no surgimento de novas técnicas de produção, que demandam fontes de energia, matérias-primas capazes de proporcionar novos bens de produção e novos serviços, tais como os sistemas de comunicação, financeiro, de transporte, entre outros. Em segundo lugar, ao mesmo instante que ocorre o movimento anterior, é necessário considerar o surgimento de novos mercados geográficos. Os autores citam como exemplo o caso da China, desde sua entrada na Organização Mundial do Comércio – OMC, até o surgimento de novos estratos de consumidores que compunham uma enorme classe média chinesa. A outra razão deve-se ao fato de que tanto o primeiro quanto o segundo caso são pautados pela reprodução de um modo de vida “imperial”.

No processo de globalização, o modo de vida imperial consolidou-se em duas direções. Por um lado, a exploração de recursos naturais globais e da força de trabalho reestruturou-se e intensificou-se por meio mercado mundial. Assim, os padrões de produção e consumo, baseados no uso de combustíveis fósseis, não apenas sobreviveram à crise econômica dos anos 1970, mas se intensificaram. Por outro lado, como consequência de sua liberalização, o tráfego aéreo cresceu dramaticamente. Nesse contexto, a globalização aumentou a disponibilidade de produtos industriais baratos e expandiu a agricultura industrializada. Simultaneamente em países como China, Brasil ou Índia, formou-se amplo estrato médio e alto que copiava os modos de vida "ocidentais" (Acosta; Brand, 2018, p.83).

Seja pelo ajuste espacial que incorpora frações do território até então não exploradas pelo capital e mantidas como áreas de reserva, seja pela acumulação primitiva que separa os povos do campo e das florestas da terra-natureza ao incorporar esses territórios, até então não explorados, a apropriação e espoliação da natureza vêm se intensificando nos últimos anos. Gudynas (2016) aponta que todos os países sul-americanos estão se tornando extrativistas, os que já eram passaram a diversificar os seus empreendimentos e os que não eram, buscam promover, principalmente a mineração e a prospecção de Petróleo, a exemplo do Uruguai, que tradicionalmente era especializado em produção agropecuária e agora fomenta a exploração do minério de ferro. Esse acontecimento vem levando a um processo de reprimarização e de desindustrialização das economias dos países latino-americanos, entre eles o Brasil.

A esse respeito, Peters Coelho e Trocate analisam que:

Com a alta nos preços das commodities, a situação se tornou favorável aos países primário-exportadores que obtiveram vantagens comparativas no intercâmbio internacional durante determinado período. Isso levou, em muitos casos, à especialização na exportação de matérias-primas, causando os fenômenos da reprimarização das exportações e da desindustrialização. A desindustrialização é o processo no qual o setor industrial proporcionalmente perde peso, assim como tamanho absoluto, no conjunto da economia. Em geral, ela é negativa por transferir postos de trabalho para outros países, diminuir o conteúdo tecnológico dos bens produzidos e aumentar a vulnerabilidade do país às pressões externas e às flutuações do mercado internacional no que diz respeito aos preços das matérias-primas,

reforçando a dependência pela exportação de produtos básicos e aprofundando a deterioração nos termos de troca. O Brasil foi um dos países que passou por esse processo durante o boom das commodities e ganha força ainda maior desde o golpe de 2016. (2020, p. 47).

Esse processo que se desenrola com as nuances do tempo presente, no entanto, não é novo. Foi iniciado pela colonização de exploração, atravessou os séculos, as distintas fases do capitalismo e os diferentes regimes políticos, colonial, imperial, republicano, ditatorial, reabertura política e, mais recentemente, pelos chamados “governos progressistas” até a ascensão de governos ultra neoliberais, vivenciado por inúmeros países da América Latina, resguardadas as particularidades de cada país. Ora dando ênfase a um produto, ora a outro, mas mantendo a essência primário-exportadora das economias latino-americanas, com as devidas consequências de ordem econômica, política, ambiental e social, fomentando também lutas de resistência em defesa dos territórios. Trata-se de um processo de desenvolvimento geográfico desigual, de longa duração, que se adapta às conjunturas da economia global e as necessidades predatórias dos países centrais do capitalismo, o que inclui a China.

No caso do Brasil não tem sido diferente. Segundo Gonçalves (2016), na primeira década do século XXI o comércio global de minérios saltou da casa dos US\$ 31 bilhões para US\$ 230 bilhões e, nesse cenário, a produção mineral brasileira – PMB cresceu 550% entre 2001 e 2011, saltando da casa dos US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões, alavancando a participação da indústria extrativa na composição do PIB brasileiro em 10 anos, saltando da casa de 1,6% para 4,1% do PIB nacional. Destaque para a China, que se tornou o maior comprador de minérios do Brasil, sendo, por exemplo, o maior comprador da produção de minério de ferro da empresa Vale/SA.

O crescimento econômico e do PIB, no entanto, não resulta em melhorias na qualidade de vida da população, pelo contrário, afeta a vida de muitas famílias, presentes nas chamadas zonas de sacrifício³², a qual o Capital se apropria para efetivação dos seus grandes projetos de

³² “Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”. Nestes locais, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão” (Acseirad, 2004, p. 12-13).

desenvolvimento. O crescimento econômico e o desenvolvimento se mostraram incapazes de gerar bem-estar e tem se efetivado como algo predatório para os países da América Latina.

O mapa abaixo (Figura 9), produzido pelo Observatório de Conflitos de Mineração na América Latina – OCMAL mostra um panorama quantitativo dos diversos conflitos ocasionados pela mineração nos países da América Latina. Segundo a OCMAL, com 58 casos o México é o país com maior quantidade de conflitos, já na América do Sul, o Chile aparece com 49 conflitos, seguido do Peru. Pelos dados do OCMAL, o Brasil registra 26 conflitos. Entretanto, esse número é subestimado, visto que diversos conflitos não são computados nos registros do observatório.

Figura 9 – Conflitos causados pela mineração na América Latina.



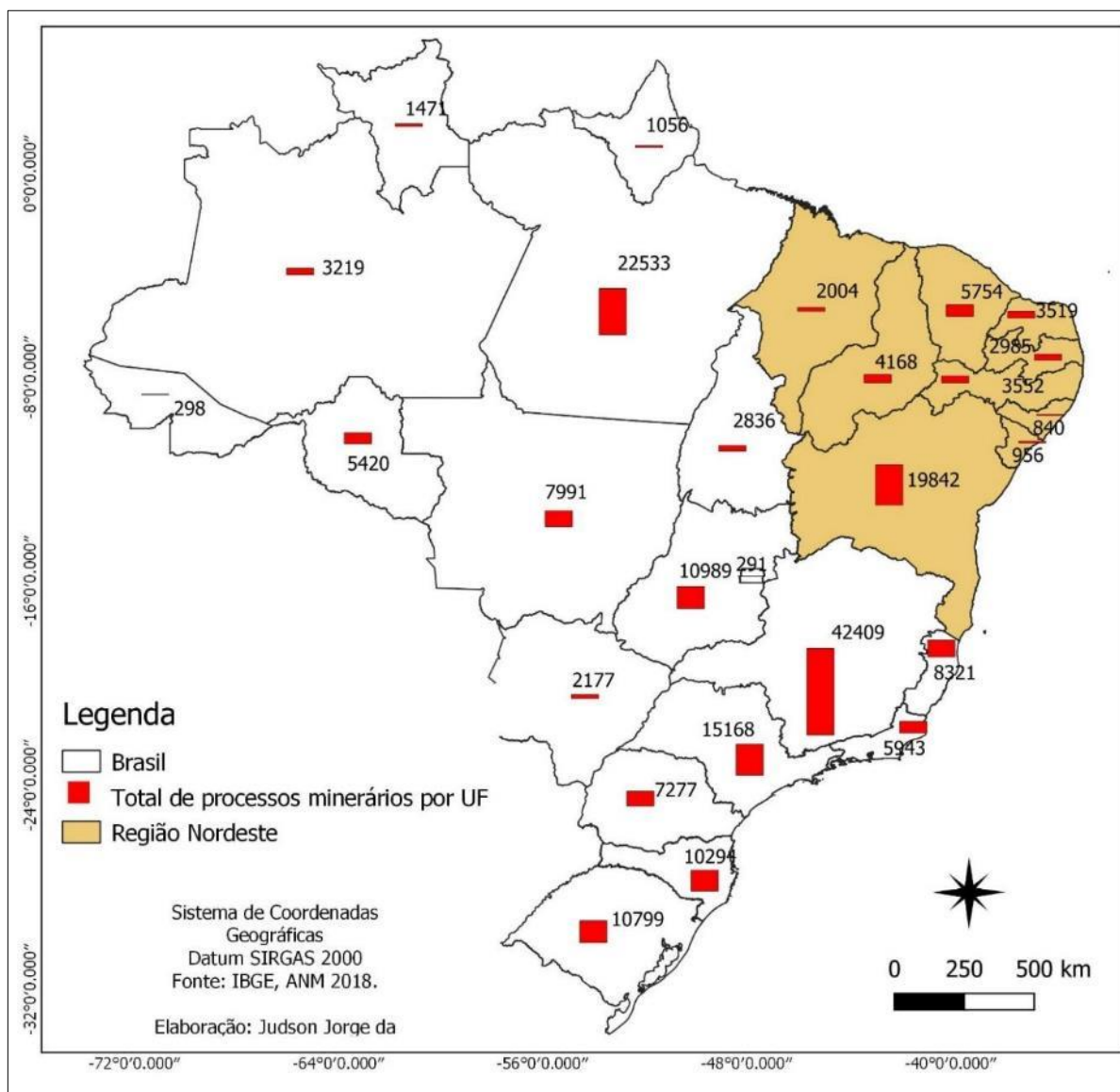
Fonte: Observatório de Conflictos Mineros de América Latina. Acesso: fevereiro de 2022.

No caso do Brasil, além dos conflitos ocorridos nas áreas nas quais a mineração já realiza extração, temos diversos novos conflitos ocasionados pela expansão da fronteira minerária por locais até então não explorados. Wanderley e Gonçalves, em artigo publicado no Caderno de Conflitos do Campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2019), apontam que entre 2003 e os quatro primeiros meses de 2012 foram protocolados na ANM em torno de 182.463 requerimentos solicitando autorização para a realização de pesquisas, sendo que 74,93% desse total foram atendidas, ou seja, em 9 anos foram autorizadas 136.718 novas

pesquisas minerais. Juntamente com o avanço das pesquisas minerais, os autores apontam que se ampliaram os conflitos territoriais envolvendo diversos sujeitos do campo, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, demonstrando a dinâmica em torno das relações espaciais e a necessidade de que essa discussão ocorra por dentro do debate da questão agrária brasileira.

Entendemos que a compilação de dados a respeito de novos requerimentos solicitando autorização de pesquisa mineral são importantes, por servirem para demonstrar a intencionalidade do setor mineral sobre as mais variadas áreas do país. Nesse sentido, buscando compreender o problema da expansão da fronteira mineral, apresentamos um conjunto de dados no formato de tabelas e mapas que fornecem uma dimensão visual, a partir de representações cartográficas, que ajudam a desvelar zonas e territórios cobiçados e ameaçados pelo avanço da fronteira mineral sobre áreas até então consideradas espaços de reserva para o capital (Mapa 2).

Mapa 2 – Quantidade de processos minerários por Unidade da Federação até 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGMINE (2018).

O Mapa 2 apresenta dados relativos ao total de processos minerários por Estados, protocolados junto à Agência Nacional de Mineração até o ano de 2018. É necessário destacar que nem todo requerimento de autorização para realização de pesquisa mineral protocolado junto a ANM é deferido. E, mesmo entre as solicitações deferidas, nem todas elas chegam a se efetivar como uma área de exploração mineral, pelas mais variadas razões. Estas vão, por exemplo, desde relatórios de pesquisa não aprovados, licenciamentos ambientais não concedidos, até mesmo questões de logísticas não favoráveis à extração, como falta de ferrovia, estradas, subestações e linhões de energia elétrica.

A Tabela 2 apresenta os quantitativos de processos minerários ativos espacializados na coleção de mapas. No transcorrer de 9 décadas é possível notar um avanço significativo dos valores totais, sendo que, em 66 anos, de 1934 até os anos 2000, havia um número de 34.070 processos protocolados. Já nas duas primeiras décadas do século XXI, de 2001 até 2020, ou seja, 20 anos, foram 165.649 processos. Nas duas primeiras décadas do século XXI houve um aumento percentual de 486,2% em relação aos 66 anos anteriores, (1934 a 2000). Esse crescimento é resultado do boom das commodities.

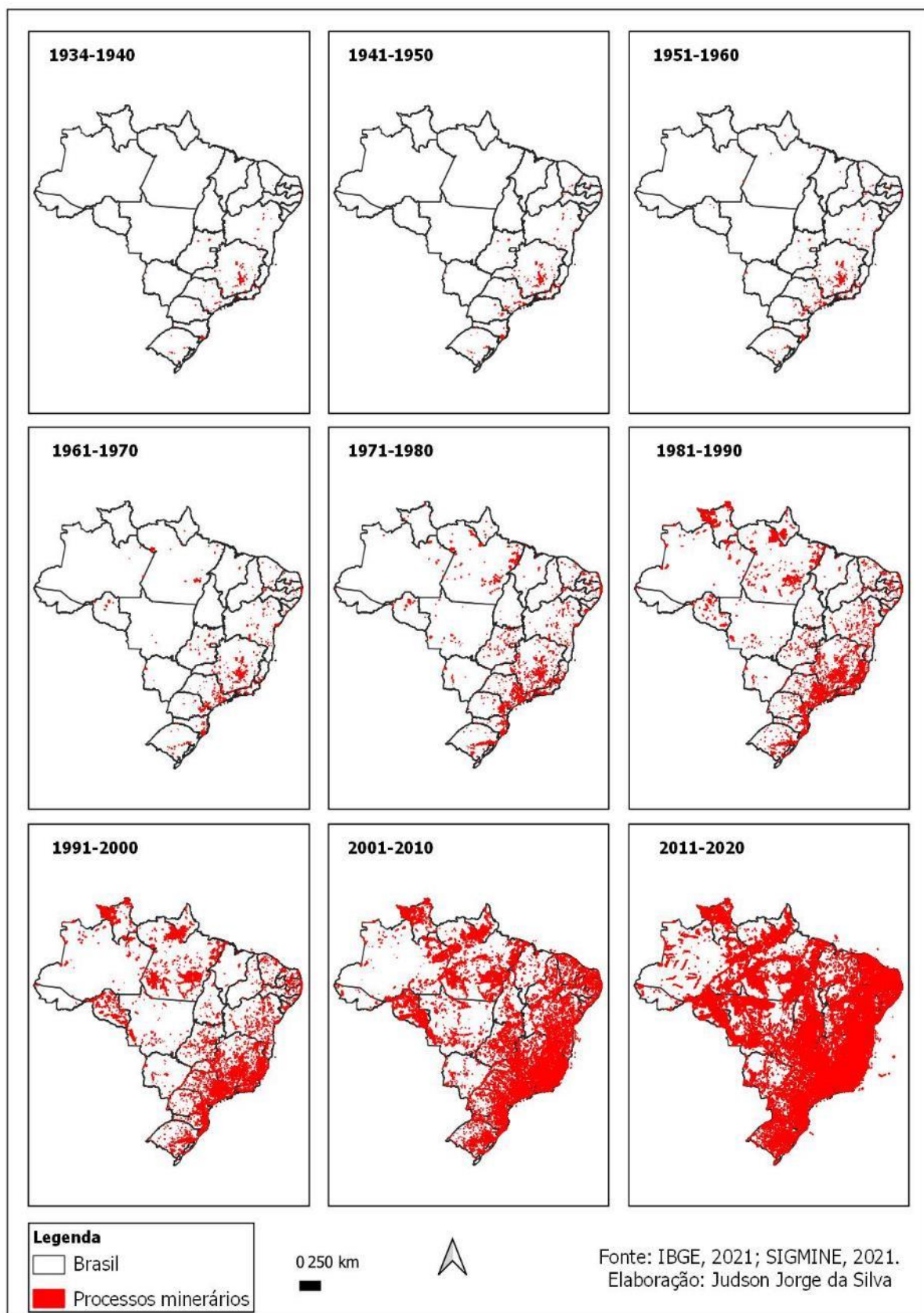
Tabela 2 – Processos Minerários ativos no Brasil entre 1934 e 2020

Período	Nº de Processos ativos no período
1934-1940	326
1941-1950	370
1951-1960	462
1961-1970	1.060
1971-1980	3.427
1981-1990	6.108
1991-2000	22.317
2001-2010	41.205
2011-2020	124.444
Total	199.719

Fonte: SIGMINE. Dados sistematizados pelo autor.

O conjunto de mapas abaixo, com as informações contidas na Tabela 2, nos permite visualizar o avanço desses processos minerários pelo território nacional ao longo dessas nove décadas, entre os anos de 1934 até 2020.

Mapa 3 – Coleção de mapas demonstrando o avanço dos processos minerários ativos pelo território brasileiro ao entre 1934 e 2020



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do SIGMINE (2021).

A sequência de mapas apresentada (Mapa 3) nos permite visualizar como a mineração avançou sobre novas áreas do país nas últimas décadas. Evidenciando a expansão da fronteira mineral brasileira, que, conforme já mencionado, possui intrínseca ligação com os movimentos da economia global, como crises, ajuste espacial do Capital, financeirização, intensificação da espoliação extrativista nos países periféricos. Os mapas evidenciam também o subsolo como “território em disputa”, no qual cada poligonal cadastrada junto à ANM configura o cercamento do subsolo.

Gonçalves (2016), ao analisar os efeitos socioespaciais dos grandes empreendimentos de mineração no bioma Cerrado, apontou como uma das consequências do avanço das empresas privadas nacionais e internacionais sobre Goiás, o estabelecimento do subsolo como sendo um “território em disputa”. Essa disputa, aponta o autor, é constituída pela luta de classes inerente aos conflitos territoriais, onde de um lado configura-se uma intensificação das atividades do capital minerador e, do outro, estão comunidades camponesas que sofrem com os impactos socioambientais que dificultam a condição de existência do próprio campesinato.

Esse movimento evidenciado por Gonçalves ao investigar o Complexo Minerário-Químico de Catalão-Ouvidor, no Cerrado goiano, nos fornece chaves teórico-interpretativas sobre a expansão da fronteira mineral brasileira. Isso porque, se o artigo 20, inciso IX, da Constituição Federal estabelece que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União, sendo, portanto, um patrimônio da nação que, em tese, se reverteria em prol da coletividade pelo estabelecido no parágrafo 1º do Artigo 20, que assegura a Estados, Distrito Federal, e Municípios, além de órgãos diretos da administração pública, a participação nos resultados da exploração “de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração” (Brasil, 1988), na prática, o modelo mineral brasileiro³³ mostra um processo de internacionalização do subsolo brasileiro em razão da ampliação de empresas transnacionais intensificando as extrações em minas já existentes, bem como se lançando sobre novas áreas do território nacional em busca do estabelecimento de novas áreas de exploração.

Cada um desses processos minerários protocolados junto à agência nacional reguladora do setor de mineração no Brasil se configura como uma nova área a ser sondada em busca de jazimentos minerais economicamente viáveis à exploração. Sendo comprovada uma jazida e obtendo-se o direito de requerer uma lavra mineral, havendo a etapa de licenciamento ambiental

³³ Sobre modelo mineral brasileiro ver Peters Coelho e Trocate (2020); Alves et al. (2020); Gonçalves (2020).

para obtenção das Licenças Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO, pode ocorrer a instalação da empresa mineradora. Ou, em alguns casos, esses direitos minerários adquiridos após todas as etapas acima descritas podem ser negociados. Isso explica essa tentativa de monopolização do território, com exponencial aumento de requerimentos. A instalação de um projeto minerário, no entanto, dependerá sobretudo do movimento global da economia, ditando o valor das commodities e definindo se é viável a ampliação da extração em projetos já existentes ou a instalação de novas áreas de extração e plantas de beneficiamento. Se a conjuntura for propícia, o empresariado se movimenta no sentido de mobilizar forças políticas, técnicas, e econômicas para tirar do papel o empreendimento. Caso não, o projeto fica estacionado, aguardando a rentabilidade desejada.

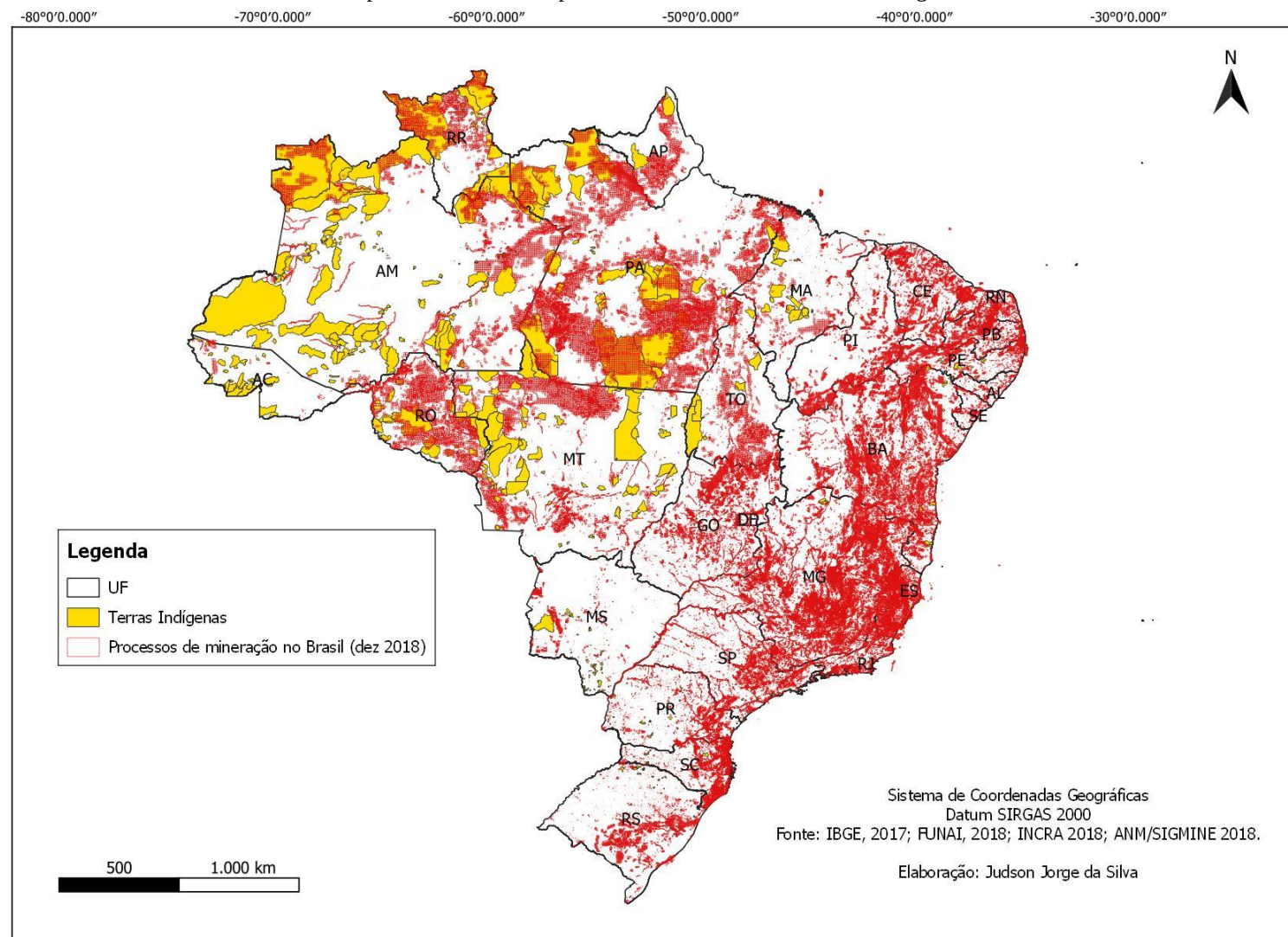
O que para os capitalistas e para o Estado se apresenta meramente como negócio, para os sujeitos que tradicionalmente ocupam essas porções do espaço requeridas pela mineração, estão seus territórios de vida. Os mapas seguintes, mostram como esses processos avançam sobre as terras indígenas (Mapa 4) e sobre territórios quilombolas, assentamentos rurais e Unidades de Conservação, mostrando a ameaça dessas atividades sobre esses grupos (Mapa 5).

No caso dos territórios indígenas, os processos minerários avançaram mesmo com a existência de uma legislação impeditiva para a mineração nessas áreas. Independente da proibição, as empresas protocolaram requerimentos, rateando o subsolo das terras indígenas – TIs e aguardando até que as mudanças na legislação passassem a atender aos interesses das mineradoras. A tentativa de liberação partiu do Governo Federal, a partir do Projeto de Lei 191/2020³⁴ proposto pelo Executivo, que visa flexibilizar a mineração nas terras indígenas.

Entretanto, mesmo sem a votação do PL, a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, descortinou o massacre realizado por garimpeiros, com a completa omissão do Governo de Jair Messias Bolsonaro, contra o povo Yanomami, bem como com outras etnias como os Munduruku e os Kayapó. Ou seja, na prática, um garimpo de larga escala, com uso de maquinários e contaminantes como o mercúrio, já se entranhou nas terras indígenas, recorrendo à violência para expulsar e controlar terras indígenas. O PL, portanto, serviria para dar áreas de normalidade a uma atividade que, na prática, já vem causando diversos males aos povos originários, em especial na região amazônica.

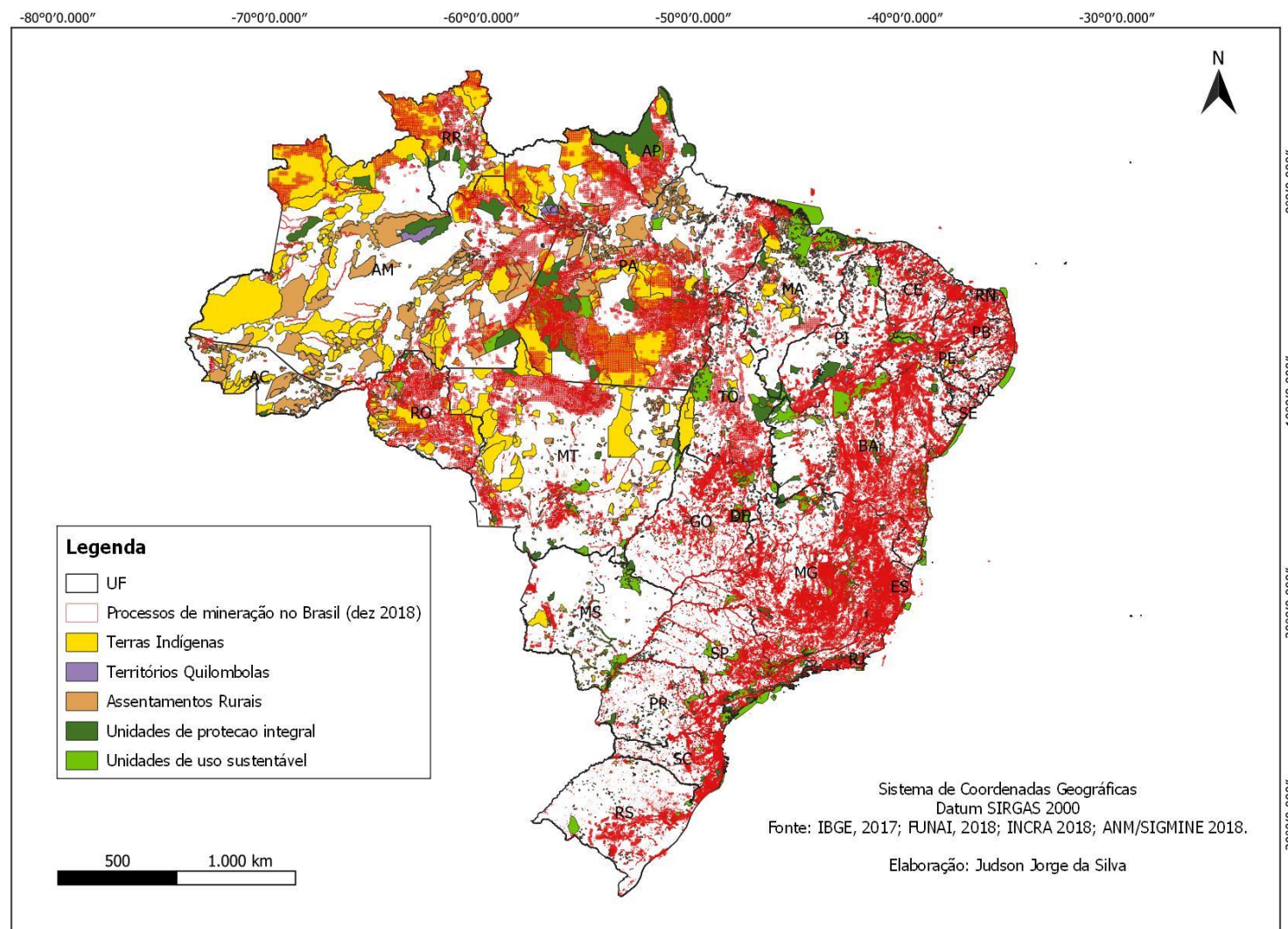
³⁴ O PL 191/2020 “regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas”

Mapa 4 – Incidência de processos minerários sobre Terras Indígenas



Fonte: Elaboração própria, 2018.

b Mapa 5 – Incidência de processos minerários sobre Terras Indígenas, Quilombos, Assentamentos Rurais e Áreas de Proteção Ambiental.



Fonte: Elaboração própria, 2018

O Mapa 5 mostra a espacialização dos processos minerários, demonstrando que além das TIs, também se encontram ameaçados os Territórios Quilombolas, Assentamentos Rurais, Unidades de Proteção Integral – UC e Unidades de Uso Sustentável. Isso demonstra que tanto os povos originários quanto os povos tradicionais quilombolas, além dos camponeses assentados, vem sofrendo cada vez mais pressão sobre seus territórios. Essas áreas, historicamente preservadas, tanto pelo modo de vida dos povos que nelas habitam, bem como pela legislação conquistada por força dos movimentos ambientalistas, na atualidade se encontram sob ameaça da acumulação primitiva de capital, da espoliação da natureza, com a transformação de áreas de bem comum em áreas mercantilizadas e exploradas pela mineração. As Unidades de Proteção Integral e as Unidades de uso sustentável, que também são protegidas pela legislação contra o avanço da mineração, na maior parte dos casos, “apenas” são cercadas pelas requisições de pesquisa mineral, embora em algumas regiões também enfrentem a sobreposição de poligonais de mineração. Já os territórios indígenas, quilombolas e camponeses são diretamente requisitados pelas mineradoras.

Para justificar esses avanços, o Estado argumenta sobre a necessidade do desenvolvimento, que seria obtido por meio da geração de empregos e do pagamento de compensações financeiras. Entretanto, a mineração emprega pouco, emprega de forma precária, especialmente por meio de empresas terceirizadas, gera ônus ambiental que impacta na saúde e qualidade de vida das famílias afetadas.

Ainda referente ao período do *boom das commodities*, Wanderley e Gonçalves (2019) apresentam dados relativos à ampliação da participação da produção do setor mineral nas exportações nacionais, que saltou de 6,8% da pauta exportadora em 2000 para 17,6% em 2012, resultando em um salto da casa de 20 bilhões no ano de 2004 para 85 bilhões em 2011. Como consequência direta desse crescimento do setor mineral, houve também um aumento na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM³⁵. Sobre a ampliação do setor mineral na pauta de exportação brasileira e o aumento da arrecadação da CFEM, Peters Coelho e Trocate apontam que:

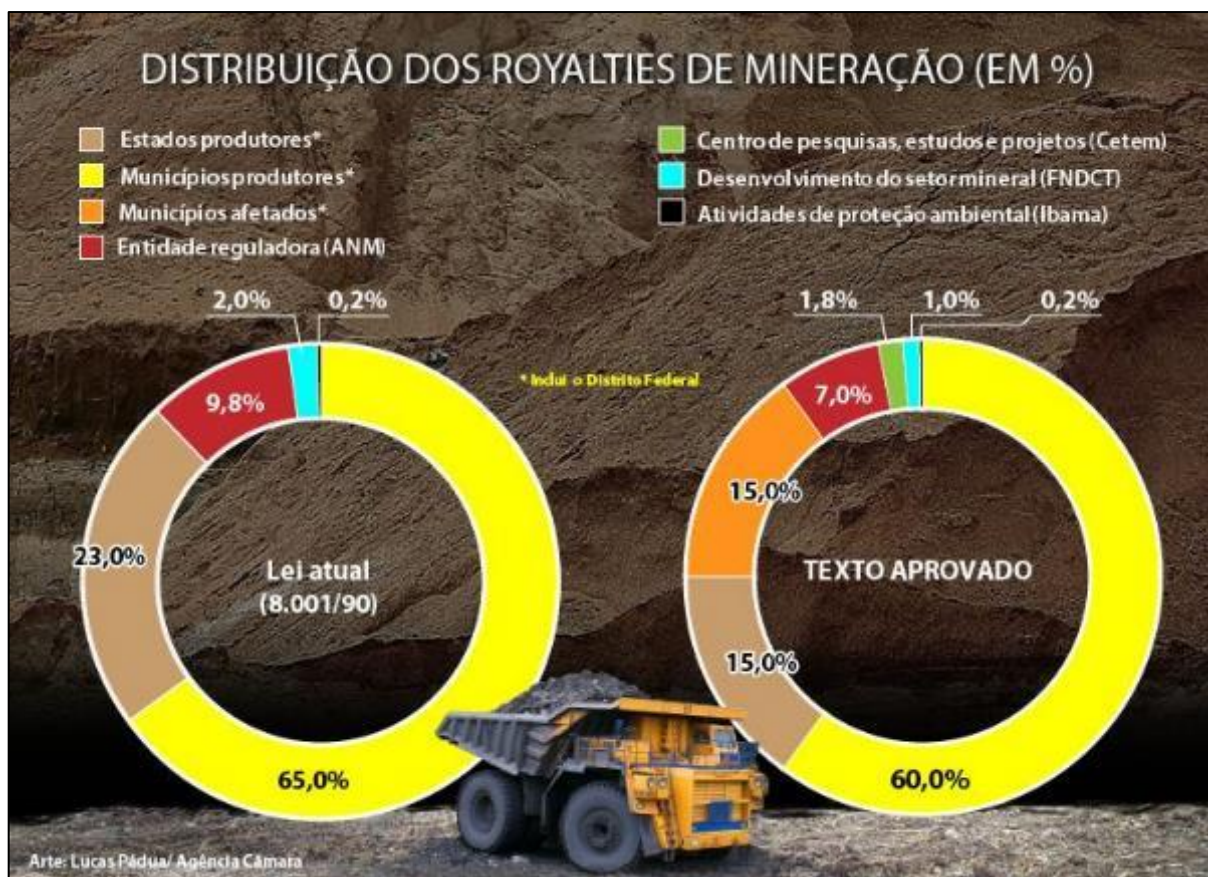
³⁵ Conforme o projeto de Olho na CFEM, “os recursos minerais são bens da União, para explorá-los as mineradoras pagam ao Estado uma Compensação Financeira que é a CFEM: Compensação Financeira pela Exploração Mineral. Ela é paga pelas mineradoras para o órgão regulador federal que é a Agência Nacional de Mineração (ANM). Diferentes tipos de minérios resultam em diferentes taxas de CFEM. Depois de paga, esta compensação é dividida entre União, estados e municípios. Os municípios mineradores recebem 60% desta Compensação. A partir da Lei 13.540 de 2017 os municípios impactados pela mineração, que possuem no seu território uma ferrovia, um mineroduto, uma barragem ou outra infraestrutura associada à mineração passaram a receber uma parcela, pequena, da CFEM” (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Educação, 2020, n.p).

[...] o *boom* das *commodities* teve efeitos sobre os mais diversos países e territórios. Nesse tempo, a mineração no Brasil seguiu a tendência global de expansão, as exportações minerais brasileiras passaram de 6,8% da pauta exportadora, em 2000, para 17,6%, em 2011. A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), mais conhecida como royalties da mineração, uma forma de compensação pela exploração dos recursos minerais que pertencem à União, subiu de 160 milhões de reais para 2,38 bilhões de reais, entre 2001 e 2013 (Peters Coelho; Trocate, 2020, P. 57).

Apesar desse aumento no montante de CFEM arrecadado, Wanderley e Gonçalves (2019) analisam que essa compensação financeira ficou muito aquém do montante total arrecadado pela exploração mineral. Outro ponto importante sobre a CFEM é o fato de que, após o golpe jurídico-midiático-parlamentar que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), o presidente Michel Temer realizou mudanças no ordenamento jurídico que regulamenta o setor da mineração. A princípio, foram decretadas três Medidas Provisórias, posteriormente transformadas em leis. Entre estas está a Lei n.º 13.540, de 18 de dezembro de 2017, que alterou duas leis anteriores, sendo as de n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e n.º 8.001, de 13 de março de 1990, que tratavam sobre a CFEM. A mudança alterou as alíquotas dos royalties pagos pelas mineradoras, redefiniu percentuais entre os entes federativos e criou a categoria de Município atingido pela produção da mineração.

Conforme a Confederação Nacional dos Municípios – CNM (2017), foi definido que, nessa nova categoria, é passível de gerar a compensação da CFEM, municípios cortados por ferrovia ou dutos para transporte de minérios, municípios com atividade portuária de embarque ou desembarque de minérios, além de municípios com barragens de rejeito ou pilhas de estéril. Para contemplar essa nova categoria com a compensação, diminuiu-se o percentual repassado para Estados e municípios produtores, de 23% para 15% e de 65% para 60%, respectivamente. A mesma lei definiu como o percentual de 10% recebidos pela União devem ser distribuídos entre ANM (7%), CETEM (1,8%), FNDCT (1%) e IBAMA (0,2%), (Figura 10). A lógica da extensão do pagamento da CFEM para a categoria de “municípios afetados” pelas infraestruturas demandadas pela atividade mineradora, bem como pelo recebimento de pilhas de rejeito, na prática, funciona como uma espécie de barganha econômica na qual o ônus causado por esses empreendimentos é “compensado” em virtude da entrada de recursos em municípios, muitas vezes pequenos e carentes. Desse modo, angaria-se apoio aos empreendimentos acessórios, bem como a própria atividade de mineração, por parte dos municípios “indiretamente afetados”.

Figura 10 – Distribuição dos royalties da mineração em %



Fonte: Piovesam (2017).

Conforme é possível perceber, a lei 13.540/2017 sequer menciona o caso dos sujeitos que habitam os territórios afetados pela mineração, como indígenas, quilombolas, camponeses, pescadores, comunidades de uso comum e tradicional da terra como geraizeiros, faxinalenses, comunidades de fundo e fecho de pasto, comunidades que fazem uso das terras de ausentes e terras de conjunto, entre outros.

No caso do minério de ferro, principal substância exportada pelo Brasil, a alíquota da CFEM subiu de 2% para 3,5%, mesmo sob o protesto e descontentamento das empresas mineradoras (IBRAM, 2021). Destaca-se que esse aumento nas alíquotas aconteceu em um momento de baixa internacional do preço das *commodities* minerais, ou seja, no período do pós-boom. Nesse sentido, mesmo parecendo um contrassenso econômico para o momento, visto que o Estado age como grande fomentador do setor ao garantir desde infraestrutura, segurança jurídica, bem como praticar renúncia fiscal a favor do setor em detrimento dos cofres públicos, a exemplo do ocorrido com a Lei Kandir, aumentar as alíquotas foi uma forma de estimular Estados e Municípios, responsáveis pelos incentivos locais, bem como por muitos dos processos de licenciamento ambiental necessários para a instalação das mineradoras, a atuarem

no sentido de agilizar a liberação de novos empreendimentos extrativo minerais, bem como autorizar a ampliação de projetos já em andamento, visto que isso impactaria na ampliação das receitas em razão do recebimento dos *royalties* de compensação.

Tratou-se de uma estratégia estimulante para Estados e municípios, no sentido de tentar manter a arrecadação proporcionada pelo setor mineral no período de alta das *commodities*. Cabe destacar que diversos países intensamente minerados realizaram ajustes em suas alíquotas de compensações durante o período do boom das *commodities*, quando o valor de mercados dos minerais estava em alta. O Brasil, no entanto, realizou com anos de atraso o aumento de suas alíquotas, em um período de baixa no preço internacional dos minérios, ou seja, muito se perdeu em compensação financeira nesse período. Necessário ainda frisar que, mesmo com o aumento das alíquotas em 2017, o Brasil é um dos países que menos cobra das empresas mineradoras. Em outras palavras, podemos dizer que financeiramente falando, a compensação não compensa, por ser ínfima diante do lucro obtido pelo setor mineral.

Situações como essa demonstram que os séculos passaram, mas a pilhagem mineral ainda é uma realidade, conforme é possível visualizar nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 – Exemplo de Países que realizaram Reformas nas Alíquotas Cobradas como compensação mineral.

País	Data da Reforma	Reforma
Índia	2009	Alíquota variável sobre receita bruta, a depender do grau de agregação de valor. •Bauxita: 12,5% •Ouro: 2% •Ferro: 10%
	2011	Mais imposto de exportação do ferro fino e granulado para 20% (de 5% e 15%)
EUA (Nevada)	2010	5% da receita bruta
Austrália	Antes de 2010	Alíquota variável sobre receita bruta, a depender do grau de agregação de valor •Bauxita: 7,5 a 10% •Carvão: 6,2 a 8,2% •Cobre: 2,5 a 5% •Ferro: 2,75 a 7,5%
	2010 (em discussão no Congresso)	Super Profit Tax – 30% da parcela acima do lucro normal
Chile (concentrado de cobre)	Antes 2010	4 a 5% - receita bruta com deduções
	2010	4 a 9% - receita bruta com deduções
	Após 2018	5 a 15% - receita bruta com deduções
Canadá (Quebec)	Antes 2010	12% do lucro
	2010	16% do lucro
África do Sul	2008	0,5% fixa + parte variável 9,0% a 12,5% da receita bruta, ponderada pelo EBITDA

Fonte: Enriques, S/D.

O Quadro 4 mostra as alíquotas de compensação praticada em seis países com tradição mineradora. Embora elas não possam ser comparadas diretamente com a forma de cálculo aplicada no Brasil, permite visualizar como no período do *boom* das *commodities* os países aumentaram os percentuais de cobrança no setor mineral, enquanto o Brasil se colocou como retardatário nesse processo. Outro elemento que merece destaque na tabela é que, no caso da Austrália, a proposta de alteração que estava em discussão em 2010 foi aprovada em 2012, passando o país a taxar o lucro extraordinário das mineradoras que atuam naquele país.

Conforme Araújo Jr.,

Em 1º de julho de 2012, entrou em vigor na Austrália o *Minerals Resource Rent Tax* (MRRT), que estabelece uma alíquota de 22,5% sobre os lucros da mineração de ferro e carvão. O MRRT será cobrado anualmente, com base nos rendimentos de cada mina no país. Esta medida foi encaminhada ao parlamento pela Primeira Ministra Julia Gillard em julho de 2010, no âmbito de um dos mais intensos debates políticos nacionais das últimas décadas. A proposta foi aprovada na Câmara de Deputados em novembro de 2011, e ratificada pelo Senado em março de 2012. [...]. A polêmica sobre o equilíbrio entre equidade e eficiência do regime tributário da mineração na Austrália é antiga, e foi acentuada no passado recente em virtude do crescimento exponencial dos preços de minério de ferro no mercado internacional, que registraram uma elevação de 700% entre 2004 e 2011. Na visão do governo Gillard, os lucros extraordinários desse ramo deveriam ser compartilhados com a população australiana, a quem pertencem, por direito constitucional, os recursos minerais do país. Assim, cabe ao regime tributário assegurar que as firmas mineradoras sejam remuneradas adequadamente pelo trabalho de extrair o minério e vendê-lo no mercado local e/ou internacional, e que a renda excedente seja apropriada pela união. Ademais, neste caso não se trata, a rigor, de um *tributo*, mas de um *royalty* pelo direito de explorar um bem público (Araújo Jr., 2012, pp. 1-2).

Na citação acima é possível observar como a Austrália realizou alterações em sua forma de tributação da atividade minerária, estabelecendo alíquotas de 22,5% sobre o ferro. A proposta australiana estabelece que o lucro extraordinário da mineração seja apropriado pelo Estado, para retornar para a sociedade local. Já o Quadro 5, mostra a situação do Brasil e como ficaram as alíquotas, por substância mineral, que devem ser pagas como compensação financeira após a alteração da lei, ocorrida em 2017. No caso do ferro, houve um aumento de 2% para 3,5%. Apesar disso, continuam sendo alíquotas muito baixas e extremamente vantajosas para as empresas mineradoras em detrimento do conjunto da sociedade brasileira.

Quadro 5 – Alíquotas das substâncias minerais:

ALÍQUOTA	SUBSTÂNCIA MINERAL
1% (um por cento)	Rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas ao uso imediato na construção civil; rochas ornamentais; águas minerais e termais
1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento)	Ouro
2% (dois por cento)	Diamante e demais substâncias minerais
3% (três por cento)	Bauxita, manganês, nióbio e sal-gema
3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento)	Ferro, observadas as letras <i>b</i> e <i>c</i> deste Anexo

Fonte: Lei Nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017.

No caso do percentual referente às alíquotas do minério de ferro, um cavalo de Troia foi aprovado com a lei. Isso porque, as letras “b” e “c” do anexo, estabelecem que:

- b) Decreto do Presidente da República, a ser publicado em até noventa dias a partir da promulgação desta Lei, estabelecerá critérios para que a entidade reguladora do setor de mineração, mediante demanda devidamente justificada, possa reduzir, excepcionalmente, a alíquota da CFEM do ferro de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para até 2% (dois por cento), com objetivo de não prejudicar a viabilidade econômica de jazidas com baixos desempenho e rentabilidade em razão do teor de ferro, da escala de produção, do pagamento de tributos e do número de empregados.
- c) A decisão e o parecer técnico da entidade reguladora do setor de mineração relativos à redução da alíquota da CFEM, de que trata a letra b deste Anexo, serão divulgados em seu sítio oficial na internet, e a redução somente entrará em vigor sessenta dias a partir da divulgação (Brasil, 2017).

Conforme se observa, foi deixada uma brecha para que a redução da alíquota da CFEM do ferro possa ser reduzida dos 3,5% para até 2%, voltando exatamente ao valor estabelecido pela lei anterior, caso seja necessário atender aos interesses do mercado e o *lobby* das empresas mineradoras. Além de alíquotas extremamente baixas, é necessário lembrar também que, para a mineração poder se efetivar, são necessários uma série de obras de infraestrutura, que vão da energia, passando pelo transporte, como ferrovias ou minerodutos, pelos portos, entre outros. Ou seja, a compensação não consegue compensar os danos variados causados pela atividade mineradora.

Para atender as necessidades de circulação e reprodução ampliada do Capital, o planejamento de infraestruturas interligadas vem sendo pensado para o conjunto dos países da América Latina. Rodríguez-Wallenius (2015) destaca o “*Plan Puebla Panamá para México y Centro América*” e a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA.

Segundo Ceceña,

O PPP se propõe à criação de uma infraestrutura de comunicações que integre toda a América Central e a metade sul do México, permitindo dar um aproveitamento produtivo aos recursos da região, privilegiando, em um primeiro momento, os energéticos: petróleo, gás e eletricidade. [...] O projeto está subdividido em oito iniciativas: telecomunicações, energia, desenvolvimento sustentável, transporte, melhoria do intercâmbio comercial, turismo, desenvolvimento humano e prevenção de desastres naturais. Entre estas, as duas primeiras foram as que captaram maior atenção e financiamento. [...] Em 2008, decidiu-se mudar do nome Plan Pueblo Panamá para Proyecto Mesoamérica — Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica. Em sua nova configuração, o Proyecto Mesoamerica é um espaço político que, por meio da integração e cooperação de seus dez países membros, busca ampliar e melhorar suas capacidades de infraestrutura (2015, n.p).

Já no Cone Sul, criou-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana — IIRSA e, em sua substituição, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN. Conforme o ministério do Planejamento,

O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) é um órgão da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Foi criado em agosto de 2009 durante encontro presidencial da UNASUL, quando foi decidida a substituição do Comitê de Direção Executiva da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) por um Conselho em nível de Ministros. Com a medida, os países membros buscaram conferir maior suporte político às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura, de forma a assegurar os investimentos necessários para a execução de projetos prioritários.

De lá para cá, o COSIPLAN definiu um Plano de Ação Estratégica para os próximos 10 anos e elaborou uma Agenda Prioritária de Projetos, que funcionarão como indutores da integração da infraestrutura regional, estratégica para o desenvolvimento sul-americano.

O COSIPLAN substituiu a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Concebida como foro de coordenação e intercâmbio de informações sobre infraestrutura entre os Governos dos 12 países da Região, a IIRSA, em seus 10 anos de existência, desenvolveu importante trabalho, com uma carteira de 520 projetos (Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento E Gestão, 2015, n.p).

Tomando o México como ilustração, Rodríguez-Wallenius (2015), aponta que o país vem realizando megaprojetos e obras de infraestrutura na área de energia, concessão de estradas, entre outras. Essas obras, construídas em parceria com empreiteiras do ramo da construção civil pesada, planejam melhorar as condições de acumulação de Capital no país.

Desde inicios de este siglo, el impulso de grandes obras de infraestructura ha tomado nuevos bríos en el país, con una amplia variedad de proyectos: sistemas carreteros y autopistas, presas hidroeléctricas y represas, aeropuertos, puertos marítimos y puertos secos, termoeléctricas, petroquímicas, parques eólicos, complejos comerciales, reordenamientos urbanos, ciudades rurales, entre otros, que son impulsadas por gobiernos (tanto federal como estatales) en alianza con empresas constructoras. Estos proyectos están destinados a mejorar las condiciones para la acumulación del capital, al tiempo que fomenta el despojo de tierras de poblaciones campesinas e indígenas, usurpándoles los lugares donde se asientan dichas obras, así como por donde atraviesan las distintas construcciones y equipamientos (tuberías, torres de transmisión, cableado, subestaciones de servicio, etcétera) (Rodríguez-Wallenius, 2015, p.174).

Já no Brasil, Gonçalves aponta que

aspectos como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de engenharia - ferrovias, hidrovias, construção de barragens, duplicação de rodovias, modernização de portos, aeroportos etc., - anunciam esforços para atender as demandas do capital hegemônico e circulação da produção mercantil, especialmente os produtos primários. Na medida em que o país se internacionaliza, incentivando também a internacionalização de suas empresas, e incrementa sua economia, simultaneamente, recria a velocidade de algumas regiões e lugares, de maneira seletiva e excludente, impactando o meio ambiente e territórios habitados por diferentes populações, dando-lhes novas funções econômicas, reorientando a direção dos fluxos do capital e da organização das redes de negócios (Gonçalves, 2016, p. 45).

Na escala local, ou seja, nos estados, municípios e nas regionalizações como o semiárido, essas transformações e seus impactos também se manifestam. É como resultado dessa dinâmica que o Estado do Piauí passa a compor uma nova fronteira para a alocação do Capital Internacional excedente, saindo da condição de espaço de reserva e se apresentando como *lócus* de possibilidade de reprodução ampliada do Capital, a partir da apropriação e mercantilização de sua natureza.

Esse novo momento da economia do Estado do Piauí, contudo, não altera a sua condição de economia periférica no Brasil, que é periferia do Capital. Isso porque, a matriz de produção que vem sendo fomentada pelo Estado se baseia profundamente na produção de *commodities*, principalmente grãos, minérios e setor energético. Essa matriz produtiva, embora proporcione o crescimento da economia estadual, é pouco diversificada e possui baixo valor agregado, além de serem atividades concentradoras de renda. Como consequência, gera escassos empregos e a maior parte deles apenas no início das obras de instalação desses projetos, degrada o meio ambiente, precariza a situação de comunidades tradicionais ou as leva a expropriação definitiva.

Além disso, para cumprir o papel de fomentador dessas atividades, o Estado realiza renúncias fiscais como forma de estimular a atração desses empreendimentos. Essa política econômica gera a necessidade de ajustes nos gastos estatais, o que se reflete na queda da qualidade de serviços públicos básicos como saúde e educação, afetando o conjunto da população, diminuindo ainda mais a qualidade de vida dos habitantes, sobretudo a da parcela mais pobre. Por esses motivos é que afirmamos que o Piauí se reforça como uma periferia na periferia do Capitalismo a partir do modelo de desenvolvimento que vem adotando. No caso da dívida pública do Piauí, Araújo esclarece que:

Com relação à dívida consolidada líquida, de acordo com o relatório fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ-PI), no ano de 2016 totalizou o

montante de R\$ 3.423.691.346,48, que corresponde a 45,17% da receita corrente líquida, inferior ao valor do ano de 2015, R\$ 3.762.714.199,03, representando 57,01% da receita corrente líquida. Desse total, as despesas com o serviço da dívida (juros e amortizações, incluindo refinanciamento), em 2016, representaram o equivalente a R\$ 402.217.554,63, maior que os pagamentos efetuados em 2015, que totalizou R\$ 394.404.610,02. Apesar da quitação da dívida com a União, tal pagamento ocorreu à custa de novas dívidas externas, que devem ser acompanhadas pela Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) e pela população, a fim de saber quanto foi recebido, o quanto já foi pago, quais foram as exigências dos empréstimos e se houve efetiva vantagem ao Estado.

No que se refere a transparência, observa-se no sítio eletrônico da SEFAZ-PI que não há a devida transparência na divulgação dos dados pela referida secretaria em relação à dívida pública, no que concerne a composição do estoque da dívida e indexadores, evolução dos pagamentos, evolução da dívida consolidada, como também referente às operações de crédito. Nesse quesito, a instituição disponibiliza apenas os números até o ano de 2014.

Com relação as medidas de ajuste fiscal do governo do Estado do Piauí, que se constituem na contrapartida para a renegociação das dívidas dos estados, o governo aprovou em dezembro de 2016 junto à ALEPI, uma Proposta de Emenda à Constituição que instituiu um novo regime fiscal, a partir de 2017, que limita os gastos do estado, com vigência de dez anos, além do aumento da contribuição previdenciária paga por servidores estaduais e a proibição de criação de cargos e de aumentos salariais para o funcionalismo. Entretanto, o Piauí não possui débito direto com a União, o que não justifica a implementação de tal ajuste, gerando como consequência, redução das despesas primárias e pressão sobre o serviço público (Araújo, 2017, n.p).

Segundo Araoz (2020), a persistência nas estratégias primário-exportadoras tende a agravar os problemas do capitalismo periférico-dependente com sua característica de empobrecimento estrutural, característica do sociometabolismo dos regimes extrativistas.

A forma pela qual se extraem os recursos não é inócua. Tem a ver com a maneira como o imperialismo se entrelaça com as raízes de nossas sociedades e as impregna em todas as suas dimensões. O geógrafo brasileiro Milton Santos (2005, p. 60) advertia como, através da inserção acrítica na estrutura dada pela divisão internacional do trabalho, a dependência se imprime nas formas geográficas. “A demanda proveniente do centro do sistema, assim como sua resposta na periferia, eram direta e imediatamente marcadas na sociedade, na economia e no espaço”. Essa afirmação é central, pois se trata de um processo que tem efeitos radicais não só em termos econômicos, mas também políticos, pois as sociedades integradas de maneira subordinada ao mercado mundial como provedoras de matérias-primas perdem a capacidade de controle sobre o próprio desenho territorial, sobre o próprio tecido geossocioprodutivo. (2020, p.26).

De modo geral, a América Latina se aprofunda nessa sua condição de periferia explorada. Segundo Araújo,

Inevitavelmente, o que se expande com o crescimento (do Produto Interno Bruto, dos investimentos, dos empregos, e também dos salários e do consumo popular) é o capitalismo. O crescimento não nos tira nem nos distancia deste, mas nos afunda cada vez mais em suas entranhas necroeconômicas. Nosso crescimento – o de nossas economias latino-americanas – é o crescimento especificamente do capitalismo periférico-colonial-dependente. Portanto, é o aprofundamento das condições histórico-estruturais de superexploração, de depredação da Terra e dos corpos como matéria-prima para a realização da acumulação global.

Nosso crescimento não nos distanciou do capitalismo, e sim foi funcional a sua reativação e intensificação. Não apenas em termos macrogeopolíticos, já que o boom das commodities alimentou o crescimento industrial chinês como locomotiva do mundo, mas também em termos microbiopolíticos, pois a expansão do consumo opera como uma grande fábrica de produção capitalista de subjetividades, de sensibilidades e de sociabilidades feitas corpos, em que as formas de percepção da realidade, os modos de estruturação das relações sociais e até os modos de pensar a própria vida, os sonhos, os desejos e o sentido da existência estão completamente mediados e colonizados pela lógica fetichista da mercadoria (Aráoz 2016, 459-460).

Existe, de fato, uma nova dinâmica na economia do Piauí. Entretanto, o que caracteriza essa nova dinâmica é mais uma mudança paradigmática, possibilitada pela territorialização dos grandes projetos de infraestrutura, dos quais o Piauí, sobretudo em sua porção centro-sul, tem sido deficitário no que diz respeito às demandas do Capital Nacional e Internacional. Esse novo paradigma é marcado pela possibilidade da exploração da natureza piauiense em um processo de longa duração, não mais em ciclos econômicos de curta duração, a exemplo do gado, da maniçoba, do babaçu e da carnaúba. Não há, no entanto, o rompimento com a lógica periférico-dependente, pois as infraestruturas dão suporte para o desenvolvimento de atividades primário-exportadoras. O Piauí se especializa como um fornecedor de commodities agrominerais, sujeito às oscilações de demanda e especulação do mercado internacional. No caso das commodities do agronegócio, uma tendência a intensificação de uma atividade iniciada ainda nos anos 70 e intensificado a partir dos anos 1990. No caso da mineração, como veremos no capítulo seguinte, a pretensão é a de atrair e efetivar uma proposta político-econômica territorial, de base extrativista para exportação.

3 DE PERIFERIA DEPENDENTE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO ÀS ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO PARA O PIAUÍ

Eu tenho medo e já aconteceu
 Eu tenho medo e inda está por vir
 Morre o meu medo e isto não é segredo
 Eu mando buscar outro lá no Piauí
 Medo, o meu boi morreu, o que será de mim?
 Manda buscar outro, maninha no Piauí
 Medo, o meu boi morreu, o que será de mim?
 Manda buscar outro, maninha no Piauí

(Belchior)

Tal como mencionado na epígrafe, trecho de uma cantiga popular cantada em uma música de Belchior, parece mesmo que no Piauí sempre haverá um “boi” para alguém mandar buscar, nem que seja um forjado em ferro, níquel, titânio ou esculpido em mármore, opala ou diamante³⁶. Afinal, isso “[...] já aconteceu [...] e ainda está por vir [...]”. Historicamente, parece que o Piauí tem sido o *locus* de realização dos interesses “dos de fora”, que mandam buscar suas “boiadas” neste lugar do mundo.

Se como diz outra canção de Belchior, “o passado é uma roupa que não nos serve mais”, é bem verdade que no transcorrer da história habitualmente existe um acontecimento novo para o qual insistem em nos vestir com uma “roupa antiga” para poder participar, causando desconforto. Essa analogia pode ser aplicada ao modelo econômico e ao processo de formação territorial piauiense, iniciado a partir da invasão colonial no final do século XVII. Isso porque o local que veio a se configurar enquanto Piauí, caracteriza-se como um espaço periférico onde cada uma das atividades econômicas hegemônicas que nele se desenvolveu, cumpriu e ainda cumpre um papel complementar e dependente em relação às economias (inter)nacionais. Muda a atividade econômica de maior dinamismo no Estado, mas segue a mesma “roupagem”. Não muda a lógica, tampouco as relações que regem a economia local subordinada a nacional e a global.

Peters Coelho (2018), a partir das análises de Theotônio Santos sobre a teoria marxista da dependência econômica, analisa o processo de subordinação que certas economias nacionais, ou mesmo economias regionais dentro de um país subdesenvolvido, possuem em relação às

³⁶ Exemplo de alguns minerais existentes no Piauí que já são explorados ou que possuem jazidas pesquisadas e aprovadas pela ANM. A variedade de minerais existentes nesse Estado não se resume aos citados.

economias estrangeiras ou mesmo em relação aos centros mais dinâmicos internos. Segundo o autor,

Na relação de dependência, o país/região dependente realiza a expansão ou retração econômica enquanto reflexo da trajetória do país/região dominante. Obviamente, não se trata de uma relação de determinação, mas de condicionamento. A dependência é uma situação econômica, política e social na qual algumas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, interesses e ações de outras nações (Santos, 1978, p. 13). Porém, os termos desta relação são decisivamente determinados pelas forças internas que compõem a sociedade dependente. É a combinação entre estas forças internas e forças externas que explica a posição subalterna e sua baixa capacidade de enfrentamento no mercado internacional (Santos, 2011). Nesses termos, a estrutura produtiva dos países dependentes é condicionada por relações internacionais assimétricas. A desigualdade também poderia ser constatada internamente aos países subdesenvolvidos, onde se formam centros internos metropolitanos e satélites internos interdependentes (Santos, 2011, p. 14). Sendo assim, a relação de dependência pode ocorrer entre regiões de um mesmo país. Em essência, trata-se de uma relação entre classes sociais localizadas em diferentes espaços (Peters Coelho, 2019, p. 253).

Conforme o exposto na citação acima, é possível afirmar que a dependência não é uma determinação, mas está associada a certos elementos condicionantes, sobretudo econômicos, políticos, sociais e culturais que definem aspectos da geopolítica e das relações internacionais. Conforme Coelho, para que ela se efetive, faz-se necessária a participação das forças internas dos países dependentes. Sem a anuência e participação decisiva desses grupos, o entrelaçamento de interesses das burguesias nacionais e internacionais não seria possível.

A elite política, em grande parte composta pela própria elite econômica brasileira ou sendo representante desta última, conduz a economia de maneira alinhada ao que dita o capitalismo internacional. Sem essa associação, esse modelo não seria possível. E, embora assumam uma condição de subserviência em relação à burguesia internacional, o que implica assumir, por exemplo, a impossibilidade de um caminho autônomo de projeto nacional, a elite nacional tira proveito da dependência em detrimento do conjunto da sociedade brasileira que sofre com o ônus desse modelo político-econômico. Daí Peters Coelho (2019) apontar que se trata de relações entre classes sociais que estão localizadas em diferentes espaços, ou seja, países distintos ou mesmo regiões diversas dentro de um país.

No caso em análise, pode-se dizer que as principais atividades produtivas hegemônicas desenvolvidas na economia piauiense, historicamente se basearam intensivamente na exploração da força de trabalho e da natureza, voltados para o atendimento de demandas exógenas, em uma lógica de desenvolvimento geográfico desigual. Esse modelo favoreceu a concentração de renda nas mãos da oligarquia agrária, deixando como herança uma profunda desigualdade social no estado.

Desse modo, é possível afirmar que no processo de formação das bases econômicas locais, os povos originários que habitavam entre a margem direita do Rio Parnaíba e a margem oeste das Serras da Ibiapaba e Araripe, e a noroeste da margem esquerda do São Francisco, foram os primeiros a sofrer com o caráter predatório, patrimonialista e concentrador característico do modo de produção colonialista, que se apropriou do território, dizimando várias etnias.

Segundo Assis,

[...] o interesse em exterminar as populações indígenas, seja pelo caráter prático, seja pelo caráter simbólico, vincula-se as lutas por território. Primeiro na busca por minérios e mãos cativas, depois por grandiosos latifúndios na criação de gado (2016, p. 31).

Passada a fase das primeiras entradas no território, que não logrou êxito na busca por minérios, mas efetivou apresamento dos povos originários, deu-se a implantação dos currais, sendo constituídas as fazendas de criação de gado. Os colonizadores introduziram o trabalho compulsório dos escravizados indígenas e negros, além do trabalho livre e em regime escravo dos vaqueiros, esses últimos tendo papel central no sistema pecuarista do Piauí (Brandão, 2014). A pecuária, a partir do Século XVII, se configurou como a principal atividade desenvolvida nessa parte do chamado “sertão de dentro”.

No processo de divisão territorial do trabalho que destinou à Zona da Mata o papel de produtora de cana-de-açúcar e aos sertões a função da pecuária, o Piauí se destinou ao criatório e fornecimento de gado para o trabalho nos engenhos, bem como alimentação para a população do litoral. Segundo Rego (2010), o gado do Piauí chegou a ser exportado, inclusive, para a Guiana Francesa. No entanto, os principais mercados consumidores eram Olinda e Salvador, que se dedicavam à produção do açúcar, principal produto da colônia até então, que era exportado para a Europa.

Conforme Alves (2003), uma das características dessa atividade era o absenteísmo dos fazendeiros, que obtinham concessões de sesmarias, mas não fixavam moradia no Piauí, deixando aos cuidados dos vaqueiros o rebanho bovino. Essa característica do modelo colonial deixou profundas marcas na formação sociocultural do Piauí. Embora a concentração fundiária e da renda seja um resultado do tempo presente, fruto de uma sociedade classista, que além de não renunciar aos seus privilégios busca constantemente ampliá-los, e de uma sociedade sem políticas de correção das distorções da acumulação e de promoção de redistribuição da riqueza produzida, é possível afirmar que no processo colonial está o alicerce de constituição da estrutura fundiária do Piauí e dos seus desdobramentos sociais.

Com o declínio da pecuária local, a atividade econômica que alcançou maior expressão no Piauí foi a de exploração da maniçoba. Sendo uma atividade extrativista, a elite econômica do Piauí pouco precisou investir para que ela fosse realizada. Segundo Queiroz (1984), do final do século XIX ao início do século XX, com auge que durou aproximadamente entre 1897 e 1913, o extrativismo vegetal ocupou papel de destaque na economia da área semiárida do Nordeste, o que incluía o Piauí. A exploração da maniçoba atendia a uma demanda da indústria internacional, sobretudo da Inglaterra e, posteriormente, dos EUA.

A exploração das maniçobas para a produção láctea tornou-se economicamente viável com os altos preços internacionais da borracha, na segunda metade do século XIX e início do XX, impulsionados pela demanda dos países industrializados sobretudo a Inglaterra, que constituía o principal centro comprador e distribuidor dessa matéria-prima. O incremento na procura e a correspondente alta dos preços estão intimamente ligados ao crescimento das indústrias automobilística e elétrica, sobretudo a primeira, em franca expansão no início do século. Dessa forma o desempenho do setor industrial na Europa e nos Estados Unidos da América, refletia-se no comportamento da produção gomífera do Brasil, então principal área produtora e em cuja dependência estavam aqueles mercados.

O quase monopólio que exercia o Brasil sobre o fornecimento de borracha — matéria-prima estratégica no início do século, pelas características e exigências do processo de industrialização assegurou a manutenção de um nível extremamente alto dos preços internacionais. Sem essa conjuntura de preços não teria sido possível a inserção do Nordeste como área produtora, pela falta de rentabilidade na exploração das maniçobas. **Vale lembrar que a produção da borracha no Nordeste era secundária, não só em relação ao conjunto da produção mundial, como em relação à produção brasileira, o que a tornava mais vulnerável às alterações na demanda.** Reagindo de forma mais intensa à baixa de preços que a similar amazônica, declinou a atividade, sendo abandonados os cultivos e a própria exploração das árvores nativas. [...].

A exploração da borracha de maniçoba no Nordeste, ainda como reflexo da conjuntura externa, volta a ser exercida em maior escala durante a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses controlam as áreas de produção do sudeste asiático. Os Estados Unidos da América, em busca de produtores substitutos incrementaram a atividade no Brasil, através da Rubber Development Corporation. Normalizada a situação mundial, a produção retornou ao nível anterior, de quantitativos mínimos, até quase desaparecer completamente na década de 1970 (Queiroz, 1984, p.30 – 31).

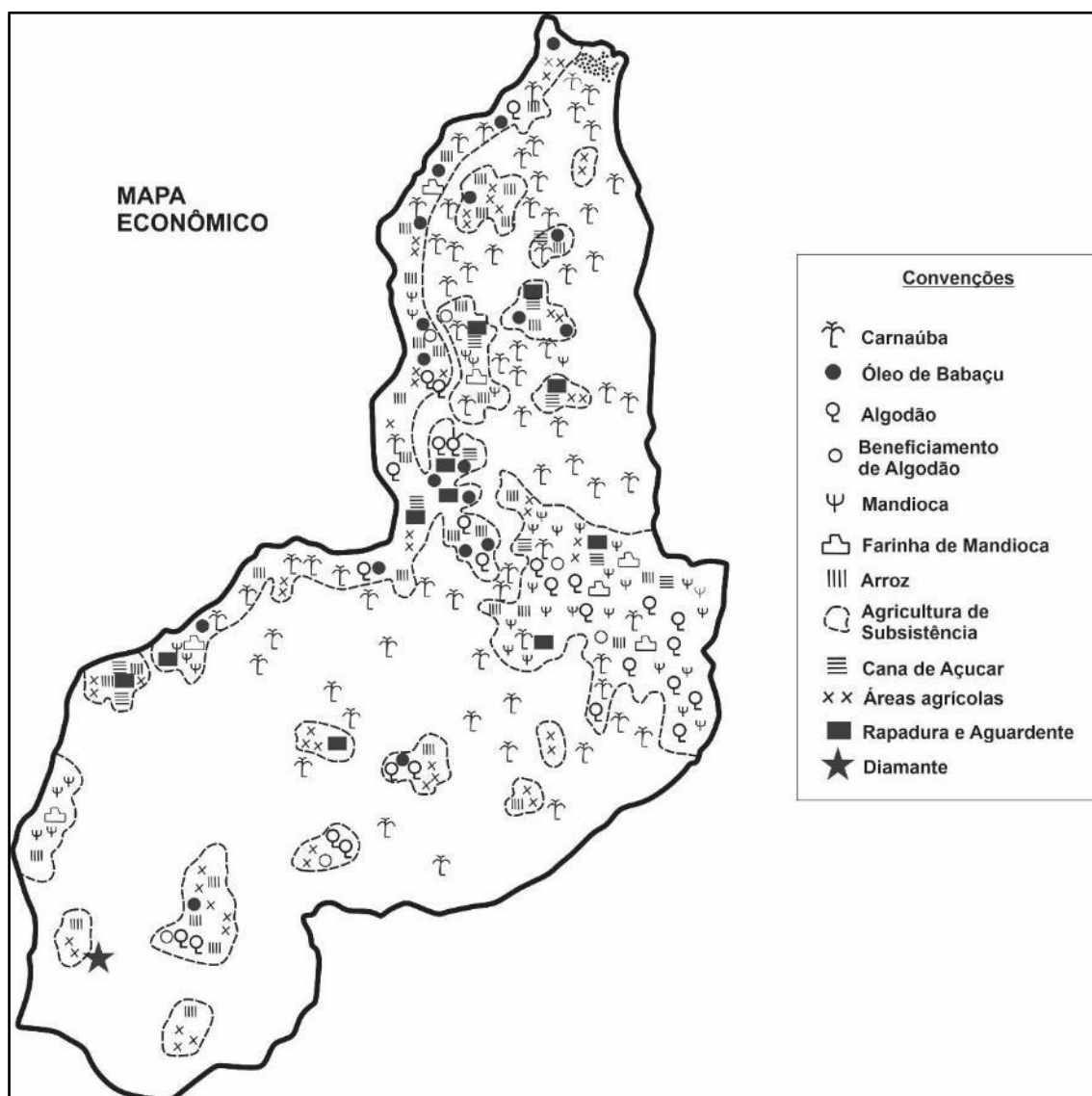
O caso da maniçoba é emblemático, pois consegue mostrar como o extrativismo, seja ele vegetal ou mineral, historicamente, tem se configurado como atividade econômica dependente das demandas internacionais. O extrativismo, voltado para atender as demandas internacionais, configura-se como uma atividade completamente suscetível às oscilações do mercado e interligadas a ciclos de alta de preços das matérias-primas. Entretanto, quando os preços dessas matérias-primas regrediram, instauraram-se grandes problemas nos locais que se especializaram em desenvolvê-las. Isso porque a queda nos preços pode inviabilizar completamente a exploração local, colapsando a economia. Ou, em outros casos, para que as

margens de lucro obtidas nos tempos de alta dos preços da matéria-prima não regridam, os empresários exploram com maior intensidade tanto a natureza, quanto a força de trabalho.

Além da maniçoba, Silva (2018) aponta a importância do babaçu e da carnaúba, exportados principalmente para a Alemanha e os Estados Unidos. Segundo a autora, além do comércio internacional que durante um tempo dinamizou a economia do Estado, o extrativismo do babaçu e da carnaúba influenciou também na mudança do eixo dinâmico da economia piauiense, que deixou de se localizar na área semiárida e migrou para o oeste do estado. Esse processo acabou influenciando também na integração entre o sul e o norte do Piauí, a partir da navegação pelo Rio Parnaíba, que passou a se constituir como espinha dorsal de interligação estadual. Posteriormente, Silva aponta o papel das ferrovias e, por fim, do rodoviarismo como principal meio de interligação e escoamento dos fluxos de pessoas e mercadorias no Piauí.

A Figura 11 mostra o mapa das atividades econômicas do Piauí registrado no ano de 1967 pela Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste – FUNDINOR. Nele é possível perceber que a maniçoba já não figurava mais entre as atividades econômicas praticadas no Piauí. Além disso, é possível notar uma predominância de atividades do setor primário, sejam elas agrícolas ou extrativistas, em especial a do babaçu. O mapa mostra ainda que em 1967 já eram conhecidas as jazidas de diamantes, localizadas no município de Gilbués, na região do cerrado, fato que ocasionou atividades garimpeiras nessa região, contribuindo para a ocorrência de severos danos ambientais naquele município.

Figura 11 – Mapa Econômico do Piauí em 1967



Fonte: FUNDINOR, 1967. Vetorização Geislam Gomes de Lima (2020).

Sobre as características do extrativismo vegetal que se praticava, Nunes Filho aponta que,

No Piauí onde prevaleciam os grandes latifúndios familiares, as propriedades geralmente eram grandes, contando com milhares de hectares de área. A oligarquia agrária era a mais beneficiada, dominava todos os setores da vida do estado tanto economicamente como politicamente, sendo que **toda a produção extrativista provinha das fazendas pertencentes a estas famílias abastadas, havendo uma concentração de renda muito grande nas mãos de poucos** (Nunes Filho, 2013, p.66. Grifo nosso).

Segundo da Silva e Monteiro (2020), na atualidade, a exploração da cera de carnaúba desempenha ainda um importante papel econômico para diversas comunidades extrativistas. Apesar de já não ser o principal produto de exportação do estado, o Piauí se destaca como um

dos maiores exportadores desse produto. Entretanto, mesmo no século XXI, existem relações de exploração intensa do trabalho associada ao extrativismo da carnaúba.

[...] no Piauí, a carnaúba tem sido a base de sustento de pequenos extrativistas por mais de 100 anos. O Piauí é um dos maiores produtores de pó de carnaúba do país, seguido pelo Ceará e pelo Rio Grande do Norte. Os municípios de Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro são os destaques piauienses, conforme dados do IBGE (2016). As empresas Brasil Ceras Limitada (Campo Maior), Pontes Industrial Cera do Piauí Ltda. (Parnaíba) e Carnaúba do Brasil Ltda. (Itarema/CE) são as principais exportadoras do pó cerífero e cera de carnaúba, assinalam Edvânia Bezerra do Nascimento et al. (2014). Todavia, há denúncias de condições precárias de trabalho para os extrativistas, que têm sua produção de cera de carnaúba orientada para empresas na Europa e nos Estados Unidos, especialmente contra a empresa alemã Haribo (Silva; Monteiro, 2020, p. 398).

Segundo matéria publicada no site Oito e Meia, em 22 de outubro de 2017, em que se basearam Silva e Monteiro (2020), a TV estatal alemã ARD exibiu um documentário em que afirmou que a matéria-prima utilizada na fabricação de balas de goma pela empresa Haribo era proveniente de fazendas localizadas na região Nordeste do Brasil, onde as condições de trabalho como o manuseio de ferramentas, bem como a falta de vestimentas apropriadas para a atividade se davam inadequadamente, rendendo uma remuneração de apenas R\$ 40,00 por dia trabalhado. Uma matéria publicada no site G1, em 7 de setembro de 2019, apresentou casos de trabalho de extração da cera da carnaúba realizados em condições análogas à escravidão no município de São João da Serra-PI.

Esses casos mencionados acendem um alerta, pois ao mesmo instante em que a atividade extrativista ajuda na preservação ambiental por manter em pé a vegetação nativa da qual se extrai a cera da carnaúba, também é verdade que esta atividade, quando realizada dentro de uma lógica mercantil, fomenta a superexploração do trabalho dos mais pobres. Daí a necessidade de se garantir, por meio de políticas públicas, o acesso à terra para esses grupos, seja por meio da criação de Reservas Extrativistas — RESEX ou de reforma agrária, para que as comunidades tradicionais tenham a garantia de um território para realizarem esse extrativismo, com o devido suporte técnico e assessoria na comercialização. Necessário ainda que sejam intensificadas as fiscalizações do Ministério do Trabalho, no intuito de autuar e punir fazendeiros e empresários que realizam a exploração degradante dos trabalhadores contratados para realizarem a extração da cera de carnaúba na terra de terceiros.

Outra atividade econômica do setor primário que passou a ser realizada no Piauí e vem causando uma especialização produtiva dependente, em especial na área do Cerrado, é o agronegócio voltado para a produção de *commodities* como milho, feijão e, principalmente, a soja. Esta atividade também está intrinsecamente associada às demandas da economia

internacional e vem sendo fomentada pelo Estado a partir de seus diferentes entes, União, Estados e Municípios.

Conforme Alves (2006), desde os anos de 1970, é o agronegócio que passa a se constituir como principal atividade econômica voltada à integração da economia piauiense a (inter)nacional. Esse período é marcado por uma profunda intervenção estatal através de instituições como a SUDENE, e a partir da criação de programas como o Polonordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Irrigação do Nordeste e linhas de crédito federais como o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset, recursos provenientes do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. Esses programas e financiamentos eram voltados para reflorestamento e plantações de caju, além de melhorias na agropecuária. Tais recursos destinaram-se a médios e grandes proprietários locais, além de ter estimulado a chegada de empresas interessadas em obter terras para conseguir acessar os financiamentos públicos.

Segundo Alves,

[...] nenhum desses programas cumpriu o objetivo de sustentar o desenvolvimento agropecuário e florestal das regiões semiárida e dos cerrados do Piauí. Em contrapartida, o que se presenciou foi um aumento substancial da concentração fundiária no Estado, viabilizado também pela apropriação ilegal de terras públicas, sendo a região sul a mais atingida (BANDEIRA, 1993). A grilagem de terras nos cerrados piauienses é atualmente um grave problema, motivo de preocupação das autoridades governamentais em face tanto do volume de terras apropriadas de maneira ilegal como do surgimento de conflitos agrários envolvendo posseiros, grileiros e produtores agrícolas modernizados. Essa questão, no entanto, tem suas raízes principalmente na década de 1970, quando se instalam as primeiras empresas sustentadas com recursos da Sudene. Em meados desta década (conforme relatos da população local, obtidos em trabalhos de campo), **era comum a presença de representantes de empresas de outros Estados, sobretudo nordestinos, nos municípios dos cerrados piauienses à procura de terras para aquisição. Segundo apontam os moradores, quem se dispunha a vendê-las necessitava apenas da apresentação de um simples papel (uma carta, por exemplo) que comprovasse a presença da família na área. A regularização destas terras era providenciada, posteriormente, pelos advogados das empresas.**

Essa prática foi extremamente difundida no sul do Piauí e revela que uma das estratégias das empresas empreendedoras naquele momento era adquirir terras abaixo ou nenhum custo e utilizá-las para receber os benefícios governamentais, como os do Finor Agropecuário e do Fiset.

Isso porque somente poderiam ter acesso a recursos dos programas aquelas empresas que se apresentassem como detentoras de terra na área do pretenso projeto. Conforme se verificou, mais tarde, poucas delas levaram adiante os projetos apresentados às instituições financiadoras. Superada a fase dos projetos agropecuários e de reflorestamento, ocorridos principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, inicia-se a de mobilidade de agricultores sulistas interessados no Piauí, atraídos pela possibilidade de adquirir terras a preços inferiores aos de outras regiões do Brasil (Alves, 2006, p. 237. Grifo nosso).

Conforme é possível observar na citação de Alves, a proposta de dinamização e modernização agrícola e da pecuária local foi utilizada para desviar recursos públicos da finalidade para a qual foi proposto. Nesse processo, os pequenos produtores locais foram preteridos em detrimento dos médios a grandes produtores locais, bem como daqueles que chegavam para explorar o território piauiense. Além de não serem contemplados com os recursos dos projetos públicos, muitos venderam suas terras por preços baixos para empresas de outros estados. O dinheiro que deveria ter sido empregado nessa região teria sido desviado para outras finalidades, muitas terras foram griladas, configurando-se em um problema que se arrasta até os dias atuais. Ainda conforme Alves, a partir dos anos 1970 a 1980, inicia-se a chegada de produtores que migraram da região Sul do país, atraídos pela facilidade de acesso à terra na área do cerrado piauiense, agravando a concentração fundiária, incluindo a possibilitada pela grilagem.

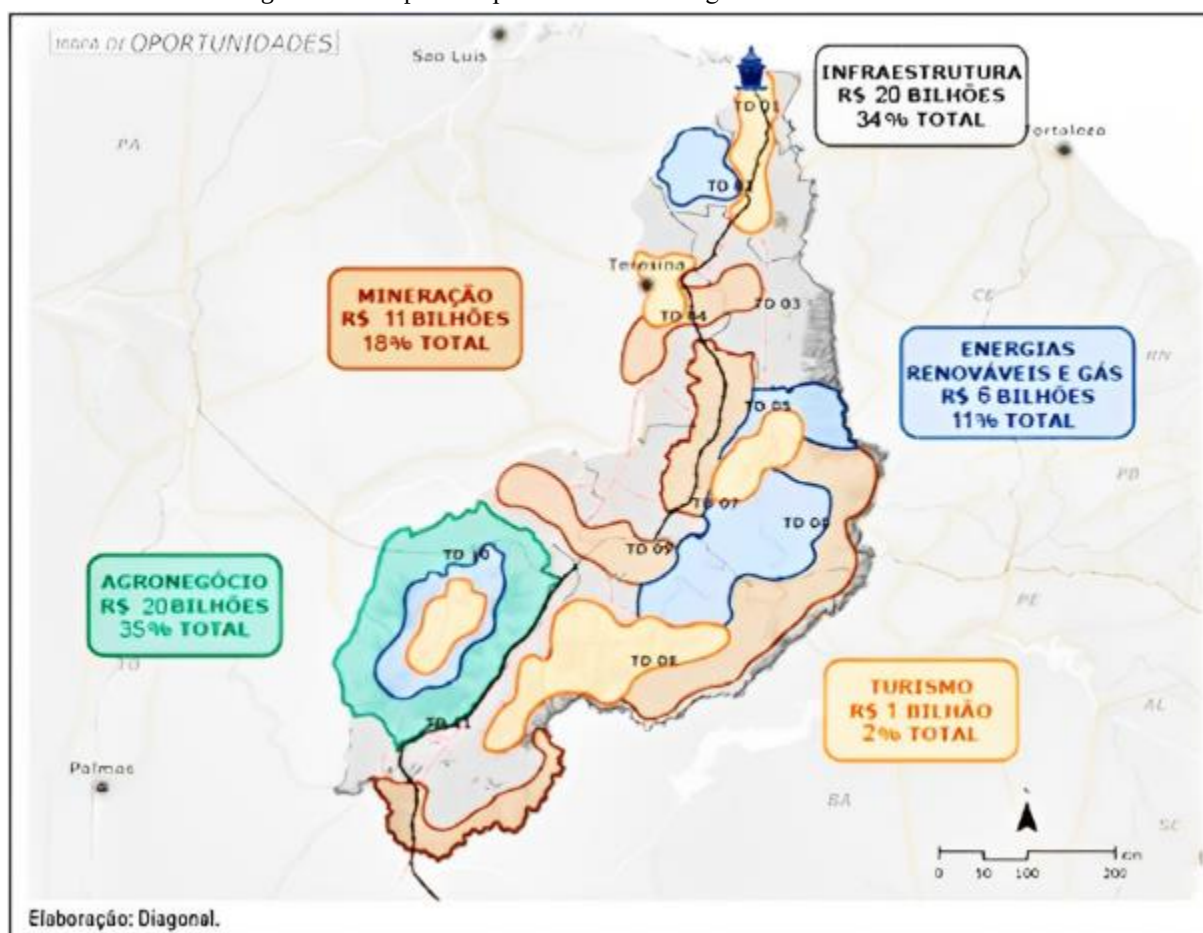
O estabelecimento de uma nova fronteira agrícola no Piauí envolveu outros setores associados ao agronegócio. Nesse sentido, para além das “colonizadoras” de terra, Alves destaca as revendedoras de insumos para a produção, como maquinários e equipamentos.

O crescente interesse pelas terras dos cerrados piauienses, principalmente as dos platôs planos (denominados pela população local de “gerais”, de “chapadas” ou, ainda, de “serras”) induziu esses domínios a apresentar expressiva valorização econômica. Tal fato desencadeou um lucrativo comércio fundiário capitaneado não apenas por empresas do ramo imobiliário, como as “colonizadoras” (muitas delas remanescentes de empresas beneficiadas com recursos da Sudene), mas que se amplia para outros segmentos econômicos: revendedoras de maquinários e equipamentos agrícolas, cooperativas, bancos, agricultores autônomos, etc. Segundo revela o negócio com terra envolvendo diferentes ramos de atividades, a especulação fundiária constitui uma importante face do fenômeno recente de produção do espaço sul piauiense, ampliada ainda mais com o aumento de pessoas interessadas na região (Alves, 2006, p. 239).

A territorialização do agronegócio nos Cerrados piauienses se deu de modo tão intenso que, na atualidade, a soja se configura como principal produto da pauta de exportação estadual. Entre a carteira de projetos divulgada pelo estado do Piauí em seu Mapa de oportunidades de negócios (Figura 12), publicado no volume 8 do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí — PDES 2050, com a finalidade de atrair novos investidores, o agronegócio aparece em primeiro lugar, com estimativa de 20 bilhões em novos negócios, correspondendo a 35% das oportunidades de investimento no estado; seguido da carteira de infraestrutura, com 20 bilhões ou 34% das oportunidades de negócio; da mineração, com 11 bilhões ou 18% das oportunidades de negócio; das energias renováveis e gás, com 6 bilhões ou

11% das oportunidades de negócios e, por fim, do turismo com 1 bilhão em possibilidade de negócios, correspondendo a 2% das oportunidades de investimento no Piauí (CEPRO, 2015).

Figura 12 – Mapa de “oportunidades” de negócios no Estado do Piauí.



Fonte: CEPRO (2013)³⁷

O mapa das “oportunidades de negócios no Estado do Piauí” reflete bem como a natureza tem ganhado centralidade no planejamento econômico. Agronegócio, mineração, energias renováveis e turismo, todos estão associados a elementos naturais, seja a terra e água para o agronegócio, o subsolo para a mineração, os ventos e o sol para a geração de energia e a paisagem como elemento atrativo para o turismo. Tudo isso interligando-se e sendo possibilitado pela carteira de infraestruturas que, paulatinamente, vai estruturando o Piauí com aparato técnico e logístico necessário para sua inserção regular e de longo prazo como fornecedor de *commodities* no mercado internacional.

³⁷ Optamos por utilizar as figuras retiradas dos próprios documentos públicos, como forma de demonstrar as representações que o Estado apresenta sobre o Piauí nessas documentações. Em alguns casos, foi possível melhorar um pouco a qualidade das imagens a partir de um tratamento digital. Mesmo nos casos em que não foi possível melhorar a qualidade, optamos em mantê-las, pois é como se apresentam nos documentos públicos analisados.

Em comum, todas as atividades econômicas debatidas ao longo deste subcapítulo vivenciaram, em sua conjuntura histórica, períodos de “boom” que tornaram momentaneamente vantajosas a sua exploração. Entretanto, ao se alterar a dinâmica do mercado e diminuírem os preços, elas foram perdendo importância na economia local, a exemplo da maniçoba. Ou, em outros casos, como a exploração da cera de carnaúba, que mesmo não findando completamente, tem a sua execução se perpetuando atualmente a partir de relações de trabalho extremamente precarizadas, inclusive com casos análogos a escravidão.

Essas atividades praticadas no Piauí, tanto no passado quanto no presente, inseriram esse estado subordinadamente na economia mundial, agravando a concentração de renda e o aumento das desigualdades sociais, haja vista que esse processo se realiza com a conivência da elite local associada às demandas do capital internacional.

Destaca-se a visão colonialista de exploração econômica dos lugares periféricos, historicamente realizada a partir dos interesses de fora para dentro, drenando os resultados do trabalho local para áreas distantes. Foi assim com os criadores de gado absenteístas, com as empresas que compravam o resultado do extrativismo da maniçoba, tem sido assim com o agronegócio no Cerrado e a tendência é a de agravamento das desigualdades com a chegada da mineração.

Buscando compreender as consequências desse modelo econômico na configuração da sociedade piauiense, no próximo subcapítulo trataremos sobre as heranças coloniais no Piauí.

3.1 HERANÇAS COLONIAIS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PIAUÍ

O Estado do Piauí é um resultado direto do processo colonial, com as atividades econômicas praticadas de forma dependente como acima mencionado. Com sua área territorial de 251.755,481 Km² e uma população estimada pelo IBGE (2022) de 3.271.199 habitantes, o que lhe confere uma densidade demográfica de aproximadamente 12,99 hab/km, sendo a menor entre os Estados do Nordeste. Desse frio dado estatístico criou-se um discurso, comumente propagado, de que no Piauí há um “vazio demográfico” ainda a ser preenchido (Silva; Monteiro, 2017; Moraes, 2006; Araújo; Moraes 2006; Meio Norte, 2011). Esse preenchimento populacional, por sua vez, se daria por meio de uma melhoria no dinamismo econômico estadual, sendo, portanto, necessário o fomento de ações por parte do Estado voltadas para essa finalidade. Concomitante a essa imagem de um Piauí “com hiatos demográficos” durante muito

tempo persistiu a reprodução de um discurso de pauperização, historicamente repetido, que afirmava que o “Piauí seria o Estado mais pobre do Brasil³⁸”.

Realmente, se analisarmos os dados sobre as condições socioeconômicas da população piauiense, constataremos que a maior parte de seus habitantes se encontra em situação de pobreza. Com um rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 747,00 reais, no ranking nacional o Piauí só fica à frente de quatro Estados, sendo estes os de Alagoas (R\$672,00) e Maranhão (R\$ 575,00), no Nordeste, e do Amazonas (R\$739,00) e Pará (R\$ 708,00), na região Norte (IBGE, 2016).

Ocorre que pouco se discute sobre os motivos da desigualdade social existente. Se buscarmos compreender os processos causadores dessas características, tais como as bases de sua colonização, as atividades desenvolvidas e o modo de produção, a diversidade natural e os modos de vida e distribuição espacial dos habitantes, com suas respectivas condições socioeconômicas, veremos que se trata de uma situação bem mais complexa do que a que superficialmente emerge no reducionismo dessas narrativas sobre um Piauí despovoado e pobre.

A respeito do processo de formação da sociedade local, Brandão afirma que:

[...] a sociedade piauiense foi uma decorrência do funcionamento e desenvolvimento de colonização do Brasil. Em função desses aspectos, as estruturas social e de poder sempre apresentaram consonância com interesses metropolitanos, apesar de a sociedade se achar instalada no interior da Colônia, sem vínculos mais estreitos com o mercado externo, além de forte poder político dos potentados locais. (2012, p.39).

Brandão apresenta um elemento importante no debate sobre a colonização piauiense, que é a perspectiva das relações de poder, reflexos dos interesses metropolitanos sobre a colônia. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para além do viés unicamente econômico, o processo colonial se efetivou a partir da “colonialidade do poder”, ou seja, uma perspectiva mais ampla de dominação, composta por uma hierarquia na qual se impõem as visões, pontos de vista e as racionalidades do colonizador sobre os povos colonizados.

Segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), a abordagem da colonialidade do poder, formuladas por Aníbal Quijano, busca integrar em uma mesma análise as múltiplas hierarquias de poder do sistema capitalista de produção, como sendo parte de um mesmo processo histórico estrutural de dominação. Conforme os mesmos,

³⁸ A esse respeito ver Rabelo (2009; 2006) e Nascimento (2010).

Al centro de la ‘colonialidad del poder’ está el patrón de poder colonial que constituye la complejidad de los procesos de acumulación capitalista articulados en una jerarquía racial/étnica global y sus clasificaciones derivativas de superior/inferior, desarrollo/subdesarrollo, y pueblos civilizados/bárbaros. De igual modo, la noción de ‘colonialidad’ vincula el proceso de colonización de las Américas y la constitución de la economía-mundo capitalista como parte de un mismo proceso histórico iniciado en el siglo XVI. La construcción de la jerarquía racial/étnica global fue simultánea y contemporánea espacio-temporalmente con la constitución de una división internacional del trabajo organizada en relaciones centro-periferia a escala mundial. Para Quijano no existe una ‘pre’ o un ‘pos’ de la jerarquía racial/étnica a escala mundial en relación con el proceso de acumulación capitalista (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, 18-19).

Passados quatro séculos do início da colonização, em pleno século XXI, permanecem no Piauí ações que configuram um modo colonialista de pensar o território e as populações que nele habitam, sobretudo ao ser tratado como um espaço aberto, desabitado, aguardando a chegada dos novos “colonizadores”, metamorfoseados de empresários, seja do agronegócio, da mineração, do setor energético. Discursos e ações que desconsideram dinâmicas e habitantes locais, e que buscam realinhar a trajetória do Estado do Piauí ao processo de circulação e da reprodução do capital, na perspectiva de um colonialismo global moderno.

Diante desse debate, se faz necessário refletir sobre se o que existe no Piauí trata-se, de fato, de um vazio demográfico ou se o Piauí é um estado de forte dimensão econômica com base nas atividades agrícolas, com um dinamismo territorial peculiar, extremamente complexo em sua configuração. Segundo Medeiros,

Os piauienses vivem em cidades pequenas, e muitos de seus moradores continuam trabalhando na agricultura. Um único município (a capital Teresina) tem mais de 800 mil habitantes e concentra 26% da população; também só um município (Parnaíba) tem mais de 140 mil habitantes; apenas três têm mais de 50 mil, e três têm mais de 40 mil. Sobem para 54 (24,1%) os municípios com mais de 10 mil habitantes. Assim, do total de 224 municípios, 62% têm menos de 10 mil habitantes – 79 deles (35,2%) têm mais de 5 mil, e 83 (37%) têm menos de 5 mil (Medeiros, 2014, p.20).

Analisando esses números a partir dos dados do último censo do IBGE (2022), observa-se que a Capital Teresina – 866.300, juntamente com os municípios de Parnaíba - 162.159 hab., Picos – 83.090 hab., Piripiri - 65.538 hab. e Floriano – 62.036 hab., concentram 37,87% da população do Estado. No entanto, a maior parte dos municípios piauienses é composta por cidades pequenas.

Ainda conforme Medeiros, chega a 34,23% o total de habitantes na área rural do Estado. Esse número é mais que o dobro da população rural brasileira, que é de 15,64%. Considerando que boa parte dos habitantes das cidades pequenas exerce o trabalho agropecuário, mesmo que muitas vezes essa não seja a principal fonte de renda familiar, nos deparamos com um Piauí

eminentemente rural ao somarmos a população das pequenas cidades com a população da zona rural desses municípios.

Pelo exposto, discutir o campo e a situação dessa população é imprescindível antes de se debater a respeito de desenvolvimento no Estado. Como “cerca de 30% da População Economicamente Ativa do Piauí (PEA) ainda trabalha na agropecuária” (PPA, 2015, p.13), torna-se indispensável questionar: como estão distribuídas as terras? Os Governos têm realizado ações no sentido de garantir o acesso à terra e a produção camponesa? Por fim, como essas características se refletem nas condições socioeconômicas da população?

Conforme dados do PRRA - Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí – 2003/2010

A exemplo do ocorrido no Brasil, o Piauí herda do período colonial um legado de exclusão social no qual o extermínio da população nativa e a escravidão são as raízes mais fortes. Com o agravante de que a base econômica de constituição da sociedade - a pecuária extensiva - eleva o latifúndio à condição de elemento natural imprescindível ao funcionamento do sistema que, sem ampliar os níveis de produção e de produtividade, condena o estado a altos níveis de pobreza relativa e absoluta.

Nos últimos 30 anos, a agricultura piauiense, devido a políticas e programas governamentais para o setor, sofreu transformações pela modernização da estrutura agrária do estado, agravando na distribuição da terra, modernizando a grande unidade latifundiária e aumentando a importância do trabalho assalariado temporário. Em contrapartida, elevam-se a instabilidade do pequeno produtor em relação à terra, e as tensões sociais no campo. No período de 1950 a 1970, em face da crise do setor extrativista, a grande propriedade se redefine, com a formação de unidades latifundiárias onde a força de trabalho é garantida pela formação de parcelas entregues as famílias não-proprietárias. Estas, no interior do latifúndio, derrubam a mata e formam roças para plantio de lavouras de subsistência, sendo obrigadas além de poupar renda, a outras restrições, como prestação de serviços ao proprietário, não cultivo de culturas permanentes e permissão de pasto do gado do patrão nas suas roças, após a colheita. (PRRA, 2013, p.13).

Como se pode observar na citação do trecho do PRRA estadual, em decorrência do modelo da atividade econômica desenvolvida na colonização, a concentração fundiária se torna um grave problema, que desencadeia na desigualdade social. Apesar dessa situação, a partir de políticas e programas governamentais voltados para o setor agropecuário, nos últimos anos houve a modernização da produção no latifúndio, sem, contudo, ocorrer a desconcentração da terra, configurando um processo de modernização conservadora que continua em andamento, sobretudo no sudoeste do Estado.

Nas décadas de 1980-1990, a tendência para a modernização agropecuária se acentua, com a fixação, nos cerrados de um número significativo de produtores, principalmente do sul do País, elevando fortemente a produção de grãos. Os cerrados tornam-se, então, a área que apresenta maior ritmo de modernização agrícola, com predomínio do moderno empresário agrícola. Nesse contexto, a terra passa a ser um ativo valorizado e elemento de negociações especulativas, enquanto contingentes significativos de antigos pequenos produtores da região enfrentam um processo de proletarianização e liminaridade social em que até mesmo as oportunidades de

assalariamento são reduzidas, uma vez que o agronegócio instalado nas chapadas absorve pouca mão-de-obra local. Destarte, mesmo havendo uma variação no período entre 1950 e 1995, as áreas médias dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares permaneceram quase que inalteradas, mantendo-se assim o nível de concentração fundiária (PRRA, 2003, p.14-15).

Pelo exposto, fica claro que as políticas e programas governamentais para o setor agropecuário não visam à desconcentração da terra. Consequentemente, é ineficaz no sentido de melhorar as condições de vida da população pobre que habita as áreas do cerrado. Portanto, cabe indagar a quem interessa os discursos de reafirmação da pobreza e o da tentativa de sua reversão no Piauí? Com quais finalidades eles são reproduzidos? Os distintos agentes produtores do espaço, em especial o Estado e o Mercado, intentam realmente diminuir as desigualdades sociais?

Para ajudar nas reflexões anteriormente elencadas, apresentamos uma reportagem exibida no programa Globo Rural, no mês de maio de 2011. Nela, Wilson Martins, ex-governador do Estado do Piauí entre os anos de 2010-2014, dá a sua opinião sobre os motivos do não aproveitamento das águas do lençol freático existente na área do cerrado piauiense para o cultivo irrigado. Segundo o ex-governador,

Falta vocação do povo para o trabalho na agricultura irrigada. Ao longo dos anos, o estado do Piauí foi colonizado por vaqueiros. Essas pessoas se acostumaram a plantar o que precisavam para comer e, sobrasse algum tostão, para comprar uma roupa ou um calçado. E se acomodaram desta forma. Não se muda a cultura de um povo da noite para o dia. Muda-se aos poucos (Martins, 2011, informação verbal).

Em sua fala, o então governador na época, não menciona que historicamente o vaqueiro não era o detentor das terras na qual trabalhava, mas apenas um agregado e morador de favor ou condição, encarregado da fazenda e rebanho do dono do latifúndio. Não podendo, portanto, empreender no local outras atividades produtivas. Não se trata de “falta de vocação”, mas sim da histórica exploração do trabalho e da concentração fundiária, que indissociavelmente estão no cerne da pobreza e da injustiça social no Piauí.

Ou seja, além de não discutir o cerne da questão, tampouco o Estado se coloca como financiador de pequenos produtores. Já no que diz respeito aos incentivos para que grupos de empresários provenientes de outros lugares se instalem no Estado, vários esforços têm sido envidados por sucessivos governos piauienses. Como se houvesse uma naturalização das causas da pobreza e um modelo de desenvolvimento territorial rural “despolitizado” capaz de combatê-las, omite-se o caráter de classe que está no centro da questão (Montenegro Gómez; Favaro, 2012).

Na atualidade, novamente associado à demanda internacional, o Piauí busca se consolidar como um exportador de *commodities*, em especial a soja e, mais recentemente, de minérios metálicos. Costa (2017), fundamentando-se na análise das *ideologias geográficas* proposta por Moraes (2005), afirma que para a efetivação desse processo, o Estado formula concepções utilizadas como fundamentação de uma materialidade que se tem em vista efetivar para o espaço geográfico piauiense, bem como para a representação imagética que se faz sobre esse Estado para o mundo dos negócios. Para isso, ainda segundo Costa, o Governo adota o discurso de um Piauí que se configura enquanto *lócus* da fronteira, seja como nova fronteira do agronegócio, seja como nova fronteira da mineração, apontando elementos de uma natureza vocacionada para essas atividades.

Isso pode ser constatado em uma fala do ex-secretário estadual de mineração, Luís Coelho, em entrevista concedida ao programa Script, da TV Assembleia do Piauí, onde ele evoca a natureza enquanto potencialidade a ser explorada, com ênfase nos minerais.

[...] no Piauí a natureza foi muito bondosa com o estado. O estado, ele tem potenciais minerais que não existem em outros estados. Eu digo sempre que o cearense fez seu porto, tem um porto para exportar, tem a siderúrgica, mas não tem o minério de ferro. Quem tem o minério de ferro é o Piauí. Precisa de quê? Precisa da ferrovia para transportá-lo. Quem tem níquel, é o Piauí, está certo? Quem tem gás, petróleo, hoje em abundância, será o estado do Piauí. Tá certo? Agora recentemente você viu aí uma extração de minério clandestinamente na região de Gilbués, Monte Alegre. [...]. O Piauí ele tem o minério de ferro, o níquel, o gás, né? E esses outros minérios como, por exemplo, o diamante. O diamante é na região de Gilbués e Monte Alegre. O diamante, sem dúvida nenhuma, é sempre muito atrativo. Até nos filmes você vê falando isso, porque é, sem dúvida nenhuma, como se fosse uma moeda forte. Tá certo? E o Piauí tem hoje um dos melhores minérios do mundo. Existe uma empresa chinesa chamada DM mineração, que vai se instalar naquela região de Gilbués para explorar o minério corretamente, como manda as leis. Isso já está a nível da Secretária do Meio Ambiente para dar a licença. Eles dando a licença ambiental, vai pra Brasília para determinar a outorga para, assim, poder explorar o minério (Coelho, 2018, informação verbal).

Destaca-se que, quando Mercado e Estado elaboram e propagam um discurso sobre natureza, seja o discurso da abundância ou o da escassez, como o da seca no nordeste brasileiro, por exemplo, existe nele uma intencionalidade não transparecida. Trata-se, antes de tudo, de uma ação planejada que busca tendenciar a opinião de diversos setores da sociedade em prol de uma finalidade. No caso do Piauí, ao longo do tempo o discurso sobre a necessidade de melhorias nos indicadores socioeconômicos e da reversão dos índices associados à pobreza, tem sido utilizado para justificar as ações do Estado no sentido de fomentar atividades econômicas que intensificam a exploração da natureza.

Essa afirmação pode ser constatada no Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí – PDES-PI 2050³⁹, ao tratar a natureza enquanto ativo econômico, passível de aproveitamento a partir de uma carteira de projetos prioritários.

Os recursos naturais são vistos, no plano, como ativos econômicos que tornam possível a carteira de projetos e como patrimônio do estado, integrante da biodiversidade e identidade da sociedade piauiense. E nesse sentido que o PDES-PI se dedica identificar os possíveis impactos socioambientais e indicar a necessidade de ações preventivas e compensatórias, assim como estimar seus valores. O reconhecimento do duplo **papel do ambiente socionatural, como indicador das vocações econômicas e como representação do saber e da paisagem local, garante ao plano a característica sustentável desejada.**

Frente a tamanhas oportunidades e proporcionais desafios, o Piauí deve se preparar para gerir o plano. O PDES-PI compreende também estratégias a fim de existirem condições de equilíbrio e eficiência para implantar e executar a carteira de projetos. **Sugere-se a institucionalização do plano por meio de uma agência de desenvolvimento,** que atraia os investimentos privados, prospecte fontes de financiamento (incluindo parcerias público-privadas), acompanhe a evolução dos projetos etc.

O PDES-PI 2050 resgata o pensamento estratégico de longo prazo como forma de transformar o Piauí e requalificar seu papel no cenário nacional, evitando o imprevisto e garantindo um caminho construído pelo diálogo e pela responsabilidade conjunta entre Estado e sociedade civil. O plano não é um documento baseado em letra morta, mas um instrumento vivo de gestão pública e privada, com ações previstas de implantação, acompanhamento, monitoramento, revisões periódicas (a cada cinco anos) e ajustes frente a eventuais alterações de cenário vindouras (CEPRO, 2015c, p. 26).

Na seção seguinte do texto buscaremos demonstrar como na atualidade a educação e a natureza ganham centralidade do discurso do desenvolvimento. A primeira como forma de melhorar indicadores sociais e, assim, projetar uma imagem positiva sobre o Piauí, bem como

³⁹ “O Governo do Estado do Piauí, por intermédio da SEPLAN/PI (a partir de fevereiro de 2015 o contrato ficou sob a responsabilidade da Fundação CEPRO), contratou, em maio de 2013, a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável (PDES-PI), visando um horizonte temporal de 35 anos, no período de 2015 a 2050. Esse trabalho foi executado pela empresa Diagonal Transformação de Territórios. O objetivo do PDES-PI é entregar às gerações futuras um estudo que revele as grandes oportunidades e potencialidades existentes hoje no estado, de forma a demonstrar a capacidade do Piauí de ser parte integrante da solução de problemas nacionais e regionais, por meio de sua inserção proativa no ciclo de desenvolvimento do Nordeste e do Brasil. **O PDES/PI-2050 não é um plano de governo, é um plano de Estado, colocando-se como diretriz da sociedade piauiense na busca por um futuro que ela própria definiu, a partir de consultas públicas em vários momentos de sua elaboração.** Para tanto, a Diagonal trouxe sua experiência de mais de 20 anos dedicados ao acompanhamento (em diversas etapas) do processo de transformação de territórios (nos recortes local, municipal, estadual e regional), agregando o diferencial de diálogo aprofundado com as partes interessadas, com envolvimento e corresponsabilização do processo de planejamento e a experiência que tem na implantação de grandes empreendimentos e projetos, tanto públicos quanto privados, sejam produtivos (Vale, Petrobras, Bunge etc.) ou de infraestrutura (Rodoanel de São Paulo, Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Vitória-Minas dentre outros). Foram dois anos dedicados a um profundo conhecimento do território piauiense e suas oportunidades, em que foram percorridos 13.500 km (o que equivale a 1,5 vezes a malha rodoviária do Piauí) e visitados 120 municípios. A equipe, composta por 45 profissionais estrangeiros e brasileiros de diversos estados e com formações em áreas como economia, geografia, geologia, engenharia, urbanismo, demografia, sociologia, agronomia, turismo, ciência política etc., avaliou tecnicamente o atual estágio de desenvolvimento do território, formando uma opinião crítica acerca dos possíveis caminhos a percorrer” (CEPRO, 2015, p. 34).

legitimar as ações do governo no modelo econômico adotado, baseado sobretudo na agricultura, na mineração e na produção de energia. Já a segunda, no processo de espoliação do território piauiense de modo como nunca visto. O modelo contemporâneo de exploração vem permeado de ações de planejamento pensado em longo prazo e em uma lógica de integração entre infraestruturas e segmentos produtivos interligados.

3.2 DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E DA SUPERAÇÃO DA POBREZA POR MEIO DA MELHORIA DO IDHM

Onde se recebe a Renda per Capita? Tem muito morto de fome querendo saber. Em nossas terras, os numerinhos têm melhor sorte que as pessoas. Quantos vão bem quando a economia vai bem? Quantos se desenvolvem com o desenvolvimento? [...].

Eduardo Galeano, "Os numerinhos e as pessoas", em "O livro dos abraços."

A difusão de uma ideologia sobre o desenvolvimento, entendido enquanto uma espécie de meta perseguida por todos os governos e povos do mundo, segundo Montenegro e Rocha (2017), tem sido difundida desde que foi apresentada pelo presidente dos EUA, Henry Truman, em um discurso datado de 20 de janeiro de 1949. Nesse discurso, o então presidente propôs:

estabelecer uma política de ajuda aos países subdesenvolvidos para provê-los do conhecimento técnico e científico para produzir mais (a melhor forma de alcançar a paz e a prosperidade), aliviar seu sofrimento e atingir suas aspirações de uma vida melhor. Nesse sentido, *American Way of Life* se estabelece como modelo a seguir. (Montenegro; Rocha, 2017, p. 109 – 110).

Pode-se dizer que, a partir de então, a noção de desenvolvimento é tratada de diferentes formas e por distintas concepções de pensamento teórico e político. A noção clássica desse debate costuma estabelecer uma contraposição entre desenvolvimento versus crescimento econômico. Essa perspectiva interpreta o desenvolvimento como sendo algo positivo, possibilitador de benesses capazes de melhorar as condições de vida do conjunto amplo da sociedade, diferentemente da noção de crescimento econômico, que seria apenas o aumento da economia desacompanhada de melhorias de ordem social. Nessa linha de pensamento, Bresser-Pereira, apresenta a seguinte análise:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento (1968, p. 15).

Já a noção de crescimento econômico significa, para Berlinck e Cohens,

[...] um aumento persistente da renda real de uma economia. Entende-se, também, que tal aumento não afetará, necessariamente, o padrão de vida da população como um todo. Ao contrário, os efeitos de tal aumento são problemáticos e devem ser investigados (1970, p. 46).

Diante de sucessivos fracassos e da ampliação das desigualdades no mundo, outro marco teórico dessa discussão foi gerado. A concepção do “desenvolvimento sustentável”, que tem como ponto de partida as sucessivas crises econômicas e a crise ambiental, ganhou força a partir da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Nessa linha de abordagem o desenvolvimento precisaria ser autossustentável, preservando a natureza, vista como um recurso, de modo a garantir sua preservação para a utilização das gerações futuras.

Entretanto, para Rougemont e Pérez (2013), as noções de desenvolvimento, crescimento econômico e de progresso estão todas no mesmo bojo de relações, tendo sido utilizadas para fundamentar as políticas públicas impostas aos países pobres pelos organismos financeiros internacionais. Segundo as autoras, a partir do discurso de Truman, o mundo passou a ser classificado em duas categorias: a dos países desenvolvidos, apresentados como exemplos de estágio ideal, e a dos subdesenvolvidos, desejosos de atingir o estágio apresentado como ideal.

A partir daquele momento, pauta-se o estabelecimento de um só “caminho” ao desenvolvimento, cuja via de alcance estaria fundamentada estritamente no crescimento econômico e no progresso histórico linear. Este caminho vem, desde então, sendo difundido como único possível e desejável a todas as nações, sendo aquelas “desenvolvidas” as determinantes dos rumos das que ainda não alcançaram o estágio ideal do desenvolvimento. É nesta visão de competitividade entre as nações e de “corrida” pelo progresso que se fundamentam as políticas públicas de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, respaldadas internacionalmente por organismos de controle, como o Fundo Monetário Internacional-FMI, o Banco Mundial – BM, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e, especialmente, pela Organização das Nações Unidas e suas secretarias (LATOCHE, 2007; ESTEVA, 2000). (Rougemont; Pérez, 2013, p. 405).

A ideia disseminada de que o desenvolvimento é o caminho único a ser percorrido pela sociedade, em suas mais variadas esferas, tais como a econômica, social, cultural, política, entre outras, é utilizada para fomentar modelos políticos signatários dessa ideia. Tais modelos buscam, cada vez mais, e a partir de investimentos públicos bancados pelos Estados, dinamizar o modelo econômico da reprodução ampliada do capital, a partir da execução de grandes obras de infraestrutura que permita a produção, circulação e o consumo da natureza convertida em mercadoria.

Ressalta-se que, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo tem sido marcado por processos econômicos e sociais que atacam frontalmente os bens comuns e o modo de vida de diversos povos que deles necessitam para manterem-se vivos. Os bens comuns podem ser definidos como aqueles elementos que são indispensáveis à vida. Entre estes podem ser mencionados a água, as sementes, as florestas e os rios, além dos serviços públicos, como telefonia, transporte, medicina, etc. A terra, que também é um bem comum, foi um dos primeiros bens a ser convertido em mercadoria no sistema capitalista de produção (Houart, 2017).

Na escala local, estados e municípios, também se valem do discurso do desenvolvimento sob pretexto de gerar empregos (Quadro 6) e combater a pobreza. Nesse contexto, nas últimas décadas, o estado do Piauí vem passando por uma acelerada incorporação de sua economia na lógica da circulação e da reprodução do capital, a partir de ações da União e do próprio Piauí. Tais ações têm como base o planejamento, permeado por um profundo componente espacial de apropriação de territórios em busca do aproveitamento comercial dos elementos naturais. Essa incorporação de territórios para a exploração desencadeia conflitos e processos de resistência e, por essa razão, ao defender um modelo econômico, os governos precisam buscar meios de justificá-lo, para que, assim, possam justificar sua própria atuação na condução das políticas públicas do Estado classista.

Quadro 6 – Matérias sobre geração de empregos a partir dos grandes projetos de desenvolvimento no Piauí – PI

TÍTULO DA MATÉRIA	ANO	DESTAQUE DA MATÉRIA	LINK DA MATÉRIA
AGRONEGÓCIO GERA MAIS DE 3 MIL EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA NO PIAUÍ. O CERRADO PIAUIENSE SE DESTACA TAMBÉM COMO UM DOS PRINCIPAIS POLOS GERADORES DE EMPREGOS.	2017	De acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), o agronegócio gera, para o Piauí, mais de 3 mil empregos com carteira assinada. [...]. "O Piauí segue com saldo positivo de empregos. E o campo, desde os pequenos agricultores até os grandes latifundiários estão contribuindo firmemente para os números alcançados no estado. O piauiense tem essa característica de ser um povo forte e trabalhador, o resultado é esse saldo positivo na produção de empregos", destaca o governador Wellington Dias. [...].	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/economia/para-dia-8-agronegocio-gera-mais-de-3-mil-empregos-com-carteira-assinada-no-piaui-2712.html
GOVERNADOR TRATA EM SÃO PAULO SOBRE RETOMADA DAS OBRAS DA TRANSNORDESTINA. O ASSUNTO FOI TRATADO COM O DIRETOR DE PORTOS E LOGÍSTICA DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN).	2018	O governador Wellington Dias e presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Gil Carlos, estiveram, nessa quarta-feira (24), em São Paulo, em audiência com o diretor de Portos e Logística da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Pedro Brito, onde trataram da retomada das obras da Ferrovia Transnordestina. [...]. Uma obra dessa magnitude trará grande desenvolvimento para toda a região, barateando os preços e dando vazão à produção de minérios, grãos, madeira, principalmente entre os municípios da região dos cerrados, do Semiárido”, destacou Dias. Para o presidente da APPM, Gil Carlos, a continuidade das obras da Transnordestina vai beneficiar 81 municípios, sendo 18 deles no Piauí. “Tem sido uma grande expectativa, não só para o poder público, mas para toda a população que já consegue enxergar as oportunidades de trabalho e geração de renda. [...].	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/ccom/governador-trata-em-sao-paulo-sobre-a-retomada-das-obras-da-transnordestina-4534.html
MINERADORA VAI INICIAR EXTRAÇÃO DE DIAMANTES EM GILBUÉS. EMPREENDIMENTO DEVERÁ GERAR 300 EMPREGOS DE FORMA DIRETA E INDIRETA.	2018	Após uma década de estudos na busca por jazidas de diamantes, o município de Gilbués será palco de um novo marco da mineração no Piauí. Com as devidas liberações legais e licenças ambientais aprovadas, a previsão é que sejam extraídos cerca de 10 mil quilates do minério por mês. [...]. A empresa investiu US\$ 25 milhões (mais de R\$ 95 milhões) em equipamentos no empreendimento que deverá gerar 300 empregos de forma direta e indireta. [...].	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/mineracao/mineradora-vai-iniciar-extracao-de-diamantes-em-gilbues-6684.html

TÍTULO DA MATÉRIA	ANO	DESTAQUE DA MATÉRIA	LINK DA MATÉRIA
GRUPO AUSTRALIANO VAI INVESTIR R\$ 4,5 BILHÕES NA EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS NO PIAUÍ. A PREVISÃO É DE QUE SEJAM GERADOS APROXIMADAMENTE MIL EMPREGOS DIRETOS E TRÊS MIL INDIRETOS.	2018	O governador Wellington Dias recebeu, nessa segunda-feira (15), em Teresina, a comitiva de empresários australianos que deseja instalar uma mina de exploração siderúrgica no sudoeste do Piauí. Os executivos da Riverbank Resources Mineração Ltda entregaram ao governador os estudos realizados na região de Anísio de Abreu e uma proposta de implantação. [...]. “Agora com o relatório apresentado, vamos colocar um grupo de trabalho para analisar a proposta e temos o compromisso de, em 10 dias, apresentar a viabilidade. O que eles querem é solução para regularização da terra, definição de local para a exploração de três minérios que permitem a produção do aço. São investimentos volumosos e vamos trabalhar toda a área fiscal e de meio ambiente para ver a possibilidade de implantação desses empreendimentos, que, com certeza, será excelente para o Piauí” , disse Wellington.	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/ccom/grupo-empresarial-australiano-vai-investir-r-45-bilhoes-na-exploracao-de-minerios-no-piaui-4434.html
GOVERNADOR TRATA DA RETOMADA DA TRANSNORDESTINA COM A CSN. GOVERNADOR WELLINGTON DIAS TAMBÉM PARTICIPOU DE ENCONTROS COM INVESTIDORES.	2019	O governador Wellington Dias foi recebido, na tarde desta terça-feira (28), em São Paulo, pelo presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch e o consultor Marconi Perillo, além dos governadores do Ceará e Pernambuco. Nesta agenda, Wellington Dias tratou da retomada das obras da Transnordestina, uma obra que permite a geração de quatro a seis mil vagas de emprego, principalmente nos estados do Piauí e Ceará. “São trechos que já têm o projeto, o licenciamento e a regularização fundiária prontos”, explica o governador, enfatizando que não há qualquer tipo de pendência por parte do Estado.	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/governo/governador-trata-da-retomada-da-transnordestina-com-csn-8257.html
ESTADO ANALISA PROPOSTA DE MINERADORA MULTINACIONAL EM ANÍSIO DE ABREU. EM FASE DE ESTUDOS, EMPRESÁRIOS DA AUSTRÁLIA PROJETAM CERCA DE US\$ 1,5 BILHÃO NO SUDOESTE DO ESTADO.	2018	Em audiência, [...], a vice-governadora Margarete Coelho recebeu comitiva de executivos da Riverbank Resources Mineração Ltda, empresa australiana, que possui direitos concedidos pela União para extração de minérios no Piauí e estuda instalar no estado uma mina de exploração e uma indústria siderúrgica no sudoeste piauiense. [...]. Para a vice-governadora, os projetos de negócios no Piauí passam a ser um projeto do próprio Estado. [...]. O governo está à disposição para ajudar naquilo que for possível”, pontuou Margarete. [...]. Com um investimento de US\$ 1,5 bilhão (mais de R\$ 4,5 bilhões) a empresa pretende consolidar sua infraestrutura de investimentos em até cinco anos. A previsão é de que sejam gerados 800 empregos diretos, e 2,4 mil indiretos. [...].	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/mineracao/estado-analisa-proposta-de-empresa-de-mineracao-em-anisio-de-abreu-4429.html

TÍTULO DA MATÉRIA	ANO	DESTAQUE DA MATÉRIA	LINK DA MATÉRIA
GOVERNADOR TRATA SOBRE RETOMADA DA FERROVIA TRANSNORDESTINA COM A CSN. A RETOMADA DA OBRA PODE GERAR ATÉ 4 MIL EMPREGOS PARA O PIAUÍ.	2019	Durante o cumprimento de sua agenda em São Paulo, na manhã desta quarta-feira (13), o governador Wellington Dias esteve com o consultor da Companhia de Siderúrgica Nacional (CSN), Marconi Perillo. A pauta foi a retomada das obras da Ferrovia Transnordestina no Piauí. [...]. Com a retomada da obra, mais de quatro mil empregos poderão ser gerados no Piauí. “Estamos falando da maior ferrovia que estava em construção com um trecho de 400km dentro do Piauí, na região de Simões, Curral Novo, Paulistana em direção à Eliseu Martins onde está previsto um projeto para o escoamento da produção dessa região dos cerrados. A retomada vai gerar emprego e renda para os piauienses ”, informou.	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/transportes/governador-trata-sobre-retomada-da-ferrovia-transnordestina-com-companhia-siderurgica-nacional-7241.html
PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO PIAUÍ TEM SALDO POSITIVO NA GERAÇÃO DE EMPREGOS. AS ÁREAS DO COMÉRCIO E AGRONEGÓCIO ESTÃO ENTRE AS DE MAIOR DESTAQUE.	2019	O Piauí é o 4º estado do ranking do Nordeste com maior saldo de empregos formais gerados em 2018. [...]. “As áreas do comércio e agropecuária junto ao agronegócio estão entre as de maior destaque. Nós fizemos uma seleção muito grande na área da energia eólica na região de Gilbués e São Gonçalo do Gurguéia, onde estão sendo empregadas mais de 2 mil pessoas e temos uma nova seleção prevista para fevereiro, em Queimada Nova, também na área de energias renováveis” [...].	http://siteantigo.pi.gov.br/materia/ccom/piaui-encerra-segundo-ano-consecutivo-com-saldo-positivo-de-empregos-7075.html
NOVO COMPLEXO SOLAR EM CALDEIRÃO GRANDE CONTARÁ COM 613 MW E IRÁ GERAR 3.600 EMPREGOS	2021	Cerca de 3.600 empregos diretos e indiretos serão gerados ao longo de três anos. “A expectativa é que já comecemos a contratação de trabalhadores no final deste ano. Este complexo será o maior de energia solar do Piauí e do Brasil..	https://www.pi.gov.br/noticias/novo-complexo-solar-em-caldeirao-grande-contara-com-613-mw-e-ira-gerar-3-600-empregos/
RAFAEL VISITA MINERADORA COM CAPACIDADE DE PRODUZIR 50 MILHÕES DE TONELADAS DE FERRO. UMA DAS GRANDES VANTAGENS DO MINÉRIO ENCONTRADO NA MINERADORA LION MINING EM PIRIPIRI É QUE ELE TEM ALTO TEOR DE FERRO.	2023	O governador do Piauí, Rafael Fonteles, visitou, [...] a mineradora Lion Mining, localizada no município de Piripiri. [...]. De acordo com o chefe do Executivo piauiense a mineradora é um empreendimento importante para consolidar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda na região e em todo o Piauí, sendo um trabalho feito em sintonia com o meio ambiente e também com a comunidade local. [...]. “A nossa ideia é que essa produção possa ser escoada pelo sistema intermodal, utilizando ferrovia e o Porto de Luís Correia. Vamos avançar nessa infraestrutura para gerar mais emprego, renda e mais oportunidades para o nosso povo e desenvolvimento para o estado ”, ressaltou Fonteles.	https://www.pi.gov.br/noticias/rafael-visita-mineradora-com-capacidade-de-produzir-50-milhoes-de-toneladas-de-ferro/

Fonte: Elaboração própria, a partir de matérias dos sites antigo e atual do Estado do Piauí, 2023.

O Quadro 6 acima apresenta um conjunto de 10 matérias publicadas no site oficial do Estado do Piauí. Nele, é possível observar como o Governo destaca a criação de empregos que, supostamente, os setores e os projetos para os quais atua no fomento irão proporcionar. Tanto nos títulos, como em trechos das matérias, é possível observar o apelo discursivo da criação de empregos para persuadir e convencer de que o fomento a determinados setores da economia e aos grandes projetos resultam em vantagens para o conjunto da sociedade.

Diante desse contexto, é pertinente refletir sobre: 1. Qual o papel desempenhado pelo planejamento estatal no processo de desenvolvimento do capitalismo nos lugares periféricos? 2. De que forma esse processo vem se realizando nos lugares considerados periferias na periferia do mundo capitalista? 3. O Estado utiliza quais instrumentos para legitimar e colocar em prática um modelo econômico hegemônico, causador de tantas desigualdades e conflitos sócio territorial?

As questões acima balizam as breves reflexões que apresentamos sobre planejamento e no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo no Piauí.

No Piauí, a promessa da criação de empregos e a promessa do desenvolvimento são apresentadas como aspecto da modernização e de dinamismo econômico, fruto do planejamento estatal. Com isso, busca-se legitimar o aprofundamento do modelo econômico neoliberal. O mais perverso dessa situação é o fato de grande parte da população desse estado enfrentar situações crônicas de pobreza e que as experiências de fomento à reprimarização da economia, a exemplo do agronegócio no MATOPIBA, não terem alterado essa condição nos municípios em que o agro se territorializou.

Apesar disso, diferentes governos vêm trabalhando de modo a incorporar o Piauí no processo de circulação dinâmica do Capital, retirando-o da condição de espaço de reserva, para se transformar “no grande almoxarifado” de empreendimentos da área do agronegócio, geração de energia (inclusive por meio de biomassa), e da mineração. Modelo esse que planeja a estruturação da economia para uma condição de reprimarização, pautada na produção e exportação de commodities, a partir de grandes projetos.

De acordo com Costa,

No início do século XXI, quando o Brasil se afirma como ponto de destaque na periferia do capitalismo em virtude de seu poder político e econômico, experimenta-se um avanço no sentido da apropriação dos territórios amazônicos, de parte do Nordeste e de áreas do cerrado, continuando a busca pela “integração” destas regiões com as demais do país e a sua “preparação para o desenvolvimento”, agora sob moldes que sejam capazes de atender novas demandas (FIORI, 2013; SANTOS; SILVEIRA, 2008; ZIBECHI, 2013). Aparece o país nessas primeiras décadas do século XXI como espaço estratégico na geografia da acumulação capitalista, posto que as condições desiguais do desenvolvimento geográfico produzidas historicamente e as “estratégias

econômicas adotadas pelo capital nacional em sua aliança com agentes hegemônicos internacionais, produziram um território cuja periferia encontra-se aberta à exploração/expansão da acumulação” (COSTA, 2015, p. 148). Nesse contexto, o estado do Piauí tem passado nas últimas décadas por significativas transformações territoriais, associadas ao desenvolvimento de dinâmicas econômicas como o agronegócio, a mineração e, mais recentemente, à geração de energia elétrica, transformadas em atividades hegemônicas no âmbito do estado, por suas importâncias econômicas e pelos agentes com elas envolvidos. Tais processos, é preciso destacar, situam-se no âmbito do desenvolvimento da Geografia Histórica do Capitalismo (2017, p. 6497).

Soma-se a essas medidas mencionadas por Costa (2017), uma atuação dos governos no sentido de apresentar uma “pauta positiva” sobre o Piauí, descolando-o de uma visão associada à pobreza, imagem essa que o próprio Estado já se utilizou quando era conveniente sustentar esse discurso. Na atualidade, entretanto, a imagem propagandeada é a de um estado equilibrado em suas finanças, com organização e planejamento capazes de promover melhorias nos indicadores sociais. Ao mesmo tempo, avança na dotação territorial das infraestruturas demandadas por investidores, endividando os cofres públicos em prol dos capitalistas e em detrimento do conjunto da sociedade, em especial, a mais necessitada das ações de Estado.

Figura 13 – Imagem do material publicitário intitulado “Piauí é desenvolvimento” (a)



Fonte: Piauí (2019).

Figura 14 – Imagem do material publicitário intitulado “Piauí é desenvolvimento” (b)



Fonte: Piauí (2019).

Além das matérias no site do Governo do Estado, como as apresentadas no quadro 5, dos diversos relatórios semelhantes ao que extraímos, as figuras 13 e 14, que atuam como verdadeiras peças publicitárias, outro exemplo do esforço da tentativa de mudar a imagem do Piauí pode ser constatado nas entrevistas dos representantes políticos. Exemplo disso pode ser percebido na entrevista do Governador Wellington Dias, concedida ao Jornalista Juca Kfourir, durante o programa Entre Vistas, da rede TVT. Ao ser perguntado pelo jornalista sobre dois motivos para se visitar o Piauí, o então Governador do estado disse:

Veja, vou começar aqui de um ponto que o Brasil conhece. E, durante muito tempo, magoava muito a todos nós piauienses. Quando chegávamos em algum lugar, alguém dizia: “Você é de onde?”. Do Piauí. Aí, alguém já dizia logo: “Piauí, o estado mais pobre do Brasil.”

E hoje eu digo: Não diga mais isso, porque é um insulto, né? O Piauí já não é o estado mais pobre do Brasil. Isso do ponto de vista do índice de desenvolvimento humano. Nós entramos no século XXI com um Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH 04, que colocava o Piauí como o mais pobre. Isso significa uma renda per capita baixíssima, escolaridade lá embaixo, expectativa de vida muito baixo. Era isso que significava ali, no início desse século, ou seja, 2001, 2002, 2003. E não é porque eu fui governador que mudou. Primeiro, é porque a gente teve uma conjuntura favorável, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da república. O Lula, com um projeto que pensou

o Brasil inteiro, não apenas os lugares mais desenvolvidos, como se fazia no passado. E nós fizemos um plano, de longo prazo. A primeira vez que pensamos: “o que é que queremos do Piauí em 2022?”. E ali, 92 metas, debaixo de cada coluna. Como melhorará a renda, como melhorará a expectativa de vida, como melhorará a parte da educação não só escolaridade, mas profissionalização, etc. Resultado, já no primeiro mandato, fui eleito no primeiro turno. No primeiro mandato, ali em 2006, nós já comemoramos sair de 04 para 05, comemorar sair de muito baixo para baixo. Tá certo? (Dias, 2018, informação verbal).

É possível perceber na fala de Wellington Dias essa tentativa de descolar a imagem do Piauí daquela que, tradicionalmente, o associa a uma condição de pobreza, como já discutido ao longo deste trabalho. ***“Não diga mais isso, porque é um insulto, né? O Piauí já não é o estado mais pobre do Brasil. Isso do ponto de vista do Índice de Desenvolvimento Humano”***.

Destaca-se que a abordagem sobre a pobreza que o Governador refutou na entrevista era muito presente nos próprios documentos oficiais do Estado do Piauí, durante seu primeiro e segundo mandatos como Governador (2003 – 2010). Essa afirmação pode ser constatada na citação abaixo, extraída do PPA do quadriênio 2004 – 2007.

Este documento foi construído a partir de uma assertiva objetiva e poderosa: **o Piauí é um estado rico. Não faltam ingredientes fundamentais que devem estar presentes na empreitada do desenvolvimento econômico e social de qualquer região**, mas ainda assim, em nome da transparência e honestidade de compromisso com o povo do Piauí são apresentadas estatísticas econômicas e sociais preocupantes, que revelam terem sido os índices de crescimento econômico e desenvolvimento humano dos últimos decênios muito abaixo do desejável.

Assim, tendo em vista a dimensão de miséria e pobreza que se afigura a uma parte significativa da população, especialmente a que reside nas zonas rurais, é importante que todos estejam conscientes de que mudar este Estado é uma tarefa que exigirá paciência, esforço e dedicação de cada piauiense que deseja o melhor para si e sua gente.

Neste sentido, como no Brasil, os problemas principais a enfrentar são: a concentração social e espacial da renda e da riqueza; a pobreza e a exclusão social; o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania; as ameaças de degradação ambiental; a baixa taxa de criação de empregos e as barreiras que impedem ganhos de produtividade nas atividades econômicas, principalmente as que se desenvolvem na zona rural. Além disto, como se verá, o comprometimento das contas públicas com os encargos da dívida, com as despesas de pessoal, inclusive a assistência e previdência do servidor, embora essenciais, têm importado a deterioração, ao longo dos anos, da capacidade de investimento estadual em áreas produtivas prioritárias.

Acresce a esta constatação, o fato de que os percentuais de investimento dos recursos públicos nas áreas de saúde e educação, apesar das vinculações a percentuais estabelecidos juridicamente, não têm sido capazes de reformatar o quadro de nossos índices sociais, levando a duas constatações básicas:

I. é preciso ainda investimento na melhoria de educado e saúde, importando um padrão de mudanças na gerência, monitoramento e avaliação dos serviços levados a efeitos nestas áreas, como já se tem indicado a partir deste ano de 2003;

II. é necessário, igualmente, recompor as finanças públicas para que o investimento produtivo, em infra-estrutura [SIC], por exemplo, a capacidade de atração de investimento privado permitam aumentos substantivos do PIB estadual e, por consequência, ganhos de escala na arrecadação estadual, que viabilizarão novos investimentos em áreas produtivas e maior disponibilidade de recursos para investimento social.

Sem a clareza destes dois atores, o Governo do Estado do Piauí não será capaz de lograr mudar a vida do povo piauiense, reproduzindo as condições injustas desiguais que até aqui têm marcado a convivência social em nosso território.

Tendo em vista estas prioridades gerais, importa mostrar que nos próximos quatro anos será buscada a consolidação das bases de um novo modelo de desenvolvimento estadual, em sintonia com os ditames da economia nacional, cujo eixo central de crescimento estará voltado para o incremento do consumo de massa da população, **viabilizará a infra-estrutura [SIC], necessária às regiões mais produtivas e incentivará as interrelações entre o agronegócio e a agricultura familiar, a partir da exploração das vantagens naturais que o Estado apresenta, entre as quais os recursos hídricos, minerais e a disponibilidade de terras agricultáveis** (PPA 2004 – 2007, p. 2-3. Grifo nosso).

Na citação acima, é possível observar uma afirmação similar a feita pelo ex-governador do Estado, 15 anos depois, quando estava em seu terceiro mandato como Governador. A de que o Piauí é um território rico em recursos naturais, sendo a pobreza da população apresentada como índices a serem superados. Essa superação se baseia na estratégia de políticas públicas focalizadas, em especial as do campo que compõem as variáveis do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, como expectativa de vida, PIB per capita e educação, por exemplo. Na sequência, o trecho citado menciona que a ordem dos problemas é complexa, indo desde a concentração da renda à exclusão social, passando pela degradação ambiental e desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania. Apresenta também queixas de que os gastos com pessoal e com pensionistas atrapalham a capacidade do Estado de investir em áreas produtivas consideradas prioritárias, além de se queixar com gastos em saúde e educação, por não conseguirem melhorar os índices sociais. Essa forma de atuação política, é explicada por Theodoro e Delgado, em publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. De acordo com estes autores,

No limite, a política de focalização consolidaria e engessaria a desigualdade, o que significa o abandono do projeto efetivo de combate à pobreza e de construção de um sistema amplo de proteção social. Antes de ser um instrumento de transformação social (ao lado de uma política de crescimento virtuosa do ponto de vista redistributivo e das reformas agrária e tributária), a política social, nessa perspectiva, teria a função da chamada “gestão da pobreza e da miséria”; um paliativo às mais graves vicissitudes geradas por um mercado sabidamente pouco regulado e produtor de desigualdades crescentes. É nesse contexto que surge um falso problema alçado à condição de obstáculo ao bom funcionamento da política social. Trata-se da identificação da existência de “privilégios de uma minoria protegida”, a qual teria acesso a bens e/ou serviços públicos não disponíveis para o conjunto da sociedade; esse seria basicamente o caso dos trabalhadores formais, que estão cobertos pela legislação trabalhista e têm acesso ao sistema previdenciário, dos trabalhadores rurais com direito à previdência rural e dos funcionários públicos dotados de regime especial; a idéia é de que, desconsideradas suas especificidades, esses programas e/ou políticas passam a ser caracterizados como um rol dos privilégios a serem desativados e substituídos por programas focalizados (2003, p. 123).

Por fim, após a evocação dessa condição de pobreza e dos supostos causadores da situação, o PPA do quadriênio 2004 – 2007 defende um modelo de desenvolvimento pautado na exploração de “vantagens naturais do Piauí”, entre elas os **“os recursos hídricos, minerais e a disponibilidade de terras agricultáveis”**. Reafirma-se a pobreza para, na sequência, colocar à venda água, terra e minérios do Piauí, como suposto caminho para o desenvolvimento.

Ainda conforme o PPA 2004 – 2007, a partir dos dados de um trabalho proposto pelo Banco Mundial no ano de 2003, constatou-se que

[...] em relação aos indicadores sociais, o Piauí tem um dos piores índices entre os Estados brasileiros e que, no que se refere aos dados da renda mesmo admitindo alguns parâmetros usados para o cálculo da pobreza rural no Brasil, **o Piauí aparece como o segundo estado mais pobre com relação à renda per capita.**

Quando, no entanto, se utilizam métodos de cálculos mais sofisticados, o Piauí aparece como um dos Estados em que a pobreza é mais enraizada no país. A partir de elaborações em torno dos dados da PNAD, mostra-se que o Piauí tem o segundo mais alto índice de pobreza da região, se medido pela proporção da renda total do Estado. **A extensão da pobreza, [...], vista pelo lado social, indica que a quantidade de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza é maior do que os das pessoas que estão perto da linha de pobreza, e que o Piauí, particularmente, só ultrapassa o Maranhão, sendo que sua pobreza é quase 40% maior do que a Estado da Bahia, por exemplo** (PPA 2004–2007, p. 20. Grifo nosso).

A citação acima apresenta dados sobre a renda per capita do Piauí no ano de 2003. A partir de dados da PNAD, o estudo mostra ainda como era elevada a quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no Piauí naquele ano. Passadas duas décadas desde a publicação desses dados, mesmo, nesse tempo, o estado tendo colocado em prática seu plano de aumentar o PIB e o PIB per capita, por meio da exploração agrícola, mineral e, mais recentemente, energética, a situação de extrema pobreza continua sendo uma realidade no Piauí.

Segundo dados relativos ao PIB Per capita do Piauí no ano de 2020, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO, no site do Governo do Estado do Piauí,

O PIB per capita do Piauí foi de R\$ 17.185,00 em 2020, mantendo o Estado na colocação de 26º no ranking da renda per capita do País e apresentando um crescimento de 6,6%, com relação ao ano anterior, superior à do Nordeste (2,5%) e do Brasil (2,2%).

Os dez municípios com maiores PIBs per capita em 2020 caracterizam-se por apresentarem economias baseadas, em especial, na Agropecuária e Indústria e são pouco populosos.

Entre os dez, sete tiveram como principal atividade a Agropecuária: Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Guadalupe, Currais, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Bom Jesus.

Nos municípios de Ribeira do Piauí e Lagoa do Barro do Piauí, observa-se a instalação de empreendimentos relacionados à produção de energia solar e eólica.

No município de Antônio Almeida, destaca-se a presença de indústrias extrativas voltadas à exploração, principalmente, do calcário (Piauí, 2022, n.p).

O Quadro 7 apresenta a lista de classificação dos municípios com maior renda per capita no Piauí. Através dela é possível observar que o agronegócio, o setor de energia e, no caso de Antônio Almeida, a mineração de calcário e dolomita são as atividades econômicas de maior dinamismo nesses locais.

Quadro 7 – Lista dos 10 municípios do Piauí com maior PIB per capita em 2020

Posição	Município	Principal atividade	PIB/PER CAPITA
1º	Baixa Grande do Ribeiro	Agronegócio	105.367,32
2º	Uruçuí	Agronegócio	88.333,18
3º	Santa Filomena	Agronegócio	79.755,28
4º	Lagoa do Barro	Energia solar/eólica	75.766,60
5º	Currais	Agronegócio	66.303,65
6º	Ribeiro Gonçalves	Agronegócio	62.510,95
7º	Guadalupe	Agronegócio	52.659,38
8º	Bom Jesus	Agronegócio	44.512,93
9º	Antônio Almeida	Indústria extrativa	41.997,77
10º	Ribeira do Piauí	Energia solar/eólica	41.373,16

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE Cidades (2020) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais — CEPRO (2022).

O PIB per capita se configura como um dos índices utilizados para calcular o IDH-M. Conforme a Fundação CEPRO em publicação intitulada *O IDHM dos municípios do Piauí por território de desenvolvimento*, essa variável define-se da seguinte forma:

Dimensão RENDA (padrão de vida) — medida pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município — inclusive crianças e pessoas sem registro de renda (CEPRO, 2016, p. 16).

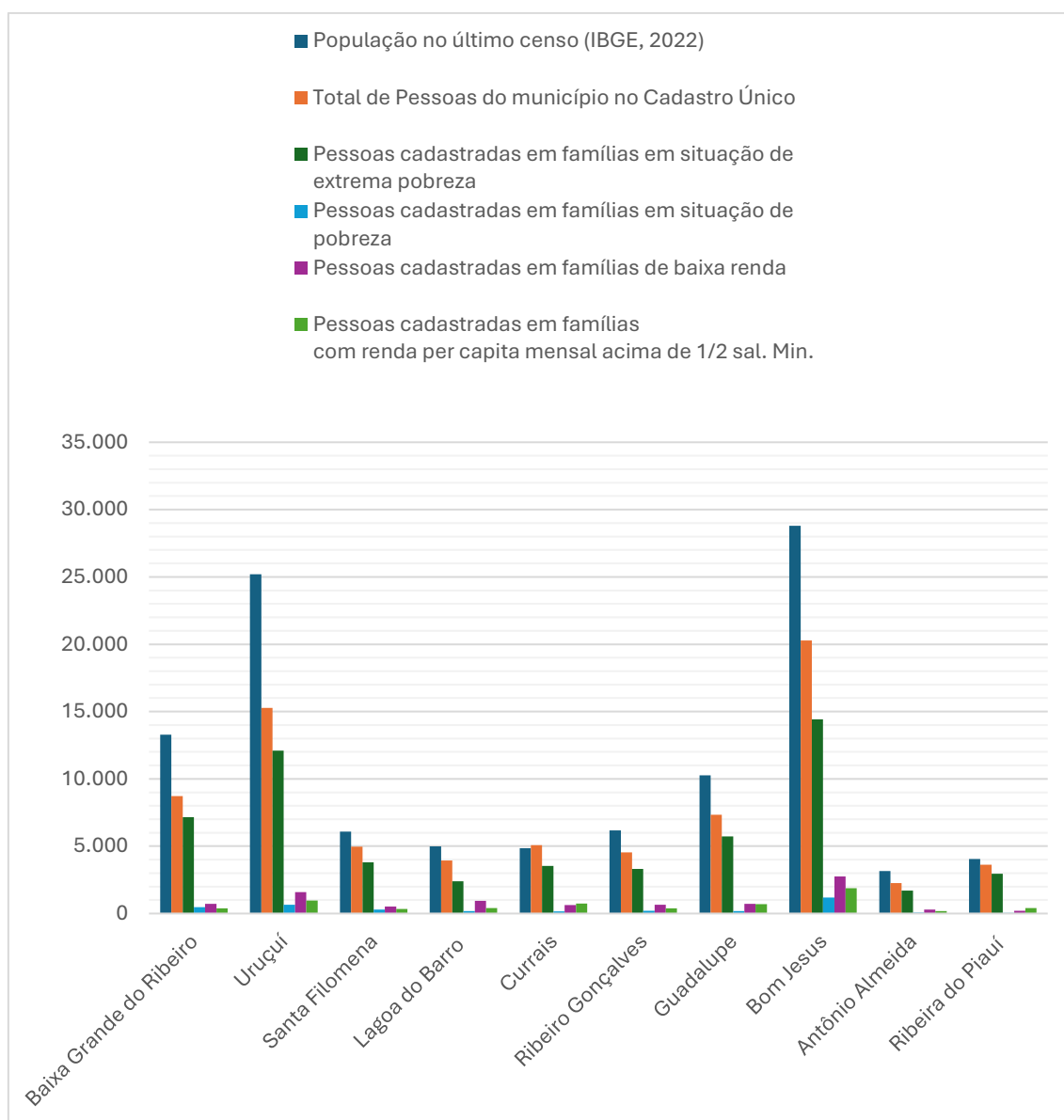
Segundo a citação acima, o PIB per capita se configura simplesmente como uma média aritmética, resultante de uma divisão entre a soma da renda de todos os residentes em um município dividida pela quantidade de moradores desse mesmo município. Sendo uma média, ao estabelecer um valor médio igual entre aquele que nada possui e um morador rico, ela acaba igualando os desiguais e falseando a realidade social. Essa afirmação pode ser constatada a partir da tabela 3, que mostra a quantidade de moradores dos municípios tidos como de maior PIB Per capita no Cadastro Único, em número total de cadastrados e por situação econômica.

Tabela 3 – População dos dez municípios com maiores PIB per capita do Piauí no Cadastro Único – CADÚNICO

Nº	Mun.	População no último censo demográfico (IBGE, 2022)	Total de Pessoas do mun. no Cadastro Único (mar.2023)	% Total de Pessoas do mun. no Cadastro Único (mar.2023)	Pessoas cadastradas em famílias em situação de extrema pobreza (mar.2023)	% de Pessoas cadastradas em famílias em situação de extrema pobreza (mar.2023)	Pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza (mar.2023)	% pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza (mar.2023)	Pessoas cadastradas em famílias de baixa renda (mar.2023)	% Pessoas cadastradas em famílias de baixa renda (mar.2023)	Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 sal. Min. (mar.2023)	% Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 sal. Min. (mar.2023)
1º	Baixa Grande do Ribeiro	13.272	8.731	65,79%	7.154	53,90%	469	4%	718	5%	390	3%
2º	Uruçuí	25.203	15.282	60,64%	12.087	47,96%	648	3%	1.585	6%	962	4%
3º	Santa Filomena	6.087	4.961	81,50%	3.802	62%	297	5%	519	9%	343	6%
4º	Lagoa do Barro	4.995	3.947	79%	2.400	48%	182	4%	953	19%	412	8%
5º	Currais	4.854	5.070	104,45%	3.526	72,64%	164	3%	636	13%	744	15%
6º	Ribeiro Gonçalves	6.164	4.540	73,65%	3.305	54%	197	3%	661	11%	377	6%
7º	Guadalupe	10.270	7.327	71,34%	5.732	55,81%	176	2%	717	7%	702	7%
8º	Bom Jesus	28.796	20.271	70%	14.433	50%	1.189	4%	2.760	10%	1.889	7%
9º	Antônio Almeida	3.152	2.254	72%	1.710	54%	73	2%	293.00	9%	178	6%
10º	Ribeira do Piauí	4.055	3.632	90%	2.965	73%	49	1%	212	5%	406	10%

Fonte: Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados do CECAD 2.0 (março de 2023) e do Censo demográfico do IBGE de 2022.

Gráfico 1 – Situação de pobreza nos 10 municípios do Piauí com maior PIB PER CAPITA



Fonte: Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados do CECAD 2.0 (março de 2023) e estimativa da população do IBGE (2021).

Os dados da Tabela 3 e do Gráfico 1 mostram que os setores da economia que o Piauí mais tem fomentado, como o agronegócio, o setor de geração de energia e o setor da mineração, não possibilita a redução da pobreza. Essas atividades, no entanto, tem servido para mascarar a realidade social, ao conseguirem fazer com que os municípios nos quais se desenvolvem, se classifiquem entre os dez com os maiores índices de PIB per capita no estado. A realidade concreta, no entanto, mostra que, entre esses dez municípios com maior PIB per capita no Piauí, todos possuem mais de 60% de sua população no Cadastro Único, e oito

deles possuíam, em março de 2023, metade ou mais da metade de sua população sobrevivendo em condições de extrema pobreza.

A explicação para isso reside no fato de que, por essência, as atividades do agronegócio, da geração de energia e da mineração, se caracterizam por serem altamente concentradoras de renda e monopolizadoras das terras. Não há socialização da riqueza produzida em um modelo inerentemente contraditório e desigual. Portanto, os dados comprovam que essas atividades não proporcionam mudanças para melhor nas condições de vida da maior parcela da população dos municípios piauiense onde elas se instalam.

Analisemos o caso Baixa Grande do Ribeiro, que se destaca no segmento do agronegócio e possui o maior PIB per capita do Piauí, no valor de R\$ 105.267,32. Segundo dados censo demográfico do IBGE, referente ao ano de 2022, a população desse município é de 13.272 habitantes. Entre estas, 8.731 pessoas estavam incluídas no Cadastro Único – CadÚnico em março de 2023, correspondendo a 65,79% dos habitantes do município. É o que dizem os dados da Consulta, Seleção e Extração de informações do CadÚnico – CECAD 2.0, disponibilizada pelo Ministério da Cidadania, que permite conhecer o perfil socioeconômico de pessoas inseridas no Cadastro Único. Entre esses 8.731 habitantes, 7.154 se encontravam cadastrados em “famílias em situação de extrema pobreza” em março de 2023, correspondendo a 53,90% da população do município vivendo nessas condições. Os dados mostram ainda que 469 pessoas se encontravam cadastradas em “famílias que vivem em situação de pobreza”, correspondendo a 4% da população do Município; 718 pessoas se encontram cadastradas em “famílias baixa renda”, o que corresponde a 5% do município e 390 pessoas estavam cadastradas em famílias que possuía renda per capita mensal de 1/2 salário-mínimo”, correspondendo a 3% da população do município.

Já o município de Uruçuí, que também tem como principal atividade produtiva o agronegócio, se classifica na segunda posição estadual em relação ao PIB per capita, com o valor de R\$ 88.233,18. Apesar desse dado, o município, que possui uma população de 25.203 habitantes, possuía em março de 2023 um total de 15.282 pessoas no cadastro único, correspondendo a 60,64% de sua população. Entre o total de pessoas cadastradas, 12.087 se encontravam em “famílias em situação de extrema pobreza”, correspondendo a 47,96% das pessoas do município nessa condição. Outras 648 pessoas se encontravam cadastradas em “famílias em situação de pobreza”, correspondendo a 3% dos habitantes do município. Já as pessoas cadastradas em “famílias de baixa renda” somam 1.585, correspondendo a 6% da população do município. Um total 962 pessoas, corresponde a 4% da população, estavam cadastradas em “famílias com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo”.

O terceiro município com o maior PIB per capita é Santa Filomena, destacando-se também o agronegócio como principal atividade produtiva local, com um PIB per capita de R\$ 79.755,28. Entretanto, o município que possui uma população de 6.087 habitantes possuía, em março de 2023, um total de 4.961 pessoas no cadastro único, correspondendo a 81,50% da população municipal. As pessoas cadastradas em “família em situação de extrema pobreza” totalizavam 3.802, equivalente a 62% da população municipal. Já as pessoas cadastradas em situação de pobreza eram 297, correspondendo a 5% da população. As pessoas cadastradas em “família de baixa” renda totalizavam 519, que equivale a 9% da população. Pessoas cadastradas com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo somam 343, ou 6% da população municipal.

Em quarto lugar está Lagoa do Barro, que tem como principais atividades a geração de energia eólica e solar, contribuindo para um PIB per capita no valor de R\$ 75.766,60. O município de Lagoa do Barro possui uma população de 4995 habitantes, sendo que 3.947 destes estão no cadastro único, correspondendo a 79% dos moradores locais. Um total de 2.400 pessoas se encontravam cadastradas, em março de 2023, em “famílias em situação de extrema pobreza”, ou seja, 48% da população do município. Já as pessoas cadastradas em “famílias em situação de pobreza” são 182, que corresponde a 4% da população municipal. As pessoas cadastradas em “famílias de baixa renda” são 953, ou seja, 19% da população. As pessoas cadastradas em “famílias com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são 412, correspondendo a 8% dos moradores do município.

O caso mais emblemático é o do município de Currais, com o agronegócio como principal atividade econômica. Nesse município, o PIB per capita atinge o montante de R\$ 66.303,65, entretanto, ao consultarmos os dados do CECAD 2.0 referente ao mês de março do ano de 2023, observamos que as pessoas do município no cadastro único, 5.070 habitantes, ultrapassam a quantidade da população estimada pelo IBGE em 2021, a qual era de 4.988 habitantes e, mesmo com a divulgação dos dados do censo demográfico do ano de 2022, a população cadastrada no CECAD continuou maior que a população do município, que é de 4.854 (censo 2022). Nesse sentido, é possível afirmar que, embora ostente a quinta posição no ranking dos maiores PIB per capita do Estado do Piauí, a totalidade do município se encontra em condições de pobreza, ou seja, 104,77% se comparada a população divulgada pelo censo do IBGE de 2022. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de extrema pobreza” somam 3.526, que corresponde a 72,64% dos moradores do município. Cadastradas em “família em situação de pobreza” são 164 pessoas, que corresponde a 3% da população municipal. Pessoas cadastradas em “famílias de baixa renda” são 636, que corresponde a 13% da população. Já as

peessoas cadastradas em “famílias com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são 744, totalizando 15% dos munícipes.

Em sexto lugar está Ribeiro Gonçalves, onde a principal atividade econômica é o agronegócio. O PIB per capita nesse município é de R\$ 62.510,95. Segundo o IBGE, a população de Ribeiro Gonçalves é de 6.164 habitantes, dentre os quais 4.540 estão no Cadastro Único, correspondendo a 73,65% dos habitantes. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de extrema pobreza” somam 3.305, que corresponde a 54% dos moradores do local. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de pobreza” são 197, correspondendo a 3% do total de habitantes. Os cadastrados em “família de baixa renda” são 661, correspondendo a 11% da população. Já as pessoas cadastradas em “família com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são 377, correspondendo a 6% da população do Município.

Na sétima posição está o município de Guadalupe, onde a principal atividade produtiva também é o agronegócio. Nesse município o PIB per capita atinge R\$ 52.659,38. Segundo dados do censo demográfico do IBGE, em 2022, a população de Guadalupe era de 10.270 pessoas, das quais 7.327 estão no Cadastro Único no ano de 2023, correspondendo a 71,34% de toda a população do município. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de extrema pobreza” são 5.732, correspondente a 55,81% da população. As pessoas cadastradas em “família em situação de pobreza” são 176, correspondendo a 2% da população. Pessoas cadastradas em “família de baixa renda” são 717 correspondendo a 7% da população, as pessoas cadastradas em “família com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são 702, equivalente a 7% da população.

Na oitava posição está Bom Jesus, que possui a maior população entre os 10 listados com maior PIB per capita, que nesse município atinge R\$ 44.512,93. Nesse município o total de pessoas no Cadastro Único atinge 20.271 habitantes, o equivalente a 70% de sua população, que é de 28.796 segundo o censo demográfico do IBGE de 2022. Dentre esses habitantes, 14.433 pessoas estão cadastradas em “famílias em situação de extrema pobreza”, correspondendo a 50% da população total do município. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de pobreza” somam 1.189, ou 4% da população local. As pessoas cadastradas em “família de baixa renda” são 2.760, o que equivale a 10% da população. Já as pessoas cadastradas em “família com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são, 1.889, ou 7% da população do Município.

Na nona posição está Antônio Almeida, município minerador de calcário e dolomita. A atividade extrativa mineral confere um PIB per capita de R\$ 41.997,77. Segundo o censo de 2022, a população do município é de 3.152 pessoas. Já conforme dados obtidos através de

consulta ao CECAD 2.0, em março de 2023 um total de 2.254 pessoas se encontravam no Cadastro Único, o que equivale a 71% da população. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de extrema pobreza” são 1.710, ou seja, 54% da população local. Cadastradas em “famílias em situação de pobreza” são 73, correspondendo a 2% da população. Cadastradas em “família de baixa renda” são 293 pessoas, equivalente a 9% dos munícipes. As pessoas cadastradas em famílias com renda “per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são 178, ou seja, a 6% dos habitantes.

Por fim, na décima colocação, encontra-se o município de Ribeira do Piauí, que se destaca pela produção de energia solar e eólica, atingindo um PIB per capita de R\$ 41.373,16. A população municipal é de 4.055 habitantes conforme o censo demográfico do IBGE de 2022. Desse total, 3.632 pessoas estão no Cadastro Único, o equivalente a 90% da população. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de extrema pobreza” são 2.965, ou seja, 73% da população. As pessoas cadastradas em “famílias em situação de pobreza” são 49, equivalente a 1% da população municipal. Pessoas cadastradas em “famílias de baixa renda” são 212, ou 5% da população. Já as pessoas cadastradas em “famílias com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo” são 406, totalizando 10% dos munícipes.

Os dados acima mostram como é preocupante e vulnerável a situação de grande parte da população do Piauí, pois inclusive nos municípios onde o PIB per capita é elevado, são elevados também os dados relativos à pobreza. Apesar disso, o PIB per capita é, oficialmente, um dos três índices utilizados para definir o IDHM de um estado.

Conforme alerta Peters Coelho (2015) o uso do IDHM se configura como uma estratégia muito utilizada na literatura sociológica e econômica, para legitimar para a população uma certa atividade econômica.

De modo geral, esse índice é comumente evocado nas alegações de políticos e empresários para sustentar um discurso de êxito na condução da economia e das políticas públicas. Costuma também ser incorporado em documentos de planejamento elaborados por consultorias e em EIA-RIMA de empreendimentos, buscando justificar a instalação de grandes projetos de desenvolvimento, muitas vezes causadores de severos conflitos ambientais. Mostrar melhorias no IDHM, sugere uma tentativa de provar uma assertividade no modelo de sociedade hegemônica proposta, ao argumentar que a melhoria desses índices reflete progresso e desenvolvimento.

O IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é a síntese de uma série de indicadores de uma região. A versão municipal do IDH é o IDH-M, que é definido de acordo com os seguintes indicadores: a expectativa de vida ao nascer; a renda per capita; a taxa bruta de frequência à escola; e a taxa de

alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade. Sendo assim, o IDH e o IDH-M reúnem três dimensões: renda, saúde e educação. Cada uma delas tem o peso de 1/3 na definição do IDH. Muitas vezes, o IDH é utilizado na literatura sociológica e econômica como forma de demonstrar impactos positivos trazidos por uma atividade econômica a uma região, legitimando-a frente à população. Assim ocorre em municípios envolvidos com a instalação da atividade mineradora (Peters Coelho, 2015, p. 107).

Para Peters Coelho (2015), a composição do IDHM é baseada em três indicadores, sendo: a) expectativa de vida ao nascer, ou seja, a média de longevidade da vida de uma pessoa nascida em um determinado local; b) renda per capita, que se configura como uma média aritmética estabelecida entre a divisão do montante do Produto Interno Bruto – PIB de um município pela quantidade de habitantes desse mesmo município; c) educação, mensurada a partir da quantidade de matrículas e da frequência escolar e pela taxa de alfabetização de pessoas acima dos 15 anos de idade em um município.

Ainda segundo Peters Coelho (2015), o IDHM é frequentemente utilizado pelas mineradoras e por seus apoiadores, inclusive intelectuais, para justificar o “discurso do desenvolvimento pela mineração”, alicerçando-se no fato de que em municípios onde se instalam mineradoras de grande porte ocorre uma melhoria na variável *PIB per capita*. Entretanto, o mesmo autor critica essa variável por não considerar o problema da concentração da renda, pois se constitui meramente como uma média aritmética.

Ou seja, ao dividir o montante do PIB de um município pela quantidade de habitantes local, ela nivela como iguais aqueles que nada possuem, como os moradores de rua, os desempregados com os trabalhadores bem remunerados e os habitantes que possuem riqueza acumulada. A média aritmética que define o PIB per capita, portanto, se configura como um frio dado estatístico, que, muitas vezes, pode maquiar as reais condições socioeconômicas de um município, estado ou país.

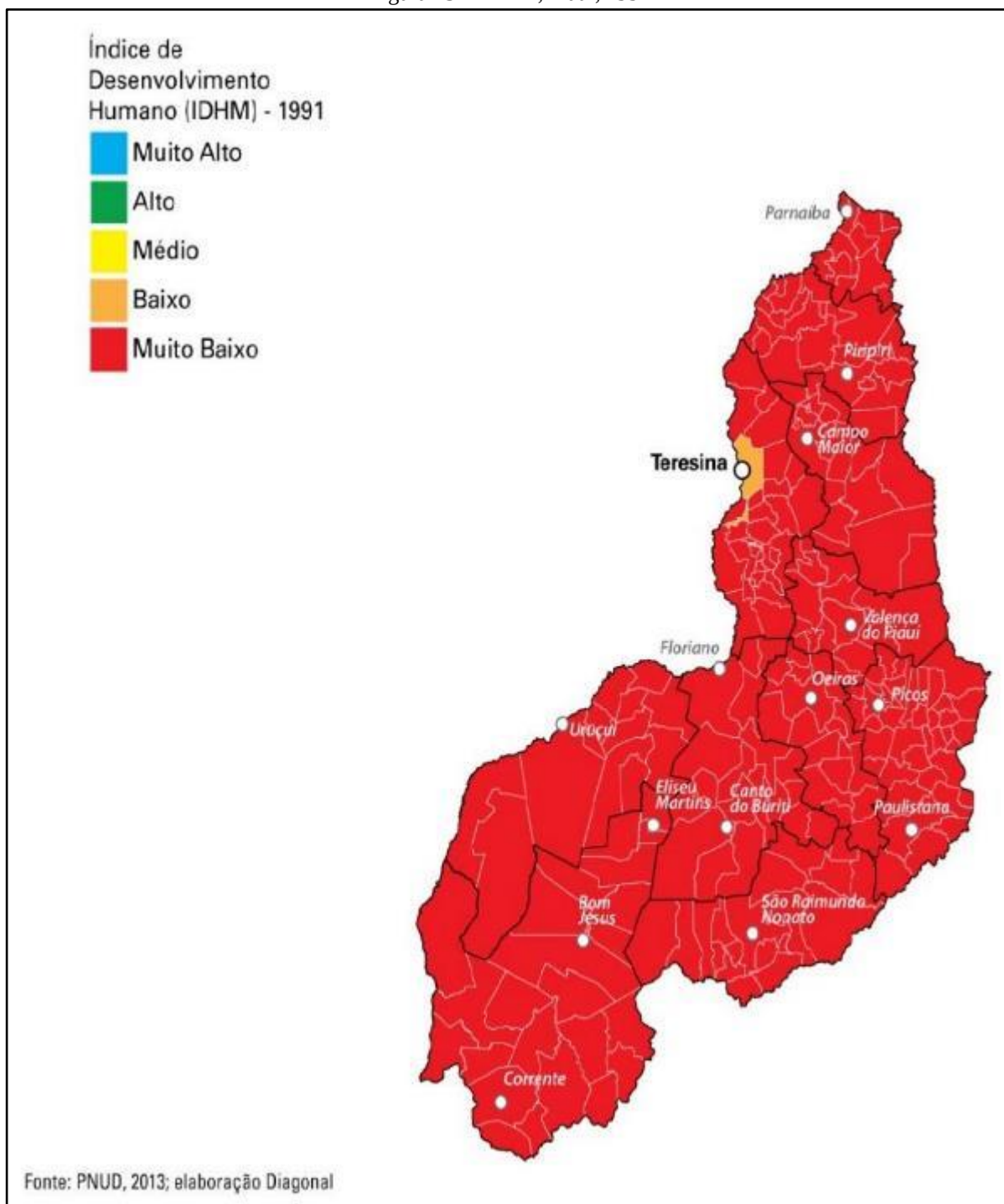
No caso do Piauí, embora tenha ocorrido uma melhora no IDHM entre 1991 até 2010, nem todos os indicadores utilizados nessa avaliação avançaram na mesma proporção. O maior entrave para o aumento do IDHM desse estado tem sido na área da educação e, justamente nessa área, esforços vêm sendo realizados pelo Governo do Piauí, no sentido de tornar mais acessível a educação, eliminando, assim, os índices prejudiciais ao IDHM do Estado.

É incontestável que a universalização da educação em todos os seus níveis (infantil, educação básica, ensino superior e pós-graduação) se configura como algo essencial. Entretanto, também é verdade que o modo como o Piauí vem conduzindo esse processo se realiza eivado de contradições capazes de apenas melhorar os índices do IDHM de todos os

seus 224 municípios, porém às custas de uma educação precarizada e “gerenciada” pelo mercado, como veremos mais adiante no texto.

As figuras retiradas do PDES-PI 2050, ilustram a fala do então governador, sobre a evolução do IDHM do Piauí (Figuras 15, Figura 16 e Figura 17). Já a Figura 18 mostra como cada uma das variáveis componentes do PIB influenciam no índice geral.

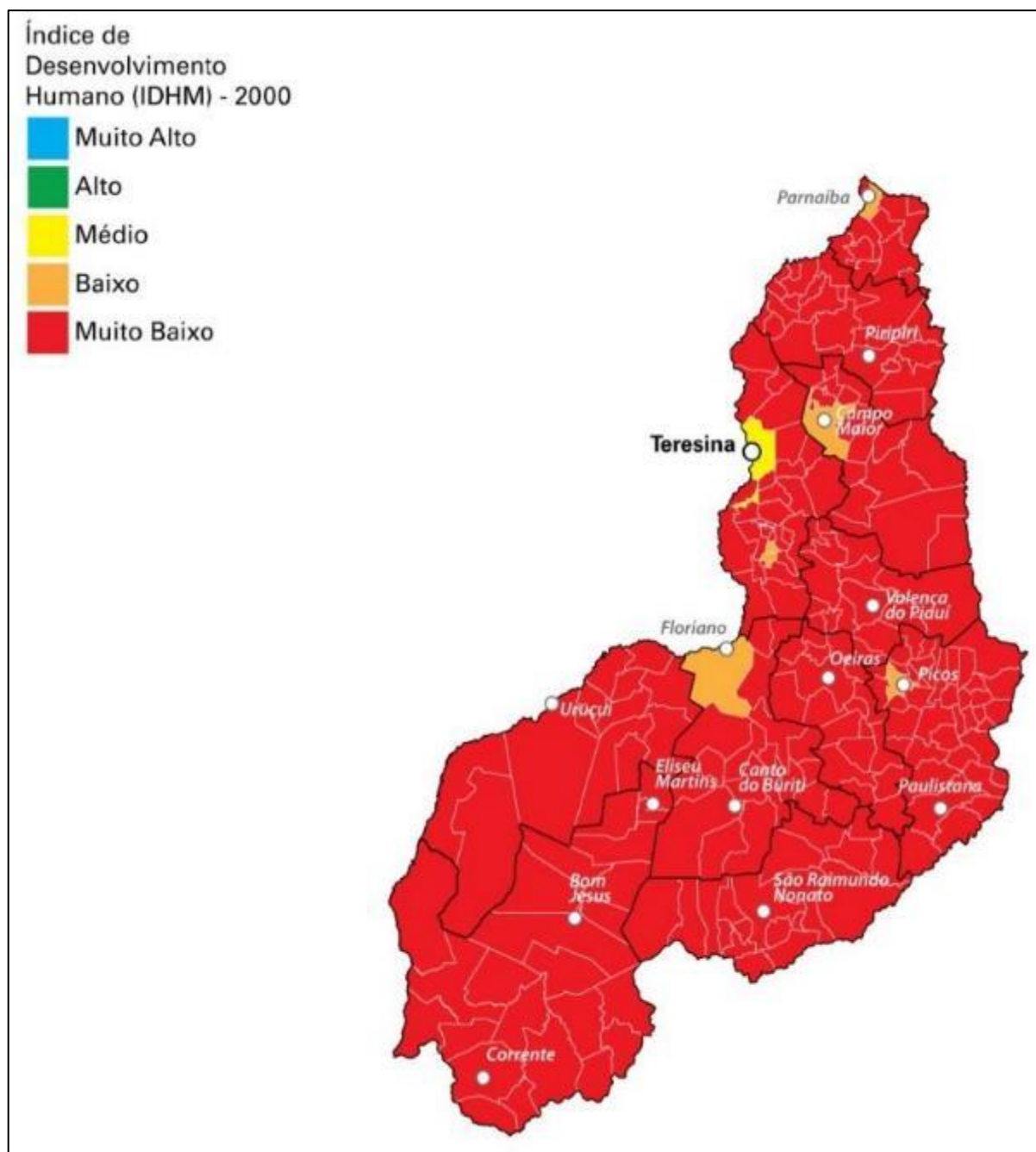
Figura 15 – IDHM, Piauí, 1991



Fonte: CEPRO (2015).

Conforme se observa na Figura 15, em 1991, com exceção da capital Teresina que possuía um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo, todos os demais municípios do Piauí eram classificados como muito baixo. Já a Figura 16 apresenta o IDHM no Piauí, nos anos 2000.

Figura 16 – IDHM, Piauí, 2000.

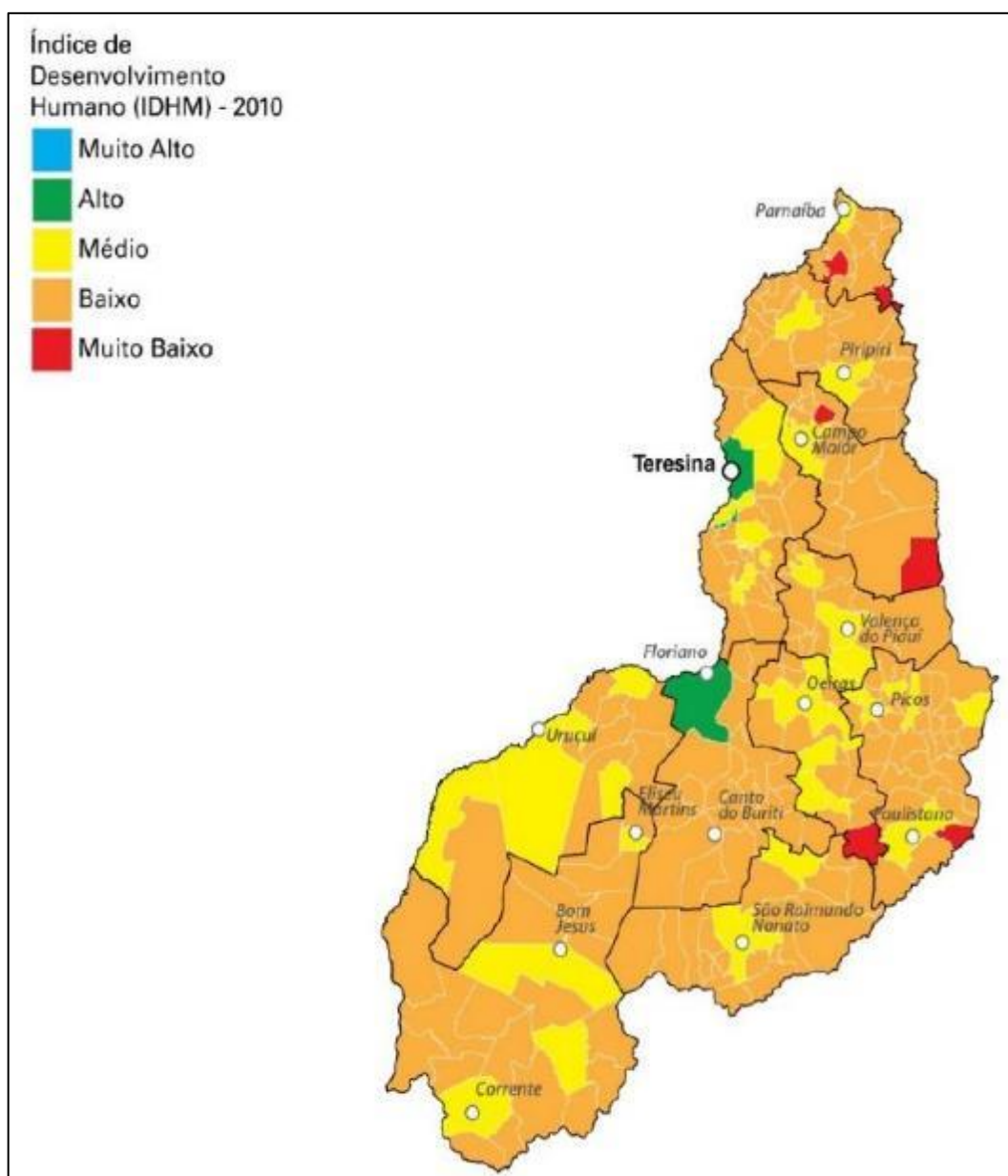


Fonte: CEPRO (2015).

No ano 2000, Teresina passou a apresentar um IDHM “médio”, enquanto os municípios de Parnaíba, Campo Maior, Floriano e Picos, passaram a apresentar IDHM classificado como “baixo”. Os demais municípios continuaram a apresentar IDHM “muito baixo”.

Uma década depois, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal no Piauí passaram a ter uma nova composição. Em 2010 apenas 6 municípios apresentaram IDHM como sendo “muito baixo”; a maioria dos municípios do Piauí, nesse ano, possuía IDHM considerado “baixo”. Apresentaram índice considerado “médio” um total de apenas 34 municípios; apenas Teresina e Floriano atingiram índice “alto” dentre 224 municípios no total. A Figura 17 nos permite visualizar essa distribuição pelo Estado.

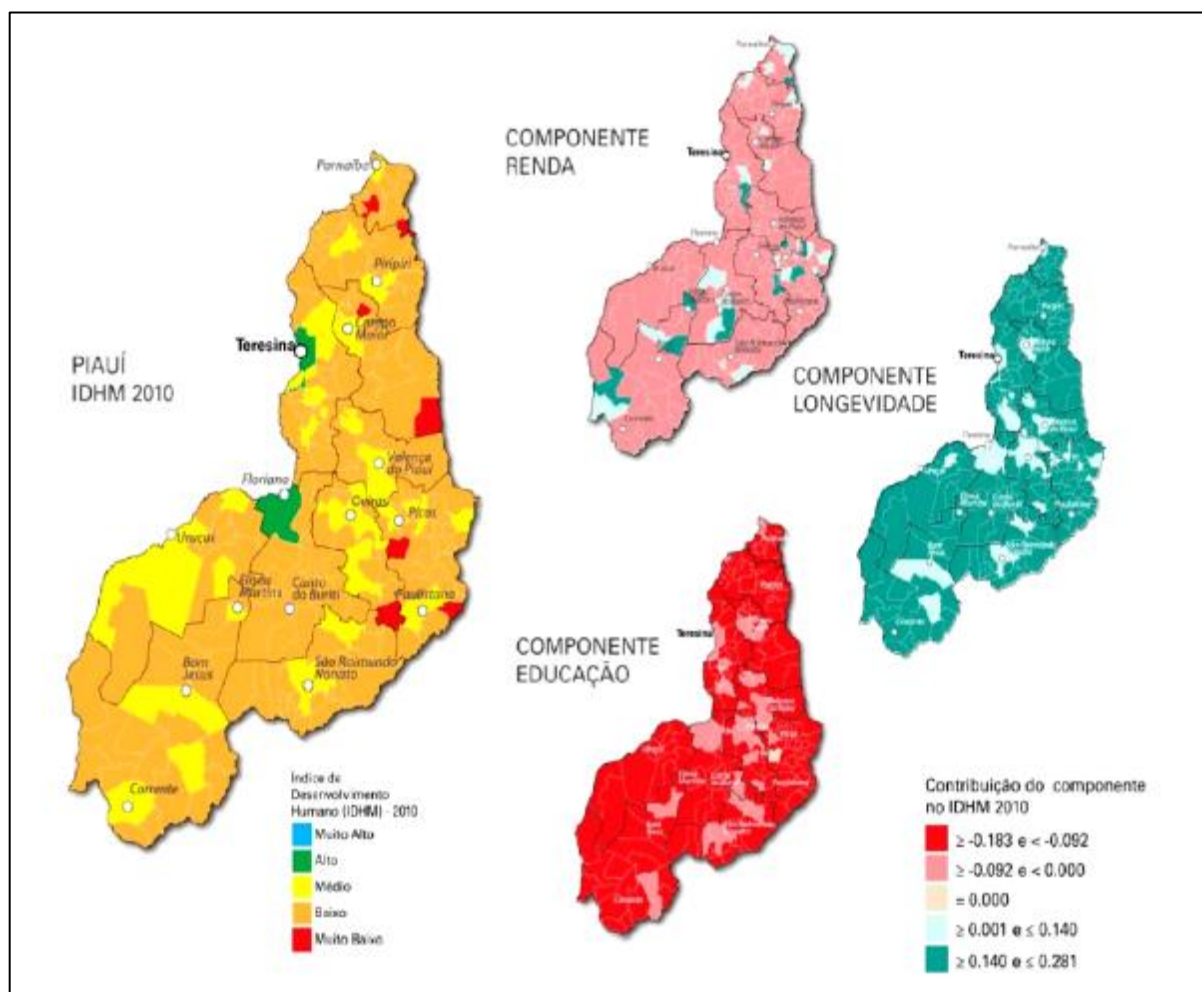
Figura 17 – IDHM, Piauí, 2010



Fonte: CEPRO (2015).

Já a Figura 18 mostra como se cada uma das variáveis que compõem o IDHM, ou seja, PIB *per capita*, a expectativa de vida ao nascer e a escolaridade da população influencia na composição desse indicativo.

Figura 18 – Componentes do IDHM do Piauí em 2010



Fonte: CEPRO (2015).

Como é possível observar na Figura 18, embora tenha ocorrido uma melhora nos índices entre 1991 até 2010, nem todos os indicativos avançaram. O maior entrave para o aumento do IDHM do Estado do Piauí tem sido o do setor educacional, que apresenta resultados compatíveis com a classificação “muito baixa”, enquanto o componente renda apresenta uma pequena melhora e o da longevidade apresenta avanço mais expressivo. Os resultados ruins do componente Educação, portanto, ganham atenção especial e passam também a ser apropriados como estratégia no sentido de alterar a imagem “do atraso” que se tem sobre esse estado. Tratando-se de um elemento social, é possível, por meio do planejamento e da execução de

políticas públicas, mudar os resultados do indicador educação. Caso atinja resultados promissores, o IDHM se reafirma como legitimador da condução da política econômica do Piauí. Outro trecho da entrevista do ex-Governador Wellington Dias ao programa “Entre Vistas”, evidencia essa estratégia.

[Sobre] o atraso do Piauí, e muita gente, muitos amigos que não conhecem o Piauí, eu pergunto: qual é a imagem que você tem do Piauí? E normalmente, você que está nos ouvindo deve ter a mesma [imagem], da terra rachada, um jumento com as ancas carregando água, enfim. Então, vamos visitar para você ver qual é a realidade do Piauí. Na verdade, é um estado rico, né? Nós temos aproximadamente seis mil quilômetros de rios perenes ou perenizados. Água de subsolo, chega a jorrar um milhão de litros d’água, naturalmente no Vale do Gurgueia. Ou na região do Rio Piauí, ali do Vale do São João do Piauí. Qual é o problema? Educação. Educação, né? A minha família, eu sempre me olho no espelho, lá na onde eu vivia, a maior parte é analfabeta, mal sabia escrever. Meu pai fez o terceiro ano primário. A minha mãe fez o projeto Minerva pelo rádio, através do rádio. Por isso que sou apaixonado por esse modelo da educação a distância (Dias, 2018, informação verbal).

No trecho citado, constata-se a tentativa de desvencilhar da natureza qualquer “culpabilidade” relativa à condição de pobreza do Piauí, sobretudo associado ao discurso da seca. Pelo contrário, a natureza de um estado “que possui seis mil quilômetros de rios perenes ou perenizados, além de abundância de água em seu subsolo” passa a ser enaltecida. A natureza passa a ser “dádiva”, repleta de “vocações” a ser explorada. Conforme a fala do ex-governador, no que diz respeito aos aspectos naturais, o Piauí, na verdade, é “um estado rico” e o seu problema reside na “educação”.

Nesse outro trecho da entrevista, o Governador volta a reforçar que os problemas enfrentados pelo Piauí não dizem respeito às suas condições naturais, mas sim à educação. Aponta também algumas medidas estabelecidas em seu Governo, como o uso da metodologia do ensino pela televisão, para suprir a carência de docentes em algumas regiões do estado.

[...] o que eu quero dizer, o que eu estava colocando, o grave problema no Piauí não tinha a ver com a natureza. Não tinha a ver com nada. Tinha a ver com a educação. Educação. O primeiro ano do mandato, por isso foi importante a presença do Lula, nós colocamos Ensino Médio em todos os municípios do Piauí. Dizer isso pode não parecer nada para o restante do Brasil, eu estou falando de colocar, em 80% mais ou menos que não tinha. É isso que significa, tá certo? A cidade que eu morava, só tinha o primeiro ano, a cidade lá onde eu nasci, que é vizinho a Oeiras, né? Lá eu só fazia o ginásio e ou ia para a escola normal ou não tinha uma alternativa, tive que ir 500 quilômetros de onde eu morava, ir pra Teresina. Então, no primeiro ano de mandato, significa sair de mais ou menos 140 escolas, a maior parte nas grandes cidades como Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano etc., e ir para 526 escolas. Ir para o assentamento Marrecas, lá em São João do Piauí ou lá no [assentamento] Paulo Freire, lá em Buritis dos Lopes. Significa isso, significa você chegar aos povoados, chegar aonde a população está. E aí eu não aguentei o Lula teve que criar o FUNDEBinho, depois teve que regulamentar o FUNDEB, entrar um complemento de 10% para o Brasil, para poder viabilizar a ousadia que fizemos. Agora, voltando ao governo, **nós fizemos algo que só o Piauí tem no Brasil, ensino técnico em todos os municípios,**

educação técnica. Criamos um modelo presencial e um com a mediação tecnológica, extraordinário, onde eu não consigo um professor, eu consigo com que alguém, lá da nossa TV, de um estúdio da nossa TV, consiga dar aula, né? Aí, Morro Cabeça no Tempo, onde eu tenho dificuldade de ter um professor de química de física enfim, de algumas, inglês, espanhol de algumas disciplinas distância (Dias, 2018, informação verbal. Grifo nosso).

Se a universalização do ensino é incontestavelmente um feito extremamente positivo e importante, por sua vez, o modelo adotado é passível de críticas. Isso porque, ao invés de uma política de valorização profissional que torne a carreira docente atrativa ao ponto de atrair professores para o interior do estado, gerando emprego ao mesmo instante em que se possibilita ensino presencial e de qualidade, opta-se pelo uso do ensino pela televisão. O professor em sala de aula passa a ser uma espécie apenas de mediador dos conteúdos específicos, virtuais, acompanhados pelos estudantes por meio de um aparelho de TV.

Outras críticas também são apontadas no que se refere às parcerias e aos programas que o Estado do Piauí vem estabelecendo para a área da educação. Nesse sentido, políticas públicas como o Programa de Alfabetização na Idade Certa – Pró-alfabetização e a Universidade Aberta do Piauí – UAPI, questionáveis do ponto de vista qualitativo e do ponto de vista político, mas capazes de, quantitativamente falando, aumentar a classificação do IDHM, vem sendo colocada em prática em todo o estado.

Apoiado pela Fundação Lemann, o Pró-alfabetização, segundo informações constantes no site da Secretaria de Educação – SEDUC-PI, já conta com a adesão dos 224 municípios do Piauí e prevê atender a um público de aproximadamente 200 mil crianças até os 7 anos de idade. Conforme matéria publicada no site da Fundação Lemann,

O programa é uma iniciativa da Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), co-financiada pela Fundação Lemann e Instituto Natura e gerida pela Associação Bem Comum. A proposta é trabalhar em regime de colaboração com os 224 municípios piauienses para fortalecer a gestão, fornecer material complementar, incentivar as escolas, avaliar os estudantes e formar gestores e professores. A diretora de Educação da Fundação Lemann, Camila Pereira, participou do evento e ressaltou a importância da alfabetização da criança, na idade correta, como força motriz para o seu desenvolvimento como cidadão e também para o país. “Quando uma criança não se alfabetiza plenamente na idade certa, todo o futuro dela na escola fica comprometido. O nosso sonho, a partir desse programa, é uma nova realidade para as crianças do Piauí”, afirmou. “Agradeço a confiança, em nome dos parceiros, e podem contar com a gente, porque esse sonho nos mobiliza”, finalizou (Fundação Lemann, 2021, n.p.).

Cabe, no entanto, ressaltar a existência de críticas apontadas por especialistas em educação sobre o envolvimento da Fundação Lemann com a pauta das políticas educacionais. Entre estas críticas, estaria a influência da Lemann por trás da aprovação da nova Base Nacional Curricular Comum – BNCC, que estabelece os conteúdos a serem ministrados nas escolas

brasileiras, ou seja, uma intervenção que influencia no currículo escolar. Além disso, ao atuar no sentido de “fortalecer a gestão, fornecer material complementar, incentivar as escolas, avaliar os estudantes e formar gestores e professores” (Lemann, 2021) a fundação estaria atuando na “internalização pelos professores do lugar de executores eficazes de tarefas pensadas alhures, em outras palavras, um professor gerenciado” (Pereira; Evangelista, 2019, p. 70). Ou seja, conforme estas autoras, a fundação contribuiria para o esvaziamento político da reflexão docente. Ao mesmo instante em que, ideologicamente, por meio da influência dos conteúdos estabelecido na BNCC, de materiais didáticos produzidos e de treinamento de gestores e professores, estaria eliminando uma discussão crítica de sociedade, esvaziando a perspectiva das classes subalternas ao incutir uma filosofia burguesa na educação pública de base. Nesse sentido, afirmam que nesta associação entre o privado e o público no setor educacional,

[...] corre, a objetividade do capital que mais do que assegurar aprendizado ao estudante, precisa assegurar o seu controle social pelo gerenciamento docente — mas não só, pois seus tentáculos se espriam por alianças com a esfera estatal, com outras organizações coletivas e outros monopólios (Pereira; Evangelista, 2019, p. 70).

Já no campo do ensino superior, a proposta também é a de universalização dessa etapa do ensino em todos os 224 municípios do Estado do Piauí. Conforme a fala de Wellington Dias,

Nós vamos ser o primeiro estado ou província do planeta a ter o ciclo completo da educação em todos os municípios. A ter ensino superior em todos os municípios. Está lançado lá o edital dos últimos sessenta e dois municípios. E eu estou defendendo que no próximo agora o Piauí alcance pós-graduação em todos os municípios. Nós já temos em mais ou menos em uns sessenta. A ideia é chegar especialização e alguns casos mestrados. Alguém poder em Alegrete do Piauí, já está formado em Bacharelado em Administração, poder fazer uma especialização em administração. (Dias, 2018, informação verbal. Grifo nosso).

Na fala do ex-governador novamente transparece um discurso de superação associado ao de realização de um grande feito, a mudança da condição de estado “pobre” e “atrasado” devido às condições educacionais, ao posto de “*primeiro estado ou província do planeta a ter o ciclo completo da educação em todos os municípios*”. Segundo a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, instituição responsável pelo projeto e por ofertar o único curso da UAPI por meio de seu Núcleo de Educação à Distância – NEAD,

A Universidade Aberta do Piauí – UAPI, criada através de decreto n 16.933 de 16 de dezembro de 2016, é um programa de ensino voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Estado do Piauí, por meio de estratégias de inovação tecnológica.

A UAPI atua na oferta de cursos superiores, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação, todos apoiados em metodologias que utilizem as tecnologias de informação e comunicação.

A instituição está integrada ao Sistema de Universidade Aberta do Brasil – UAB e possui autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES para funcionamento dos primeiros 60 polos. A CAPES também fará o controle acadêmico dos alunos matriculados na UAPI.

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI, através do Núcleo de Educação a Distância - NEAD é a instituição responsável pelo projeto e funcionamento pedagógico da UAPI e atua em parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí-FAPEPI e com a Coordenadoria de Educação por meio de Mediação Tecnológica.

O primeiro vestibular da UAPI ofereceu 3 mil vagas para curso superior de Bacharelado em Administração na modalidade a distância para 60 municípios distribuídos nos 12 territórios de desenvolvimento do Piauí.

Os recursos para o financiamento da UAPI são provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop). Serão destinados 26 milhões de reais nos quatro primeiros anos (NEAD UESPI, s.d., n.p.).

Os números apontados acima no site do Núcleo de Ensino à Distância da UESPI já estão defasados. A quantidade de alunos no curso de Administração, modalidade EAD, mais que dobrou. Saltou para a casa dos 8 mil matriculados. Conforme Mendonça (2022), em matéria publicada na revista Carta Capital,

Dos 224 municípios piauienses, 41 têm campi das universidades federal ou estadual ou do Instituto Federal (IF) e os outros 183 contam com a UAPI, um programa de educação superior que opera em um sistema por mediação tecnológica via satélite, o que facilita a qualidade do sinal nos locais mais longínquos, inclusive em áreas rurais. **As aulas acontecem aos sábados, geralmente o dia todo, de dentro do estúdio da TV pública do Estado, a Antares, em uma estrutura montada especialmente para a realização das aulas. De lá, o professor interage diretamente com os municípios do interior, onde tutores e alunos participam de forma presencial, um formato híbrido que mescla encontros presenciais e educação à distância.**

"A vantagem é que eu consigo ter os melhores professores à disposição do curso, com mestrado, doutorado, especialistas naquela área, o que seria inviável se eu tivesse que distribuir para as 183 turmas que temos hoje, mandar esse professor para todos os municípios. Então, consigo concentrar o professor na sede, em Teresina, com aula ao vivo, e, nos POLOS, temos os tutores que acompanham as turmas", explica Ellen Gera, secretário de Educação do Piauí, acrescentando que além das aulas semanais mediadas pela tecnologia, os alunos continuam com atividades nas plataformas e podem usar a estrutura física existente em todos os municípios, com biblioteca, sala de estudo e laboratório de informática. "Eu já tinha iniciado meu próprio negócio e o curso de administração veio para preencher o que faltava e eu me realizar profissionalmente", afirma Tatiana Oliveira, aluna que mora há 250 quilômetros de Teresina, no município de Buriti dos Montes.

Com um investimento inicial de 80 milhões de reais, a Universidade Aberta teve início em 2017 com a oferta do curso de administração, com foco em empreendedorismo, e já atende mais de 8 mil estudantes. A primeira turma se forma em agosto deste ano e o governo do Estado vai garantir um programa de fomento para os novos empreendedores. Segundo dados do Sebrae, o Piauí é o Estado com maior número de trabalhadores informais, o que estimulou a oferta do curso voltado ao empreendedorismo. "Geralmente, nos municípios pequenos, quando as pessoas vão avançando na sua escolaridade, na sua formação, a tendência é irem para municípios maiores, mais pujantes economicamente. O que buscamos com esse curso é fazer com que elas tenham sua formação de nível superior e fiquem no seu município, para que a gente possa também desenvolver localmente", salienta Gera. Para 2023, a

Universidade Aberta pretende oferecer pós-graduação e outros cursos superiores. Além disso, o Estado estima preparar mais pessoas a entrarem no programa, investindo mais de 500 milhões de reais no projeto de alfabetização de adultos e idosos. Para entrar na UAPI, o aluno tem acesso pelo Enem ou por edital próprio (Mendonça, 2022, n.p.).

Somente em maio de 2023 a UAPI passou a ofertar outros dois cursos de ensino superior, sendo 300 vagas para o curso de Energias Renováveis, ofertado em seis municípios e 2.800 vagas para o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, ofertadas em 56 municípios⁴⁰. Segundo matéria publicada no site da UESPI,

A expansão da UAPI em 2023 apresenta a oferta de dois novos cursos: **Tecnologia em Sistemas para Internet e Tecnologia em Energias Renováveis, para o segundo semestre letivo de 2023. São ofertadas 3.100 vagas, distribuídas nos 61 polos, conforme edital, com investimento total orçado em R\$ 21.248.033,35.**

[...]. “Os novos cursos de tecnologia de sistemas para internet e tecnologia em energias renováveis serão mais um grande marco para a formação de novos profissionais que serão absorvidos pelo mercado de trabalho em áreas de grande potencial e realidade de desenvolvimento no Piauí”, comenta a coordenadora geral.

As aulas teóricas serão realizadas no Canal Educação e transmitidas aos sábados, **via satélite para os Polos** (de forma síncrona através da Mediação tecnológica) e os interessados em ingressar no sistema UAPI/UESPI devem estar ciente que **assistirão as aulas presencialmente no Polo em que se matriculou**. O Curso de Tecnologia em Energias Renováveis conta ainda com aulas práticas laboratoriais aos fins de semana no Polo de Teresina de acordo com o Projeto Político Pedagógico e cronograma acadêmico (UESPI, 2023, n.p.).

Com essa universalização do Ensino Superior, possibilitado pelo ensino remoto ou híbrido, o Piauí tende a elevar o seu IDHM atingindo a classificação “alto”. Entretanto, não foram construídos *campi*⁴¹ universitários com a finalidade de abrigar esses novos 8 mil estudantes da UESPI, que ingressaram no curso de bacharelado em administração. Sem infraestrutura específica criada para tal finalidade, vem sendo utilizado como sede dos polos da UAPI Unidades Escolares da rede estadual de Educação Básica, que já existiam nos municípios do estado.

Também não foi realizado concurso público para professor efetivo da carreira do Magistério Superior, específico para a UAPI, de modo a atender a essa enorme ampliação da oferta de vagas no curso de bacharelado em Administração, tampouco para os novos cursos de Tecnologia em Sistemas para Internet e Tecnologia em Energias Renováveis. Conforme informações contidas no Edital NEAD/UESPI n.º 004/2021, os professores que ministram aulas

⁴⁰ Fonte: https://neadseletivos.uespi.br/uploads/edital001202339/EDITAL_VESTIBULAR_UAPI.pdf

⁴¹ Da criação da UAPI pelo decreto n 16.933 de 16 de dezembro de 2016 até janeiro de 2022 a UESPI inaugurou um campus, no município de Oeiras, proveniente de empenho de emenda parlamentar federal e recursos do tesouro estadual. Nesse campus são ofertados os cursos de Licenciatura em História, Letras e Pedagogia. Não existe curso de bacharelado em Administração presencial nesse campus.

nos cursos de Administração da UAPI passam por um processo de seleção simplificada realizada através da análise do currículo lattes, sendo subdivididos em duas categorias: Professor Formador I e II e Professor Assistente I e II. A remuneração se dá através de bolsa, que varia entre R\$1.100,00 para Formador II e Assistente II a R\$1.300,00 reais para Formador I e Assistente I. Durante o período de vigência da disciplina, o professor formador acumula um total de 20 atribuições, incluindo entre estas a elaboração de materiais, orientação de tutores, e trabalhar um mínimo de 20h semanais na plataforma Moodle, além de ministrar aulas presencialmente no sistema telepresencial. Quanto a quantidade de bolsas recebidas pelo professor formador I e II, estas variam conforme a carga horária da disciplina, sendo 2 bolsas pagas para disciplina de 30h, 4 bolsas para disciplinas de 60h, e 6 bolsas para disciplina de 90h. Já o professor assistente recebe apenas 1 única bolsa pela disciplina, independente da carga horária.

Os professores selecionados para trabalhar nesses cursos, preferencialmente, devem ser do quadro da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e, em caso de não preenchimento das vagas, por professores não vinculados a essa IES. Quando analisamos os dados constantes no PDI da Universidade Estadual do Piauí (vigência 2017–2021), vemos que a instituição já ofertava 5 cursos de bacharelado em Administração na modalidade presencial, sendo dois na capital Teresina (campus Poeta Torquato Neto e campus Clóvis Moura), e nos campi de Floriano, Picos e Uruçuí. Ainda conforme o PDI da Instituição, no ano de 2017 esses cinco cursos possuíam juntos um total de apenas 25 professores efetivos, sendo previsto no PDI a contratação de apenas mais 25 professores efetivos para serem distribuídos entre esses cinco cursos. O Curso de Administração de Uruçuí, por exemplo, não possuía nenhum professor efetivo trabalhando no quadro e tinha a previsão de que, até 2021, apenas 08 professores efetivos fossem contratados.

Quadro 8 – Quantidade de professores efetivos nos cursos de bacharelado em Administração e previsão de contratação de novos efetivos entre 2017 e 2021

Município com curso de Bacharelado em Administração modalidade regular/presencial da UESPI	Campus	Quant. Prof. Efetivos em 2017	Previsão de contratação via concurso para novos efetivos					
			Ano					
			2017	2018	2019	2020	2021	Previsão de contratação
Floriano	Dra. Josefina Demes	02	03		02			05
Picos	Prof. Barros Araújo	05		02			03	05
Teresina	Clóvis Moura	06		04		01		05
	Poeta Torquato Neto	12		02				02
Uruçuí	Uruçuí	Nenhum	05		03			08
Total de efetivos		25						25

Fonte: UESPI (2017).

Apesar dessa previsão de contratação de 25 novos professores para distribuir entre 5 cursos, em edital de concurso público para ingresso na carreira do Magistério Superior da UESPI, ocorrido no ano de 2017, foram oferecidas 12 vagas para o cargo de professor de Administração, sendo duas (02) para Assistente e dez (10) vagas para Auxiliar, conforme o edital ⁴². O certame, que teve duração de 1 ano prorrogável por mais 1 ano, previa ainda que duas vagas poderiam ser destinadas a candidatos classificáveis, o que, no melhor dos cenários, permitiria a convocação de 14 docentes efetivos. Ou seja, 11 a menos do que o previsto no PDI da instituição.

Em um novo concurso realizado em 2023, foram ofertadas 04 vagas para o curso de Administração do campus da UESPI localizado no município de Uruçuí⁴³, sendo 02 vagas para professor Auxiliar I, em regime de trabalho de Tempo Parcial 20h; 01 vaga para professor Assistente I, em regime de trabalho de Tempo Parcial 20h; e 01 vaga para professor Auxiliar I, Tempo Integral 40h. Essas 04 vagas ofertadas visam garantir que o referido curso passe a ter o quantitativo 05 docentes efetivos, de modo a possuir o número mínimo de professores (as) para compor o Núcleo Docente Estruturante - NDE. Esse concurso, com essa oferta de vagas, mostra

⁴² Fonte: Edital nº 001/2017 – UESPI – Concurso Público para provimento de vagas no Cargo de Docente Efetivo. Disponível em: <https://nucepe.uespi.br/downloads/edital_pregII2017.pdf>.

⁴³ Fonte: Edital PREG/UESPI nº 001/2023, disponível em: <https://nucepe.uespi.br/downloads/uespi_docente2023/Edital01DocenteUESPI.pdf> e Edital PREG/UESPI nº 001/2023 – RETIFICADO, disponível em: <https://nucepe.uespi.br/downloads/uespi_docente2023/Edital_Preg_001_2023_uespi_docente2023_retificado.pdf>.

que o PDI do quadriênio 2017-2021 não foi cumprido. Além disso, as vagas ofertadas para professor Auxiliar (especialista), sem regime de Dedicação Exclusiva (DE), contrariam o Plano Estadual de Educação do Piauí - PEE, que prevê em sua meta n.º 13:

META 13 — Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 70% (setenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores (PEE - PI, 2014, p.03).

Como é possível perceber, a expansão das vagas de Ensino Superior no Piauí vem ocorrendo atropeladamente, com a massificação da oferta de apenas um curso, não havendo diversidade de escolha para os estudantes que pleiteiam ingressar no ensino superior no interior do estado. Em paralelo à enorme ampliação da oferta de vagas, não houve a contratação de professores efetivos para a carreira do magistério superior na área de formação ofertada, sendo que os professores que ministram as aulas recebem o pagamento de bolsas. No último concurso realizado para a UESPI, que ofertou vagas para os 5 cursos de Administração já existentes na modalidade presencial, sequer cumpriu o quantitativo definido no PDI da IES. Nesse sentido, pode-se considerar que se trata de um processo de expansão que nasceu precarizado, mas com a capacidade de cumprir metas numéricas pré-estabelecidas, conforme a 12ª do Plano Estadual de Educação – PEE-2015, que diz:

META 12 — Elevar na rede pública a taxa bruta da matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 37% (trinta e sete por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, **assegurada a qualidade da oferta e expansão** para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, em instituições públicas (PEE - PI, 2015, p.03. Grifo nosso).

Baseados nesses elementos, pode-se afirmar que a expansão universal do ensino superior no Piauí caminha no sentido de cumprir as metas numéricas, sem se preocupar em melhorar, de fato, a qualidade da educação no Estado. Isso porque a oferta de novas 8 mil vagas caminha desassociada da ampliação de infraestrutura física de sua Universidade Estadual, que oferta os cursos de administração no modelo EAD, tampouco melhorou a infraestrutura já existente. São aproveitadas salas de aulas e outros espaços de unidades escolares da rede estadual.

Outra situação grave é que a oferta dos cursos de educação superior em todos os municípios do Estado ocorreu, paradoxalmente, sem ampliar o quadro de docentes na proporção necessária. O modelo remunera com bolsas de baixo valor um quadro muito reduzido de professores da área de Administração, prioritariamente, mas não apenas estes, efetivos e

temporários da Universidade Estadual do Piauí, lotados nos cursos presenciais de Administração já ofertados. Entre estes cursos, o PDI da instituição apontava a existência de cursos em condições de funcionamento precárias, a exemplo do curso de Uruçuí, que segundo o PDI da instituição, não possuía nenhum professor efetivo em 2017.

Daí, podermos afirmar que o modelo de expansão das vagas de Ensino Superior no Piauí se dá em uma lógica de precarização das condições de trabalho e do rebaixamento salarial docente. Ocorre de forma pouco preocupada com a educação presencial, com a inexistência de uma dinâmica universitária como a proporcionada por laboratórios, grupos de estudo, projetos de iniciação científica e de extensão, entre outros aspectos. No entanto, atendem bem a missão de auxiliar no processo falacioso do desenvolvimento municipal, em conjunto com as políticas públicas voltadas para a educação básica, como o programa Pró-alfabetização, que atua como “gerenciador” da formação de professores, de alunos e da produção de material didático.

Eis a receita através da qual se aumenta o IDHM na variável educação no Piauí, para legitimar o modelo econômico proposto para o Estado, pautado na intensa exploração da natureza, como é possível observar na transcrição de um vídeo publicitário divulgado na TV Assembleia:

O mundo está de olho em um estado do nordeste do Brasil. Piauí, 224 municípios, 3.200.000 habitantes. Crescimento acima da média brasileira e maior crescimento do PIB per capita da região. Enquanto o Brasil cresceu 40% entre 2002 e 2016, o Piauí cresceu 72,7%. O Piauí cresce porque investe em desenvolvimento, planejamento estratégico e equilíbrio financeiro. Os piauienses crescem juntos. Em 2002 o IDH do Estado do Piauí era de 0,4, desenvolvimento humano muito baixo. Já em 2006 passou para 0,5. E em 2010 atingimos 0,6, desenvolvimento Médio. Agora em 2018 alcançamos o IDH 0,7, autodesenvolvimento. E a meta é atingir até 2030 o IDH 0,8 desenvolvimento muito alto. O Cerrado, uma das regiões mais promissoras do país, atrai investidores e o Piauí se destaca na produção de grãos. Em 2019 serão dois milhões e meio de toneladas de soja, 1.700.000 toneladas de milho, 111 mil toneladas de feijão. O Piauí ainda se destaca na produção de algodão herbáceo, arroz, caju e diversas outras culturas. Ainda nos cerrados a Transcerrados, conhecidas uma rota da soja, tem 330 km de extensão em uma das áreas de maior potencial para o agronegócio. O Piauí também produz frutas de qualidade e se torna referência na fruticultura, atraindo investimentos e com resultados crescentes. No subsolo mais riquezas, o Piauí é uma das grandes fronteiras minerais do país, calcário, ferro, opala, manganês, diamantes, são potencialidades que começam a ser exploradas. Para circular as riquezas mais infraestruturas. Projetada para ligar o porto de Pecém no Ceará ao Suape em Pernambuco, a Ferrovia Transnordestina tem 395 km em solo piauiense. No norte do estado, o porto de Luís Correia será importante vetor de escoamento. De lá, são 471 km por rodovia até o porto de Pecém Fortaleza, 434 km de São Luís e apenas 320 km até Teresina. Dali, de avião, 7 horas até Miami ou Paris, 12 horas para Joanesburgo e 23 horas até Pequim. De navio, 8 dias para Rotterdam e 35 dias até Pequim. O Piauí é destaque na produção de energias renováveis. É o quinto maior em energia eólica e o terceiro em energia fotovoltaica. Tecnologia: o Piauí Conectado leva a todo estado acesso à banda larga, 5 mil km de fibra ótica conectando 96 municípios. A telemedicina está integrando os hospitais públicos por fibra ótica, permitindo apoio de diversas especialidades em todas as regiões, levando informações e melhores resultados na saúde. A teleducação está transformando o ensino, com a

mediação tecnológica o ensino técnico chegou a todos os municípios e o superior chegará ainda em 2019, a todo o Estado. O Piauí não para de crescer e oferece oportunidades únicas. O programa de parceria público-privada-PPP do Piauí tem projetos nas áreas de saúde, turismo, logística, comunicações, eventos, saneamento e infraestrutura, entre outros. A carteira da PPP é composta de 32 projetos, com volume de investimento de mais de 7 bilhões de reais. Investir no Piauí é realizar grandes negócios. E mais, é estabelecer parceria e compromisso com o desenvolvimento do Piauí, do Nordeste brasileiro e de todo o Brasil (Tv Assembleia, 2019).

Vimos ao longo desta seção algumas estratégias políticas que o estado do Piauí vem assumindo no decorrer dessas duas décadas do Século XXI, no que se refere a condução de sua economia, em especial o discurso do desenvolvimento, da atração de grandes projetos para a geração de empregos, juntamente com esforços no sentido de superar a imagem de pobreza que se associou a esse estado. Para isso, o governo apresenta dados relativos ao IDHM, em especial a variável PIB per capita, alcançada nos municípios que têm no agronegócio, energia e na mineração suas principais atividades econômicas.

Os dados do PIB per capita, no entanto, acabam por falsear a real situação vivenciada pela população dos municípios com melhor classificação nesse ranking. Mesmo com todo esse “contorcionismo” numérico-estatístico relacionado a melhoria desses dados, ainda é grande a situação de pobreza enfrentada por grande parte da população piauiense.

Para demonstrar a falácia do PIB per capita, utilizamos os dados do Ministério da Cidadania, a partir da consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico, o CECAD 2.0. Através desses dados, observou-se que nos municípios onde o PIB per capita é alto em razão do agronegócio, da geração de energia solar e eólica, bem como da mineração, também são elevados os dados relativos à condição precária da população, sobretudo famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Dessa forma, demonstrou-se que o PIB per capita se trata apenas de uma média aritmética, descolada da situação concreta vivenciada pela população de um município.

Além do aumento da variável renda, o Piauí busca também, por meio de estratégias controversas de universalização do ensino superior à distância, melhorar a variável Educação, que também compõem o IDHM. A melhoria nesses índices é utilizada pelos governos para justificar o modelo de economia adotada, buscando provar que o planejamento e as estratégias utilizadas funcionam e que a condução da economia segue em um bom caminho.

Na seção seguinte discutiremos sobre alguns projetos, em especial os de energia e transporte ferroviário, que dão sustentáculo à proposta de efetivar a mineração no Piauí, e que são prioritários para o Estado no sentido de aumentar o PIB e o PIB per capita e, conseqüentemente, o IDHM, que dão sustentáculo ao discurso do desenvolvimento proposto.

3.3 GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E AVANÇOS DO CAPITAL SOBRE A NATUREZA DO PIAUÍ

“Se tens um coração de ferro, bom proveito. O meu fizeram-no de carne, e sangra todo dia.”
(Saramago, 1998, p. 178).

Conforme discutido na sessão anterior do texto, o Piauí vem utilizando a educação como forma de melhorar o IDHM, desassociando o estado de uma condição de pobreza ao alçá-lo a posições melhores na classificação desse índice. Ao fazer isso, o Governo tem em vista demonstrar assertividade em sua política econômica e no modelo de desenvolvimento adotado para o Estado. Destaca-se que esse processo de tentativa de se mudar a imagem de pobreza de um estado ou região não se trata de uma exclusividade do Piauí. Sampaio (2002) mostra como o Ceará percorreu esse caminho em meados dos anos 1980, com a ascensão de um grupo de empresários, originários do Centro Industrial do Ceará, na política estadual, tanto no governo do Estado, quanto na prefeitura da capital e de alguns municípios do interior.

Esse grupo político, que se alinhava às políticas de ajuste neoliberal recomendadas pelos organismos internacionais, construiu uma nova identidade para o Ceará, recorrendo a novos discursos positivos sobre o estado. Para isso, buscou-se romper com a imagem do flagelo das secas, da pobreza, da baixa escolaridade, da corrupção, da violência, entre outras visões pejorativas já arraigadas no e sobre o Ceará. Era necessário a construção de uma imagem positiva associada à segurança da boa gestão pública e da prosperidade. Nesse aspecto, a natureza do Ceará ganha centralidade “o subsolo, as argilas, o sol, o vento, o turismo devem ser mercantilizados, gerando negócios, ampliando as potencialidades de mercado local. [...] O semiárido passa a ser fonte para negócios” (Sampaio, 2002, p. 27).

É como se os “trilhos” do modelo de desenvolvimento neoliberal proposto para o nordeste tivessem sido traçados quatro décadas antes e o Piauí, tendo chegado atrasado ao local de partida, somente na segunda década do século XXI conseguiu atrelar o seu vagão na locomotiva do capitalismo. Para tanto, além da mudança na imagem que se tem sobre o Piauí, coloca-se em prática uma política econômica causadora de intenso avanço sobre a natureza e significativas alterações no território.

Nessa perspectiva, o Estado trata a natureza enquanto recurso, com a característica de estar vocacionada para certos tipos de exploração, como se fosse desassociada do modo de vida

dos povos que habitam o território e têm no contato direto com a natureza uma forma de reprodução do seu modo de vida.

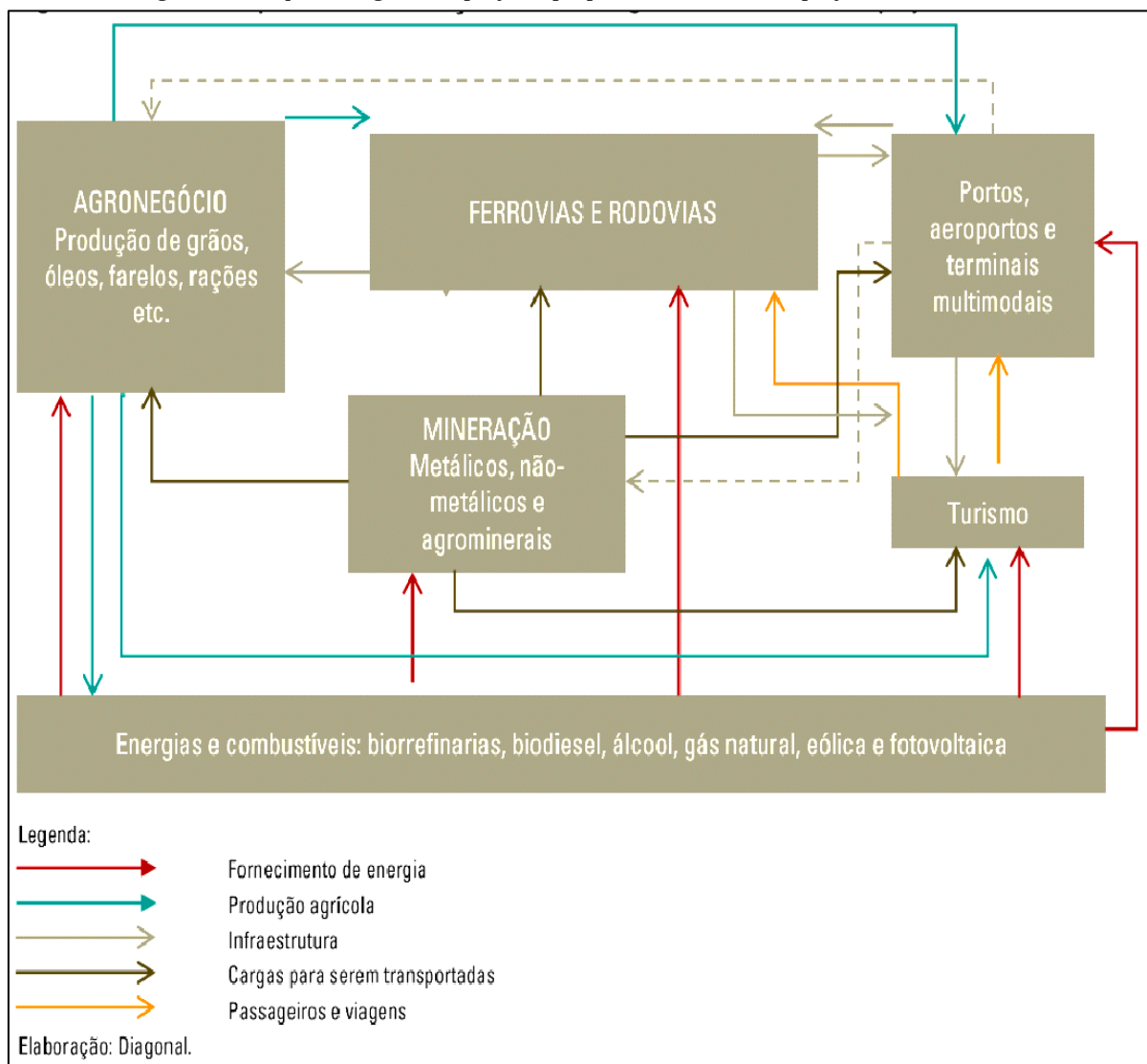
Entendemos que a concepção de natureza mercantilizada que vem sendo posta em prática no Piauí se dá na esteira dessa forma de pensamento. Está em curso no Piauí um processo de acumulação primitiva, que avança sobre povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, catingueiros, geraizeiros e camponeses. São diversos os exemplos capazes de ilustrar o transcorrer desse modelo de acumulação por despossessão, em curso no sul do Piauí, sobretudo nas áreas de commodities, agrícolas e minerais, geração de energia e setor de logística. Conforme o PDES 2050 - PI,

Para garantir a expansão continuada da atividade econômica, o PDES-PI, [...], prioriza as cadeias produtivas de agronegócio, mineração, turismo, energias renováveis e gás natural. A infraestrutura de transporte e logística é planejada e organizada para viabilizar economicamente o crescimento dessas indústrias e a agregação de valor pelo Piauí, com a preocupação de internalizar a renda gerada no território. Isso permitirá a plena integração da economia piauiense ao Nordeste, às demais regiões do Brasil e à cadeia produtiva internacional.

Em particular, as soluções de transporte e logística são propostas para enfrentar não só os problemas do Piauí, mas também para contribuir com toda a logística nacional. O destaque é a inserção do Piauí na dinâmica regional com a proposta de fechamento do quadrilátero ferroviário, com a interligação da proposta da Ferrovia do Meio Norte Brasileiro (FMNB) à Transnordestina, à Ferrovia de Integração Oeste-Leste e, consequentemente, à Ferrovia Norte-Sul (CEPRO, 2015, p. 38).

A Figura 19, extraída do produto 9 do PDES-PI 2050, apresenta a lógica de encadeamento da carteira de investimentos proposta para o Piauí. Nela é possível compreender que a instalação de infraestruturas logísticas se articula com as atividades produtivas em curso e com as planejadas.

Figura 19 –Esquema lógico dos projetos propostos na carteira de projeto do PDES 2050



Fonte: CEPRO (2015, p. 44).

Como é possível observar na Figura 19, incentiva-se o setor de geração de energia como sendo a base fundamental para a realização de outras atividades econômicas no Estado, tais como a mineração, o agronegócio, o setor de logística, em especial o de transportes, e o turismo. A ferrovia destaca-se pela capacidade de melhorar a conexão do Piauí com o mundo, pois a finalidade será a de escoar até os portos a produção mineral e agrícola, bem como receber insumos produtivos para as atividades desenvolvidas localmente. Por exemplo as hélices e geradores de energia para os parques eólicos em construção, os quais são transportados desde o porto de SUAPE - PE ou PECÉM - CE até o Piauí, por meio de carretas guiadas e seguidas por carros batedores, com o intuito de administrar o caos do trânsito que esses carregamentos geram (Figura 20). Por fim, planeja-se a conclusão do porto de Luís Correa, no litoral do estado,

uma obra que se arrasta há mais de 40 anos. Todos esses projetos foram pensados na lógica das “potencialidades naturais” e dos encadeamentos logísticos.

Figura 20 – Hélices para torres de energia eólica sendo transportadas para o Piauí, município de Caldeirão Grande.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal, obtido a partir de trabalho de campo, em 12 de dezembro de 2019.

Na base da proposição pensada para o Piauí se encontra a produção de energia, devido à capacidade de fornecimento local ser um antigo problema desse estado. A matriz de produção energética pensada no PDES – 2050 é diversificada e baseada sobretudo nas características naturais locais, como a dinâmica dos ventos e a insolação, ou seja, a energia eólica e a solar. A construção dessas usinas, por sua vez, gera a demanda de construção das chamadas linhas de transmissão, capazes de conectar a energia produzida ao sistema nacional ou, futuramente, distribuí-las diretamente para empreendimentos demandantes, como as mineradoras que buscam se instalar no estado. O Piauí espera contar também com o fornecimento de gás natural,

proveniente da exploração da bacia do Rio Parnaíba. Essa atividade, caso se efetive, gera a demanda de um novo grande projeto, que seria a construção de um gasoduto para o Piauí. Outra fonte de energia proposta no PDES – 2050 é a produzida a partir da biomassa, do álcool e do biodiesel, que seria proveniente de matérias-primas geradas no próprio estado, pelo segmento do agronegócio, integrando e retroalimentando essas atividades do setor terciário e do setor primário. Ao mesmo instante em que o agronegócio pode fornecer os insumos para a geração de energia, é ele, também, um grande demandante, conectando agronegócio e setor energético e industrial. Exemplo disso é a usina de Biodiesel UNIBRÁS, que se localiza em Floriano - PI e é demandante de soja produzida pelo próprio agronegócio do Piauí.

Cabe ainda destacar que, embora o PDES – 2050 priorize as matrizes de energia acima citadas, existe uma intencionalidade já estudada, porém ainda não iniciada, que prevê a construção de cinco novas barragens ao longo do rio Parnaíba (Figura 22) para a geração de energia hidroelétrica (CHESF, 2014). Estas novas barragens se somariam a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança (Figura 21), construída entre os anos de 1964 e 1969, durante o governo militar, e com capacidade instalada de geração de energia de 237.300 kW.

Figura 21 – Barragem de Boa Esperança, Município de Guadalupe – PI.



Foto: Julio Borges/Chesf. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/342826/reservatorio-da-usina-de-boas-esperanca-atinge-749-do-volume-util>

Segundo dados da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, atualmente,

O aproveitamento hidrelétrico de Boa Esperança, que foi implantado pela COHEBE a partir de 1968 e posteriormente transferido para a CHESF, está localizado no

município de Guadalupe, estado do Piauí, a aproximadamente 80 km a montante da cidade de Floriano/PI.

O Aproveitamento de Boa Esperança tem uma área de drenagem de 87.500 km², e está instalado no rio Parnaíba, cuja bacia hidrográfica tem uma área da ordem de 300.000 km², com extensão de 1.716 km da sua nascente na Chapada da Tabatinga até o Atlântico.

O represamento de Boa Esperança é feito por uma barragem do tipo mista terra-enrocamento, com altura máxima de 53 m, e comprimento total da crista de 5.212 m, associada a estruturas de concreto tais como: vertedouro dotado de 6 comportas tipo setor com vazão máxima de 12.000 m³/s; casa de força do tipo semi-abrigada, com 4 unidades geradoras acionadas por turbinas Francis, sendo 2 unidades de 55.000 kW cada, e 2 unidades de 63.650 kW cada, totalizando uma capacidade instalada de 237.300 kW.

O sistema utilizado para disponibilizar a energia gerada é composto por uma subestação elevadora com 03 transformadores de 70 MVA e 01 de 60 MVA, que elevam a tensão de 13,8 kV para 230 kV. A partir desse ponto é feita a conexão com o sistema de transmissão da CHESF através da Subestação de Boa Esperança - 500/230 kV (CHESF, s.d, n.p).

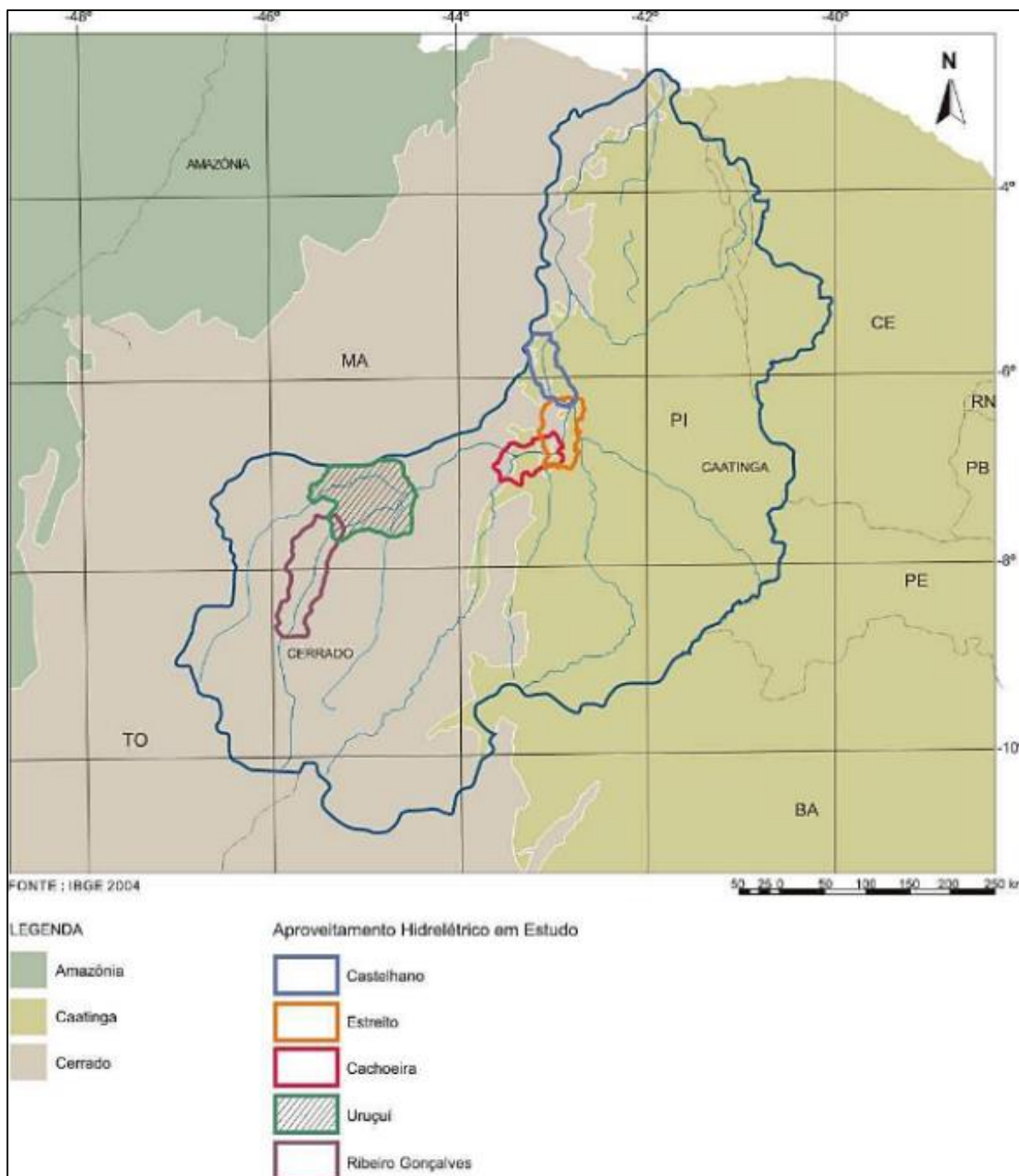
Embora possuam capacidade de geração de energia bem inferior à dos parques eólicos, por exemplo, essa proposta interliga-se à possibilidade de ajuste no fluxo do Rio Parnaíba, de modo a torná-lo navegável (Figura 23). Restabelecida a navegabilidade do Rio Parnaíba, cria-se a possibilidade de que embarcações façam o escoamento da produção de grãos da região do MATOPIBA até o Porto de Luís Correia. Nesse sentido, há também aí um pensamento de articulação entre setores prioritários da carteira de projeto do PDES – 2050, o de geração de energia e o setor logístico de transporte, por meio da instalação de uma hidrovía conectando o sul ao norte do estado. Essa proposta prevê a sinergia entre agronegócio, setor energético e setor de transportes, sendo possível compreender a solidariedade técnica, funcional e institucional entre grandes projetos.

Se analisada pura e simplesmente por esse prisma, trata-se de um encadeamento lógico, atrativo aos investidores em virtude de garantir uma economia de escala, possibilitada pelo planejamento dessa rede, capaz de gerar um fluxo constante de negócios. Porém, esses grandes projetos são propostos para se realizarem em territórios ocupados por populações ribeirinhas, camponesas, quilombolas, ou seja, zonas de sacrifício para a efetivação de grandes projetos de desenvolvimento. A proposta de construção das barragens no Rio Parnaíba chegou a apontar para um total de 16.493 pessoas atingidas, ou seja, um total populacional superior ao de muitos municípios piauienses seriam afetadas em prol do “desenvolvimento do Piauí”.

A proposta era de que essas novas infraestruturas fossem construídas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o que não aconteceu. Em 2023 esse debate foi retomado pelo novo Governador do Estado do Piauí, Rafael Tajra Fontelles, do Partido dos Trabalhadores. A nova proposta tem sido chamada de projeto Intermodal do Vale do Parnaíba (Piauí, 2023, n.p). Caso saia do papel, além da geração de energia hidrelétrica, permitirá a

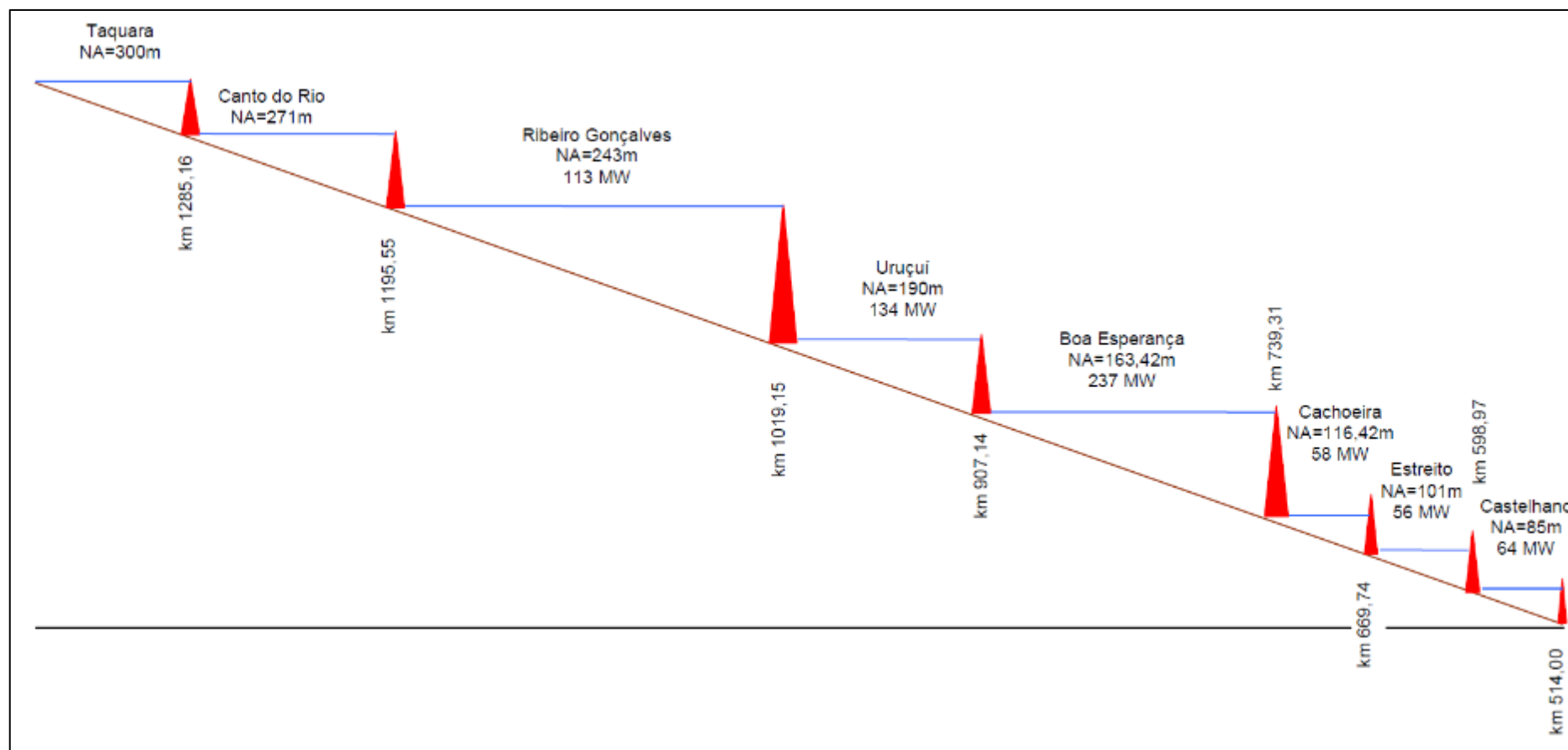
constituição de uma hidrovia com navegabilidade para o transporte da produção de grãos do agronegócio localizado no cerrado piauiense, sendo esta hidrovia interligada à novas rodovias e a ferrovia Transnordestina.

Figura 22 – Localização das áreas propostas para Aproveitamento Hidrelétrico no Rio Parnaíba



Fonte: Projeto Parnaíba. Estudo De Impacto Ambiental – EIA. Aproveitamento Hidrelétrico de Uruguí. Vol. II. (2019).

Figura 23 – Divisão de queda no Rio Parnaíba e previsão de potencial de geração hidrelétrica



Fonte: Nota Técnica n.º 177/2009/GEREG/SOF-ANA. Documento nº 28774/2009. Dezembro de 2009.

Segundo dados constantes na Nota Técnica n.º 177/2009/GEREG/SOF-ANA, para gerar um total de 430 MW de energia, essas cinco usinas podem atingir aproximadamente 16.493 habitantes, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Barragens projetadas no rio Parnaíba e previsão de habitantes atingidos

UHE	Potência Instalada MW	Habitantes atingidos
Ribeira Gonçalves	113	2.968
Uruçuí	134	8.441
Cachoeira	63	1.840
Estreito	56	2.033
Castelhano	64	1.211
Total de Habitantes atingidos	430	16.493

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Nota Técnica n.º 177/2009/GEREG/SOF-ANA.

Conforme CHESF (2014), a Licença Prévia da UHE Uruçuí foi negada pelo IBAMA, em decorrência da magnitude dos impactos ambientais apresentados no EIA-RIMA do empreendimento. Com a negativa dessa licença prévia, a potência instalada em MW cai para 296 MW e a estimativa de habitantes atingidos, caso as UHEs sejam construídas, será de aproximadamente 8052 (Tabela 5).

Tabela 5 – Barragens projetadas no rio Parnaíba e previsão de habitantes atingidos sem a barragem de Uruçuí

UHE	Potência Instalada MW	Habitantes atingidos
Rib. Gonçalves	113	2.968
Cachoeira	63	1.840
Estreito	56	2.033
Castelhano	64	1.211
Total de Habitantes atingidos	296 MW	8.052

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Nota Técnica n.º 177/2009/GEREG/SOF-ANA.

Nas Figuras 24, 25 e 26 é possível ver a área a ser inundada, respectivamente, pelo lago das UHE de Ribeiro Gonçalves, UHE Castelhano e UHE Cachoeira.

Figura 24 – AHE Ribeiro Gonçalves.



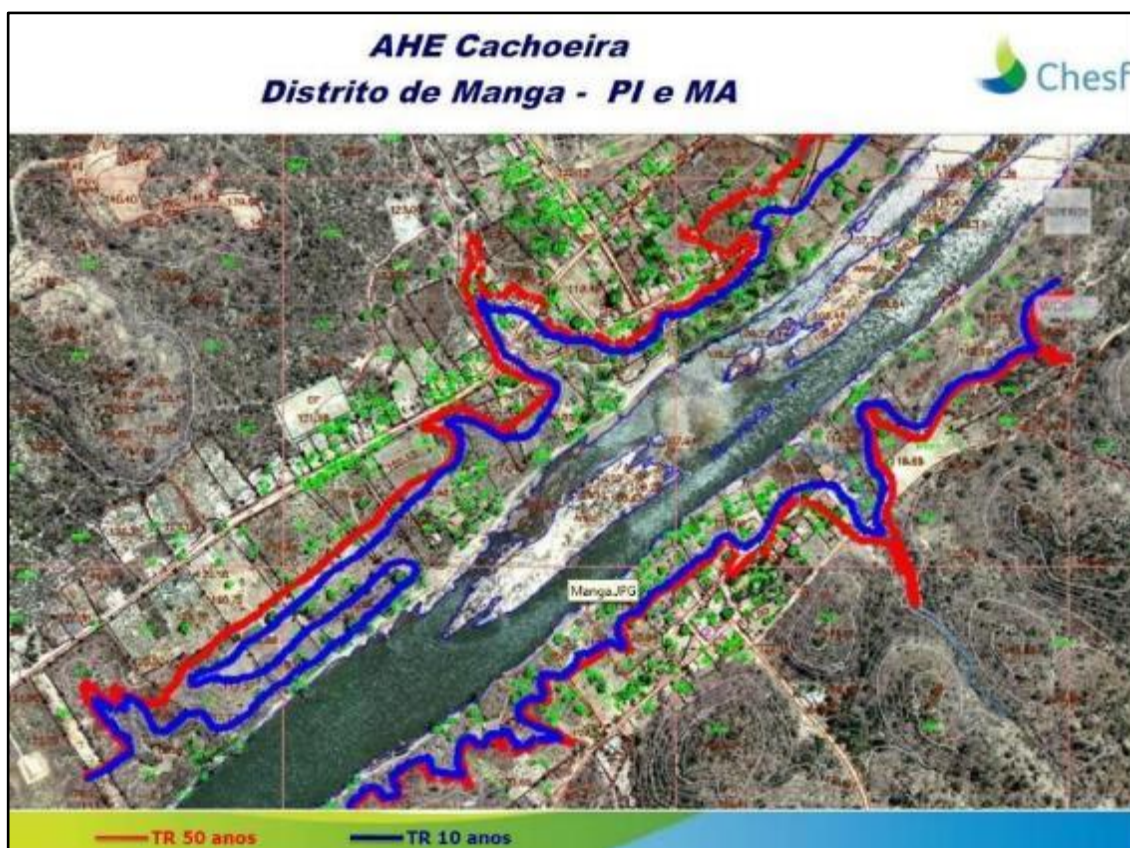
Fonte: CHESF (2014).

Figura 25 – AHE Castelhana – Palmeirais, Piauí.



Fonte: CHESF (2014).

Figura 26 – A HE Cachoeira, Distrito de Manga – PI e MA



Fonte: CHESF (2014).

As três imagens acima mostram áreas a serem atingidas pelo lago das UHE, a primeira delas mostra o município de Tasso Fragoso, na margem maranhense do Rio Parnaíba. Caso seja realmente construída, metade da pequena cidade ficará submersa. O mesmo acontecendo com a cidade de Palmeirais do Piauí. Já na última imagem, mostra o distrito onde se iniciou o povoamento do município de Floriano-PI. Caso seja inundado, grande parte dos referenciais históricos e de memórias do local serão perdidas. É importante destacar a gravidade desse projeto, mesmo as obras estando momentaneamente engavetadas. Uma zona de sacrifício de aproximadamente 8 mil pessoas.

Segundo matéria publicada no site do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB,

Desde 2010, esses projetos estão sendo colocados em pauta nas licitações públicas, porém, segundo a CHESF, estas usinas ainda não foram autorizadas pela Declaração de Reserva de Disponibilidade de Água (DRDH). No entanto, mesmo que essas barragens ainda não estejam em fase de implementação as famílias já sofrem os impactos desses grandes projetos. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana reconhece a existência de um padrão e violações dos direitos humanos na construção de barragens, e afirma que: *“Uma caracterização restritiva ou limitada do que sejam os atingidos, ou seja, do que sejam os prejuízos e os prejudicados pelo planejamento, implantação e operação da barragem acaba por desconhecer uma*

série de direitos, bem como desqualificar famílias e grupos sociais que deveriam ser considerados elegíveis para algum tipo de reparação.” (CDDPH, 2010. p. 14)

Para o Senhor Raimundo, morador da Comunidade Quilombola Periperi, município de Amarante-Pi “é inaceitável que se construa mais barragens no nosso rio e em cima de nossas casas. Já temos uma barragem construída no nosso rio e que atende à demanda de nosso povo, o que falta é mudar esse modelo energético e econômico que exclui nosso povo de acesso a energia e outros benefícios. E nossa luta é contra esse projeto de morte, porque construir barragem em nosso território é causar a morte de nosso rio e de nossa gente”.

Diante dessa realidade, a população ameaçada e atingida por esses projetos vem se organizando e lutando contra esses projetos de barragens desde o ano de 2013, quando foi realizada a primeira assembleia ampliada com as famílias atingidas, agricultoras, ribeirinhas, comunidades tradicionais, quilombolas, pescadores e com a população em geral para debater os problemas sociais e ambientais dos grandes projetos na região. O encontro aconteceu na cidade de Amarante, no Piauí, que é ameaçada pela construção da Barragem de Estreito.

Outros municípios do estado também vêm se organizando contra a construção desses projetos hidrelétricos, como Palmeirais (PI), que tem a previsão da construção da UHE Castelhana. Com grande potencial organizativo e produtivo, as famílias também resistem a esse modelo e já realizaram diversas ações contra os estudos de viabilidades dos projetos.

“Essas barragens só vão trazer coisas ruins para nós. Nosso município de Palmeirais ficara inteiro debaixo d’água e com isso nossa memória será afogada. Aqui nós temos nossas casas, nossas produções de alimentos saudáveis, e uma vida muito tranquila, com a chegada dessas barragens só vai gerar violências na nossa região e tirará nossa paz assim como já vem fazendo desde que anunciaram esses projetos”, alerta Orisvaldo do Assentamento Castelo, município de Palmeiras (MAB, 2021, n.p).

Apesar da proposta de construção das hidrelétricas, é a eletricidade produzida nos complexos eólicos que poderá prover, de modo mais imediato, a alta demanda de mineradoras que pretendem se instalar no Piauí. A possibilidade de comercialização bilateral de energia, através dos “ambientes de contratação livre” (ACL)⁴⁴ regida pela modalidade de Produtor Independente de Energia (PIE)⁴⁵, permite que sejam firmados acordos de compra e venda diretamente entre mineradoras demandantes de energia e usinas produtoras. Novamente observa-se que há um encadeamento entre segmentos da economia, pensados para atuar complementarmente.

Os setores de energia eólica e solar estão em plena fase de expansão no Estado. Além dos complexos já existentes no litoral, é na região do semiárido que vem se territorializando a maioria desses projetos (Figuras 27, 28 e 29). Conforme matéria publicada em outubro de 2021

⁴⁴ A Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL define ACL como sendo o “segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda da energia elétrica objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos”. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/mercado>

⁴⁵ O Art. 2º do Decreto n.º 2.003, DE 10 DE setembro de 1996 define o PIE como "Produtor Independente de Energia Elétrica, a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2003.htm

no site da TV Cidade Verde, afiliada do SBT no Piauí, existem 116 empreendimentos eólicos autorizados a se instalarem no estado. Quanto aos projetos de energia solar, a matéria aponta a existência de 60 em funcionamento. A matéria trata a natureza como uma espécie de dádiva e solução para a economia do Piauí.

No semiárido piauiense, a força que vem da natureza faz pulsar a economia a partir do sol e do vento, duas matérias-primas em abundância no Estado e fonte de energia limpa e sustentável. As empresas que trabalham com as matrizes solar e eólica já descobriram o potencial existente e plantaram no Piauí as bases para a energia do futuro. [...].

O Piauí está ocupando em outubro a quarta posição entre os maiores produtores de energia eólica do país, com 3,8 Gigawatts de potência instalada. A chapada do Araripe, que fica na divisa dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, é considerada um grande manancial eólico do país. O vento da região apresenta constância e qualidade, características ideais para movimentar os aerogeradores- as torres gigantes que estão modificando a paisagem do sertão nordestino. Ao todo, 116 empreendimentos já estão autorizados para funcionar em solo piauiense. Os parques eólicos não só produzem energia limpa e ajudam a suprir a necessidade energética do país, como também movimentam a economia da região onde estão instalados. É o caso de Simões, a 630 Km de Teresina. A receita do município só cresce desde que os aerogeradores foram instalados.

Se a matriz eólica enche de orgulho os piauienses, a fotovoltaica não fica atrás. O sol forte que brilha no céu praticamente o ano inteiro aquece um setor que não para de crescer. Atualmente, o Piauí ocupa o segundo lugar em produção de energia fotovoltaica no Brasil. O Estado conta com 60 usinas em operação.

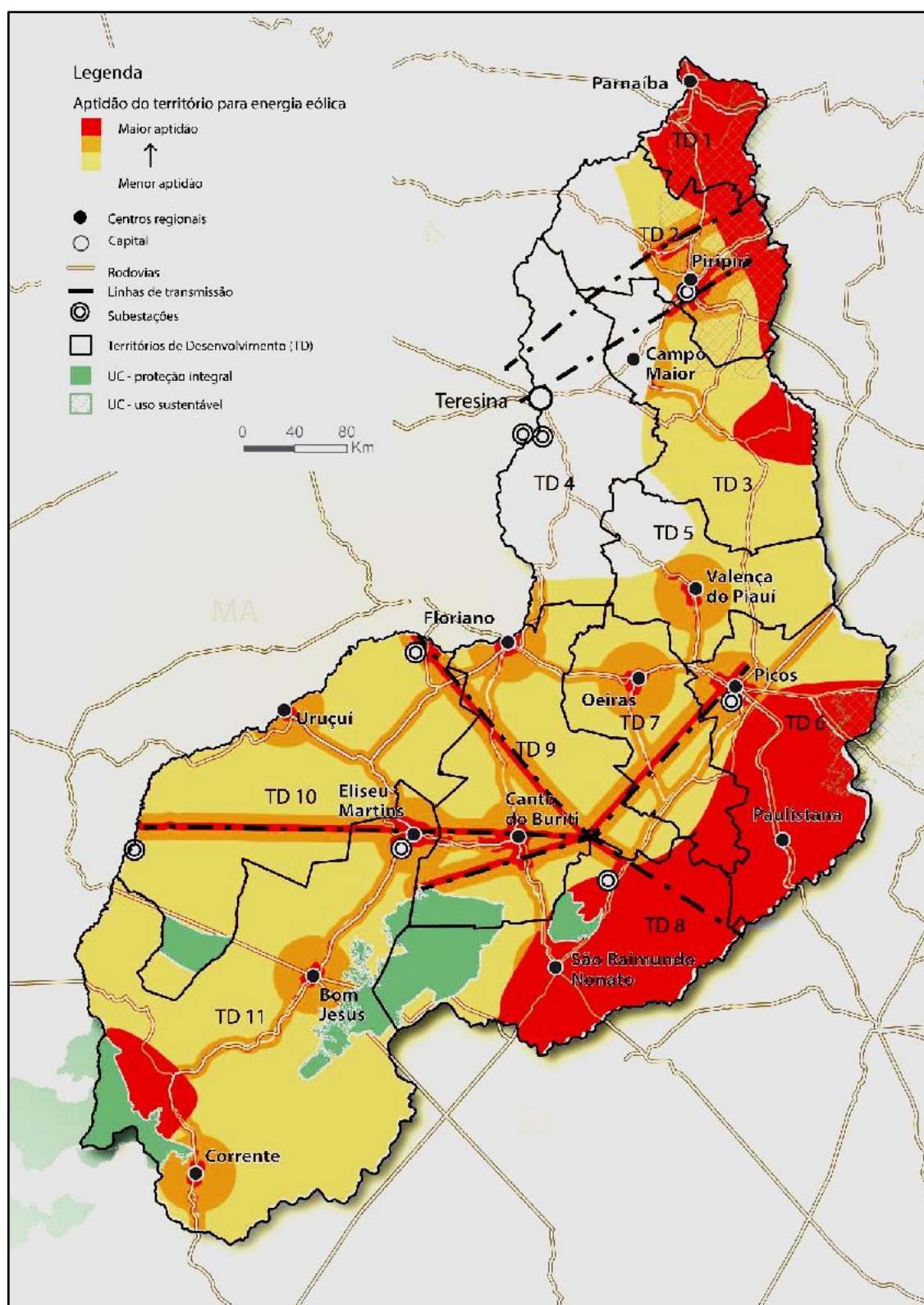
A maior das usinas está localizada em São Gonçalo do Gurgueia, a 800 Km de Teresina. É o maior projeto solar da América do Sul, com capacidade para gerar até 1.500 Gw por ano. O complexo solar São Gonçalo foi o primeiro a usar placas solares bifaciais, capazes de captar energia dos dois lados do painel. Isso representa um aumento de até 18% na geração de energia. O investimento é tão promissor que já está em expansão, com a instalação da unidade São Gonçalo III. Depois de pronta, ela terá mais de 2 milhões e 200 mil painéis solares e irá produzir 864 mw/ano (Cidade Verde, 2021, n.p).

Figura 27 – Complexo Eólico Caldeirão Grande – Chapada do Araripe – Piauí



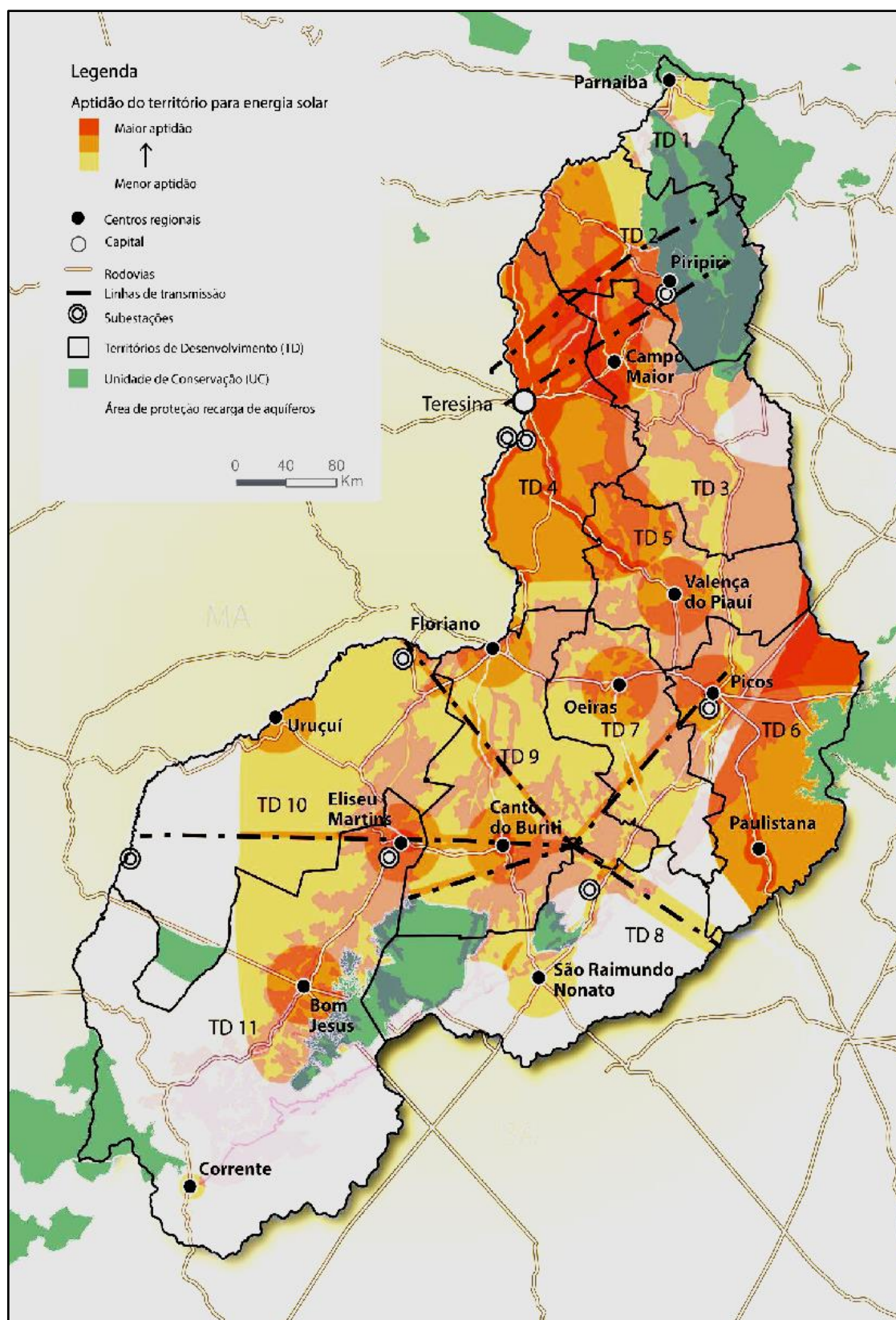
Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal, obtido a partir de trabalho de campo em dezembro de 2019.

Figura 28 – Índice de aptidão para a atividades de energias renováveis (eólica)



Fonte: CEPRO (2015).

Figura 29 – Índice de aptidão para a atividades de energias renováveis (solar)



Fonte: CEPRO (2015).

Já no setor de energia solar, o Piauí ostenta seguidamente o título de possuidor da maior usina da América Latina. Primeiramente com o projeto Nova Olinda, executado pelo grupo italiano ENEL GREEN POWER, no município de Ribeira do Piauí (Piauí, 2017) e hoje devido ao projeto São Gonçalo do Piauí, pertencente ao mesmo grupo.

Figura 30 – Material de publicidade do Governo do Estado do Piauí sobre “a maior usina solar da América Latina” construída no Piauí (a)



Fonte: Piauí (2016).

Figura 31 – Material de publicidade do Governo do Estado do Piauí sobre posto de maior produtor de energia solar do Brasil (b)



Fonte: Piauí (2022).

As Figuras 30 e 31 mostram como o Governo do Estado do Piauí atua no sentido de dar publicidade sobre o tamanho dos empreendimentos que se instalam em seu território, bem como sobre o posicionamento que o estado ocupa no ranking de geração de energia. Para além da publicidade, o Governo vem trabalhando no sentido de atrair novos investimentos no setor, com a criação de políticas públicas e, para isso, criou o Programa Piauiense de Incentivo ao Desenvolvimento de Energias Limpas – PROPIDEL, que estabelece o tratamento prioritário para que empreendimentos do setor energético obtenham licenciamento ambiental da SEMARH, bem como concede isenção total de ICMS para as empresas do setor.

O Estado do Piauí conta com estrutura jurídico-institucional capaz de absorver e acomodar os investimentos a serem realizados neste setor. Destacam-se a edição do Programa Piauiense de Incentivo ao Desenvolvimento de Energias Limpas que, através da Lei Estadual n. 6.901/2016, introduziu política de incentivos aos investimentos no setor, dentre os quais é possível citar o tratamento prioritário na concessão de licenciamento ambiental, em contratos de aquisição de energia elétrica,

além de isenção de total de ICMS para geração distribuída de energia. (Piauí, 2018, p. 08).

Conforme se observa na citação, o Piauí possui um aparato tanto de ordem jurídica quanto institucional, voltado para atender o setor de energia. Além de incentivos como descontos de ICMS, esses projetos possuem prioridade na concessão de licenciamento ambiental. Conforme Lima, entre os objetivos do PROPIDEL, estão ainda:

promover e incentivar a produção de energia de fontes renováveis; dar tratamento prioritário aos empreendimentos de geração dessas fontes nas solicitações de acesso aos sistemas de governo, aos processos de regularização ambiental e celebração de contratos de compra de energia; oferecimento de linha de financiamento; e apoio, sob competência da SEMINPER, na identificação de arranjos financeiros que possam viabilizar a instalação dos projetos.

A Lei de criação do Programa resulta da busca do Estado pelas empresas, conforme as palavras do próprio Secretário, que foi ao encontro dos agentes econômicos com a finalidade de identificar quais as necessidades empresariais, transformar isso em lei e adaptar as instituições para viabilizar um *ambiente favorável aos negócios*. De acordo com o PROPIDEL, por exemplo, no seu Art. 8º, todas as secretarias de Estado do Piauí envolvidas com o assunto (SEMINPER, Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Infraestrutura etc.) deverão atuar articuladamente no acompanhamento e priorizações do Programa (Lima, 2019a, p.196).

Cabe, porém, destacar que, mesmo com todos esses grandes empreendimentos em curso, e apesar desse debate em torno do desenvolvimento, da geração de empregos e da melhoria das condições de renda e vida entre as famílias pobres do Piauí, esse discurso não tem se efetivado. A título de exemplo, citamos a pesquisa realizada por Campos (2022) que, ao analisar a instalação dos parques eólicos no município de Dom Inocêncio-PI, constatou que os trabalhadores de uma empresa terceirizada contratada pelo ENEL Green Power para construção do complexo eólico naquele município era majoritariamente proveniente de outros estados do Nordeste. “Dos 20 funcionários, 7 são do Rio Grande do Norte, 5 do Ceará, 2 do Piauí, 2 da Paraíba, 2 do Pernambuco e 2 da Bahia” (Campos, 2022, p. 85). Conforme os dados levantados por esse autor, apenas 02 funcionários terceirizados eram naturais do próprio Piauí e as atividades que esses 20 trabalhadores desenvolviam não eram atividades especializadas a ponto desses postos de trabalho não poderem ser ocupados por moradores locais. Isso aponta para uma logística própria no processo de contratação e deslocamento da força de trabalho realizado por essas empresas que, não necessariamente, prioriza moradores do local, conduzindo a migração e o alojamento de trabalhadores de outros estados para seus canteiros de obras.

Na mesma pesquisa, o autor apresenta a regra, bem como os valores pagos anualmente pelo arrendamento das propriedades na etapa de construção do complexo eólico, onde serão instaladas as torres geradoras de energia. Pela regra dos contratos, um total aproximado de R\$

700,00 mensais, sendo pagos todos ao final do ano. Ou seja, um valor extremamente baixo diante do montante de lucro obtido pelas empresas do setor. Conforme Campos,

uma primeira empresa, intitulada Casa dos Ventos, terceirizada do empreendimento, indenizava os moradores com o valor de R\$ 2,00 por hectare por mês, pagando todo o montante ao final do ano. Depois, houve a troca da empresa responsável pelos arrendamentos, ficando a cargo da Entidade Nacional de Eletricidade (ENEL), outra empresa terceirizada, mantendo os R\$ 2,00 por hectare/mês apenas para as propriedades abaixo de 100 hectares, e estabelecendo um preço fixo de R\$ 500,00 mensais pelas propriedades acima de 100 hectares, mais R\$ 2,00 por hectare acima do limite de 100. Portanto, tomando como exemplo uma propriedade de 200 hectares, o montante por mês recebido por essa propriedade será de R\$ 500,00 já prefixados, acrescidos de mais R\$ 200,00, que representariam essa taxa de R\$ 2,00 pelos 100 hectares restantes, resultando num total de R\$ 700,00 mensais (Campos, 2022, p.66).

Conforme exposto acima, os valores de indenização pagos por essas empresas são pré-fixados, causando um rebaixamento do valor pago pela empresa para aqueles proprietários que possuem terras acima de 100 ha. Convém destacar que um módulo fiscal⁴⁶ em Dom Inocêncio é de 70 ha. Essa situação evidencia que as promessas de resolução da pobreza a partir dos megaempreendimentos não têm se efetivado. A força de trabalho dessas construções, sobretudo as mais qualificadas, vem de outras regiões, mas inclusive as não qualificadas também. Aos moradores do campo, o acesso às vagas nesses postos de trabalhos é mínimo, em virtude de não possuírem a formação para desenvolver as atividades que essas empresas requerem. Ainda utilizando como fonte o trabalho de Campos sobre o complexo eólico de Dom Inocêncio, quando este pesquisador entrevistou o representante da empresa, no quesito postos de trabalho obteve a seguinte informação:

Sobre o número de funcionários nas etapas de implantação e operação, ele respondeu que na implantação, considerando as empresas terceirizadas, chegaram a um pico de 1.600 funcionários, informação também confirmada no site da empresa que indicou uma quantidade de 1.500 pessoas trabalhando concomitantemente. Já na fase de operação, serão apenas 20 funcionários, apenas do empreendimento, que ficarão operando os aerogeradores, bem como a subestação, evitando possíveis danos e fazendo alguns reparos necessários (Campos, 2022, p. 84).

A grande maioria dos postos de trabalho criados por esses empreendimentos são temporários e destinam-se ao serviço não especializado. As contratações ocorrem de modo mais

⁴⁶ “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar”. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares” (EMBRAPA, s.d, n.p).

intenso na etapa de construção, sendo os trabalhadores locais dispensados posteriormente enquanto os especializados são deslocados para outros complexos eólicos em construção.

Diversos outros problemas vêm sendo noticiados, sobretudo em portais de notícias de âmbito local. Um exemplo foi o protesto de cerca de 80 moradores do município de Lagoa do Barro contra a empresa Enel Green Power ocorrido em julho de 2019. Na ocasião, os moradores fecharam a estrada de acesso ao canteiro de obras do complexo eólico. As reclamações, embora diversas, tinham como principal insatisfação a deterioração que o trânsito de caminhões transportando insumos para as obras do empreendimento vinham causando na rodovia, gerando prejuízos materiais aos moradores locais que acumulam quebras de peças de carros, além de reclamações sobre excesso de velocidade dos caminhões, bem como de poeira que causa a inutilização do pasto localizado nas margens da estrada, tornando-se imprestáveis para o rebanho (180 Graus, 2021, n.p).

Já no município de Curral Novo do Piauí, local que se apresenta como uma síntese do planejamento estatal que tem em vista efetivar os megaempreendimentos no Estado, por abrigar em seu território projetos para extração de minério, complexos eólicos e trilhos da ferrovia transnordestina, um vereador do município vizinho, Simões do Piauí, denuncia como os parques localizados na chapada do Araripe não investem na área social, convivendo lado a lado com a pobreza. Segundo o vereador do Partido dos Trabalhadores, Luciano César, em entrevista concedida à Ribeiro,

Vivemos num Brasil, num Piauí que os nossos governos fecham os olhos para os mais necessitados. Sou Luciano César, moro na cidade de Simões e venho acompanhando de perto todo o progresso da nossa região.

Hoje, o Estado do Piauí pode bater no peito e dizer que tem a maior subestação eólica do Brasil. No entanto, é verdade, também, que ao lado dessa subestação temos várias casas sem água, sem luz e sem teto.

As empresas chegaram e disseram que a vida social das pessoas iria melhorar e até agora nada foi feito. Foram várias audiências públicas e várias reuniões com as autoridades, mas nada de fato foi feito. Por exemplo, em Simões já fazem dois anos que as empresas chegaram e nunca foi feito nada na área social. Sabemos que é Lei Federal, que as mesmas têm a obrigatoriedade de investir no social.

Sou vereador de Simões, e não de Curral Novo, mas peço ao governador Wellington Dias que faça alguma coisa, pois esse povo merece ter uma vida digna, já que o desenvolvimento chegou.

A Serra do Inácio fica situada a 60 km da cidade de Curral Novo. Lá moram cerca de 140 famílias, e destas, 40 famílias vivem abaixo da linha da pobreza, e outras 96 famílias não têm energia elétrica.

A fonte de água fica a 12 km, já no Estado do Pernambuco, sendo, então, abastecidos o ano todo por carro pipa. Lá foi construída a maior subestação da América Latina de Energia Eólica e as famílias que moram há aproximadamente 100 metros da subestação, estão sem energia elétrica.

As 40 famílias que estão abaixo da linha da pobreza sobrevivem exclusivamente do Bolsa Família, onde as crianças dormem no chão em pequenas casas onde não têm nem condições de montar camas, dormindo como animais.

E a situação agrava ainda mais, pois com a construção de parques eólicos, tendo em vista que às torres que estão e ainda vão montadas em propriedades produtoras, de famílias de condição financeira, que são geradores de emprego às famílias mais carentes, e depois que montarem essas torres nas suas propriedades, podem não produzir mais a mandioca que é a única fonte de geração de emprego dessas famílias carentes.

Não somos contra o desenvolvimento, mas queremos e defendemos um desenvolvimento sustentável. Como justificar a essas famílias que moram ao lado desse projeto que está sendo montado e não ter energia, e não ver sua vida melhorar? Empresas ganhando dinheiro e aquelas famílias podendo piorar suas vidas. Tivemos pequenas conquistas como Bolsa família e cisternas, mas é pouco pelo tamanho do problema que essas famílias passam. A média por família são de 6 pessoas e as casas do tamanho de um banheiro de muitas pessoas. Não receberam nenhuma visita de uma empresa até agora (Ribeiro, 2015, n.p).

A citação acima mostra como a chegada dos grandes empreendimentos não necessariamente significa sinônimo de melhoria nas condições de vida da população, sobretudo para aquela parcela mais desassistida. O texto do então vereador do município de Simões, expressando sua preocupação sobre a situação contraditória vivenciada por moradores da localidade Serra do Inácio, no município de Curral Novo, demonstra que mesmo com a chegada do complexo eólico e da subestação de energia, a população local, em pleno ano de 2015, segunda década do século XXI, permanecia sem energia elétrica em suas casas.

O texto apresenta ainda outra situação preocupante, haja vista que, conforme o vereador, as torres de energia eólica estavam sendo instaladas nas propriedades produtoras, de famílias possuidoras de boas condições financeiras. Ou seja, ao invés de distribuir renda, o modelo a partir do qual se realizam as atividades desse setor, tende a concentrá-la nas mãos de quem já a possui, sobretudo nesses casos, dos proprietários de terra.

Ainda conforme o texto do vereador, essas propriedades nas quais as torres estavam sendo instaladas eram produtoras de mandioca e empregavam essas famílias mais carentes da localidade, fato que, se cessado com a instalação das torres e a condição de rentistas dos proprietários, tende a precarizar ainda mais a situação dos mais vulneráveis da Serra do Inácio. Situações como essa, apontam para a necessidade de um olhar mais apurado sobre esse discurso das benesses supostamente possibilitadas a partir da adoção desse modelo de desenvolvimento pensado para o Piauí.

Conforme já debatido ao longo desse texto, a Ferrovia Transnordestina, juntamente com o setor de geração de energia, compõe a tríade do ordenamento territorial moderno que tem na natureza o cerne da exploração, ao apresentá-la como ativo econômico em uma carteira de projetos. Juntamente com a mineração, energia e ferrovia compõem três setores dos cinco setores tidos como prioritários para investimentos, juntamente com o fortalecimento do agronegócio e da ampliação do fluxo de turistas.

Sua instalação tende a dinamizar os processos de circulação de mercadorias, sejam as produzidas no Piauí, seja a chegada de insumos trazidos de fora para a produção local do agronegócio e da mineração. Um exemplo disso são as pás eólicas, que vêm sendo transportadas por via rodoviária, exigindo mobilização de aparato da Polícia Rodoviária Federal desde o porto onde desembarcam, chegando diretamente da China e de outras partes do mundo até o seu destino, ou seja, o complexo eólico no qual serão instaladas. Conforme matéria publicada no site do Governo Federal, a polícia rodoviária faz a escolta das “maiores pás eólicas da América Latina” para o município de Lagoa do Barro. Matéria de junho de 2021, aponta que:

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) iniciou ontem (06) a escolta do transporte da maior Pá Eólica da América Latina. Com 76,3 metros de comprimento, esse equipamento, que veio da China, fará parte de aerogeradores localizados no Complexo Eólico Lagoa do Barro localizado no município de Lagoa do Barro do Piauí/PI, localizado a 549,0 km de Teresina/PI.

Serão 54 unidades a serem transportadas em três meses de trabalho. Devido à sua grande extensão, torna-se necessário a presença de Policiais Rodoviários Federais na escolta para garantir a segurança do trânsito durante o transporte do equipamento. Devido à dimensão e peso especiais desses equipamentos, seu transporte se torna um desafio logístico e rodoviário, que requer planejamento e infraestrutura que estejam de acordo com a legislação e que garantam a segurança viária.

A PRF assume fundamental papel na logística das movimentações destas cargas superdimensionadas, sendo responsável pela escolta e promoção da segurança tanto dos equipamentos como dos demais usuários da rodovia. Em 2020, houve um aumento exponencial desse tipo de serviço e foram realizadas 396 escoltas. Somente em 2021, já foram realizadas 338 escoltas e o órgão tem previsão de mais 2.100 escoltas desse tipo de carga.

O Complexo Eólico Lagoa do Barro, que contará com potência instalada de 195 MW, gerados por 65 aerogeradores distribuídos por 8 parques em uma área de 2.854 hectares. O investimento total previsto é de R\$ 1,3 bilhão.

Os motoristas devem redobrar a atenção ao se depararem com esse tipo transporte, pois as pás são transportadas em velocidade reduzida e tanto os profissionais de escolta quanto os policiais acompanham a viagem até o destino final.

As empresas que realizam esse serviço de escolta devem atender a diversos requisitos para garantir a segurança viária durante o traslado, como possuir uma Autorização Especial de Trânsito (AET), utilizar veículos de escolta credenciados, comprovar que o motorista é capacitado para a condução do veículo, possuindo o curso de transporte de carga indivisível e a licença de motorista de escolta, dentre outros (Brasil, 2021, n.p.).

Conforme a matéria acima, no ano de 2020 foram realizadas 396 escoltas desse tipo de carga e, até a publicação da matéria em junho de 2021 já haviam sido realizadas 338 escoltas, com previsão de que fossem realizadas mais 2.100. Ou seja, a conclusão da ferrovia tende a fazer com que esse transporte seja realizado por meio dos trilhos, sendo os caminhões utilizados apenas nos trechos entre o desembarque nos chamados “portos secos” até o seu local de montagem.

Além de possibilitar a chegada desse tipo de insumos, a ferrovia possibilitará o escoamento da produção de grãos do MATOPIBA e da extração mineral até os portos de PECÉM-CE e SUAPE-PE.

Segundo Silva,

A ferrovia Transnordestina é um projeto do governo federal de infraestrutura de transporte pensado como elo capaz de estruturar e interligar as principais linhas férreas do Nordeste, as áreas economicamente dinâmicas do semiárido e do cerrado nordestino, futuramente se interligando com a malha nacional ao se articular com a EF 151 – Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Fiol, e mesmo havendo possibilidades de se ligar a ferrovia Centro Atlântica – FCA.

Em parceria com o governo federal, a Companhia Siderurgia Nacional – CSN e a concessionária Transnordestina Logística S. A, são responsáveis pela efetivação da ferrovia Transnordestina, que visa contar com 1.753 km de extensão em linha principal, cortando 81 municípios, partindo de Eliseu Martins-PI em direção aos portos do Pecém-CE e Suape-PE (CSN, 2017). O projeto da ferrovia é considerado uma medida estratégica para a economia da região Nordeste do Brasil, visando o agronegócio – soja, milho e algodão – e a indústria de extração mineral – minério de ferro, cobre, gipsita e níquel (BRASIL, 2015, p. 42), estando previsto o transporte de 30 milhões de toneladas de granéis sólidos (minério e grãos) por ano (CSN, 2017). Os recursos para a execução do projeto são da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., CSN, Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Banco do Nordeste – BNB (Silva, 2018, p. 115).

Sem a ferrovia, o custo do escoamento da produção tende a ser mais elevado, sobretudo o transporte de minérios. Embora o transporte de minérios por caminhões já seja uma realidade, a exemplo do fosfato extraído em Angico dos Dias - BA e que, pela inexistência de ramal ferroviário, é feito em caminhões bitrem que cortam as estradas da região sudoeste do Piauí até Luiz Eduardo Magalhães - BA, onde é beneficiado. A conclusão dos trilhos é indispensável no encadeamento de atividades da carteira de projetos do Piauí. Apesar disso, a SRN Mineração já se manifestou várias vezes alegando interesse de realizar o transporte de minério de ferro por caminhões até o porto de Itaqui, no Maranhão. Trata-se, muito provavelmente, de uma estratégia retórica para pressionar o Governo do Piauí a agilizar a concessão das licenças ambientais para poder começar a realizar sua exploração. Chegamos a essa conclusão quando observamos que no site dessa mineradora, a Ferrovia Transnordestina é apresentada um dos atrativos e garantidores da viabilidade econômica do projeto de extração de magnetita. Conforme informações contidas no site da empresa.

A região possui logística facilitada para o escoamento da produção através das rodovias BR-020 e PI-140/BR-324, com deslocamento de aproximadamente 100 Km pela última rodovia mencionada até o ponto de embarque na Ferrovia Transnordestina. Deste ponto, o escoamento da produção segue aproximadamente 900 Km por ferrovia até o porto de Suape, localizado no Estado de Pernambuco, região

Nordeste do Brasil. Outra possibilidade é o escoamento por cerca de 1000 Km via férrea até o porto de Pecém, localizado no Estado do Ceará, região Nordeste do Brasil (SRN MINERAÇÃO, 2022, n.p).

O site da mineradora deixa claro a sua intencionalidade de escoar o resultado da extração da magnetita nos seus blocos localizados no semiárido piauiense até os Portos de PECÉM ou SUAPE, conforme Figura 32.

Figura 32 – Traçados previstos para a Ferrovia Transnordestina até os portos do PECÉM, no Ceará e de SUAPE, em Pernambuco.



Fonte: <https://www.srnmineracao.com.br/projeto>

Da mesma forma, a empresa BEMISA, detentora dos direitos minerários do Projeto Planalto Piauí nunca iniciou sua exploração, aguardando a conclusão das obras da ferrovia (Figura 33). A necessidade da ferrovia para que a mineração se efetive fica evidente com atuação da mineradora BEMISA no sentido de obter a autorização para construir o trecho do ramal da Transnordestina entre o Município de Curral Novo – PI até o Porto de Suape, que havia sido abandonado pela Transnordestina Logística S/S - TSLA. Conforme matéria publicada no site do Porto de Suape,

A mobilização comandada pelo Governo de Pernambuco, que reuniu a bancada federal do Estado, além do setor empresarial, em torno de uma alternativa para a ligação ferroviária entre o Piauí e o Porto de Suape, conquistou um grande avanço nesta quinta-feira. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, assinou a autorização para que a mineradora Bemisa construa e explore uma ferrovia de 717

quilômetros conectando Curral Novo, no Piauí, ao Porto de Suape, na Região Metropolitana do Recife.

O ministro deu início, ainda, ao processo de consulta pública para que a Ilha de Cocaia seja retirada da área do Porto Organizado de Suape, o que possibilitará a movimentação de cerca de 20 milhões de toneladas de minério por Suape. Ao sair da chamada Poligonal do Porto, a ilha se torna viável para a instalação de um terminal privado de minério de ferro e, com isso, viabiliza a construção da ferrovia ligando o interior do Piauí ao atracadouro pernambucano (SUAPE, 2021, N.P)⁴⁷

Figura 33 - Trecho concluído da Transnordestina, Município de Simplício Mendes – Piauí.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em maio de 2021

Destaca-se que, além da autorização do ministério da Infraestrutura para que a BEMISA construa o trajeto da ferrovia entre Curral Novo no Piauí e o Porto de SUAPE, também foi iniciado uma consulta pública para que a Ilha de Cocaia possa ser utilizada como receptora de minérios, cerca de 20 milhões de tonelada de minérios. Com isso, o projeto Planalto Piauí passa a contar com grandes reservas de minério de ferro, além de ser detentora de um ramal ferroviário e de um terminal de minério de ferro localizado ao lado do porto de SUAPE. Conforme matéria publicada em 26 de setembro de 2022 no site Movimento econômico,

O presidente de Suape, Roberto Gusmão, o governador Paulo Câmara (PSB) e o CEO da Bemisa, Augusto Lopes na assinatura do contrato que prevê o arrendamento de um terminal de minério de ferro pela Bemisa por 30 anos no Porto de Suape.

O governador Paulo Câmara (PSB) acabou de anunciar a implantação de um terminal de minério de ferro a ser instalado pela Planalto Piauí Participações S.A., empresa que faz parte do Grupo Bemisa, que já vem negociando com o governo de Pernambuco a construção da Ferrovia do Sertão, que vai ligar o Sul do Piauí até o Porto de Suape. Localizado na Ilha de Cocaia, o terminal vai demandar um investimento de R\$ 1,5 bilhão.

⁴⁷ <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1584-ministerio-da-infraestrutura-autoriza-bemisa-a-construir-ferrovia-ligando-piaui-ao-porto-de-suape>

Somente no arrendamento da área o grupo vai pagar R\$ 184 milhões ao Porto de Suape por um período de 30 anos. O total da área a ser arrendada é de 51,8568 hectares.

A Bemisa conseguiu uma autorização, do Ministério da Infraestrutura, no final do ano passado para implantar a ferrovia, mas a situação é bastante complexa. Primeiro, porque no trecho que vai do Piauí a Custódia, em Pernambuco, tem vários pedaços construídos pela Transnordestina Logística – TLSA, do grupo CSN, que estava à frente das obras da Ferrovia Transnordestina, iniciada em 2006 e até hoje inacabada. A Transnordestina também começava no Sul do Piauí, seguindo até Salgueiro e depois deste município começavam dois ramais, um que chegaria em Suape e o outro iria até Pecém, na Grande Fortaleza.

A TLSA já anunciou que só vai acabar o trecho que liga a Transnordestina até o Porto do Pecém, no Ceará. O trecho que chegaria a Suape foi abandonado pela companhia (Belfort, 2022, N/P).

Apesar do andamento das obras da ferrovia se encontrar atrasado, com vários trechos iniciados e inacabados, a ferrovia, que embora sequer tenha ficado pronta, já causou inúmeros danos às comunidades localizadas na área em que seu traçado vem sendo construído no Piauí. Um exemplo disso foi o caso dos agricultores que tiveram suas terras invadidas pelos canteiros de obra da ferrovia Transnordestina, no município de Simplício Mendes, sofrendo impactos nas atividades de pequena pecuária sem que fossem indenizações pela parte de suas terras que foram atingidas (G1, 2015). Já no município de Paulistana, Quilombolas da comunidade Contente, também vem enfrentando problemas em virtude da construção da ferrovia Transnordestina (Martins, 2019). Além de prejuízos nas estruturas das casas, cisternas de placas, estradas e na atividade apícola, principal fonte de renda das famílias, que foi afetada em decorrência da proximidade do local em que passam os trilhos, os moradores reclamam que também foram vítimas de racismo por parte da empresa (G1, 2017). Por fim, a obra da Transnordestina seguiu a mesma lógica de utilização de força de trabalho por período temporário, tendo demitido 3,6 mil operários no Piauí em 2016 (G1, 2016).

Conforme discutimos nessa parte do trabalho, o modelo de desenvolvimento neoliberal proposto para o Piauí vem avançando aceleradamente sobre a natureza, entendida como fonte de recursos capazes de gerar interesse nos investidores (inter)nacionais. Para isso, por meio de estudos como o Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Piauí – PDES 2050, a natureza desse estado passa a ser oferecida na forma de carteira de projetos.

Esses projetos, por sua vez, apresentam uma relação de complementaridade, capazes de dotar o Piauí da infraestrutura necessária para que a exploração econômica se dê de modo intenso e permanente. É o caso dos setores de geração de energia e do transporte Ferroviário, que são complementares e imprescindíveis para a efetivação da intencionalidade da exploração mineral no Piauí.

Conforme já apontado na seção anterior, esse modelo econômico baseado nos grandes projetos de desenvolvimento, embora aumentem o PIB e o PIB per capita, influenciando em índices como IDHM, não revertem a condição de pobreza enfrentada por boa parte da população do Piauí. Além de não reverter esse quadro, esses grandes projetos têm sido responsáveis pelo desencadeamento de conflitos, ocasionados pelo avanço sobre o território de povos e comunidades tradicionais e camponesas, causando cercamento de bens comuns de uso coletivo.

Vimos o exemplo do projeto que prevê a construção de cinco barramentos no Rio Parnaíba para a geração de energia hidroelétrica e para estabelecer uma hidrovia, conectando as regiões do alto e médio Parnaíba ao futuro porto de Luís Correa. Esse caso evidencia como, em benefício de setores econômicos, são estabelecidas zonas de sacrifício, nas quais a população local é afetada. No caso das barragens, um número enorme de pessoas que, em caso de implementação do projeto, necessitarão ser removidas do seu local de moradia e de trabalho.

Esses cercamentos tendem a impactar na sociedade local e na natureza existente no território piauiense, ocasionando problemas relacionados à degradação ambiental e agravando os problemas de exclusão social vivenciado por grande parte da população do Piauí, ao privar grupos sociais do acesso a porções do seu próprio território e da natureza nele contida.

Esse alinhamento da economia local com a internacional, ao mesmo instante em que converte a natureza do Piauí em mercadoria vendida como matéria-prima, gera uma demanda por mercadorias produzidas em países industrializados, em especial da Europa e da China. É o caso, por exemplo, dos equipamentos utilizados nos geradores eólicos, bem como nos painéis fotovoltaicos. Por sua vez, a produção desses equipamentos requer uma intensificação da exploração mineral, que ocorre sobretudo em países da América Latina e da África, em busca de minérios como níquel, terras raras, nióbio, lítio, tântalo e minérios utilizados na fabricação de baterias recarregáveis, aerogeradores, painéis de energia solar, etc.

Nessa perspectiva, o Piauí configura-se duplamente como área de ajuste espacial. A primeira delas, por ser alvo de investimento de excedentes de capital, possibilitando a reprodução ampliada do capital investido a partir da exploração local, tanto da natureza quanto da força de trabalho. A segunda, por se tornar uma zona de escoamento de mercadorias produzidas em países industrializados demandadas pelos complexos de geração de energia eólica e solar, por áreas de mineração etc.

3.4 PLANEJANDO A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E REAFIRMANDO A CONDIÇÃO PERIFÉRICA

A lista das causas do subdesenvolvimento e da pobreza no Terceiro Mundo não pode estar completa antes que se dê a devida ênfase à importância do papel desempenhado pelo planejamento. Nem sequer se torna necessário qualificar de capitalista o planejamento, pois os países subdesenvolvidos não conhecem outro.

Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais.

Milton Santos

Na epígrafe acima, extraída de um artigo intitulado *Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza*, Santos (2007, p.13) foi incisivo ao afirmar que o planejamento se constitui como uma das causas centrais para a existência da pobreza e do subdesenvolvimento nos países do Terceiro Mundo. Para o autor, entre outros aspectos, o planejamento cumpre o papel de promover uma atmosfera de confiança, por meio da lei e da ordem, para haver segurança para os investimentos do capital privado. Entretanto, a busca de uma estabilidade para os investidores não se resume a garantias legais que deem segurança para os investimentos, para a propriedade privada, tampouco para as pessoas físicas (ou jurídicas) que aplicam o capital. O papel do Estado vai além, também como financiador das infraestruturas de alto custo que são necessárias à reprodução do Capital. Nesse sentido, o tesouro público, fruto do recolhimento de impostos, é usado para atender a essa demanda dos capitalistas, ou seja, o conjunto da sociedade, inclusive os segmentos sociais mais pobres, patrocinam os empreendimentos privados.

Eu tive que ir ao supremo para liberar um contrato de empréstimo. Veja, uma coisa que eu tenho orgulho, o Piauí é um dos três estados Brasileiros que não tem dívida com a União. O Piauí não deve nada pra União. Zero de endividamento com a União. [...]. A nossa dívida é uma das mais baixas do Brasil, 41% da nossa receita anual. A dívida da União, nossa dívida é de 8% do nosso PIB. A da União, se aproximando de 80%, do PIB pra você tem uma ideia da diferença. A gente toma empréstimo com aval da União. Mas aí, lá atrás, quando teve esse acordo de socorrer os estados endividados, que eram os de economia mais forte como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, enfim, tinha Alagoas que tinha uma dívida considerável no Nordeste. Ali os outros estados, que numa linguagem popular “fez o dever de casa”, chegamos pra o ministro Meirelles: e nós? Como é que fica? A gente trabalhou e agora? E aí, ficou uma ideia de que dariam uma compensação, como um empréstimo, na proporção de sete bilhões. O Piauí pegaria 315 milhões. Foi dado em julho do ano passado o aval, assinado pelo ministro, pela secretaria do tesouro. [...] Tive que ir ao supremo. Conseguimos uma decisão agora, do ministro Fachin, dizendo que é um direito do estado receber. [...], mas veja, não tem sentido. É no momento de crise. E

eu estou falando em investimento [...] para a rodovia pra Dom Inocêncio, uma rodovia de mineração, rodovias pra Pimenteiras, [...]. É uma estrada importantíssima na região também da mineração, e é da cana de açúcar, enfim. Um conjunto de obras em 334 municípios que depende desse dinheiro. E é um dinheiro que, na forma como eu trabalhei, ele se multiplica. Porque ele está colado com outros investimentos privados. Nesse momento, que nós estamos vivendo no Brasil, [...] **desde 2015 o Piauí tem uma carteira de investimentos, públicos e privados de cerca de 62 bilhões de reais.** É o único estado que teve saldo positivo no crescimento do PIB de 2014 para cá, um dos quatro estados que teve saldo positivo de emprego. Ou seja, acumulando crescimento, acumulando emprego. **E veja, tomando financiamento. Tomei empréstimo do Banco Mundial, tomei empréstimo do Banco do Brasil, esse aqui da Caixa. E é isso que eu defendo para a União, ou seja, quando você faz um endividamento para poder você fazer investimento para o desenvolvimento, você está antecipando o desenvolvimento.** A nossa dívida, eu recebi agora em 2015, era 62% da receita. Nós tomamos emprestados cerca de 1 bilhão e meio, que era quase metade do que a gente devia. E a dívida caiu. Por que é que caiu? Porque a economia cresceu. Porque gerou mais emprego, gerou mais renda. (Dias, 2018, informação verbal).

A citação acima, trecho da fala do ex-governador ao Programa Entre Vistas, deixa evidente como o Estado atua no sentido de obter empréstimos para financiar infraestruturas a serviço dos grandes projetos. O ex-governador fala em empréstimo para construção de estradas para a mineração e para a produção de cana-de-açúcar. Menciona a carteira de projetos que o Piauí possui desde 2015, ou seja, desde a finalização da consultoria que produziu o PDES 2050. O ex-governador afirma ter tomado empréstimo junto ao Banco Mundial, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Segundo Wellington Dias, **“quando você faz um endividamento para poder fazer investimento para o desenvolvimento, você está antecipando o desenvolvimento”**. Dessa fala podemos concluir que o modelo de desenvolvimento do Piauí se realiza às custas do endividamento do Estado. Consequentemente, comprometendo as receitas do Piauí para o pagamento da dívida pública, retirando dinheiro para investimentos em áreas sociais.

Necessário acrescentar também, à análise de Santos, as renúncias fiscais, concedidas pelos Estados aos investidores como forma de incentivo a aplicação do capital em um determinado lugar, bem como a dívida pública, contraída pelos Estados na forma de empréstimos junto aos bancos para financiar grandes obras. A renúncia fiscal, que renuncia a impostos dos capitalistas, e os juros da dívida pública paga pelos Estados às instituições financeiras comprometem os investimentos em áreas sociais como educação, saúde, habitação, cultura, entre outras. Daí o papel que o planejamento econômico tem em perpetuar e mesmo agravar os casos de pobreza nos países periféricos.

No caso do Piauí, convém lembrar que o PROPIDEL garante isenção de ICMS para atrair empreendimento. Do mesmo modo, o Estado confere isenções e descontos de ICMS para empresas de mineração. Pode-se mencionar, como exemplo, a isenção do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços, o caso da isenção concedida para o projeto Piauí Níquel. Conforme o Decreto n.º 17.887 publicado no diário oficial do Piauí de 06 de agosto de 2018, o projeto Piauí Níquel – que se encontra ainda em fase de implantação – já possui isenção de 100% de ICMS por 10 anos, e, após esse período, gozará de isenção de 80% por 5 anos e, passado esse prazo, isenção de 60% por mais 5 anos. Conforme se observa, entre isenção total e descontos, são 20 anos com ICMS reduzido entre 100% e 60%. Isso é maior do que o próprio tempo de funcionamento do projeto. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental – EIA do referido projeto, “a vida útil do empreendimento está condicionada à exaustão da jazida do minério de níquel, prevista para 17,6 anos no conhecimento atual da jazida.” (ARCADSI, 2017, p.151).

Diante da criação de toda essa rede de infraestrutura logística mencionada no subcapítulo anterior, principalmente a de geração de energia eólico/solar e da ferrovia Transnordestina, custeada ora com o endividamento do Estado que capta empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, ora com recursos do tesouro público cedido na forma de empréstimo para que empresas possam realizar investimentos privados, porém com recursos públicos, o Estado se abre para abrigar novos projetos de longa duração (Harvey, 2005), principalmente na área de mineração. Praticamente todos os territórios de planejamento do Piauí vêm sendo alvo de prospecções em busca da confirmação de novos jazimentos minerais que sejam aptos para exploração.

Figura 34 – Material publicitário do Estado do Piauí associando desenvolvimento à Mineração



Fonte: Piauí, 2017.

Embora venha dotando seu território de infraestruturas e investindo na consolidação de uma carteira de projetos, a economia do Piauí continua associada às demandas internacionais e, consequentemente, atreladas às oscilações do mercado externo demandante de matérias-primas, a diferença é que agora o planejamento estatal e do mercado estabelecem uma especialização produtiva para o território voltada para o longo prazo, diferentemente de antes, onde a demanda nacional ou internacional fazia com que ciclos econômicos de curta ou média duração surgissem e desaparecessem conforme as oscilações do mercado, como foi o caso da pecuária e do extrativismo da maniçoba. Entretanto, embora associadas ao planejamento e pensadas para ocorrer constantemente, como na exploração mineral, que avança sobretudo na região do ambiente semiárido piauiense, as experiências ocorridas em outras regiões mineradas do país apontam para a permanência e o agravamento das condições de dependência econômica.

Peters Coelho (2018), baseando-se nas experiências de Mariana e Brumadinho, municípios do Estado de Minas Gerais nos quais ocorreram os rompimentos das barragens de rejeito do Fundão, em 2015, sob responsabilidade da SAMARCO, e da barragem da mina do córrego do Feijão, em 2019, sob responsabilidade da VALE S/A, aponta problemas causados pelo que ele chama de minério-dependência. Juntos, esses dois rompimentos ocasionaram, de forma direta, a morte de 289 pessoas e grandes danos ao meio ambiente. Mesmo assim, segundo o autor, houve uma preocupação entre moradores, representantes dos poderes públicos, comerciantes, trabalhadores das mineradoras e das empresas terceirizadas por estas, em relação à paralisação das atividades dessas empresas, em razão de impactos na economia local.

Nesse sentido, é possível afirmar que nas áreas onde a mineração se territorializa, ao longo do tempo, ela acaba açambarcando todos os arranjos econômicos, que passam a se realizar em torno dela. Além disso, as finanças públicas municipais e mesmo estaduais se atrelam à mineração. Foi por essa razão que, mesmo com os crimes ambientais praticados pelas mineradoras SAMARCO e VALE S/A, a paralisação da mineração nesses municípios preocupou muita gente que temia um colapso local, ocasionado pelo fechamento de postos de trabalho, crise no comércio e no setor de serviço privado, além de ameaçar o funcionamento da máquina pública devido à queda na receita municipal.

Para além dos exemplos dos casos de Brumadinho e Mariana, em situações tidas como “normais”, a dependência se manifesta na subordinação da mineração em relação ao mercado global de *commodities*. Isso porque um minério extraído no Piauí tem o seu preço estabelecido não pelo custo da produção local, mas sim pelo preço ditado pelo mercado internacional. Os custos locais da extração, que incluirão todas as etapas, desde a retirada do mineral da rocha até o transporte e embarque em cargueiros para o destino, na verdade, definirá se existe, ou não, viabilidade para que uma mineradora mantenha, amplie ou mesmo paralise algum projeto de extração, caso os preços internacionais não sejam considerados viáveis. Do mesmo modo, os preços internacionais das *commodities* associados à logística local que influencia nos custos da produção, irão influenciar na expansão da fronteira mineral, levando à abertura de novas minas.

Conforme Peters Coelho (2018), como as economias locais estão sujeitas às oscilações de preços internacionais dessas *commodities*, a queda no preço dos minérios influencia diretamente também nas taxas de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), a qual é uma espécie de *royalty* destinado a municípios e estados que direta ou indiretamente são afetados pela mineração, além de órgãos ambientais e União. Quando o preço internacional dos minérios cai, ou ocorre desastres; ou ainda com o esgotamento das

jazidas, diminui a arrecadação da CFEM, diminuindo as receitas de municípios e estados minerados.

Para além do econômico, a minero-dependência se engendra na seara política, o que acaba por definir usos hegemônicos dos territórios, unindo interesses da elite local e do mercado internacional. Por esse motivo, faz-se necessário atentar que

A dependência, que é inicialmente de cunho econômico, se traduz também em dependência política e dependência social. É um fenômeno multidimensional. Segundo Bambirra (2013, p. 144), a estrutura da dependência se reproduz politicamente por meio de ingerências externas e da tomada de decisões no âmbito interno. Na medida em que a dependência econômica é aprofundada, a tendência é intensificar também a dependência política. Em escala local, estadual e federal, grandes empresas mineradoras inserem no processo deliberativo representantes de seus interesses (câmaras dos vereadores, prefeituras, governos estaduais, órgãos de licenciamento ambiental e de fiscalização, senadores e deputados estaduais e federais, etc.) que buscam vantagens para a atividade através de isenções fiscais, flexibilidade do licenciamento, direcionamento de investimentos, apoio logístico de transportes, construção de infraestrutura, dentre outros mecanismos (Oliveira, 2015; Guimarães et. al, 2018). As formas de estruturar a dependência política são variadas, sendo que podemos destacar o lobby, o financiamento de campanhas eleitorais (Milanez et. al, 2018) e a ocupação majoritária de centros deliberativos (Peters Coelho, 2018, p. 254).

No Piauí há um exemplo flagrante dessa situação, haja vista que a Secretaria Estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis — SEMINPER foi ocupada entre 6 de março de 2015 até 6 abril de 2018 por um político que é acionista da empresa SRN Mineração, uma *holding* criada em 2014 a partir da junção de 6 empresas menores, que vem tentando licenciar um empreendimento de mineração na área do Território Quilombola Lagoas, localizado na microrregião de São Raimundo Nonato. Esse fato chegou a render uma matéria jornalística intitulada de “*Luís Coelho ao assumir a mineração é como botar 'rato para cuidar do queijo'*”⁴⁸, publicada em um portal de notícias estadual bastante conhecido. Segundo a matéria, havia uma grande expectativa na indicação desse secretário para ocupar a pasta, haja vista que atendia a dois desejos, sendo um de interesse público e outro pessoal, “o da real extração de minérios, e o desejo que o futuro secretário tem de participar desta extração. É matar dois coelhos com uma cajadada só” (180 GRAUS, 2015, n.p.).

Situações como a descrita acima nos permite inferir que um *lobby* pró-mineração já é real no Estado do Piauí e que a condução do planejamento econômico, em especial a ligada ao

⁴⁸ Luís Coelho ao assumir a mineração é como botar 'rato para cuidar do queijo'. 180 GRAUS, 10 de fev. de 2015. Disponível em: <<https://180graus.com/politica/luis-coelho-ao-assumir-a-mineracao-e-colocar-rato-para-cuidar-de-queijo/>>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

setor mineral, possui um forte elemento classista, que beneficia não apenas as empresas de mineração exógenas, mas também membros da classe política e empresários que compõem a elite econômica estadual.

Isso pode ser percebido em uma entrevista concedida pelo ex-secretário da SEMINPER ao programa Script da TV Assembleia do Piauí. Nela, o empresário que assumiu a pasta da mineração, fala sobre o início de seu trabalho na secretaria, dizendo que buscou ouvir o empresariado possivelmente interessado em investir no Piauí

Quando eu assumi a secretaria, recém-criada, eu passei mais ou menos 20 dias no eixo São Paulo, Rio, Curitiba. E eu perguntava aos empresários que tinham negócios aqui no Piauí, eu perguntei: O que você precisa para aumentar os seus investimentos ou, então, o que você precisa para iniciar seus investimentos no estado? Então eles foram me dizendo algumas coisas. Essas coisas eu fui anotando e, ao chegar no Piauí, conversei com o Governador e transformamos isso em leis. Tá certo? Que deu ao empresário a segurança, o empresário ele quer ter a segurança de que ele está investindo no estado onde as leis são respeitadas (Coelho, 2018, informação verbal).

O pensamento dos representantes públicos, como o visto na citação acima do ex-secretário da SEMINPER, ganha materialidade enquanto o planejamento econômico, que carrega um modelo de economia e de sociedade a priori, empresta ares de cientificidade e de organização estatal, institucionalizando o pensamento hegemônico de certos grupos de pessoas na elaboração de políticas públicas. A relação entre Estado e natureza, mediatizada pelo planejamento que tem como finalidade a sustentação do modelo capitalista de produção, é, portanto, uma relação de classes sociais.

Como é possível observar na citação acima, as atribuições do Estado no planejamento passam a ser, além dos já tradicionais papéis de responsável pelo equilíbrio econômico, fornecedor das infraestruturas para as grandes firmas, também o de formulador de políticas públicas capazes de dinamizar o setor produtivo, tendo como objetivo balizador os planos e metas de desenvolvimento. Destacamos três artifícios, embora não sejam os únicos, que, paulatinamente, passam a alçá-la como uma das principais atividades da carteira de projetos incentivada pelos sucessivos governos do Piauí, independente de campo político no qual este se vincule, sejam progressistas ou liberais.

O primeiro deles é a incorporação paulatina da mineração em seus documentos de planejamento, como os Planos Plurianuais, com o intuito de fomentar esse setor da economia. O segundo é a adoção de medidas de caráter técnico-científico, como a realização de estudos referentes às características geológicas das infraestruturas existentes e das necessárias para a efetivação da indústria extrativista mineral. Esses estudos se materializam em documentos cuja finalidade é direcionar políticas públicas e a alocação de recursos do Estado para os grandes

projetos, inclusive no fomento da mineração. Um exemplo de documentação desse tipo é o *Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí*, publicado no ano de 2005. Nesse documento analisamos como se dá a abordagem referente à questão das infraestruturas existentes para a produção mineral. A reflexão perpassa por compreender como o Estado apresenta “o que existe” e o que “deverá existir” para a consolidação desse setor no Piauí. A terceira medida é a modernização das leis ambientais a partir da realização de ajustes no ordenamento jurídico relacionado ao licenciamento ambiental, com a finalidade de facilitar a instalação de grandes empreendimentos no Piauí. No caso das mudanças na legislação que visam dar celeridade aos licenciamentos ambientais, temos a Instruções Normativas – IN 07 de 2021 que merecem especial atenção pelo potencial de risco que oferecem para os povos e comunidades tradicionais do Piauí.

3.4.1 A Inserção da mineração nos Planos Plurianuais do Piauí

Para efetivação desse modelo econômico de apropriação hegemônica dos territórios, uma das metodologias tem sido a criação de instrumentos que visam o planejamento estratégico da exploração dos recursos naturais existentes em seu território. Entre esses instrumentos citamos o Plano Plurianual (PPA).

O plano plurianual é um instrumento de política de governo, cuja elaboração se realiza de conformidade com o disposto no § do artigo 178 da constituição estadual e na lei complementar número 05 de 12 de junho de 1991 e tem como finalidade estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (PPA 2004-2007, p.02).

O prazo de planejamento de cada PPA é de um quadriênio. Sua elaboração fica a cargo da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) e, embora esteja previsto desde o ano de 1989, quando da promulgação da Constituição do Estado do Piauí, com posterior lei complementar de nº 05 de 12 de junho de 1991 (atualizada pela Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007), a SEPLAN só disponibiliza para consulta pública em site institucional os PPA's dos quadriênios 2004 a 2007, 2008 a 2011, 2012 a 2015 e 2016 a 2019.

Nesse documento, são apresentados diagnósticos sobre o perfil da população, dados socioeconômicos, orientações setoriais e metas a serem cumpridas por áreas: educação, saúde, segurança, meio ambiente, entre outros, além de um panorama sobre setores produtivos, bem como as estratégias que serão buscadas para o desenvolvimento do Estado, com os devidos orçamentos a serem investidos. No entanto, os PPA's apresentam uma nítida opção por um

modelo de desenvolvimento hegemônico, fato que pode ser observado na previsão de alocação de recursos por setores.

Por exemplo, enquanto o PPA do quadriênio 2004-2007 prevê em sua “*Lista de Programas Governamentais voltados à resolução dos problemas da área de desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda*” um investimento de R\$ 67.238.932,00 para “*inclusão e desenvolvimento da agricultura familiar*” e de R\$ 1.224.060,00 em “*assistência técnica e extensão rural*”, prevê também um orçamento de R\$ 814.585.872,00 para o “incentivo ao agronegócio” no Piauí. Ou seja, investe-se 12 vezes mais no incentivo ao agronegócio do que na inclusão e desenvolvimento da agricultura familiar.

No PPA do quadriênio seguinte (2008-2011) o setor que continua sendo tratado de maneira estratégica pelo Governo continua sendo o agronegócio. De tal modo que, ao discutir “*desenvolvimento rural*” passa a participar do PPA a proposta de produção de energias renováveis, a partir da cana-de-açúcar, a mamona, pinhão-manso e o eucalipto. Uma clara opção pelo estímulo aos chamados agrocombustíveis. Nesse PPA, fala-se em “fomentar a exploração e comercialização da mineração e propõem a “elaboração de um plano diretor de mineração do estado”, documento que nunca foi produzido.

A partir do PPA 2012-2015 os setores de mineração e energia ganham um pouco mais de destaque, resultado da criação da Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis do Piauí, ocorrida no ano de 2011. Sobre a mineração, o PPA afirma que estudos geológicos apontam para a ocorrência de minerais com grande potencial econômico no Estado. Quanto ao setor de energia, faz menção a proposta de construção das cinco novas hidroelétricas no rio Parnaíba, além da expansão da produção de “energias limpas”, como biomassa e eólica. Já o setor do agronegócio, continua sendo área de atenção estratégica, em detrimento do pequeno produtor, conforme se pode observar no trecho a seguir:

O Censo Agropecuário do IBGE, 2006, ao avaliar a condição do produtor em relação a terra aponta que no Piauí existe um contingente de 25.146 produtores sem área e 11.340 assentados sem titulação definitiva, quando avaliada a condição legal das terras, o número de estabelecimentos agropecuários contabilizados que não apresentam titulação definitiva caiu para 10.336. Estes dados reportam a necessidade de ações de regularização fundiária e viabilização de assentamentos rurais.

Cabe lembrar que no atual contexto em que o agronegócio ganha destaque no cenário econômico, as ações de regularização fundiária estão sendo direcionadas a outro segmento, que não o da agricultura familiar, trata-se do médio e grande produtor. As ações dentro desta linha estão pautadas não mais em questões sociais e no princípio da equidade como proposto pela reforma agrária e distribuição de terras e sim em princípios econômicos, uma vez que há uma necessidade pungente de inserir os produtores de grãos na cadeia produtiva, porém, em condições de legalidade frente à ocupação das terras (PPA 2012-2015, p. 91. Grifo nosso).

Como é possível observar no trecho do PPA 2012-2015, há uma nítida opção ideológica no planejamento estatal para o Piauí, voltado para uma perspectiva de eficiência econômica a partir de uma noção de desenvolvimento baseado no aumento da produção, crescimento da produtividade do agronegócio e, mais recentemente, mineral e energético.

Mas é na versão do PPA 2016-2019 que a mineração e o setor energético ganham status de centralidade, juntamente com o agronegócio. Pela primeira vez foram estabelecidos objetivos e metas, no intuito de dinamizar os setores. O Estado busca assumir o protagonismo no sentido de prover sua própria energia e se tornar vendedor do excedente produzido. Nesse sentido, apresenta como meta o investimento em matrizes diversas de energia, como eólica, solar, etanol, biodiesel, biomassa, além da produção de petróleo e gás. Ressalta-se que esse PPA já dialoga com o conteúdo do PDES-PI 2050, que teve sua versão final lançada no ano de 2015.

Já no que diz respeito à mineração, há um capítulo intitulado “Mineração para o desenvolvimento sustentável”, no qual apresenta uma lista de objetivos e de metas, entre as quais destacamos: implantação de um Centro de Tecnologia Mineral; a implantação de uma base de dados da mineração no Estado, com elaboração do mapa geológico em escala de 1:250.000; realização de estudo sobre as cadeias produtivas de base mineral visando ao desenvolvimento e sustentabilidade das atividades de mineração e apoio aos empreendimentos; elaboração de estudos, pesquisas, projetos, avaliação e quantificação de depósitos minerais (PPA, 2016, 78).

Esse avanço da mineração no Piauí se apresenta como uma *macrotendência e vem* sendo apontada como “vocação econômica” nos seguintes Terr rios de Desenvolvimento do Estado do Pia  : Cocais, Carnaubais, Vale do Rio Guaribas na macrorregião Meio Norte; Serra da Capivara e Vale dos Rios Pia   e Itaueira na macrorregião do semiárido. Atualmente há em torno de 3,5 mil licenças para pesquisa mineral no Estado, concedidas pelo DNPM (PPA, 2016).

Sendo tratado como uma vocação territorial a ser explorada, o Estado passa a planejar esse segmento da economia. E, uma das medidas adotadas nesse sentido foi a elaboração do Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do estado do Pia   que, como o próprio nome indica, tratou de diagnosticar a cadeia extrativista já existente, bem como apontar as áreas com potencial para futura exploração. Nesse sentido, na seção seguinte, buscaremos analisar como o referido documento tratou o debate sobre infraestruturas existentes e sobre os gargalos econ micos enfrentados pelo setor.

3.4.2 O debate sobre infraestrutura e gargalos econômicos no documento Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí

A partir dos anos 2000 o Estado do Piauí passou a ser um território de interesse dos empreendimentos do setor mineral. Essa situação decorre de acontecimentos econômicos de ordem global, principalmente pelo crescimento da economia dos países emergentes, em especial a China. Nesse cenário de ampliação da demanda internacional por minérios, diversas empresas passaram a realizar pesquisas para confirmar a existência de jazidas minerais economicamente viáveis de serem exploradas. A partir daí, buscando viabilizar e atrair esses empreendimentos, o Estado passa a adotar medidas de caráter técnico-científico de modo a planejar o desenvolvimento do setor.

O *Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí* cumpre essa função, ao apresentar para o empresariado a intencionalidade do Estado em garantir o suporte necessário para que os investidores aloquem seu capital sem riscos. Entendemos que esse documento demarca a retomada do planejamento estadual no fomento à mineração, sob o discurso do desenvolvimento.

Produzido pela Fundação CEPRO através do convênio 004/2004, firmado entre governo do Estado do Piauí e o Ministério de Minas e Energia, o estudo teve um custo de R\$ 150.000,00 reais financiados pela União, com uma contrapartida estadual no valor de R\$ 15.000,00, sendo publicado no ano de 2005. Entendemos que esse se trata do primeiro documento produzido pelo estado do Piauí concebido em uma lógica de planejamento setorial pensado sinergicamente a outros setores como os de geração de energia elétrica e logística de transporte.

Buscamos aqui, de maneira específica, analisar como se dá a abordagem referente à questão das infraestruturas existentes para a produção mineral. A reflexão perpassa por compreender como o Estado apresenta “o que existe” e o que “deverá existir” para a consolidação desse setor no Piauí.

O capítulo que trata sobre a infraestrutura da qual dispunha o estado do Piauí no ano que o documento foi elaborado é apresentado subdividido em seis partes: rodovias, ferrovias, aeroportos, energia elétrica, abastecimento de água e esgotos e comunicações. Neste trabalho a análise foi circunscrita aos aspectos apresentados sobre as rodovias, ferrovias e setor energético. Para fins de análise, as informações trazidas pelo documento foram dialogadas com outras fontes, para contextualização e melhor compreensão da situação da infraestrutura de transporte no estado.

Na parte sobre rodovias o relatório apresenta a malha viária disponível no Estado do Piauí, com destaque para as estradas federais e apontando as rodovias estaduais e municipais como sendo complementares dessa rede. As estradas são apresentadas como principal forma de ligação entre as diferentes regiões do Estado, bem como do Piauí com outras regiões do país, possibilitando fluxos tanto de pessoas quanto de mercadorias. Nesse sentido, não difere da maior parte do restante do país. A esse respeito, Silva afirma que:

Os traçados férreos construídos no estado do Piauí, principalmente aqueles que chegaram a funcionar, se localizavam principalmente na parte Norte do Estado, tendo como principal objetivo o encaminhamento da produção para o porto de Amarração. De 1950 em diante, seguindo a dinâmica nacional com o advento da era do rodoviarismo no Brasil, no Piauí, além das construções de ferrovias, passa-se a configurar uma atenção maior para a implantação das rodovias, o que se faz mediante a construção e o melhoramento das estradas carroçáveis que já existiam. É nesse contexto que as ferrovias e a navegação fluvial passam a perder pouco a pouco as suas funções de principais meios de transporte no Estado.

No Piauí se inicia por parte do governo estadual e federal uma política de incentivo a construção de rodovias, com a implementação de estudos para ligação entre as cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano, Oeiras, Picos e Barras (VIEIRA, 2010). Pelas dificuldades de transporte vivenciadas no Estado desde sua formação, as rodovias diante do cenário da época apareciam como o meio mais rápido para dinamizar e suprir as carências nesse setor.

Com a construção de estradas de rodagem pelo Piauí, a quantidade do transporte de cargas, mercadorias e pessoas diminui pelas ferrovias. Entre os fatores que propiciaram a perda de importância das ferrovias podemos destacar que, além do forte incentivo de políticas públicas voltadas ao rodoviarismo, foi determinante a ação das empresas automobilísticas. No Piauí, Vieira (2010) destaca os papéis das mídias (principalmente os jornais) como um dos principais elos fomentadores do estilo de vida voltado aos benefícios do automóvel, em grande parte usados pelas empresas automobilísticas para anúncio de caminhões e automóveis.

Em 1937 o Piauí aparece entre um dos Estados mais carentes de ferrovias, mesmo assim alguns trechos lentamente vão sendo entregues. No final da década de 1930 e início da década de 1940, observa nacionalmente um forte incentivo estatal para o desenvolvimento da industrialização por parte do governo federal, logo eclodindo em 1950 a 1960 o rodoviarismo, resultando em um maior incentivo em construções de rodovias por todo o país, no Piauí observa-se uma significativa participação na construção e melhoramento das rodovias estaduais (VIEIRA, 2010). Desta forma, um dos fatores que também ajudou a promover as construções rodoviárias no Piauí, foram as excessivas demoras nas construções ferroviárias e mesmo os problemas decorrentes ao estado de conservação do material rodante. (Silva, 2018, p. 91-92)

Conforme o documento, o Piauí possuía no ano em que o estudo foi realizado,

uma extensão total da rede rodoviária em torno de 60.333km de estrada, sendo 3.121km federais, 9.477km de estradas estaduais, 1.141km de estradas transitórias e 46.594km de estradas municipais. Quanto à situação da rede rodoviária, 4.230,8 km são pavimentados (4.219,5km de pista simples e 11,3 km de pista duplicada), 52.764,1km não são pavimentados (43.584,1 km de leito natural e 9.180km implantados) e 3.338,5km de estrada planejada, segundo dados do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí –DER– PI (CEPRO, 2005, p.25).

O documento retrata que, embora seja o principal meio de circulação e de escoamento da produção realizada no Piauí, há uma situação problemática nas rodovias que cortam o Estado. Conforme mostram os dados, dos 60.333 km de estradas existentes em 2006, apenas 7,01% eram pavimentadas. Desse total de estradas com pavimento, apenas 0,26% eram duplicadas. Pelo exposto, fica evidente a debilidade logística de escoamento dos fluxos de mercadoria e populacionais no Piauí.

Na sequência, o documento informa que o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, previa a melhoria de estradas com potencial turístico, e que o Departamento de Estradas de Rodagem no Piauí – DER-PI, restauraria trechos de rodovias “para interligar áreas de produção agrícola e industrial, como os cerrados e fábrica de cimento, entre outras.” (CEPRO, 2005, p. 26). Observa-se, portanto, que ao mesmo tempo em que cumpre a função de diagnosticar uma situação problema, o estudo busca dar ao possível investidor uma segurança de que os problemas de infraestrutura, que são reconhecidos pelo Estado, serão solucionados. Uma forma de mostrar ao empresariado um compromisso do Estado com o setor.

Ainda segundo o documento, as rodovias federais possibilitavam e ainda possibilitam o escoamento da produção mineral já realizada no Piauí, tais como:

a vermiculita, em Queimada Nova, pela BR-407; a opala, em Pedro II pelas BR-343 e BR-404; o granito ornamental, em São Raimundo Nonato e São João do Piauí (BR-324 e BR-020), em Luís Correia e Parnaíba (BR-343) e em Paulistana (BR-407); calcário calcítico e mármore, em Pio IX pela BR-020; níquel, em São João do Piauí pela BR-324. Além disso, várias estradas municipais e estaduais possibilitam o escoamento da extração mineral destas cidades. (CEPRO, 2005, p. 26).

Passados 17 anos do lançamento do documento, na atualidade, pela não conclusão das obras de construção da Ferrovia Nova Transnordestina, que cortará o estado do Piauí no sentido oeste-leste, ligando-o aos portos do Pecém, no Ceará e de Suape, em Pernambuco, as rodovias continuam sendo o principal meio de escoamento possível para a produção, seja dos projetos de mineração em gestação, seja os do agronegócio já consolidado.

Essa constatação pode ser feita a partir de matéria do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, que trata sobre a intencionalidade da empresa SRN Mineração escoar o minério de ferro por caminhões, até a conclusão da ferrovia. Na reportagem, o presidente da empresa, Marcelo Prado, afirma que

embora o projeto dependa da Transnordestina, os planos estão sendo feitos sem contar com ela, já que não há prazo para conclusão das obras. O transporte do minério será feito exclusivamente por rodovias, por enquanto, por meio de caminhões (IBRAM, 2017).

Da mesma forma, durante a apresentação do EIA/RIMA do Projeto Piauí Níquel em audiência pública realizada no dia 18 de junho de 2019, o Gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais, Marcelo Rideg, afirmou que a empresa prevê o escoamento do níquel que se pretende extrair do município de Capitão Gervásio através de caminhões, enquanto a transnordestina não for concluída.

Apesar dessas afirmações, o transporte de minérios de ferro e níquel são, geralmente, realizados por meio de trem ou através de minerodutos, em virtude do volume e dos custos de se realizar esse escoamento através de caminhões. É importante destacar que, segundo informações do documento em análise, a falta de infraestrutura, basicamente estradas e fornecimento de energia elétrica insatisfatório, foram responsáveis pela desativação das minas de gipsita nos municípios de Paulistana, Betânia do Piauí e Simões, localizados na borda ocidental do Araripe (CEPRO, 2005, p. 115).

Segundo informações prestadas por algumas dessas empresas, essa atividade se tornou antieconômica a partir da falta de energia de forma regular e carga permanente, como também pela falta de estradas adequadas para escoamento da produção, tornando inviável a sua utilização nas usinas de calcinação localizadas principalmente em Araripina – PE, pólo regional de aproveitamento desta substância (CEPRO, 2005, p.105).

Quanto à destinação do minério, os sócios da SRN Mineração afirmam que, embora a conclusão da Ferrovia Transnordestina seja necessária para o escoamento, inicialmente ele será transportado por rodovias. Em entrevista concedida ao Programa Palavra Aberta⁴⁹, Luís Coelho, sócio da empresa SRN Mineração e ex-secretário estadual de Mineração, petróleo e energias renováveis, mencionou o transporte até o porto de Itaqui, no Maranhão (Coelho, 2017, informação verbal). Já Bob Ziegert, outro sócio da SRN Mineração, em entrevista ao programa Banca de Sapateiro, da TV Meio Norte⁵⁰, sugeriu o transporte até Açailândia, também no Maranhão (Ziegert, 2021, informação verbal). Entretanto, ambos falam que, com a conclusão da ferrovia, o minério será escoado até o porto do Pecém, no Ceará.

A ferrovia Nova Transnordestina, chega como forma de superar a defasagem da estrutura de transporte existente, possibilitando o escoamento da produção com menor custo e em maiores quantidade. A concepção e execução dessa obra demarca o interesse que os investidores possuem no Piauí, sobretudo pela produção de grãos do cerrado e da existência de projetos de mineração promissores, com a tonelagem de jazidas já dimensionadas e o nível de

⁴⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=udGZcLXiQXo>

⁵⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=ap8XuVUhdWY&list=PLBa5-d9zUP68rH49-bBbSUyJPAsJnw54w&index=3>

pureza dos minérios já conhecidos, como a de Curral Novo do Piauí (Anuário Mineral Brasileiro, 2018, p. 03).

Apesar das declarações dos representantes da SRN Mineração e da Piauí Níquel, sem a conclusão da nova ferrovia, existe um gargalo logístico para que empreendimentos de mineração na região do semiárido piauiense sejam economicamente viáveis, em virtude do custo do frete. Acreditamos que a alegação de viabilidade do transporte rodoviário seja um apelo estratégico, para acelerar o licenciamento ambiental, enquanto as infraestruturas necessárias, como as energéticas e ferroviárias, não são concluídas.

Outra questão apontada pelo documento como sendo demandante de investimentos foi o setor de energia, tanto a parte de geração elétrica quanto das linhas de transmissão. Quando o estudo foi publicado no ano de 2005, apenas a usina hidrelétrica de Boa Esperança produzia energia no Estado do Piauí (pouco mais de 200 MW). A energia não era suficiente para um processo de industrialização, tampouco suportaria a mineração no Estado.

Considerando a importância da energia elétrica proveniente de hidrelétricas para alimentar grandes empreendimentos industriais e sem esquecer os avanços alcançados na expansão da presença de redes energéticas por quase todo o Estado (cidades, povoados, fazendas), **ainda é crítica a qualidade da energia elétrica oferecida no Piauí, principalmente em cidades cuja população é inferior a 5 mil habitantes.** São observadas constantes interrupções de fornecimento ou quedas de tensão, causando não somente a paralisação das atividades dela dependentes, muitas vezes provocando a queima de equipamentos. Nos horários de pico, vários sistemas de bombeamento deixam de funcionar para evitar danos aos equipamentos, interrompendo o fornecimento de água por vários dias (CEPRO, 2005, p.29).

Essas eram as condições do sistema de energia elétrica que o Estado do Piauí dispunha no período em que se intensificava o chamado “boom das commodities”. A precariedade do setor se colocava como um impeditivo do processo de exploração mineral. Nesse sentido, alguns projetos foram pensados para ampliar o potencial de geração de energia no Estado.

Conforme visto no capítulo 3.2, a princípio, tal qual a usina hidrelétrica de Boa Esperança, a CHESF realizou estudos para a construção de mais cinco usinas hidroelétricas no rio Parnaíba. Esses projetos, embora tenham sido elaborados EIA/RIMA, não foram concretizados. A ampliação do potencial de produção de energia elétrica no Estado do Piauí vem se consolidando pela instalação de parques eólicos, bem como de grandes usinas de energia solar. Nesse novo cenário, o Piauí não apenas consegue suprir sua atual demanda por energia, como tem a capacidade de se industrializar e receber projetos de extração mineral, além de possuir capacidade para vender o excedente de energia não utilizado.

3.4.3 Passando a boiada no Piauí e dando de baciada a simplificação de marcos regulatórios: a Instrução Normativa 07 de 02 de março de 2021 da SEMARH

“Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. E deixar a AGU (Advocacia Geral da União) de stand by pra cada pau que tiver –porque vai ter, essa semana mesmo nós assinamos...

Mas tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, pra simplificar. Não precisamos de Congresso. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta; parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar uma canetada sem parecer é cana. Então isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer.”

(Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, 22 de abril de 2020)

O trecho acima é fragmento de uma fala proferida pelo então Ministro no Meio Ambiente – MMA, Ricardo Salles, durante uma reunião interministerial do Governo Jair Bolsonaro, ocorrida em abril de 2020. Essa fala escancara a ideologia com a qual Salles conduziu as ações do MMA durante o tempo que esteve à frente da pasta.

Enquanto as atenções da imprensa, dos movimentos sociais e de uma ampla parcela da sociedade estivessem voltadas para a pandemia de Covid 19, Salles propôs que os ministérios atuassem no sentido de estabelecer simplificações regulatórias, alterando os regramentos de ministérios e órgão públicos. A estratégia do então ministro era que isso ocorresse por meio da assinatura de pareceres, para os quais não fossem necessários votos do Congresso Nacional.

Em sua fala, Salles mencionou nominalmente o IPHAN, um dos órgãos intervenientes envolvidos no licenciamento ambiental. Ao agir dessa forma, pegando carona na desgraça da pandemia, o ministro do meio ambiente propôs a organização de um verdadeiro processo de vilipêndio normativo.

Antes disso, desde o golpe jurídico, midiático e parlamentar ocorrido em 2016, toda a sorte de desmontes afetou profundamente a sociedade e o meio ambiente brasileiro. Os efeitos do golpe vão muito além do próprio impeachment da presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a ser eleita para o cargo. Após o impedimento da presidenta, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, uma série de medidas passou a ser adotada, moldando os interesses político-econômicos dos setores apoiadores do golpe. Essa situação abriu margem para que fossem praticadas diversas investidas prejudiciais aos direitos sociais. Exemplo disso, foram os ataques aos direitos trabalhistas, durante o governo do golpista Michel Temer, e previdenciário, durante

o governo Bolsonaro. Tais medidas, constituem-se como uma forma de exploração generalizada da classe trabalhadora, provocando um processo ampliado de extração de mais-valia do conjunto da sociedade, de modo a garantir taxas elevadas de lucro para os investidores.

Na área ambiental, a meta principal era a aprovação do PL 3729/2004, batizado de Lei Geral do Licenciamento. O PL foi aprovado em 2021 na Câmara dos Deputados e seguiu para o Congresso onde se encontra em tramitação. Concomitante às tentativas de aprovação de um novo marco para o licenciamento ambiental, o regramento jurídico foi sendo alterado no sentido de facilitar a instalação de novos empreendimentos. Exemplo dessa atuação foi a promulgação da Lei 13.334/16, que criou o Programa de Parceria de Investimentos – PPI e a lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, que Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá garantias de livre mercado⁵¹. Duas leis federais abriram brechas para que Estados e Municípios ajustassem suas próprias leis, dando início a uma corrida para tornar atrativas aos investidores as legislações ambientais e os procedimentos de licenciamento ambiental.

Há que se considerar também que, antes mesmo do Impeachment, as pressões ocasionadas pelo declínio do super ciclo das commodities, criou uma enorme pressão política visando facilitar a abertura de novos empreendimentos. Medidas que possibilitassem o aumento da exploração da natureza na tentativa de manter as taxas de lucro, que vinham diminuindo significativamente, sobretudo a partir de 2014.

Dentro dessa conjuntura, foi lançada ainda no Governo da Presidenta Dilma Rousseff a Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015, que passou a estabelecer prazos para que órgãos e entidades envolvidas no licenciamento ambiental apresentassem manifestação conclusiva dentro de seus respectivos campos de atuação no processo de licenciamento ambiental.

Essa portaria definiu que “a ausência de manifestação dos órgãos e entidades no prazo estabelecido não implicará prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, nem para a expedição da respectiva licença”. O artigo 7, inciso IV e § 4º da Portaria Interministerial n.º 60/2015, influenciou diretamente na redação da “Seção VI – Dos Órgãos e Entidades

⁵¹ Almeida (2023) analisa a Lei de Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e como os estados da região nordeste direcionam sua matriz de risco, estabelecidas em suas políticas públicas de regulação ambiental das atividades econômicas, seguindo a matriz nacional estabelecida após a Lei n.º 13.874. Segundo este autor, no Nordeste apenas os estados de Alagoas, Pernambuco e Piauí havia (2023) publicado leis próprias de “liberdade econômica”. Ainda conforme Almeida, Pernambuco e Piauí aderiram à classificação de “baixo risco A”, que estabelece a dispensa de licenciamento ambiental para atividades econômicas com uma lista mais abrangente do que a nacional, demonstrando que, localmente, estes estados intensificaram o programa de Liberdade econômica estabelecido nacionalmente.

Envolvidos no Licenciamento Ambiental”, constante na Instrução Normativa SEMARH de 07 de março de 2021.

Adaptando-se ao ordenamento jurídico federal, a SEMARH atualizou seus instrumentos de regulamentação do licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Piauí, passando ela própria a também estabelecer prazos para a manifestação das entidades envolvidas no licenciamento ambiental, como o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, o IPHAN, e a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAF/MAPA. A IN 07/2021 define que, em caso de não cumprimento dos prazos de respostas, a licença prévia pode ser expedida, conforme se observa abaixo:

Art. 89. Deverá constar a manifestação da SEAF/MAPA, com fulcro no Decreto Federal n.º 10.253/2020, nos processos de licenciamento ambiental ordinário conduzidos pela SEMAR, quando a atividade intervier em território quilombola, considerando o disposto no inciso III, §6º, Art. 10, desta IN.

Parágrafo único. Para os casos previstos no caput, deverá o empreendedor, conforme regulamento próprio da SEAF/MAPA.

I — Na fase de Licença Prévia, apresentar manifestação conclusiva da SEAF/MAPA em relação ao componente quilombola dos estudos socioambientais;

II — Na fase de Licença de Instalação, apresentar manifestação conclusiva da SEAF/MAPA acerca de programas específicos expressos no Projeto Básico Ambiental Quilombola — PBAQ ou documento equivalente definidor do conjunto de ações, projetos e medidas de prevenção, mitigação, controle e compensação socioambiental;

III — Na fase de Licença de Operação, apresentar manifestação conclusiva do INCRA acerca do cumprimento das condicionantes das licenças expedidas anteriormente e a execução dos planos, programas, projetos e medidas de prevenção, mitigação, controle e compensação socioambiental.

Art. 90. Caso o SEAF/MAPA não se manifeste conclusivamente nos prazos de até 90 (noventa) dias, no caso de atividades enquadradas como Classe 04 a 07, e de até 30 (trinta) dias, para aquelas classes 02 e 03, contado da data de recebimento da solicitação, a SEMAR poderá emitir a Licença Prévia.

§1º. Para emissão da LP da forma indicada no caput, deverá o interessado juntar ao processo de licenciamento o protocolo do pedido de manifestação junto ao SEAF/MAPA.

§2º. A SEMAR não emitirá a LI sem constar nos autos a manifestação conclusiva do SEAF/MAPA acerca da emissão da LP e LI.

§3º. Em face da manifestação do SEAF/MAPA, a qualquer tempo, a SEMAR poderá proceder com a revisão da LP expedida, sem prejuízo de aplicação das sanções administrativas cabíveis em desfavor do empreendedor (Piauí, 2021, p.69).

Essa medida afeta diretamente as comunidades tradicionais do Estado do Piauí, como o Quilombo Lagoas, haja vista que a não manifestação da SEAF/MAPA no prazo estabelecido não impediu a SEMARH de proceder com a liberação da licença prévia para o empreendimento da SRN Mineração. A constatação dessa afirmação se baseia em uma troca de ofícios entre a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente - PGE-PI (Ofício nº 287/2022/PGE-PVGAB/PIMA, Teresina/P1, 05 de abril de 2022) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH-PI (Ofício Nº 16/2022/SEMAR-PI/GAB, Teresina/P1, 06 de

abril de 2022), no qual a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente solicita “prestação de informações necessárias à defesa na Ação Civil Pública nº 1004671 - 65.2021.4.01.4004” que “solicita a Declaração de Nulidade da Licença Prévia nº (LP) Nº D000471/21 – Vencimento: 25.08.2022 do PROJETO DA SRN MINERAÇÃO, para exploração de minério de ferro magnético” (Quadro 9). Ao responder sobre o item II listado pelo Ministério Público Federal - MPF-PI e pela Defensoria Pública da União - DPU-PI como sendo “vício do processo”, a “ausência de avaliação de impactos sobre os quilombolas, com a devida notificação dos entes intervenientes no processo de licenciamento ambiental para apresentação de termo de referência;” a SEMARH prestou a seguinte explicação para Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente - PGE-PI:

Quadro 9 – Trecho do Ofício Nº 16/2022/SEMAR-PI/GAB, Teresina/PI, 06 de abril de 2022

[...], a expedição da LP sem a anuência prévia do INCRA tem por base o art. 90, caput, da IN SEMAR no 007/2021 que, a exemplo do Art. 70, S40, da Portaria Interministerial no 60/2015, prever que não haverá prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental e, consequentemente, emissão da licença pleiteada, diante da ausência de manifestação dos órgãos envolvidos, como o INCRA, no prazo estabelecido, senão vejamos:

(Portaria Interministerial MMA/MJ/MCult/MS no 60/2015) Art. 70 Os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar ao IBAMA manifestação conclusiva sobre o estudo ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até noventa dias, no caso de EIA/RIMA, e de até trinta dias, nos demais casos, contado da data de recebimento da solicitação, considerando:

§4º A ausência de manifestação dos órgãos e entidades no prazo estabelecido não implicará prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, nem para a expedição da respectiva licença. (grifo nosso)

(Instrução Normativa SEMAR no 007/2021). Art. 90. Caso o SEAF/MAPA não se manifeste conclusivamente nos prazos de até 90 (noventa) dias, no caso de atividades enquadradas como Classe 04 a 07, e de até 30 (trinta) dias, para aquelas Classe 02 e 03, contado da data de recebimento da solicitação, a SEMAR poderá emitir a Licença Prévia.

§1º. Para emissão da LP da forma indicada no caput, deverá o interessado juntar ao processo de licenciamento o protocolo do pedido de manifestação junto ao SEAF/MAPA.

§2º. A SEMAR não emitirá a LI sem constar nos autos a manifestação conclusiva do SEAF/MAPA acerca da emissão da LP e LI.

§3º. Em face da manifestação do SEAF/MAPA, a qualquer tempo, a SEMAR poderá proceder com a revisão da LP expedida, sem prejuízo de aplicação das sanções administrativas cabíveis em desfavor do empreendedor.

No caso, sub examine, verifica-se, claramente, que a SEMAR só decidiu pela emissão da LP, após transcorrido um lapso tempo muito maior que 90 (noventa) dias, após a provocação do órgão responsável pela manifestação acerca do componente quilombola nos processos de licenciamento ambiental, primeiramente, a FCP, e depois, o INCRA.

A despeito disso, a manifestação do INCRA sobre o Estudo de Componente Quilombola e Plano Básico Ambiental Quilombola foi estabelecida como uma das Condicionantes da LP no D000471/21, ou seja, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União TCU, esta condicionante, assim como as demais, representam obrigações adicionais (e nem por isso menos importante) aos requisitos que devem ser atendidos precedentemente à emissão da licença. Consequência disso, pois, é que o atendimento a essa obrigação é condição irrenunciável e imprescindível para Renovação da LP ou expedição da Licença de Instalação — LI, sendo esta última a representação da fase do empreendimento em que, de fato, ocorrerão as intervenções no meio ambiente, estando tudo isso respaldado no que assevera os §§20 e 30, Art.90, da IN SEMAR no 007/2021, como se observa na transcrição acima.

Fonte: Ofício Nº 16/2022/SEMAR-PI/GAB, Teresina/PI, 06 de abril de 2022.

O argumento apresentado pela SEMARH é refutado pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado do Piauí, ainda nas argumentações da petição da Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência, conforme se observa no Quadro 10:

Quadro 10 – Trecho da Ação Civil Pública 1004671-65.2021.4.01.4004

Cabe destacar que os argumentos apresentados pela SEMAR divergem das informações apresentadas pela Fundação Cultural Palmares e INCRA nos autos da IC 1.27.004.000176/2017-89, como será a seguir demonstrado. Em resposta ao Ofício nº 365/2021 PRM SRN PI- GAB, a Fundação Cultural Palmares, através do Ofício nº 1282/2021/GAB/PR-FCP, de 01/10/2021, informou, resumidamente, que, *in verbis*:

“não localizamos em nossos bancos de dados qualquer solicitação formal para manifestação no âmbito do Licenciamento do PROJETO DA SRN MINERAÇÃO, bem como, não houve protocolos de quaisquer estudos do componente quilombola para o referido empreendimento nesta Fundação” (Documento 172.2).

Em resposta ao Ofício nº 366/2021 PRM SRN PI- GAB, o INCRA, através do Ofício nº 65995/2021/SR(24)PI-G/SR(24)PI/INCRA-INCRA, informou, em 04/10/2021, em síntese, que:

“Os estudos que resultaram no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID do Território Quilombola Lagoas (Processo nº 54380.002161/2008-03), identificaram área de 62.365,8449 ha e foram aprovados pelo Comitê de Decisão Regional do Incra no Piauí-SR (24) PI no dia 28/12/2010 (art. 10 da Instrução Normativa Incra nº. 57/2009); A Superintendência Regional do Incra no Piauí elaborou e publicou edital, por duas vezes consecutivas, no Diário Oficial da União-DOU, nos dias 30/12/2010 e 07/01/2011 e no Diário Oficial do Estado do Piauí-DOE, nos dias 24 e 25/02/2011;

Foi concluída a etapa processual de julgamento em primeira instância das contestações ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID e os interessados foram devidamente notificados;

Após a interposição de recursos ao RTID, **o processo foi encaminhado ao Incra em Brasília, onde atualmente se encontra, para análise e julgamento pelo Conselho Diretor-CD desta autarquia**, conforme o Art. 15 da Instrução Normativa INCRA nº. 57/2009;

Informamos ainda que não foi solicitada manifestação sobre licença para a exploração de minérios pela empresa SRN Mineração na região do Território Quilombola Lagoas. *O que se tem é apenas uma consulta sobre a existência de processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas nos municípios de São Raimundo Nonato, Fartura, Bonfim, São Lourenço e Dirceu Arcoverde.* A empresa solicitou ainda detalhamento do estágio do processo de regularização, número de famílias e perímetro da área, conforme documentos anexos.

Foi determinada à Diretoria de Governança Fundiária (DF), através do Decreto 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, a competência na coordenação das atividades de licenciamento ambiental em terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, em articulação com o órgão ambiental responsável;

O novo Regimento Interno do Incra, publicado pela Portaria n. 531, de 23 de março de 2020, em seu artigo 82, delegou à **Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) as atividades de coordenação, supervisão, normatização e controle das atividades de licenciamento ambiental em territórios quilombolas;**

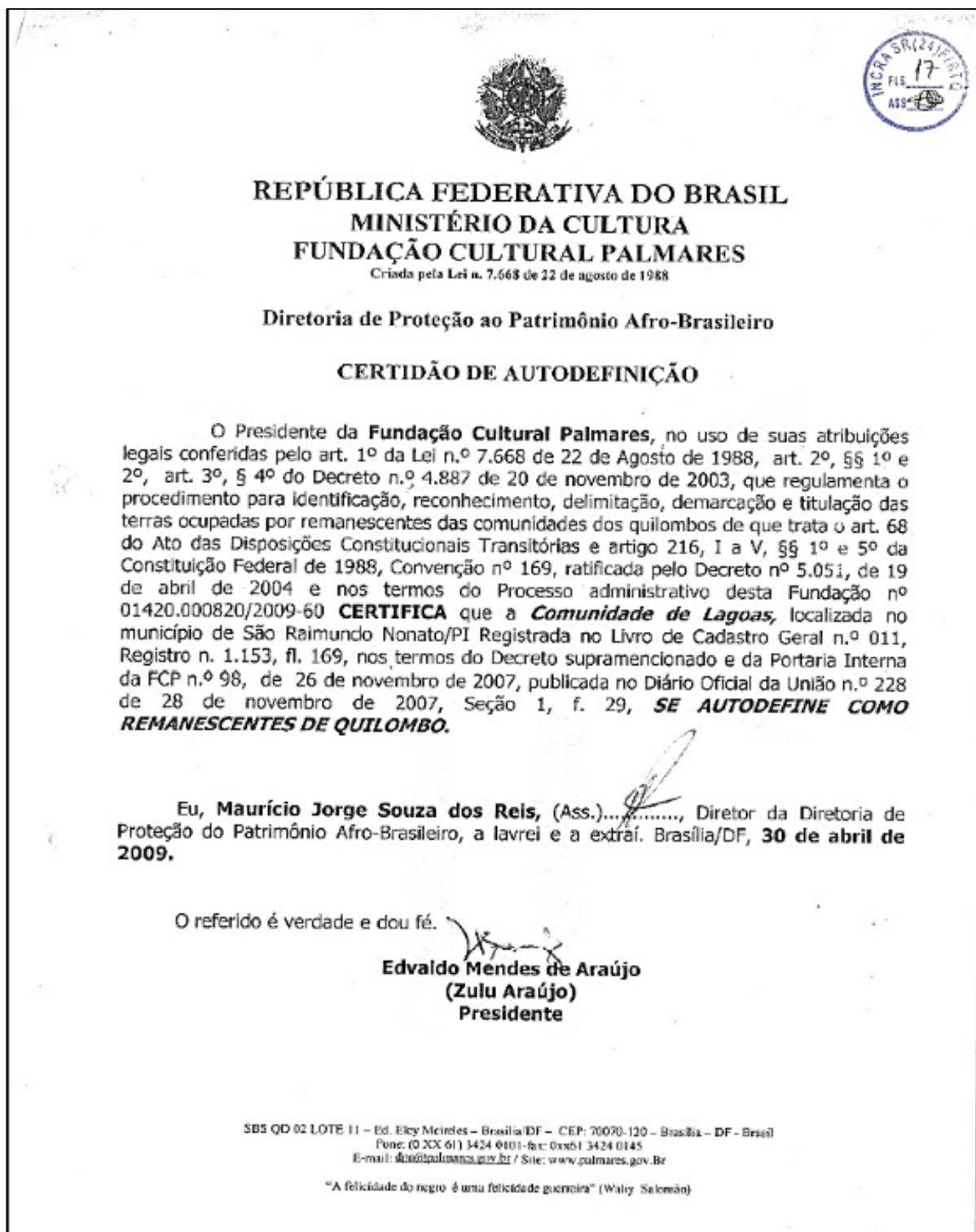
As atividades relativas ao licenciamento ambiental em áreas quilombolas, que foram transferidas da Fundação Cultural Palmares ao Incra, estão sendo desenvolvidas pela Equipe Nacional do Licenciamento Ambiental Quilombola, uma força tarefa estabelecida pela Presidência do Incra sob coordenação da DFQ; As Superintendências Regionais foram orientadas a se abster de realizar manifestações nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas. As demandas de licenciamento ambiental em áreas de quilombos estão centralizadas no Incra Sede, por meio da DF e DFQ.” (Documento 176).

Fonte: Ação Civil Pública 1004671-65.2021.4.01.4004. (2021, p. 23-24).

Na prática o que se observa é que a SEMARH vem atuando em prol dos interesses da SRN Mineração, em detrimento do direito territorial garantido ao Quilombo Lagoas pelo artigo

68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Não bastasse a própria Constituição Federal, é público e de amplo conhecimento o fato de que o Território Quilombola Lagoas é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, conforme carta a seguir (Figura 35).

Figura 35 – Certidão de autodefinição do Quilombo Lagoas.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000820/2009-60 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Lagoas**, localizada no município de São Raimundo Nonato/PI Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.153, fl. 169, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **30 de abril de 2009.**

O referido é verdade e dou fé.

Edvaldo Mendes de Araújo
(Zulu Araújo)
Presidente

SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Elcy Mendes – Brasília/DF – CEP: 70070-120 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
 E-mail: diretoria@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

Ademais, cabe ainda destacar, conforme demonstrado no Quadro 11, que por meio da PORTARIA Nº 343/2019/DG/INTERPI, publicada do Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 168, de 05 de setembro de 2019, baseado na Política de Destinação de Terras Públicas do Estado do Piauí, instituída pela Lei Estadual nº 6.709/2015⁵², instaurou processo de regularização fundiária da comunidade Lagoas.

Quadro 11 – PORTARIA Nº 343/2019/DG/INTERPI, DOE – PI Nº 168, de 05 de setembro de 2019

PORTARIA Nº 343/2019/DG/INTERPI

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme previsão do artigo 37, inciso V, do Regulamento Geral desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 5.241/1982, CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 5.595/2006 autorizou o Estado do Piauí, por intermédio do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI, a expedir títulos definitivos de terras aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos; CONSIDERANDO que a Política de Destinação de Terras Públicas do Estado do Piauí, instituída pela Lei Estadual nº 6.709/2015, determinou que a destinação das terras públicas estaduais será compatibilizada com o Plano Nacional de Reforma Agrária e com a política agrícola, de conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, na legislação federal pertinente e na Constituição do Estado do Piauí, além de incidir sobre as áreas devida e efetivamente exploradas, acrescida da reserva legal, no limite da lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo de regularização fundiária da Comunidade Quilombola Lagoas, localizado no Município de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.

Art. 2º. Nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 5.595/2006, cabe ao INTERPI identificar, demarcar e arrecadar as terras públicas onde está localizada a Comunidade Quilombola Lagoas, iniciando, se necessário, processo discriminatório de terras devolutas.

Art. 3º. Fica designada a Diretoria de Unidade Técnica Fundiária, por meio da Gerência de Comunidades, como responsável pela consecução dos objetivos da regularização, devendo as demais diretorias apoiarem com ações na esfera de suas atribuições.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Lucas Costa Veloso
Diretor-Geral do INTERPI

Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 168, de 05 de setembro de 2019.

Já o Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 93, de 10 de maio de 2021, publicou o Resumo do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território Quilombo Lagoas, baseado no relatório elaborado por Matos e Rodrigues (2010), que embasa o processo de titulação pelo INCRA. Após a publicação, a prefeitura de São Raimundo Nonato foi oficiada pelo INTERPI, com pedido de que fosse afixada na sede da prefeitura o resumo do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial, da planta e respectivo memorial descritivo do Quilombo Lagoas.

⁵² Atualizada pela Lei estadual 7.294/2019

Figura 36 – Ofício do INTERPI para Prefeita de São Raimundo Nonato – PI



INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ
DIRETORIA GERAL

Ofício nº **627/2021-DG/INTERPI**

À Senhora
CARMELITA DE CASTRO SILVA
Prefeita Municipal de São Raimundo Nonato-PI
Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato
Rod. Pres. Juscelino Kubitschek, s/n, na Br 020 - Bairro: Primavera
CEP: 64770-000 – São Raimundo Nonato/PI
E-mail: contato@saoraimundononato.pi.gov.br

Assunto: **Ciência do Despacho DG nº 1277/2021**
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00071.005970/2019-86.

Senhora Prefeita,

Ao tempo em que a cumprimento, venho, por meio deste, informar do **Despacho DG nº 1277/2021** em que solicito que seja afixada na sede da *Prefeitura de São Raimundo Nonato* no Estado do Piauí a publicação do *Resumo do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação Territorial*, da *Planta* e do respectivo *Memorial Descritivo*, enviada em anexo.

Renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO
Diretor-Geral do INTERPI



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO - Matr.0228840-x**, Secretário, em 19/05/2021, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1558424** e o código CRC **CD3F064A**.

Fonte: INTERPI, 2021.

Diante da vasta documentação comprobatória da existência, com ritos de oficialidade, do Território Lagoas, produzidas inclusive pelo próprio Estado do Piauí, a partir de seu Instituto de Terras, o INTERPI, e diante da insistência da SEMARH emitir a Licença Prévia do projeto SRN Mineração, evidencia-se a postura e a intencionalidade do Estado do Piauí em concretizar a qualquer custo os projetos de mineração que tentam se instalar no Piauí. Os elementos aqui

expostos demonstram que o Piauí busca se efetivar enquanto um território-extrativo-mineral (Antonino, 2019), mesmo que isso signifique colocar em colisão seus próprios órgãos e, principalmente, descumprir a legislação que garante o direito de povos e comunidades tradicionais aos seus territórios. No caso do Piauí, regulamentado pela Lei Ordinária nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019, conforme trechos destacados no Quadro 12.

Quadro 12 – Trechos da Lei Ordinária nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019

Seção I Do Objeto da Lei e dos Conceitos Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: X – territórios tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231, da Constituição Federal, e o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e demais regulamentações. Seção II Da Política de Destinação de Terras Públicas Art. 4º O Estado do Piauí promoverá medidas que permitam a utilização racional e econômica das terras públicas de seu domínio, assegurando àqueles que preencham os requisitos legais a oportunidade de acesso à propriedade individual ou coletiva, sempre com o fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento econômico sustentável e da função social da propriedade. Art. 5º A destinação das terras públicas deverá observar as seguintes prioridades: I – regularização dos territórios tradicionais; II – assentamento de trabalhadores rurais; III – regularização fundiária; IV – proteção dos ecossistemas naturais e preservação de sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico. CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO ESTADUAL Seção II Das Terras Indisponíveis e Reservadas Art. 9º São indisponíveis as terras públicas e devolutas necessárias: I – à instituição de unidade de conservação ambiental e à proteção dos ecossistemas naturais; II – à preservação de sítios de valor histórico, paisagístico, ecológico e científico, ressalvadas aquelas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos e tradicionais; III – à proteção de mananciais indispensáveis ao abastecimento público Seção III Das Terras Destinadas à Regularização Fundiária Art. 11. Serão passíveis de regularização, mediante a transferência de domínio ou concessão de direito real de uso, as ocupações incidentes em terras: Parágrafo único. Serão destinadas às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais as terras públicas e devolutas estaduais por elas ocupadas coletivamente, as quais serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se-lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei.

CAPÍTULO III
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Seção IX
Dos Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais

Art. 28. São considerados povos e comunidades tradicionais, para os efeitos desta Lei, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Art. 29. O Estado, por intermédio do INTERPI, procederá à identificação e ao mapeamento das comunidades de que trata esta Lei, devendo desenvolver e manter sistema integrado de informações, envolvendo os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Estado.

Parágrafo único. O INTERPI poderá efetivar convênios com outras instituições para proceder à identificação das comunidades tradicionais.

Art. 30. Compete ao Estado, por intermédio do INTERPI, a regularização dos povos e comunidades tradicionais identificados nas terras públicas e devolutas estaduais através de procedimento administrativo a ser regulamentado em decreto.

Fonte: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/4581/7294_2019.pdf

A condução do licenciamento ambiental do projeto de extração de ferro da SRN Mineração, demonstra que todos os territórios tradicionais do estado do Piauí, seja indígena, seja quilombola, sejam os moradores de terras de uso comum (terras de conjunto ou de ausentes), que deveriam estar resguardados pelo art. 231, da Constituição Federal (indígenas), pelo art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como pela lei estadual nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019, na prática, se encontram ameaçados pelos processos de licenciamento ambiental que se baseiam na Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015 e na Instrução normativa 07 de 02 de março de 2021 da SEMARH-PI em detrimento de outros marcos regulatórios que favorecem os povos e comunidades tradicionais.

4 PANORAMA DA MINERAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ: ASPECTOS HISTÓRICOS E DADOS ATUAIS

AH, PIAUÍ, QUANTA BELEZA

Terra amada, tu me encantas.

Busquei na memória os momentos que vivi junto a ti...

Recordei-me da emoção que senti ao ver o padre celebrando a missa de frente para a pedra furada, naquela abençoada noite de lua cheia, no Parque Nacional Serra da Capivara.

Da chuva que molhou meu corpo, enquanto explorava cada canto da Serra das Confusões.

Da dramática subida no pão de açúcar, tendo a honra de contemplar a tão pequena e acolhedora Bonfim do Piauí.

Do gosto da alegria que fez-se presente em minha boca ao sentar-me sobre o morro do Quilombo Lagoas.

Da energia arcaica e tão potente que tomou meu corpo assim que pus os pés no morro dos largos.

Da sensação de liberdade que emanou da minha alma ao apreciar aquela imensidão de verde, de pé, no topo do Morro Grande.

Da água pura de Canoas, lavando meus medos.

Das mulheres colocando as roupas para quilar no Poço fundo.

Da calma que se instalou no meu coração ao chegar no Caldeirão Grande.

Da tão supersticiosa pedra de São Victor, conhecida por guardar segredos de toda a região.

De quando eu, tão pequena, me sentia uma aventureira, saltando as cercas das roças ao lado do meu irmão, a fim de descobrir umbuzeiros, nomeá-los e encher as capangas com os mais variados sabores de umbu.

E por fim, das rodas de São Gonçalo, dançadas ao ritmo do pandeiro, sanfona e zabumba, em devoção à alma da Tia.

Ah, Piauí, quanta beleza!

Eu grito para que possas me ouvir: MINERAÇÃO, TU NÃO ARRANCARÁS MINHA HISTÓRIA DE MIM!

(DANI VIANA, 2022)

Buscou-se nesta parte da pesquisa apresentar um panorama da mineração no Piauí. Com essa finalidade, discutimos sobre os diferentes momentos históricos, bem como os agentes envolvidos nesse processo, de modo a evidenciar como, ao longo do tempo, o Estado tem atuado como agente planejador do setor. Apresentamos, por meio de referências bibliográficas, indícios da busca por minérios no Piauí durante o período colonial e, avançando no tempo, discutimos a atuação estatal nos séculos XX e XXI. Analisamos também a evolução do avanço das pesquisas minerais executadas por empresas privadas no Piauí, a partir de dados de processos minerários ativos cadastrados na Agência Nacional de Mineração – ANM.

Pelo levantamento realizado, podemos afirmar que a busca por minérios no Piauí, com possibilidade de exploração econômica, remonta ao período colonial, embora seja somente nas duas primeiras décadas do século XXI, no período conhecido como *boom* e *pós-boom* das *commodities*, que esse processo tenha se avolumado ao ponto de o Piauí passar a constar no mapa das *áreas de relevante interesse mineral do Brasil – ARIMs*, produzidos pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM.

Nesse ínterim, entre a colonização do Piauí e a conjuntura atual de pesquisa e exploração mineral, a tentativa de compreensão da geologia e da mineralogia local ficou a cargo, sobretudo, de pesquisas desenvolvidas por instituições públicas federais, mas também de instituições do próprio estado do Piauí. Soma-se a atuação estatal as pesquisas realizadas por empresas privadas que avançam sobre o território em busca de jazidas propícias à exploração econômica nas áreas em que os estudos estatais apontam ocorrências de minerais.

Conforme discutido no capítulo 2.1, desde o início do período colonial, muito embora somente no final do século XVII tenha sido encontrado ouro na região de Minas Gerais, a mineração vem desempenhando um papel constante de apropriação espacial hegemônica, influenciando na formação e organização do território brasileiro. Como a colonização espanhola na América havia iniciado a exploração mineral em Potosí, na Bolívia, mais de um século antes do que ocorreu no Brasil (Araoz, 2018), no ideário colonialista imposto sobre o território brasileiro em formação, o rápido enriquecimento por meio da mineração caminhou lado a lado com cada atividade econômica que se estabelecia na colônia.

O colonizador, ao devassar o território brasileiro através das entradas, buscava a obtenção de novas posses de terra por meio da solicitação de sesmarias, escravização de povos indígenas, instalação das plantations e, nos sertões, a instalação de currais para o gado sem, contudo, perder de vista a esperança de que fossem encontrados minérios como ouro, prata ou pedras preciosas. A esse respeito, Moraes aponta que:

A par da atividade agrícola, e do escambo que prosseguia, a maior fixação ativava o imaginário dos colonos e das autoridades coloniais quanto às riquezas escondidas na *hinterlândia*. O contato mais intenso com os índios, e com remanescentes de expedições ou naufragos espanhóis, vai alimentando uma "geografia fantástica" que animava a imaginação do colonizador e o desvendamento dos sertões. Tal móvel estimulou precocemente a organização de "entradas" no interior, processo que conhece uma aceleração com as notícias referentes à descoberta do cerro de Potosí, que a consciência geográfica da época então considerava mais próximo da costa brasileira. Entrando na segunda metade do século XVI, observa-se a proliferação de expedições que demandam o interior em busca de metais preciosos, num movimento irradiador que parte dos diferentes núcleos de colonização litorâneos. Além das riquezas minerais, o apresamento do gentil também começa a emergir como objetivo dessas incursões, animada pelo fato de que também se expandia a demanda por braços com a consolidação das plantações. (2011, p. 64-65).

No caso do lugar que hoje é conhecido como Região Nordeste, esses achados mineralógicos se deram no início do Séc. XVIII, pouco tempo depois da descoberta do ouro na região de Minas Gerais. Conforme apontado por Heider (2021) esses achados ocorreram na Bahia, no ano de 1701, primeiramente em Jacobina e, posteriormente, em Rio das Contas, já no ano de 1718. Apesar do tempo levado para se encontrar essas minas, Antonino (2019) aponta que as primeiras incursões realizadas pelas serras de Jacobina com a tarefa de encontrar metais preciosos datam do ano de 1570 e buscavam por minas de prata. Ainda conforme Antonino, essas incursões enfrentaram forte resistência dos povos originários, em especial dos indígenas Payayás que se colocaram como forte barreira para que as expedições dos colonizadores pudessem adentrar pelo sertão baiano. Já a exploração de diamantes na Bahia, no local que ficou conhecido como Chapada da Diamantina, ocorreu somente a partir do século XIX.

Com o ouro sendo explorado ao longo de 100 anos, seu declínio chegou devido há vários fatores, entre eles a exploração na África do Sul, as técnicas rudimentares e a não descoberta de novas aluviões auríferos. Assim, a descoberta de diamantes reavivou certas regiões brasileiras. Os primeiros descobrimentos na Bahia datam do início da década de 1840 nas cabeceiras do Rio de Contas, na Chapada Diamantina, porém relatos de viajantes alemães – Spix e Martius durante 1817 e 1818 – já descreviam sua natureza francamente diamantífera. Todos esses fatores fizeram reascender a corrida por pedras preciosas. As primeiras minas exploradas localizavam-se na porção ocidental e depois na porção oriental no Rio Mucugê, formando as localidades de Xique-Xique, Andaraí, Lençóis, entre outras, até fechar o círculo do Morro do Chapéu, na região que tomaria o nome de Chapada Diamantina (ANTONINO, 2019, p. 188-189).

As informações apresentadas por Antonino nos permitem inferir que, no processo de formação do território brasileiro, a mineração se instala juntamente com os conflitos. Foi assim no passado, quando o território foi usurpado dos povos originários pelos colonizadores, tem sido assim no presente, com a mineração novamente usurpando ou cercando e deteriorando as condições de existência nos territórios ocupados por povos originários, tradicionais e camponeses. Tal como no passado, na atualidade esses povos lutam em defesa dos seus habitats e contra a expansão da cobiça mineral.

Para Assis (2016), a colonização do Piauí não foi diferente e esteve associado às entradas sertanistas a procura de riquezas minerais, apresamento de indígenas e, concomitante a obtenção de sesmarias para a formação de currais para prática da pecuária bovina. Embora sem muito detalhamento, que demonstram uma carência de pesquisas históricas a esse respeito, textos que tratam sobre Piauí e Maranhão⁵³ mencionam que a busca por metais e pedras

⁵³ Destaca-se que, segundo Oliveira “a região do atual Estado do Piauí foi, durante muito tempo, considerada pelo colonizador como terra de ninguém, mesmo sendo imensamente povoada de povos indígenas. Antes da instalação

preciosas permeava o imaginário dos sertanistas que realizaram entradas nos *sertões de dentro* em busca de enriquecimento.

Em *História e Historiografia do Piauí e do Maranhão*, Silva (2020) aborda o tema da interiorização rumo ao oeste realizada pelos colonizadores. Segundo esse autor, a descoberta de ouro em Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás, despertaram interesses no possível potencial mineralógico que existiria nas terras do centro do continente, estimulando a exploração dessas áreas. Nesse sentido, rios como o Parnaíba, que corta o Piauí de Sul ao Norte, possibilitando ligação com o Oceano Atlântico, funcionavam como elo de mobilidade e conexão da colônia com o comércio internacional.

[...] a corrida ao extremo oeste trazia consigo diversos efeitos, tanto no que diz respeito ao potencial mineralógico a ser explorado, re/de2finindo a dinâmica econômica da colônia, quanto em relação à geopolítica colonial de ocupação e delimitação das fronteiras entre as nações europeias no Novo Mundo, já que a expansão das bandeiras capitaneadas por luso-brasileiros culminaria no acirramento dos conflitos entre portugueses e espanhóis na partilha das terras nas Américas. Nesse ambiente, ambas as coroas viam na conquista e exploração do rio Tocantins um passo à frente nessa disputa, uma vez que era por meio dessa rede fluvial o percurso mais curto para se alcançar, via Atlântico equatorial, o velho mundo. Exemplar dessa situação ocorrera no momento da descoberta das minas de ouro, de diamantes e de especiarias por luso-brasileiros que logo cogitaram em utilizar o rio Tocantins para escoamento das mercadorias para Portugal, via cidade de Belém do Grão-Pará.

Pelos rios Parnaíba e Tocantins toda essa região do Maranhão e Piauí estava completamente inserida no mundo Atlântico, estabelecendo comunicações com colonizadores franceses, holandeses, portugueses e espanhóis por todo período colonial. O esforço em ampliar as redes de comércio para além-mar levaria muitos europeus a se entranharem em terras recém-descobertas nas Américas em busca de especiarias, ouro e diamantes (Silva, 2020, p. 28-29).

Para Lima Sobrinho (1946) essa busca se inicia bem antes, ainda no século XVI. Conforme este autor, o litoral do lugar que veio a se constituir como Piauí se encontrava na donataria de João de Barros e seus sócios Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade. Ainda segundo o autor, estes, buscando iniciar a exploração da capitania teriam realizado uma viagem desde Portugal ao Brasil com 10 navios e um quantitativo de 900 homens, sob o comando de Aires da Cunha. A este grupo, ainda teria se juntado intérpretes capazes de dialogar com os indígenas que habitavam o local, além de uma embarcação a remo que facilitaria a navegação pela costa, logística essa que teria sido facilitada por Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco. Segundo Lima Sobrinho,

da Capitania do Piauí, toda a região situada a oeste do rio São Francisco era conhecida por "Sertão de Dentro" ou "Sertão de Rodelas". Pertenceu a diferentes capitanias em períodos diversos: inicialmente a administração estava a cargo de Pernambuco, sendo que deveria ser desmembrada em 1695, mas, de fato, isso não ocorreu; somente a partir de 1715 esteve sob a jurisdição da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. A jurisdição eclesiástica esteve dependente da Bahia. Em 1718, foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas instalada somente em 1758 (COSTA, 1974, p. 54)" (Oliveira, 2007, p. 35).

Nove navios chegaram ao Maranhão, desembarcando os tripulantes na ilha de São Luís, então denominada ilha da Trindade. **Durante os três anos em que permaneceram nessas paragens, exploraram o território da donataria, subiram seus rios, levados pelo sonho das minas de ouro, que acreditavam existissem para o lado onde as montanhas do Peru haviam confirmado, no resgate de Ataulpa, as riquezas auríferas do Novo Mundo.** Mas os seus esforços foram baldados, os exploradores retornaram mais pobres no cabedal e nas esperanças. E a desventura, continuando a persegui-los na viagem de regresso, ainda lhes desviou três naus, que foram aportar nas Antilhas. Duarte Coelho estimava em 700 homens a perda sofrida, sem contar os prejuízos para a marcha da exploração, pois, segundo êle, o "pior é ficar a cousa damnada".

A esperança do ouro, porém, era mais forte que a experiência das calamidades. Passados Quinze anos sôbre êsses desastres, dois filhos de João de Barros voltavam ao Brasil. E encontravam já mudado o gentio que, provávelmente estimulado pelos franceses, não tolerava agravos dos navegadores portugueses. Alarmado com a situação nova, o velho João de Barros solicita, e obtém do govêrno lusitano, que proíba a presença estranhos em sua donataria, para que êle não sofresse a consequência de culpas ou excessos alheios (Lima Sobrinho, 1946, p. 8).

Dessas expedições de entradas surgiam um compêndio de informações sobre a colônia, sendo comum nesse período a elaboração das chamadas corografias. Em uma delas, intitulada *Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*, livro de autoria do padre Manuel Aires de Casal, ao tratar sobre a mineralogia da “Província do Piauí” ele afirma que nela existiam “minerais de prata, ferro, chumbo, caparrosa, pedra-ume, salitre, sal-gema, magnete, talco, pedras de amolar, almagre, gesso, tabatinga, abundância de pedra calcária” (1817, p. 292).

Já Odilon Nunes, menciona registros históricos que apontam a possível existência de pesquisas mineralógicas em busca de prata e ouro realizada no Piauí por grupos de Holandeses, que transitavam entre o Ceará e o Piauí, através da Serra da Ibiapaba (2007, p.70-71).

A menção à procura, descoberta e tipologia de elementos minerais encontrados por sertanistas também é narrada no livro “Piauhy 1935”:

Já nos tempos coloniaes corria mundo a fabulosa riqueza mineral do Piauhy. Gabriel Soares, em sua chronica, dando vulto ás idéas da geographia phantastica, que sempre acompanha os primeiros passos dos exploradores em terra recentemente varejadas, dizia que o Parnahyba nascia em uma lagoa de perolas, correndo as suas águas em estirado leito aurifero. **Varias foram as explorações em busca do ouro neste Estado que rarearam aos primeiros desenganos e até hoje ainda permanecem occultas taes riquezas.** O facto é, porem, que o Piauhy encerra os seguintes minerios: Alumen ou pedra hume, cujos mais ricos depositos se acham em -Valença, Peripery, no logar denominado Freixeiras, Campo Maior, Castello, etc, amethysta no municipio de Castello, amiantho em Campo Maior, antimonio em Campo Maior, areias monaziticas em Amarração, varias especies de argila, tabatinga, soalin, carvão de pedra chumbo em Piracuruca, cobre, diamante, enxofre nos municipios de Belém e Castello, ouro, prata, salitre, mica, etc.

Ha fontes de aguas mineraes como sejam as de Cachê, que demora a 4 leguas de São João do Piauby ou 24 kilometros de São Raymundo Nonnato, (?) ao S. E. do Estado, sendo thermo-sulfurosas; proximo fica a lagoa do Boqueirãozinho, de agua sulfurosa, tambem em São João do Piauhy; as da fazenda Curralinho, a 15 leguas de Jaicós; as

da fazenda Pobre, a 10 leguas ou 60 kilometros de Oeiras; as do sitio S.Domingos, do municipio de Batalha; as do Corrente, em Valença (Estado do Piahy, 1935, p.89).

Apesar da existência dessas corografias, com suas “geografias fantásticas” que mencionavam aspectos mineralógicos já no período colonial, que muito provavelmente eram compostas por um misto de achados reais e de expectativas e entusiasmos dos colonizadores em busca de apoio para novas entradas, bem como da existência de uma exploração de fato, conforme apresentado nas citações de Antonino (2019) e Heider (2021), é comum, segundo aponta Andrade (1987), a afirmação de que a mineração nessa porção do território que se convencionou regionalizar como Nordeste, tenha tido início somente a partir da Segunda Guerra Mundial, em decorrência da demanda Americana por minerais estratégicos. Entretanto, ainda segundo este mesmo autor, esse fato não deve fazer crer que não havia uma preocupação com a mineração desde o período colonial.

É comum afirmar-se que a mineração no Nordeste se iniciou a partir da Segunda Guerra Mundial. Esta afirmação, porém, deve ser aceita de forma relativa; o incentivo à exploração mineral foi estimulado inegavelmente pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, quando os aliados necessitaram abastecer-se de minerais, anteriormente fornecidos pela própria Europa e pelos países do Extremo Oriente. Ocupada a Europa pelos alemães e o Oriente pelos japoneses, necessitaram os americanos de descobrir e intensificar a exploração de jazidas não exploradas ou insuficientemente exploradas, sem levar em conta os custos de produção. As razões estratégicas eram, no momento histórico então vivido, mais importantes que as razões de ordem econômica. Daí o grande surto de exploração da xelita no Rio Grande do Norte e as pesquisas de minerais estratégicos. Na época era fácil recrutar mão-de-obra não-especializada para a mineração, uma vez que, sendo o Nordeste uma região de clima semi-árido, tinham os trabalhadores rurais, durante o ano, um curto período de trabalho na agricultura, ficando ociosos durante a longa estação seca. Além disso, a remuneração oferecida pela mineração era bem superior àquela obtida com a agricultura, e a mão-de-obra do chefe de família podia ser, até certo ponto, substituída pela da própria família. Havendo o minério e força de trabalho disponível, ao mesmo tempo em que eram relegados os custos da produção, pôde a mineração tornar-se uma atividade econômica importante, quer pelo volume de produção, quer pelo emprego de capital e pela oferta de emprego ao trabalhador, trazendo maior dinamização a áreas mineradoras como o Seridó. Finda a guerra e a conseqüente demanda do mineral, a maior porção das empresas mineradoras foi forçada a encerrar as suas atividades; só aquelas bem sucedidas, que dispunham de maior volume de capital, puderam se modernizar e enfrentar a concorrência do mercado internacional.

Este fato, porém, **não deve levar a crer que a preocupação com a descoberta de minérios e mesmo com a exploração de algumas jazidas não tenha sido uma constante desde a ocupação do território nordestino.** Já no século XVI, falava-se na existência de minas de prata nos sertões do Rio Real, na Bahia e em Sergipe, em terras doadas a Caramuru. Um dos seus netos, Belchior Dias Moréia, passou vários anos no sertão e afirmou haver descoberto minas de prata, exigindo do Rei uma série de direitos e de honrarias em função desta descoberta. Não sendo atendido, não revelou o segredo das minas de prata que foram objeto de romance e ensaios sobre a história nordestina. Ainda do primeiro século de colonização, foram as entradas de Antonio Dias Adorno e de João Coelho de Souza que exploraram as bacias dos rios Paraguaçu e de Contas, na porção oriental da Chapada Diamantina (Andrade, 1987, p. 23-24).

As citações acima indicam que a procura por riquezas minerais eram uma constante no processo colonial como um todo, e que no caso específico do Piauí, apesar dos colonizadores não terem logrado êxito nessa empreitada, a busca por minerais preciosos se deu concomitante ao apresamento dos indígenas e da instalação das fazendas de gado em regime ultra extensivo, que veio a se constituir como a principal atividade econômica piauiense do período colonial. Entretanto, apesar desses textos que mencionam a existência e a busca por minerais nessa área, Monteiro (2020) ao analisar as *Profissões ou empregos na província do Piauí* no período compreendido entre 1850-1888, menciona dificuldades na identificação da ocupação trabalhista de homens livres nas vilas e comarcas, em razão da ausência de documentos que definissem as profissões sem generalizá-las, em especial as ligadas aos trabalhos na agricultura e na extração de minerais.

Avançando no tempo e na precisão das informações sobre a geologia local, são as instituições públicas ligadas a diversos órgãos governamentais as principais responsáveis pela sistematização do conhecimento geológico, bem como sobre o potencial econômico relacionada ao mesmo. O documento *Diagnóstico e Diretrizes do Setor Mineral do Estado do Piauí* (2005), em sua parte II, apresenta um sucinto estado da arte desses estudos. Entre essas primeiras pesquisas, o documento cita os trabalhos de Small (1913; 1914) e de Lisboa (1914). Trata-se dos estudos *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* (1913) e *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará* (1914), ambos de autoria de Horatio Small e *The permian geology of northern Brazil*, escrito por Arrojado Lisboa (1914). Elaborados no âmbito da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS⁵⁴, os dois primeiros têm um enfoque hidrogeológico e foram produzidos a partir da lógica do “combate às secas”.

Tal como esses dois primeiros estudos, os demais foram produzidos por instituições que tinham finalidades específicas dos órgãos que os executaram, como a busca por Petróleo, por exemplo.

Os primeiros estudos geológicos sobre o Estado do Piauí datam do início do século XX, quando diversas expedições científicas adentraram o seu território em viagens de reconhecimento, deixando as suas impressões gravadas em relatórios e mapas. Dentre os primeiros cientistas destacam-se Small (1913 e 1914), Lisboa (1914), Paiva e Miranda (1937), Albuquerque e Dequech (1946), Campbell et al. (1948 e 1949), Plummer et al. (1948) e Kegel (1953). (1948) e Kegel (1953). As contribuições científicas desses primeiros trabalhos foram referentes à Bacia Sedimentar do Parnaíba, quando definiram os seus limites geográficos e

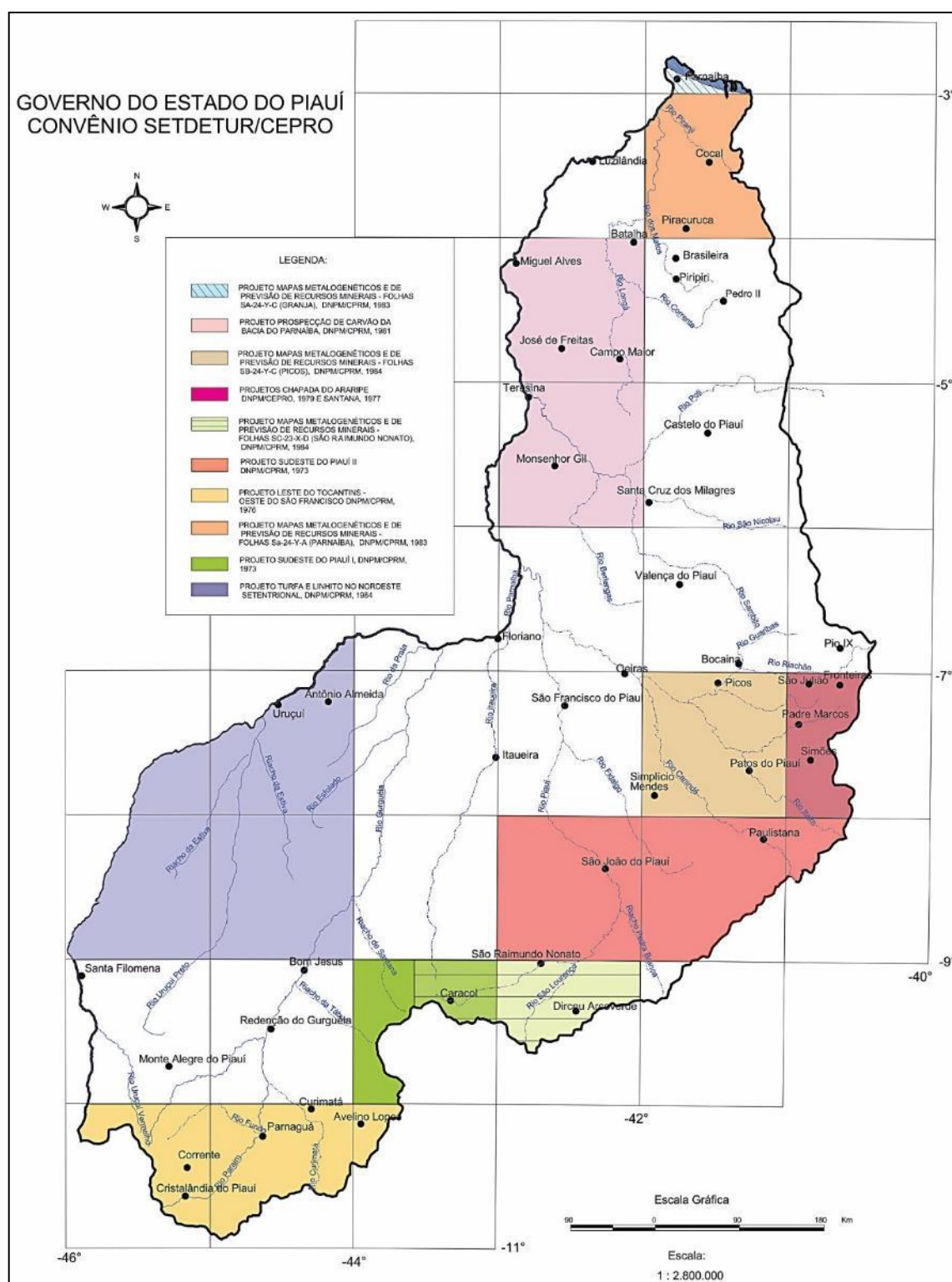
⁵⁴ Embora o trabalho de Lisboa tenha sido uma publicação independente e não uma publicação do IOCS, o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa foi o primeiro inspetor chefe do IOCS, quando da criação do órgão no ano de 1909 (Santos, 2003).

estabeleceram o primeiro arcabouço estratigráfico e estrutural. Desenvolveram também as pesquisas iniciais voltadas à exploração de água subterrânea, carvão mineral e petróleo, estas últimas já sob os auspícios do Conselho Nacional de Petróleo – CNP.

À criação da PETROBRAS, em 1954, seguiram-se os mapeamentos geológicos sistemáticos, por diversas equipes dessa empresa, os quais prosseguiram até 1966. Esses mapeamentos foram posteriormente integrados entre si (AGUIAR, 1969) e, também, com estudos geofísicos e dados de 36 poços pioneiros e estratigráficos, perfurados pela Petrobras, possibilitando a elaboração do trabalho “Bacia do Maranhão; geologia e possibilidades de petróleo”, que traz, dentre outras informações, um mapa geológico regional na escala 1:1.000.000 (CEPRO, 2004, p. 81)

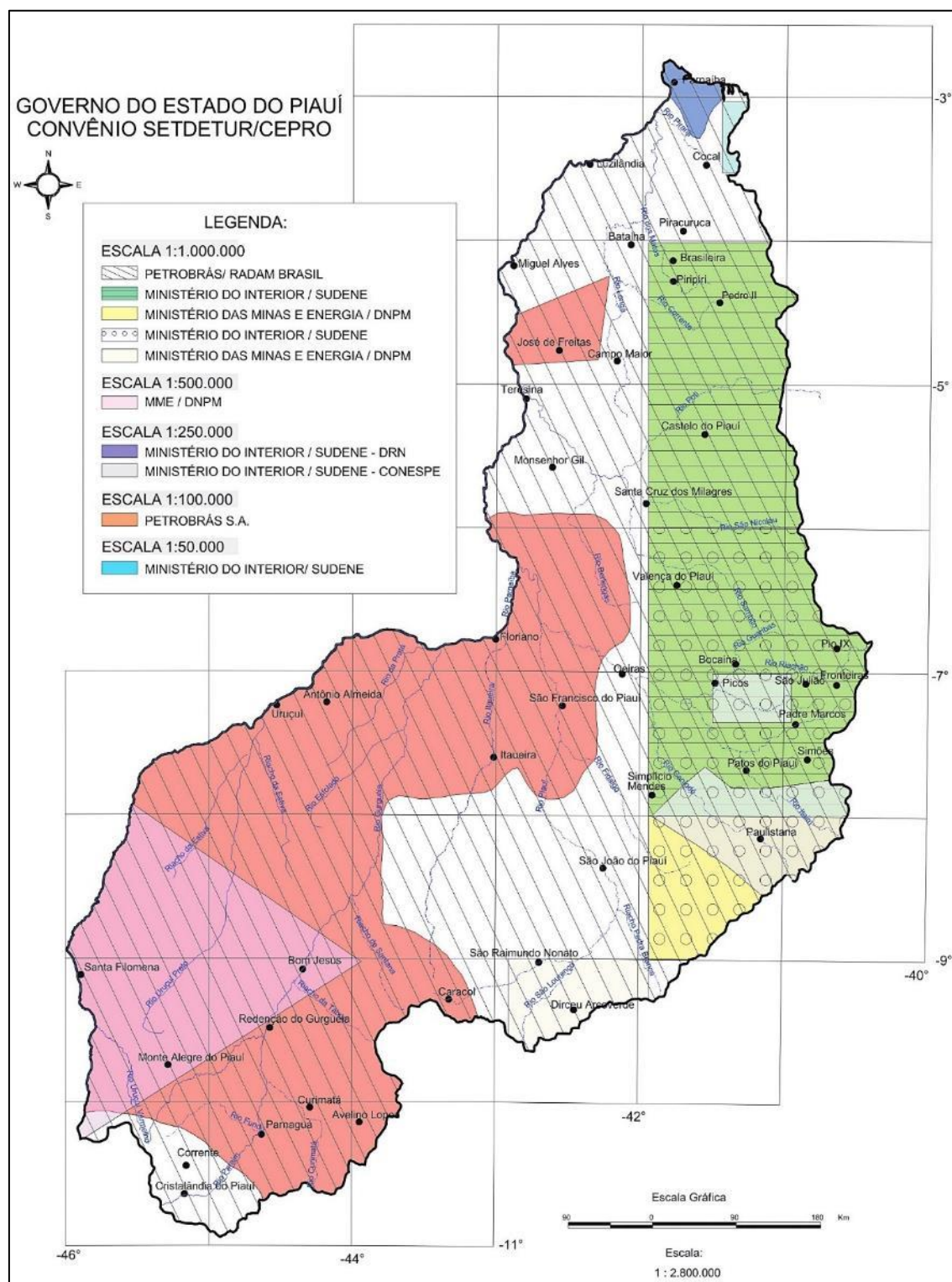
Conforme apresentado na citação acima, de meados da década de 1930 até a década de 1980, trabalhos desenvolvidos por instituições nacionais e estaduais avançaram no conhecimento do subsolo do Piauí, incluindo a identificação e classificação de ocorrências de minérios no estado. Esses estudos foram realizados por órgãos como o extinto Conselho Nacional de Petróleo – CNP, Petrobrás, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Serviço Geológico do Brasil – CPRM, além de projetos como o RADAM Brasil, entre diversos outros. As figuras a seguir (Figura 37 e Figura 38) apresentam uma espacialização dos locais em que foram realizados alguns desses levantamentos e os responsáveis pela sua execução.

Figura 37 – Índices de levantamentos geológicos realizados no Piauí – Projetos.



Fonte: CEPRO (2004).

Figura 38 – Índices de levantamentos geológicos realizados no Piauí – Escalas



Fonte: CEPRO (2004).

Quanto às pesquisas desenvolvidas pelo próprio Estado do Piauí, destacam-se as que foram realizadas pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI, entre os anos de 1973 e 1986. O Diagnóstico e Diretrizes para a mineração no Estado do Piauí lista sete projetos desenvolvidos por este órgão:

Projeto Avaliação do Mármore do Piauí, realizado em convênio com o IPT de São Paulo; (ii) Projeto Cadastramento das Ocorrências Minerais do Cristalino Piauiense; (iii) Projeto Manganês do Morro dos Melos; (iv) Projeto Implantação de Núcleos de Lapidação Mineral em Teresina e Pedro II; (v) Projeto Caulim; (vi) Projeto Cobre de São Julião; (vii) Projeto de Construção de Poços Cacimbões no Cristalino Piauiense (CEPRO, 2004, p. 82).

Conforme depoimento de seu Paulo, morador da Comunidade Nascimento, localizada próxima ao Morro do Mel, local em que historicamente a COMDEPI realizou suas pesquisas no município de São Raimundo Nonato, tendo detectado ocorrências de Manganês, faz pelo menos três décadas que os trabalhos de campo foram realizados naquela região.

30 anos atrás, eu era criança, tinha os meus 10 anos, 9 anos e já trabalhavam aqui. Faziam as pesquisas, né? Só que eles nunca tiraram material para ter futuro, pra ter progresso, não. É só mesmo pesquisa. Nunca exploraram a mineração mesmo não. Era, no tempo aí da COMDEPI, no tempo que trabalharam. E agora veio outro pessoal aí, que eu não sei nem de onde é esse pessoal, um trabalho recente aqui. Já tem 10 anos também que eles começaram a trabalhar, trabalhavam um período do ano, eles iam embora, voltavam de novo, com mais seis meses tornavam a continuar, mas só pesquisa também. Do tempo da COMDEPI eu não lembro quase nada. Eu tinha 10 anos, não sei nem se eu tinha 10 direito, era uns 9 por aí. Eu lembro dos peões trabalhando, movimento de carro. Eles trouxeram uma máquina, naquele tempo era novidade, uma sonda para fazer uma sondagem. Eles começaram manual, aí depois com os anos, eles já vieram e já estava todo modificado. Já trouxeram uma sonda, pra fazer uma sondagem. Trabalhou muito, deu muito emprego ao pessoal local. Trabalharam naquela época, fazendo variante, abrindo trincheira pra colher o material. Eles ficavam uma temporada, aí depois com um ano, até 10 anos, eles sumiam, desapareciam de novo e tornava a reviver de novo. Eles só diziam que era pesquisa de minério de ferro e manganês. O que eu sei, depois eu já era um homem já de 20 anos, eles continuavam trabalhando e eu via de vez em quando eles conversando. Diz que é uma pequena raja de ferro que tem, e manganês que muito pouco. Era o que eles diziam, né? Mas essa outra mineradora que veio aí fazer a outra sondagem, disse que a aqui é uma jazida enorme, tem serviço para quarenta e tantos anos. (Seu Paulo, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, 15 de junho de 2019)⁵⁵.

⁵⁵ Seu Paulo. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Nascimento, próximo ao Morro do Mel, São Raimundo Nonato, 15 de junho de 2019.

Figura 39 – Área em que a COMDEPI realizou pesquisas no Morro do Mel, São Raimundo Nonato – Piauí, nos anos 1980



Foto: Autoria própria. Acervo pessoal, obtido a partir de trabalho de campo em 15 de junho de 2019.

Ao todo, entre estudos estaduais e federais, o Diagnóstico e Diretrizes apresenta uma relação com 85 projetos desenvolvidos no estado do Piauí, até o ano de sua publicação (CEPRO, 2004, p. 167-168). As pesquisas desses órgãos também deram origem a relatórios, mapas e a um conjunto de informações com a finalidade de tornar conhecidas e, consequentemente, passíveis de apropriação para finalidades econômicas as ocorrências mineralógicas identificadas. Um exemplo dessa afirmação pode ser constatado quando analisamos o volume 1 do Levantamento de Recursos Naturais do projeto RADAM Brasil, que traz informações sobre geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra, especificamente na

parte das folhas SC. 23 Rio São Francisco E SC. 24 Aracaju. Ao tratar sobre “ocorrências minerais” no Piauí, o estudo apresenta a seguinte informação:

Na fazenda Brejo Seco, situada 50 km a sudeste da cidade de São João do Piauí, constatou-se a existência de um corpo de rocha ultrabásica serpentinizada, com 6 km de comprimento por 2 km de largura. Esta área, depois dos estudos iniciais realizados pela Divisão de Geologia da Coordenação de Desenvolvimento do Estado do Piauí, está em fase de pesquisa pela Companhia Vale do Rio Doce, esperando-se que em breve entre em fase de produção, já que foram constatados jazimentos comerciais de níquel e de amianto-crisotila, de boa qualidade. Associados foram encontrados minerais de cobre, cobalto e possivelmente platina (RADAM BRASIL, 1973, p.1).

O fragmento de texto acima, publicado em 1973 pelo projeto RADAM Brasil, narra o caso mais emblemático das pesquisas de base executadas pelo Estado subsidiando empresas privadas de mineração no Piauí. Conforme se observa na citação, foi a Divisão de Geologia da Coordenação de Desenvolvimento do Estado do Piauí – CODESE, que primeiro apresentou a ocorrência de jazimento de níquel no estado. Esse estudo, realizado no final dos anos 1960, despertou o interesse de duas empresas que, conforme o *Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do estado do Piauí*, aprofundaram essas pesquisas iniciais. Ainda conforme o documento, a primeira delas foi uma empresa de Minas Gerais, chamada Morro do Níquel S.A. Apesar das pesquisas que desenvolveu, a empresa desistiu da tentativa de exploração na área por considerar o depósito mineral como sendo de pequeno porte. Ainda segundo o mesmo documento, novos trabalhos de pesquisa na área foram realizados pela empresa Rio Doce Geologia e Mineração S.A. – DOCEGEO, empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, que em 2004 foi incorporada definitivamente a CVRD.⁵⁶ Esses estudos apontaram a existência de uma jazida da ordem de 21.000.000t de minério de níquel com um teor de 1,57% de Ni.

A descoberta de níquel no Piauí resultou de trabalho realizado por geólogos da Divisão de Geologia da CODESE, hoje Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, no final da década de 1960. Depois da publicação dos resultados, ainda em fase inicial desses estudos, algumas empresas de mineração manifestaram interesse pela sua continuação das pesquisas.

⁵⁶ Em nota divulgada no site oficial da empresa em 05 de janeiro de 2004, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, que em 2009 mudou sua razão social para VALE, anunciou que após Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de dezembro de 2003, “foi aprovada a incorporação das empresas Rio Doce Geologia e Mineração S.A. – Docegeo (Docegeo), Mineração Serra do Sossego S.A. (MSS), Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – Aluvale (Aluvale) e Mineração Vera Cruz S.A. (MVC). Nenhuma dessas incorporações envolverá emissão de novas ações nem alteração no capital social da CVRD. Os ativos da Docegeo, MSS, Aluvale e MVC serão incorporados na CVRD pelo valor contábil do balanço patrimonial referente a 30 de novembro de 2003 e a Companhia assumirá incondicionalmente todos os bens, direitos e obrigações das empresas incorporadas, de ordem legal ou convencional, nos termos da legislação vigente. Tais incorporações visam a simplificação da estrutura organizacional da CVRD” (VALE, 2004).

A primeira foi a empresa Morro do Níquel S.A., sediada em Pratápolis, Minas Gerais, que realizou diversas campanhas de pesquisas, comandadas pelo Geólogo Jean Claude Griffon, chegando no final dessas avaliações a bloquear uma reserva da ordem de 3.000.000t, considerada muito pequena, motivando a desistência dessa empresa à continuação dos trabalhos de pesquisa.

Em segundo lugar, vieram os trabalhos desenvolvidos em nível de detalhe pela DOCEGEO, empresa subsidiária da então ainda estatal Vale do Rio Doce, cujos estudos prosseguiram até 1974, concluindo a existência de uma jazida economicamente explorável, com reservas da ordem de 21.000.000t de minério de níquel com um teor de 1,57% de Ni.

Aparentemente problemas existentes na conjuntura econômica internacional – referentes à queda nos preços dos metais e, também, problemas metalúrgicos encontrados para o tipo do minério de Capitão Gervásio Oliveira – fizeram com que essa jazida ficasse muito tempo sem receber nenhum trabalho ou tratamento adicional. Recentemente, há cerca de 4 a 5 anos, as pesquisas sobre metalurgia dos minérios oxidados, lateríticos, evoluíram a ponto de se descobrirem novas rotas para os processos metalúrgicos, de tal sorte que o minério de Capitão Gervásio Oliveira voltou a ser considerado como economicamente viável.

Desta maneira, a empresa Vale do Rio Doce retomou os trabalhos sobre essa jazida desde o ano de 2002, estando em fase final de reavaliação, agora já em nível de pré-viabilidade de exploração.

Segundo dados divulgados pela própria empresa as reservas alcançadas colocam esta jazida como de porte médio a alto, com início de lavra previsto para o ano de 2007 (CEPRO, 2004, p. 103-104).

Apesar das expectativas de que a VALE S/A iniciaria a lavra da mina no ano de 2007 isso não se efetivou. Em 2014 a empresa vendeu o direito minerário 804.290/1970 e o projeto em desenvolvimento para a empresa TechMet, uma empresa que controla ou possui participações em projetos de ordem mundial na cadeia de fornecimento de metais para tecnologia (TECHMET, N/P), detentora do projeto Brazilian Nickel e Piauí Nikel. Segundo o *site* da empresa,

Brazilian Nickel is an advanced nickel/cobalt project in Brazil, applying simple heap-leach technology to treat laterite ores and produce nickel and cobalt products perfectly suited for the battery market.

TechMet has funded the first commercial phase of project development and has signed an agreement to jointly develop nickel laterite opportunities globally by deploying Brazilian Nickel's unique heap leaching technology.

The current Piauí nickel project is a Tier 1 (low cost, large scale) Ni/Co project with an extensive resource definition that will produce battery-grade nickel and cobalt hydroxides. Demonstration plant (pictured) has proved technical viability – now embarking on commercial small-scale plant and feasibility study for full-scale mine. Management are world-class nickel heap leaching experts and significant shareholders. Potential to create a multi-asset, mid-tier nickel/cobalt champion by exploiting competitive advantage in treating laterite ores⁵⁷ (TECHMET, n.p).

⁵⁷ O Brazilian Nickel é um projeto avançado de níquel/cobalto no Brasil, aplicando tecnologia simples de lixiviação por pilha para tratar minérios lateríticos e produzir produtos de níquel e cobalto perfeitamente adequados para o mercado de baterias. A TechMet financiou a primeira fase comercial de desenvolvimento do projeto e assinou um acordo para desenvolver em conjunto as oportunidades de laterite de níquel a nível mundial através da aplicação da tecnologia única de lixiviação por pilha da Brazilian Nickel. O atual projeto de níquel do Piauí é um projeto Tier 1 (baixo custo, grande escala) Ni/Co com uma extensa definição de recursos que produzirá níquel e hidróxidos de cobalto de grau de bateria. A planta de demonstração (foto) provou a sua viabilidade técnica - agora,

Conforme consta no Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do projeto Piauí Níquel,

Anteriormente de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce CVRD, o direito mineral 804 290 1970 e projeto foram vendidos por concorrência internacional aberta em 2014 para Piauí Níquel Metais PNM. Depois de conseguir recursos financeiros em 2016 a PNM fez manutenções e adaptações na Planta de Demonstração e Testes implantada pela CVRD em 2007 na região do morro do Brejo Seco, e vem realizando testes produtivos desde então com uso de sua própria tecnologia, a fim de gerar os dados necessários para elaboração dos estudos de engenharia de detalhe necessários para a próxima etapa deste projeto, bem como demonstrar a sua viabilidade e atrair assim futuros investidores para permitir a sua implementação em escala industrial e comercial (objeto deste EIA/RIMA). (ARCADIS, 2017, p. 2).

Em 18 de junho de 2019 a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR juntamente com a Piauí Níquel Metais S/A, realizaram a “Audiência Pública do ‘Projeto Piauí Níquel: discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental do futuro projeto (Licença Prévia)’”. A audiência foi realizada em uma terça-feira à noite, no Salão de Eventos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, na sede do município de Capitão Gervásio Oliveira (Figura 49).

Durante a audiência, o Gerente de Meio Ambiente e Relacionamento Institucional da empresa, Marcelo Rideg Moreira, informou que são necessárias duas variáveis para que o projeto saia do papel, sendo a primeira delas dinheiro e a segunda o licenciamento ambiental. Conforme fala transcrita, ele aponta que:

Nós temos duas variáveis. Quando que o projeto sai do papel? A primeira variável é dinheiro. Então, enquanto não conseguir captar, em um primeiro momento, 20 Milhões de dólares para fazer o treinamento de engenharia, e depois 500 milhões de dólares para construir toda a infraestrutura, a gente não sabe dizer quando o projeto sai do chão. Essa é que é a realidade, estamos sendo muito transparentes. O que podemos dizer é que não estamos aqui à toa. Estamos muito otimistas. A nossa diretoria, inclusive, está presente aqui em peso mostrando o respeito e a responsabilidade com a comunidade local. E a seriedade, nós não estamos para brincadeira. O projeto vai sair do chão, a questão é quando, nós sabemos como fazer sair do chão. A questão quando não depende da nossa boa vontade, depende da boa vontade de quem têm muito dinheiro. Mas a nossa previsão hoje é de 1,5 a 2 anos para desenvolver os projetos de engenharia desse dinheiro, 20 milhões de dólares desenvolvermos o trabalho de engenharia. Em paralelo vamos correr atrás dos 500 milhões para construir o projeto, e aí, conseguindo o dinheiro e a licença de instalação da SEMAR, não adianta ter o dinheiro e não ter a licença, então a previsão de construção são de 2 anos. Não podemos afirmar uma data concreta nem nos comprometer, porque aí estaríamos sendo irresponsáveis. Temos que falar de forma transparente e aberta mais uma vez do nosso interesse, somos todas partes interessadas nesse projeto, todos queremos ganhar com ele estamos fazendo tudo ao nosso poder

inicia-se uma instalação comercial em pequena escala e um estudo de viabilidade para uma mina em grande escala. A direção é especialista em lixiviação em pilha de níquel de classe mundial e em acionistas significativos. Potencial para criar um multi-ativo, campeão de níquel/cobalto intermediário, explorando vantagem competitiva no tratamento de minérios laterite (tradução nossa).

para conquistar esses recursos o mais rápido possível (Moreira, 19 de junho de 2019, informação verbal⁵⁸).

Figura 40 – Audiência Pública com fins de licenciamento ambiental do Projeto Piauí Níquel



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal, obtido a partir de trabalho de campo em 18 de junho de 2019.

Já a Figura 41 apresenta o cartaz de divulgação da audiência pública do projeto Piauí Níquel, realizada para fins de obtenção da licença prévia – LP. Apesar de ser a prévia, como é possível observar no cartaz, já existe toda uma estrutura montada, fruto dos trabalhos iniciados anos atrás.

⁵⁸ Fala do Gerente de Meio Ambiente e Relacionamento Institucional da empresa Piauí Níquel, Marcelo Rideg Moreira, na audiência pública do projeto Piauí Níquel e Cobalto, ocorrida na sede do município de Capitão Gervásio Oliveira, em 19 de junho de 2019.

Figura 41 – Cartaz da audiência pública do Projeto Piauí Níquel



SEMAR
SECRETARIA ESTADUAL
DE MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS



PIAUÍ NÍQUEL METAIS S.A.

Convidam a todos os interessados para:

Audiência Pública do “Projeto Piauí Níquel”: discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para o licenciamento ambiental do futuro projeto (Licença Prévia - LP).

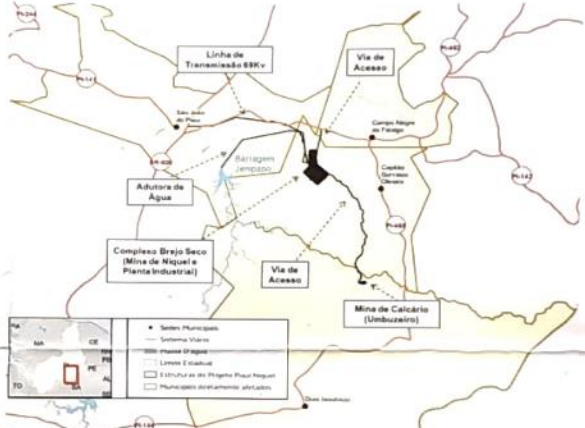
Data: 18/06/2019 (terça-feira), às 19:00.

Local: Salão de Eventos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Avenida Antônio Mendes de Sousa S/Nº, Centro, Capitão Gervásio Oliveira/PI.

Acesse: www.semar.pi.gov.br e www.piauiniquel.com.br para mais informações e documentos.

Projeto Piauí Níquel (grande escala) – O que é?

- Extrair minérios e produzir produtos concentrados de Níquel e Cobalto (para mercado de baterias recarregáveis para veículos elétricos, entre outros).
- Zonas rurais de Capitão Gervásio Oliveira, São João do Piauí, Dom Inocêncio e Campo Alegre do Fidalgo.
- Estruturas: 1) **Mina de Níquel e Planta Industrial** (Complexo Brejo Seco); 2) **Mina de Calcário** (Umbuzeiro); 3) **Linha de Transmissão 69Kv**; 4) **Adutora de Água** (Barragem Jenipapo); e 5) **Vias de Acesso** (novas e existentes).
- 2 anos para construção (apenas após obtenção da Licença de Instalação – LI), e 17,5 anos de operação.
- Demanda por cerca de 650 empregos diretos durante operação.





Vista da área central do projeto (própria)



Entrevista com moradores da região



Gado caprino comum na área do projeto



Visão de utilização arqueológica

O EIA/RIMA, produzido pela empresa independente Arcadis, concluiu:

Projeto Piauí Níquel é viável do ponto de vista socioambiental!

- Inexistência de fatores impeditivos (meios físico, biótico e socioeconômico e cultural da região);
- Implementação de programas socioambientais que irão prevenir, controlar, reduzir, monitorar, e compensar os impactos negativos do projeto, além de potencializar os **importantes impactos sociais positivos**, como aumento da atividade econômica local e regional (serviços, emprego e renda) e das receitas orçamentárias governamentais.

Planta de Demonstração da PNM já comprovou:

- Sucesso produtivo (será o mesmo processo para o futuro projeto de grande escala).
- Compromissos da empresa e os benefícios socioambientais: **contratação e treinamento de mão de obra local**; **uso reduzido e reaproveitamento de água** (filtragem dos produtos e rejeitos); **segurança operacional - não possui barragem de rejeitos!**; e ainda, o Projeto Piauí Níquel **produzirá sua própria energia elétrica (autossuficiente)** durante operação!



Planta de Demonstração

Mão de obra local

Pilhas sobre solo protegido

Rejeito em estado sólido

Fonte: Piauí Níquel (2019).

No cartaz, além de uma breve apresentação do projeto, estão informações a respeito da geração de empregos, divulgando tratar-se de 650 empregos diretos durante a fase de operação. O cartaz apresenta também a informação de que a mineradora não fará uso de barragem de rejeitos, como se isso a eximisse de maiores perigos em uma alusão aos crimes de Mariana e Brumadinho, apresentando também informações de que o EIA/RIMA concluiu que o projeto Piauí Níquel é viável do ponto de vista socioambiental.

Em 07 de novembro de 2019, 5 meses após a audiência pública, o projeto Piauí Níquel obteve a Licença Prévia, publicada no diário oficial do Piauí. E em 14 de janeiro de 2020, sete meses após a realização da audiência pública, a empresa obteve a Licença Prévia para a fabricação de ácido sulfúrico a partir de enxofre elementar, lavra e beneficiamento de calcário, construção de uma adutora de água e tubulação e para uma linha de transmissão de energia de 69 kV. Essas infraestruturas acessórias ao projeto de extração de níquel e cobalto estão previstas para serem construídas nas zonas rurais dos municípios de Capitão Gervásio Oliveira, Dom Inocêncio e São João do Piauí. Além da licença prévia, o projeto já possui isenção de 100% de ICMS por 10 anos, e, após esse período, gozará de isenção de 80% por 5 anos e, passado esse prazo, isenção de 60% por mais 5 anos.

Além disso, segundo matéria publicada no Financial Times (Sanderson, 2020), a empresa TechMet, que possui investimentos na Brazilian Nickel, responsável pelo projeto Piauí Níquel, receberá um investimento de US\$ 25 milhões do banco de desenvolvimento do governo dos EUA para viabilizar a implementação da mineradora no Piauí. Segundo a matéria, a intenção Norte Americana é a de diminuir o controle global chinês sobre a cadeia produtiva desse minério, o que teria levado ao primeiro investimento da história do governo estadunidense em uma empresa de exploração mineral. Destaca-se que a matéria publicada no Financial Times usa da mesma estratégia discursiva utilizada por governantes locais e pela imprensa nacional, a evocação da pobreza do Piauí como condição a ser superada e da mineração como fortalecimento econômico que contribuirá para reverter essa condição.

The US government development bank is to invest \$25m in London-based mining investment company TechMet, as part of a push by President Donald Trump to reduce reliance on supply chains dominated by China. The money from the \$60bn US International Development Finance Corporation will help TechMet develop a Brazilian nickel and cobalt project that aims to supply the electric car industry. The investment is part of Mr Trump's strategy to break China's hold over raw material supply chains. Last week the president said the US's reliance on foreign supplies of critical minerals was a "national emergency" and a security threat. The DFC was formed in 2019 to provide an alternative to Chinese overseas finance in Asia, Africa and Latin America. It's the first time the US government has invested directly in a metals and mining company, TechMet said.

“This important financing will support economic growth in one of Brazil’s most underdeveloped areas,” Adam Boehler, chief executive of the US International Development Finance Corporation, said⁵⁹ (SANDERSON, 2020).

O caso do Projeto Piauí Níquel é emblemático, pois ilustra como a intencionalidade do capital internacional vem se efetivando no Piauí. Um projeto que teve início no final da década de 1960, aos poucos vai saindo do papel. É nesse sentido que a ampliação do número de requerimentos minerais protocolados para o Piauí acende um alerta que causa preocupações em uma escala temporal de curto, médio e longo prazo. Curto, pois existem projetos que se encontram em fase de licenciamento ambiental, bem como de captação de recursos para sua efetivação. Médio, pois existem projetos já com relatórios de pesquisa aprovados, estando aptos a serem submetidos a etapa de licenciamento ambiental. E longo prazo, pois com a chegada das mineradoras e dos projetos estruturantes complementares para o setor, como os de energia e ferrovia, a região tende a passar por um processo de adensamento dessa atividade, atraindo novos projetos e territorializando a mineração no sudoeste do Piauí.

São estudos de base, como os que subsidiaram o projeto Piauí Níquel, que na atualidade embasam as atuações de empresas que buscam comprovar a existência e dimensionar jazidas de minérios previamente apontados nas pesquisas dos órgãos estatais. Um exemplo disso são os volumes I e II do “*Projeto mapas metalogenéticos e de previsão de recursos Minerais FOLHA SC.23-X-D São Raimundo Nonato, ESCALA 1: 250.000*” (Parente Filho, 1984). Esse projeto é resultado de um convênio entre o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNMP e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

Os mapas desse estudo apresentam as ocorrências minerais já conhecidas na região, com destaque para o ferro e manganês. Também foram apontadas algumas previsões de ocorrência de recursos minerais, dentre as quais titânio, vanádio, novas ocorrências para o ferro, além de diversos outros minerais. O estudo, publicado em 1984 sugeriu, também por meio de mapa,

⁵⁹ O banco de desenvolvimento do governo dos EUA deve investir US\$ 25 milhões na empresa de investimento em mineração TechMet, com sede em Londres, como parte de um esforço do presidente Donald Trump para reduzir a dependência das cadeias de suprimentos dominadas pela China. O dinheiro da Corporação de Finanças de Desenvolvimento Internacional dos EUA de US\$ 60 bilhões ajudará a TechMet a desenvolver um projeto brasileiro de níquel e cobalto que visa abastecer a indústria de carros elétricos. O investimento faz parte da estratégia do sr. Trump de romper a influência da China sobre as cadeias de fornecimento de matérias-primas. Na semana passada, o presidente disse que a dependência dos EUA em relação a suprimentos estrangeiros de minerais críticos era uma "emergência nacional" e uma ameaça à segurança. O DFC foi formado em 2019 para fornecer uma alternativa às finanças chinesas no exterior na Ásia, África e América Latina. É a primeira vez que o governo dos EUA investe diretamente em uma empresa de metais e mineração, disse a TechMet. "Esse importante financiamento apoiará o crescimento econômico em uma das áreas mais subdesenvolvidas do Brasil", disse Adam Boehler, executivo-chefe da Corporação de Finanças para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (Sanderson, 2020).

áreas para planejamento de ações governamentais futuras, em decorrência da previsão de alguns tipos de minerais no local⁶⁰.

Na área para a qual foram feitas essas recomendações, realizaram-se estudos recentes com investimentos do PAC, aplicados ao setor da mineração. Trata-se da pesquisa “Geologia e Recursos Minerais da Folha São Raimundo Nonato SC.23-X-D-II, escala 1:100.000, estado do Piauí” (AUGUSTO, 2017). Essas pesquisas apresentam maior nível de detalhamento, sendo produzidos mapas em escala de 1:100000, publicados pela CPRM no ano de 2017. As novas pesquisas confirmaram as previsões realizadas 33 anos antes, apontando no Piauí a existência de áreas consideradas como sendo de grande interesse mineral. Nesse sentido, outro estudo publicado no ano de 2022 pela CPRM, intitulado “Áreas de relevante interesse mineral (ARIM): avaliação do potencial mineral da região de São Raimundo Nonato, Piauí e Bahia”

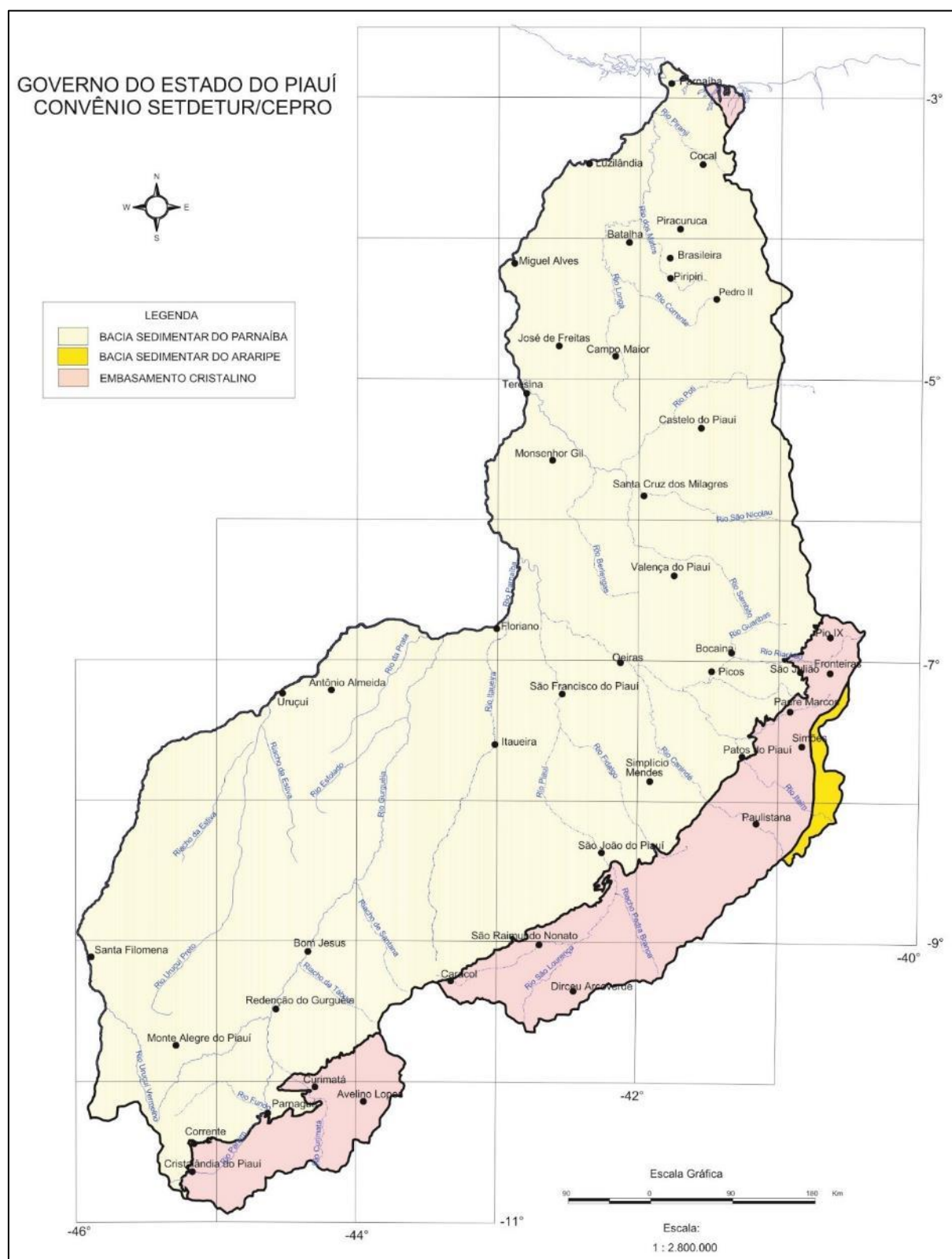
Esse último estudo,

apresenta uma contribuição ao conhecimento geológico e metalogenético da área de estudo, abrangendo intenso trabalho de integração geológica, geoquímica, geofísica e de recursos minerais em quatro folhas geológicas: São Raimundo Nonato (SC.23-X-D-I), Peixe (SC.23-X-D-II), Campo Alegre de Lourdes (SC.23-X-D-III) e Campo Grande (SC.23-X-D-V), de modo a estimular a pesquisa e incremento da produção mineral na região de São Raimundo Nonato - PI. Na área encontram-se inseridas importantes províncias metalogenéticas, com mineralizações em Fe-Ti-V e Ni-Cu em corpos máfico-ultramáficos, fosfato em carbonatitos e ferro a partir de formações ferríferas bandada. [...]. A interpretação dos dados à luz do conhecimento atual e os vários métodos aplicados para a pesquisa têm impacto para o avanço do entendimento geológico na borda noroeste do Cráton São Francisco, bem como fomentar trabalhos mais detalhados em áreas com alto potencial para prospecção de recursos minerais. A integração desses dados geológicos, geoquímicos e geofísicos indicaram alvos prospectivos para mineralizações de fosfato, Fe-Ti-V e Ni-Cu, além daqueles com mineralizações conhecidas. (Vale et al, 2022, p. 6) (Vale et al, 2022, p. 6)

É justamente nessa região, com esses levantamentos de base já previamente realizados por órgãos públicos, que as empresas particulares mais protocolaram requerimentos de autorização de pesquisa para confirmarem se, nos locais de “ocorrências mineralógicas”, existem jazidas com potencial suficiente para exploração comercial. Trata-se do caso das jazidas de manganês (mineradora São Camilo), ferro/magnetita (Projeto SRN Mineração) e vanádio, ferro e titânio (Riverbank Resources). Como é possível observar na Figura 42, a região na qual se localiza São Raimundo Nonato se encontra em uma área de embasamento cristalino. Por esse motivo são comuns os depósitos de minérios.

⁶⁰ No volume I os mapas "Carta da previsão para planejamento de ações governamentais" e "Carta de previsão de recursos minerais". No volume II ver o mapa Carta de recursos minerais. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/7391?mode=full>

Figura 42– Províncias geológicas do Piauí



Fonte: CEPRO (2004).

A Figura 42 mostra as três províncias geológicas que existem no território do Piauí, sendo duas bacias sedimentares e duas áreas de afloramento do embasamento cristalino. A primeira das bacias sedimentares é a do Parnaíba (em amarelo no mapa). Trata-se da maior entre as estruturas geológicas que se manifestam no Piauí. Nessa área, além de diversas pesquisas minerais em busca de variadas substâncias, destacam-se as tentativas de exploração do gás natural com leilões de blocos já realizados pela ANP. A segunda bacia sedimentar presente no território do Piauí é a do Araripe (em laranja no mapa), localizada na divisa entre os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. Nessa área se localizam jazidas de gipsita, calcário, entre outras. Nos municípios de Paulistana, Betânia do Piauí e Simões houve, durante um tempo, a exploração desse mineral que acabou paralisada por problemas associados à falta de infraestrutura no Piauí, como fornecimento energético insatisfatório para o desenvolvimento da atividade, além de estradas de acesso precárias (CEPRO, 2004).

A outra província geológica é o embasamento cristalino, que no Piauí afloram em duas partes do estado (em rosa no mapa). A primeira delas, ao norte, engloba parte leste do litoral, na divisa com o estado do Ceará. A outra parte do embasamento cristalino se localiza em uma faixa diagonal que vai desde a região sudoeste, na divisa com a Bahia, e segue para nordeste do estado Piauí, até as fronteiras com Pernambuco e Ceará. Nessa faixa de área, mas não exclusivamente nela, se concentra a maioria dos processos minerários em busca, principalmente, de minerais metálicos.

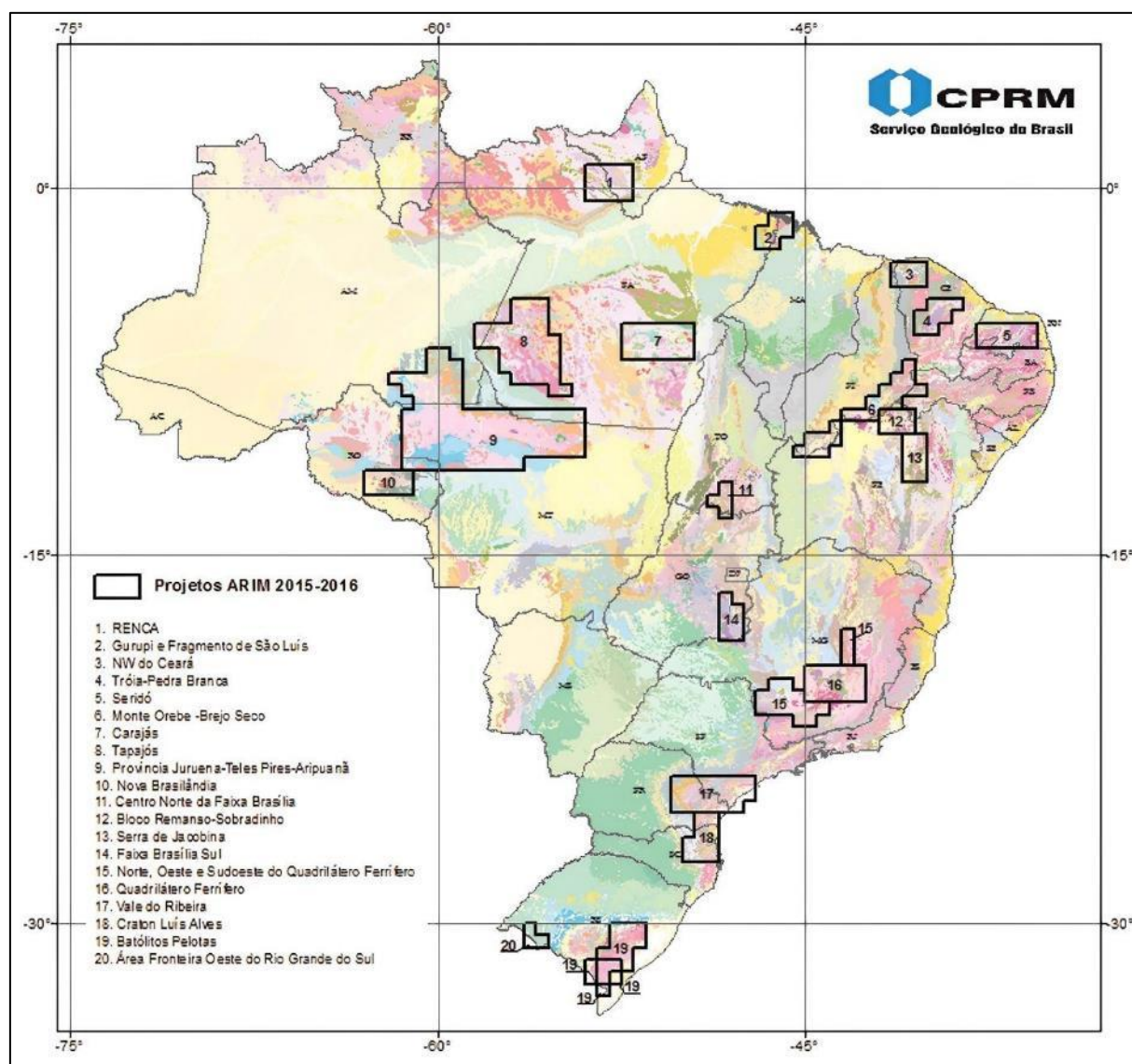
Em 2015, a CPRM publicou um estudo no qual apontou a existência de 20 Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs distribuídas por todas as regiões do país (Figura 43). No Piauí três áreas foram consideradas como sendo de relevante interesse. A primeira delas, a “ARIM 03 – NW do Ceará”, localiza-se na porção do embasamento cristalino localizado ao norte do estado, na divisa com o Ceará, e engloba parte do litoral leste piauiense. Embora os estudos mais detalhados tenham se dado no lado cearense, o Piauí engloba as folhas A - Chaval e D – Viçosa do Ceará, que fazem parte da área de relevante interesse mineral Noroeste do Ceará.

Essa área, inclusive, encontra-se em litígio, pois o Piauí vem contestando junto ao Superior Tribunal Federal – STF, os limites da sua fronteira com o Ceará. Caso saia vitorioso na disputa, além de ficar com parte da área de relevante interesse mineral 03-NW (ARIM Noroeste do Ceará), o Piauí incorporará também uma área já mapeada como sendo de grande potencial para instalação de complexos geradores de energia eólica (Brasil, 2022).

A segunda área de relevante interesse mineral existente no Piauí chama-se “Monte Orebe-Brejo Seco”, localizada em uma faixa diagonal com início no extremo sul do estado, na

divisa com a Bahia, seguindo até as divisas de Ceará e Pernambuco, sendo que a região do oeste pernambucano também integra a ARIM 06. Nessa área que foram realizadas as pesquisas do *Projeto mapas metalogenéticos e de previsão de recursos Minerais FOLHA SC.23-X-D São Raimundo Nonato* e *Geologia e Recursos Minerais da Folha São Raimundo Nonato SC.23-X-D-II, escala 1:100.000, estado do Piauí*. Ainda no embasamento cristalino se encontra a terceira área de relevante interesse mineral, a ARIM 12 - Remanso-Sobradinho, que engloba os estados do Piauí, Bahia e Pernambuco. Pesquisas entre as faixas do Rio Preto, Riacho do Pombal e Remanso Sobradinho, em 2022, gerou o relatório “áreas de relevante interesse mineral (ARIM): avaliação do potencial mineral da região de São Raimundo Nonato, Piauí e Bahia”.

Figura 43 – Áreas de relevante interesse mineral



De posse de informações sobre essas áreas e estimulados pelo aquecimento do setor de *commodities*, em razão da demanda internacional e a alta dos preços internacionais, sobretudo do minério de ferro, fez com que a pesquisa mineral se espacializasse pelo território estadual à procura por novas áreas. É nessa lógica que o Piauí passa a ser tão cobiçado pelas empresas do setor. Os dados da Tabela 6 mostram o aumento dos processos minerários nesse estado.

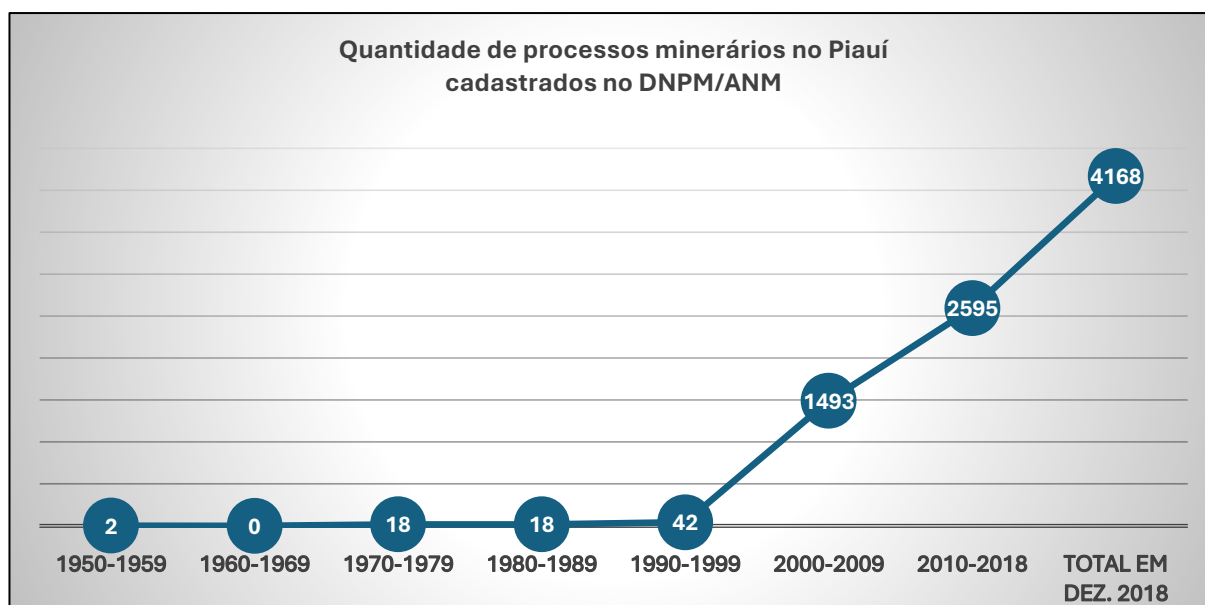
Tabela 6 – Quantidade de processos minerários nas décadas de 1990 até 2018

Década	Processos de Mineração – PI
1990	49
2000	1493
Década atual (dez. 2018)	4.168

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGMINE (2018).

Tanto a tabela quanto o gráfico a seguir mostram como se comportou a atividade de mineração no Piauí ao longo das últimas décadas (Gráfico 2). Esse crescimento vertiginoso mostra como a dinâmica mundial de demanda por minérios impactou no crescimento das pesquisas por novas áreas de exploração, causando uma ampliação da chamada fronteira da mineração. Isso fez com que o Piauí deixasse de ser um espaço de reserva do setor e, gradativamente, sua incorporação no setor extrativo mineral intensivo vem se realizando.

Gráfico 2 – Evolução da quantidade de Processos Minerários no Piauí, cadastrados no DNPM/ANM

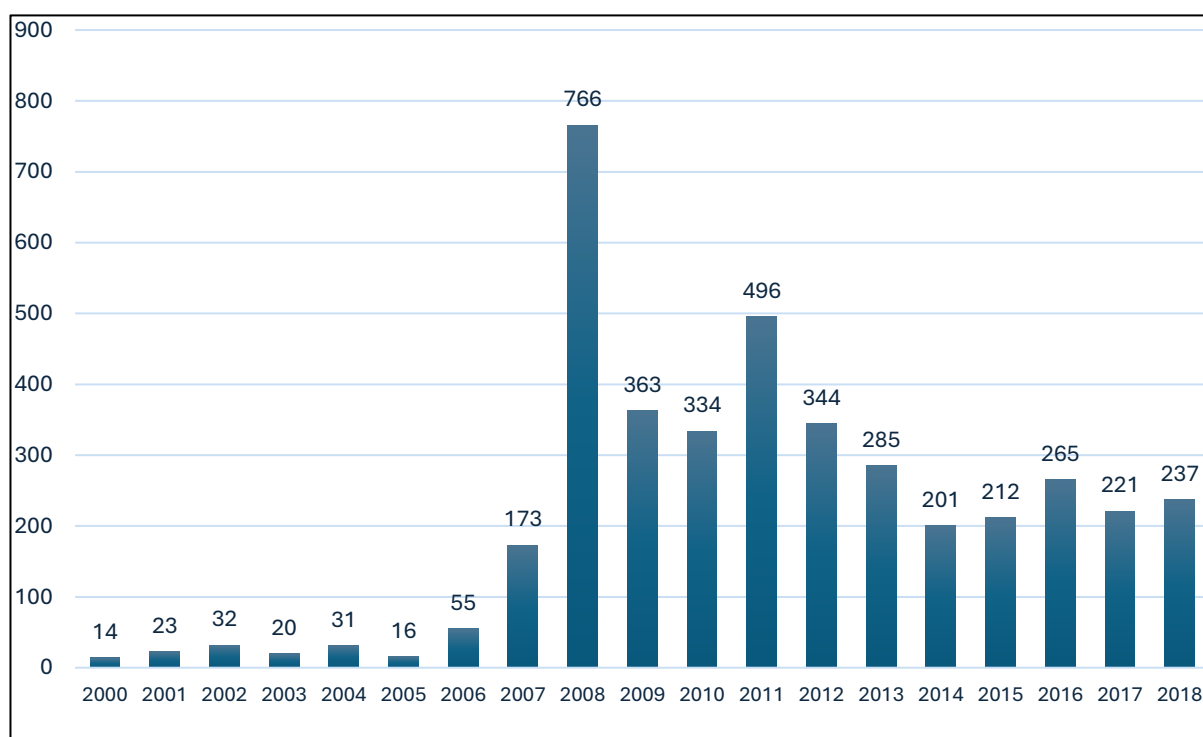


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGMINE (2018).

Conforme se verifica no Gráfico 2, até o final da década de 1990, havia apenas 42 processos de mineração associados ao Piauí registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (atual Agência Nacional de Mineração – ANM). Já na primeira década do século XXI, 1.493 novos processos foram protocolados. Nos dez anos seguintes, foram outras 2.595 solicitações de autorização de pesquisa, totalizando 4.168 processos de mineração em dezembro de 2018. Ou seja, o número de registros solicitando autorização para realizar pesquisas minerais no Piauí aumentou 5.110% desde 2000, confirmando o interesse dos empresários em explorar tais atividades no estado.

Já no Gráfico 3 podemos verificar a evolução ao longo de 19 anos, a partir de 2000 até 2018, dos processos minerários solicitando autorização para realização de pesquisas no Piauí.

Gráfico 3 – Quantidade de processos minerários referentes ao Piauí cadastrados junto ao DNPM/ANM entre 2000 e 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGMINE (2018).

O Gráfico 3 apresenta o avanço, ano a ano, dos processos minerários referentes ao Piauí. Através dele é possível verificar que nesse estado vem se materializando uma tendência da economia global, visto que o ano em que houve maior solicitação de autorização de pesquisa foi em 2008, ápice do período conhecido como “*boom das commodities*”. Esses dados nos permitem compreender que o que vem ocorrendo no Piauí se trata, antes de tudo, de um reflexo da economia mundial do que de um planejamento pensado a partir de uma perspectiva local. O

planejamento estadual do Piauí, no tocante a mineração, apenas se adequa à demanda internacional, característica essa de uma economia dependente.

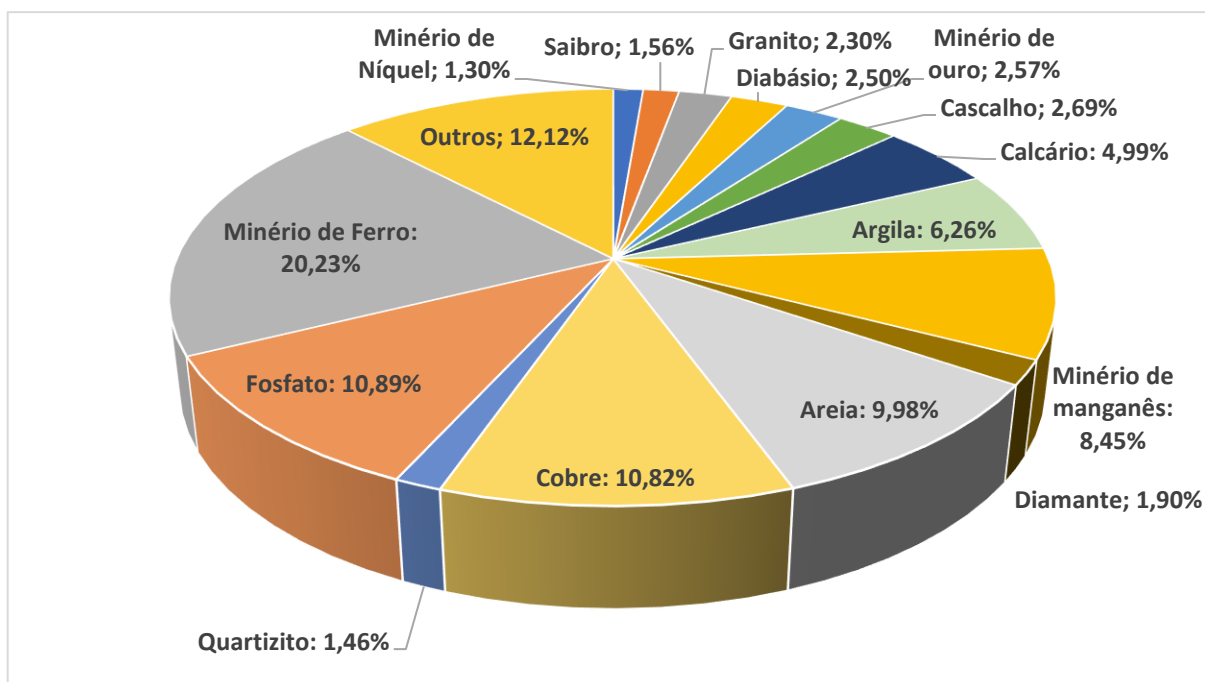
No bojo do cenário econômico da demanda internacional por commodities minerais, e acessando as informações produzidas pelos órgãos estatais é que as empresas privadas protocolam requerimentos e obtêm autorizações de pesquisa mineral da Agência Nacional de Mineração – ANM, para verificar a viabilidade econômica de exploração em locais com ocorrência de determinados minérios na atualidade. A Tabela 7 apresenta dados de processos minerários referentes ao Piauí.

Tabela 7 – Número de processos minerários por tipo de substância no Estado do Piauí, em dezembro de 2018

Substância	Qntd. de processos	%
Minério de Níquel	54	1,30%
Saibro	65	1,56%
Granito	96	2,30%
Diabásio	104	2,50%
Minério de ouro	107	2,57%
Cascalho	112	2,69%
Calcário	208	4,99%
Argila	261	6,26%
Minério de manganês	352	8,45%
Diamante	79	1,90%
Areia	416	9,98%
Cobre	451	10,82%
Quartzito	61	1,46%
Fosfato	454	10,89%
Minério de Ferro	843	20,23%
Outros	505	12,12%
TOTAL	4168	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGMINE (2018).

Gráfico 4 – Percentual dos processos minerários por tipo de substância no Estado do Piauí, em dezembro de 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGMINE (2018).

A Tabela 7, o Mapa 6 e o Gráfico 4 mostram que no Piauí existe uma diversificação entre as substâncias não metálicas e metálicas, alvos de pesquisa pelas empresas que realizam a sondagem de minérios. Os dados referentes ao ano de 2018 mostram que, entre os requerimentos de autorização de pesquisa para substâncias não metálicas, destacam-se os referentes ao fosfato. Muito utilizado pelo agronegócio e pela indústria alimentícia, os requerimentos protocolados para a pesquisa dessa substância correspondem a 10,89% do total de requerimentos.

O níquel, embora apareça na última posição da tabela, com apenas 54 processos junto a ANM, encontra-se em estágio avançado para início da exploração, como já descrito no caso da Piauí Níquel. A substância com maior número de requerimentos para pesquisa mineral no Piauí é o minério de ferro, com um total de 843 processos, totalizando 20,23% das pesquisas protocoladas até o ano de 2018.

De 2018 em diante esse número aumentou, assim como autorizações de pesquisas antigas foram finalizadas, apontando relatórios com novas jazidas minerais no estado, aprovadas pela ANM. Podemos citar como exemplo os projetos Planalto Piauí, da mineradora BEMISA, bem como o projeto SRN Mineração da SRN Holding no Piauí. Esses dois projetos, juntamente com o Piauí Níquel, têm sido apresentados pelo governo do Piauí como sendo os prioritários para o Estado.

No entanto, outros projetos vêm avançando em especial na área estabelecida como sendo a área de relevante interesse mineral 06, Monte Orebe-Brejo Seco. O exemplo mais recente é o da Riverbank Resources Mineração Ltda, que em 24 de agosto de 2021, obteve a aprovação do relatório final de pesquisa em uma área poligonal 829,66 hectares, referente aos processos minerários 48421.803366/2011-70, 48421.803367/2011-14, 48421.803368/2011-69 e 48421.803369/2011-11, nos municípios de Anísio de Abreu e Jurema, com as seguintes reservas de minérios (Tabela 8):

Tabela 8 – Resultado do relatório de pesquisa realizada pela Riverbank Resources Mineração Ltda

Minério	Reserva Medida (em toneladas)	Reserva Indicada (em toneladas)
Minério de Vanádio	92.884,4	100.620,8
Minério de Titânio	3.705.424,1	4.085.923,2
Minério de Ferro	11.537.569,4	12.775.248,0
Fosfato	36.490,3	35.936,0

Fonte: parecer técnico nº 39/2021/gepm/srm-anm/dirc.

Segundo documentos da empresa obtidos juntos a ANM por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a empresa além de extrair as substâncias constantes na tabela acima, pretende ainda construir um mineroduto com a finalidade de escoar os minérios até São João do Piauí, onde seria instalada uma unidade de beneficiamento. O documento da empresa, mostra ainda como os vários projetos em curso no Piauí são dotados de uma *solidariedade geográfica* (Castilho, Toledo Jr, Andrade, 1997) que atuam no sentido de complementaridade e viabilização, visto que para reforçar um pedido de agilidade na aprovação do relatório de pesquisa encaminhado para a ANM, o memorando afirma que o projeto prevê a utilização de gás da bacia do Parnaíba, da energia produzida localmente em parques eólicos e solares, bem como o escoamento dos produtos pela ferrovia transnordestina.

Riverbank Resources Mineração Ltda vem através do presente, por intermédio de seu representante legalmente estabelecido, pedir a Vossa Senhoria para que, na medida do possível, seja dada urgência nos trâmites de análise do Relatório Final de Áreas Contíguas, referente aos processos em epígrafe. O referido relatório foi protocolizado em 09 de março de 2018 e, desde essa data permanece sem análise, perfazendo quase dois anos e meio de espera. Apesar da insegurança decorrente da falta de análise dos dados da pesquisa realizada, durante esse período a Riverbank vem trabalhando no desenvolvimento do projeto.

O projeto abrange atividades complexas iniciando nas operações de lavra no Município de Anísio de Abreu, o transporte do minério por rodovia até São Raimundo Nonato de onde seguirá por meio de mineroduto até São João do Piauí onde será construída a unidade de beneficiamento para a extração e separação de ferro, titânio e vanádio contidos no minério. Contempla ainda a fabricação de produtos acabados a partir desses três metais. Prevê a utilização de energia elétrica produzida na região por parques eólicos ou solares, complementados com geração hidrelétrica. Constam do projeto o uso de gás natural da Bacia do

Parnaíba e o transporte de produtos através da Ferrovia Transnordestina. Como visto, consiste de um empreendimento bastante amplo, com forte impacto positivo na economia regional.

A previsão de investimentos é da ordem de U\$ 2,2 bilhões, contemplando diretamente os municípios de Anísio de Abreu, São Raimundo Nonato e São João do Piauí. Considerando que o Piauí está entre estados brasileiros de menor PIB, o incremento na economia piauiense será considerável. Em termos de alavancagem social, os efeitos diretos e indiretos da implantação do projeto são incalculáveis. Além das inversões diretas, haverá o estímulo natural para a criação de novas empresas que se agregarão ao leque de fornecedores e prestadores de serviços, gerando empregos, trazendo melhoria de vida para toda a população da região que padece pela falta de oportunidades, acarretando enorme impacto social positivo.

De modo breve, são esses os planos, projetos e as oportunidades para o Estado do Piauí e sua gente, contudo, a concretização de todo esse panorama depende da análise do Relatório Final de Pesquisa de Áreas Contíguas, para o qual pedimos a Vossa Senhoria, que seja realizada a maior brevidade possível (RIVERBANK, 2020, grifo nosso).

Conforme leitura do texto acima é possível constatar o mesmo apelo discursivo utilizado na matéria do Financial Times ao falar sobre o projeto de extração de níquel em Capitão Gervásio Oliveira. No documento encaminhado pela Riverbank, a empresa menciona que “o Piauí está entre estados brasileiros de menor PIB”, e como os investimentos da empresa, supostamente, tendem a colaborar com a melhoria dessa situação. O que o ofício não menciona é que o empreendimento em questão, caso saia do papel, será implantado em uma área residencial na divisa dos municípios de Anísio de Abreu e Jurema, conforme é possível visualizar na Figura 44.

Figura 44 – Poligonais do projeto de extração de vanádio, titânio e Ferro da Riverbank



Fonte: SIGMINE (2022).

O ofício da Riverbank levanta outra questão, que é o avanço da mineração sobre áreas do ambiente semiárido e do bioma Caatinga. Como um projeto que pretende se instalar em área de baixos índices de pluviosidade e de elevada evapotranspiração pretende escoar minérios através de mineroduto, que necessita de volumes consideráveis de água?

Nesse caso, novamente entra em cena a existência de outros estudos realizados pelo Estado, com o intuito de fomentar o planejamento da economia. Emerge a antiga promessa de construção do eixo oeste da transposição do Rio São Francisco, que voltou a ser recentemente cogitado pelo Ministro Chefe da Casa Civil, o piauiense Ciro Nogueira. Em publicação realizada em suas redes sociais no dia 04 de abril de 2022, ele afirmou que o presidente da república e o ministro do desenvolvimento regional, haviam autorizado os estudos de viabilidade da obra (Fernandes, 2022, n.p). Essa promessa, no entanto, não é nova. O ex-governador do Piauí, Wilson Martins, já havia assinado em março de 2013 um ato autorizando a publicação de edital público para a contratação de estudo de viabilidade de construção do eixo oeste da transposição do São Francisco (G1, 2013, N/P).

Já o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, elaborado no ano de 2010 e que, entre outros aspectos, identifica a demanda hídrica em cenários diferenciados, bem como os meios alternativos de incrementar a oferta e disponibilidade hídrica no estado para fins de planejamento estratégico, prevê a utilização das águas do Rio São Francisco no que definem como “cenário otimista acelerado”. Ao tratar sobre a “demanda industrial concentrada” o plano menciona os projetos de extração de níquel da então CVRD e o projeto de extração de ferro do Grupo GME 4, ou seja, o projeto Planalto Piauí, da mineradora BEMISA. Segundo o documento,

O Plano de Integração de Bacias analisou diversas alternativas para a implantação do eixo abastecedor, a mais viável, e que apresenta menor custo, é o suprimento pelo lago de Sobradinho.

Para isso devem-se construir uma estação de bombeamento principal, uma elevatória e trechos de adutoras e canais, em direção à nascente do rio Piauí.

O estudo, na íntegra, está disponível no arquivo do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com a bacia do Nordeste Setentrional, elaborado pela Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais – FUNCATE, para o Ministério da Integração Nacional - 2007.

[...] O Eixo Receptor, também chamado de distribuidor, é formado por um trecho natural do rio Piauí, a montante e a jusante do Açude Petrônio Portela. A partir do açude Jenipapo, uma estação de bomba alimenta um canal que interliga os açudes Pedra Redonda, Poço de Marruá, Estreito e Pias. Existe também a possibilidade de alcançar a Barragem de Bocaína.

A partir do Plano de Integração de Bacias proposto no Estudo de Integração das Fronteiras Secas do Piauí é possível o Governo do Estado do Piauí pleitear recursos através do Plano Nacional de Infra-estrutura Hídrica – PNIH junto ao Governo Federal. Portanto, está prevista a elaboração do Projeto Básico do Eixo Abastecedor do Plano de Integração de Bacias Hidrográficas do Piauí e a execução das obras do

Eixo Receptor (Projeto Piloto. Trecho Barragem Jenipapo à Barragem Pedra Redonda).

Com a implantação do Eixo Abastecedor, a futura transferência de água a partir da fonte externa de abastecimento, aumentará a capacidade potencial de regularização global dos açudes situados na Fronteira Seca que atingirá um valor da ordem de 340 hm³/ano (10,8 m³/s). Segundo estudos realizados, este valor será suficiente para o abastecimento de cerca de 600.000 habitantes e para promover a irrigação de uma área de aproximadamente 13.000 ha (assumindo um consumo médio de 0,70 l/s/ha), com níveis mínimos de garantia de 95% e 80%, respectivamente.

O detalhamento do Projeto Básico, Supervisão e Construção das Obras do Eixo Piloto Receptor do Plano de Integração Hídrica ao Sertão do Piauí – Jenipapo / Pedra Redonda deverá ser concomitante com a construção e estudos do Eixo Abastecedor Lago Sobradinho / Nascentes do Rio Piauí (Piauí, 2010, p.93).

O projeto prevê que a água será captada no Lago de Sobradinho - BA e seguirá por canal, utilizando-se de sistema de bombeamento em alguns pontos até reservatórios e destes, por vala natural até a barragem Petrônio Portela, localizada em São Raimundo Nonato. Com este reservatório perenizado, a água seguirá pelo Rio Piauí até o município de São João do Piauí, alimentando a barragem do Jenipapo (Figura 45).

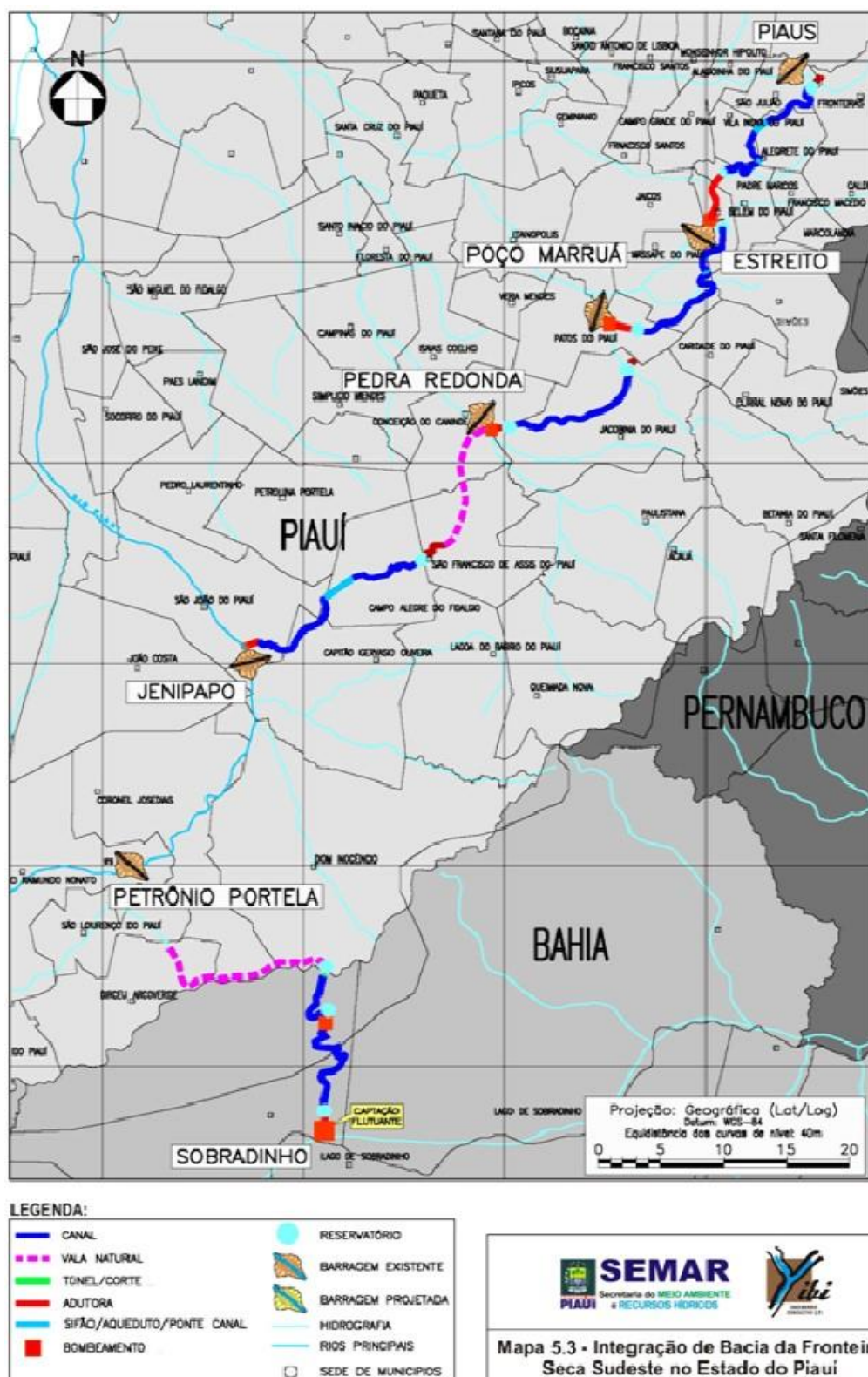
Em São João do Piauí, por sua vez, está previsto nos planos do Governo do Estado a implantação de um perímetro irrigado voltado para a fruticultura. Para isso está sendo construído dentro do assentamento Marrecas (MST) um conjunto de reservatórios, integrados a uma estrutura de captação e bombeamento para irrigação de 13 municípios do entorno do projeto. Ainda em São João do Piauí, a mineradora Piauí Níquel Metais prevê a utilização de água da barragem do Jenipapo, já possuindo para isso uma outorga da Agência Nacional de Águas – ANA (Figura 46). Observa-se que as atividades propostas para essa área do ambiente semiárido, são intensamente demandantes de água e concorrerão entre si pela água disponível nos reservatórios existentes. Por essa razão que um braço da transposição do Rio São Francisco passa a ser planejado, visando suprir essa demanda do agronegócio e do setor mineral.

O projeto segue por meio da construção de canal até atingir a barragem do Poço Marruá, de onde o projeto Planalto Piauí, da mineradora BEMISA, pretende captar a água a ser utilizada para a atividade de mineração de ferro. Da barragem do Poço Marruá, em Patos do Piauí, seguirá em canal até a barragem do Estreito, em Belém do Piauí; de onde irá até a barragem Piau, em São Julião. Essa região fica localizada nas proximidades do chamado “miolo do semiárido”, local de intensa evapotranspiração. Apesar disso, a obra passa a ser cogitada em um momento em que grandes projetos hegemônicos de desenvolvimento são propostos para esse local.

As atividades produtivas que já se praticavam na região desde há muito tempo, como a agricultura camponesa de sequeiro, a pequena criação e a apicultura, bem como as famílias que habitavam o local, nunca foram contempladas com nenhuma proposta parecida. Entretanto, para atender aos interesses do capital e do planejamento territorial proposto, a água passa a ser

demandada em abundância. Isso tende a impactar o Rio São Francisco, já bastante degradado ao longo de seu trajeto. Para o desenvolvimento do agronegócio e para a mineração, propõem-se explorar o já bastante explorado Velho Chico.

Figura 45 – Transposição do Rio São Francisco para a bacia do Rio Canindé – Piauí



Fonte: Piauí (2010).

Figura 46 – Outorga da Agência Nacional de Águas concedida à Piauí Níquel Mineração




D.O.U.
 Seção: 2
 Em: 9/9/14

RESOLUÇÃO Nº 1340, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.001135/2014-81, resolveu:

Art. 1º Aprovar o ato relacionado com outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, devidamente registrado no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, discriminado abaixo.

Ato	Outorga de direito de uso de recursos hídricos
Objeto do ato	Usos de Recursos Hídricos de domínio da União constantes da Declaração CNARH nº 211596
Interessado(a)	Piauí Níquel Mineração Limitada
Município	São João do Piauí
UF	PI
Finalidade(s)	Mineração
Corpo hídrico	Açude Jenipapo
Efeitos legais	10 anos
Envio de DAURH *	Não

* Necessidade de envio da Declaração de Uso de Recursos Hídricos – DAURH por exigência técnica ou enquadramento na Resolução ANA nº 782/2009.

Art. 2º As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis nos endereços eletrônicos <http://cnarh.ana.gov.br> e <http://www2.ana.gov.br/outorga>.

Art. 3º O interessado constante desta Resolução deverá cumprir, naquilo que lhe couber, o disposto na Resolução n.º 833, de 05 de dezembro de 2011.

Art. 4º Os quantitativos outorgados nesta Resolução poderão ser alterados em decorrência de condições climáticas adversas, de alocações negociadas de água, ou ainda da necessidade de se atender a usos prioritários.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

4.1 ENTRE A DOÇURA DO MEL E AMARGOR MINERAL

As pesquisas minerais e os processos de licenciamento ambiental se intensificaram no Piauí nas duas primeiras décadas do século XXI. Apesar disso, a arrecadação de CFEM é baixa. A mineração gera pouca compensação para os piauienses, como mostrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Arrecadação da CFEM pelos Municípios Piauienses no Período de 1996 a 2004

Nº	Município	1996 a 2002	2003	2004
1	Antônio Almeida	4.611,59	22.949,02	115.932,94
2	Barro Duro	517,86		371,89
3	Batalha	34,98		
4	Buriti dos Montes	0,84		
5	Campo Grande do Piauí			2,025,82
6	Campo Maior	5.665,65	2.328,19	2,786,69
7	Castelo do Piauí		8.946,83	13.438,48
8	Corrente	72,26		
9	Curimatá			272,10
10	Dom Expedito Lopes	191,54		
11	Floriano		1.021,00	2.836,10
12	Fronteiras	14.888,02	11.847,81	9.535,10
13	Jaicós	47,06		936,09
14	José de Freitas	670,00	1.759,42	2.158,53
15	Lagoa do Piauí		976,30	24. 258,98
16	Miguel Alves	256,72	526,00	946,00
17	Monsenhor Gil	3.953,97		
18	Oeiras	948,11		
19	Padre Marcos	580,62		
20	Palmeirais	253,25		
21	Parnaíba	521,45		306,10
22	Pedro II			688,15
23	Picos	5.412,16		
24	Piracuruca	6,99		
25	Queimada Nova	48.085,94		
26	Santa Filomena	10,98		
27	São João do Piauí			149,23
28	Teresina	407.674,44	92.506,1	116.329,86
29	Valença do Piauí	49,02		84,5
	Total Geral	494.453,45	116.572, 67	293.356, 56

Fonte: CEPRO (2004).

A Tabela 9 mostra os municípios piauienses que receberam compensação financeira por exploração mineral entre 1996 e 2004. Em oito anos, apenas 29 dos 224 municípios receberam valores de CFEM, totalizando R\$ 904.382,68. A Tabela 10 apresenta a situação em 2021.

Tabela 10 – Arrecadação da CFEM Estado do Piauí no ano de 2021

Estado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total.
Acauã					740,68								740,68
Amarante			767,86										767,86
Anísio de Abreu		281,49											281,49
Antônio Almeida	2.291,56	1.941,13	3.903,63	51.894,56	1.949,27	88.852,49	113.042,94	125.380,20	112.517,44	206.989,34	97.104,03	22.858,09	828.724,68
Buriti dos Lopes	6.266,62	7.805,16	9.373,40	5.852,16	6.212,80	8.175,36	6.684,55	7.185,53	8.269,90	9.743,52	7.220,24	7.239,06	90.028,30
Cabeceiras do Piauí	759,47		528,82	255,36		487,4		579,75		588,46	249,41		3.448,67
Campo Alegre do Fidalgo				209,43				126,11	131,48			200	667,02
Campo Grande do Piauí		1.770,70									721,55		2.492,25
Campo Maior	631,11	550,67	421,88	355,84	344,75	457,92	638,17	535,02	349,35	299,53	368,19	345,2	5.297,63
Castelo do Piauí	832,64	3.471,79	5.102,01							4.387,81		963,76	14.758,01
Cristino Castro		150,37	492,48	124,44	485,74			2.306,95		1.640,62			5.200,60
Curral Novo do Piauí											84,15		84,15
Demerval Lobão	747,2	395,99	1.165,52	188,48	171,12	238,68	296,52			940,72	337,08	579,91	5.061,22
Dom Expedito Lopes	1.360,61	1.673,88	1.537,78	957,74	1.118,04	1.378,15	1.223,56	1.345,16	1.296,83	1.333,83	1.579,30	1.658,24	16.463,12
Domingos Mourão	1.006,67		634,65	316,58	317,23	318,07		319,04	323,37	324,73	326,11	327,66	4.214,11
Elesbão Veloso	167,79	185,25	293,72	240,64	181,98	233,26	281,4	202,33	262,79	233,03	179,78	196,6	2.658,57
Florianópolis	6.225,42	3.446,23	4.414,84	5.688,13		10.846,42	3.540,10	3.711,22	7.178,34	6.568,76	35.350,55	6.792,86	93.762,87
Fronteiras						2.145,95	769,45			1.563,05			4.478,45
Guadalupe		894,7	519,19	198,66				86,96	265,94	933,85	1.258,25		4.157,55
Joaquim Pires	4.388,33												4.388,33
Lagoa Do Barro do Piauí	169,56			129,64	215,96								515,16
Lagoa do Piauí	15.629,88	19.504,25	16.508,52	16.273,87	14.493,19	9.640,05	11.712,32	12.706,64	15.421,01	15.066,83	13.823,29	12.534,31	173.314,16
Luís Correia	311,37	320	471,34	761,48	1.143,92	519,17	801,67	776,78	1.119,70	1.029,69	804,29	774,01	8.833,42
Luzilândia						1.253,49	301,95						1.555,44

Estado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total.
Miguel Alves	326,09	199,09	180,49	231,5	232,29	307,24	199,46	245,1	277,55	199,14	286,63		2.684,58
Monsenhor Gil	12.800,62	10.505,85	8.628,69	12.523,88	8.497,20	7.416,23	7.929,18	13.941,38	17.088,44	14.139,91	15.312,67	13.024,30	141.808,35
Morro Cabeça no Tempo	8.464,08				5.579,67	27.598,54	23.099,26	24.778,55	26.374,53	21.625,38	41.635,50		179.155,51
Nazária	11.119,43	11.820,13	10.033,38	6.610,04	3.350,87	8.857,64	8.675,59		5.327,29	3.205,35	15.862,16	8.270,17	93.132,05
Palmeira do Piauí	481,8	422,75	208,25	551,23		932		381,5	559,96			326,27	3.863,76
Palmeirais		276,29											276,29
Paquetá			1.501,56										1.501,56
Parnaíba	1.756,63	634,27								300			2.690,90
Paulistana			2.244,78										2.244,78
Pedro II			728,87				503,6			500	1.000,00	2.015,60	4.748,07
Picos	3.857,50	3.328,06	3.735,41	3.531,68	284,09	4.402,85	2.411,88	3.672,38	3.501,23	3.928,42	6.065,96	6.000,39	44.719,85
Pimenteiras		557,15											557,15
Pio IX	49.528,55	6.508,65	3.541,75	5.692,61	4.634,59	3.625,69	2.864,48	5.882,37	360,66	2.894,30	3.715,70	4.681,81	93.931,16
Piracuruca			92,51	339,12		157,87				86,85	4.138,81	2.107,30	6.922,46
Piripiri		776,53											776,53
Queimada Nova	2.272,20	1.511,10											3.783,30
Ribeira do Piauí			88,97										88,97
Santa Filomena	1.051,78	819,86	11.100,67	822,25	823,78	16.893,85	34.452,24	31.847,68	35.994,54	26.671,46	18.070,50	844,79	179.393,40
São Braz Do Piauí		157,2											157,2
São João do Piauí		3.086,91	1.430,27										4.517,18
São Raimundo Nonato	1.184,32	2.361,96	1.177,29	1.179,43	1.756,66	1.184,55	1.187,86	1.191,71	1.196,30	3.132,75	1.206,22		16.759,05
Teresina	18.318,86	22.839,48	9.901,81	19.635,15	11.539,26	8.759,07	9.517,97	23.406,63	19.198,04	27.346,93	19.731,71	7.420,74	197.615,65
União	1.318,36												1.318,36
Valença Do Piauí	41,95		73,43	60,16		58,31	70,35	50,58		58,26			413,04
Total:	153.310,40	108.196,89	100.803,77	134.624,06	64.073,09	204.740,25	230.204,50	260.659,57	257.014,69	355.732,52	286.432,08	99.161,07	2.254.952,89

Fonte: Sistema de Arrecadação ANM. Relatório de arrecadação CFEM do Estado PI (2021).

Conforme se observa na Tabela 10, houve um aumento na quantidade de municípios que passaram a receber a CFEM, chegando ao total de 48 no ano de 2021. Isso indica que houve um aumento na exploração mineral no estado. Todos esses municípios juntos arrecadaram, em 2021, um valor de R\$ 2.254.952,89. Observando de forma específica o caso dos municípios que integram o território de desenvolvimento Serra da Capivara – TD08, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, a Associação Territorial do Quilombo Lagoas e a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, analisaram o recebimento da CFEM no período compreendido entre os anos de 2004 e 2020. Segundo informações contidas na *Nota de repúdio aos grandes projetos de mineração na Serra da Capivara (PI)*, publicada em março de 2021,

Ao consultarmos o sistema de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais — CFEM, no site da Agência Nacional de Mineração — ANM, observamos que desde o ano de 2004, quando os dados são disponibilizados, do total de 18 municípios que integram o território de desenvolvimento da Serra da Capivara apenas 09 deles receberam algum valor referente à compensação financeira. Em 16 anos, esses 09 municípios arrecadaram juntos um total de R\$ 213.974,16.

O município que mais arrecadou foi Caracol que, em 2015, recebeu o valor de R\$64.106,18 pela exploração de fosfato. Com exceção desse repasse, não há registro de nenhum outro realizado entre 2004 a 2020 para esse município. Se pegarmos esse dado e fizermos uma média aritmética, é como se ao longo de 16 anos o município de Caracol tivesse recebido um valor anual de R\$ 4.006, 63 (quatro mil e seis reais e sessenta e três centavos) por ano, o que daria um repasse mensal de aprox. R\$ 333,89 ao mês, ao longo de 16 anos.

Já o que arrecadou menos foi Anísio de Abreu, que em 16 nos recebeu R\$ 301,30 referente a CFEM pela extração de argila, sendo R\$108,1 em 2018, R\$34,28 em 2019 e 158,92 em 2020. Outro exemplo, o município de Capitão Gervásio Oliveira, onde desde a década de 1970 teve início as pesquisas para a extração de Níquel, recebeu em 2017 a quantia de R\$ 3.322,10 (três mil trezentos e vinte e dois reais e dez centavos) referente à compensação por extração de níquel, não constando nenhum outro repasse de 2004 a 2020. Nove municípios do território Serra da Capivara não arrecadaram CFEM de 2004 até o presente. Como esses dados mostram, a mineração não vem colaborando com o desenvolvimento econômico da região, diferentemente do que a matéria publicada no portal busca convencer (MAM, n.p, 2021).

Como se pode observar na citação acima, em 16 anos os municípios do território de desenvolvimento Serra da Capivara receberam juntos apenas R\$ 213.974,16 em compensação financeira por exploração mineral. Já os dados de 2021 referentes a todo o estado do Piauí, mostram que, mesmo representando um aumento da arrecadação pela atividade minerária, o valor pago como compensação fica muito abaixo do que o arrecadado por outras atividades econômicas como, por exemplo, do que o estado arrecadou com a produção de mel de abelhas em 2021. Para se ter uma ideia, entre janeiro e agosto do referido ano, o Piauí arrecadou, em dólar, um total de “US\$ 34,5 milhões, cerca de 7,6% de participação em toda a exportação do Piauí neste ano, ficando atrás apenas da soja” (Piauí, 2021). Com a cotação do dólar mantida acima de R\$ 5,00 reais em praticamente todo esse período (Banco Central do Brasil, n.p, 2022),

pode-se estimar que em reais as vendas de mel produzidos no Piauí ultrapassaram a casa dos R\$ 172.000.000,00 contra os R\$ 2.254.952,89 recebidos da mineração.

Diante desses dados se faz necessário refletir: sendo potencialmente ameaçadora para o meio ambiente, para a população, bem como para a atividade apícola e, sendo esta atividade econômica tão dinâmica em termos de produção e cifras alcançadas pelo montante de vendas, por qual motivo o estado do Piauí, ao invés de fortalecer esse segmento, investindo em ciência, tecnologia, e assessoria técnica aos pequenos e médios apicultores, busca fomentar a mineração como um dos principais setores na carteira de projetos do Estado, conforme se observa nos dados produzidos pelo PDES 2050? Visando atender a quais interesses e setores o Piauí toma essas decisões? E quais os danos que esse planejamento com escolhas, a priori, de setores, em detrimento de uma análise real da economia e do potencial produtivo local, pode vir a ocasionar ao conjunto de sua população e ao meio ambiente?

Paradoxalmente, a atividade apícola é uma das mais ameaçadas pelo avanço da mineração. Apesar de ocupar o segundo lugar na pauta de exportações do Estado, de ter arrecadado entre janeiro e agosto de 2021 um valor muito maior que o arrecadado em CFEM pelo Piauí, a cadeia produtiva do mel, em especial a produção de mel orgânico, tende a ser impactada justamente pela tentativa de implantação de mineradoras que visam a extração em grande escala.

De acordo com Nascimento,

Estudos feitos ao longo das últimas décadas principalmente por países na Europa vêm demonstrando grande interesse na utilização de abelhas para monitoramento da qualidade ambiental em sua maioria para certificar a não contaminação dos produtos apícolas para consumo humano. Alguns trabalhos já apontaram a eficiência na utilização de produtos da abelha *Apis mellifera*, como bioindicadores ou biomonitores de contaminação ambiental (Fernández et al. 1994, Bogdanov et al. 2003, Porrini et al. 2003, Celli & Maccagnani 2003, Conti & Botré 2001, Bogdanov 2006, Perugini et al. 2011, Kevan 1999, Leita 1996, Balestra et al. 1992, Przybylowska & Wilczynska 2001, Tuzen et al. 2007, Lambert et al. 2012). As operárias ao forragearem em busca de alimento entram em contato com o ar contendo poluentes como o material particulado com metais pesados, e acabam interceptando-o durante o voo onde as partículas acabam aderindo nos pelos e por todo o corpo das abelhas, além disso, ao coletarem o néctar e o pólen, que também podem estar contaminados pelo material particulado por deposição atmosférica ou via solo e água também contaminados, as abelhas acabam carregando poluentes presentes no ambiente forrageado para o interior das suas colônias. Com isso as abelhas e seus produtos podem refletir e informar as condições do ambiente e a contaminação de plantas, solo, água e ar de extensas áreas dependendo da capacidade de voo e forrageio da abelha (Porrini et al. 2003, Pohl 2009) (Nascimento, 2014, p.08).

No caso do Piauí, além das abelhas nativas sem ferrão, é muito disseminada a espécie *Apis mellifera*, apontada por Nascimento como sendo utilizada nos estudos de monitoramento

ambiental. Levando em conta o componente social, é necessário frisar que, embora cada vez mais médios e grandes empresários lucrem com a apicultura no Piauí, a grande parte dos apicultores são camponeses e camponesas, muitos dos quais habitantes de territórios tradicionais, que têm na criação de abelhas a principal fonte de renda para o sustento familiar. Ressalta-se, como exemplo, o caso dos moradores do Território Quilombola Lagoas, que na atualidade enfrentam a ameaça de projetos de mineração que buscam se instalar em seu território. Entre estes, destaca-se o projeto SRN Mineração, que se encontra em fase de licenciamento ambiental junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR e já realizou (abril de 2022) protocolo de requerimento de lavra mineral junto Agência Nacional de Mineração – ANM.

Muito além da poeira e barulho causados pela atividade, é necessário considerar que para a instalação da mina, bem como da infraestrutura necessária para efetivação da extração, é necessário a supressão da vegetação para que o projeto possa ser implementado. Tomando como exemplo o debate realizado por Castelli et al (2003), que ilustram o potencial risco da abertura e utilização de estradas no bioma Caatinga, apontando que elas podem produzir efeitos nocivos diversos, tais como a alteração do comportamento de espécies, atropelamentos e morte de animais, mudanças nos aspectos da vegetação, inclusive com introdução e expansão de espécies exóticas invasoras, facilitação da propagação de incêndios, além de alterar também hábitos humanos de uso da terra e da água, podemos inferir que o conjunto de medidas colocadas em prática no processo de instalação de uma mineradora pode ser ainda maior e causador de maiores danos. Castelli et al (2003), debatendo os impactos das estradas no bioma Caatinga, ressalta ainda que:

Como as estradas podem interromper fluxos ecológicos na paisagem, os efeitos ambientais que elas causam se estendem muito mais do que simplesmente as áreas utilizadas na sua construção e manutenção (Forman 1995). Portanto, para estimar a área de alteração de uma estrada é essencial conhecer a largura da zona de efeito da estrada (Forman 2000). **Um estudo-piloto realizado em Xingó, uma região da Caatinga entre os estados de Sergipe e Alagoas, demonstrou que o impacto da estrada se estende em média por até sete quilômetros (Santos 2000). Essa conclusão foi baseada em análises de imagens de satélite da região, a partir da relação entre a presença das estradas e a distribuição dos remanescentes de vegetação na paisagem. Segundo o autor, a faixa de sete quilômetros ao longo das estradas continha apenas 10% da cobertura vegetal, e os remanescentes de caatinga existentes nessa faixa eram pequenos (< 200ha) e isolados, portanto, ecologicamente inviáveis (Castelli et al, 2003, p. 93. Grifo nosso)**

Na citação acima, baseando-se em Forman (1995; 2000) e em Santos (2000), Castelli et al aponta como sendo, em média, 7km a área do impacto causado por uma estrada no ambiente do bioma Caatinga. Se levarmos em consideração que, para o desenvolvimento da

atividade minerária se faz necessário o trânsito de veículos pesados como escavadeiras, caminhões, entre outros, em estradas não pavimentadas abertas ou já existente no entorno da mina, e que passam a circular por áreas rurais um fluxo intenso de veículos de grande porte, causando desde ruídos, a trepidação e suspensão de partículas de poeira, colocando em risco quem trafega por essas estradas, sejam pessoas, sejam animais, o dano causado pelas estradas pode ser ainda maior que o mensurado por esses autores.

Segundo Nascimento,

A poluição atmosférica por material particulado associada à atividade mineradora é muitas vezes negligenciada mesmo ocorrendo ao longo de toda a vida útil do empreendimento minerador e em todas as atividades ligadas a ela. As atividades de extração, beneficiamento e transporte do minério, geram grandes quantidades de material particulado que são lançados na atmosfera e posteriormente se depositam na vegetação, solo, corpos d'água, etc. Esses materiais particulados se destacam entre os poluentes atmosféricos, devido seu grande potencial poluidor (Almeida 1999). Os elementos traço, menores e maiores presentes nos materiais particulados lançados na atmosfera podem, em alguns casos, até serem considerados essenciais para organismos vivos, mas em altas concentrações se tornam tóxicos gerando uma série de impactos negativos nos ecossistemas, se tornando contaminantes ou poluentes (Guilherme et al. 2005). O controle e monitoramento da poluição atmosférica proveniente da mineração são de suma importância devido aos danos causados ao meio ambiente e à saúde humana (Almeida 1999) (Nascimento, 2014, p.07).

Conforme apontado acima, na citação de Nascimento, existe uma necessidade de atenção com a poluição atmosférica causada pela mineração, fato que, segundo a autora, muitas vezes acaba sendo negligenciado.

Se tomarmos como exemplo o caso do projeto SRN Mineração, veremos quão preocupante para a cadeia apícola regional pode ser o avanço da mineração nessa área. Previsto para se instalar em 5 municípios, o projeto apresenta a proposta de uma mineração a seco, na qual a separação entre a magnetita e o rejeito não se daria pelo convencional sistema de flotação, com uso de barragem de rejeito e sim pelo uso do magnetismo. O EIA-RIMA e os materiais publicitários da empresa apresentam esse procedimento como sendo algo extremamente vantajoso ao não fazer uso de água, bem como não gerar uma barragem de rejeitos, evocando, para isso, os crimes ocorridos em Mariana e Brumadinho para justificar o método proposto. No entanto, o EIA-RIMA negligencia informações sobre os impactos que o modo da mineração a seco pode apresentar para a população e para o meio ambiente.

Segundo Oliveira,

O projeto de mineração que está ocorrendo no território possui diversas particularidades e desenha o cenário de ameaças que se avizinha. A mineração é do tipo a seco, no qual a extração do minério de ferro ocorre através de um maquinário que possui mecanismo magnético, já que a escassez d'água não permite a realização

da extração via técnicas usuais. No entanto, esse tipo de mineração emite grandes cargas de sedimento rochoso no ar, o que poderá ocasionar a contaminação de fontes d'água como barreiros, açudes e barragens, além de dificultar o escoamento da água do telhado para as cisternas (captação por via pluvial); a possibilidade de ocasionar problemas respiratórios na população; e essa carga de sedimento soprado pelo vento pode se depositar sobre a flora, que, além de ocasionar diversas mazelas ao ambiente, pode inviabilizar a atividade de apicultura, fonte de renda para muitas famílias. Além disso, este impacto na flora e nas reservas d'água pode acelerar a desertificação da região, já que, associada ao desmatamento, a diminuição da vegetação pode ocasionar a desagregação do solo e a perda da cobertura orgânica da superfície, permitindo o avanço do solo de predominância arenosa (Oliveira, 2021, N/P).

Na citação acima, Oliveira aponta pelo menos sete impactos que o processo de extração a seco pode vir a causar no ambiente onde a empresa SRN Holding pretende instalar o projeto SRN Mineração, sendo estes: 1. contaminação das fontes de água; 2. problemas com a captação de águas nas cisternas de placa; 3. problemas respiratórios na população; 4. deposição de sedimentos na flora; 5. desmatamento; 6. desagregação do solo; 7. desertificação.

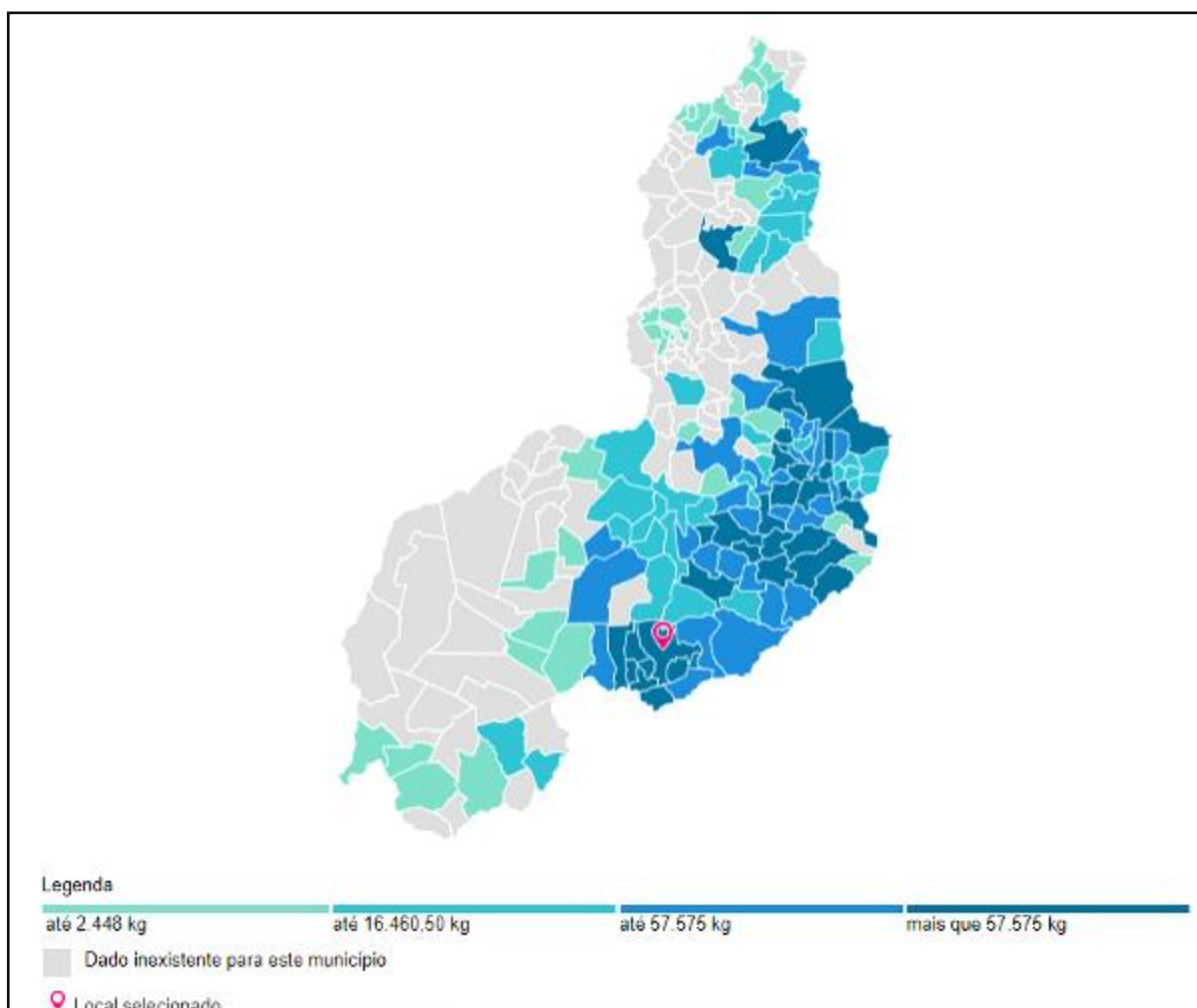
Entendendo que para a instalação dessas mineradoras se faz necessário primeiramente a supressão da vegetação para a abertura de estradas de acesso, bem como a realização da cava da mina, realizada por meio do desmonte da rocha a partir do uso de explosivos, seguido do fluxo intenso de retroescavadeiras e caminhões de grande porte, faz-se necessário ainda toda a instalação de infraestruturas acessórias ao funcionamento da mineradora, como linhas de transmissão de energia, estruturas de funcionamento da empresa como área administrativa, alojamentos, vestiários, refeitórios, entre outras que também demandam supressão da vegetação nativa, podemos inferir que os danos da atividade mineral para a apicultura e para as comunidades já existentes no local sejam significativos, merecedores de enorme atenção e critério da parte dos agentes que irão proceder com o licenciamento ambiental dos projetos de mineração em razão dos fatores ambientais. No caso do projeto SRN, existe ainda o fato de que 5 blocos da mineradora se encontram diretamente inseridos dentro da área do território quilombola Lagoas.

A supressão da vegetação em si tende a impactar a produção anual de mel, visto que as abelhas necessitam da florada dessa vegetação para obtenção do pólen. Mas a supressão da vegetação tende a ocasionar outros problemas sérios, pois podem influenciar em processos erosivos ocasionando a perda do solo, o que em ambiente semiárido pode levar a graves problemas de degradação e desertificação ambiental, o que seria desastroso para, entre outras atividades, a apicultura.

No cartograma abaixo (Figura 47), que mostra as áreas produtoras de mel no estado, é possível percebermos que os municípios que se destacam em produção se localizam justamente em uma das áreas mais cobiçadas pelas mineradoras, inclusive nas áreas consideradas como

sendo de relevante interesse mineral, ARIM 06 Monte Orebe – Brejo Seco e ARIM 12 - Remanso-Sobradinho.

Figura 47 – Quantidade de mel de Abelha produzida (Unidade: kg) por municípios do Piauí

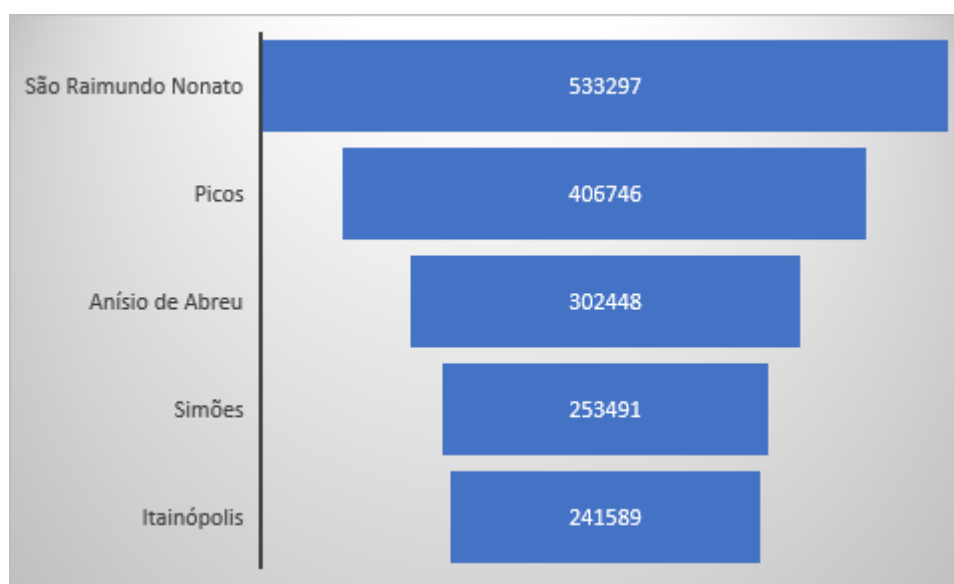


Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2020 (2021).

Conforme se observa no cartograma do IBGE, a produção se concentra, principalmente, nas regiões centro sul e leste do Estado. Trata-se, portanto, de uma atividade desenvolvida na porção semiárida do Piauí. O gráfico abaixo (Gráfico 5) apresenta um ranking dos 5 municípios que tiveram maior produção de mel no ano de 2021, segundo o IBGE (2021). Na figura também é possível observar que São Raimundo Nonato se destaca com a primeira posição, com um total de 533.297 kg de mel produzidos. Na lista aparecem ainda Anísio de Abreu, com 302.448 kg ocupando a 3ª posição e, em quarto lugar, está Simões do Piauí, com 253.491 kg. Esses três municípios possuem grandes projetos de mineração em estágio mais avançado, sendo, respectivamente a SRN Mineração, em São Raimundo Nonato, a Riverbank Resources, em

Anísio de Abreu e o projeto Planalto Piauí, em Simões. O caso da SRN Mineração é o mais emblemático e ameaçador de todos eles, pois pretende extrair e separar o minério de ferro em um processo a seco, sendo a poeira e o barulho a ser praticado pela mineradora diretamente prejudicial à produção orgânica do mel.

Gráfico 5 – Ranking da quantidade de mel de abelha produzida (Unidade: kg) por municípios do Piauí.

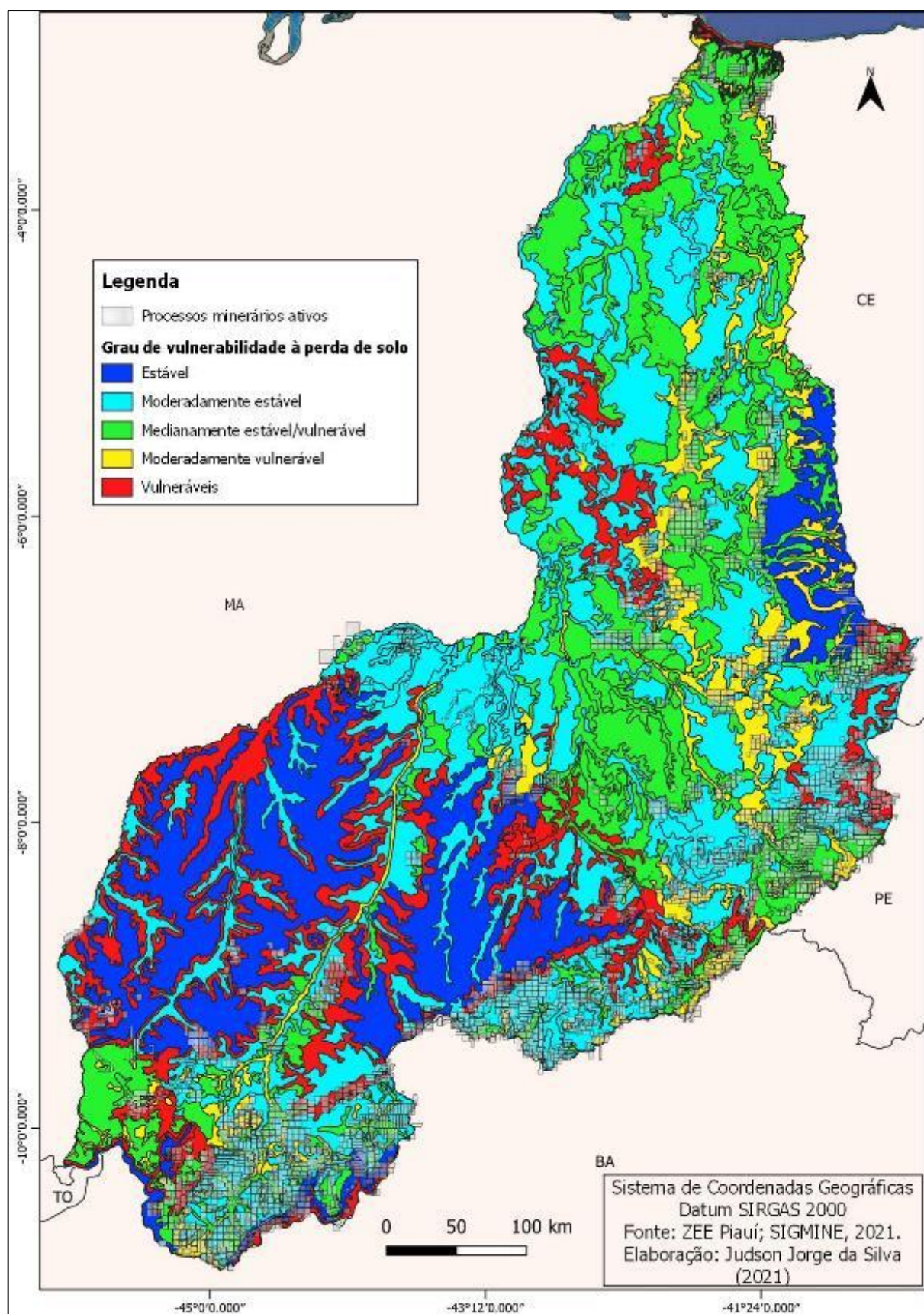


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE sobre a Produção da Pecuária Municipal 2020.

O Mapa 7 mostra o grau de vulnerabilidade à perda de solo e a espacialização dos processos minerários ativos no Piauí. Baseando-se na classificação proposta no estudo *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Piauí, com maior detalhamento dos Cerrados Piauienses* (PIAUI, 2012), e fazendo uso da base vetorial disponibilizada a partir deste estudo, observamos que há uma variedade de graus de vulnerabilidade à perda do solo no estado, classificadas do seguinte modo: 1. áreas estáveis; 2. áreas moderadamente estáveis; 3. áreas medianamente estáveis/vulneráveis; 4. áreas moderadamente vulneráveis; 5. áreas vulneráveis. No local onde mais densamente se concentram os processos minerários, existem áreas com as cinco tendências à perda de solo apresentadas no estudo da ZEE. Nesse sentido, evidencia-se que nos locais em que o grau de vulnerabilidade é menor, a supressão da vegetação a partir da ação antrópica ocasionada pela mineração pode alterar essa característica. Já as áreas com características de vulneráveis tendem a agravar essa tendência, o que pode ser problemático do ponto de vista ambiental, pois podem ocasionar processos de degradação ambiental capazes de evoluírem, inclusive, para o estágio de desertificação.

Destaca-se que a atividade mineral já foi responsável pelo surgimento de uma área desertificada no Piauí. Como apontam Patrício, Silva e Ramos (2012) e Carvalho et al (2018), o garimpo de diamantes em Gilbués foi um dos principais responsáveis pelo intenso processo de desertificação no município, localizado no Cerrado piauiense. Caso isso aconteça, no âmbito do ambiente semiárido, as atividades da apicultura, importante geradora de renda para a população rural do Piauí, tende a sofrer um sério impacto, assim como as atividades da pecuária, em especial a caprina, praticada na zona de Caatinga e que faz uso da vegetação existente nas áreas de terra de uso comum para pastagem.

Mapa 7 – Vulnerabilidade à perda de solo e processos minerários Piauí



Fonte: Elaboração própria a partir de arquivos vetoriais do estudo *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Piauí, com maior detalhamento dos Cerrados Piauiense*

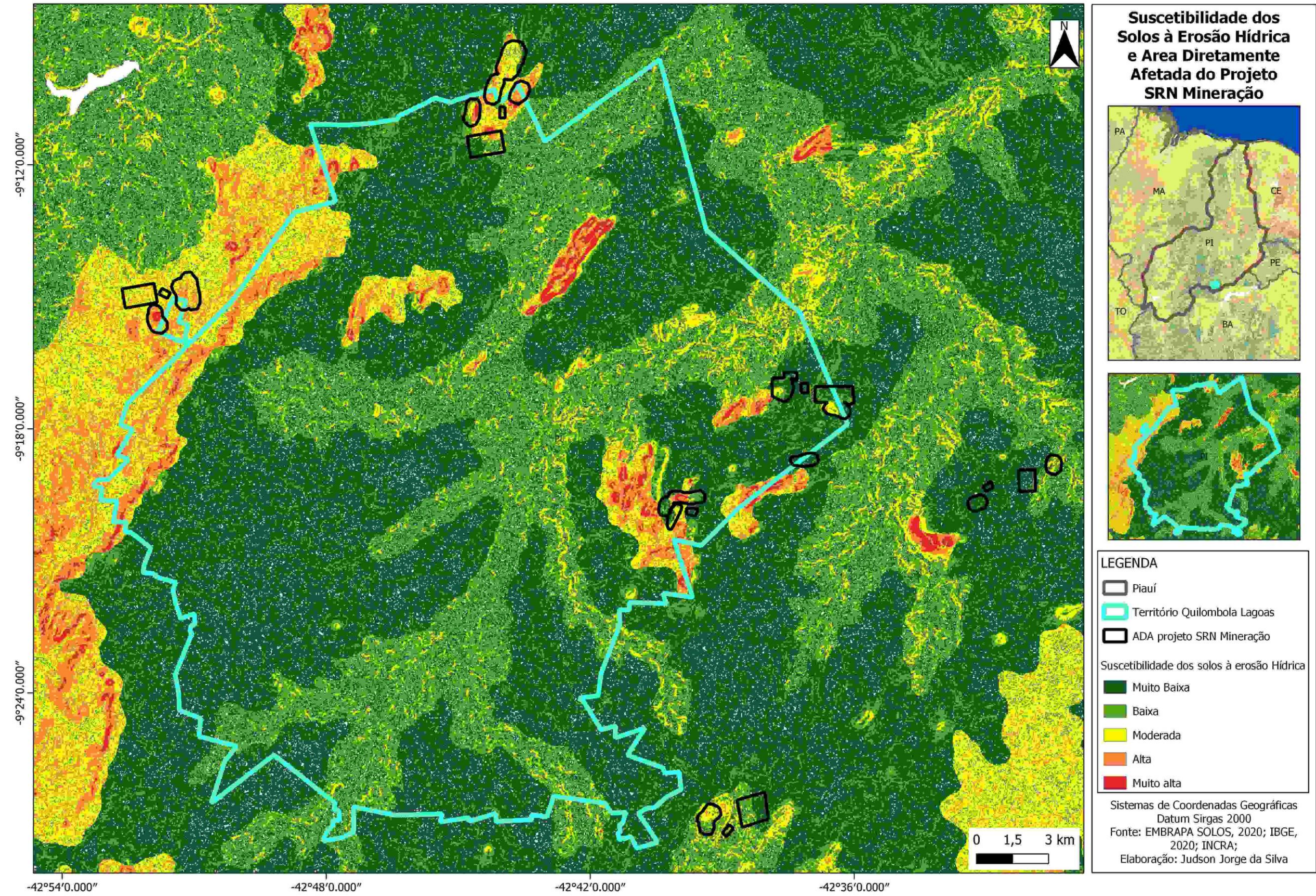
Já o mapa 8⁶¹, elaborado a partir de dados da EMBRAPA Solos, mostra o grau de suscetibilidade à erosão hídrica na área do Território Quilombola Lagoas e adjacências. Conforme informações técnicas da EMBRAPA,

O Mapa da Suscetibilidade dos Solos à Erosão Hídrica do Brasil constitui um modelo espacial, em escala nacional, que expressa a sensibilidade dos solos à erosão hídrica em sua ambiência, ou seja, considerando a situação topográfica e as condições climáticas às quais se encontram. Os níveis de suscetibilidade são representados em cinco (05) classes nominais de intensidade – Muito Baixa; Baixa; Média; Alta; Muito Alta. A metodologia baseou-se em uma modelagem conceitual de integração temática baseada em conhecimento especialista. Foram utilizados os seguintes modelos de entrada: (i) Mapa de Erodibilidade dos Solos do Brasil (Embrapa, 2020); (ii) Mapa de Erosividade das Chuvas do Brasil (Embrapa, 2020) e; (iii) Modelo Digital do Terreno com 30 m de resolução espacial (SRTM/NASA). Os modelos de Erosividade das Chuvas e o Modelo Digital do Terreno foram originalmente gerados em raster, enquanto o de Erodibilidade dos Solos, originalmente, gerado em formato vetor, foi transformado para o formato raster. Todos os modelos, fatiados em cinco (05) classes de intensidade, foram reamostrados em matrizes com pixels de 30x 30m. O processamento ocorreu por meio da plataforma do Google Earth Engine (GEOINFO EMBRAPA, 2020, n.p).

Para a elaboração do mapa, além da utilização do arquivo raster disponibilizado pela EMBRAPA Solos, foi utilizado também os arquivos vetoriais da área do Território Quilombola Lagoas, disponível no INCRA, bem como foi feita a sobreposição das áreas em que o empreendimento da SRN Mineração pretende se instalar. Nele é possível perceber que a SRN Mineração possui blocos de minérios, bem como infraestruturas da mineradora localizados em áreas onde a suscetibilidade dos solos à erosão hídrica é considerada como sendo de “alta” a “muito alta”. Nesse sentido, caso o projeto saia do papel, em razão do desmatamento para a implantação tanto da área da mina quanto da infraestrutura necessária ao funcionamento da mineradora, o solo desnudo pode intensificar processos erosivos, sobretudo nos locais onde a suscetibilidade à erosão hídrica já é, naturalmente, considerada como sendo alta ou muito alta. Já nos locais em que, por fatores naturais, a suscetibilidade à erosão é considerada como sendo “muito baixa”, “baixa” e “moderada”, a ação antrópica tende a desequilibrar a harmonia do ambiente, podendo alterar e intensificar a suscetibilidade dos solos serem erodidos por força da água.

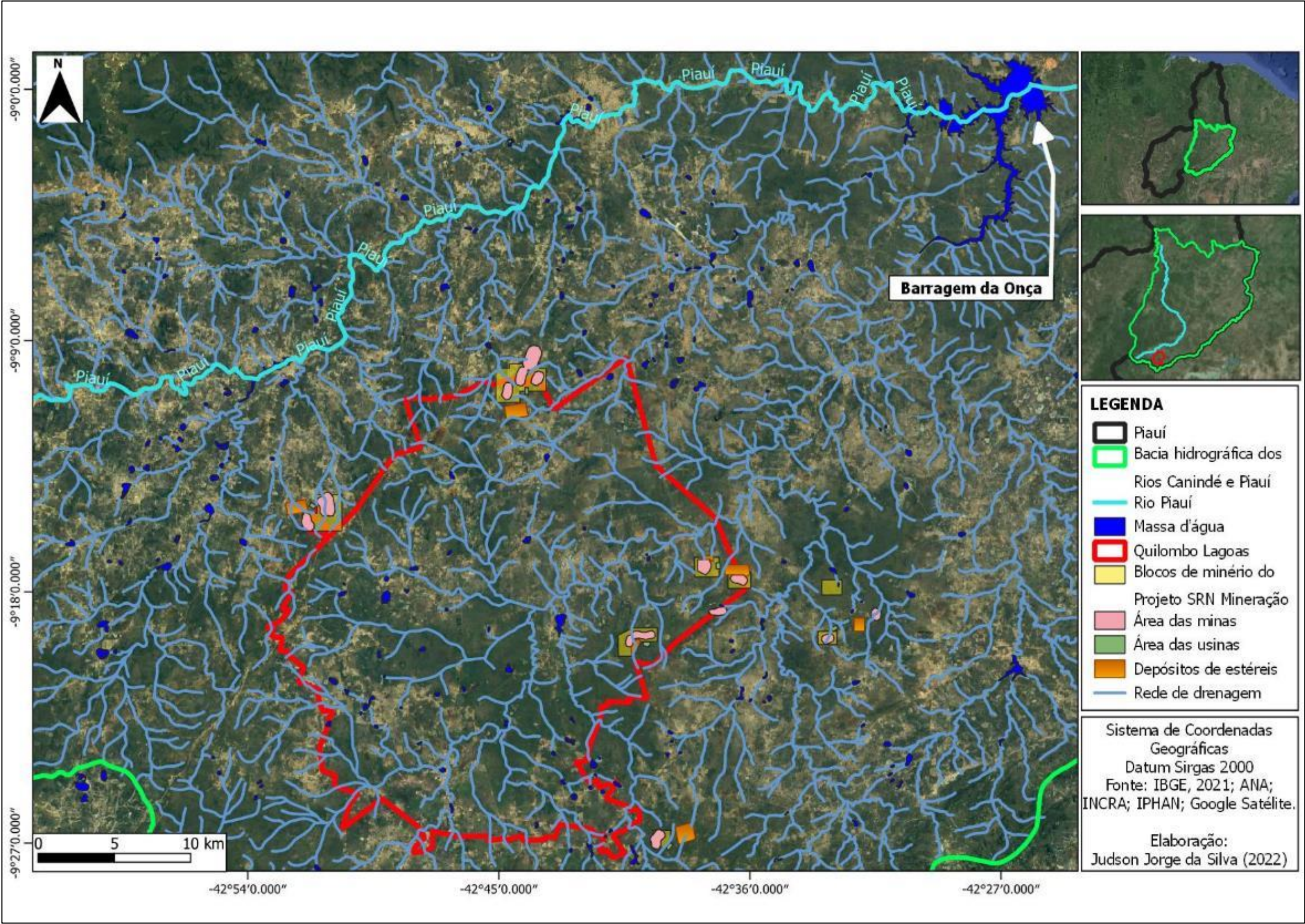
⁶¹ Os Mapas 8 e 9, elaborados para a tese, foram utilizados no “Contra EIA-RIMA do Território Quilombo Lagoas: análise crítica de um Estudo de Impacto Ambiental”. Realizado como uma atividade do Laboratório de Metodologia, pesquisa e documentação em Antropologia - LAMPD/UNIVASF, a escrita contou com uma equipe interdisciplinar composta por um antropólogo, Bernardo Curvelano Freire (idealizador/organizador/autor), uma bióloga, Karina Ferreira dos Santos (autora), um ecólogo e gestor de recursos naturais, Maxim Simões de Abreu (autor) e um geógrafo, Judson Jorge da Silva (autor). O Contra EIA-RIMA auxiliou na ação civil pública que vem sendo movida pelo Ministério Público Federal, com o intuito de anular a licença prévia concedida pela SEMARH para o projeto de extração de ferro da SRN Mineração. Licença essa que foi concedida apesar do EIA/RIMA permeado de falhas técnicas e omissões intencionais de informações necessárias para apontar os possíveis impactos do empreendimento.

Mapa 8 – Suscetibilidade dos solos à erosão hídrica na área do Projeto SRN Mineração.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da EMBRAPA.

Mapa 9 – Localização das estruturas do Projeto SRN Mineração em relação ao Território Quilombola Lagoas e à rede de drenagem da sub-bacia dos Rios Piauí e Canindé.



Fonte: Elaboração própria

Conforme os mapas permitem identificar, os impactos das atividades de mineração não se resumem a fuligem, poeira e barulho. Trata-se também da tentativa de instalar atividades de mineração em áreas já naturalmente suscetíveis a erosão hídrica, que passarão por supressão vegetal, ameaçando o modo de vida e as atividades produtivas praticadas no Território Quilombola Lagoas, como é o caso da apicultura, agricultura e caprinocultura. Como é possível visualizar no Mapas 9, trata-se também da ameaça de assoreamento e contaminação dos corpos hídricos naturais e artificiais, que abastecem, além do território quilombola, toda a região da sub-bacia dos Rios Piauí e Canindé, como os açudes do município de Bonfim do Piauí, o próprio Rio Piauí e a Barragem Petrônio Portela (barragem das onças).

Ao mesmo tempo em que a mineração coloca em risco o meio ambiente e a principal fonte de renda de camponeses e camponesas, Santos (2017) aponta como o avanço da apicultura ao posto de principal atividade geradora de renda de grupos camponeses tem sido responsável pela preservação da vegetação de Caatinga. Conforme esta autora, a partir de estudo realizado na comunidade Lagoa dos Meninos, uma das várias que compõem o Território Quilombola Lagoas, a apicultura vem sendo praticada no território de forma ancestral. Há 90 anos os antigos moradores já extraíam o mel de colmeias de abelhas localizadas em árvores e em locas de pedras. Esse mel, que era colhido de forma rudimentar, sem a utilização de equipamentos, era chamado pelos habitantes do local "de mel espremido", visto que a retirada do mel dos favos se dava espremendo-os com as mãos. Além de alimento das famílias, o mel também era vendido no comércio local. Avançando no tempo, a partir da década de 1990 a apicultura se especializou e passou, cada vez mais, a ser praticada pelas famílias dessa área da Caatinga, ocupando uma significativa parcela da renda familiar local. Segundo Santos,

A ascensão da apicultura ao posto de principal atividade produtiva local vem modificando as formas como os moradores locais se relacionam com a natureza, passando a preservar as áreas de vegetação de caatinga, permitindo também a recuperação de áreas degradadas, de modo a favorecer a florada e a obtenção do pólen pelas abelhas (2017, p.07).

Além de todos os impactos ambientais e econômicos acima mencionados, a mineração vem causando uma série de conflitos socioterritoriais no estado. Dados do Caderno de Conflitos no Campo, produzido pela Comissão Pastoral da Terra, apontam que no período do *boom das commodities*, o avanço da mineração foi responsável pela maior parte dos conflitos no campo no Piauí. A partir de 2014 são registrados dados sobre conflitos ocasionados pela atividade de mineradoras que buscam se instalar na região.

4.2 CONTRA CARTOGRAFIA DE DESVELAMENTOS: TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E CAMPONESES AMEAÇADOS PELA MINERAÇÃO NO PIAUÍ

“Há muitos anos um jovem brasileiro recém mudado à Argentina, estava em sala de aula quando a professora pediu exemplos de ilhas com administração autônoma. Vários exemplos surgem e o brasileiro, notando a ausência de uma delas diz: “Falkland Islands”. Todos os alunos olham atônitos para o jovem que não entende o que está acontecendo. A professora então diz: “Como pode ser que o Brasil, nosso país irmão, ensine aos seus alunos as Malvinas como sendo Falkland?” “Como pode ser os mapas no Brasil digam Falkland e não Malvinas?”

(Júlia Pontés, 2020)

Como pode ser possível que mapas produzidos no Brasil, um país latino-americano fronteiro com a Argentina, represente as ilhas Malvinas como sendo ilhas Falkland? Quais visões de mundo os mapeamentos representam e, portanto, quais os discursos que os mapas assumem? Quem produz os mapas e com quais finalidades eles são produzidos? A reflexão provocada por Júlia Pontés, pesquisadora, fotógrafa, escritora, ativista social e militante do MAM nos leva a refletir o que existe por trás das representações dos mapas.

Deslocando o questionamento para as fronteiras internas do território brasileiro, podemos ainda perguntar: como é possível que mapas “oficiais” produzidos no Brasil representem politicamente os estados e municípios, mas omitam a existência de povos e comunidades tradicionais que habitam o território brasileiro ancestralmente? Por qual razão esses grupos sociais somente aparecem em “mapas temáticos” específicos, mas nunca na cartografia oficial da representação política de Estado?

Especificamente sobre o Piauí, como é possível que o território de povos e comunidades tradicionais sejam ocultados em mapas de documentos como o PDES-PI 2050, o Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Piauí ou mesmo os planos plurianuais, documentos estes discutidos ao longo deste trabalho?

Aproximando da escala geográfica dos lugares, como é possível que em mapeamentos temáticos produzidos por empresas de consultoria, com a finalidade de produzir peças de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/RIMA voltados para processos de licenciamento ambiental da instalação de grandes projetos de desenvolvimento, omitam intencionalmente a existência de indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, comunidades que fazem uso comum da terra contida em seu território, a exemplo dos gerais e das terras de ausente e conjunto existentes no estado do Piauí? Por qual razão representações

cartográficas intencionalmente distorcidas são produzidas? O que há de intenção por trás desses mapas?

Para compreender a essência desse debate precisamos situar o mapa e, de um modo geral, a cartografia, enquanto um saber socialmente construído, portanto, um reflexo de premissas pré-estabelecidas pela sociedade. Dessa maneira, a cartografia, conseqüentemente os mapas, em especial os “oficiais”, não estão isentos de expressar aspectos provenientes dos sistemas culturais e juízos de valor do grupo que detém o controle econômico e político da sociedade. Por essa razão, incorre de os mapas representarem aspectos provenientes do prisma interpretativo de mundo originado no sistema político e de poder que definem as macroestruturas que conduzem o modo de reprodução e organização da sociedade.

Esse *modus operandi* de uso do mapa e da cartografia não é novo, pelo contrário. Walter Mignolo destaca que

[...] A cartografia europeia moderna, desde o renascimento, é um instrumento de colonização e controle do espaço, paralelo ao Estado moderno (após a Revolução Francesa), que se converte em um instrumento da colonização e do controle da governabilidade. Da mesma forma que a teologia e, em seguida, a ciência se tornaram instrumentos de controle e colonização do conhecimento e funcionam de maneira complementar com o Estado e a cartografia. Da mesma maneira que são instrumentos de colonização e controle de todas as formas de economia a economia de acumulação e redução de custos, o escravismo e a construção do proletariado depois da escravidão. E todos esses instrumentos funcionam em cooperação (Mignolo, 2015, p. 67).

Podemos, portanto, afirmar que os mapas não são neutros, reproduzem visões de mundo e, de modo específico, representam a forma como a sociedade produz e reproduz espaço dentro de um modo de produção vigente. Convém destacar ainda que, mesmo sendo um mundo constituído por um pluriverso, as relações de poder e mesmo da repressão, definem os sistemas culturais, políticos e jurídicos institucionalizados que são hegemônicos, embora não se trate de uma sociedade homogênea. Pelo exposto, pode-se compreender a razão na qual, na ponta desse processo, os mapas tendem a representar a visão de mundo daquele grupo de pessoas e, cada vez mais, das corporações, que detém o controle da sociedade, mesmo que esse mapa seja elaborado por um trabalhador assalariado contratado para produzi-lo.

Concordamos com Harley (2009), ao afirmar que os mapas não podem ser percebidos como levantamentos inertes ou reflexos passivos seja da morfologia da paisagem ou dos objetos presentes no mundo. Conforme o autor,

Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. Aceitando-se

tais premissas, torna-se mais fácil compreender a que ponto eles se prestam às manipulações por parte dos poderosos na sociedade (Harley, 2009, p. 2).

Essa “manipulação dos mapas por parte dos poderosos na sociedade” de que trata Harley é possível de ser realizada porque, segundo ele, a cartografia e o mapa se caracterizam como uma forma de linguagem capaz de promover uma materialização representativa das práticas históricas. Segundo Harley os mapas são

[...] forma de linguagem (não é vital para a informação que esta afirmação seja tomada pelo sentido metafórico ou literal). O conceito de uma linguagem cartográfica é preferível àquele originado da semiótica e, embora tenha atraído alguns cartógrafos, é uma ferramenta muito desgastada para conduzir uma investigação histórica específica. **O conceito de linguagem se traduz mais facilmente em prática histórica. Ele não apenas nos ajuda a ver nos mapas imagens – espelhos servindo para intermediar diferentes visões do mundo, mas também nos leva a procurar dados empíricos sobre aspectos tais como os códigos e o contexto da cartografia assim como sobre seu conteúdo tomado no sentido tradicional.** Uma linguagem, ou melhor uma “literatura dos mapas” nos incita também a formular questões sobre a evolução dos usuários dos mapas, sobre o nível de familiarização com eles, sobre sua paternidade, sobre os **aspectos atinentes ao segredo e à censura, e sobre a natureza das informações neles inscritas.** Além disso, a crítica literária pode nos ajudar a identificar a forma particular do discurso cartográfico. O discurso foi definido referindo-se aos aspectos de um texto que possuem uma carga apreciativa, avaliativa, persuasiva e retórica em oposição àqueles que tratam somente da denominação, localização e narração. Ao se demonstrar que o “simples” fato de se denominar ou situar um elemento sobre o mapa possui freqüentemente uma carga política, pode-se todavia aceitar que uma separação idêntica se aplique aos mapas. Estes últimos formam **uma categoria de imagens retóricas, limitadas pelas regras que regem seus códigos e seus modos sociais de produção, de troca e de utilização, de tal modo a não importar outra forma de discurso.** Por sua vez, isto nos leva a melhor compreender os mecanismos pelos quais os mapas, como os livros, tornaram-se uma força política na sociedade (Harley, 2009, p. 3. Grifo nosso).

Como linguagem, os mapas são capazes de apresentar um conjunto de informações selecionadas e sistematizadas a partir de signos e códigos, que muitas vezes não são facilmente compreendidos por boa parte daqueles que tentam decifrá-lo. Embora sejam criados para serem lidos, nem sempre são inteligíveis. Para além de uma linguagem complexa, formada a partir de um conjunto de elementos como título/tema, legenda, escala, sistema de coordenadas e orientação do norte cardeal, entre outros, os mapas possuem um caráter político e, por essa razão, são permeados de sentidos ideológicos ao mesmo instante em que são extremamente seletivos, seja pela própria limitação daquilo que é possível se representar visualmente, seja pela definição do seu conteúdo. Aqueles que dominam essa linguagem cartográfica, ou seja, dominam o saber técnico-científico instrumental que permite representar algo em um “mapa formal”, ao elaborar um mapa define o que ele representará ou não, como ele representará algo ou algum fenômeno. A pessoa ou a instituição que domina esse saber irá definir, por exemplo, se representará um arquipélago nas águas do sul do oceano Atlântico como sendo Ilhas

Malvinas ou Falklands Islands, por exemplo. Definirá se representará nos mapas povos e comunidades tradicionais ou se, ao não os apontar nos mapas, os invisibilizará pela força da cientificidade presente nos mapas.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves afirma que

O mapa, [...], instrumento tão valioso para os geógrafos, é uma forma de representação da realidade, e não a própria realidade, e como tal constitui uma forma de apropriação simbólica, condição de sua apropriação material em certas circunstâncias. A construção dos sentidos é, necessariamente, um processo social em que a linguagem, que em si é uma re-apresentação, tem um papel instituinte de uma determinada ordem social. É por meio da linguagem que o ser humano se comunica, se vincula, cria um mundo, seu mundo em comum (Porto-Gonçalves, 2013, p. 66).

Não que isso seja uma exclusividade da cartografia e dos mapas como forma de comunicar uma informação, mas ao evidenciar isso, vem à tona o debate sobre as ideologias e o papel político que os mapas cumprem. Todo conteúdo ou material produzido a partir de conhecimento sistematizado é permeado pela visão de mundo do seu autor ou autores, sejam eles pessoas ou instituições. Livros, artigos, obras fílmicas, também apresentam um ponto de vista dos seus autores sobre aquilo que se discute, seja endossando ou buscando refutar a ordem social vigente. Um bom exemplo disso é a atuação da imprensa e suas mídias. As publicações de jornais e revistas impressas ou em meio digital, as notícias nos telejornais e nas emissoras de rádio, oferecem informação a partir de perspectivas ideológicas bem demarcadas. Cabe, também nesses casos, a realização de alguns questionamentos: quem são os donos das corporações midiáticas, detentores das concessões de TV e rádio no Brasil? Mas, o mais importante é refletirmos sobre quais são os interesses por trás do filtro, da produção e do controle das informações, sejam elas disseminadas através dos discursos ou das representações imagéticas.

Com os mapas não tem sido diferente. Historicamente, eles vêm sendo utilizados como instrumentos acessórios para conquistas, controle e perpetuação das relações de poder nos territórios. Isso leva a necessidade de refletirmos sobre a essência desse processo. O controle informacional, de uma determinada linguagem, a escolha daquilo que se torna público ou é subtraído do conhecimento geral, tem intencionalidades que são reflexos de uma sociedade dividida em classes sociais. A classe que domina a esfera de poder define quem tem acesso a certos conhecimentos e controla as informações que esse conhecimento gera, consequentemente, dominam também as suas potencialidades. Nesse sentido que o conhecimento, inclusive o cartográfico e aquilo que ele pode vir a possibilitar, não foi feito para

ser acessado por todos na sociedade de classes. Explica-se, assim, a seletividade que os mapas possuem.

Propor / impor significados implica, portanto, relações de poder. Não é, portanto, sem razão, que os mapas têm sido por muito tempo ferramentas exclusivas das classes dominantes e de seus exércitos, devido ao fato de que a maioria da população não dominava seu código. É que os próprios mapas fazem parte do processo instituinte de uma ordem de sentido, são uma forma de ordenar o mundo. Assim sendo, a geografia, como ato de marcar a terra, de se apropriar material / simbolicamente do espaço, é um conhecimento eminentemente vinculado ao campo da política e ao processo de criação de um magma de significados (Castoriadis, 1982). (Porto-Gonçalves, 2013, p. 66).

Daí que, acessar por dentro certos conhecimentos, disputar suas bases fundamentais, inclusive epistemológicas, quebrando a hegemonia do formato, da linguagem, da estética, entre outros elementos tidos como padrão "único", configura-se como uma forma de resistência extremamente importante e vem sendo praticada por diversos grupos subalternizados que se organizam politicamente em movimentos de contestação. Os exemplos que se pode mencionar são vários, indo desde o cinema alternativo e de baixo custo produzido nas periferias, as rádios na *internet*, *podcasts*, canais virtuais, que mesmo fazendo uso de plataformas de grandes corporações, como *YouTube*, *Facebook*, *WhatsApp*, *Telegram*, entre outras, constroem e difundem conhecimentos que auxiliam em sua organização e luta. Aliás, a própria construção do conhecimento que fundamenta a contestação, já é em si uma forma de luta.

No que tange às representações espaciais, emergem nesse contexto as "contra cartografias", "cartografias insurgentes" e "cartografia sociais" como formas alternativas de processos de mapeamentos e confecção de mapas. Para além do domínio de técnicas e do manuseio de instrumentos modernos, utilizados para produzir representações espaciais de precisão milimétrica, o que se está em jogo é uma disputa contra hegemônica do que vem a ser a própria cartografia, do que vem a ser os próprios mapas e de como eles podem ser produzidos. Ou seja, disputa-se a quebra da rigidez do que é aceito como mapa. Trata-se, portanto, de uma luta que é epistêmica porque é política, de sujeitos que conhecem sobre o mundo e se reconhecem nele, a partir dos seus territórios e que reivindicam sua forma de se auto representar. Rompendo, assim, com a hegemonia da técnica enquanto saber dominado por poucos e usados na manutenção do *status quo*, rompendo com a uma espécie de ditadura da técnica. O problema não está na técnica em si, mas no controle desta por uma classe em detrimento das demais.

Daí ser preciso esclarecer que, durante muito tempo, a representação visual do espaço, que no passado era uma linguagem comum a diversos povos espalhados nas mais diversas áreas do planeta, que era realizada a partir das mais diversas formas, nos mais diversos materiais, como paredes de caverna, pedaços de couro, tábuas de madeira e de argila, papel, passou a ser

dominada por profissionais especializados na produção de mapas, pautados em uma centralidade econômica e política, a exemplo da confecção de mapas de suporte às grandes navegações e controle dos territórios. Conforme explica Mignolo,

O mapa e a cartografia estabelecem em superfícies planas formas gráficas e visuais de organizar e regular o espaço. **O mapa e a cartografia moderna se apropriaram de todas as formas anteriores e coexistentes e as subjugaram ao mapa-múndi, o modelo para toda a cartografia de territórios particulares** (Mignolo 2015, p. 65).

A partir de então, a reprodução espacial se torna um conhecimento de viés científico, sistematizado, matematizado e pouco acessível a grande segmento da população. Trata-se de um saber que passa a ser estratégico para os Estados nacionais e para o Capital. Daí que, por muito tempo, o conhecimento sistematizado da cartografia passou a ser de domínio de seletos segmentos, como os exércitos nacionais, os setores de planejamento econômico e grandes empresas.

O Piauí e seu planejamento voltado para as grandes obras e para a mineração exemplifica como os mapas têm sido utilizados em prol do segmento empresarial que busca novas áreas para investimento e exploração. Nessa conjuntura, as comunidades tradicionais e camponesas, que são as mais ameaçadas e, muitas das vezes de forma velada, sofrem com a falta de informações ou com informações distorcidas produzidas pelas consultorias contratadas pelo Estado, bem como pelos estudos produzidos pelas empresas interessadas em explorar o território. Convém destacar que

São indígenas, afrodescendentes, camponeses, ribeirinhos, pescadores e outras comunidades tradicionais os sujeitos sociais mais afetados pelo modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2003) imposto pelas grandes corporações aos Estados (pluri)nacionais da América Latina e África: expandem-se as fronteiras do chamado "desenvolvimento" sobre espaços supostamente 'vazios', 'improdutivos' ou "atrasados", mas que são, na verdade, os territórios onde diferentes grupos sociais e etnias constroem, há muito, uma relação singular com os ecossistemas, constituindo formas próprias de organização social e culturas diversificadas, controlando e gerindo seus bens naturais, baseados em outras cosmovisões e valores (Rigotto; Leão; Melo, 2018, p. 347).

Por essa razão Ruy Moreira (2019) vai dizer que os mapas vêm ganhando cada vez mais centralidade na organização das lutas políticas, entre povos e comunidades tradicionais, que passam a ler os mapas. Além, é claro, da possibilidade de produzirem uma cartografia social do seu próprio território. Entretanto, Moreira ressalta a necessidade de se ler os mapas, pois é necessário reconhecer as formas por meio das quais os territórios desses grupos sociais são representados por aqueles que usualmente os espoliam. Daí que ler mapas se torna necessário

para os processos de organização. Ao mesmo instante, Moreira aponta que o mapa está no cerne da geografia e da práxis do geógrafo, ao combinar teoria e ação prática no mundo.

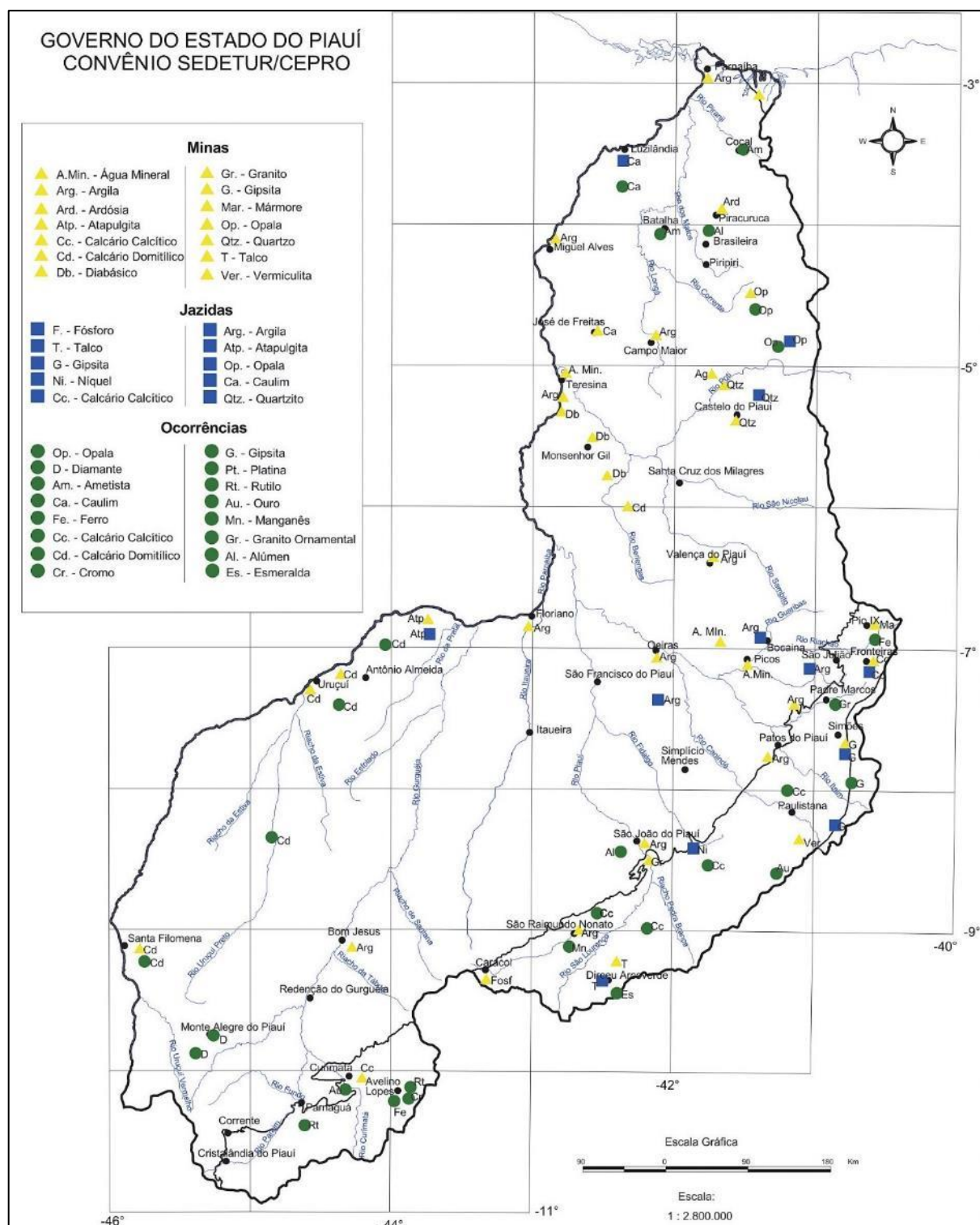
Eis aí a razão pela qual as comunidades de pequizeiros, as comunidades de geraizeiros, as comunidades de quebradeira de coco, aí perto de vocês [no Piauí], todas essas comunidades de faxinalenses, de ribeirinhos, de índios, de quilombolas, aprendem no seu dia a dia de luta a ler mapa, que a gente chama de mapa social. Na verdade é apenas uma transcrição, é uma maneira de dizer que o social e as lutas dos movimentos sociais ganham as habilidades do registro cartográfico. Mas o assunto não é uma cartografia social, o assunto é mapa, o assunto é uma cartografia. É assim que o mapa ajuda a organizar as lutas por demarcação de território, por distribuição e a redistribuição de terras, por direito a habitação na cidade. E é isso que faz na geografia e de uma intervenção de um geógrafo apoiado em mapas um instrumento poderoso de questionamento do sistema [...]. Mapa é isso, é a condição sem a qual de qualquer prática geográfica. Vou dizer de outro modo, é condição sem a qual qualquer práxis, de qualquer praxiologia, qualquer combinação de teoria e ação prática no mundo do geógrafo, sem mapa é impossível. O mapa resume, visto como forma e instrumento de luta, aquilo que Lacoste no *A geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra*, olha o título, de um modo mais desenvolvido dizia do espaço e do papel do espaço, ele está se referindo ao espaço na sua já visibilização cartográfica do mapa, espaço como o mapa. Mapa é espaço, espaço é mapa. Saber ler o espaço, para saber nele se organizar e nele combater, sem mapa não dá, sem mapa é impossível (MOREIRA, 2020, informação verbal).

Conforme exposto na citação de Moreira, mapas podem ser utilizados no processo de organização das lutas sociais, seja na demarcação de território, redistribuição de terras, no debate pelo direito de habitação nas cidades. Entendemos que os mapas podem ser utilizados também como subsídio na organização da luta por “territórios livres de mineração”, como defendem o Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM. Isso porque, no Piauí, o avanço dos processos minerários sobre os territórios tradicionais e camponeses vem se dando de maneira silenciosa, com ocultação de informações de comunidades que se encontram com seus territórios ameaçados.

Embora os moradores desses locais estejam cientes da existência de pesquisas de prospecção em suas comunidades, eles não possuem maiores informações a respeito do que se trata as pesquisas, do que se pretende minerar, do porte dessa mineração, muito menos dos cronogramas que planejam a espoliação desses territórios à revelia dos que nele habitam. Nesse sentido, os mapas podem contribuir para o desvelamento do avanço da mineração no Piauí. Entendemos que eles são importantes, sobretudo porque a cartografia oficial costuma reproduzir mapas sobre “potencialidades”, sobre “ocorrências de jazidas e existência de minas”, no entanto, o fazem seletivamente, sem demonstrar, muito menos discutir que suas representações sobre a mineração ocultam as pessoas desses mapas.

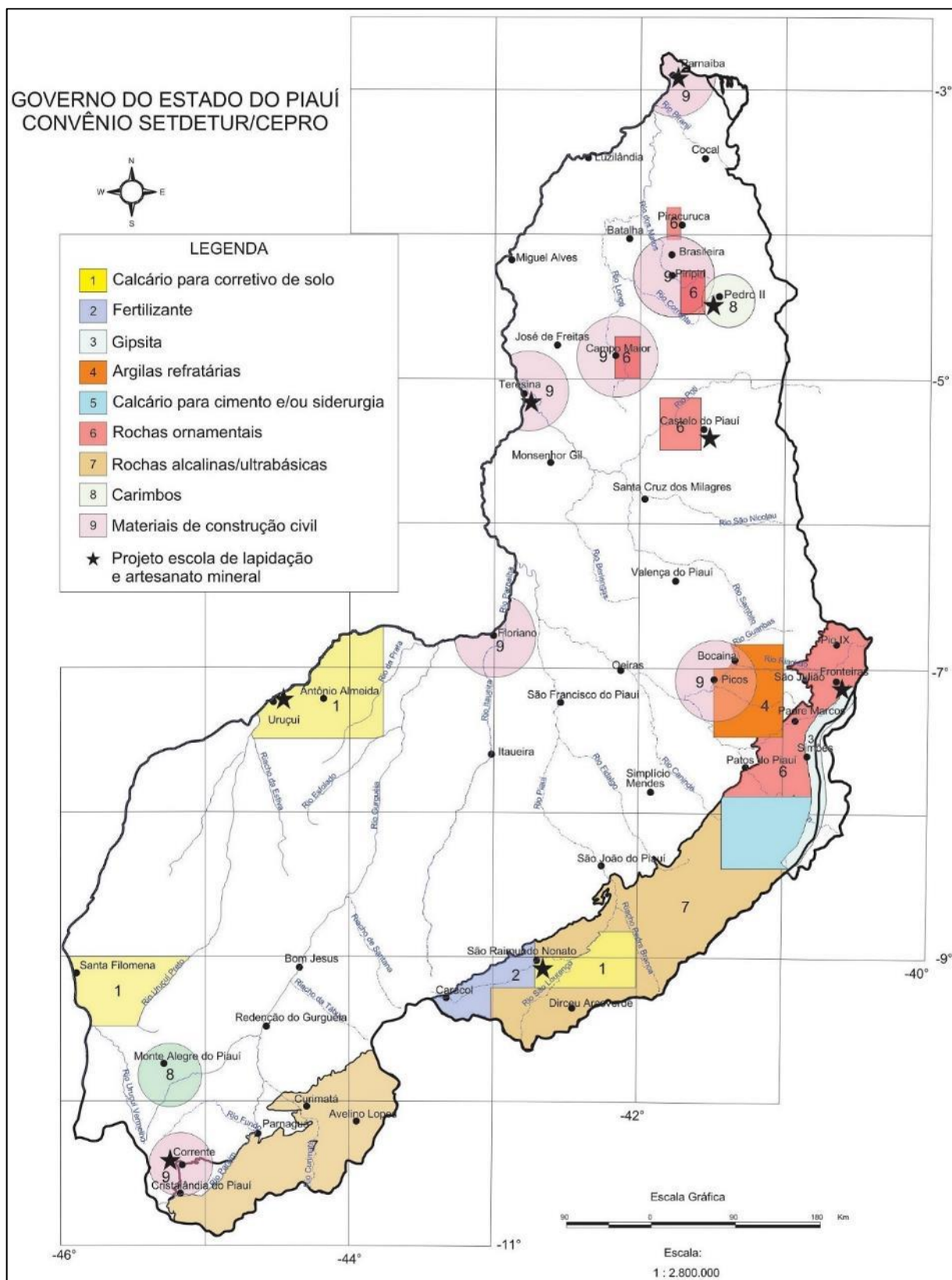
Tomemos como exemplo a sequência de mapas abaixo, extraídas do Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Estado do Piauí (Figura 48, 49 e 50) e do PDES-2050 (Figura 51 e 52).

Figura 48 – Índice das minas, jazidas e ocorrências minerais no Piauí.



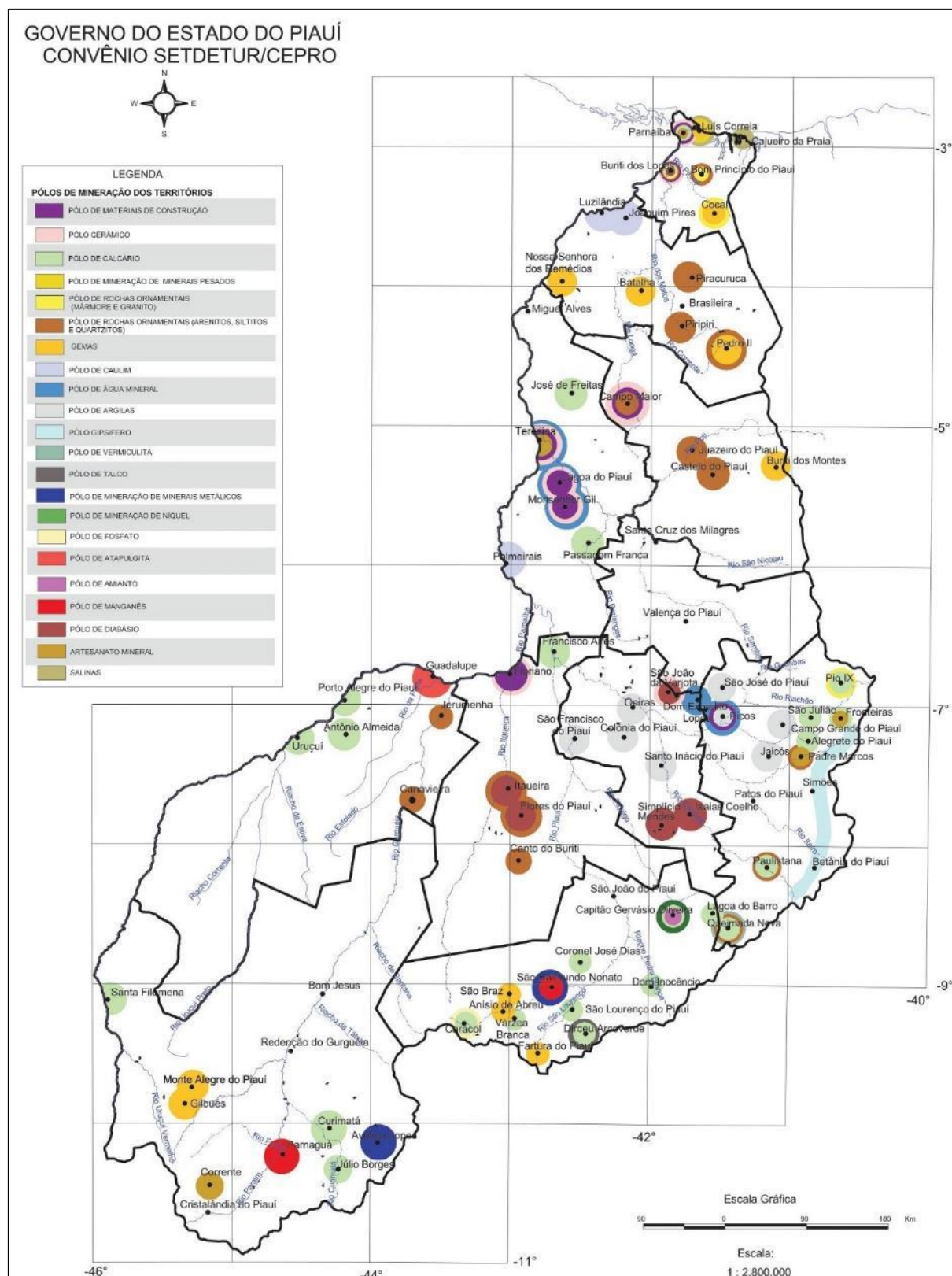
Fonte: CEPRO (2004).

Figura 49 – Projetos Prioritários Específicos sugeridos no Diagnóstico e Diretrizes para a mineração do Estado do Piauí.



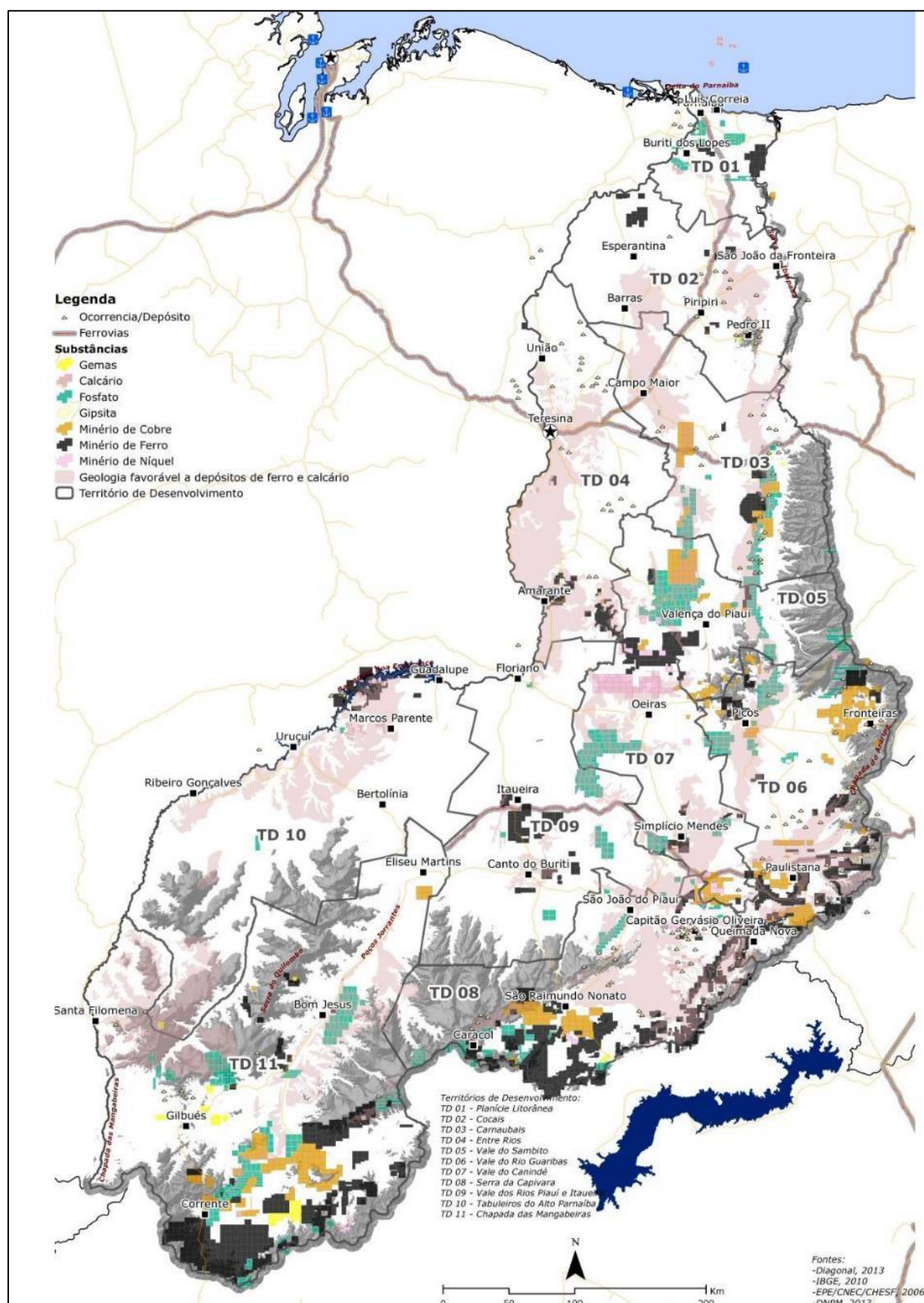
Fonte: CEPRO (2004).

Figura 50 – Relação entre Territórios de Desenvolvimento e proposta de pólos de mineração por áreas



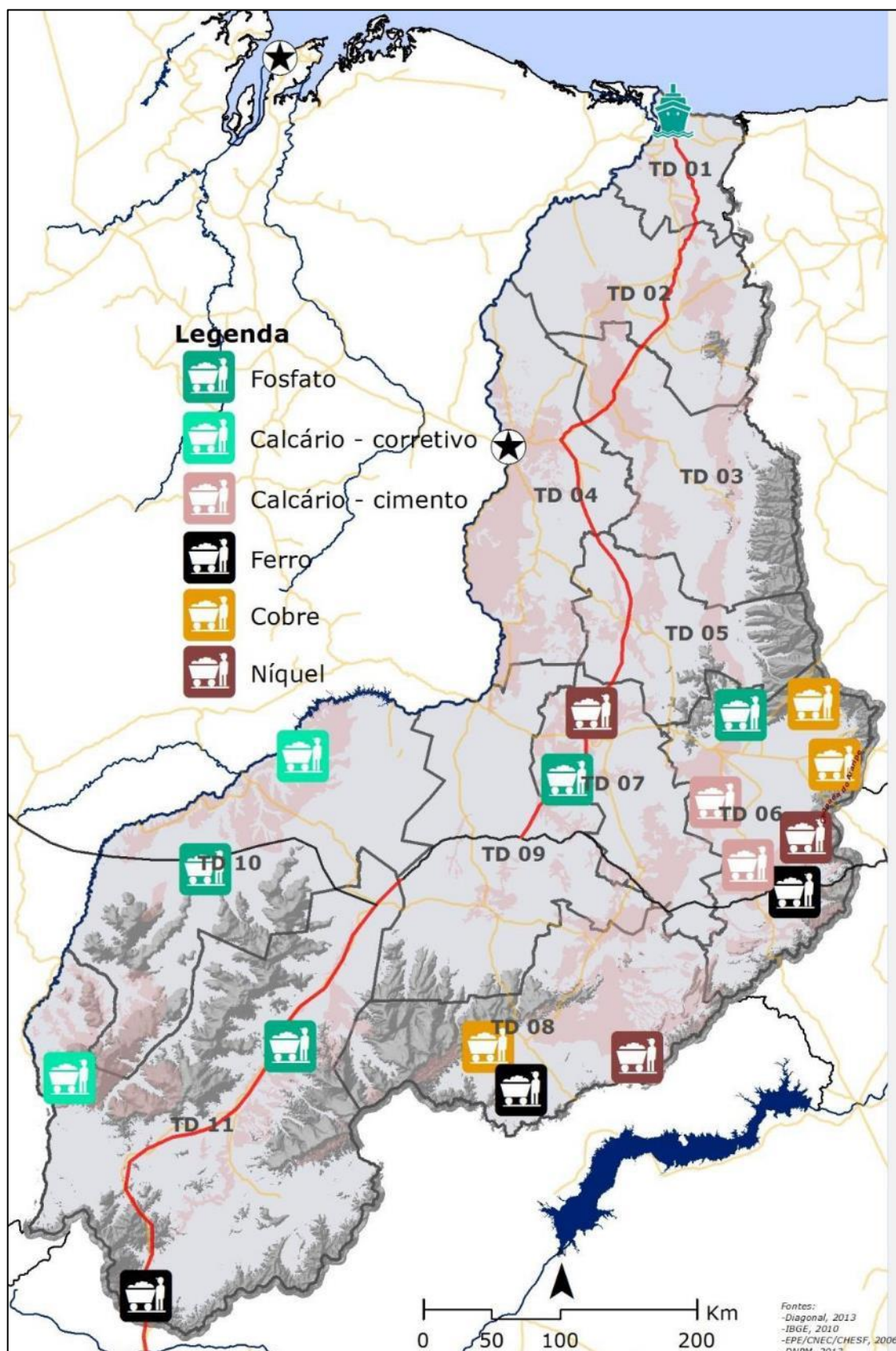
Fonte: CEPRO (2004).

Figura 51 – Depósitos minerais potenciais e em exploração, Piauí, 2013, segundo o documento PDES-PI 2050



Fonte: CEPRO (2015, p.86).

Figura 52 – Localização dos investimentos propostos para a área de mineração segundo a consultoria que elaborou o documento PDES-PI 2050.



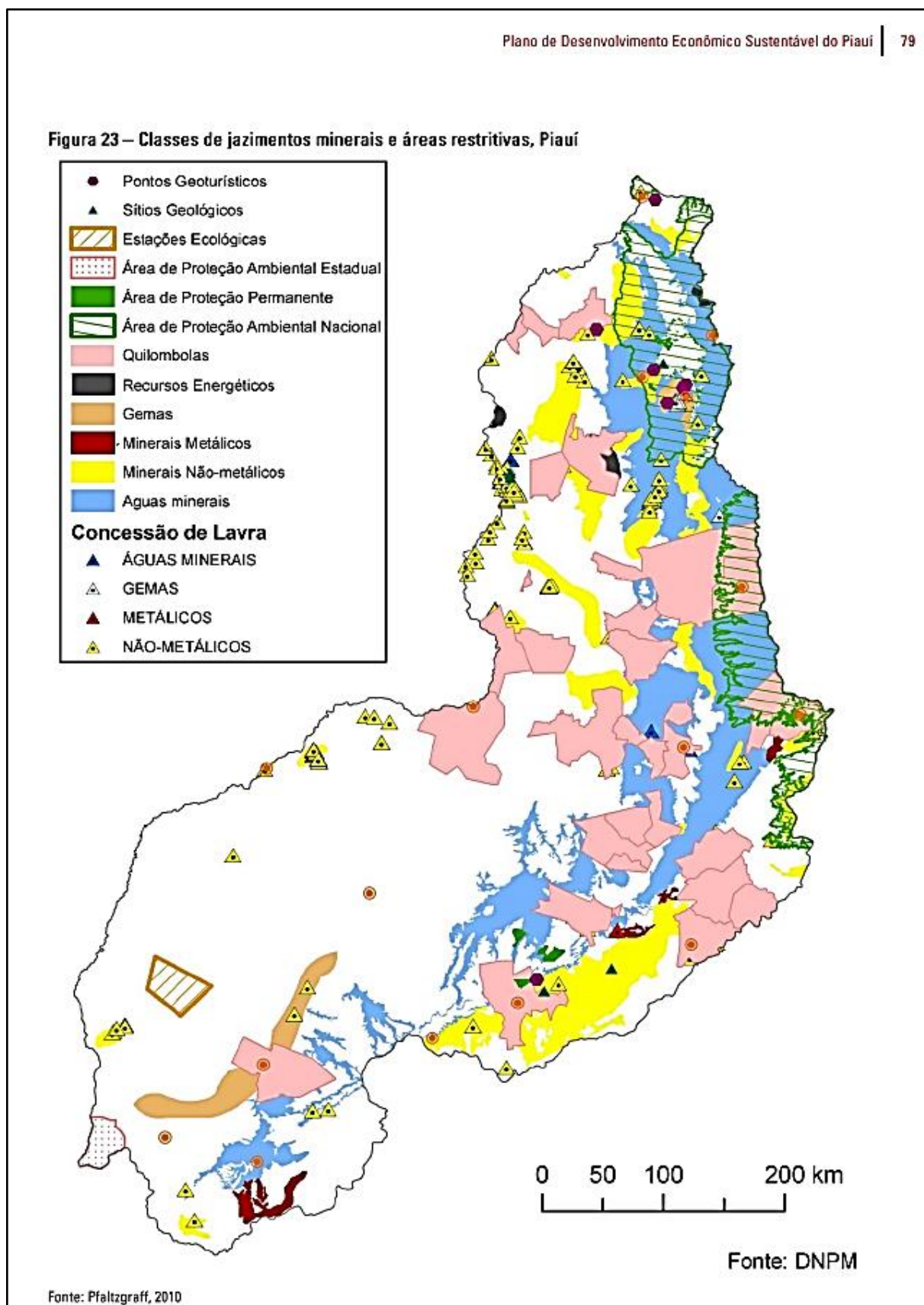
Fonte: CEPRO (2015, p.89).

Como é possível visualizar nos cinco mapas acima, retirados do documento Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do estado do Piauí e do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí 2050 – PDES-PI 2050, as consultorias contratadas pelo Estado, ao elaborarem mapas relacionados à mineração no Piauí, focam, principalmente, em demonstrar uma espacialização “de oportunidades de exploração”, ao localizar no território as minas existentes e já em exploração, apontar a localização das jazidas minerais já conhecidas, bem como dos locais em que se conhece a ocorrência de minerais, que podem vir a conter outras jazidas a serem confirmadas com o aprofundamento de pesquisas de campo. Os outros mapas focam em apontar no território do estado os locais em que existem projetos prioritários de exploração, além de mostrar “potencialidades de exploração” e a localização de áreas dos territórios de desenvolvimento do Piauí nos quais se propõem investimentos na área de mineração.

Em comum, esses mapas possuem como característica a ocultação dos sujeitos que habitam esses territórios, que eles buscam propagandear como fosse algo que estivesse à venda. E, de fato, ao ser tratado como carteira de projeto e como ativos econômicos, estão mesmo à venda.

Um único mapa que ainda sinaliza para processos conflituosos que a mineração pode vir a ocasionar, é apresentado também pelo PDES - PI 2050, ao demonstrar em seu título a existência de “áreas restritivas”, ao invés de mencionar já no título que se trata de territórios de ocupação tradicional, nos quais vivem centenas de comunidades quilombolas. Ou seja, o mapa não é claro ao apontar a existência de “territórios terra abrigo”, termo cunhado por Antonino (2019) e utilizado para definir os territórios nos quais residem populações com identidades de pertencimento a determinados lugares, sendo possuidoras de concepções de mundo e de natureza que se contrapõem a lógica do que ele chama de “territórios extrativo-mineral”. A consultoria que elaborou o estudo ao invés de buscar situar os territórios tradicionais no Piauí, se resume a apresentar os municípios nos quais existem “áreas restritivas”, identificando na legenda que os municípios em cor rosa possuem quilombolas (Figura 53).

Figura 53 – Mapa apontando a existência de jazimentos e de “áreas restritivas” para a mineração no Piauí.



Fonte: CEPRO, (2015, p.79).

Embora os “mapas oficiais” não demonstrem, esses territórios que vêm sendo apresentados como áreas para investimentos disponíveis para o setor mineral e alguns, inclusive, já requisitados pelas empresas de mineração para iniciar sua exploração, não se trata de espaços vazios. Por esse motivo, a apreensão dos moradores locais, assim como os conflitos já deflagrados, vem se tornando cada vez mais constantes no estado, enquanto outros estão prestes a emergir, a exemplo do projeto da Riverbank Resources, que já se encontra credenciado para iniciar o processo de licenciamento ambiental, mas que ainda é pouco conhecido, inclusive entre os potenciais atingidos, caso o empreendimento seja licenciado.

Com o *boom* das *commodities*, houve um avanço de empresas realizando prospecção no Piauí, ainda na primeira década do século XXI, conforme demonstrado ao tratarmos sobre um “panorama da mineração” no estado. No entanto, somente na segunda década deste século esses conflitos passaram a ser denunciados e catalogados, a exemplo dos dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra em seu Caderno de Conflitos no Campo.

Em 2014, o caderno de conflitos no campo da CPT, apontou um total de 13 registros no Piauí, agrupados em conflitos por terra e trabalho. Nesse ano nenhum conflito por água foi registrado. Desse total, 09 são conflitos por terra e 04 são conflitos de ordem trabalhista. Dos conflitos por terra, 7 foram decorrentes da mineração, ou seja, 77,7% do total da categoria conflito por terra. Já no cômputo total, a mineração foi responsável por 53,84% de todos os conflitos no estado do Piauí no ano de 2014. São 07 conflitos, em dois municípios, envolvendo 08 comunidades (visto que o conflito em Paredão e Palestina aparecem juntos no caderno), sendo 134 famílias de pequenos produtores atingidas (Tabela 11). Todos os conflitos registrados foram decorrentes das atividades da mineradora BEMISA e do projeto Planalto Piauí⁶².

Tabela 11 – Conflitos decorrentes da mineração no Piauí no ano de 2014.

Nº	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIA	CATEGORIA
1	Curral Novo do Piauí	Com. Baixio dos Belos/Mineradora Bemisa	24	Pequenos proprietários
2	Curral Novo do Piauí	Com. Juá/Mineradora Bemisa	3	Pequenos proprietários
3	Curral Novo do Piauí	Com. Lagoa do Ovo/Mineradora Bemisa	8	Pequenos proprietários
4	Curral Novo do Piauí	Com. Manga Velha/Mineradora Bemisa	6	Pequenos proprietários
5	Curral Novo do Piauí	Com. Paredão e Palestina/Mineradora Bemisa	8	Pequenos proprietários
6	Simões	Com. Monte Santo/Mineradora Bemisa	70	Pequenos proprietários

⁶² Outras informações críticas sobre o projeto Planalto Piauí podem ser encontradas em Sousa (2023; 2016), Lima e Nascimento (2019).

7	Simões	Com. Riacho/Mineradora Bemisa		15	Pequenos proprietários
Total de conflitos	Total de municípios com conflitos decorrentes de mineração	Total de comunidades em conflito	Total de empresas envolvidas em conflito	Total de famílias atingidas por conflitos	Total de categorias atingidas pelos conflitos
7	02	08 (Paredão e Palestina juntos)	01 - Bemisa	134	01 (08 pequenos produtores)

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo – CPT, 2014.

No ano de 2015 o caderno da CPT registrou ao todo 31 conflitos no Piauí, distribuídos entre as categorias terra, trabalho e água. No tocante aos conflitos por terra, foram computados 26 e, entre estes, 17 foram conflitos provocados pela mineração que atingiram 18 comunidades (comunidades Paredão e Palestina aparecem juntas no mesmo conflito). Isso implica dizer que nesse ano, os conflitos causados pela mineração correspondem a 65,38% dos conflitos por terra. Em números totais, a mineração foi responsável por 54,83% dos conflitos no Estado, ou seja, mais da metade do total de conflitos. Assim como no ano anterior, os conflitos registrados no caderno se concentram nos municípios de Simões do Piauí e Curral Novo, sendo dois no primeiro município e 15 no segundo. Comparado ao ano anterior, foram 10 conflitos a mais, sendo que além das mesmas comunidades em conflito no ano de 2014, outras 11 passaram a ser impactadas pelas atividades da mineradora BEMISA e o projeto Planalto Piauí. Ao todo, foram 258 famílias atingidas em quinze conflitos com pequenos agricultores e dois envolvendo as comunidades quilombolas de Caititu e Garapa, ambas no município de Curral Novo (Tabela 12).

Tabela 12 – Conflitos decorrentes da mineração no Piauí no ano de 2015

Nº	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIA	CATEGORIA
1	Curral Novo do Piauí	Ariti/Mineradora Bemisa	8	Pequenos proprietários
2	Curral Novo do Piauí	Cachoeirinha/Mineradora Bemisa	11	Pequenos proprietários
3	Curral Novo do Piauí	Campo Lindo/Mineradora Bemisa	16	Pequenos proprietários
4	Curral Novo do Piauí	Casa Nova/Mineradora Bemisa	8	Pequenos proprietários
5	Curral Novo do Piauí	Com. Alvação/Mineradora Bemisa	10	Pequenos proprietários
6	Curral Novo do Piauí	Com. Baixio dos Belos/Mineradora Bemisa	24	Pequenos proprietários
7	Curral Novo do Piauí	Com. Borracho/Mineradora Bemisa	6	Pequenos proprietários
8	Curral Novo do Piauí	Com. Coritiba/Mineradora Bemisa	18	Pequenos proprietários
9	Curral Novo do Piauí	Com. Exu/Mineradora Bemisa	11	Pequenos proprietários

10	Curral Novo do Piauí	Com. Juá/Mineradora Bemisa		3	Pequenos proprietários
11	Curral Novo do Piauí	Com. Lagoa do Ovo/Mineradora Bemisa		8	Pequenos proprietários
12	Curral Novo do Piauí	Com. Manga Velha/Mineradora Bemisa		6	Pequenos proprietários
13	Curral Novo do Piauí	Com. Paredão e Palestina/Mineradora Bemisa		8	Pequenos proprietários
14	Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Caititu/Mineradora Bemisa		27	Quilombolas
15	Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Garapa/Mineradora Bemisa		9	Quilombolas
16	Simões	Com. Monte Santo/Mineradora Bemisa		70	Pequenos proprietários
17	Simões	Com. Riacho/Mineradora Bemisa		15	Pequenos proprietários
Total de conflitos	Total de municípios com conflitos decorrentes de mineração	Total de comunidades em conflito	Total de empresas envolvidas em conflito	Total de famílias atingidas por conflitos	Total de categorias atingidas pelos conflitos
17	02	18 (paredão e palestina juntos)	01 - Bemisa	258	02 (15 pequenos produtores; 02 comunidades quilombolas)

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo – CPT, 2015.

Já no ano de 2016, o caderno de conflitos do campo da Comissão Pastoral da Terra - CPT aponta um total de 40 conflitos no campo do estado do Piauí, agrupados nas categorias “terra, trabalho e água”. Desse total de 40 conflitos, 34 foram por terra, 5 foram de ordem trabalhista (inclusive dois por escravização) e um por água. Dos 34 conflitos por terra, 17 foram ocasionados pela mineração, ou seja, 50% do total da categoria conflito por terra. No ano de 2016, a mineração foi responsável, no cômputo total, por 42,5% de todos os conflitos no estado do Piauí. O caderno apresenta uma repetição dos conflitos do ano anterior, sendo as mesmas comunidades envolvidas e a mesma empresa (Tabela 13).

Tabela 13 – Conflitos decorrentes da mineração no Piauí no ano de 2016

Nº	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIA	CATEGORIA
1	Curral Novo do Piauí	Ariti/Mineradora Bemisa	8	Pequenos proprietários
2	Curral Novo do Piauí	Cachoeirinha/Mineradora Bemisa	11	Pequenos proprietários
3	Curral Novo do Piauí	Campo Lindo/Mineradora Bemisa	16	Pequenos proprietários
4	Curral Novo do Piauí	Casa Nova/Mineradora Bemisa	8	Pequenos proprietários
5	Curral Novo do Piauí	Com. Alvação/Mineradora Bemisa	10	Pequenos proprietários
6	Curral Novo do Piauí	Com. Baixio dos Belos/Mineradora Bemisa	24	Pequenos proprietários

7	Curral Novo do Piauí	Com. Borralho/Mineradora Bemisa		6	Pequenos proprietários
8	Curral Novo do Piauí	Com. Coritiba/Mineradora Bemisa		18	Pequenos proprietários
9	Curral Novo do Piauí	Com. Exu/Mineradora Bemisa		11	Pequenos proprietários
10	Curral Novo do Piauí	Com. Juá/Mineradora Bemisa		3	Pequenos proprietários
11	Curral Novo do Piauí	Com. Lagoa do Ovo/Mineradora Bemisa		8	Pequenos proprietários
12	Curral Novo do Piauí	Com. Manga Velha/Mineradora Bemisa		6	Pequenos proprietários
13	Curral Novo do Piauí	Com. Paredão e Palestina/Mineradora Bemisa		8	Pequenos proprietários
14	Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Caititu/Mineradora Bemisa		27	Quilombolas
15	Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Garapa/Mineradora Bemisa		9	Quilombolas
16	Simões	Com. Monte Santo/Mineradora Bemisa		70	Pequenos proprietários
17	Simões	Com. Riacho/Mineradora Bemisa		15	Pequenos proprietários
Total de conflitos	Total de municípios com conflitos decorrentes de mineração	Total de comunidades em conflito	Total de empresas envolvidas em conflito	Total de famílias atingidas por conflitos	Total de categorias atingidas pelos conflitos
17	02	18 (paredão e palestina juntos)	01 - Bemisa	258	02 (15 pequenos produtores; 02 comunidades quilombolas)

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo – CPT, 2016.

É necessário destacar que entre os conflitos registrados na categoria trabalho um também está associado à mineração mesmo que de maneira indireta. No ano de 2016, uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho – MPT-PI, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, libertou um grupo de 18 trabalhadores rurais que se encontravam em condições análogas à escravidão no município piauiense de Anísio de Abreu e que, segundo matéria escrita pelo jornalista e fotógrafo André Pessoa, extraíam madeira para alimentar os fornos da mineradora Norueguesa Yara Galvani, localizada na localidade de Angico dos Dias, estado da Bahia, próxima a divisa com o Piauí. Segundo Pessoa,

No sertão do Piauí, durante uma grande operação do Ministério Público do Trabalho (MPT-PI), com apoio do Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal (NOE), 18 trabalhadores em condições análogas às de escravidão foram encontrados na fazenda Bate-Bate, zona rural do município de Anísio de Abreu, distante 575 quilômetros da capital, Teresina. Trabalhavam de forma degradante em uma área selvagem, isolada, aparentemente longe do alcance das leis criadas em Brasília.

A madeira nativa da Caatinga era extraída para alimentar os fornos da mineradora paulista Galvani Indústria Comércio e Serviços S/A, que explora uma mina de fosfato na divisa entre a Bahia e o Piauí, zona rural do município de Campo Alegre de Lourdes, distante mais de 800 quilômetros de Salvador. A empresa tem sociedade com a multinacional norueguesa Yara, que possui 60% de suas ações – juntas, as duas companhias representam cerca de 20% da produção de fertilizantes fosfatados no Brasil. [...].

A fiscalização do Ministério Público do Trabalho deixou evidente a participação da Galvani e da Yara nas irregularidades. Apesar de a retirada da mata estar sendo realizada por uma pequena empresa, a Agrosilvipastoril e Construtora Ltda., a madeira extraída do local era exclusivamente usada pela Galvani. **O trabalho estava sendo feito com autorização da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (Semar), e a ideia era explorar, por 12 anos, 8.850 hectares por meio de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Mas de sustentável o projeto não tinha nada: no local, a força-tarefa do MPT comprovou que o regime trabalhista se assemelhava ao de escravos. Apesar de aprovado pelas autoridades ambientais, o PMFS não tinha sequer um estudo e nem ao menos o relatório de impacto ambiental, conhecido como EIA-Rima, obrigatório em qualquer empreendimento desse porte.**

[...]. Apesar de a jazida de fosfato operada pela Galvani estar localizada na Bahia, a empresa será multada pelo MPT-PI, pois era a única consumidora da madeira extraída do desmatamento na fazenda Bate-Bate. [...] A área explorada fica a apenas 10 quilômetros dos limites do Parque Nacional da Serra das Confusões, que tem espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, entre elas a onça-pintada, o tatu-bola e o tamanduá-bandeira (Pessoa, 2016, n.p. Grifo nosso).

Na matéria escrita por Pessoa, são feitas denúncias que ligam a mineradora Yara Galvani a exploração da força de trabalho de maneira degradante a dignidade humana, em razão do trabalho ser praticado em condições análogas à escravidão, devido alojamentos precários, água e alimentação de má qualidade, falta de equipamentos de proteção individual – EPI, além de serem cobradas dos trabalhadores custos da operação do trabalho, como óleo e correntes da motosserra, entre outros. Embora a matéria deixe claro que a madeira era adquirida de uma empresa terceirizada, a Agrosilvipastoril, é exposto também, que a empresa mineradora tinha pleno conhecimento da forma como a empresa que havia contratado lidava com os trabalhadores, sem registro de carteira assinada e outras irregularidades. O jornalista apresenta outras graves acusações contra a mineradora instalada em terras baianas. Conforme a matéria, esta não teria sido a primeira vez que a Yara Galvani era suspeita de envolvimento indireto, por meio do “incentivo, conivência e patrocínio” de práticas socioambientais irregulares na região. Conforme Pessoa,

Nos últimos anos, a empresa vem sendo apontada por movimentos sociais como financiadora de um verdadeiro extermínio florestal nas matas nativas e em fazendas da região, em especial nas grandes plantações de caju e nas matas de algaroba (*Prosopis juliflora*). Aproveitando uma brecha da lei, a empresa consumiu uma enorme quantidade de madeira dessa espécie (a algaroba, cultivada amplamente no Nordeste, não é protegida pela legislação brasileira por ser uma árvore exótica, oriunda do deserto de Piúra, no Peru). Há relatos de que o transporte da madeira nativa pode ficar encoberto pela algaroba, o que facilita a passagem pela fiscalização. Em

resposta à reportagem, a empresa diz que o uso de biomassa é permitido por lei, e que, na unidade baiana, “a biomassa se mostrou a opção adequada neste momento por ter o balanço da emissão de CO₂ nulo e ser menos poluente que os combustíveis fósseis”. **A Galvani também garante que seus fornecedores têm em dia todas as licenças necessárias para atuação no Piauí. O que leva a outro questionamento: por que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Piauí permite que Projetos sem EIA-RIMA sejam realizados?**

Anos atrás, lideranças sindicais, trabalhadores rurais, líderes comunitários e vereadores contrários aos desmatamentos fizeram manifestações públicas nas cidades da região, denunciando que grande parte das áreas desmatadas nos municípios de Fartura do Piauí, Várzea Branca, Caracol, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Bonfim e Guaribas, além de outras no território baiano, parecem ter as digitais da indústria paulista, que se tornou uma voraz consumidora de madeira nativa extraída das matas da Caatinga (Pessoa, 2016, n.p. Grifo nosso).

Conforme se observa no trecho acima, extraído da mesma matéria, denúncias dos movimentos sociais apontavam para a extração irregular de vegetação nativa que poderia ser ocultada pela extração regular da algaroba e do caju. Outra gravíssima denúncia se refere à existência de projetos de extração de madeira, com licenças ambientais concedidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR, sem que para isso tenham sido apresentados estudos e relatórios de impacto ambiental. O jornalista ressalta que outros desmatamentos realizados nos municípios de áreas desmatadas nos municípios de Fartura do Piauí, Várzea Branca, Caracol, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Bonfim e Guaribas seriam voltados a atender a demanda de biomassa da Yara Galvani.

Além deste caso citado por Pessoa (2016), pelo menos outros cinco casos de trabalho escravo relacionados à mineração podem ser apresentados no Piauí, dessa vez diretamente associados à pedreira, em cinco municípios e envolvendo seis pedreiras. Conforme matéria publicada em setembro de 2022,

Duas operações recentes de grupos móveis de fiscalização, no Piauí e em Minas Gerais, resgataram ao todo 90 pessoas de trabalho análogo ao escravo. No Piauí, a fiscalização resgatou 57 trabalhadores em pedreiras nos municípios de Canto do Buriti, Amarante e Nazaré do Piauí. Entre eles, dois adolescentes. [...]. Segundo o procurador do Trabalho José Wellington Soares, ninguém tinha registro em carteira e a atividade de extração era feita sem equipamentos de proteção e sem treinamento – algumas dessas atividades usam explosivos. Além disso, os trabalhadores estavam em locais sem água potável, instalação sanitária e alojamento. Não havia lugar adequado para armazenar, preparar e consumir alimentos. “As condições de trabalho eram totalmente degradantes e abaixo de um patamar civilizatório mínimo”, afirmou. Cinco das seis pedreiras concordaram em firmar termos de ajuste de conduta (TACs) com o Ministério Público do Trabalho no Piauí. A outra será processada. Os empregadores, além de adequar as condições de trabalho, devem pagar as verbas rescisória e indenizações por danos morais, individuais e coletivos.

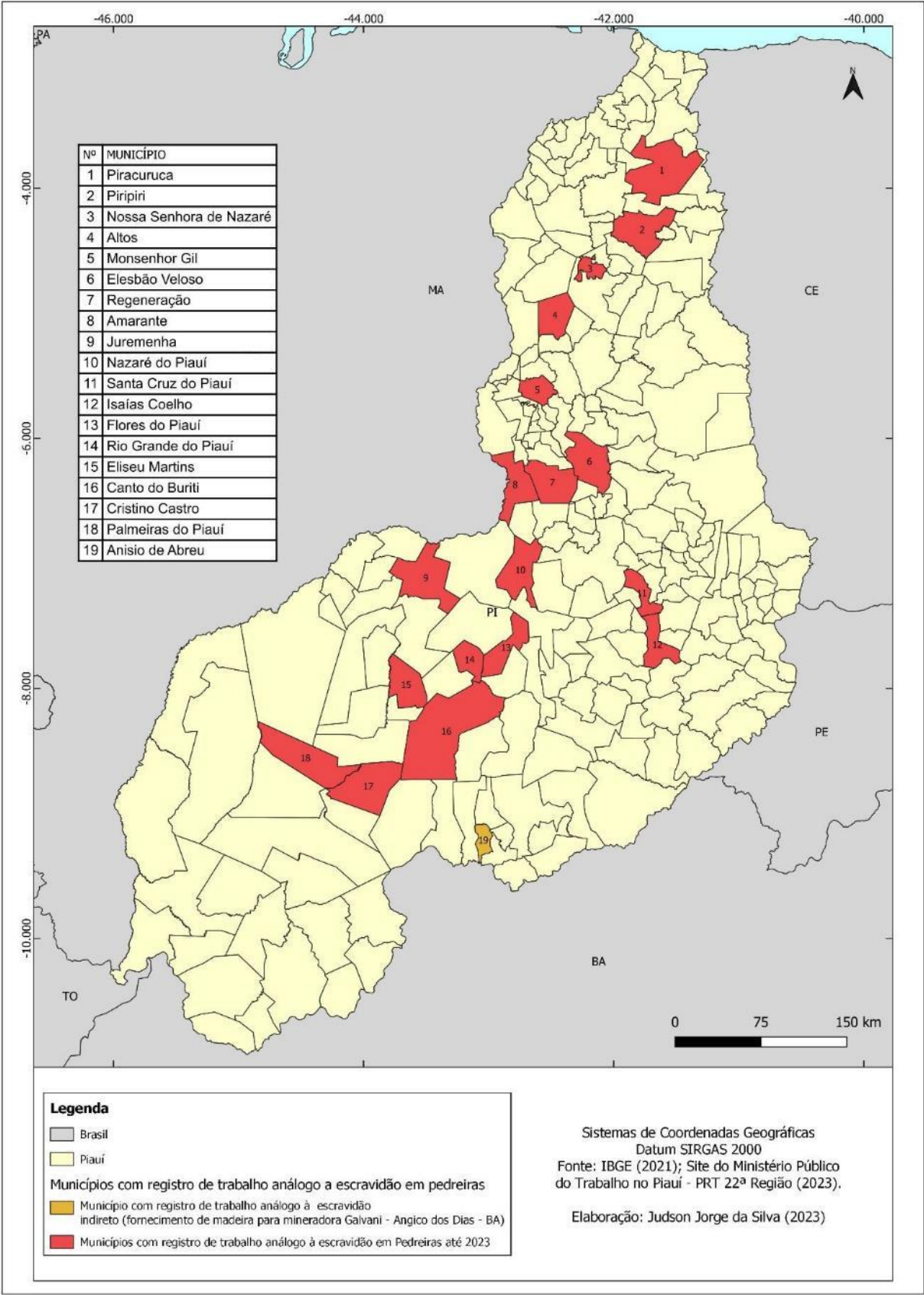
Em relação aos adolescentes, os pais assinaram TAC se comprometendo a não permitir que eles sejam submetidos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre antes dos 18 anos. “Infelizmente, soubemos de notícias de que essas irregularidades têm ocorrido em outras pedreiras espalhadas pelo estado”, disse o procurador (Rede Brasil Atual, 2022, n.p).

Conforme a matéria, os trabalhadores resgatados não possuíam equipamentos de proteção, tampouco treinamento para executar as tarefas, sendo mencionado inclusive o uso de explosivos. Os 57 trabalhadores, dos quais dois adolescentes, se encontravam em condições degradantes, sem água potável, instalações sanitárias, alojamentos e sem estrutura para o armazenamento e preparação das refeições. A matéria diz ainda que, segundo o procurador do Trabalho, José Wellington Soares, outras pedreiras espalhadas pelo Piauí vêm praticando essas irregularidades. Nesse sentido, não é exagero afirmar que a mineração vem provocando barbárie e indignidade no Piauí.

Através de levantamento realizado em matérias sobre autuações de trabalho escravos em pedreiras até o primeiro semestre de 2023, elaboramos um mapa sobre os municípios com casos de trabalho escravo associados à mineração no PI (Mapa 10).

Conforme apontado nos levantamentos da CPT dos anos de 2014, 2015 e 2016 os impactos sócio territoriais ocasionados pela mineração já são uma realidade no estado do Piauí. Antes mesmo de se efetivar a instalação de uma mineradora, iniciam-se os conflitos, ainda na fase de pesquisas e de licenciamento ambiental.

Mapa 10 – Municípios com casos de trabalho escravo associados à mineração no PI



Fonte: Elaboração própria.

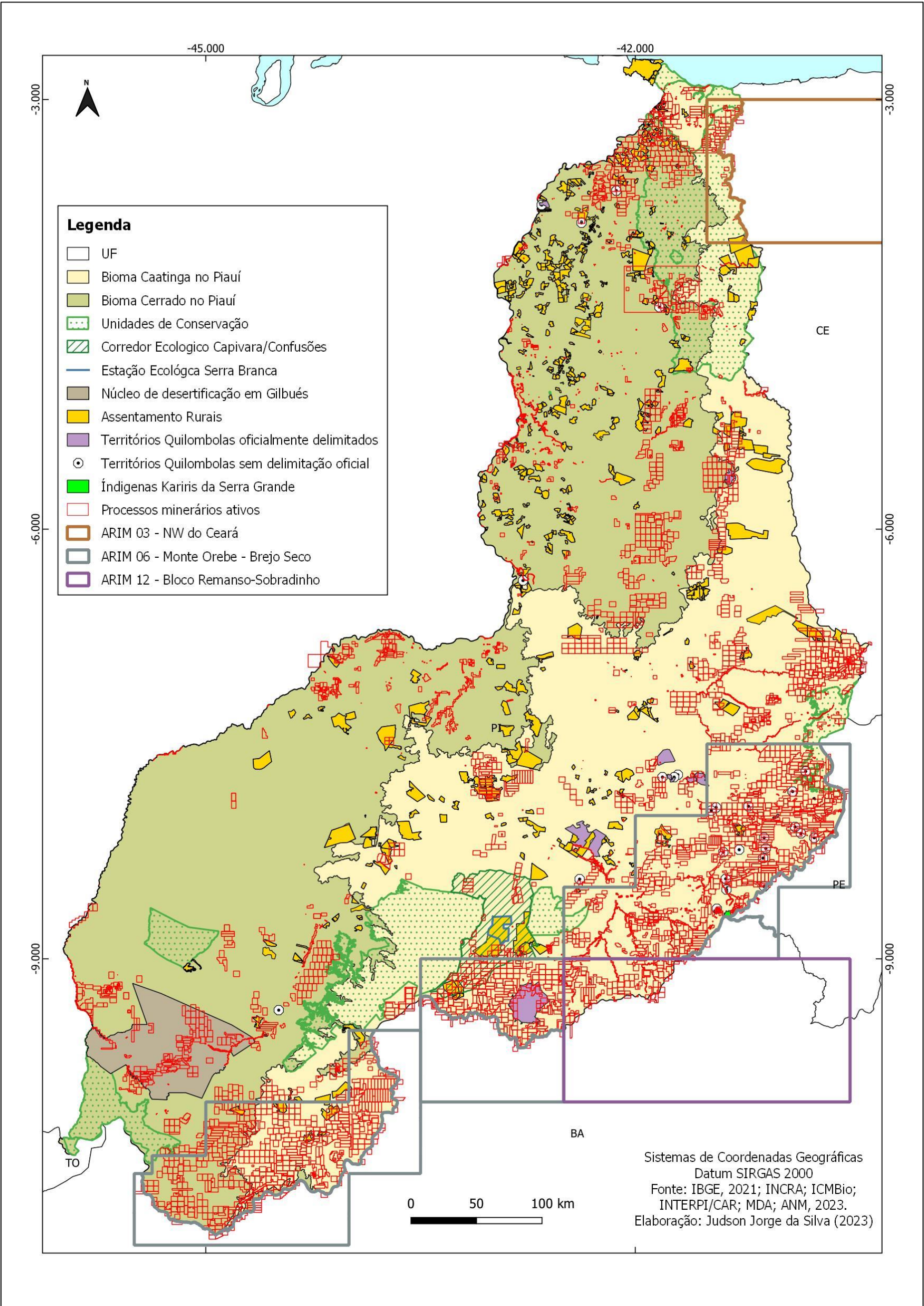
Além do conflito direto, a mineração tem sido responsável também por conflitos indiretos, como o caso do trabalho escravo apresentado a partir do trabalho de Pessoa (2016). De forma indireta, os Cadernos de Conflitos no Campo dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentam o embate travado entre comunidades camponesas, dentre as quais duas quilombolas, com a Ferrovia Nova Transnordestina, construída com a finalidade de escoar a produção de grãos e minérios do Piauí para os portos do Pecém – CE e de Suape – PE.

Embora a maior parte dos conflitos registrados pela CPT situem-se na mesorregião sudeste do Piauí, no chamado Território de Desenvolvimento Chapada Vale do Rio Itaim, outras regiões do estado enfrentam esse problema, em especial o território de desenvolvimento Serra da Capivara. Conforme a Carta Aberta do I Fórum de Mineração no Piauí e os Conflitos Socioambientais, realizado entre os dias 04 e 07 de junho de 2019 na UFPI, em Teresina, as violações de direitos praticadas por mineradoras e por outros grandes projetos que se interligam, apontam a existência de

Comunidades impactadas por projetos nos municípios de São Raimundo Nonato (Morro do Mel), Fartura do Piauí (Pé do Morro, Valério II, Santo Antônio, Angical, Umburuçu e Serra Velha), São Lourenço do Piauí (Xique-xique, Poço Dantas e Morro Alto), Bonfim do Piauí (Cova da Tia, Alto Alegre e Zé Luís), Dirceu Arcoverde (Capim e Lagoa do Buraco), Curral Novo (Manga Velha, Cachoeirinha, Palestina, Chapada do Baixo, Baixo dos Belos, Lagoa do Ovo, Garapa, Massapê, Salina, Juá, Caititu, Avação, Alto Vistoso, Ariti, São José, Curitiba, Terra Nova, Paredão, Borralho, Serra do Inácio e Poço da Cacimba), Paulistana (Caldeirãozinho, Contente, Barro Vermelho e Serra Vermelha), Simões (Monte Santo, Belo Monte, Paredão e Riacho), trouxeram suas problemáticas (Carta Aberta do I Fórum de Mineração no Piauí e os Conflitos Socioambientais, 2019, n.p).

A maior parte da Quantidade de processos minerários *por Unidade da Federação* até 2018s comunidades sublinhadas acima não são mencionadas nos Cadernos de Conflitos do Campo da CPT. E, fazendo uma sobreposição entre dados do Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE e dados do INCRA e ITERPI, é possível identificarmos que outras áreas se encontram ameaçadas pela expansão da fronteira minerária sem que, em muitos casos, elas sequer tenham conhecimento disso ou tenham o mínimo de informações sobre a ameaça que ronda os seus territórios (Mapa 11).

Mapa 11 – Incidência de processos minerários sobre Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas e Assentamentos Rurais no Piauí



Fonte: elaboração própria (maio de 2023).

O Mapa 11 apresenta uma sobreposição dos arquivos *shapefiles* da base de dados do INCRA, IBAMA, SICAR e do SIGMINE/ANM. Os *shapefiles* do INCRA permitiram representar no mapa os territórios quilombolas e os assentamentos rurais. Os do IBAMA permitiram representar os dados das Unidades de Conservação existentes no Piauí. A partir de uma investigação minuciosa no *shapefiles* do Cadastro Ambiental Rural, disponibilizado no SICAR, conseguimos encontrar o imóvel rural do que veio a se constituir como a primeira Terra Indígena titulada pelo INTERPI, pertencente aos Kariris da Serra Grande, no município de Queimada Nova. Por fim, o *shapefiles* do SIGMINE/ANM permitiu espacializar os processos de mineração ativos no Piauí. Com a sobreposição desses arquivos vetoriais, percebe-se que a expansão da fronteira minerária no Piauí avança de norte a sul do estado, cobrindo áreas que se localizam em territórios camponeses e quilombolas. Paradoxalmente, respeitam-se as Unidades de Conservação, o que nos leva a refletir como existe um racismo ambiental arraigado na expansão da fronteira minerária que, ao mesmo instante em que respeita áreas de conservação, simplesmente desconsidera camponeses e quilombolas.

Convém destacar que a base cartográfica do INCRA não dispõe dos arquivos referentes a todos os territórios quilombolas existentes no Piauí, estejam eles em fase inicial de titulação, com RTID aprovado, ou mesmo já titulados. Apesar de não conseguir representar todos os territórios, o mapa é capaz de dar uma dimensão de como é preocupante o que vem acontecendo de modo silencioso no Piauí.

Faria (2016) obteve o seguinte depoimento do senhor Cláudio Teófilo Marques, uma das lideranças políticas da comunidade quilombola Lagoas, com ativa participação na luta de defesa do território e luta contra as mineradoras:

Estamos tendo algumas dificuldades com certas empresas que tentaram invadir partes do território, mas temos vencido. Por exemplo, teve uma empresa que arrendou de um cidadão 1.800 hectares de terra para queimar madeira. Fizeram 45 fornos, e nós conseguimos fazer com que eles se retirassem. Nós fomos para o enfrentamento. Fomos pra justiça, fomos para todo lado, e acabamos fazendo com que ela “voasse” daí. Então teve essa questão que a gente bateu muito e conseguiu. **Temos dificuldades também com as mineradoras que nos rodeiam, porque aqui é uma região bem visada na questão do minério. Só vemos as empresas fazendo pesquisa em qualquer lugar, não dando solução nenhuma, não querendo saber de ninguém. Por isso queremos que o governo ao menos nos avise quando essas mineradoras chegarem, para ficarmos sabendo do que se trata.** As dificuldades existem, e o jeito que a gente tem é não esmorecer, é tentar enfrentar sejam elas de que tamanho forem (Faria, 2016, p. 16).

Esse depoimento de Seu Cláudio, morador da comunidade Lagoa dos Calangos, uma das que integra o território do Quilombo Lagoas, deixa transparecer a inquietação do morador, que é também uma importante liderança comunitária, de que as empresas adentram o território

“não querendo saber de ninguém” e cobra do Governo um maior acompanhamento dessas ações sobre o território quilombola, para que a comunidade fique “sabendo do que se trata”.

Já Freire (2018), aponta para um cenário de intensa preocupação vivenciado pelos moradores da comunidade Xique-Xique, também no território quilombola Lagoas. O autor menciona que, entre os moradores, havia insegurança, incertezas e temor “exatamente daquilo que nunca souberam”.

O anúncio de uma agenda de mineração como parte do desenvolvimento estratégico do estado do Piauí e a presença de uma empresa mineradora no território criou uma sensação de insegurança territorial no entorno das áreas escavadas para pesquisa de prospecção que caracterizam o tempo jurídico da licença prévia. Com a chegada do inverno, ou seja, as chuvas que sofrem para cair no começo de cada ano, começou a correr a história de que os moradores das comunidades do núcleo Xique-Xique, no quilombo Lagoas, estavam com medo de semearem a terra. Vizinhos do principal poço de prospecção de minério de então, temiam perder tudo por causa exatamente daquilo que nunca souberam; aquilo que poderia ser efeito das atividades da mineradora, da possível extração de ferro em seu território. [...]. A incerteza sobre o real teor da exploração mineral, a total falta de capacidade de comunicação da parte do governo do estado e o estabelecimento de uma agenda que se mostrava somente uma abstração a respeito do tempo futuro, mas de um tempo futuro em que eles não apareciam como personagens, levou a comunidade de Xique-Xique a pensar em abdicar da própria paisagem e, em parte, de sua vida. O receio de não poder colher a safra de 2018 por causa de uma atividade qualquer da SRN Mineração fez com que o risco de esperar tornasse algo mais grave do que a possibilidade da falta de chuvas. A incerteza flertava com a convicção de que o futuro não lhes seria favorável. E nessa história, nada de governo para mediar (Freire, 2018, p. 110-111).

Os relatos presentes nas duas citações fazem alusões ao papel que o Estado deveria ter em “mediar”, ou de “ao menos avisar do que se trata” as atividades relacionadas à mineração.

Ocorre que, conforme discutimos ao longo dessa pesquisa, tanto a União, quanto o próprio estado do Piauí, têm atuado justamente no sentido de favorecer a territorialização dessas atividades, demonstrando total apoio à instalação dos grandes projetos, em detrimento do bem comum das populações por eles afetadas. É o caso da proposta de hidrelétricas para o rio Parnaíba, da instalação de Parques Eólicos, como os de Curral Novo e dos cercamentos causados pela construção da Transnordestina em Paulistana.

Com o setor extrativo-mineral não tem sido diferente, conforme demonstrado com os mapas sobre a mineração produzidos por consultorias contratadas pelo Estado para realização de pesquisas e produção de documentos voltados ao fomento do setor. A finalidade tem sido naturalizar e amenizar o avanço dessa atividade pelo território estadual. Para isso, os mapas cumprem papel crucial, ao ocultar a existência de comunidades rurais na área de prospecção mineral, bem como de projetos em estágio de licenciamento ambiental. Invisibiliza-se gente e

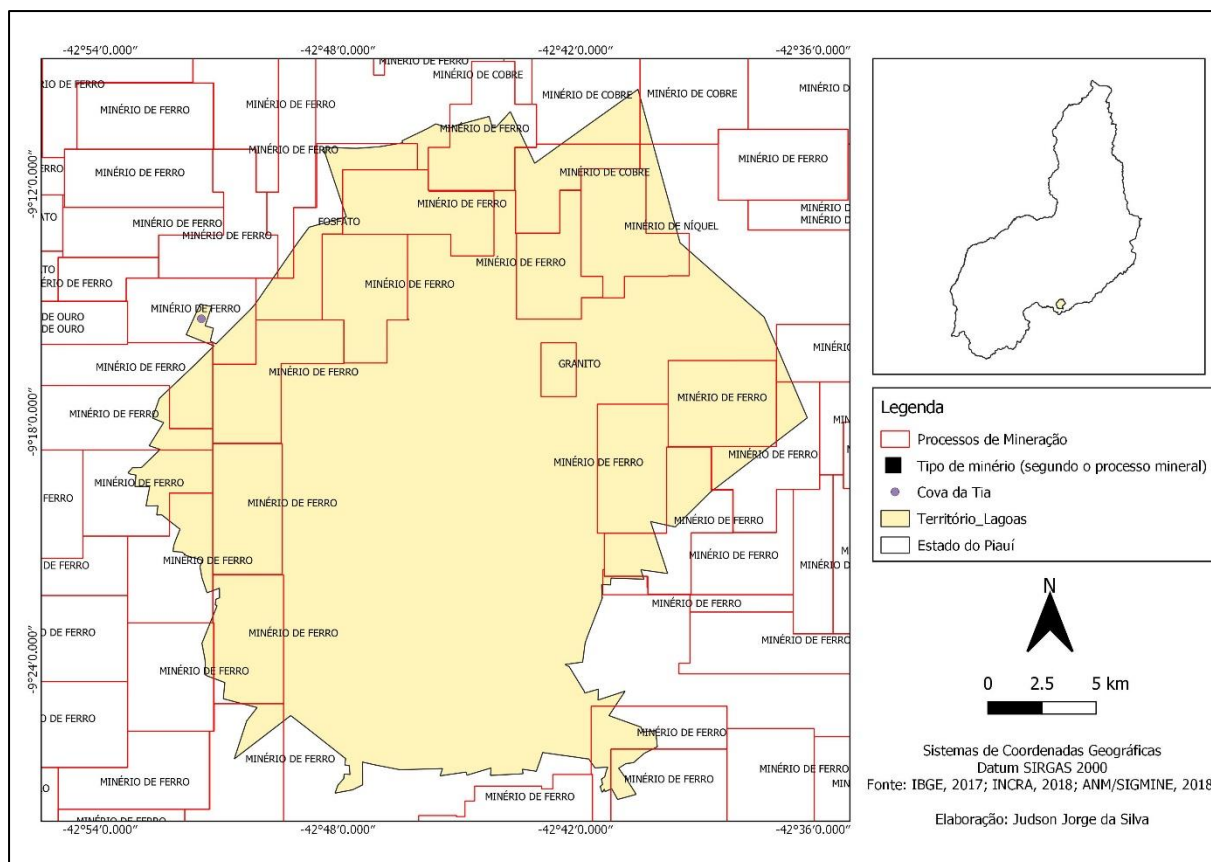
territórios, com a finalidade não de “mediar”, ou “avisar do que se trata”, mas sim de ocultar conflitos.

Diante dessa realidade, e sabendo das incertezas que esse processo causava para as comunidades, elaboramos o primeiro conjunto de cinco mapas, apresentados a seguir. A ideia era representar visualmente aquilo que os moradores, empiricamente, já sabiam, ou seja, onde a ameaça, de fato, estava. Essa dimensão era necessária porque “traduzia para a linguagem formal” da cartografia aquilo que estava sendo, concretamente, realizado nas comunidades.

No entanto, não bastava apenas “localizar a posição” no mapa. Porque, embora os moradores conhecessem os variantes abertos para as pesquisas de prospecção, soubessem os locais do terreno onde haviam realizado furos de sondagem, ou valas, faltava qualificar essas informações. Era necessário ainda obter informações sobre as substâncias procuradas para saber o tipo de mineração que ameaçava se instalar no território. E, sobretudo, em que fase a pesquisa se encontrava.

Nesse sentido, elaboramos os Mapas 12, 13, 14 e 15, que foram socializados com as comunidades em momentos de partilha, possibilitados pela Cáritas de São Raimundo Nonato. Além das apresentações nos quais buscamos explicá-los, foi gerado um arquivo em PDF repassado para moradores, além de cópia para a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato e integrantes do MAM – Piauí.

Mapa 12 – Substâncias pesquisadas em cada uma das poligonais de processos minerários

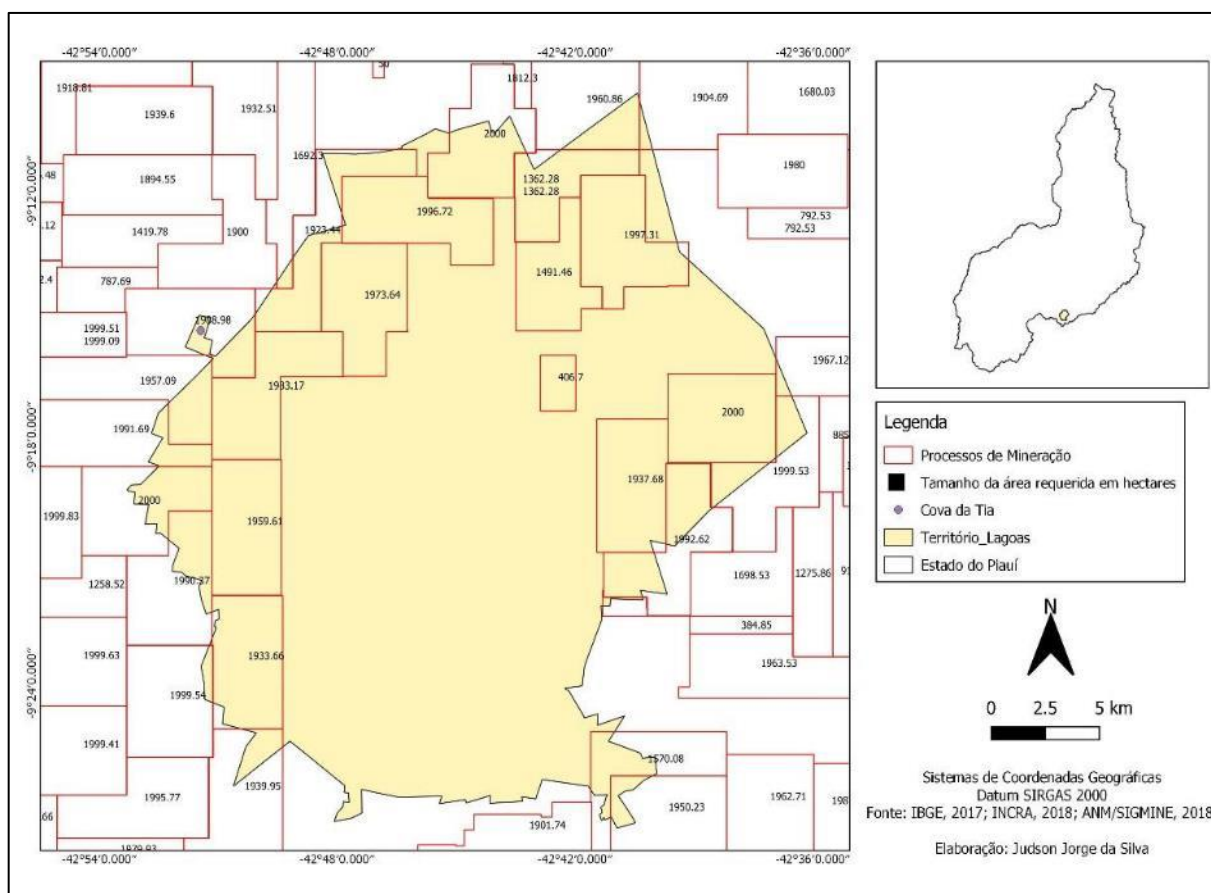


Fonte: Elaboração própria. Primeiro semestre de 2019.

No Mapa 12, apresentamos uma sobreposição entre os dados do SIGMINE e do INCRA, além de ponto com a coordenada geográfica identificando a localização da Cova da Tia, obtido com aplicativo de registro de localização. Cada um dos polígonos em vermelho se refere a um processo minerário cadastrado junto à ANM para fins de pesquisa mineral. Visamos qualificar essa informação, apresentando no mapa o tipo de substância que vinha sendo pesquisada na área do território quilombola Lagoas e no seu entorno. O mapa permite saber que existem processos abertos na ANM referentes, principalmente, ao ferro (no caso da SRN Mineração a magnetita - Fe_3O_4), mas também relativos a níquel, cobre e fosfato, além de granito.

Já o Mapa 13, demonstra o tamanho, em hectares, de cada uma dessas áreas, requeridas.

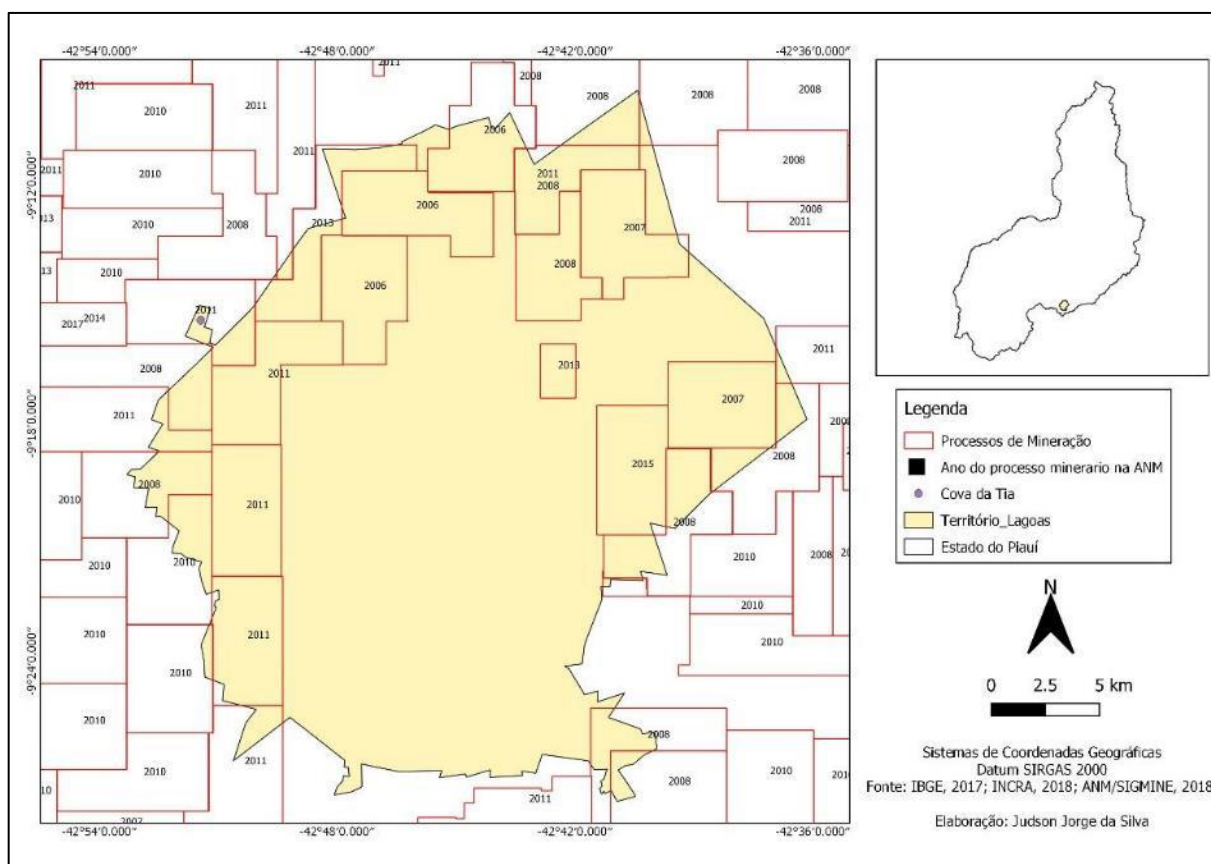
Mapa 13 – Tamanho da área requerida, em hectares, em cada uma das poligonais



Fonte: Elaboração própria. Primeiro semestre de 2019.

O Mapa 14 apresenta o ano em que os processos foram protocolados. Servem também para mostrar o impacto que o período do “*boom das commodities*” teve nessa região. É possível observar que o primeiro processo data do ano de 2006, intensificando-se nos anos seguintes, coincidindo com a alta dos preços internacionais dos minérios. O que nos permite afirmar que o lugar sofre com as dinâmicas da economia global, emoldurados pelas macroestruturas de organização da sociedade.

Mapa 14 – Ano em que o processo minerário foi protocolado

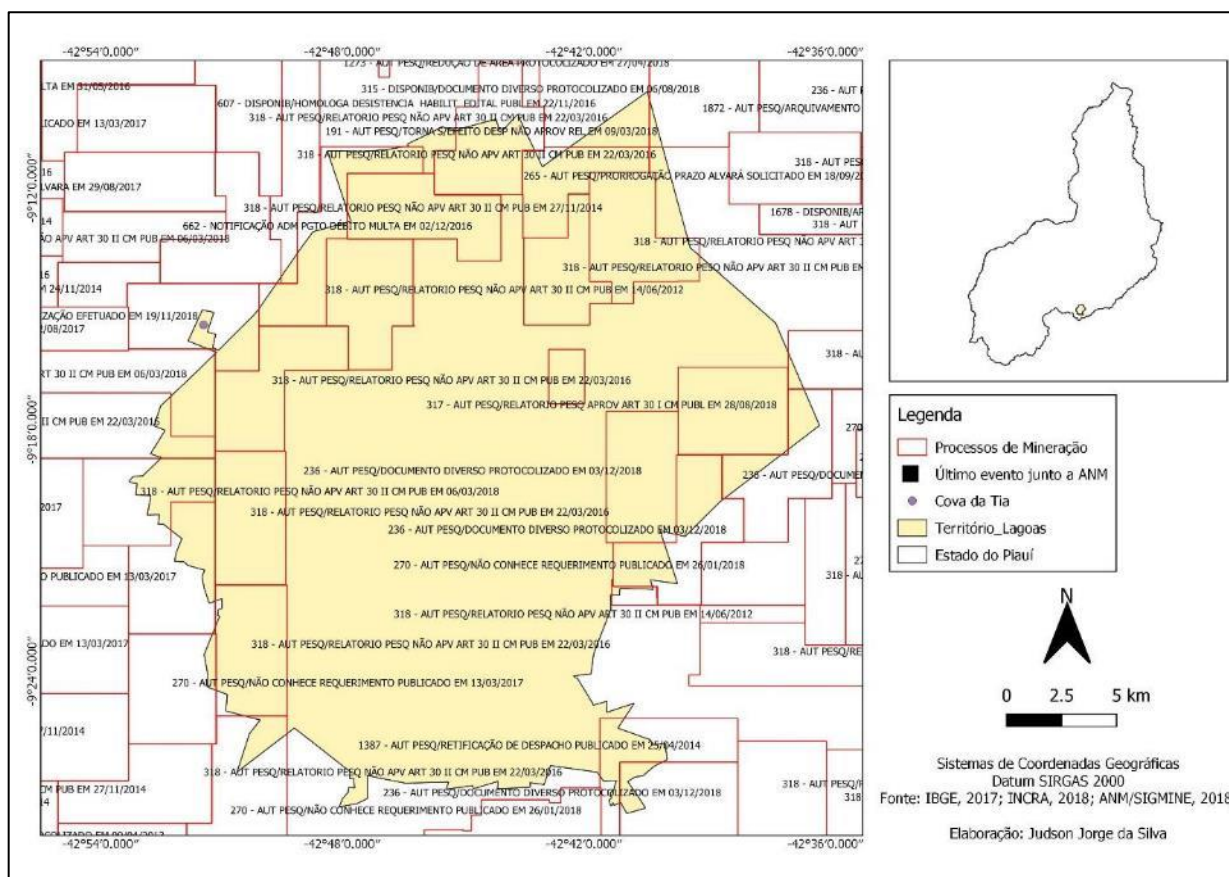


Fonte: Elaboração própria. Primeiro semestre de 2019.

Destacamos que, embora o mapa acima mostre o ano em que os processos minerários foram protocolados, isso não significa dizer que as pesquisas relacionadas à mineração iniciaram nesse período. No relato dos moradores entrevistados, apresentados no capítulo seguinte, são mencionadas, inclusive, o sobrevoo de aviões nessas áreas, muito provavelmente associados aos mapeamentos realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/ Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Conforme já discutido ao longo deste capítulo, esses levantamentos de base subsidiam os investidores/mineradoras a estabelecerem em quais lugares vão protocolar processos minerários, com poligonais de áreas definidas, para tentar descobrir novos jazimentos minerais.

O Mapa 15 demonstra o andamento do processo minerário, no quesito definido pela ANM como “último evento”. Ou seja, apresenta a informação do que, na data em que o arquivo vetorial foi acessado no SIGMINE, havia de mais atualizado em relação ao andamento do processo minerário. No caso, no primeiro semestre de 2019, apresentamos os dados referentes a dezembro de 2018.

Mapa 15 – Registro do “último evento” relacionado à tramitação do processo



Fonte: Elaboração própria. Primeiro semestre de 2019.

O Mapa 15 mostrou que o relatório de pesquisa mineral referente à poligonal que incidia sobre o Xique-Xique havia sido aprovado pela Agência Nacional de Mineração. Isso significava dizer que havia sido demonstrado que ali havia uma jazida de minério com volume suficiente para ser considerada como viável para a exploração econômica. Ou seja, isso credenciava esse bloco para a fase seguinte de requisição de lavra. A aprovação do relatório indicava também que a etapa do licenciamento ambiental iniciaria em breve, ou seja, no prazo de até 1 ano, podendo ser solicitado o adiamento por mais 1 ano.

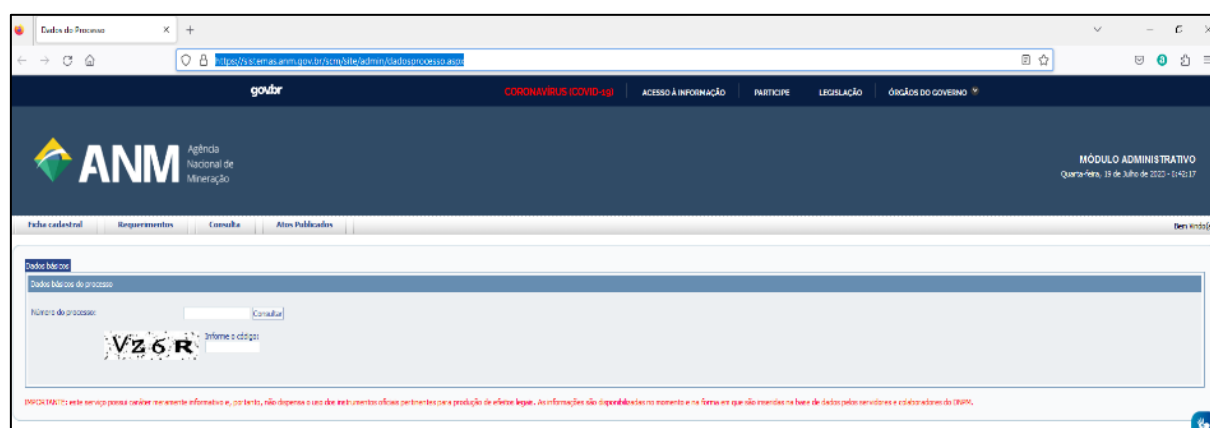
É necessário destacar que a aprovação do relatório de pesquisa trata simplesmente da comprovação de que existem na área minérios passíveis de serem extraídos. Esse relatório, no entanto, não define se existe uma viabilidade locacional de exploração. Isso é competência do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental. E esse mapa, publicizado em junho de 2019, confirmava que, em breve, o licenciamento ambiental seria iniciado. Nesse sentido, na reunião de partilha de dados da pesquisa, apresentamos também as informações a seguir (Figura 54 e 55), para dar ciência aos presentes da etapa em que um dos processos se encontrava:

Figura 54 – Print da tela com a consulta ao Processo nº 803003/2007 (Comunidade Xique-Xique).

[illegible]

Fonte: ANM (2019).

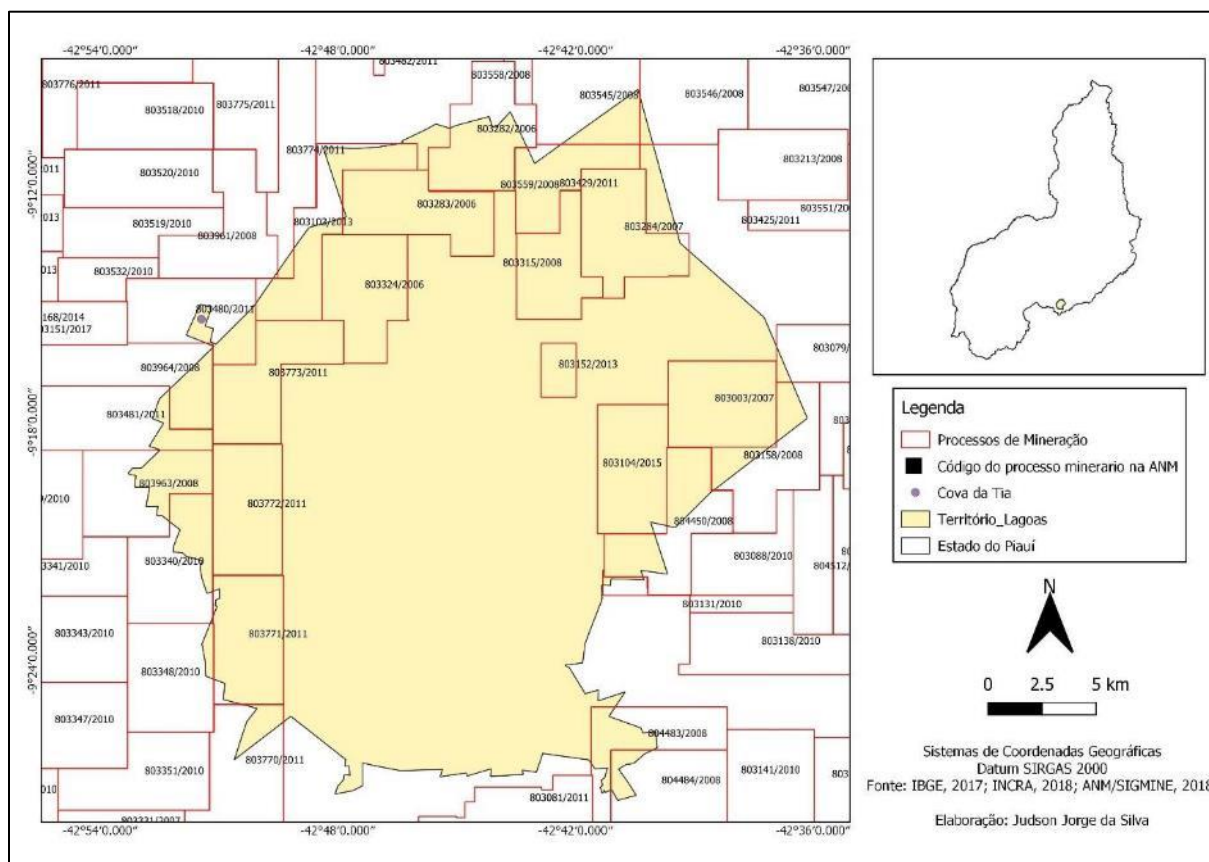
Figura 55 – Site da ANM onde é possível consultar o andamento dos processos minerários.



Fonte: <https://sistemas.anm.gov.br/scm/site/admin/dadosprocesso.aspx>

Por fim, apresentamos o Mapa 16, que coloca em evidência a numeração do processo mineralógico referente à poligonal cadastrada na ANM. Esse mapa também foi socializado na reunião promovida pela Cáritas em 2019, momento em que apresentamos também como acessar as informações referentes aos processos mineralógicos no site da ANM.

Mapa 16 – Numeração dos processos minerários que incidem sobre o território Lagoas



Fonte: Elaboração própria. Primeiro semestre de 2019.

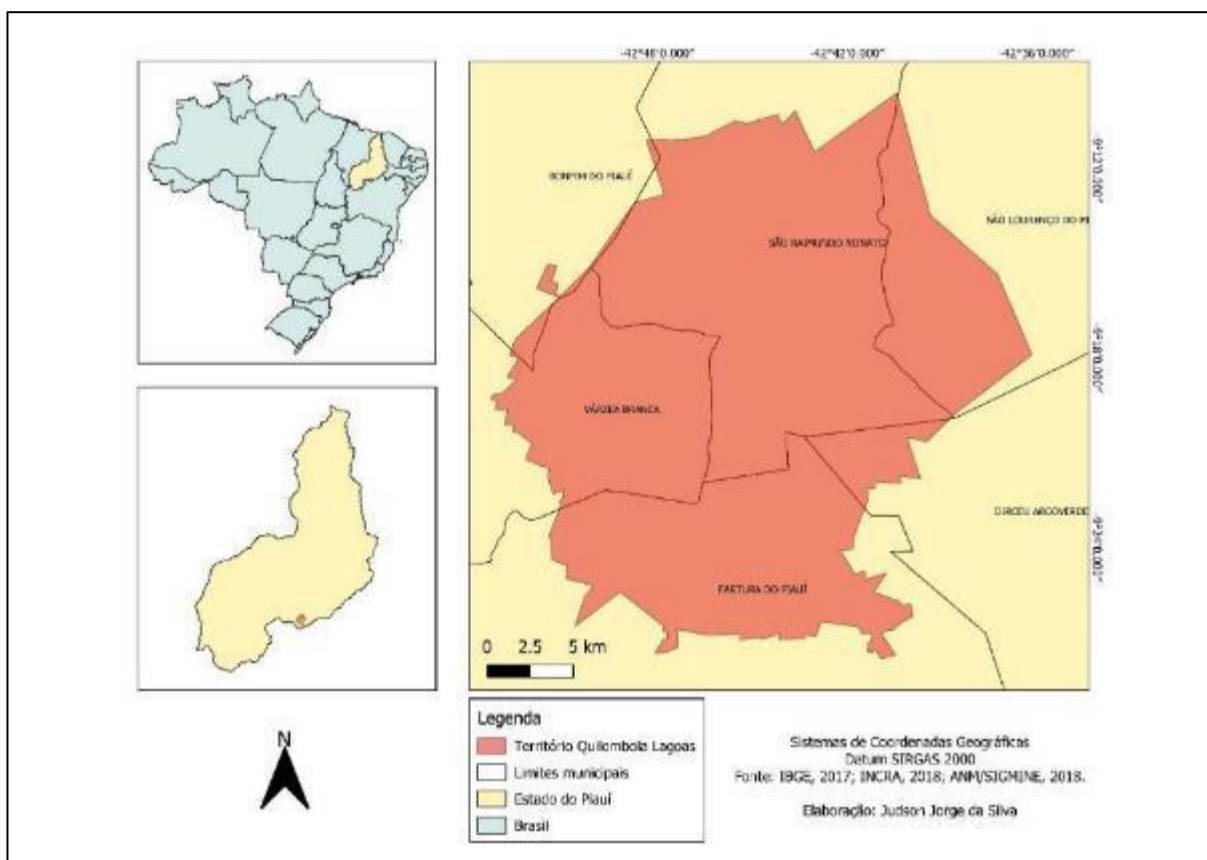
Nossa intenção, ao produzir essa sequência de mapas foi a de tornar mais acessível as informações sobre os avanços da mineração sobre o território quilombola Lagoas, ao mesmo instante em que buscávamos contribuir para a construção de autonomias, no sentido de demonstrar os caminhos para que os próprios sujeitos possam acessar as informações dos processos minerários que ameaçam seus territórios.

Esses mapas foram produzidos a partir de dados da ANM, portanto, com informações de domínio público, que qualquer consultoria pode acessar ao ser contratada para a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental. Apesar disso, no caso da SRN Mineração, a primeira audiência pública voltada para o licenciamento do projeto de extração de ferro (magnetita) foi realizada para a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental – EIA e um Relatório de Impacto Ambiental - RIMA que, simplesmente, omitia a existência do Quilombo Lagoas de seus estudos.

O Quilombo Lagoas possui uma área de 62.365,8 hectares, distribuída ao longo de seis municípios, sendo estes os de Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca (Faria, 2016). Segundo dados do

IBGE (2022), o Quilombo Lagoas possui 5.042 habitantes, possuindo a maior população quilombola do estado do Piauí e a terceira maior do país, ficando atrás apenas do Território Quilombola de Alcântara, no Maranhão, e de Alto Itacuruçá, Baixo Itacuruçá e Bom Remédio, no Pará.

Mapa 17 – Localização do Quilombo Lagoas.



Fonte: Elaboração própria. Primeiro semestre de 2019.

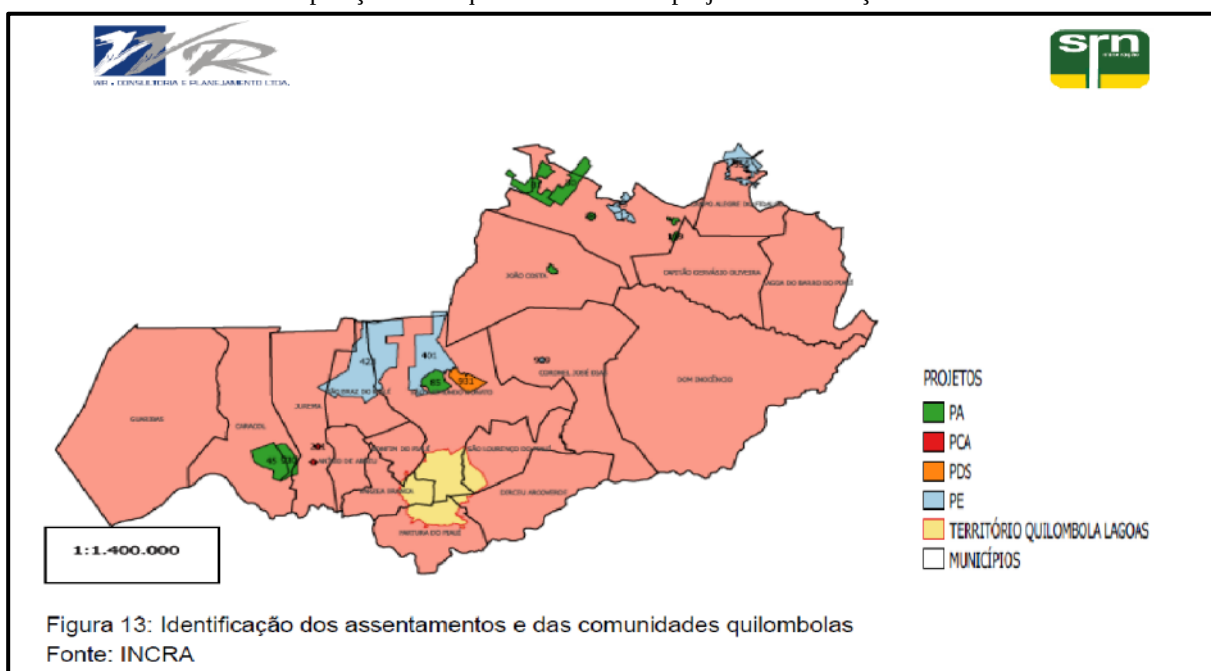
Apesar de sua importância e da existência de uma vasta documentação que reconhece sua existência, faltando apenas a sua titulação, a primeira versão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) negou a existência do território quilombola Lagoas de forma textual e cartográfica. Isso porque os mapas constantes nesse estudo não apresentam a sobreposição entre as poligonais da área do projeto e o território quilombola. Já o corpo do texto, tanto do EIA quanto do RIMA do projeto, afirmou que:

As áreas selecionadas para intervenção com a atividade de mineração não estão inseridas em áreas de assentamentos rurais, nem há interferência de áreas indígenas e nem pertencem a territórios quilombolas. No entanto, vale destacar que existe uma área requerida pelo Movimento de Quilombolas que está na área de Influência Direta do Empreendimento, no município de São Raimundo Nonato, comunidade São Vitor, porém é uma reivindicação que ainda está em fase inicial de

estudos e que irá demandar várias etapas de estudos para ser validada ou não como área de Quilombo (SRN MINERAÇÃO, 2019, p. 83; SRN MINERAÇÃO, 2019, p. 170).

Conforme destacado em **negrito** no trecho citado, a empresa afirma textualmente que as áreas selecionadas para intervenção com a atividade de mineração não pertencem a território quilombola, fato que não é verdadeiro. Já nas Figuras 56 e 57, a empresa contratada para a realização do estudo, omite o conflito territorial entre quilombolas e a mineradora, ao não fazer a sobreposição da área do projeto e do Quilombo Lagoas. O EIA/RIMA apresenta outra informação propositalmente errada para despistar moradores ameaçados, fiscais ambientais da SEMAR e mobilizações em defesa do território ameaçado, ao dizer que o que existe é “uma área sendo requerida pelo Movimento Quilombola, chamada de comunidade São Vítor”, localizada no Município de São Raimundo Nonato.

Figura 56 – Identificação dos Assentamentos e das comunidades quilombolas, sem realizar a sobreposição dos arquivos vetoriais do projeto de mineração sobre esses territórios



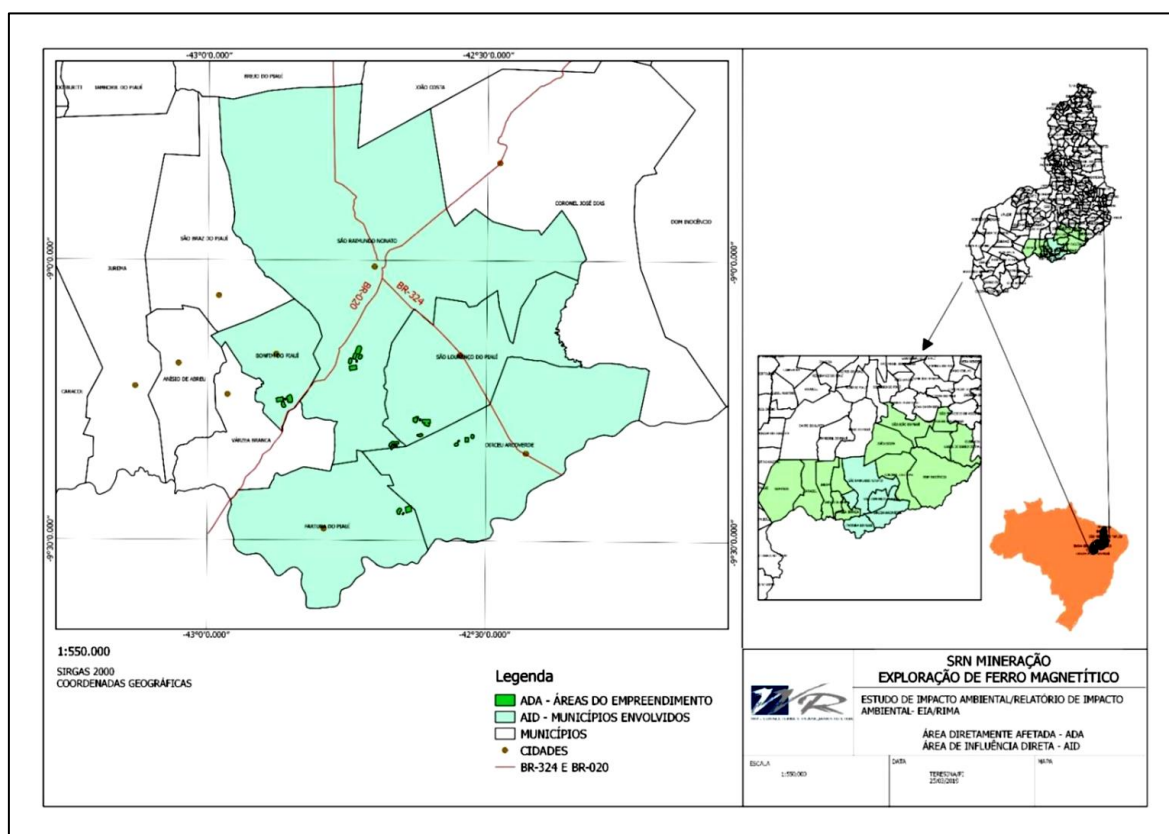
Fonte: SRN MINERAÇÃO. Primeira versão do EIA – RIMA disponibilizado no site da SEMARH (2019a, p. 171; 2019b, p. 84).

A Figura 56 apresenta um mapa constante na primeira versão tanto no EIA quanto no RIMA do projeto de extração de ferro da empresa SRN mineração. Ele espacializa no território de desenvolvimento Serra da Capivara os assentamentos rurais de diferentes tipologias e o Quilombo Lagoas, como é possível ser observado na legenda. O autor desse mapa, no entanto, não realiza uma sobreposição entre a área diretamente afetada pelo empreendimento com a área

dos assentamentos e do território quilombola. Essa omissão não pode ser entendida como um equívoco ou uma falha técnica, na medida em que o texto do EIA/RIMA já havia afirmado a inexistência de assentamentos rurais e quilombos nas áreas onde ocorreria a intervenção de atividade mineradora. Ou seja, nesse caso o mapa omite propositalmente a relação entre ADA e quilombo para endossar uma afirmação falsa, tentando lhe dar um ar de credibilidade por meio da linguagem visual do mapa.

Já o mapa a seguir (Figura 57), faz o inverso ao apresentar a ADA e a AID do projeto SRN. é possível notar que ele não traz os assentamentos rurais nem o território quilombola Lagoas em sua representação.

Figura 57 – Área Diretamente Afetada – ADA e Área de Influência Indireta – AID do Projeto SRN Mineração



Fonte: SRN MINERAÇÃO (2019a, p. 24; p. 45; 2019b, p.27).

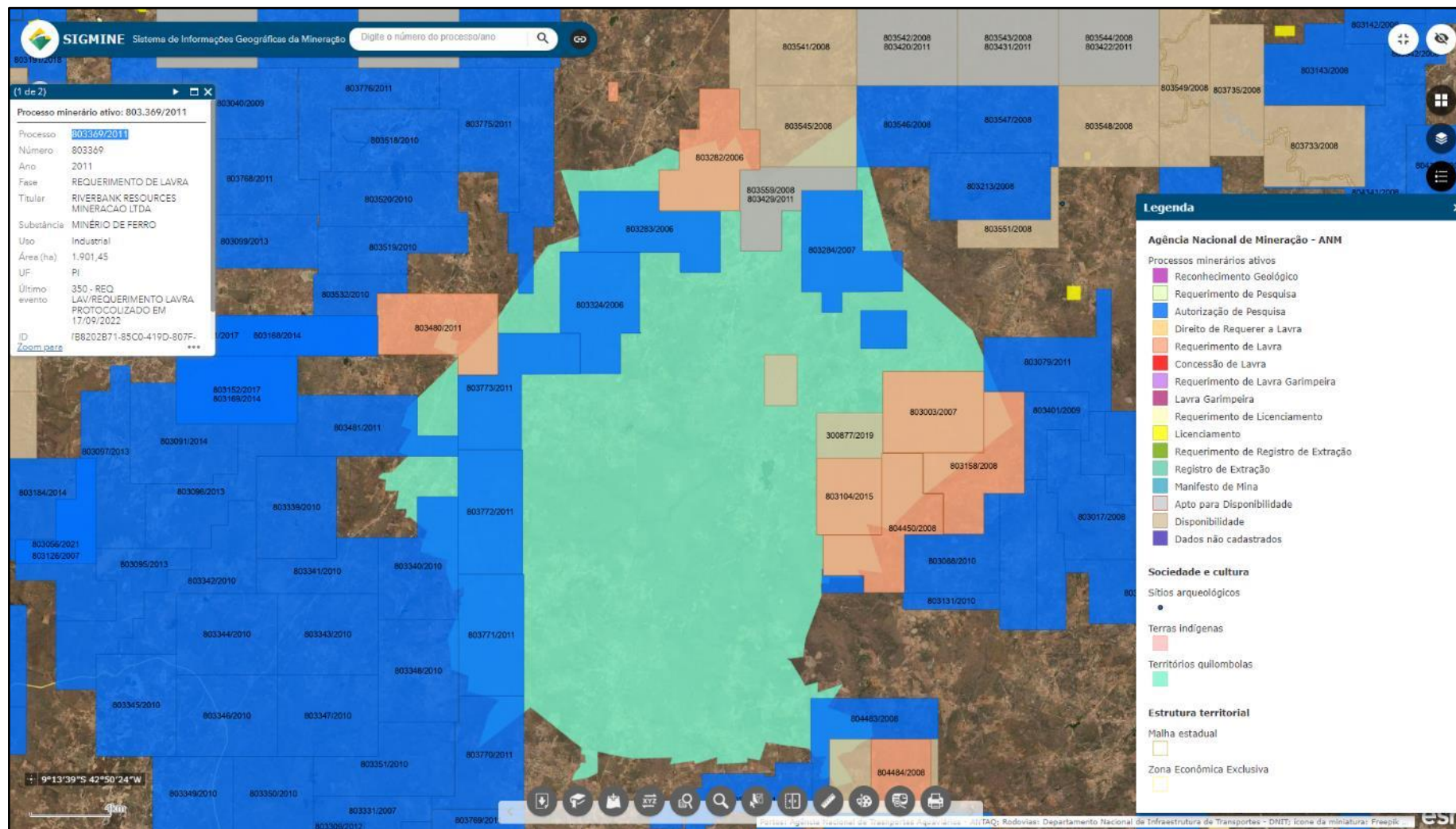
Cabe destacar que seria impossível para a empresa desconhecer que a área que pleiteia para minerar se encontra dentro de um território quilombola. Isso porque, conforme orientações da ANM,

Identificada a área com potencial econômico, o interessado deverá delimitar a área pretendida, com uma única poligonal com vértices definidos por coordenadas

geodésicas, formando com o vértice seguinte um segmento de reta Norte-Sul ou Leste-Oeste verdadeiros, não podendo haver o cruzamento entre os segmentos de reta que formam os lados da poligonal.[...] **Com a poligonal definida, recomenda-se uma consulta ao SIGMINE - Sistema de Informações Geográficas da Mineração, disponível na página da ANM na internet, a fim de obter informações espaciais de possíveis processos minerários incidentes na área de interesse. Para a informação da situação de processos específicos, é disponibilizado, neste sistema, um link que permite ao usuário abrir diretamente a página do Cadastro Mineiro, com informações mais completas (ANM, s.d, n.p).**

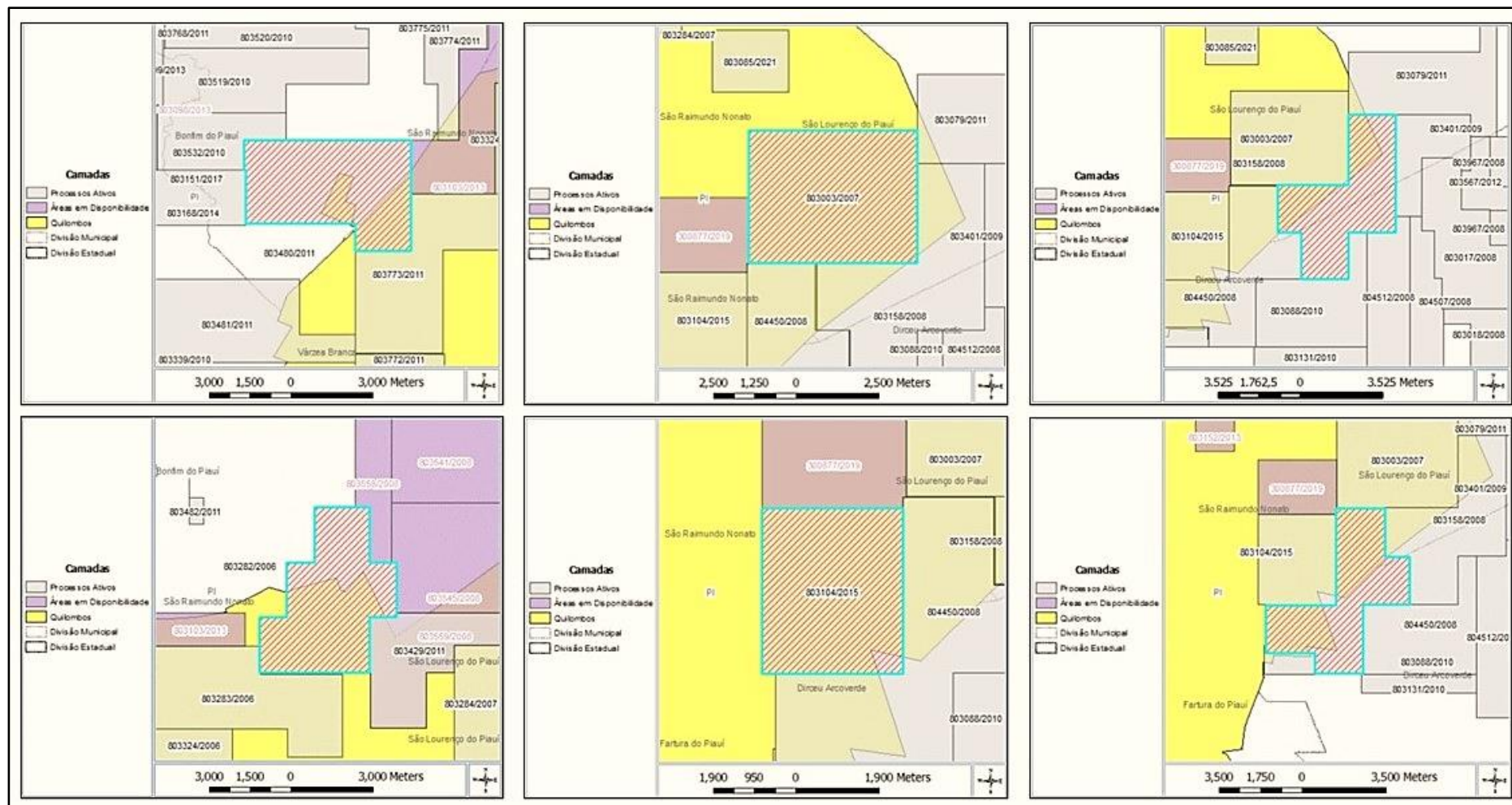
Ou seja, por orientação da própria ANM, verifica-se a área a ser requerida antes mesmo do requerimento de autorização de pesquisa ser protocolado. E, ao consultar o SIGMINE fica evidente que o projeto da SRN mineração se localiza em área com restrição parcial para a mineração, conforme mostrado na figura seguinte (Figura 58).

Figura 58 – Página do SIGMINE/ANM onde é possível constatar a existência prévia do Território Quilombola Lagoas no local requerido pela SRN Mineração



Fonte: Fonte: SIGMINE. Acesso em 16/10/2022.

Figura 59 – Página de consulta das poligonais dos processos no SIGMINE/ANM onde é possível constatar a existência prévia do Território Quilombola Lagoas no local requerido em cada um dos processos da SRN Mineração



Fonte: ANM/Consulta de processos.

Como é possível perceber nas Figuras 58 e 59 a empresa WR Consultoria e Planejamento LTDA teria como saber que o empreendimento para o qual havia sido contratada para elaborar o EIA e o RIMA se encontrava em área de território quilombola. Portanto, quando a empresa afirma no EIA/RIMA que as áreas que sofrerão interferência da atividade de mineração não pertencem a território quilombola e que o que existe é apenas uma área requerida pelo movimento quilombola na área de influência direta (AID) do empreendimento, a empresa age de má fé. As informações que desmentem essas afirmações são públicas e disponibilizadas para os empreendedores no próprio SIGMINE.

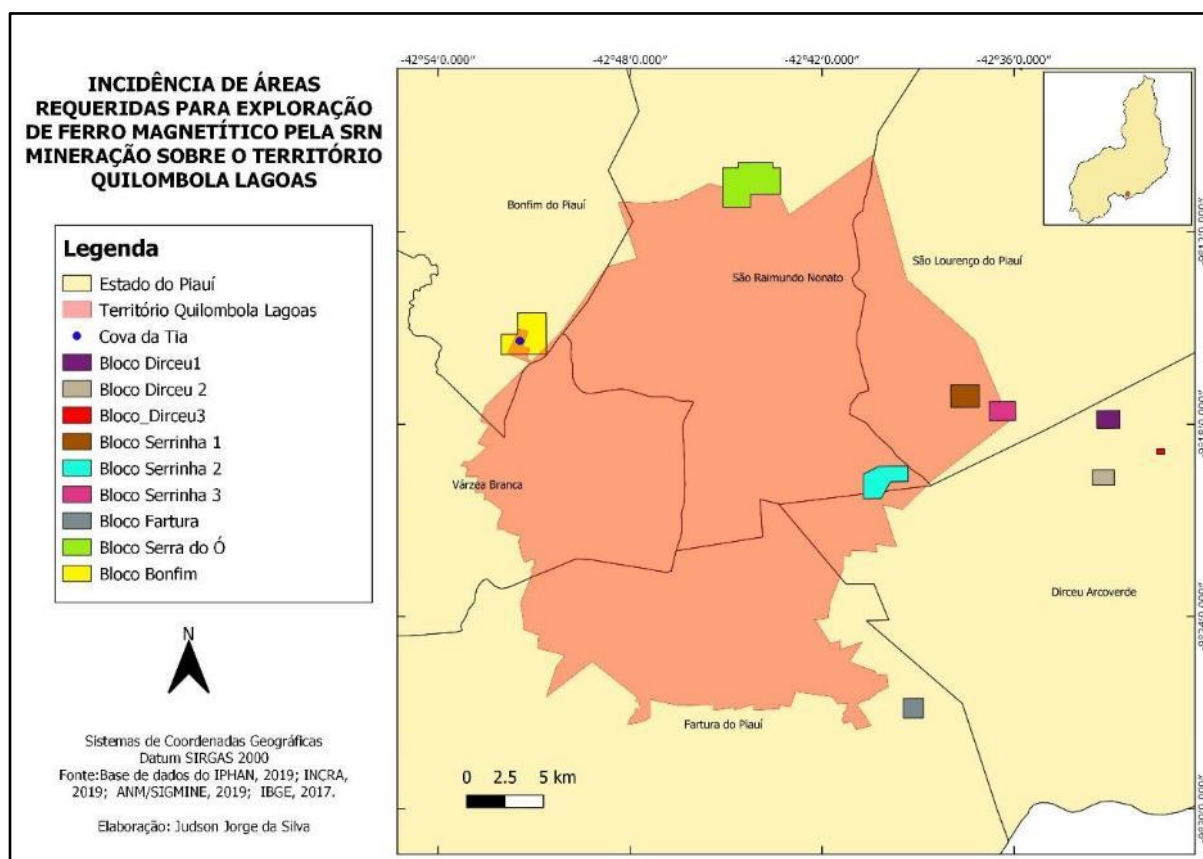
Para além do evidenciado nas figuras acima, convém ainda destacar que um dos sócios da consultoria que produziu o EIA-RIMA para a SRN Mineração, na época, era funcionário do INCRA-PI⁶³. Se isso não se configura como sendo o suficiente para deixá-lo ciente da localização do Território Quilombola Lagoas no estado do Piauí, ele certamente tinha acesso a informações a respeito da condução de processos de instalação de empreendimentos minerários em territórios quilombolas, não sendo possível alegar desconhecimento sobre esse aspecto.

Por fim, a empresa de consultoria tinha ainda a possibilidade de fazer a sobreposição dos shapefiles, demonstrando a localização e a área do projeto da SRN mineração com a base cartográfica do INCRA, do IBAMA, entre outras, de modo a ter informações fidedignas. No entanto, optou por não fazer.

Como a empresa de consultoria não fez essa sobreposição de dados, nós a realizamos e a apresentamos em um mapa (Mapa 18) utilizado para dar publicidade a essas informações, primeiramente para os moradores do Território Quilombola Lagoas, para membros da Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, para membros do MAM-PI, para outras comunidades atingidas e para a sociedade em geral. O mapa foi produzido seis dias antes da audiência pública do projeto SRN Mineração, ocorrida em 09 de dezembro de 2019, no auditório do centro diocesano de São Raimundo Nonato.

⁶³ Informação disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/63329791000118-WR-CONSULTORIA-E-PLANEJAMENTO-LTDA#socios-section>

Mapa 18 – Incidência dos Blocos de Minério Requeridos pela SRN Mineração sobre o Território Quilombola Lagoas.



Fonte: Elaboração própria (2019).

O mapa foi elaborado utilizando dados oficiais da própria empresa SRN Mineração. O shapefile com os blocos de minério, bem como com a área das infraestruturas do projeto foram disponibilizados por outra empresa, a Wlage Arqueologia, contratada pela SRN Mineração para a elaboração do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – PAIPA do Projeto SRN, dentro do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (processo 01402000246/2019-30), em decorrência do licenciamento ambiental do empreendimento, na parte que compete à análise do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Utilizando os dados da própria empresa, foi possível produzir o mapa, demonstrando que 5 blocos que compõem o projeto SRN, sendo estes os blocos Bonfim, Bloco Serra do Ó, Serrinha 1, Serrinha 2 e Serrinha 3, estão inseridos diretamente na área do território quilombola Lagoas, ou seja, existem mais blocos pleiteados pela mineradora dentro do quilombo do que fora dele. O mapa mostra que, na verdade, a maior parte da Área Diretamente Afetada – ADA do projeto SRN Mineração se encontra em área quilombola.

O mapa circulou por *WhatsApp* até ir parar na conta de *Instagram* do Portal SRN Notícias (Figura 60), um veículo de comunicação bastante lido pela população local de São Raimundo Nonato e municípios vizinhos. Conforme é possível observar na chamada “#somoscontra”, o mapa ajudou a suscitar um debate e evidenciar, antes da audiência pública, que havia uma ameaça direta ao território quilombola Lagoas.

Figura 60 – Matéria publicada no Instagram do Portal SRN Notícias, no qual consta o mapa da Incidência dos Blocos de Minério Requeridos pela SRN Mineração sobre o Território Quilombola Lagoas.



Fonte: Portal SRN (08 de dezembro de 2019).

Esse exemplo mostra a contribuição que a cartografia e os mapas na disseminação de informações, assim como pode contribuir com os processos de mobilização das populações atingidas pela mineração, ao apontar como e por quem os territórios são ameaçados.

Nesse mesmo período, professores dos cursos de Antropologia e Arqueologia da UNIVASF publicaram a “*Nota técnica a respeito do Estudo de Impacto Ambiental emitido pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) do Governo do Piauí*”⁶⁴. A nota cumpriu um importante papel ao fomentar o debate crítico sobre a tentativa de licenciamento do projeto da SRN Mineração, apresentando uma série de denúncias, além de dar suporte a Associação Territorial do Quilombo Lagoas, que procurou o Ministério Público Federal – MPF PI, solicitando a suspensão da audiência pública.

Diante da provocação realizada pela Associação Territorial do Quilombo Lagoas, o MPF-PI recomendou o adiamento da audiência. Porém, a SEMARH, que na época tinha como Secretária Sádya Gonçalves de Castro, optou em não acatar a recomendação. Destaca-se que a SEMARH estava descumprindo a legislação ao convocar uma audiência para apresentação de EIA/RIMA com apenas 20 dias de antecedência, quando o correto seria, pelo menos, 45 dias, conforme o estabelecido pela Resolução CONAMA Nº 9, de 03 de dezembro de 1987, que em seu Artigo 2, estabelece: “§ 1º. O Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será no mínimo de 45 dias para solicitação de audiência pública” (Figura 61).

⁶⁴ Essa nota técnica contribui também no embasamento das argumentações do MPF-PI no processo de abertura da ação civil pública que pede a suspensão da Licença Prévia concedida pela SEMARH ao projeto de extração de ferro da SRN Mineração. Nesse processo há também o ajuntamento de um *Relatório Técnico de Vistoria Morro Alto “Análise de trincheira de coleta de amostra subsuperficial para cubagem – SRN Mineração* e dois artigos, produzidos pelo professor da UNIVASF Bernardo Freire.

Figura 61 – Publicização do edital de divulgação da audiência pública do projeto SRN Mineração no site da SEMARH, com apenas 20 dias de antecedência da realização da audiência pública

The screenshot displays the SEMARH website interface. At the top, the URL semar.pi.gov.br/noticia.php is visible in the browser address bar. The website header includes navigation tabs for 'Piauí', 'Governo', 'Serviços', 'Investimentos', and 'Notícias'. Below the header, the 'Piauí GOVERNO DO ESTADO' logo is on the left, and a search bar with the text 'INFORMAÇÕES E SERVIÇOS PARA O CIDADÃO' and a 'BUSCAR' button is in the center. On the right, there are social media icons and a 'SITES DO GOVERNO' dropdown menu.

The main content area is titled 'SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ'. On the left side, there is a sidebar menu with links: 'Página Inicial', 'Institucional', 'Serviços', 'Recursos Hídricos', 'Hidrometeorologia', 'Editais e Audiências', 'Galeria de Fotos', 'Notícias', 'Cartilhas', and 'Fale Conosco'. The 'Editais e Audiências' link is highlighted.

The main content area features a section titled 'EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA' dated '19/11/2019 - 11:39'. It includes social media sharing buttons for Twitter, Google+, and WhatsApp. The text of the notice reads: 'A Secretaria do Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – SEMAR, torna público que, em atendimento a legislação ambiental pertinente, promoverá Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para o licenciamento ambiental do Empreendimento "para exploração mineral de ferro magnetítico, sob a responsabilidade da SRN Holding S.A, em áreas aprovadas pelo DNPM na zona rural dos municípios de São Raimundo Nonato, Dirceu Arcoverde, São Lourenço, Bonfim do Piauí e Fartura do Piauí, no Estado do Piauí.'

Below the main notice, there is a section titled 'Outras Notícias' with a thumbnail image and the text 'SEMAR CONVOCA PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SÃO RAIMUNDO NONATO'. To the right of this section, there is a detailed announcement: 'A Audiência Pública ocorrerá no dia 09/12/2019, a partir das 18:30 hs, Centro Diocesano de Pastoral Dom Inocêncio, situado na Praça Comendador Piauilino, 185-Centro, na cidade de São Raimundo Nonato - Piauí. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA nº 001/86, torna público que se encontra a disposição para consulta, cópia do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do referido empreendimento, em meio digital no sítio eletrônico da SEMAR/PI – www.semar.pi.gov.br e em meio impresso, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Raimundo Nonato, situada à Rua Prof. José Leandro, S/N, Centro, São Raimundo Nonato, e-mail smmasrn@gmail.com.

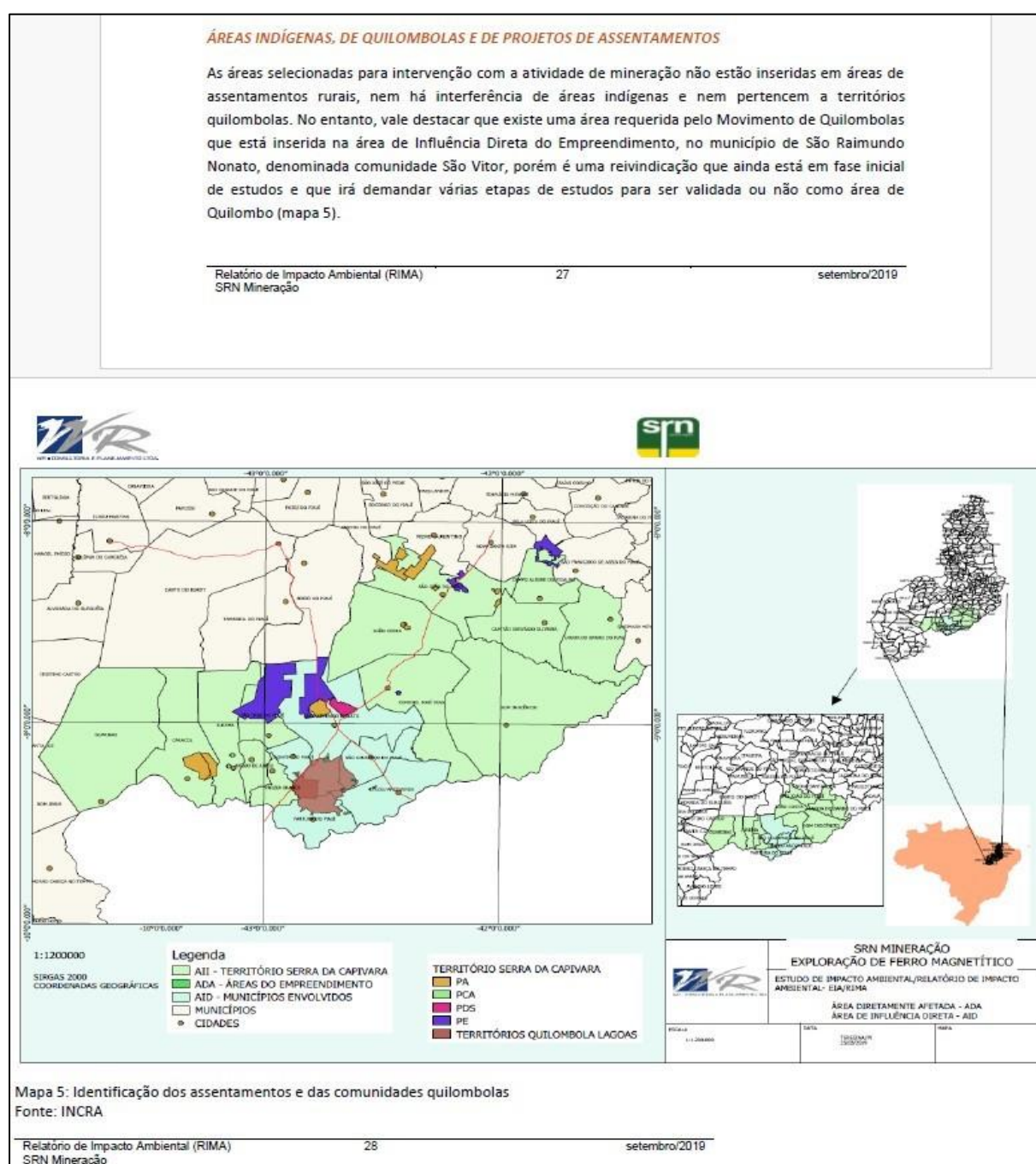
At the bottom of the page, the name 'SÁDIA GONÇALVES DE CASTRO' is listed, followed by her title 'Secretária de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos'. There is also a list of recent news items, including 'EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA', 'COMUNICADO - Manchas de óleo...', and 'Secretária de Meio ambiente...'. A section for 'Últimas Galerias de Fotos' is also visible.

Fonte: SEMARH (2019).

Além da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos não ter acatado a recomendação do MPF-PI para adiar a audiência pública, na véspera do seu acontecimento, diante da repercussão negativa e da pressão social, a SEMARH retirou do site a primeira versão

do RIMA, que continha 209 páginas e se assemelhava bastante ao EIA, e disponibilizou uma segunda versão desse documento. Essa segunda versão continuou negando textualmente a existência de quilombos na área diretamente afetada (ADA) pelo projeto. Porém, apresentou um mapa que a contradiz (Figura 62), quando insiste com a afirmação de apenas existe uma área “requerida pelo Movimento Quilombola que está na área de Influência Direta do Empreendimento” (SRN MINERAÇÃO, 2019c, p.27).

Figura 62 – Contradição na 2ª versão do RIMA do projeto SRN Mineração ao continuar negando que o Quilombo Lagoas esteja na ADA do empreendimento, porém demonstrar o contrário em um mapa



Fonte: SRN MINERAÇÃO (2019c, p. 27-28).

Mantida a audiência pública, a Associação Territorial do Quilombo Lagoas, juntamente com a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato mobilizou moradores locais, bem como de comunidades do seu entorno, que participaram em peso do momento, ocorrido em 09 de dezembro de 2019. Na ocasião, a comunidade se posicionou de forma contundente contra as ameaças do projeto da SRN Mineração, bem como sobre a forma como a SEMARH tem conduzido o processo de licenciamento do empreendimento (Figuras 63, 64 e 65).

Figura 63 – 1ª Audiência Pública do projeto SRN Mineração, dezembro de 2019 (A).



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo na 1ª Audiência Pública do Projeto SRN Mineração, em 09 de dezembro de 2019.

Figura 64 – 1ª Audiência Pública do projeto SRN Mineração, dezembro de 2019 (B).



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo na 1ª Audiência Pública do Projeto SRN Mineração, em 09 de dezembro de 2019.

Figura 65 – 1ª Audiência Pública do projeto SRN Mineração, dezembro de 2019 (C)



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo na 1ª Audiência Pública do Projeto SRN Mineração, em 9 de dezembro de 2019.

As fotos mostram o auditório lotado de pessoas que questionaram os dados apresentados pela empresa do início ao fim da audiência. Como resultado da pressão exercida pelos moradores das comunidades ameaçadas pela mineração durante a audiência, a SRN Mineração corrigiu informações no EIA-RIMA, havendo uma segunda versão de EIA datada de setembro de 2020 e uma terceira versão de RIMA, datado de agosto de 2021, que coincide com o mês em que a SEMARH emitiu a Licença Prévia para o projeto.

Nessas novas versões, a SRN Mineração reconhece a existência do quilombo Lagoas, inclusive representando-o cartograficamente com a sobreposição dos arquivos vetoriais da área do empreendimento.

Conforme a 2ª versão do EIA da SRN Mineração,

A Instrução Normativa nº 01 de 31 de outubro de 2018, tendo como referência a Portaria Interministerial no 60, de 24 de março de 2015, dos ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, que estabelece procedimentos

administrativos e disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA, no Anexo I, define uma distância de até 8 km para fins de análise de possíveis impactos ambientais em áreas de comunidades Quilombolas decorrentes da atividade de mineração. Considerando esse parâmetro, foi realizado levantamento em campo, com utilização de GPS, dos povoados (espaços rurais urbanizados, com presença de alguma infraestrutura urbana e aglomerado de casas), localidades (espaço rural com a presença de casas de moradias sem urbanização) e casas isoladas de moradores, para a verificação das distâncias para as regiões alvo de mineração do SRN Mineração.

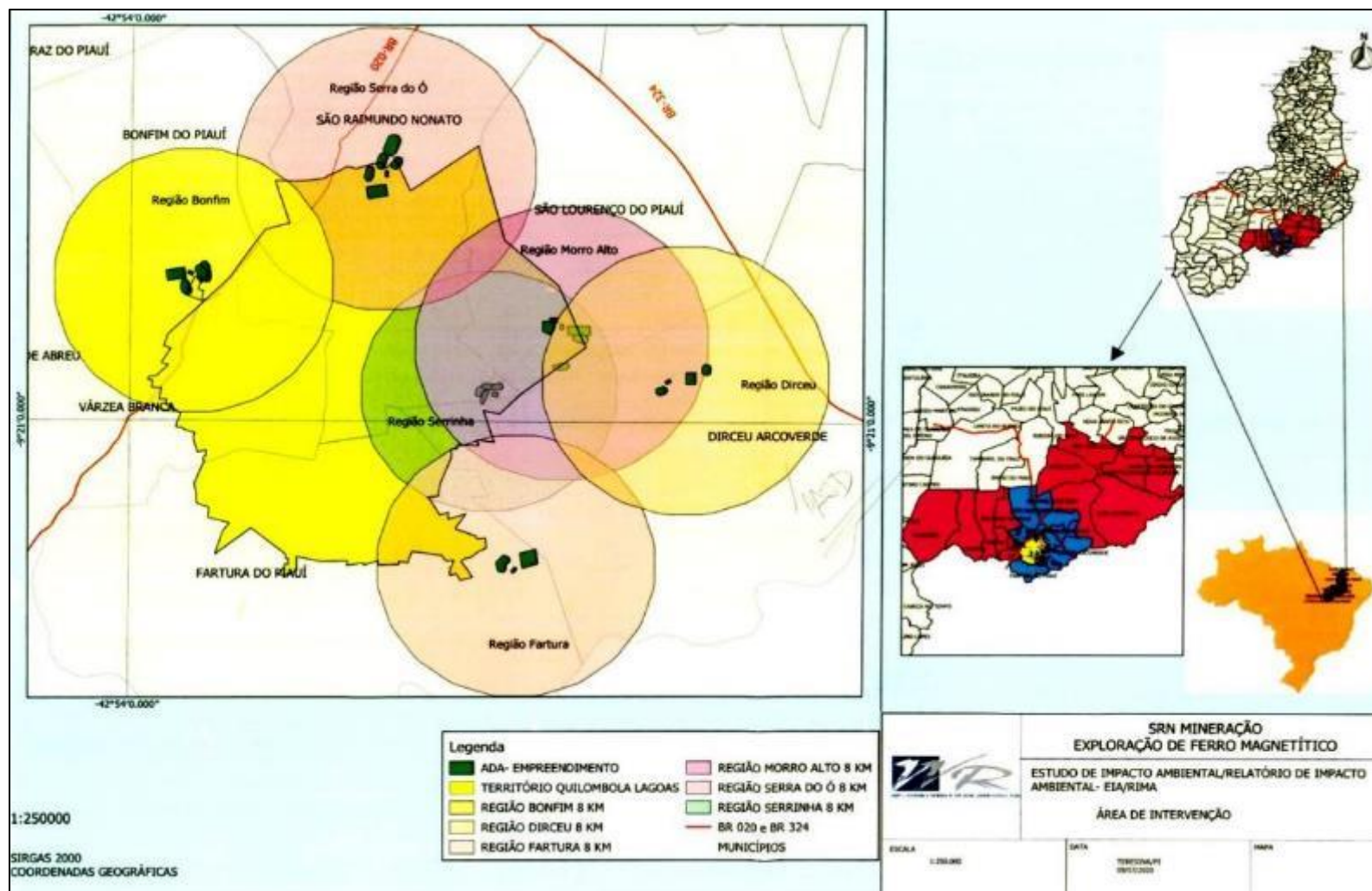
Vale ressaltar que o método adotado para o cálculo das distâncias das localidades tem como base as coordenadas do ponto central de cada região alvo, calculando as distâncias de cada localidade ou casa isolada levantada em relação a cada região alvo mencionada. As localidades e casas isoladas estão identificadas com coordenadas geográficas nas tabelas 30 a 35 [...] (SRN MINERAÇÃO, 2020, p. 230. Grifo nosso).

A citação acima destaca a metodologia adotada no EIA do projeto da SRN Mineração, que estabeleceu um ponto central para cada região alvo a ser explorada e, a partir desse ponto, criou um perímetro de 8 km para o cálculo do impacto ambiental no quilombo Lagoas, apresentado em mapa (Figura 66). Essa definição, no entanto, não é adequada para o projeto da SRN mineração, pois o critério adotado é impreciso e deixa de apresentar áreas de possíveis impactos. Isso porque, na área diretamente afetada pelo projeto (ADA) estão previstos, pelo menos, três estruturas principais do empreendimento, sendo a mina (onde ocorrerá a lavra), a usina (onde ocorrerá o beneficiamento) e o depósito estéril⁶⁵ (material descartado na operação de lavra). Essas três estruturas proporcionam impactos ambientais distintos que precisam ser analisados a partir de suas especificidades, complexidades e correlações.

Por exemplo, o EIA-RIMA aponta que o desmonte da rocha se dará por meio de explosivos. Nesse caso, por questões de segurança, convém que se estabeleça um perímetro de 8 km a partir da borda limite de onde será instalada a mina e ocorrerão explosões. Já na usina estão previstas, entre outras atividades, britagem, moagem e separação magnética do minério. Também nesse caso, o estabelecimento de 8 km a partir da localização da usina torna mais preciso a compreensão dos impactos causados por ruídos, dispersão da poeira, que podem afetar comunidades, atividades produtivas como a apicultura, entre outros. Por fim, em relação aos depósitos de rejeito, por questões de segurança, convém estabelecer uma marcação a partir da borda dos depósitos, onde se estabeleçam 8 km para que se possa analisar os impactos que essas pilhas de estéréis podem causar, como assoreamento de córregos, riachos, açudes e barreiros, sendo estes corpos de águas de extrema importância para as diversas comunidades do Quilombo Lagoas.

⁶⁵Segundo a ANM “o estéril consiste no material descartado diretamente na operação de lavra, sem ser processado na usina de beneficiamento. Já o rejeito corresponde à porção associada ao minério descartada durante e/ou após o processo de beneficiamento” (ANM, 2020, p.4).

Figura 66 – Área de 8 km definida pela WR Consultoria a partir de ponto central de cada região alvo



Fonte: SRN Mineração (setembro de 2020).

Apesar da limitação do estabelecimento do perímetro de 8km, o mapa produzido pela WR Consultoria (Figura 66), conserta informações constantes nas versões anteriores do EIA-RIMA do projeto SRN Mineração. Antes a alegação era a de que apenas “havia na área de influência direta uma área requerida pelo movimento quilombola”. O mapa disponibilizado na 2ª versão do EIA mostra que, na verdade, existe nessa área um quilombo com RTID, ao contrário do que eles haviam tentado fazer parecer. Mostra ainda que o Quilombo Lagoas não está apenas na área de influência direta (AID) e a uma distância de 8 km do ponto central dos alvos que se planeja explorar. Na verdade, o Quilombo Lagoas está na área diretamente afetada (ADA) do projeto da SRN Mineração e diversas comunidades estão no raio de 8 km de distância.

A pressão fez com que a SRN Mineração reconhecesse a existência do Quilombo Lagoas. No entanto, a empresa continua a usar estratégia de omissão de detalhes essenciais em um EIA-RIMA. Por exemplo, ao fazer esses mapas eles evitaram representar todas as casas e comunidades nas proximidades do projeto, dando a impressão de “espaço vazio” ou pouco habitado nas proximidades da ADA e da AID.

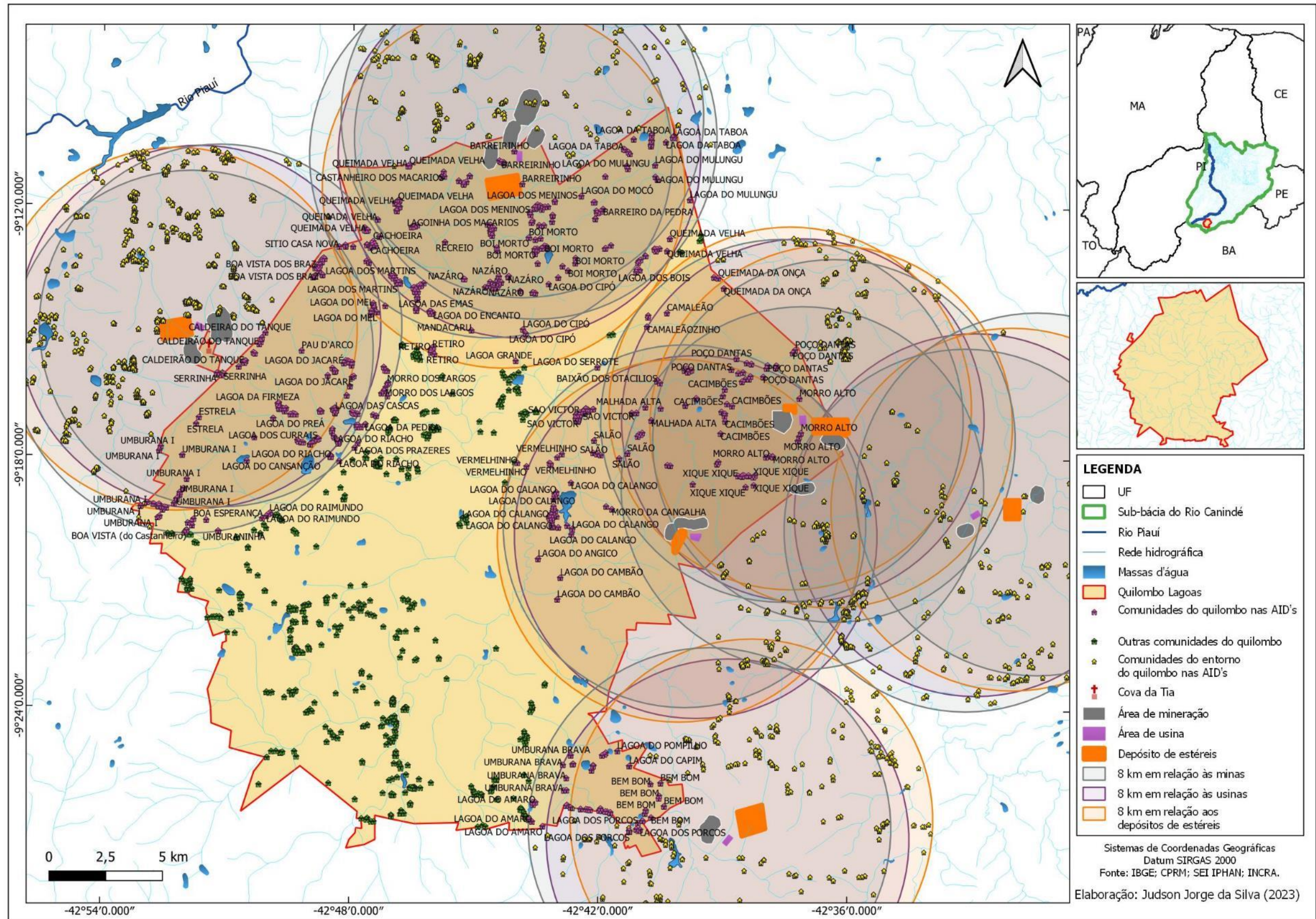
Por essa razão, usando dados do cadastro nacional de endereços para fins estatísticos, espacializamos no Mapa 19 todos os endereços rurais disponibilizados pelo IBGE a partir do censo agropecuário ocorrido em 2017. Com isso, foi possível demonstrar visualmente por meio do mapa as comunidades do quilombo Lagoas, além daquelas localizadas no seu torno.

Para isso, estabelecemos um raio de 8 km com centroides específicos para as áreas de minas, usinas e depósitos de estéreis. O perímetro de 8 km trata-se da área necessária para análise de impactos ambientais relacionados à atividade de mineração em territórios quilombolas fora da região Amazônica, conforme estabelecido pela portaria interministerial 60, de 24 de março de 2015. Além de ser uma distância exigida também na Instrução Normativa 07 de 4 de março de 2021 da SEMARH – PI.

Ao estabelecermos um centroide para cada parte do projeto, ao invés de apenas um no centro da região alvo, observamos que a área que precisa ser analisada no EIA-RIMA é superior à que atualmente vem sendo utilizada como recorte de análise dos impactos ambientais.

Conforme é possível observar comparando a Figura 66, o Mapa 19 e a Figura 67, é necessária também uma reavaliação dos pontos marcados com GPS pela empresa de consultoria que realizou o EIA-RIMA. O registro de “povoados”, “localidades” e “casas isoladas”, ficaram muito aquém do que os dados do Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos disponibilizados pelo IBGE.

Mapa 19 – Área de 8 km de distância em relação a projetos de mineração definida a partir de centroides nas estruturas do projeto – Mina, Usina e Depósito de Estéril



Fonte: Elaboração própria (2023).

O Mapa 19 apresenta a interseção de diversas informações sobre as comunidades do território quilombola Lagoas e seu entorno, sobrepondo sobre as mesmas à área pleiteada pelo projeto de extração de ferro magnetítico da SRN Mineração. Além das comunidades, é possível visualizar nas Áreas de Influência Direta (AID) as diversas lagoas existentes no quilombo, bem como a rede hidrográfica local, que alimenta essas lagoas durante o período de chuvas. O mapa também destaca a ameaça de cercamento à Cova da Tia, um patrimônio material e imaterial não apenas dos moradores do quilombo Lagoas e das comunidades vizinhas, mas de toda a região. Nele, destacamos as comunidades do quilombo que se encontram na AID do projeto, segundo dados do CNEFE. Existem aproximadamente 71 comunidades do quilombo Lagoas na AID, conforme apontado no Mapa 21 e no Quadro 13.

Quadro 13 – Comunidades do território quilombola Lagoas na AID do projeto SRN Mineração

Nº	Comunidades na AID do Projeto SRN
1	Baixão da Secção
2	Baixão dos Otacílios
3	Barreirinho
4	Barreiro da Pedra
5	Bem Bom
6	Boa Esperança
7	Boa Vista (do Castanheiro)
8	Boa Vista dos Braz
9	Boi Morto
10	Cacimbões
11	Cachoeira
12	Caldeirão do Tanque
13	Camaleão
14	Camaleãozinho
15	Campo Formoso
16	Castanheiro dos Macários
17	Estrela
18	Lagoa da Firmeza
19	Lagoa da Gameleira
20	Lagoa da Pedra
21	Lagoa da Taboa
22	Lagoa das Cascas
23	Lagoa das Emas
24	Lagoa do Amaro
25	Lagoa do Angico
26	Lagoa do Calango
27	Lagoa do Cambão
28	Lagoa do Cansanção

29	Lagoa do Capim
30	Lagoa do Cipó
31	Lagoa do Encanto
32	Lagoa do Jacaré
33	Lagoa do Mel
34	Lagoa do Mulungu
35	Lagoa do Pompilho
36	Lagoa do Preá
37	Lagoa do Raimundo
38	Lagoa do Riacho
39	Lagoa do Serrote
40	Lagoa dos Bois
41	Lagoa dos Canutos
42	Lagoa dos Currais
43	Lagoa dos Martins
44	Lagoa dos Meninos
45	Lagoa dos Mocos
46	Lagoa dos Porcos
47	Lagoa dos Prazeres
48	Lagoa Grande
49	Lagoinha dos Macários
50	Malhada Alta
51	Mandacaru
52	Morro Alto
53	Morro da Cangalha
54	Morro dos Largos
55	Nazáro
56	Pau D'arco
57	Poço Dantas
58	Queimada da Onça
59	Queimada Velha
60	Recreio
61	Retiro
62	Salão
63	São Victor
64	Serrinha
65	Sítio Boa Sorte
66	Sítio Casa Nova
67	Umburana
68	Umburana Brava
69	Umburaninha
70	Vermelhinho
71	Xique Xique

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do IBGE (2017)

O mapa 19 contesta ainda outras afirmações da SRN Mineração, em especial à questão da localização/distância de algumas comunidades em relação às áreas do projeto. É o caso da chamada “gleba Serra do Ó” e dos moradores do Morro do Alfredo. A Figura 67, extraída do EIA, mostra as localidades no entorno da região alvo Serra do Ó.

Figura 67 – Distância das localidades em relação a região alvo da mineração Serra do Ó




Tabela 32: Localidades do entorno da região alvo da Mineração Serra do Ó, considerando o raio de 8 km

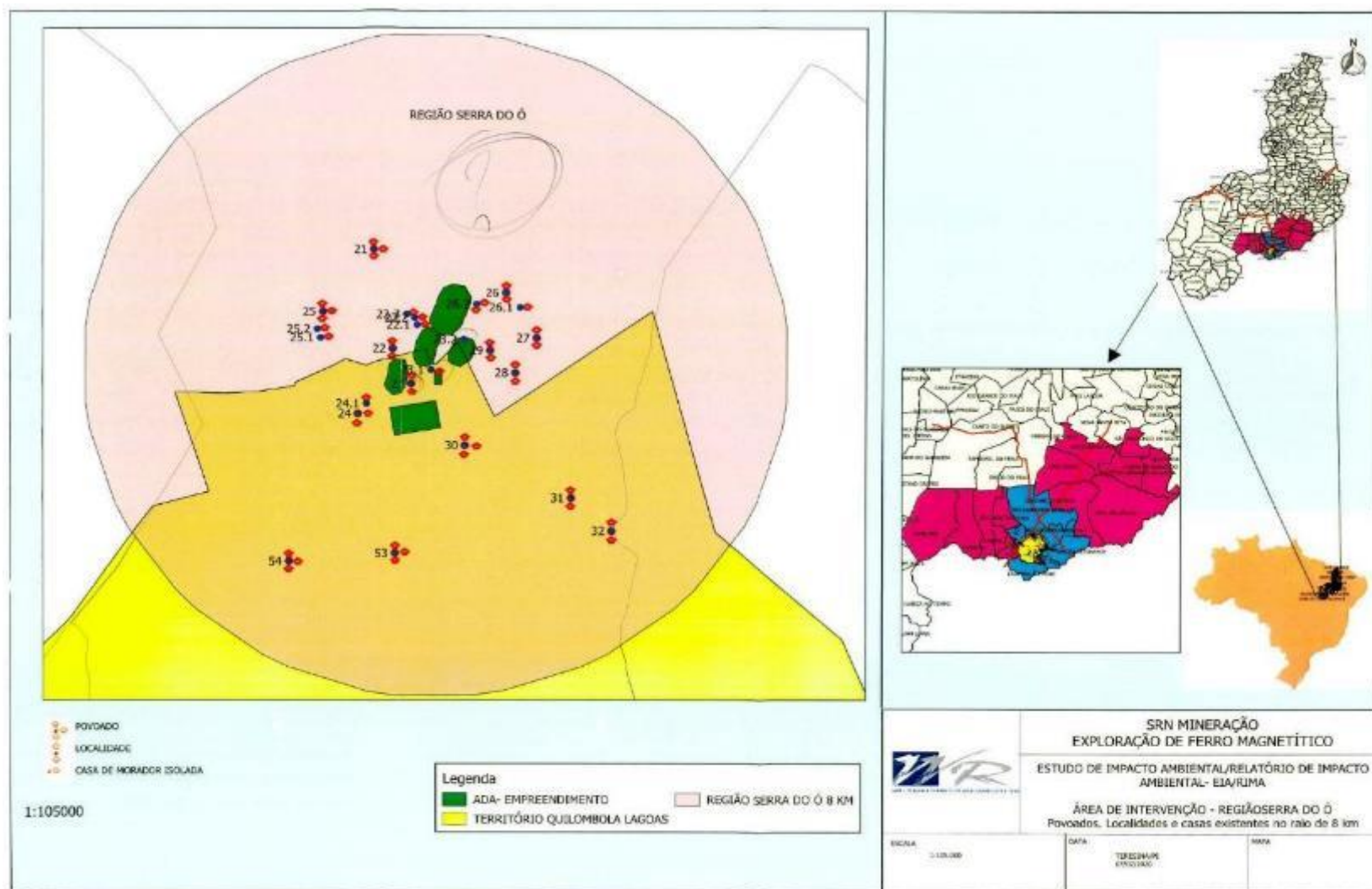
LOCALIDADE	MUNICÍPIO	COORDENADAS	DISTÂNCIA_ÁREA 01 (m)
GLEBA 02 – Serra do Ó/Morro do Alfredo	São Raimundo Nonato		
21. Currais_povoado	São Raimundo Nonato	747.114,62/8.988.585,18	3.558,00
22. Cabaças_localidade	São Raimundo Nonato	747.695,97/8.985.369,79	1.046,00
22.1. Casa de morador	São Raimundo Nonato	748.443,50/8.986.140,46	779,00
22.2. Casa de moradores	São Raimundo Nonato	748.371,45/8.986.363,86	1.013,00
22.3. Casa de moradores	São Raimundo Nonato	748.129,82/8.986.479,60	1.223,00
23. Barreirim/Morro do Ó_Localidade	São Raimundo Nonato	748.267,14/8.984.229,23	1.282,00
23.1 - Casa de morador	São Raimundo Nonato	748.869,21/8.984.682,82	749,00
23.2 - Casa de morador	São Raimundo Nonato	749.869,95/8.985.664,74	1.155,00
24. Castanheiras dos Macários_localidade	São Raimundo Nonato	746.637,80/8.983.253,79	3.020,00
24.1 - Casa de morador	São Raimundo Nonato	746.891,90/8.983.581,39	2.608,00
25. Zé Paz_povoado	São Raimundo Nonato	745.551,00/8.986.566,00	3.390,00
25.1 - Casa de moradores	São Raimundo Nonato	745.485,32/8.985.721,11	3.270,00
25.2 - Casa de moradores	São Raimundo Nonato	745.383,00/8.986.000,00	3.408,00
26. Areinha_localidade	São Raimundo Nonato	751.142,00/8.987.179,00	2.976,00
26.1 - Casa de morador	São Raimundo Nonato	751.565,45/8.986.703,61	3.102,00
26.2. Casa de moradores	São Raimundo Nonato	750.260,37/8.986.814,00	2.061,00
27. Taboa_localidade	São Raimundo Nonato	752.071,69/8.985.714,82	3.343,00
28. Lagoa do Mocó_localidade	São Raimundo Nonato	751.425,90/8.984.565,84	2.812,00
29. Morro do Alfredo_localidade	São Raimundo Nonato	750.664,00/8.985.311,00	1.926,00
30. Lagoa dos Meninos_povoado	São Raimundo Nonato	749.908,30/8.982.226,19	3.401,00
31. Boi Morto_localidade	São Raimundo Nonato	753.127,18/8.980.514,70	6.581,00
32. Lagoa do Boi_localidade	São Raimundo Nonato	754.369,70/8.979.445,05	8.209,00
53. Lagoa do Nazário_povoado	São Raimundo Nonato	747.772,00/8.978.736,15	6.754,00
54. Ema_povoado	São Raimundo Nonato	744.524,00/8.978.483,42	8.118,00

Fonte: WR Consultoria, Pesquisa de Campo Junho/2020.

Fonte: SRN MINERAÇÃO (2020).

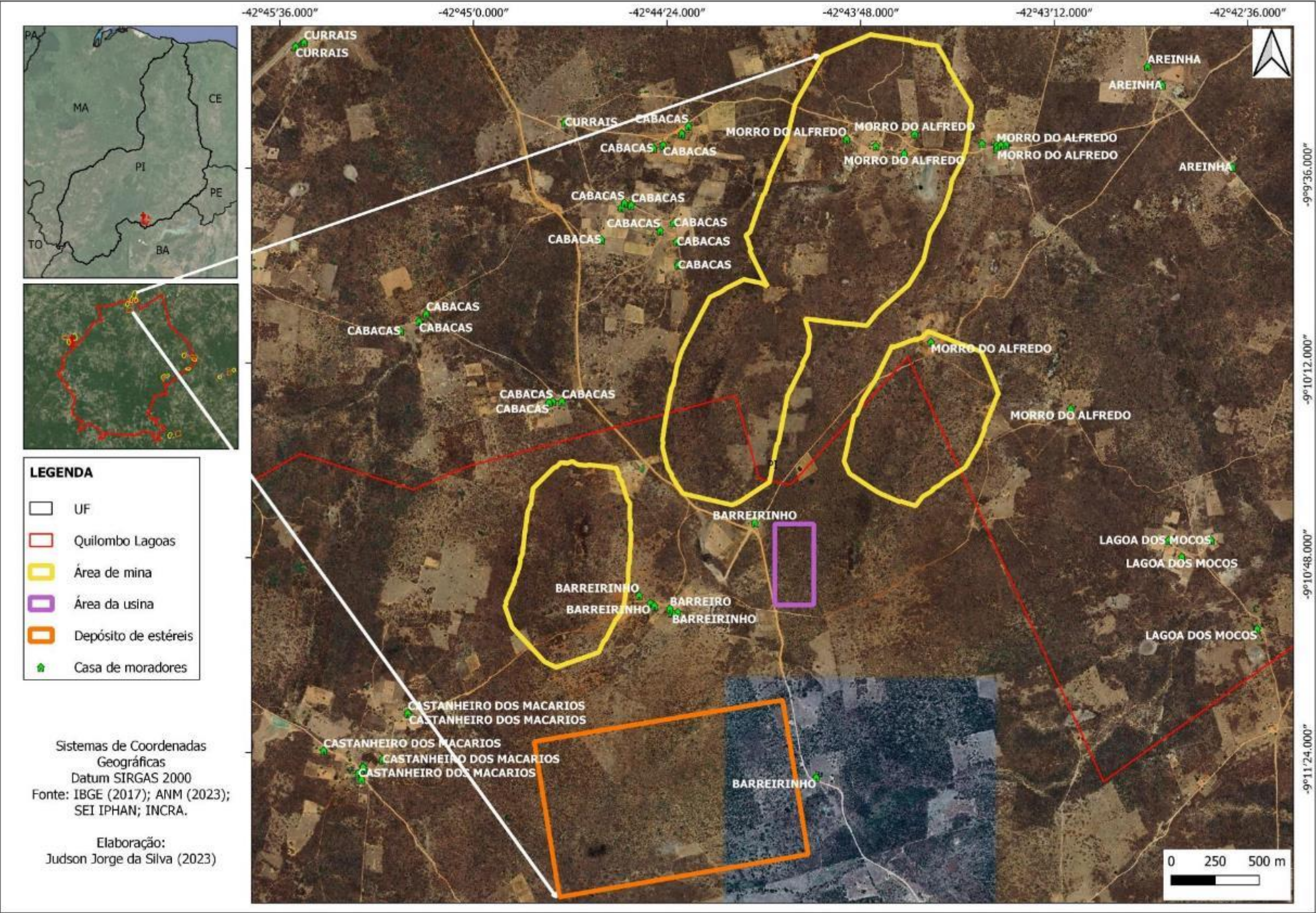
Segundo o quadro que consta na 2ª versão do EIA, a comunidade Morro do Alfredo está localizada a uma distância de 1.926m do centroide da gleba Serra do Ó. Ao apresentar essa parte do projeto em um mapa, a SRN Mineração não registrou presença de comunidades na área diretamente afetada (ADA), apenas em seu entorno, que compõem a AID, conforme Figura 68.

Figura 68 – Mapa da SRN Mineração apresentando a Região Alvo Serra do Ó



Fonte: SRN MINERAÇÃO (2020).

Mapa 20 – Comunidade Morro do Alfredo em Área Diretamente Afetada pela presença de uma mina, Região Alvo Serra do Ó



Fonte: Elaboração própria (2023).

Contradizendo a última versão do EIA da SRN Mineração, tanto as informações contidas no quadro (figura 67) quanto no mapa que representa as informações do referido quadro, o Mapa 20 mostra que, segundo o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE, pelo menos 5 casas se encontram na área onde a empresa pretende instalar uma mina de cava a céu aberto.

Já no caso das comunidades da região alvo Bonfim, segundo tabela constante no EIA de setembro de 2020, todas as comunidades estão fora da área diretamente afetada (ADA) pelo projeto. Conforme demonstrado na Figura 69, a Cova da Tia e a comunidade Espírito Santo estariam, respectivamente, a distâncias de 897 m e 887 m.

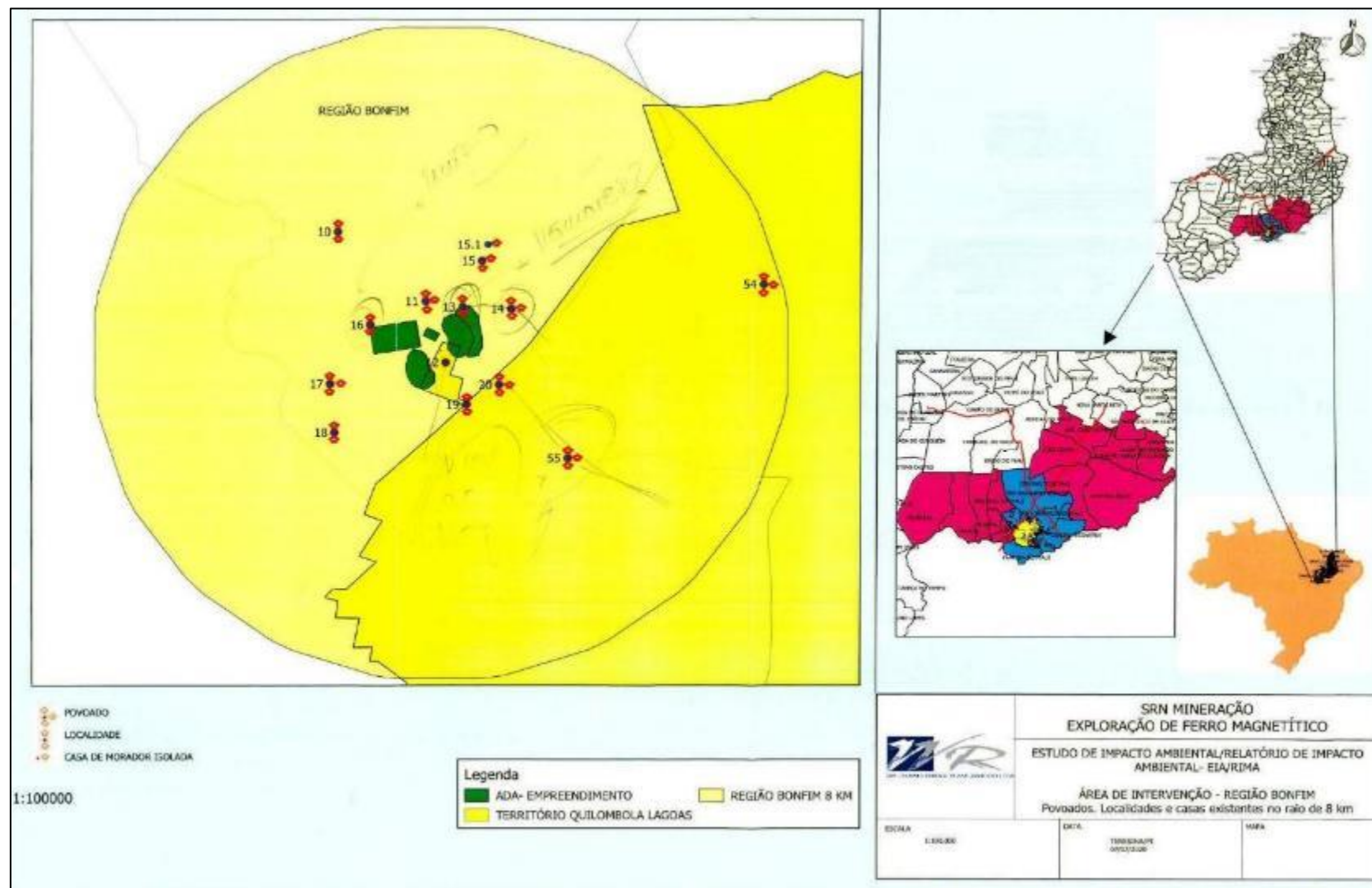
Figura 69 – Distância das localidades do entorno da região alvo da mineração Bonfim

Localidade	Município	Coordenadas	Distância (m)
Região Alvo Bonfim	Bonfim do Piauí	734.884,60/8.975.805,44	
10. Sabiá (localidade)	Bonfim do Piauí	732.253,00/8.980.097,00	4.723,00
11. M. do Alto Alegre/Lagoinha do Zé Barros (povoado)	Bonfim do Piauí	734.803,00/8.977.960,00	1.407,00
12. Cova da Tia	Bonfim do Piauí	735.385,60/8.976.080,95	897,00
13. Espírito Santo_localidade	Bonfim do Piauí	735.877,80/8.977.782,14	887,00
14. Baixão Fundo (povoado)	Bonfim do Piauí	737.268,26/8.977.729,77	1.739,00
15. André (localidade)	Bonfim do Piauí	736.427,00/8.979.205,00	2.400,00
15.1. Casa de morador	Bonfim do Piauí	736.600,00/8.979.704,00	2.928,00
16. Moreno (localidade)	Bonfim do Piauí	733.215,66/8.977.235,00	2.542,00
17. José Luis (povoado)	Várzea Branca	732.042,00/8.975.423,00	3.981,00
18. Cristalina/Vila (localidade)	Nova Várzea Branca	732.178,00/8.973.928,00	4.640,00
19. Serrinha (localidade)	Bonfim do Piauí	735.988,00/8.974.794,00	2.127,00
20. Caldeirão do Tanque (povoado)	Bonfim do Piauí	736.925,51/8.975.396,69	1.922,00
54. Ema_povoado	São Raimundo Nonato	744.524,00/8.978.483,42	4.930,00
Estudo de Impacto Ambiental (EIA) SRN Mineração S/A			
230		setembro / 2020	

Fonte: SRN MINERAÇÃO (2020).

No entanto, embora apresente estas distâncias na tabela, a própria empresa entra em contradição ao apresentar um mapa mostrando que a comunidade Espírito Santo se encontra, na verdade, em local no qual a SRN Mineração pretende implantar uma das duas minas na “região alvo Bonfim” (Figura 70).

Figura 70 – Mapa da SRN Mineração apresentando a Região Alvo Bonfim e a área de 8 km



Fonte: SRN MINERAÇÃO (2020).

Comparando o mapa da SRN Mineração (Figura 70), com o Mapa 19, é possível notar que, em sua representação cartográfica o EIA apresenta menos casas de moradores do que o que consta no CNEFE do IBGE. No entanto, o mais grave é que nenhuma das duas versões dos EIA', tampouco nenhuma das três versões dos RIMA's do projeto SRN Mineração mencionou que a comunidade Espírito Santo se localiza em área onde se planeja realizar a instalação de mina para lavra a céu aberto.

Além de não fazer menção a esse conflito, na última rodada de audiências públicas sobre o projeto, ocorridas entre os dias 16 e 18 de maio de 2023 nos municípios de São Raimundo Nonato, Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde e Fartura do Piauí, a empresa negou que será necessário a remoção de superficiários.

Segundo o Relatório de Audiências Públicas–RAP,

A empresa demonstrou que não existe qualquer previsão no estudo de impacto ambiental - EIA, nem mesmo em razão de impactos indiretos, para a remoção de famílias das áreas onde vivem—ninguém será removido do seu lar. Nas áreas diretamente afetadas (ADA) não existe qualquer pessoa residente e a empresa já possui as devidas autorizações dos proprietários das áreas a serem mineradas, que inclusive estão de pleno acordo com o empreendimento (serão remunerados através dos devidos royalties de exploração mineral de suas áreas). (SRN MINERAÇÃO, 2023, p.31. Grifo nosso).

Embora tenham afirmado que “não existe qualquer previsão no estudo de impacto ambiental - EIA, nem mesmo em razão de impactos indiretos, para a remoção de famílias das áreas onde vivem”, os Mapas 20, 21 e a Figura 70, mostram outra realidade. Apesar disso, no mesmo RAP, a representante da consultoria ambiental contratada pela SRN Mineração para conduzir as audiências públicas, afirmou, contundentemente, que **“não, de forma nenhuma. Taxativamente não. Zero! Não haverá remoção de famílias. A ADA, não precisa deslocar ninguém da sua casa. Não haverá deslocamento de pessoas”** (SRN MINERAÇÃO, 2023, p. 150. Grifo nosso).

O Mapa 21, feito com o shapefiles do próprio projeto da SRN Mineração, demonstra que aquilo que a empresa disse nas audiências públicas e escreveu no seu relatório (RAP), difere daquilo que ela própria apresenta em seu Estudo de Impacto Ambiental.

Outras representações cartográficas sobre o projeto da SRN Mineração na área do Quilombo Lagoas e entorno, para além das contidas no EIA-RIMA da empresa, também são preocupantes. Sobretudo porque se referem ao balizamento para a elaboração do Estudo de Componente Quilombola (ECQ) e o Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) do Quilombo Lagoas frente ao licenciamento ambiental em decorrência do projeto de extração de ferro magnetítico da SRN Mineração.

Um exemplo disso é o que consta na Nota Técnica nº 1838/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA, emitida pelo INCRA como resposta ao contato da SEMARH – PI, ocorrido em janeiro de 2021 por meio do Ofício GAB. Nº 072/2021.

Segundo a nota técnica, o projeto da SRN Mineração visa extrair minério de sete glebas, entretanto, a nota técnica apresenta um quadro no qual constam 8 regiões, cada uma delas com um processo minerário específico (Quadro 14).

Quadro 14 – Quadro com as regiões alvos do projeto SRN Mineração

Nº processo ANM	Nome Região	Fase
803.480/2011	Bonfim	Alvará de pesquisa aprovado
803.282/2006	Serra do Ó	Alvará de pesquisa aprovado
803.104/2015	Serrinha	Alvará de pesquisa aprovado
804.450/2008	Serrinha 2	Alvará de pesquisa aprovado
803.158/2008	Morro Alto 1	Alvará de pesquisa aprovado
803.003/2007	Morro Alto 2	Alvará de pesquisa aprovado
803.967/2008	Dirceu	Alvará de pesquisa aprovado
804.484/2008	Fartura	Alvará de pesquisa aprovado

Fonte: Nota Técnica nº 1838/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA

Na sequência, a nota técnica afirma que,

O Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) elaborado pela empresa WR Consultoria e Planejamento Ltda. identificou o território quilombola de Lagoas, cujo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi publicado em dezembro/2010 e janeiro/2011, com uma área identificada de 62.365,8449ha.

Ao realizar a sobreposição das áreas de mineração com o território quilombola, apenas as glebas Serrinha, Morro Alto 1 e 2 e Serra do Ó estão dentro do perímetro do território de Lagoas. As demais estão em seu entorno, porém dentro da Área de Influência Direta (AID) estabelecida pela Portaria Interministerial nº 60/15, que para empreendimentos pontuais é de 8km, conforme mapas abaixo: (INCRA, 2021, p. 2. Grifo nosso).

Segundo a citação extraída da nota técnica, ao realizar a sobreposição das áreas de mineração com o território do Quilombo Lagoas, somente as glebas Serrinha, Morro Alto 1 e 2

e Serra do Ó estão dentro do perímetro do território do Quilombo Lagoas (ADA). As outras estariam no entorno, na área de influência direta (AID). A nota técnica aponta também uma sequência de mapas, dos quais evidenciamos dois. O primeiro deles, intitulado “extração e beneficiamento de minério de ferro magnético”, apresenta o mapa do quilombo Lagoas e das áreas que seriam seis glebas requeridas pela SRN Mineração. (Figura 71).

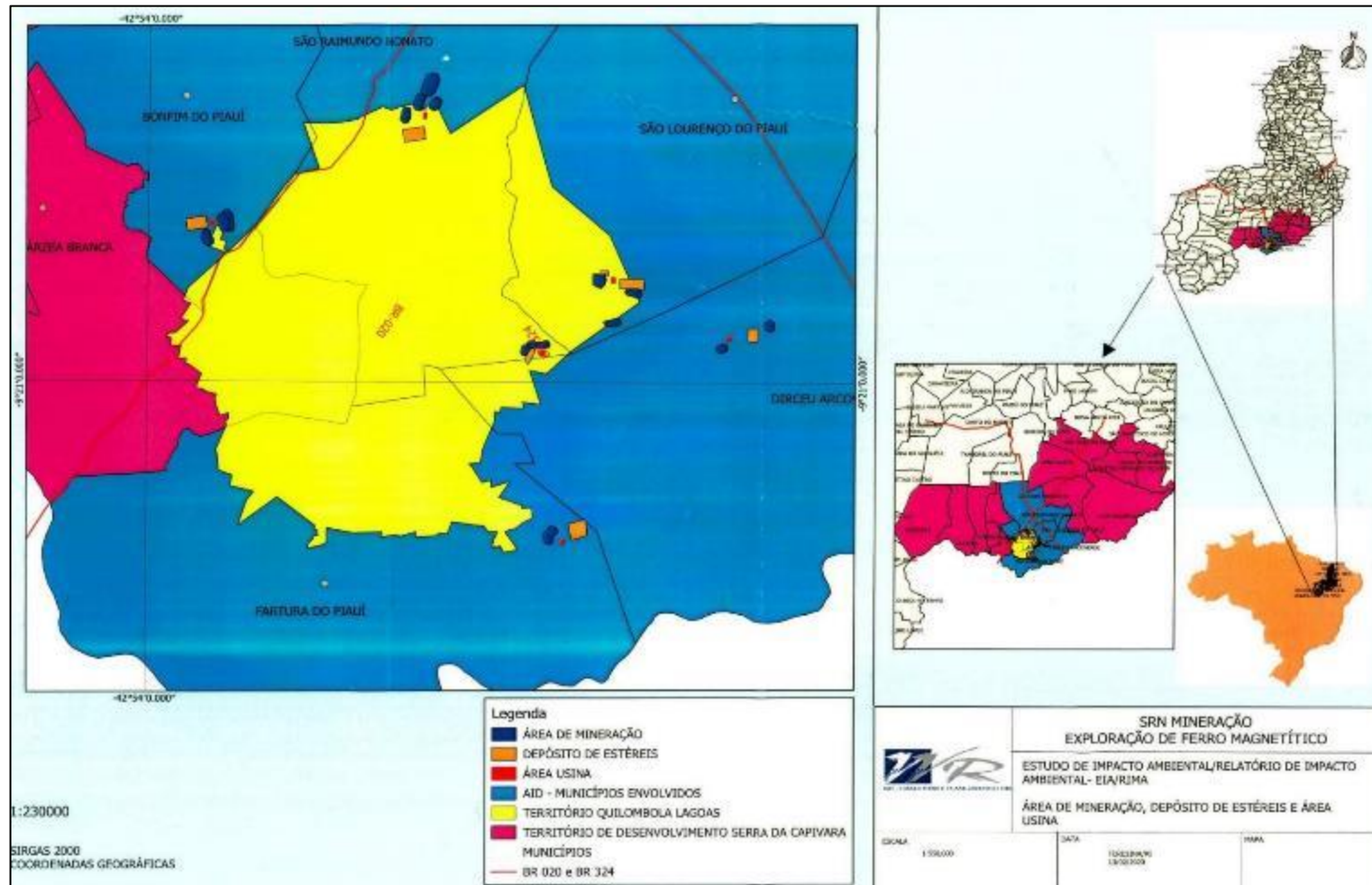
Figura 71 – Localização das Glebas requeridas pela SRN Mineração, conforme nota técnica emitida pelo INCRA.



Fonte: Nota Técnica nº 1838/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA

O mapa na nota técnica do INCRA contém um erro, pois representa apenas as áreas de beneficiamento do projeto da SRN Mineração, não as glebas. Ele dá a impressão errada de que o bloco Bonfim não incide sobre o território do quilombo Lagoas, quando na verdade incide e cercará o espaço sagrado Cova da Tia. O mapa não inclui as áreas de extração e depósitos de estereis, diferentemente do mapa que consta na segunda versão do EIA do projeto, elaborado pela WR Consultoria, conforme mostrado na Figura 72.

Figura 72 – Área de Mineração, depósito de estéréis e áreas de usinas do projeto de extração e beneficiamento de ferro magnetítico da SRN Mineração

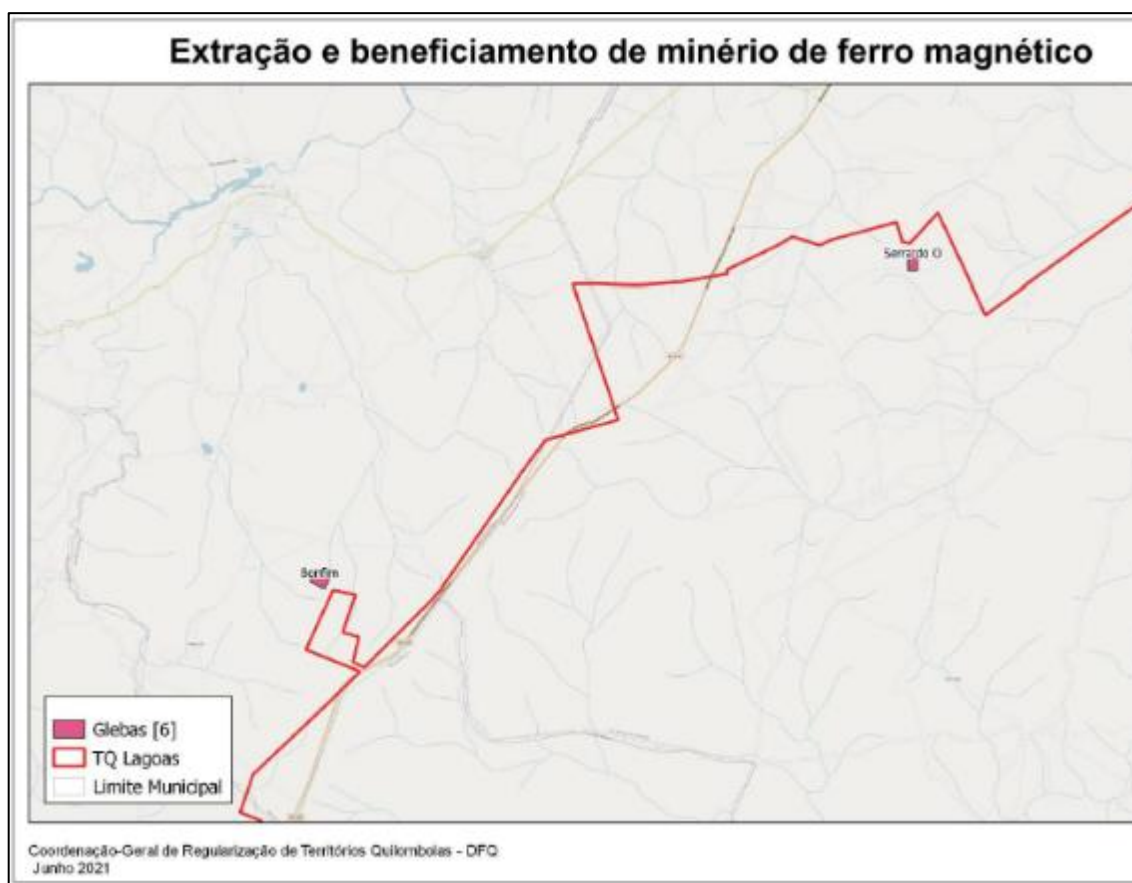


Fonte: SRN Mineração (2020).

Conforme a legenda do mapa (Figura 72), as áreas de mineração estão representadas em azul marinho, as áreas de depósito de estéréis estão representadas pela cor laranja e as áreas de usina pela cor vermelha. Olhando atentamente, é possível notar que são as áreas referentes às usinas representadas no mapa do EIA-RIMA, que aparecem no mapa da nota técnica do INCRA como sendo a totalidade das “glebas”.

O segundo mapa extraído da Nota Técnica nº 1838/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA (Figura 73), apresenta informações que corroboram com essa distorção, ao negar que parte do bloco Bonfim se encontra dentro do Quilombo Lagoas.

Figura 73 – Localização incompleta do que seriam as Glebas Bonfim e Serra do Ó requeridas pela SRN Mineração, conforme o INCRA.



Fonte: Nota Técnica nº 1838/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA

Esses mapas requerem atenção, na medida em que a nota técnica do INCRA emitiu à seguinte conclusão:

Após consultas às bases de dados disponíveis, foi identificada uma comunidade quilombola na Área de Influência Direta do empreendimento, nos termos da Portaria Interministerial 60/2015.

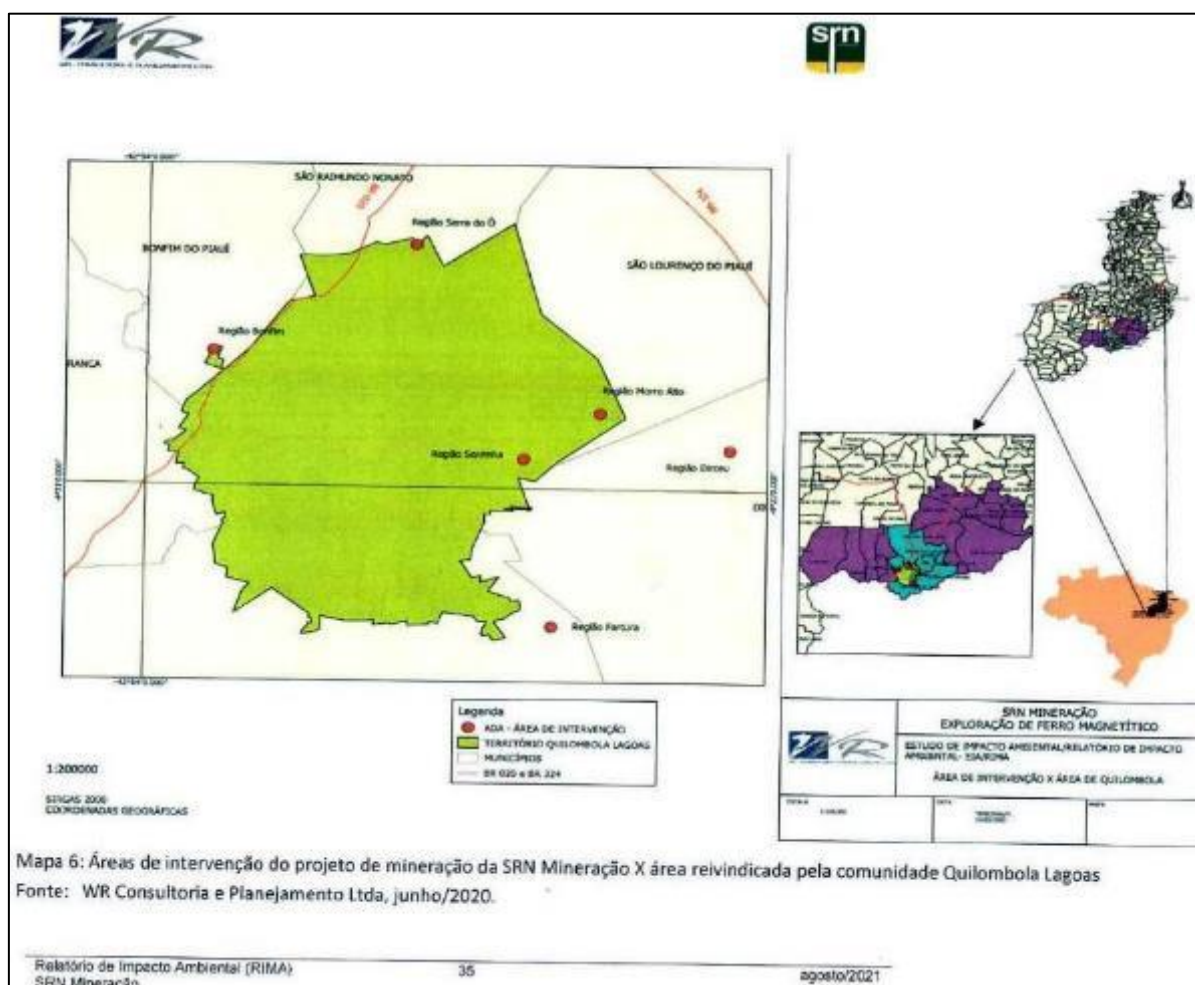
Dessa forma, encaminha-se anexo a esta a Nota Técnica o Termo de Referência Específico (SEI nº 9173274) a ser enviado ao empreendedor objetivando a construção de Plano de Trabalho para elaborar Estudo de Componente Quilombola e Plano Básico Ambiental Quilombola, consequentemente. Ao Incra caberá articulação junto à comunidade quilombola para viabilizar a consulta livre, prévia e informada, obedecendo os preceitos da Convenção 169 da OIT (INCRA, 2021, p. 5. Grifo nosso).

O erro nas informações da nota técnica do INCRA pode ser comprovado a partir do Ofício Nº 16/2022/SEMAR PI/GAB, de 06 de abril de 2022, por meio do qual o atual Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Daniel de Araújo Marçal realiza a “prestação de informações necessárias à defesa na Ação Civil Pública nº 1004671- 65.2021.4.01.4004”. No ofício, o secretário realiza a seguinte afirmação ao informar sobre a ausência da consulta prévia, livre e informada junto aos quilombolas potencialmente afetados pelo empreendimento da SRN Mineração:

De fato, conforme consta nos autos do processo de licenciamento ambiental, pelo menos 04 (quatro) das 06 (seis) regiões alvo de exploração de minério de ferro magnético intervirão no Território Quilombola Lagoas”, como se pode observar no mapa constante da página 229 do Estudo de Impacto Ambiental — EIA e Mapa 06, pág. 35 do RIMA (em anexo). Este território, conforme item 46 do Parecer Técnico emitido em 11/06/2021, teve seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado no Diário Oficial da União (DOU) no final de 2010 (SEMARH, 2021, p. 2. Grifo nosso).

O mapa da página 229 do EIA, mencionado pelo Secretário de Meio Ambiente do Piauí, confirma que o bloco Bonfim incide sobre o território do Quilombo Lagoas. O mesmo ocorre com o mapa extraído da página 35 da terceira versão do RIMA do projeto da SRN Mineração (Figura 74).

Figura 74 – Áreas de intervenção do projeto de mineração da SRN Mineração com região Bonfim incidindo no território do quilombo Lagoas

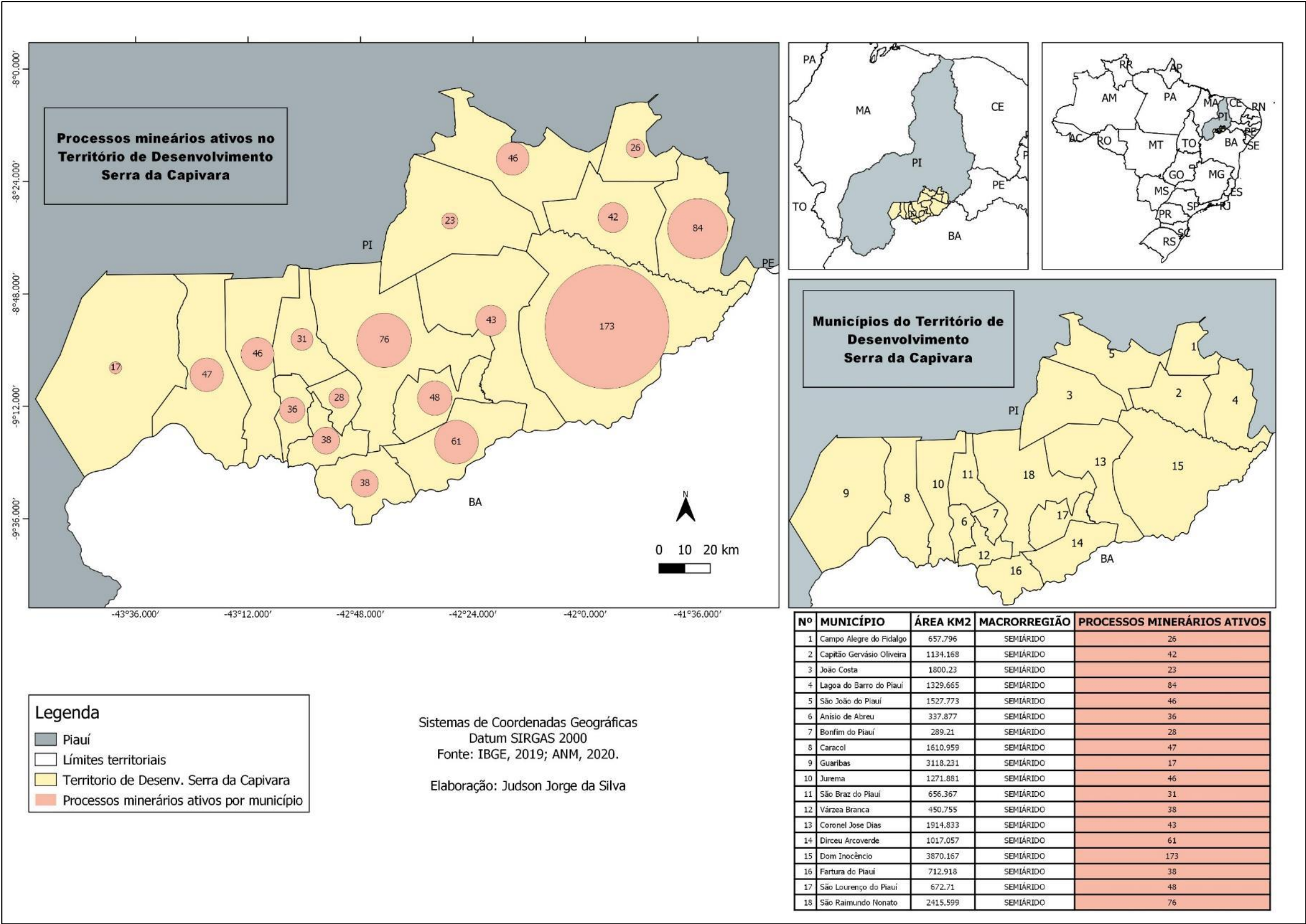


Fonte: SRN Mineração (2021).

Entendendo que a mineração vem avançando rápida e silenciosamente pelo estado do Piauí, sobretudo no ambiente semiárido, e que se o território quilombola Lagoas, que possui uma forte rede articulações com inúmeras instituições e parceiros que ajudam a ecoar as suas reivindicações e lutas de resistência, encontra-se eminentemente ameaçado, levando ainda em consideração que o quilombo Lagoas foi descaradamente ocultado pelo primeiro EIA-RIMA da SRN Mineração, entendemos que outros territórios podem estar alheios a essas ameaças.

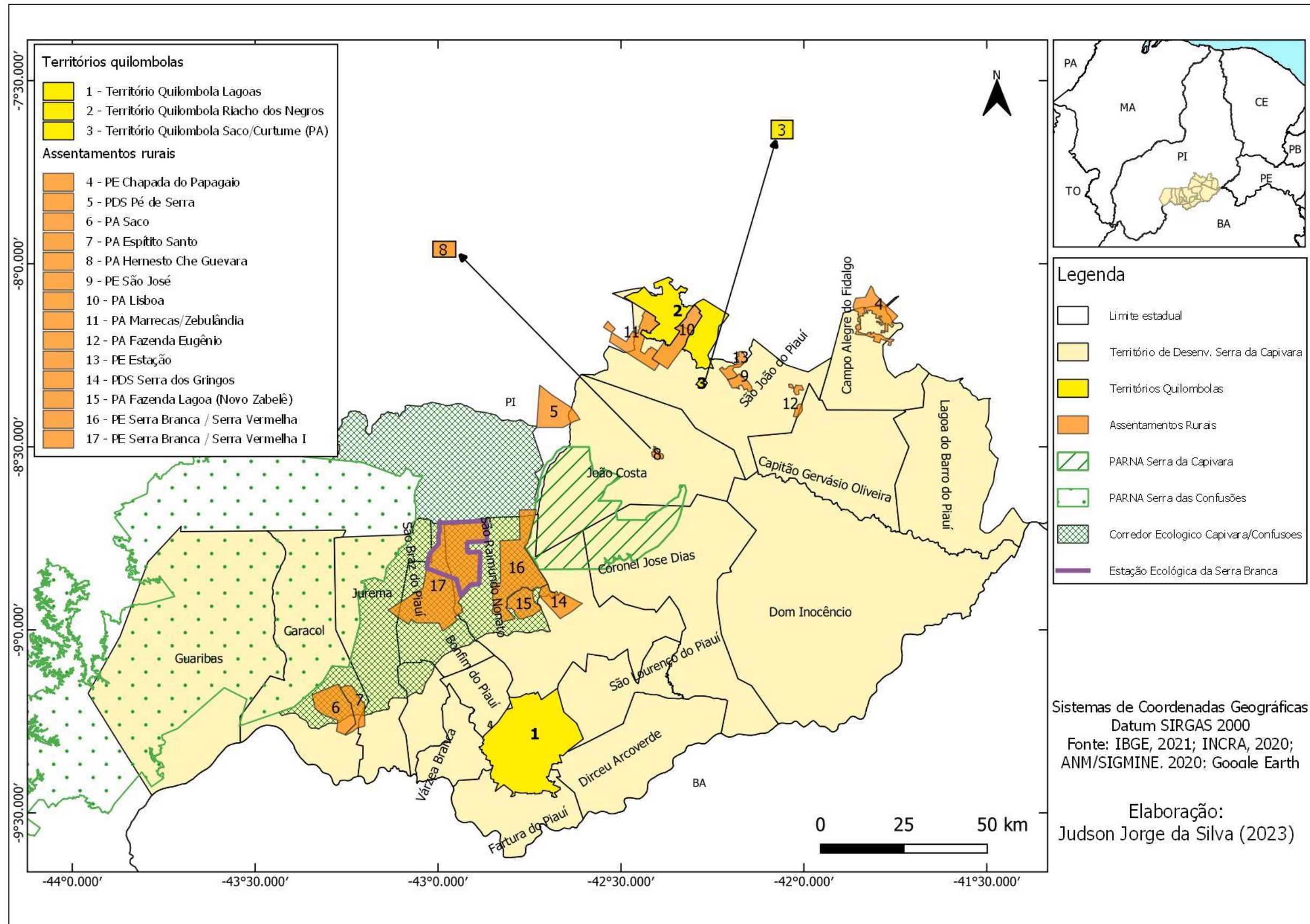
Nesse sentido, apresentamos outro conjunto de mapas que mostram como os processos minerários têm avançado no Território de Desenvolvimento Serra da Capivara, colocando em risco outros quilombos e assentamentos rurais nessa parte do Piauí (Mapas 22, 23 e 24).

Mapa 22 –Quantidade de processos ativos por município do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara (2020)



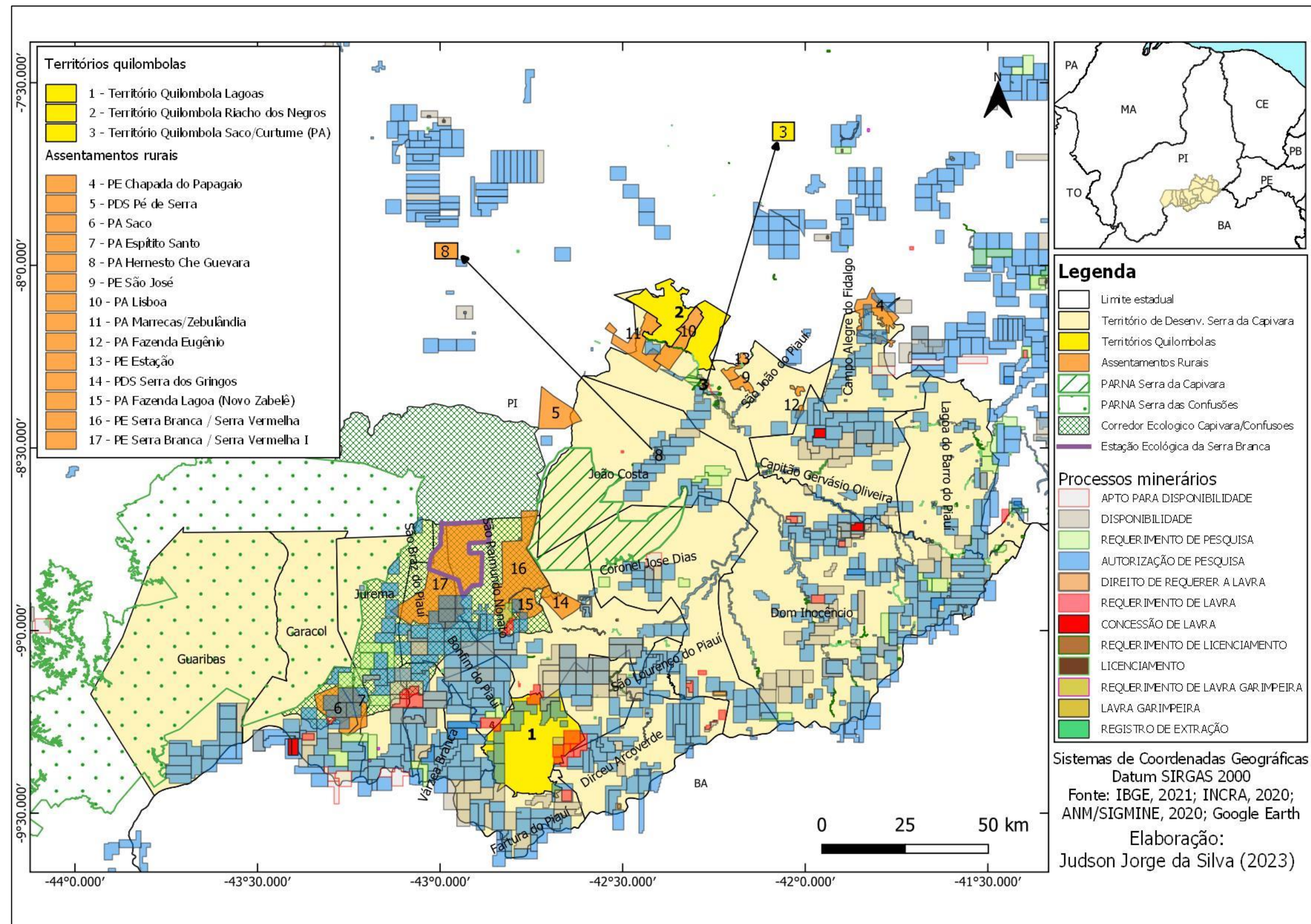
Fonte: Elaboração própria (2020).

Mapa 23 – Territórios quilombolas e Assentamentos Rurais no Território de Desenvolvimento Serra da Capivara



Fonte: Elaboração própria (2023).

Mapa 24 – Fase dos processos minerários sobre territórios quilombolas e camponeses do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara



Fonte: Elaboração própria (2023).

O Mapa 24 apresenta a quantidade de processos minerários ativos em municípios que compõem o território de desenvolvimento Serra da Capivara. Nele, por exemplo, é possível perceber que Dom Inocêncio se destaca com 173 processos ativos, sendo o município com maior quantidade de processos, seguido por São Raimundo Nonato, que possui 76, enquanto o que possuía menos era Guaribas, com apenas 17 processos minerários ativos.

Mas, para além do número total de processos, desvela-se como existem alguns municípios com quase toda a sua área requerida para fins de pesquisa. Se observarmos o Mapa 26, veremos que os municípios de Bonfim do Piauí, Várzea Branca e Anísio de Abreu, que possuem respectivamente 28, 38 e 36 processos, detém quase que a totalidade do território municipal requerido pelas mineradoras.

No Mapa 25 apontamos os territórios quilombolas e os assentamentos rurais do território Serra da Capivara, enquanto no Mapa 28 realizamos a sobreposição dos processos minerários sobre esses territórios camponeses. O Mapa 26 permite ainda ver que os assentamentos PA Espírito Santo, PA Ernesto Che Guevara, PE Serra Branca/ Serra Vermelha e PE Serra Branca /Serra Vermelha I, PA Novo Zabelê, PE São José, PA Fazenda Eugênio, PDS Pé de Serra, além do Território Quilombola Saco Curtume⁶⁶, possuem processos minerários protocolados para a realização de pesquisa nessas comunidades.

Por fim, no Mapa 26, é possível verificar a fase dos processos minerários no território de desenvolvimento da Serra da Capivara. A maior parte deles é constituído por autorização de pesquisa, mas já existe também, em fase bem mais avançada, como direito de requerer lavra, requerimento de lavra já efetuado e concessão de lavra, sendo uma em Caracol (fosfato - Yara Galvani) e a outra em Capitão Gervásio Oliveira (Piauí Níquel).

Entretanto, nem só de ameaças vive o Território Serra da Capivara. Na seção seguinte buscamos demonstrar como a defesa do modo de ser dessas comunidades, em si, já se configura como uma resistência frente aos avanços do Capital, com seu projeto hegemônico para os territórios.

⁶⁶ Território quilombola ao qual pertence Nêgo Bispo

4.3 ONDE O CAPITAL ENXERGA APENAS MINÉRIOS NO SUBSOLO, EXISTE VIDA, RESISTÊNCIAS E ESPERANÇAS

Minha Terra

Como é bom viver aqui
É tão aprazível a natureza
Ouvindo o canto dos pássaros
Na alvorada, que beleza!
Absorvendo o ar puro
Nos dá saúde com certeza.

Mas estamos ameaçados
Com uma tal exploração
À procura de minerais
Nas estranhas do sertão
Repudiaremos e defendemos
As riquezas do nosso chão

Aqui vivemos sossegados
Da pecuária e agricultura
Preservando as tradições
De nossos ancestrais, a cultura
E pretendemos transmitir
Para as gerações futuras.

Esta terra tão querida
De um povo honesto e trabalhador
Que vive do suor do seu rosto
Enfrentando a seca e o calor
Em meio aos desafios
Este povo é vencedor.

Herdamos de nossos ancestrais
Amor ao trabalho, disciplina e religião
Somos um povo unido
E nos destacamos na educação
Nossa terra é nossa vida
E dela colhemos o pão.

A natureza lamenta e chora
Temendo ser destruída
Tendo as matas devastadas
Desertificadas e sem vida
Ferindo o meio ambiente
Faltando nas mesas a comida

Mineradora não traz benefício
Só desgastes, dores e sofrimento
Poluição, contaminação e mortes
Nos rios, assoreamento
Mariana e Brumadinho
Nos servem de exemplo.

Portanto imploramos aos santos
E de nosso Pai Redentor
Que nos deixem em paz
Onde viveu nossa vó e nosso avô
Pois nossa terra é sagrada
Com as bênçãos de Nosso Senhor.

(Profa. Isabel Macêdo, Moradora da Comunidade Capim do Zé Macário)

A poesia de autoria da professora Isabel Macêdo, moradora da Comunidade Capim do Zé Macário, localizada no município de Dirceu Arcoverde, em área de influência direta - AID do projeto SRN mineração, poderia, por si só, dar conta desse capítulo do trabalho. Nela fica nítido como uma moradora local compreende as perspectivas que sua comunidade e a mineradora possuem a respeito da terra em que habitam, bem como os valores que conferem à natureza.

Quando perguntei a Dona Isabel a história por trás dessa poesia, ela contou que a escreveu em julho de 2019, no horário de intervalo para o almoço, ocorrido após uma manhã na qual participou de uma reunião na escola da comunidade em que mora. Reunião esta que tinha como pauta a mineração.

Ali foi um dia que chegaram aqui pra fazer uma reunião, a primeira reunião que teve aqui sobre a mineração. Aí eu participei ali de manhã pra meio-dia. Aí, quando eu vim aqui almoçar, que terminei de almoçar, era um tempo que eu vivia doente ainda, que tava com menos de um ano que meu esposo tinha falecido e eu sofri demais, fiquei em depressão, eu tava meio depressiva. Mas, mesmo assim, deu vontade de escrever depois da palestra, né? E aí eu fiz e a tarde eu levei e falei (Isabel Macêdo, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2022).

O Evento a que Dona Isabel se refere foi a visita do Grupo de Trabalho formado a partir da 14ª Romaria da Terra e da Água no Piauí, que havia ocorrido um ano antes, em julho de 2018, no município de Paulistana – PI. Conforme matéria publicada no site da Diocese de Picos,

O objetivo dessa visita foi observar e ouvir as pessoas impactadas pela mineração, para elaborar um relatório que será entregue ao Governador do Estado do Piauí, a fim de desenvolver as ações apontadas pelos participantes da 14ª Romaria da Terra e da Água, realizada nos dias 14 e 15 de julho de 2018, na cidade de Paulistana, situada no território do Vale do Guaribas (Diocese de Picos, s.d, n.p).

Além de visitar a comunidade Capim do Zé Macário, em Dirceu Arcoverde, o GT da Romaria da Terra visitou também as comunidades Zé Luiz, em Bonfim do Piauí e a comunidade Cacimba de Areia, localizadas em Capitão Gervásio Oliveira, onde se localiza o projeto Piauí Níquel. Na reunião estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN – PI e da Vice-Governadoria do Estado, além de representantes da Comissão da Pastoral da Terra - CPT, Cáritas Brasileira Regional do Piauí, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB Regional Nordeste 4, o Bispo Diocesano de São Raimundo Nonato na época, Dom Eduardo Zielski, representantes do MAM-PI e alguns vereadores.

Apesar das representações do Governo do Estado nesse GT e, especificamente nessas visitas, verificando *in loco* os problemas que as mineradoras tendem a causar para as

Retomando à conversa que tivemos com Dona Isabel sobre a poesia que abre o capítulo, ela apresentou a seguinte análise sobre aquilo que escreveu e sobre a forma como compreende o processo que serviu de inspiração para a escrita,

Porque assim, falando da [poesia], aquela ali eu quis externar, assim, o nosso sentimento aqui. Pela nossa terra, sentimento não só do nosso povoado, mas também que se estende por toda esta região onde está correndo risco de ser perseguida, que eu chamo é perseguida por esses garimpos, né? De ser instalado estes garimpos. E, é uma coisa que eu vejo assim, sei que já tô bem idosa, que pode demorar de acontecer isso, mas ainda fico achando muito difícil deixar... Até lhe faço essa pergunta, com certeza você entende bem mais do que eu, eu tenho esta pergunta dentro de mim, eu acho muito difícil depois de já ter pesquisado aqui estes lugares, de deixar de abrir garimpos aqui nesta região. Acho bem difícil. Pode demorar, não sei se [já] houve e nem desejo. E nem desejo mesmo. Deus queira que ainda, que se for acontecer, isto demore muito. Mas não desejo que aconteça. Não desejo que aconteça, mas só que acho difícil [não acontecer], acho é difícil, porque vão querer explorar mesmo um dia. E, até pela maneira como as pessoas convivem aqui na região, meu amigo, isso aí é um absurdo. É uma coisa que destrói tudo, além de destruir o patrimônio econômico das pessoas, a maneira, destrói a cultura, né? A cultura das pessoas, porque aqui é uma cultura muito, muito nativa, natural, uma cultura que vem ainda se arrastando daqueles tempos antigos, do tempo da enxada ainda, do arado, né? E que as pessoas cultivam a terra pra produzir o ali o alimento de sobrevivência e, também, é uma região onde se cria muito. Tem muito caprino, ovino e hoje sim, também a, é a apicultura, né? Que começa a também progredir aqui na região, se desenvolver, né? Então, isso é um..., e destrói todos os tipos de cultura, também da religiosidade, que é uma região muito, muito religiosa. Aqui na região o tanto de festejo que tem na região. Esses festejos eles são, além de ter um lado, o lado da fé, que também eu acho muito importante, não sei se não estou lhe ofendendo em dizer, mas eu acho assim que a pessoa que num acreditar em nada, não tiver fé, esta pessoa acho que não dá pra viver muito bem. Nós precisamos ter fé pra realizar qualquer coisa, nós precisamos acreditar e ter fé. E ter fé num ser que nós não conhecemos, mas que sabemos que Ele existe. Uma força maior que existe, nós não sabemos que se dá o nome de Deus, mas a gente não sabe realmente o que é isto, sabemos é que é uma força que existe sobre nós. E aqui é uma região muito religiosa. Mas estes festejos eles também têm, assim, um poder de desenvolvimento econômico, porque aí é uma época onde vem muitas pessoas. Se torna assim uma coisa meio turística, né? Um turismo. Um turismo, olhe por exemplo, aqui no início do ano começa os festejos, em maio lá em Dirceu Arcoverde, padroeira do município, Nossa Senhora de Fátima. Vai o município todo, vai um dia de um lugar outro dia vai de outro. O certo é que enche a cidade, né? Dá muita venda, corre muito dinheiro. Aí depois tem os povoados. Cada povoado que tem um festejo de Santo já estende os convites a todos os outros povoados. A todas as religiosas e religiosos dos outros povoados, são convidados com antecedência, né? Praqueles festejos. Aí aquilo enche, aqui no mês de setembro.... Tem aquela comunicação. Agora, antes de ontem, nós fomos um festejo lá na Lagoa dos Meninos acolá, na região de São Vitor. Território Lagoas, né? Aí, assim, todas as tradições, todas as tradições que se conservam ainda, elas serão destruídas se acontecer uma invasão dessa aí. Que eu chamo uma invasão (Isabel Macêdo, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2022).

Dona Isabel Macedo apresenta elementos que se aproximam da perspectiva de Nêgo Bispo (Santos, 2019), quando este aponta para a existência de povos possuidores de profunda biointeração com a natureza e povos dela apartados por processos sintéticos de manufaturamento. Isabel Macedo diferencia muito bem as formas como mineradoras e

moradores locais se relacionam com a natureza, além de apresentar também os aspectos culturais, de ancestralidade e, também, os religiosos que permeiam o território em que habitam. Quanto ao aspecto religioso, além da espiritualidade a ele inerente, o analisa também do ponto de vista econômico.

Na sequência da conversa, Dona Isabel se abriu em memórias e a transformou em um recital. Tendo eu chegado para a conversa e logo perguntado por sua poesia sobre a mineração, ela se sentiu à vontade para declamar algumas outras. A essa altura, o roteiro semiestruturado que serviria de base para a entrevista já não fazia mais tanto sentido.

Primeiramente falou sobre seu pai, Jacó Macario de Macedo, que ajudou o seu avô Zé Macário a fundar a comunidade Capim. Em seguida falou de sua juventude, de ter tido infância e ter se tornado adulta, tendo saltado a adolescência. Por ter gosto pelos livros, em especial pela literatura, passou a alfabetizar os jovens do local e, por essa razão, Isabel disse que não podia namorar, pois não poderia se envolver com jovens que eram seus alunos.

A primeira poesia que recitou foi uma que fez durante um passeio à comunidade São Vitor, localizada no território Quilombola Lagoas, que lhe serviu de inspiração. Nela, menciona desde os aspectos naturais do local, até o cativoiro daqueles que lá foram escravizados.

Em seguida, a entrevistada contou sobre sua ida para a cidade de São Raimundo Nonato para estudar, após ter sido aprovada no primeiro vestibular da UESPI, para o curso de letras português. Explicou como conheceu seu esposo e falou da cumplicidade que possuíam, de terem formado uma família e criado os filhos. Narrou sobre seu companheiro tê-la apoiado a retornar para o Capim do Zé Macário, para realizar o sonho de ajudar a fundar uma escola em sua comunidade. Sonho este que ela conseguiu realizar. Escola na qual houve o encontro com o pessoal do GT da Romaria da Terra para falarem sobre mineração. Depois se emocionou ao falar sobre a tristeza de ter perdido o companheiro de uma vida.

Após ter contado tudo isso, Dona Isabel recitou uma poesia autobiográfica, na qual declamou toda a sua história de vida. Depois de escutá-la, disse: “Dona Isabel, a senhora recontou em versos a história que havia me contado em prosa.”

Dona Isabel sorriu. “Eu não escrevo um estilo só. Aqui tem um, escrevi assim, lembrando daquela [poesia] do Drummond de Andrade, “Pedra no Caminho”. Aí, está aqui, é bem difícil da pessoa entender o que é que eu quis dizer.”

Fui subindo a ladeira
 Bem lenta, devagarinho
 No caminho tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no caminho
 Não sei se posso seguir
 Se vou pela casa do vizinho
 No caminho tem uma pedra
 Tem uma pedra no caminho
 Suave e dispersa
 Voando fora do ninho
 No caminho tem uma pedra
 Tem uma pedra no caminho
 A lua ilumina a estrada
 Me afagando com carinho
 No caminho tem uma pedra
 Tem uma pedra no caminho
 Ouço o cantar dos pássaros
 Na madrugada um friozinho
 No caminho tem uma pedra
 Tem uma pedra no caminho
 Andando pelos campos
 Encontrei um passarinho
 No caminho tem uma pedra
 Tem uma pedra no caminho
 Se não puder removê-la
 Desvio um pouquinho
 E não vou desistir
 por uma pedra no caminho

Dona Isabel: É difícil de entender.

Judson Jorge: Baseada no Drummond. O Drummond é o “poeta mineral”. Tem um livro dele, chamado “Canto Mineral.”

Dona Isabel: É. Ele falava da mineração

Judson Jorge: O Drummond é de Itabira, né?

Dona Isabel: É de Itabira, Minas Gerais.

Judson Jorge: Ele escreveu sobre as serras que via na infância sendo removidas pela mineração, indo embora de trem.

Dona Isabel: É.

Judson Jorge: Muito bom!

Dona Isabel: Sentimentos e emoções é assim. Sou semente germinada de amor e de afeto.

Dito isso, Dona Isabel recitou uma outra poesia, que escreveu na churrascaria em frente à sua casa, quando completou 71 anos. Dia em que encontrou um novo amor, do outro lado da rua. “Aqui nesta última estrofe eu tô me referindo ao meu namorado que eu tenho agora: Nos pântanos e nos desertos certamente eu já andei, até no mar vermelho decerto eu atravessei, quem sabe um Moisés no caminho eu encontrei.”

Onde o Capital enxerga apenas minério no subsolo, Dona Isabel Macêdo “germina de amores e afetos” ... Suas poesias trazem elementos da paisagem local, associadas aos elementos da natureza e aos aspectos culturais, sendo permeadas por suas vivências e memórias. A poesia de Dona Isabel empresta elementos para que possamos refletir sobre como é a relação entre a sociedade local e seu território. Não há como se reproduzirem social, cultural e materialmente sem a essência da relação que possuem com o lugar e com a forma como vivem.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2009) chama a atenção para a existência de “sociedades com e sociedades contra a natureza”. Ou seja, as características das relações entre sociedade e natureza tem como base fundamental o prisma que delinea a compreensão da própria existência dos sujeitos coletivos no mundo e as concepções sobre o sentido da vida que os grupos sociais carregam consigo. Sem incorrer em idealismos ou romantismos, entendemos que esta questão está ligada, antes de tudo, a teleologia, ou seja, “a capacidade que o homem tem de colocar finalidades conscientes em seus atos” (Costa; Moraes, 1999, p. 75). Ou seja, na relação sociedade-natureza mediatizada pelo trabalho, este trabalho se desenvolve após um ato pensado. Nesse sentido, partindo da existência de cosmovisões distintas, temos formas teleológicas diferenciadas de pensar e executar o trabalho que transforma a natureza, seja “com ou contra ela”.

Por essa razão entendemos que esse debate deve ser realizado em uma perspectiva histórica, na qual não existe mais uma natureza que preceda a história humana, ou seja, entender a natureza em uma perspectiva social. Conforme evidencia Milton Santos ao tratar sobre a diversificação da natureza e divisão territorial do trabalho, somente quando a natureza existia em estado puro, seus processos de transformação se realizavam por meio de uma dinâmica completamente própria. No entanto, “a primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social” (Santos, 2004, p.131). Nessa mesma perspectiva, Quaini salienta que “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente” (1979, p.45).

Dessa maneira, o modo de pensar define anseios e objetivos de um grupo social que toma forma a partir de suas ações, materializando-se no espaço geográfico, que para Porto-

Gonçalves (2006, p.09) “[...]é constituído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade”. Nessa perspectiva, Silveira aponta que “as formas de agir no ambiente são também formas de o perceber. Assim, ao construir ambientes, colocamos em prática projetos que se alteram face ao processo de pô-los em prática” (2009, p. 84).

Nessa mesma direção, Moraes afirma que

A relação dos homens com a natureza implica níveis de percepção do meio que os abriga. A construção do habitat necessariamente envolve projeções, pré-ideações, avaliações, enfim formas de consciência do espaço. Assim, em todo o período histórico e em todo o grupo humano vamos encontrar reflexões sobre o espaço ocupado. O próprio território de certa forma se define nessa autoconsciência (Moraes, 2005, p. 27).

Porto-Gonçalves, ao tratar sobre formas distintas de relação entre sociedade e natureza, cita como exemplo o fato de que a língua dos povos quéchuas e aymaras “não tem uma palavra para o que designamos natureza, o que implicaria vê-la separada dos seres humanos” (2017, p.11). Entretanto, ainda segundo o mesmo autor,

[...]vivemos sob o paradigma que separa Natureza, de um lado, e Homem/Cultura de outro, enfim que dá sustentação ao sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal onde um lado é Ativo o Homem, varão -branco-burguês, europeu - e o outro Passivo, a Natureza/a Mulher/o trabalhador manual/não branco-negro-indígena. Já estamos devidamente preparados para aceitar essa disposição dos entes como se fora natural. Eis a colonialidade do saber e do poder (Edgardo Lander e Anibal Quijano) (Porto-Gonçalves, 2017, p.18. Grifo nosso).

Conforme demonstrado nas citações acima, existem matrizes de racionalidade que não pensam uma dualidade entre social e natural, entretanto no âmago do capitalismo, modo hegemônico de produção, aparta-se para lados opostos a natureza e o homem. Silveira (2009) afirma que no capitalismo separa-se aquilo que é humano e que não é humano. Escobar trata dessa dualidade no debate sobre a existência de “territórios de diferença”, que se caracterizam por distintos “mundos” possuidores de concepções próprias de modo de vida, o que leva a situações conflitantes e precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva ontológica dos territórios. Nesse sentido, aponta que

[...] a perseverança das comunidades e movimentos de base étnico territorial envolve resistência, oposição, defesa e afirmação dos territórios, mas com frequência pode ser descrita de modo mais radical como ontológica. Da mesma maneira, ainda que a ocupação de territórios coletivos usualmente suponha aspectos armados, econômicos, territoriais, tecnológicos, culturais e ecológicos, sua dimensão mais importante é a ontológica (Escobar, 2016, p.34).

A perspectiva levantada por Escobar remete para a necessidade de, ao se realizar uma análise das relações entre sociedade e natureza, fazê-lo a partir da *práxis* humana, que se efetiva no modo de organização social de cada grupo, de acordo com um enovelado conjunto de elementos, tais como as cosmovisões, o modo de produção sob o qual se reproduzem, a disponibilidade das técnicas característica de cada período histórico, assim como as estratégias de opressão postas em prática para que esse modelo se reproduza, a exemplo da colonização do ser e do poder, mencionada por Porto-Gonçalves a partir do debate proposto por Lander e Quijano, como também do processo de colonização da natureza (Cruz, 2017) que definem como esses grupos se reproduzem sociocultural e materialmente. Essa análise nos permite, por exemplo, compreender a lógica envolta na expansão da fronteira mineral brasileira que, nos últimos anos, vem avançando sobre áreas até então livres de mineração, causando conflitos com povos tradicionais e camponeses que passam a ter seus territórios cobiçados pelo capital, que ao se territorializar criam “zonas de exceção” (Malheiro; Cruz, 2019).

Tomando o exemplo da Amazônia para compreendermos a respeito do papel da *práxis* social na relação com a natureza, Porto-Gonçalves (2009), a partir dos trabalhos de William Balée e de Darrell A. Posey, aponta uma série de indícios que permitem falar sobre a Amazônia como sendo uma floresta cultural tropical úmida, pois várias espécies de plantas como o Babaçu e o cacau, entre diversas outras, juntamente com uma variedade de tubérculos, provavelmente foram introduzidos, no passado, pelos habitantes locais. Esse debate é retomado por Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), argumentam que se a região é ocupada há 19 mil anos e a floresta é estimada em 13 mil anos, pode-se afirmar que a diversidade amazônica tem um forte componente cultural, que os autores tratam como sendo ecológica e biocultural fruto de um processo de “sentirpensar” dos habitantes locais em conjunto com a floresta. Isso foi possível pelas atividades de trabalho do cotidiano, que são necessárias à reprodução da vida. Nesse aspecto, é possível inferir que o trabalho desses grupos humanos, realizados em uma relação não predatória, contribuíram historicamente com a própria constituição do ambiente da floresta como se apresenta hoje. Ainda conforme os autores, essas atividades seriam desde as praticadas para alimentação, tais como o extrativismo e a agricultura, passando pelas formas de morar, pela utilização dos elementos naturais nos tratamentos de saúde, entre outras que foram enriquecidas pela influência de povos afro-amazônicos e camponeses com seus saberes e fazeres peculiares. Os três pesquisadores afirmam ainda que, apesar de toda essa contribuição dada por esses grupos sociais para a constituição da Amazônia enquanto tal, o capitalismo e sua inerente colonialidade, continuam reafirmando a região como sendo um espaço vazio,

decorrendo daí toda uma justificativa para práticas de colonização contemporâneas. Conforme aos mesmos,

[...] o capitalismo, pela colonialidade que lhe é constitutiva, conseguiu transformar essa região - produzida por esse patrimônio de conhecimentos praticados/pensados a partir de diferentes línguas indígenas e enriquecidos pela diversidade de fazeres/saberes afro-amazônicos e camponeses, que diversificam ainda mais a ancestralidade amazônica - em um espaço vazio e atrasado. Tal transformação é operada pela representação da região como natureza inóspita, que precisa ser dominada e não cuidada, ou como natureza intocada, expressão máxima de um vazio, alegoria do massacre, pois ninguém sente falta do que foi legitimado como não existente. Ou ainda como região do futuro que, por ser promessa, não tem presente; o futuro nesse sentido se apresenta como ameaça, por atualizar a colonialidade que sempre marcou o território (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti. 2021, p. 12-13).

Como é possível compreender a partir da citação acima, povos originários, povos tradicionais afro-brasileiros e camponeses, este último grupo com sua matriz constitutiva extremamente plural, a partir de suas formas peculiares de existir e do ato cotidiano de realização do trabalho, não apenas convivem de modo harmonioso com o meio ambiente, como também possuem um papel biocultural de diversificação da natureza. Entendemos que essa característica é inerente a esses grupos, não se restringido apenas ao contexto da Amazônia.

Resguardadas as proporções e as particularidades envolvidas em cada processo histórico e lugar, a mesma análise empregada por Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) pode ser utilizada para tratar dos povos que habitavam e habitam os cerrados⁶⁷ brasileiros e a caatinga. Nesses locais estão presentes povos que historicamente desenvolvem formas próprias de relação com a natureza e que também sofrem com o avanço das relações capitalistas de produção no território, que negam sua presença, busca invisibilizá-los e propõem uma apropriação territorial baseado na matriz de pensamento ocidental capitalista.

A caatinga é constituída por uma variedade ampla de grupos sociais, conhecidos de uma forma generalista como catingueiros. Entre essa população, segundo informações do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, estão indígenas, quilombolas, sertanejos, vaqueiros,

⁶⁷ Um exemplo capaz de ilustrar o papel de comunidades camponesas no processo de manejo e de diversificação ecológica no Cerrado é apresentado por Aguiar (2010) ao analisar os casos das comunidades de Taquara e Santana, localizadas em Cáceres-MT. Conforme a autora, essas duas comunidades possuem uma identidade sociocultural própria conhecida na localidade como morroquiano e são responsáveis por formas peculiares de manejo, que vai da utilização planejada dos recursos naturais locais como as terras férteis dos vales para o cultivo anual de plantas de alto valor nutricional, até a destinação das terras de vegetação baixa para criação de gado, caça e coletas. Além de serem responsáveis por uma diversificação do agroecossistema local, possibilitada pela introdução de espécies devido a uma rede de troca de sementes e propágulos, realizadas por homens e por mulheres, que desempenham atividades distintas, porém complementares na unidade produtiva familiar.

agricultores, comunidades de fundos e fechos de pasto, pescadores artesanais, entre outros. Ainda conforme o ISPN,

Estes grupamentos humanos desenvolvem suas próprias estratégias de sobrevivência e convivência com as condições da Caatinga, são guardiões do conhecimento sobre o manejo das plantas, de suas propriedades e usos medicinais, sobre a milenar técnica de busca de águas subterrâneas com varinhas (conhecida como radiestesia) e sobre os sinais da natureza que antecedem as secas prolongadas e as chuvas (ISPN, s.d).

Ao contrário do que é reproduzido nas justificativas de instalação de grandes projetos na área desse bioma, a Caatinga possui uma rica bio-cultural-diversidade composta por gente, fauna e flora. Os povos que habitam as áreas de caatinga são guardiões de saberes de convivência, que vão da medicina popular com a utilização de ervas, frutos, cascas de árvores, entre outros, utilização de plantas nativas e introduzidas ao bioma para alimentação humana e de rebanhos, passando também pelo armazenamento e uso racional da água, armazenamento de sementes crioulas, trabalho coletivo no plantio e farinhada, uso comum da terra, entre outras formas de convivência com a natureza existente em seu território, localizado no ambiente semiárido.

As tecnologias sociais acima mencionadas se associam a várias práticas cotidianas de trabalho e organização social, como as terras de uso comum, chamadas localmente de terras de ausentes ou terras de conjunto, a criação solta dos animais, entre diversas outras que compõem o modo de vida tradicional desses povos que habitam a Caatinga.

Para compreendermos melhor do que se trata uma terra de conjunto, usamos a definição que Seu Pedro, morador da comunidade Espírito Santo, em Bonfim do Piauí, nos forneceu durante trabalho de campo para essa pesquisa. Conforme ele,

Conjunto é, por exemplo, aqui no Alto Alegre, esse povo da Cova da Tia. Lá está em conjunto, tem não sei quantos hectares e tem não sei quantas mil pessoas dentro dela. Ali chama-se conjunto, que ela não tá dividida, não sabe? Ela tá cortada, situada, tem a data dela tudo, as quatro variantes, mas não tá dividida dono por dono. Chama conjunto. Você é neto, vai lá, você é bisneto, vai lá. É desse jeito. Aí esse tá desse jeito. Essa de meu pai nós não dividimos ainda. Oitenta hectares dão dez pra cada um, sobra dois. E nós não dividimos, está ainda aí...É um conjunto. (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, 13 de junho de 2019).

Conforme é possível observar na citação, as terras de conjunto materializam uma outra racionalidade de vida, na qual a terra e a natureza, de modo ampliada, é de uso comum. O conjunto denomina uma não repartição das terras, podendo todos de uma mesma família ou comunidade fazer uso delas. Conforme texto da *Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga – Desafios para a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas*,

A Caatinga é o bioma predominante na região Nordeste, ocupa 844.453 Km² e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Entre os biomas de clima semiárido do mundo, é o mais biodiverso, com uma grande riqueza de ambientes de flora e fauna que caracterizam a paisagem de 10 estados do Brasil. Habitam hoje na Caatinga, 45 povos indígenas com uma população em torno de 90 mil habitantes. São 36 Terras Indígenas em diferentes situações fundiárias, numa área total 139.086 hectares. **Elas têm em comum a característica de serem áreas reduzidas e sofrerem intensas pressões de projetos de mineração, agropecuária, hidroelétricas, usina nuclear, parques eólicos, linhas de transmissão de energia, rodovias, ferrovias, entre outros, que geram degradação sociocultural e socioambiental.**

Os territórios indígenas cumprem papel central na conservação do Cerrado e da Caatinga e conectam diferentes biomas do país. Prestam importantes serviços ambientais como a manutenção de recursos hídricos, contenção do desmatamento e redução das emissões de carbono na atmosfera. Além de serem responsáveis pelas áreas protegidas mais bem conservadas nesses biomas, os povos desses territórios são detentores de conhecimentos e de práticas tradicionais de manejo, recuperação e conservação dessa biodiversidade (2018, p. 2).

Conforme exposto por Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti e pela Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga, grupos sociais distintos, como os povos da Amazônia e da Caatinga, possuem concepções de mundo diametralmente opostas da forma de pensar capitalista. Por essa razão, a história desses povos tem sido marcada por uma luta constante de sobrevivência e de defesa do território, da natureza, consequentemente da própria vida, contra a espoliação e usurpação que são inerentes e indissociáveis ao modo capitalista de produção. Uma luta contra tentativas de genocídio, etnocídio e em defesa de suas formas próprias de mundo. Para Escobar a tentativa de ocupação desses territórios se configura enquanto um projeto da Modernidade, onde segundo o autor,

[...] aquilo que “ocupa” é o projeto moderno de Um Mundo que procura transformar os muitos mundos existentes num só (o mundo do indivíduo e do mercado); e aquilo que persevera é a afirmação de uma multiplicidade de mundos.

[...]. Baseada no que aqui se denominará como uma “ontologia dualista” (que separa o humano e o não humano, a natureza e a cultura, o indivíduo e a comunidade, “nós” e “eles”, o corpo e a mente, o secular e o sagrado, a razão e a emoção, etc.), essa modernidade arrogou-se o direito de ser “o” Mundo (civilizado, livre, racional), em detrimento de outros mundos existentes ou possíveis (Escobar, 2016, p. 3).

A citação acima nos mostra a necessidade dos processos de resistência e enfrentamento ao projeto da Modernidade, pois, na sociedade do capital não há espaço para convivência dos diferentes Mundos. Nessa perspectiva, reconhecer que existem vários mundos não significa necessariamente o mesmo que dizer que eles possam coabitar de forma harmoniosa, pacífica, solidária, colaborativa ou simplesmente em paz. É também diferente de dizer que novos Mundos ou um pluriverso são possíveis, pelo menos por dentro da hegemonia do sistema capitalista de produção.

Por dentro do capitalismo ou de modos de produção que tenham o lucro ou mesmo o desenvolvimento como meta, pilar basilar e essência primordial de sua realização, reconhecer a existência de outros mundos se dá numa perspectiva escalar restrita a certos territórios confinados sem, no entanto, ceder na possibilidade de que outras matrizes de pensamento possam ou devam ganhar a centralidade das formas de se viver, perceber e conceber o mundo de forma ampla.

A coexistência desses mundos de racionalidades distintas é antagônica, sobretudo quando se refere ao Mundo idealizado pelas sociedades por dentro do capitalismo frente a outros Mundos fora deste. Quando ocorre um choque de interesses entre esses mundos distintos, por exemplo, entre o mundo dos povos amazonidas ou caatingueiros, para que o mundo da reprodução ampliada do Capital possa existir, o mundo dos povos originários, tradicionais e camponeses não pode. Logo, não há possibilidade de coexistência. As formas de viver e se relacionar com esse mundo, com a natureza, dos povos da Amazônia e da Caatinga não permite a forma predatória do Capital de se efetivar. Por isso, para o mundo do Capital é imprescindível o fim do mundo dos povos tradicionais para sua realização, porque necessita espoliar o território, necessita preda a natureza e necessita homogeneizar as pessoas e convertê-las em trabalhadores assalariados do mundo do Capital. Ou, simplesmente, eliminar os obstáculos que impeçam essa forma inerente do capitalismo funcionar.

Luxemburgo afirma que o capitalismo trava uma luta contra a economia natural, nesse sentido, afirma que

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão de obra para seu sistema assalariado. O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural. Em todas as formações de economia natural - comunidades camponesas primitivas com propriedade comum da terra, relações de servidão feudal ou outras quaisquer o que a define é a produção em função das necessidades domésticas, e por isso mesmo não existe ou é escassa a demanda de mercadorias estrangeiras e, de modo geral, não há excedente de produtos próprios ou pelo menos nenhuma necessidade premente de dar saída à produtos excedentes. Entretanto, o ponto essencial é o seguinte: todas as formas de produção da economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência, tanto dos meios de produção como das forças de trabalho. As comunidades camponesas, assim como a propriedade feudal etc., fundamentam sua organização econômica na conexão do meio de produção mais importante - a terra -, assim como dos trabalhadores, pelo direito e tradição. Desse modo, a economia natural oferece rígidas barreiras, em todos os sentidos, às necessidades do capital. Isso porque o capital empreende, diante de tudo e onde quer que seja, uma luta até a morte contra a economia natural na forma histórica que se apresenta, contra a escravidão, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo, contra a economia agrária patriarcal. Nessa luta os principais métodos empregados são: a violência política (revolução, guerra), a pressão tributária

do Estado e o barateamento das mercadorias. Esses métodos marcham paralelamente ou são sucessivos e complementares. [...].

Os fins econômicos do capitalismo em sua luta com as sociedades de economia natural são: 1. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc. 2. "Libertar" operários e obrigá-los a trabalhar para o capital. 3. Introduzir a economia de mercado. 4. Separar a agricultura do artesanato. (Luxemburgo, 2021, p. 365-366).

Destaca-se a atualidade dessa análise de Rosa Luxemburgo, pois essa tem sido uma constante no avanço do capital extrativista sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais que vem ocorrendo na atualidade, de modo particular, em decorrência do avanço da fronteira mineral no Brasil. O Capital mobiliza ações coordenadas entre o Estado classista e o lobby de alguns setores da economia, direcionam a ação dos poderes executivo e legislativo federal, mobilizando encaminhamentos que visam retirar direitos de proteção historicamente conquistados por diversos grupos sociais, como indígenas e quilombolas. Podemos citar como exemplo dessas ações, as tentativas de estabelecimento do marco temporal para titulação de territórios quilombolas (já derrubado no STF em 2020) e a tentativa – em curso – de estabelecimento do marco temporal para demarcação de terras indígenas, que se encontra em julgamento suspenso no STF. Além dos exemplos citados, diversos outros ataques nas legislações de proteção a estes grupos sociais, bem como ataques na legislação ambiental se encontram em curso, praticados tanto pela União quanto por estados e municípios. Também a título de ilustração, citamos a existência de Projeto de Lei – PL 191/2020, de autoria do executivo federal, que visa liberar a pesquisa e a lavra de recursos minerais, hidrocarbonetos, bem como o aproveitamento hídrico e a geração de energia em Terras Indígenas.

Em uma tentativa de interpretar as relações entre sociedade e natureza na lógica de funcionamento do Capital, Quaini (1979) aponta para uma forma de compreensão da história como sendo aquela produzida justamente a partir da separação entre a natureza e aqueles que têm uma relação de uso do território como local de vida, de produção e enquanto forma de ser no mundo. Daí aponta para a necessidade de se discutir sobre uma “*história da expropriação do homem em relação a natureza*” ou uma “*história do domínio do homem sobre a natureza*”.

Nesse mesmo sentido, Moreira esclarece que

Nas "sociedades naturais", assim chamadas porque a terra é o meio universal de trabalho, há uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza. O ritmo do trabalho e da vida dos homens repete o ritmo da natureza. O espaço geográfico é o próprio espaço natural. A organização espacial só mostrará sociedades diferenciadas quando se estiver perante diferentes modos de produção. Mas o que aí teremos serão diferenciações da unicidade orgânica. A terra é a despensa primitiva e o arsenal primitivo. Trabalhando-a, tiram os homens seu sustento e os instrumentos com os quais produzirão meios de subsistência e instrumentos de trabalho novos. A

natureza-terra é a condição da produção/reprodução das relações entre os homens. Seu controle é a base do poder sobre os homens. **Nas sociedades capitalistas o vínculo será rompido**, já o vimos. **Para se viabilizar, o capital proletariza os homens e se apropria da natureza. Como o capital separa os homens da natureza e comanda a produção/reprodução da existência, o ritmo do trabalho e o dos homens são o ritmo do capital.** [...]. Como o processo do trabalho é uma relação homem-meio, apontada para o lucro pela via da produção de mercadoria a baixo custo, **a relação é de predação.** A destruição e a degradação da natureza que realiza o trabalho capitalizado intensifica-se com o aprofundamento da divisão capitalista do trabalho e sua internacionalização (Moreira, 1994, p. 76-77).

Como se pode observar a partir das citações de Porto-Gonçalves, Quaini e Moreira, não se trata de negar a existência de outras formas de vida e de compreensão da natureza, mas a de compreender que, dentro do sistema mundo capitalista moderno-colonial, a história da reprodução ampliada do Capital é justamente a da expropriação da natureza, tomada justamente daqueles que não se reproduzem no mundo enquanto sujeitos da sociedade erigida sob a égide do Capital.

Nêgo Bispo chama essas relações de “confluências e transfluências”, assim as definindo-as:

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas.

Transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se junta. Por assim ser, a transfluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento monista do povo monoteísta.

É a partir dessas leis que se geram os grandes debates entre a realidade e a aparência, ou seja, entre o que é orgânico e o que é sintético (Santos, 2019, p. 89).

Para Ailton Krenak⁶⁸, a separação entre a natureza e os sujeitos coletivos resulta de relações desiguais de poder e do uso de uma violência colonial, sendo a mineração um dos exemplos mais nocivos dessa prática. Conforme o mesmo,

A ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado dessa violência colonial abissal como um desequilíbrio ecológico. Para uma epistemologia do sul, ecologia é uma ideia que nasce no Norte, e que é colada nos povos do sul como uma carapaça. A ideia de ecologia é dos Brancos. Assim como a Natureza resulta da separação dos sujeitos coletivos do seu lugar de existência por uma interferência externa, violenta, a partir de uma relação desigual de poder. “A expressão do poder na apropriação da

⁶⁸ “Ailton Krenak nasceu em 1953, na região do vale do rio Doce, território do povo Krenak, um lugar cuja ecologia se encontra profundamente afetada pela atividade de extração de minérios. Ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas e indígenas na Amazônia. É um dos mais destacados líderes do movimento que surgiu durante o grande despertar dos povos indígenas no Brasil, que ocorreu a partir da década de 1970.” (Krenak, 2019, p. 41)

“Natureza” constrói uma expropriação tão radical que nos joga todos na condição de miseráveis e pobres: empobrece a paisagem e as pessoas. O garimpo, e aqui faço uso da ideia geral do garimpo, seja o garimpeiro que invade o território yanomami, ou a grande corporação/BHP-Samarco-Vale que garimpa as montanhas e aniquila uma bacia hidrográfica em Minas Gerais, o garimpo como o saque, constitui um lugar de poder para os agentes, mesmo os agentes locais do saque. Agentes locais do saque não precisam necessariamente permanecer nesses locais de destruição/predação. O colonialismo do poder permite que os agentes se posicionem e não precisem viver na margem de um rio morto. O desastre que produz essa separação do sujeito com o ecossistema, para a apropriação da Natureza, constrói o lugar do outro. A diferença abissal constrói o lugar do outro — separado da sua existência com o lugar—, e o lugar de dominação ocupado pelo sujeito de poder. Este é um lugar de mobilidade, do lugar nenhum ou qualquer lugar. Há uma separação espacial das relações de poder e do lugar da exploração pela violência abissal do colonialismo (Krenak, 2018, p.1-2).

Em sua análise, Ailton Krenak, trata da essência colonial do modelo de exploração que subjuga sujeitos coletivos e natureza, problematizando que essa manifestação se dá em escala distintas, desde um garimpeiro a uma grande corporação transnacional. O colonialismo do poder se manifesta nas relações desiguais da opressão. Aquele que espolia e causa todo o tipo de dano em prol do lucro e a partir de sua matriz de racionalidade, o faz desde outro local, distante daquele que diretamente afeta e dos sujeitos aos quais ele prejudica.

Segundo Santos (2014), os conflitos se agravam no local, espaço onde coabitam os sujeitos e sua vizinhança, quando processos com racionalidade e conteúdo ideológico produzidos distante, chegam buscando se instalar com seus objetivos, com suas normas, que são pensadas para satisfazer seus anseios de ordem espacial global.

Tomando como exemplo o caso da SRN Mineração, ao consultar os documentos da empresa na junta comercial de SP, vemos que na atualidade a empresa SRN Holding é composta por 16 sócios, dentre estes 04 residem no Piauí, embora distante da área que a mineradora pretende explorar. Outros residem em outros estados brasileiros e 03 (três) são estrangeiros, sendo um suíço, um norte americano e uma empresa que possui sede no Uruguai. Circulando no território Serra da Capivara, apenas os funcionários que trabalham para as mineradoras. Estes fazem suas incursões para levantamento de dados baseados em informações privilegiadas que nem mesmo os moradores locais possuem e, ao partir, levam novas informações que não compartilham com os locais.

Dona Petronília, moradora da comunidade Pé do Morro, localizada no município de Fartura do Piauí, em uma zona limítrofe ao sul do território do Quilombo Lagoas, ao ser entrevistada para a tese, explicitou essa realidade. Ela nos falou sobre como funcionários da

mineradora chegaram em sua casa, com um mapa nas mãos, querendo informações de campo para chegar a um alvo mineral já conhecido através de mapas e aerofotogrametria⁶⁹.

Tem, um deixa eu ver, um mínimo, eu digo que é mais de dez anos. A gente tava por aqui, já chegava pessoas olhando era pro morro, dizendo que tinha num sei o quê. Tinha num sei o que, bem naquela pedra lá, eles amostrarão aí, bem naquela. **Eles amostrarão um mapa, e aí neste mapa, tinha uma coisinha bem assim, branco feito uma luazinha.** Ele mostrou a pedra e o menino foi mais eles. Eles dizendo que era, num era ferro, era outro metal que ele disse que tinha. É eu me lembro da época. Aí ele dizendo “aqui, antigamente, num passou um avião bem baixim?” Eu disse: passava mermo. Ele disse: “pois era filmando isso aí”. Ele disse que era pra isso. Isso aí tem uns quinze anos (Dona Petronília, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, junho de 2019. Grifo nosso).

Na mesma entrevista, ao ser perguntada sobre os procedimentos adotados pelas empresas de prospecção que circulavam pela área, em especial sobre a forma como elas chegavam no território da comunidade, se repassavam informações ou se solicitavam autorização para entrar nas propriedades a mesma respondeu que:

Oxe! Umas vezes parava aqui. Outras vez nem paravam. Acho que já sabiam o rumo, eu **acho que aí já era mapeado mermo.** Por que pra vir diretamente e entrar nessas estradas, né? Aí eles começaram assim. É desse jeito. E aí tem um carro estranho, entrou um carro estranho lá. No pé do outro morro. Um carro de num sei de que jeito. E toda hora parava aqui e dizia: “nós trabalha pro governo. Num sei o que... Tamo só dando uma olhada”. Mas num vi o significado que era isso não. Um dia mesmo, uns andaram por aí, e eu disse: ‘e aí? o que é que vocês acharam aí?’ Aí ele disse assim: ‘é, tem um lençol muito grande de água’. Ele disse que era de água. Mas, num era não. Na verdade, não. Por que é isso que tão vindo atrás? É de água? ‘Esse lençol se estende muito longe, vai até nesses baixão’. Lençóis de quê? “De água”. Um deles disse assim: ‘mas esta mulher pergunta’. E eu tenho que perguntar. E eu perguntava, né? Eu perguntava mermo. Mas, nunca explicaram o que era isso (Dona Petronília, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, junho de 2019. Grifo nosso).

Como é possível observar no relato de Dona Petronília, ela possui a compreensão de que os pesquisadores que circulam por suas terras e pela vizinhança já conhecem previamente o local, a partir dos mapas. “**Acho que aí já era mapeado mermo**”. Ao mesmo instante, nota-se a partir da leitura que ela faz desse processo, que esses grupos, quando são questionados a respeito dos trabalhos que estão realizando e das informações que possuem, tendem a desconversar. Pior do que desconversar para despistar, é a tentativa de disseminar para a comunidade que eles “trabalham para o Governo” e que naquela área “tem um lençol muito grande de água [...]”. ‘Esse lençol se estende muito longe, vai até nesses baixão’. Sendo a água

⁶⁹ O estudo “Geologia e Recursos Minerais da Folha São Raimundo Nonato SC.23-X-D-II, escala 1:100.000, estado do Piauí”, ao apresentar a metodologia utilizada na escrita da publicação menciona a utilização de fotografias aéreas na escala 1:60.000 (AUGUSTO, 2017, p. 16), confirmando trecho da fala de Dona Petronília sobre a utilização de aviões nas pesquisas sobre a geologia da região sudoeste do Piauí.

uma demanda de comunidades rurais do semiárido, dizer que a pesquisa que realizam está identificando lençóis de água no subsolo demonstra uma tentativa de angariar aceitação e mesmo apoio entre os moradores locais.

Figura 76 – Dona Petronília, moradora da comunidade Pé do Morro, Fartura do Piauí.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 13 de junho de 2019.

Figura 77 – Clareira desmatada para a realização de pesquisa mineral nas terras de Dona Petronília



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 13 de junho de 2019.

Figura 78 – Vegetação desmatada para abertura de variante e jogada ao lado da caixa de abelhas do apiário da família de Dona Petronília.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 13 de junho de 2019.

Convém destacar que a comunidade Pé do Morro, na qual reside a família de Dona Petronília, está assentada em áreas do embasamento cristalino que, pela característica das rochas, possui baixíssimos índices de infiltração e que, portanto, a existência de água para perfuração de poços fica restrita a existência das chamadas “águas enclausuradas” ou “águas geológicas”, que ficam armazenadas ao escorrerem por entre fraturas existentes nas rochas. Nesse contexto, o pesquisador que se reporta a Dona Petronília usa da “água” em um contexto de escassez, para criar um cenário favorável e de legitimação ao seu trabalho.

A mesma estratégia de dizer que as sondagens de pesquisa buscam por algo diferente do que consta nos dados dos processos minerários cadastrados na ANM aconteceu também em outras comunidades. Dona Raimundinha, moradora da comunidade Santo Antônio, localizada em Fartura do Piauí, narrou em depoimento para essa pesquisa como confrontou trabalhadores a serviço de uma mineradora, que chegaram em sua casa.

Não, eu não aceito vocês entrar aqui, não. Eu disse a eles. Eu disse: “olhe, “aqui é o Santo Antôim, aqui esse lugar”. Eu digo que ele é meu. Aí eles: “é porque nós quer fazer uma pesquisa aqui”, eles falaram. Eu digo: não, mas aqui não precisa fazer nada não. Aqui não tem nada de pesquisa. **“Não, é pra ver se nós acha uns ouro por aqui”**. Eu digo não. Aqui não tem ouro, não. Tivesse ouro, num é de hoje que o povo

já tinha achado o ouro. O Povo arranca cada monte aí, abençoado. Mas eu acho que num tem ouro aqui não. É, mas num sei, vamos ver. Vamos ver. Você sabe como é, ne? Continuaram aí, no mundo todo. Num é só aqui não. No mundo todo (Dona Raimundinha, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, 13 de junho de 2019).

A partir da fala de Dona Raimundinha, é possível perceber uma tentativa dos funcionários da empresa de minimizar os fatos, despistando a substância realmente pesquisada. Se para Dona Petronília usaram a água, para Dona Raimundinha falaram em ouro. “A gente quer fazer uma pesquisa aqui, para ver se achamos ouro.” Sendo o ouro um mineral bastante cobiçado, fala-se levemente em achá-lo, de modo a conseguir a aceitação de que as pesquisas avancem. No entanto, ela é asseverativa ao afirmar que em suas terras não existe ouro; caso existisse, o povo já teria encontrado.

É possível constatar em outro trecho da entrevista com Dona Raimundinha como a chegada da mineração nas comunidades, mesmo nessa fase ainda embrionária das pesquisas, causa uma espécie de apreensão nos moradores, fruto das incertezas nas quais todo esse processo está envolto.

O Edvaldo, que é o filho mais velho meu, eu falei. Ele disse: “Ah! Mãe, isso aí é de tempos de anos e anos”. Eu digo: “não, meu filho. É de anos e anos, mas eles tão começando desde agora. Desde agora”. “Ah! Quando eles for”. Ele quer dizer assim, quer dizer que vão fazer, arrumar esse negócio, essa guarita, essas coisas. “Quando for arrumar mãe, a senhora já morreu, num sei quem já se acabou”. Aí eu digo: “Não, meu filho. Mas tem que deixar quietinho pros outros. Então, porque eu vou morrer eu vou acabar com tudo. Né, não? Eu falei assim com o menino. “Não, mãe. Esse aí tem tempo, depois eles larga de mão, num sei o que”. Você sabe como é o povo, né? Um diz uma coisa, diz outra e o que eu posso dizer? O que, meu irmão? Eu posso ficar quieta, que eu também não posso falar diante deles. Num é? Já tenho minha idade, já avançada, agora o que os filhos disser, eu assumo. Eu não vou dizer que num é. Também, se eu disser eu num aceito, eu num aceito. Eles num tinha fé de fazer nada, eles num iam dizer: “não, mãe. Deixa pra lá, deixa ver”. Num é não? Ainda iam dizer assim comigo, num é? E meu dizer era esse (Dona Raimundinha, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, 13 de junho de 2019).

Mesmo com seu filho mais velho afirmando que para a mineração se efetivar, ainda levará “anos e anos”, Dona Raimundinha é contundente ao dizer que, na verdade, “eles tão começando desde agora”. Ela manifesta preocupações relativas à tentativa de avanço da mineração em relação às suas terras, que ficará de herança para os familiares. Perguntamos a seu Paulo, filho de dona Raimundinha, como iniciou a prospecção de minerais na comunidade de Santo Antônio. Conforme relato do mesmo,

Nós via esse carro passando aqui, mas só que não parava não, né? Eles tocavam no meio do mundo aí. Com o tempo eles vieram nas casas, pedindo [autorização para abrir variantes]. Até eu falei: “rapaz, eu posso até assinar pra vocês, mas aqui não é só eu que sou dono de tudo. Que aqui nós somos é em 11 irmãos”. [Funcionário a serviço da mineradora] “Não, mas é só pra nós passar um variantozinho aqui, num vai

incomodar nada não”. Passou, passou aí, passou bem por dentro dos quintais nossos aqui. Esses variante aí, tem bem aí, tem um piquetinho, bem aí no pé do poste. É uma picadinha, é uma picadinha assim, de dois metros, por exemplo, né? (Seu Paulo, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, 13 de junho de 2019).

A assinatura a que seu Paulo se refere em sua fala, trata-se, única e exclusivamente, de uma autorização para a abertura dos chamados variantes (Figura 78), que são picadas na mata por onde as sondas e os pesquisadores irão transitar para realização da prospecção. Não consiste em autorizações, da parte do superficiário dono da terra, para que a empresa realize pesquisas minerais. Essa tem sido uma outra estratégia que vem sendo adotada pelas empresas de pesquisa mineral. Ao chegarem em uma propriedade, eles buscam contratar, informalmente, um dos moradores da casa para a abertura das trilhas na mata, pagando por esse serviço de supressão vegetal. A lógica em torno desse processo consiste em buscar uma aproximação com os moradores, disseminando a ideia da geração de renda que a mineração pode trazer para a comunidade. Ao mesmo tempo, evitar conflitos com os moradores locais em decorrência da supressão vegetal.

Figura 79 – Variante aberto na propriedade de Dona Raimundinha e Seu Paulo, na comunidade Santo Antônio, em Fartura do Piauí.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 13 de junho de 2019.

O que dona Raimundinha, seu filho Paulo e os 11 irmãos de Seu Paulo não foram informados pelos pesquisadores da mineração é que a casa onde moram, a cisterna calçadão, a cisterna de telhado, o pasto do bode, as águas que a família agasalha nos caldeirões de pedra, bem como o local em que o apiário se encontra, vem sendo pesquisado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, e que, ao invés de pesquisar “ouro”, como disseram à dona das terras, estão pesquisando minério de ferro.

A mineração é responsável pela suspensão de partículas na atmosfera, seja pelas escavações, seja pelas explosões para o desmonte das rochas, seja pela circulação de carros e caminhões carregados de minérios. Em uma região em que a água para o consumo humano se dá por meio de cisternas, trata-se de uma atividade potencialmente danosa para as comunidades do entorno.

No caso da comunidade Santo Antônio, localizada na zona rural do município de Fartura do Piauí, onde a média anual de precipitação oscila entre 600 até 800mm de chuva irregularmente distribuídas ao longo dos meses do ano, constatamos a utilização das cisternas de placa, que capta a água das chuvas que escorrem pelo telhado, bem como as cisternas calçadão, com maior capacidade de armazenamento, que capta as águas de “enxurrada” no terreno por uma calçada de cimento que fica acima do reservatório. Verificamos também que a comunidade faz a utilização da técnica de “agasalhamento” da água pluvial, armazenada em caldeirões esculpidos naturalmente nas rochas pela força das águas, chamados pelos moradores locais de lajedos (Figura 79). Os caldeirões são cobertos com madeira com a finalidade de diminuir a evaporação, além de impedir que as criações que pastam soltas, como os caprinos, caiam dentro dos reservatórios. Trata-se de uma “tecnologia social”, fruto do conhecimento empírico de camponeses em seu processo natural e cotidiano de convivência com o semiárido.

Figura 80 – Seu Paulo, da Comunidade Santo Antônio – Fartura do Piauí, mostrando a água da chuva armazenada no caldeirão coberto com madeira para diminuir a evaporação



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 13 de junho de 2019.

Figura 81 – Apiário do Seu Paulo

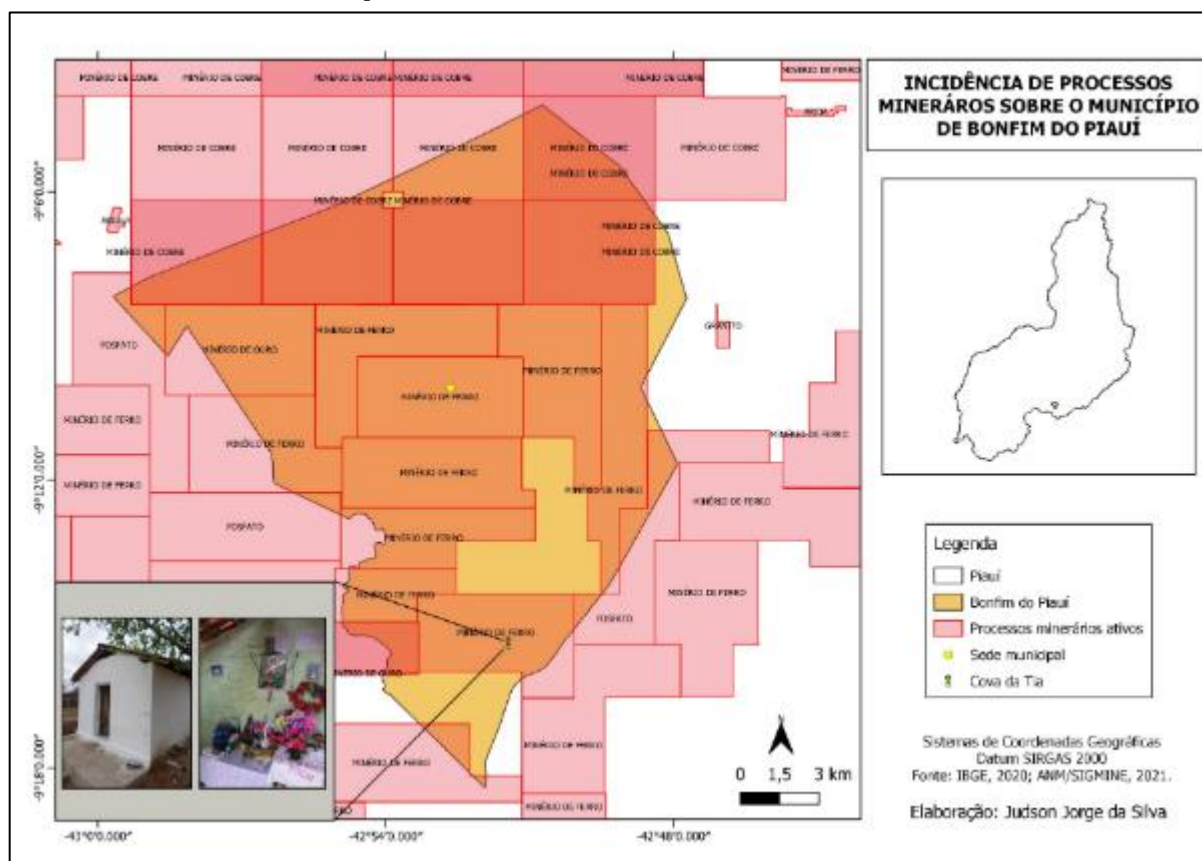


Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 13 de junho de 2019.

Outras comunidades também vêm sofrendo com as investidas das mineradoras. E, como o desenrolar das entrevistas revelaram, sofrendo com impactos psicológicos em virtude da ameaça da instalação da SRN Mineração nos arredores de suas casas, como observamos na comunidade André, localizada no município de Bonfim do Piauí.

Conforme se observa no Mapa 25, quase a totalidade do município de Bonfim é cobijado pelas mineradoras, que possuem processos minerários cadastrados junto à ANM. Desde a sede do município, até as áreas rurais, processos que buscam cobre, ferro, fosfato e ouro estabelecem, praticamente, uma tentativa de monopolização do município por parte de mineradoras.

Mapa 25 – Processos minerários em Bonfim do Piauí



Fonte: Elaboração própria (2021).

Uma das comunidades rurais de Bonfim do Piauí que se encontra em área de influência direta da mineradora SRN é a comunidade André, formada por 12 famílias que possuem parentesco entre si. Lá, entrevistamos de forma coletiva Dona Lolita, seu Deusinho e as suas duas filhas, Jucilene e Dona Nazaré, mãe de Nyanne Magna, que nos ajudou durante este trabalho de campo e durante o trabalho de campo na comunidade Espírito Santo. Em 2019, época da entrevista, seu Deusinho morava há 76 anos na comunidade André. A casa de seus

país era bem próxima a que ele reside hoje. Já Dona Lolita, em 2019, residia há 54 anos no André. Segundo ela, em 1965 mudou-se da comunidade Zé Luiz para lá. A quantidade de tempo pelo qual residem no local, por si só, já representa um indicativo de como a vida de ambos é arraigada a essa terra. Foi uma entrevista repleta de memórias, relacionando anseios, projetos familiares, transpassadas pela dinâmica do trabalho camponês, a partir do qual o casal criou os filhos.

Dona Lolita fez questão de iniciar a conversa contando sobre sua trajetória de estudos, em aulas que eram frequentadas de 8 em 8 dias para que cursasse módulos e realizasse provas. Relatou que concluiu seus estudos em 3,5 anos, período no qual leu 208 livros. Estudar, porém, foi um desafio. Segundo Dona Lolita, quando ela se matriculou, estava gestante de uma de suas filhas. Quando esta primeira filha completou um ano, Dona Lolita engravidou novamente. Nesse momento, seu esposo teria lhe dito que já não teria mais condições para ela estudar. Fato que ela diz ter retrucado no ato. "O que eu mais sonhava na vida era estudar. Se eu não tivesse estudado de forma nenhuma, eu sei que ia levar este grande peso em minha vida" (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Seu Deusinho, com um sorriso sereno no rosto, tratou de apresentar seu ponto de vista:

Eu acho que contribuí muito para o estudo dela. Sabe por quê? Porque aqui não tinha transporte. E eu ia levar ela lá no Castelo. Às 3h da manhã eu levantava, botava ela na garupa do burrinho e ia levar ela lá para pegar o carro. Quando ela vinha de tarde, eu ia lá buscar (Seu Deusinho. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva).

Sentada na cadeira ao lado, Dona Lolita repetiu um pequeno trecho da fala de Seu Deusinho, "ia buscar". Em seguida, continuou contando as dificuldades enfrentadas para que conseguisse estudar. Os estudos possibilitaram a Dona Lolita trabalhar um tempo como professora na própria comunidade, contribuindo na alfabetização local, bem como no sustento familiar. Mas não bastava apenas Dona Lolita estudar, Seu Deusinho desejava garantir estudo aos seus filhos.

Dona Lolita falou sobre os esforços de seu Deusinho para que os filhos pudessem frequentar a escola.

Ele dizia, "Lolita, eu só tenho a quarta série do primário". Ele disse "Lolita, eu não tenho estudo. Mas sou apaixonado. E eu quero dar estudo aos meus filhos". E eu ficava olhando pra ele e imaginava assim, eu pensava assim: meu deus! Mas uma coisa eu aprendi: que a gente tem que falar o que é bom pra gente. Ele caducava com essa daqui que era a mais velha (se referindo a Dona Nazaré) e ele dizia: "essa daqui vai estudar no ginásio, em São Raimundo". E eu aqui pensava: um transporte não tinha, não tinha nada. E ele trabalhava como um louco e trabalha ainda hoje. Pois não é que foi mesmo? E eu gosto de falar com ele: uma boca não podia ser melhor do que aquela. O que ele disse foi a verdade. Mas era um sonho dele. Coitado, mas o estilo era

levantar quatro horas da manhã (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Seu Deusinho, complementou essa parte da história,

Eu não tive possibilidade de estudar, aí eu não queria deixar minhas filhas que nem eu, sem estudar. Sem estudo E, graças a Deus, dei um pequeno anzol a ele e eles vão pescar agora. Eu ia levar eles na segunda-feira pra pegar carro lá onde eu tô dizendo. São talvez uns cinco quilômetros ou mais. Aí tinha a carroça velha, botava eles em riba da carroça e levava. Levava até lenha pra eles cozinhareem o rango lá (Seu Deusinho, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Para criar os filhos e possibilitar as condições necessárias para que pudessem estudar, o sustento da casa veio de uma propriedade de 80 ha, sendo dividida em “dois serviços”, como diz seu Deusinho. Um “serviço” de 30 ha, onde se localiza a casa em que moram, e o outro “serviço” de 50 ha, localizado na comunidade Lagoinha, próximo a comunidade do Alto Alegre. “Se eu dei um pouco de estudo pros meus filhos, foi da roça. Não foi de outra coisa não. Trabalhando que só um louco, mas foi” (Seu Deusinho. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva).

Embora tivesse direito a usufruir de uma terra de conjunto, seu Deusinho fez a aquisição desta propriedade, comprando de um tio. Dona Nazaré nos explicou o funcionamento de uma terra de conjuntos e como seu Deusinho fez a compra de uma porção de terras. Segundo ela,

Conjunto é o seguinte, tem um patriarca, né? Ele deixou... digamos que ele tinha... digamos que alguém tinha 60 hectares de terra e tinha 10 filhos. Aí ele deixa aquela herança pra os 10 filhos, né? Só que não dividida, pra dizer assim: “meu pai é dono disso daqui, meu pai é dono daquele”. Não. Aí, a pessoa, como meu pai, construiu aqui, e era dentro da terra de conjunto.

Aí ele vai fazendo o segmento. Tinha um irmão dele que morava bem aqui, também dentro da terra de conjunto. Aí eles iam fazendo seguimento: dali pra cá era do meu pai, dali pra cá era do meu tio, mais pra li do meu outro tio. E assim eles iam se alojando. Fazendo roça e divisões. Às vezes a mesma cerca de um tava [a do outro], como esta cancela: meu pai deste lado, daquele outro lado já era roça do meu irmão. Ou do irmão dele. Aí, dali pra lá meu pai não plantaria, ele só plantaria pra cá. Eles faziam aquelas reservas pra ir facilitando as cercas, pra ir... aconteciam essas divisões. Só que o meu pai [...], quando conseguiu comprar, ele disse: “não, eu quero tirar uma parte aqui que é pra minha casa e o que é dos meus filhos ficar no que é meu e não no conjunto.” Só que aqueles bem ali, eles têm terra, essas casinhas que nós tamo vendo ali, eles têm terra, mas só que eles ainda vivem em terra de conjunto. Não é separadinha assim como meu pai tem esses 30 hectares pra poder ter a propriedade registrada. Mas ainda existe. Aquela que eu moro lá é de conjunto. Ó, minha casa tá dentro de uma terra de conjunto. Só que voltando já do muro pra lá, já é de meu sogro, já é do pai do Bartolomeu, mas a casa em si mesmo tá na parte de herança que era do meu sogro. A casa dele, junto com a minha, com aqueles muros ali, é dentro da terra de conjunto. Aí lá tem a divisão. Pra lá já foi o meu sogro que comprou. Aí eles vão fazendo esse tipo de coisa. Tem muito a ver com o parentesco. Por que é que eu moro aqui e meu irmão? É porque ele já é meu irmão. Vamos ficar aí porque um é irmão do

outro, é primo, é tio é sobrinho, é tudo isso aí (Dona Nazaré, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

No trecho citado, Dona Nazaré explica o funcionamento das chamadas terras de conjunto. Em síntese, trata-se de terras de herança que, por não terem sido inventariadas após a morte do proprietário, passam a ser utilizada pelos herdeiros de modo coletivo. Na prática, o surgimento de uma terra de conjunto passa a definir diversas formas de relações mediadas por uma ética do uso comum, haja vista que nela passa a coabitar e trabalhar irmãos, tios, sobrinhos e primos. Nessas terras, por exemplo, é possível desmatar para abrir uma roça, para retirar lenha para cozinhar, ou obter madeiras para uma cerca, para a construção de estruturas voltadas à produção, como maquinário de ralar mandioca, suportes para a secar o milho, construção de currais e casas de farinha, entre outros. Entretanto, por ser uma terra de uso coletivo, não é permitido exageros. Um morador de uma terra de conjunto não poderá, por exemplo, extrair madeiras para alimentar carvoarias. Na prática, um *ethos* comunitário acaba servindo como forma de preservação do bioma caatinga, haja vista não ser tolerado um uso indiscriminado da terra por um dos membros da família.

Figura 82 – Exemplos de utilização da madeira extraída da caatinga.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em dezembro de 2019.

Na Figura 81, são apresentados exemplos de utilização da madeira, feitas por seu Deusinho, no entorno de sua casa demonstrando que, desde que possuem terra e território, todo camponês é, também, um extrativista que retira da natureza elementos necessários à sua reprodução social e material. Esse exemplo remete a discussão que realizamos no capítulo 2.1, quando tratamos dos diferentes tipos de extrativismo, realizados a partir de intencionalidades e finalidades muito distintas. Esse tipo de extrativismo tende a ser prejudicado pela realização de cercamento de áreas de uso comuns, por parte de mineradoras.

Outra característica das terras de conjunto é que, por não serem inventariadas, a propriedade não se fragmenta em propriedades menores. Desse modo, funciona também como uma proteção contra as tentativas de empresários comprarem pequenas propriedades,

ocasionando um processo de monopolização do território por parte de empresas agropecuárias ou mesmo de mineradoras. Em sua essência, a existência desse modo de organização da propriedade, com suas relações de trabalho, relações comunitárias e suas pluralidades, se constitui como antagônicas aos projetos hegemônicos de desenvolvimento intentado por investidores que buscam se efetivar no ambiente semiárido, com suporte estatal. Por essa razão, podemos afirmar que o modo de vida dessas famílias é, por si só, a antítese do projeto monopolizador, homogeneizador da produção intensiva da mineração que se pretende implantar nessa parte do Piauí. Trata-se, portanto, de um exemplo de antologia política do território, como discutido por Escobar (2016).

Segundo dados da EMBRAPA (s.d), um módulo fiscal em Bonfim do Piauí corresponde a 70 ha. Somando as duas áreas, ou os “dois serviços”, a propriedade de 80 ha de seu Deusinho é um pouco maior que um módulo fiscal local. A família trabalhou essa terra, tirando dela seu sustento.

A gente vive a vida, assim, da roça... a criaçãozinha só pra compor ali... Pra comer e inteirar. Porque, você sabe que quem veve de um salário-mínimo tem que mexer com outras coisinha, senão não come. É. Precisa mexer com uma criaçãozinha, com uma coisa... Tem que ter ovo de galinha, tem que ter uma galinha pra comer. Assim mesmo, sem poder, idoso e com dor e com as dificuldades de chuva, eu luto pra ter aquela completação... completar aquele salário. E eu ainda até tiro o de dar ração aos bichos. Às vezes, tá ficando com fome pra dar aos bichos. Por causa da estiagem (Seu Deusinho, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro De 2019).

Conforme a citação acima, seu Deusinho se considera um agricultor. Sendo as criações uma forma de complementar o sustento. Embora existam algumas cabeças de gado, nessa região, é a caprinocultura a mais praticada. Dona Lolita diz que essa criação era importante para garantir o leite da alimentação das crianças, um leite que ela diz ser muito saudável e "forte".

Os bodes são criados de forma extensiva, estão soltos na caatinga, sobretudo em razão do tamanho limitado que as terras e conjuntos garantem para cada família. Nos períodos de estiagem, no entanto, é comum a complementação da alimentação.

Figura 83 – Manejo de rebanhos bovino e caprino realizados por seu Deusinho. Detalhe nas orelhas dos animais.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em dezembro de 2019.

Nesse modelo de criação, é comum que os rebanhos se misturem. Entretanto, são utilizados sinais na orelha dos bodes e das cabras para marcar os rebanhos. Esse sinal, assim como a terra de conjunto, é hereditário. Os familiares dividem o mesmo sinal, com exceção da chamada diferença, que é uma marcação na outra orelha. O sinal e a diferença é o que permite a identificação do rebanho, evitando a perda dos animais ou a apropriação dos animais de outros. Didaticamente, seu Deusinho nos explicou sobre o funcionamento dos sinais e da diferença, utilizando-se de duas folhas como se fossem as orelhas dos caprinos. Nessas folhas, ele executou os tipos de corte que compõem o sinal de sua família.

A marcação hereditária do rebanho com um corte na orelha leva em consideração aspectos da ascendência do criador. O símbolo atual é chamado de “diferença” e é feito na orelha oposta à qual se fazem os sinais do pai e do avô. Mostrando uma forma ancestral de lidar com os caprinos soltos na caatinga. Na foto a seguir (Figura 83), seu Deusinho nos explicou como funciona a hereditariedade dos símbolos utilizando a folha de uma árvore para nos ensinar.

Figura 84 – Exemplo, através de uma folha de árvore, de como são feitos os cortes nas orelhas dos caprinos criados soltos



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo realizado em dezembro de 2019.

Quanto ao cultivo agrícola este era e ainda é o de sequeiro, uma forma de agricultura sazonal, dependente da quadra chuvosa. Na roça cultivava-se milho, feijão e macaxeira, sendo essa base da alimentação local, inclusive da família de seu Deusinho e Dona Lolita. As sementes, tanto no passado quanto hoje, após selecionadas algumas, são guardadas para um replantio no ano seguinte. Na atualidade elas são armazenadas em garrafas PET (Figura 84), uma forma de reutilização racional destes recipientes. Em alguns casos, algumas famílias que também desenvolvem a atividade de apicultura vedam as garrafas com cera de abelha, o que

mantém por ainda mais tempo os cereais estocados. Da macaxeira se reaproveita a maniva para o replantio, ou seja, parte do caule da qual brota uma nova planta. A macaxeira é a matéria prima utilizada na fabricação de quatro tipos de farinha, sendo estas a de guerra, borra, puba e a de tapioca. As farinhas são estocadas em sacos de nylon. Na foto abaixo, Dona Lolita nos mostra uma cuia com a farinha de borra. Ao fundo, observa-se garrafas PET nas quais estão armazenados feijão colhidos na roça da família.

Figura 85 – Dona Lolita apresentando a farinha produzida por sua família



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em dezembro de 2019.

As trocas de sementes são comuns entre a vizinhança. Conforme seu Deusinho, a medida utilizada na troca é a do prato. Sementes "melhor situadas" são trocadas entre vizinhos. Às vezes, as sementes também são vendidas, ou, segundo Dona Lolita, também são trocadas por serviços. "Troca por serviço também, que às vezes ele precisa do serviço de alguma pessoa. Chega aqui 'eu quero trabalhar para ganhar feijão'. Aí, ele põe a pessoa para trabalhar e quando sai leva o feijão." (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Dona Lolita disse que também existem trocas entre as mulheres e citou outro exemplo de medida, a do copo com semestre de coentro. Segundo ela, são empréstimos, que depois são repostos para a pessoa que forneceu. Dessa forma, mantém-se o cultivo do coentro quando possível. Costuma também ocorrer troca de mudas de plantas, em muitos casos medicinais, como hortelã, capim santo e mastruz.

No entorno da casa, Dona Lolita mantém o quintal produtivo, que também é sazonal. Nos tempos da chuva, não falta nos arredores da casa maxixe, abóbora, coentro, cebolinha e pimentão. Esse cultivo também é de quadra invernosa, em razão da dificuldade de acesso a água para irrigação, que tem como característica ser salobra na localidade André.

Após esse diálogo inicial, onde a família nos apresentou elementos da vida na comunidade, com os aspectos do cotidiano do trabalho, da lida na roça, as trocas de sementes por sementes, de sementes por dias de trabalho, a doação ou mesmo a venda das sementes que eles mesmos selecionam, dos cuidados com a pequena pecuária, as relações de parentesco, entre outras tantas histórias como os desafios de trabalhar para sustentar a família e realizar sonhos, em especial o de prover a educação dos filhos, entramos na questão sensível da mineração.

Perguntamos à família o que pensavam a respeito dessa possível chegada da mineração nas redondezas de sua casa, em especial sobre o caso da SRN mineração. A família foi unânime em refutar qualquer interesse na chegada dessa atividade, e para além disso, expuseram como se sentem ameaçados com a possibilidade de que uma mineradora se efetive no local onde se desenrolou toda a trajetória de vida da família.

Segundo Dona Lolita,

Eles não vão chegar aqui pra fazer nada pra dar resultado pra mim. Eles vêm é buscar resultado. Bom, pra mim, é doloroso saber que essa mineração vem pra cá, porque o que eu vejo na televisão aí, através desses meios de comunicação, o que eu vejo é que a mineração chega aí é pra deteriorar nosso solo, acabar nosso solo. Chega aí pra fazer muitas valas, muita coisa aí. E nós é quem vai ficar na pobreza, quem vai virar paupérrimo somos nós. Ainda, mesmo que eles venham... pra começar, toda indenização ela vem... a vítima tá ali... né? Quando uma coisa chega indenizada pra gente, a gente é vítima daquilo ali. A gente já é uma vítima, não é? E eles não vão nos dar uma indenização favorável. Eles vão dar uma indenização péssima. Muito abaixo do que nós tem. O que nós tem aqui é pouco, mas eles não vão valorizar pelo justo valor (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

É possível perceber na fala de Dona Lolita, uma compreensão de que a atividade tende a gerar impactos para a comunidade, tanto de ordem ambiental, quando menciona que a mineração vai deteriorar os solos, bem como do ponto de vista socioeconômico, ao mencionar

que a mineração vem buscar resultado para eles, ou seja, para o empresário investidor e não para a comunidade o que, para Dona Lolita, deixaria a comunidade em situação paupérrima.

Para Dona Nazaré, além dos impactos mencionados por Dona Lolita, existe também um dano de ordem psicológica que a mineração tende a desencadear. Para isso usou o exemplo do rompimento de hábitos familiares de socialização e confraternização, os quais eles costumam chamar de “amoitar”. Amoitar, segundo ela, é reunir toda a família na casa dos seus pais.

Por detrás de toda a questão, digamos que física, tem a psicológica. Duas pessoas que viveram sempre aqui, como o meu pai e a minha mãe, jamais eles vão encontrar um lugar que vá dar a eles o prazer que essa casa aqui proporciona. Essa questão do emocional, ela fala também muito alto em relação à desapropriação. Quando qualquer pessoa é tirada do seu habitat, do seu lugar, ele perde em si algo muito fundamental, que é a questão da convivência. Nós temos uma vida aqui, nós temos uma história, tanto é que nós vamos por onde nós formos, nós enquanto irmãos, mas aqui nós temos até uma forma de dizer: estamos com muita saudade de ir amoitar no André. Amoitar é começar cedinho aqui no domingo e depois se deitar aqui. Deita todo mundo aqui [no chão], os meninos passam por cima de nossa cabeça, deita uns aqui, outros ali, uns se espalham lá pelo forno.... sei que nós chama isso de amoitar. Nós temos essa coisa na nossa família: “ei, que dia nós vamos amoitar no André?”. Só faz mandar dizer ao papai. Tem vez que chega aqui e já tem duas galinhas já temperadas, um bode, um porco pra torrar ou um tanto de torresmo. Aí, sempre é isso. E é isso que vai... é isso que nos deixa muito fragilizados, é pensar que nós podemos perder esse grande valor, que é o valor que nós temos em relação às nossas raízes (Dona Nazaré, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Como é possível observar, dona Nazaré se preocupa com a perda das raízes, e das relações familiares, em virtude da chegada da mineração. Para ela isso gera questões de ordem emocional e psicológicas. No mesmo sentido, Dona Lolita, após reafirmar suas preocupações de ordem econômica, expôs sua preocupação com parentes que afirmaram ter “perdido o sono” por causa da mineração.

Eles mesmos, de verdade, eles não vão indenizar ninguém pra deixar ninguém com recurso não. Eles vão é tirar o que nós temos, o que nós conseguimos ao longo dos anos atrás. Nós estamos com o quê... com cinquenta e quatro anos que nós tamo nesse sítio. Nós temos nossas coisas. Eu sei que os valores são poucos, porque se chama de pobre, que somos mesmo. Mas assim, não somos pobre, porque nós tem espírito de trabalhar, nós tem o espírito de trabalhar. Ói, nós tem ali um barreiro, nós tem ali um poço, um cacimbão, e nós temos cercado pra acolá, nós temos uma área de terra de 80 hectares. Tá tudo dentro aqui desse foco. Eles não vão nos dar esse valor não. E eu costumo dizer aqui, parece que eu só tenho um jeito de sair desse lugar aqui: quando for numa urna. Porque aqui eu acho bom demais. Esse sítio aqui é um Céu na Terra pra mim.

Eu, outro dia tava ali num novenário e fiquei até preocupada com uma senhora que é minha parenta, mora ali pro Moreno. Ela tava dizendo comigo que perdeu uma noite de sono pensando nessa mineração. Aí eu falei pra ela “nós pode perder as terra, mas não precisa perder a cabeça não”. Porque esse povo mais idoso, ficam muito preocupados com isso, que eles não querem perder o patrimônio deles, as coisinhas que eles, ao longo dos anos, já ganharam, né? E a gente vai pra onde? Esse monte de

idoso vai pra onde se isso chegar a acontecer? Não é fácil não (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

O que Dona Lolita não foi informada pela mineradora, tampouco pelo Estado do Piauí, é que no caso da comunidade André, que se encontra localizada em área de influência direta, mas não na área diretamente afetada, possivelmente eles não serão obrigados a se retirarem por causa da SRN Mineração. Porém, a permanência no lugar tende a deteriorar a qualidade de vida, precarizando e vulnerabilizando os sujeitos locais com os danos que a mineração irá causar na localidade. Necessário destacar que essa vulnerabilização dos moradores já é uma realidade, como se percebe em seu depoimento ao mencionar o caso de sua parenta, uma idosa moradora da comunidade Moreno, sítio próximo ao André, a qual afirmou ter perdido o sono por causa da mineração.

É lá mais na frente. É lá num lugar que eles chamam Moreno, que é um sítio deles lá. E, aí, ela disse: “eu perdi... Lolita, eu não pude dormir, pensando nesse negócio aí.” Nós tava ali no novenário e ela me falando isso. Aí eu falei pra ela, disse: “não, a gente não pode, a mente da gente não pode ficar presa nisso aí não. A gente tem que levantar a cabeça. Mesmo que a coisa venha, mas nós não pode...” Porque, de fato é assim, nossa cabeça é muito frágil, né? A fragilidade humana é muito grande. Nós temos que.... mesmo que a coisa seja pesada e seja dura, mas nós tem que levantar a cabeça, nós tem que pôr a cabeça no lugar porque nós precisa da mente. Se perder a cabeça acabou tudo né? (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Apesar dessa perda da paz que a ameaça da mineração já tem sido capaz de gerar para os moradores desse território camponês, Dona Lolita não esmorece na defesa de seu território, mas sobretudo, de sua trajetória de vida nesse pedaço de chão que empresa e estado enxergam apenas como reserva de minérios.

Eu tô pronta pra ir. E eu não vou ficar lá com minha boca num saco não. Eu vou... minha voz tem que sair. Porque eu tenho coragem de falar. Não tenho medo de Marcelo [referindo-se a Marcelo Prado, presidente e acionista da SRN Mineração] e nem de ninguém. Eu vou falar o que eu sei. Mas, eu não vou pra uma reunião pra ficar quieta. Eu tenho que falar, que me pronunciar. Eu tenho que dizer alguma coisa a respeito disso. E eu sei o que é mineração, sei porque eu vejo nos meios de comunicação. Eu não vejo um lugar que tá bonito, que tá decente depois de um trabalho desse. Só fica é a buraqueira lá (Dona Lolita, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Isso se manifesta em seu discurso e em suas ações. Discurso, porque faz questão de se posicionar contra à chegada do empreendimento e em defesa de seu modo de vida, e práxis, porque participa das ações de mobilização que envolvam o enfrentamento à mineração, como reuniões organizadas pela Cáritas Diocesana, pelas Universidades, além de participar das

atividades públicas como a primeira audiência do projeto SRN Mineração, ocorrida em 09 de dezembro de 2019 (Figura 83).

Figura 86 – Intervenção de Dona Lolita na 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de participação na 1º Audiência Pública do Projeto SRN Mineração, em 09 de dezembro de 2019.

A Figura 85, mostra Dona Lolita durante uma intervenção na 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração, ocorrida em 9 de dezembro de 2019, no auditório da Diocese de São Raimundo Nonato. Nessa audiência, que foi presidida pela então Secretária de Meio Ambiente do Estado no Piauí, Sádía Castro, irmã da prefeita de São Raimundo Nonato, Carmelita Castro, as comunidades ameaçadas pelo projeto compareceram em peso, manifestando posicionamento contrário à instalação de uma mineradora em seus territórios. A audiência foi marcada pela denúncia do atropelo de prazos, haja vista ter sido convocada pela SEMARH - PI com apenas 20 dias de prazo, quando deveria ter sido cumprido o tempo mínimo de 45 dias; além de denúncias de que o EIA/RIMA omitiu o território quilombola Lagoas dos seus estudos. Representantes de várias comunidades denunciaram também o perigo dos cercamentos que

serão causados pela mineração, em especial o prejuízo que isso pode vir a causar para a pecuária caprina, ameaçando também a atividade apícola. A comunidade cobrou também explicações sobre a mineradora ter como um de seus blocos de minérios o local em que existe um santuário de devoção popular chamado de Cova da Tia.

Outra comunidade localizada em Bonfim do Piauí, que se encontra na condição de ser uma das mais impactadas pelo projeto da SRN Mineração é a comunidade Espírito Santo, localizada muito próximo aos limites territoriais do Quilombo Lagoas. A comunidade é formada por cinco famílias que mantêm entre si grau de parentesco. Nessa comunidade, realizamos duas entrevistas, a primeira delas com seu Pedro Viana, em junho de 2019. A segunda, uma entrevista coletiva com seu Pedro Viana e Dona Dézinha em dezembro de 2019 (Figura 86).

Figura 87 – Seu Pedro e Dona Dézinha.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo na Comunidade Espírito Santo em dezembro de 2019.

Conforme Seu Pedro, sua família reside nesse local desde 1964 quando seu pai, nascido na Comunidade André, mudou-se para essa área. Ao chegarem na localidade Espírito Santo, o

pai de seu Pedro adquiriu 82 ha de terra e seu Pedro, posteriormente, adquiriu mais 42 hectares. Seu Pedro, nascido em 1951, chegou nessa terra com 13 anos de idade. De lá para cá, esse tem sido seu lugar no mundo, onde formou família, casou-se e teve cinco filhos.

Segundo Dona Dézinha, todos que residem na comunidade possuem um grau de parentesco. “quem não é irmão é primo, quem não é primo é sobrinho. O que um sente, outro sente também” (Dona Dézinha. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Possuindo laços de parentesco e morando próximo, além do elo familiar e da proximidade cotidiana, a comunidade costuma exercer momentos de socialização em que todos se juntam para celebrações religiosas, comumente chamadas de “festejos de santo”. Segundo Seu Pedro,

[...] agora fizeram aqui essa igreja, graças a Deus, por obra de Deus. Tá todo mundo envolvido na igreja. E tem na Tia, que é um lugar de muitas promessas de São Gonçalo, sabe? Roda de Gonçalo. O lugar é aqui [Cova da Tia], mas a promessa não é só pra os daqui. É aí, no morro, que é ponto de oração, a casinha da Tia. E o povo faz suas promessas de Gonçalo e vai dançar lá, sabe? A tradição nossa aqui que vem mantendo é essa daí: São Gonçalo (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Conforme a fala de seu Pedro, além dos festejos para São José, a população local e da região costuma se encontrar nas proximidades da comunidade Espírito Santo, no local chamado “Cova da Tia”, que se localiza na área do território quilombola Lagoas. Segundo relatos de moradores locais, bem como autores como Aquino (2009), Matos e Rodrigues (2010) e Freire (2018) e Lima (2019b), trata-se de um espaço sagrado e de devoção do catolicismo popular e sincrético.

Segundo informações contidas no laudo antropológico redigido o processo de titulação do território quilombola Lagoas,

A cova da tia, localizada no alto de um morro de difícil acesso na mata da caatinga, é um sepulcro de uma mulher escrava que é lembrada por todos que a visitam como marco de referência da religiosidade popular. O espaço é visitado pelas diversas pessoas da redondeza que procuram proteção e/ou pagar um pedido alcançado que vão desde " proteção, cura de doenças até uma boa colheita de feijão, mandioca ou milho". O local referido tanto vivifica os costumes da religiosidade da população local como estreita as relações sociais e culturais da fé expressada, também, a partir da história de uma mulher escrava que, em fuga, não consegue resistir às condições climáticas da escassez de comida e água na Caatinga (Matos; Rodrigues, 2010, p. 60-61).

Figura 88 – Local de devoção popular Cova da Tia.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido durante mobilização sobre a mineração promovida pela Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, em 26 de outubro de 2016.

O local atrai pessoas (Figura 89) não apenas das comunidades em seu entorno, mas de toda área do Quilombo Lagoas e até mesmo de outros estados para pagar promessas de graças alcançadas (Freire, 2018; Lima, 2019b).

Figura 89 - Manifestações religiosas na Cova da Tia



Fonte: Andreia Viana (2019).

Na pequena e simples edificação construída no local onde se encontra a cova, é possível encontrar ex-votos, bilhetes, cartas, nomes de devotos escritas nas paredes da pequena capela (Aquino, 2009), fotos em agradecimento de bens adquiridos e até mesmo santinhos com propaganda de candidatos eleitos para mandatos políticos nos municípios próximos (Figura 90).

Figura 90 – Interior da capela onde se localiza a Cova da Tia.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido durante mobilização sobre a mineração promovida pela Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, em 26 de outubro de 2016.

Na Figura 90, é possível observar um quadro com uma camioneta, pregado na parede do interior da pequena capela onde jazem os restos mortais da Tia. Os objetos são depositados no local para o pagamento de promessas devido a graças alcançadas, que são atribuídas a intervenção milagrosa de uma senhora que, por ter seu nome desconhecido, recebeu a alcunha de “Tia”. Como o seu nome próprio é desconhecido, Lima (2019b) afirma que os devotos a chamam de “Tia” em uma conotação carinhosa, de familiarização em busca de proteção.

Contam os moradores locais e os escritos acadêmicos que a Tia teria sido uma escravizada que se perdeu na Caatinga, para alguns, após ter fugido do cativeiro (Aquino, 2009), para outros, após adentrar na mata em busca de lenha (Freire, 2018). Perdida na mata, teria sucumbido de sede e de fome e seu corpo teria sido encontrado e sepultado dignamente no local que hoje é tido como espaço sagrado. Após isso, ela teria passado a realizar alguns milagres quando sua intercessão era pedida por algum necessitado, daí a “Tia” ser considerada como uma Santa Popular.

Conforme Lima

Segundo os moradores do Quilombo Lagoas, não se sabe a procedência da Tia, seu nome, família, nem tampouco a idade que tinha ao morrer. O que dizem é que os restos mortais se encontravam em decomposição quando foi encontrada por um homem, que julgou ser uma mulher pela vestimenta e que esta estaria pegando lenha, por conta de um feixe de madeira próxima ao corpo. Vendo isto, o senhor fez uma cova e a enterrou. Depois disso, houve rumores de que o senhor que fez a cova para a Tia foi curado de uma doença de forma inexplicável. Então o local passou a ser visitado por diversos motivos: “busca de cura para doenças, busca por pessoas desaparecidas, casamentos, obtenção de aprovação em concursos, empregos, recuperação de objetos roubados, cura de vícios, cura de sequelas advindas de acidentes” (AQUINO, 2009: 27) (Lima, 2019b, p. 94).

Freire (2018), a partir do depoimento de Duda e Santinha, duas moradoras da comunidade quilombola Lagoa da Firmeza, aponta para uma relação que já duraria três séculos. Conforme esse autor, existe uma

[...] relação tricentenária com a cova que guarda o corpo de uma mulher que, escrava cativa, desapareceu por 3 dias. Encontrada morta, teria saído para caçar lenha. Esta mesma mulher protagonizou diversas aparições, vindo a atender suplícius promovendo curas, ajudando a alcançar graças por mais de cem anos. Sua cova seguia guardada pelos moradores dos arredores que, com o passar do tempo, passaram a cercá-la, cobri-la com uma pequena edificação, mobiliá-la com dois pequenos bancos, altar (Freire, 2018, p. 177)

É nesse local, de forte característica simbólica, que Seu Pedro e Dona Dezinha dizem ocorrer muitas das rodas de São Gonçalo. Conforme o casal entrevistado, as rodas de São Gonçalo são manifestações de cunho religioso e cultural, que acontecem nas comunidades rurais dos municípios do entorno de São Raimundo Nonato. Sendo comum acontecerem também no local de devoção da Cova da Tia, em Bonfim do Piauí. Marcadas por música, cânticos, danças e orações, as rodas de São Gonçalo acontecem quando um devoto paga uma promessa, como forma de agradecimento por uma graça alcançada. Geralmente são dançadas entre seis e doze rodas de São Gonçalo, o que, segundo eles, têm uma duração de aproximadamente três horas. Conforme seu Pedro, a quantidade de rodas é definida pelo acerto

entre o fiel e o Santo, quando do pedido da graça almejada. Porém, é comum que o mínimo seja de seis rodas. Segundo Dona Dezinha, essas rodas são animadas por músicos e pelo guia e contra guia, responsáveis pela condução dos trabalhos/cerimônia. “Tem o guia e o contra-guia pra ensinar aos outros. O guia e o contra guia são os da frente. Eles fazem uma fileira, aí depois vai trocar. É bonito demais” (Dona Dézinha, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Segundo Seu Pedro,

A tarefa deles, que eles fazem, é empreitada. Você faz a promessa, sempre é meia dúzia. “Meu santo São Gonçalo”. Aí, faz aquela promessa, meia dúzia ou doze rodas. [...]. Doze rodas, mas o mais comum só é seis, que doze demora muito. Tem as pessoas especializadas, que é quem domina, que é quem sabe fazer as coisas. Você sabe, como quando a gente é criança, tudo não tem o chefe pra brincar? “Vamos brincar?”. “Vamos”. Um sempre é o chefe. Bem assim é o Gonçalo, tem o chefe, os que sabem botar os outros pra dançar, que dá as ordens direitinho, são os guieiros, esses que são os chefes. Aí tem o dono, que é o dono da promessa. Mas tem que chamar o Guieiro. Aqui (nas proximidades da comunidade Espírito Santo) nós tem um velho, o tio Venâncio, ele é chamado. E tem os caras chamados de longe pra vir. Chama, e esse viaja é muito. O povo chama porque ele é quem sabe fazer as rodas direitinho, que tem o conhecimento direitinho pra guiar o povo. Tem o Francisco também. Mas, especializado mesmo é o tio Venâncio. E tinha um velhinho, que era o chefe mesmo, esse mudou, esse é que chefiava mesmo. Sabia cantar tudo os cantos. Ele tinha o canto do Gonçalo, ele tinha o próprio canto dele, sabe? É... tinha o canto dele. Ele sabia todos os cantos dele, dele mesmo. [Para conduzir as rodas eles são], por exemplo, aqui da região. Vem da Firmeza, vem aqui do Salitre, que é outro aqui de perto. Você faz o São Gonçalo, aí você diz: ‘fulano quero que você vá dançar minhas rodas’. Aí eles vão, porque eles é quem sabe fazer, conduzir o povo direitinho, quem sabe fazer as rodas direitinho são esses aí. São os chefes. São os especializados pra fazer a dança direitinho, como é que troca. Eles tocam de vários jeitos (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Conforme o relato acima, é possível compreender que a Cova da Tia representa um bem identitário comum, de característica material e imaterial, associado a práticas de um catolicismo popular e da umbanda, muito importante para a história, memória e a identidade da população dessa região. Por essa razão, várias são as manifestações de insatisfação com o projeto de mineração e em defesa da Cova da Tia (Figura 91 e 92).

No entanto, o morro no qual está localizada a Cova da Tia fica em uma das regiões alvo requerida pela SRN Mineração para exploração de magnetita. Embora a empresa justifique que as áreas do projeto não incidam diretamente no local de devoção e sim em suas proximidades, essa área ficará cercada por áreas destinadas à mina a céu aberto, usina para beneficiamento do minério e depósito de estéréis. O cercamento dessas áreas, a circulação de carros e caminhões provocados pela mineradora e o desmonte de rocha por meio de explosivos, tende a alterar a dinâmica desse lugar considerado sagrado.

Figura 91 – Faixa em defesa da Cova da Tia na fachada de escola em Bonfim do Piauí, no dia da audiência pública.



Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo durante a audiência pública do projeto SRN Mineração, em 16 de maio de 2023, em Bonfim do Piauí.

Figura 92 – Intercâmbio entre comunidades afetadas pela mineração na área do projeto Planalto Piauí e comunidades do quilombo Lagoas e entorno.



Fonte: Andreia Viana (2019).

As figuras 91 e 92 mostram a população das comunidades do entorno da Cova da Tia mobilizadas diante da ameaça a esse território sagrado, sendo um indício da apreensão que estes vivenciam, mesmo antes da mineração se efetivar. Daí a necessidade de se questionar se o ganho dos empresários da mineração deve ser entendido como algo privilegiado em detrimento do bem-estar da população que ocupa ancestralmente esse território.

Bem-estar esse, explicitado por Dona Dezinha, quando perguntada como ela descrevia a vida na Comunidade Espírito Santo.

Deixa eu dizer em minhas palavras. Eu acho aqui muito bom! Que daqui eu só saio se for obrigada, empurrada, se me levarem na marra. Mas eu, nem meu lugar [de origem], que eu morava, eu morava aqui pra baixo [apontando a direção com o braço esticado], lá eu gostava demais. Mas agora, eu não quero mais voltar pra lá. Só se for obrigada mesmo, mas eu não quero. Porque eu me dou muito bem aqui, acho muito bom aqui. Me dou bem com os vizinhos, graças a Deus, não tenho mal querência com ninguém. Se fizer uma votação aqui, pra dizer “essa neguinha vai ter que ser tirada daqui”, eu acho que na parte do “tirada”, se achar dois [que concorde], não acha três. Não sei nem se acha dois (Dona Dezinha, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Respondendo a mesma pergunta, sobre a vida naquele lugar, seu Pedro Viana afirmou que

Pra mim, eu acho tão bom aqui. [...]. Nós plantar nossas coisinhas e nós ter nossas coisas, é pouco, mas todo mundo cria. Vive tão sossegado! Ô, rapaz, aqui é uma coisa. E agora, com essa energia? Meu deus do céu! Aqui é um paraíso. Na Terra é. Pra mim é. Tem nossas coisas. Você sabia: dizem que a mulher quando tá pra dar à luz, ela fica aquela preocupação terrível. Não é? Bem assim somos nós. Estamos nesse clamor. Mas, deixa dar dois mês de inverno ou três... Nós esquece tudinho que passou. Dizem que a mulher tá preocupada, mas quando nasce a criança ela não lembra mais de nada, é só alegria. Bem assim nós, do jeito que tá esse clamor, nós levantando essas cabeça de gado aí, é vaca levantando, pelejando, nós tamo dividindo o pão com elas. Mas na hora que diz “choveu mesmo”, esqueceu de tudo, só é alegria. Aqui eu acho muito bom. Alguns aqui tão igualzinho que um rico. Você tando com seu dinheirinho não te falta nada. Aqui, ó, o menino traz pra gente. Vem pão, vem o peixe. É quatro, cinco quilos de peixe. Quatro quilos de peixe por mês, que um cara traz pra mim. Todo mês é quatro quilo de peixe. Não falta, então, a carne. Você tando com o seu dinheirinho, tudo vem te trazer na porta. Não tem melhor do que aqui. Eu tenho minhas roças pra eu plantar, pra eu plantar. Eu planto. É muito bom. Todo mundo tem seu pedacinho de terra pra viver. Planta sua rocinha, cria sua galinha, seu porco, cercadinho... essa é nossa vida, tranquila... você vê: as casas aqui, quase tudo é alvenaria. A minha tá desse jeito aqui ainda, mas quase toda casa que você entrar aqui, dessas casinhas, tudo tá na cerâmica (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

É possível observar nas falas de Dona Dezinha e de seu Pedro Viana um profundo sentimento de pertencimento à comunidade da qual fazem parte, mesmo que as falas tenham apresentado elementos diferentes. Embora eles não sejam informados pela empresa, os mapas do próprio EIA-RIMA mostram que a comunidade Espírito Santo se encontra na área em que

se busca instalar uma das minas do projeto da SRN Mineração. Ou seja, eles são diretamente ameaçados pela mineração. Sem o território, no qual se desenvolve os processos sociais narrados, o modo de vida que possuem e que faz com que se sintam bem, não tem como se realizar. No caso de Dona Dezinha, a sociabilidade, a união com os vizinhos, a amizade que faz com que ela mencione, com tanta convicção, que tem certeza de que, entre os vizinhos, ninguém gostaria que ela fosse retirada do seu lugar.

Já Seu Pedro menciona aspectos do trabalho, da terra para que possa plantar suas "coisinhas", da "preocupação terrível" que se resolve assim que a chuva molha a terra. Sobre a produção da roça, seu Pedro diz sentir saudades de toda a dinâmica em torno da “arranca” da macaxeira e de seu beneficiamento.

A mandioca nós trazia de jumento. Nós fala arranca. Nossa arranca de mandioca, não sabe? Agora nós tem motor, antes moía no braço. Bota no motor é rápido. Aí no outro dia, aí lá vai: água à vontade. Aí tira lá aquela tapioca, aí outro vai fazendo a farinha. A tapioca é um aroma que você vê de longe, você sente o cheiro. A natureza é uma coisa desse jeito. Como é que dá uma coisa tão purificada como dá a tapioca? Depois que as mulher lava. Ô coisa bonita e cheirosa! Da terra daquele jeito... (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

O diálogo sobre a farinhada foi cheio de detalhes, envolvendo as 4 pessoas presentes, além do entrevistador. O relato dos entrevistados tratou de todas as etapas do processo produtivo, mencionou uma divisão do trabalho por gênero, no qual fica sob a incumbência das mulheres espremer, torcer a massa para retirar todo o líquido antes que vá para o forno. Explicou sobre a importância dos saberes em torno de cada etapa, com destaque para o talento que o forneiro precisa possuir para ser o responsável pela torra da farinha. Menciona o aproveitamento quase que inteiro da mandioca, que gera vários subprodutos. Sendo que, localmente, eles não dominam técnicas de aproveitamento da manipueira, perigosa por conter cianeto, como ocorre em algumas outras regiões. Seu Pedro remete ainda sua memória ao cheiro da tapioca.

Sobre práticas de extrativismo e coleta, Dona Dezinha e seu Pedro enfatizaram o umbu, fruto natural da caatinga, utilizado para fazer a umbuzada, uma espécie de vitamina bastante apreciada na região Nordeste. O fruto também é utilizado para a produção de geleias, que seu Pedro diz saber serem famosas na Alemanha. Dona Dezinha mencionou ainda que comumente se extraem da caatinga “todo tipo de raspa de pau”, principalmente a umburana de cheiro e a de caroço.

Aqui nós somos ricos. Nossa medicina aqui, pra quem acredita, é... Ave Maria! Eu mermo tomo garrafa de pau. É difícil ter um dia pra eu não fazer um chá de alguma coisa. Você bota de molho... Esse angico... esse angico aí, o homem que bem pensar não para de tomar isso aí, um pouquinho todo dia. Você não pega gripe, você trabalha

no pesado e não fica arrebitado. Isso é um remédio bom pra tudo. Tem muito remédio aqui, aqui nas nossas áreas tem muito (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Apesar de toda essa memória em torno do cultivo agrícola, do extrativismo e da mandioca, na sequência da entrevista, seu Pedro diz que na comunidade Espírito Santo eles são pequenos pecuaristas. Hoje em dia, ele se define mais como um criador, do que mesmo um agricultor. Embora nunca deixe de plantar sua roça, ele afirma que a quadra chuvosa anda cada vez mais comprometida ao longo da última década. A produção agrícola fica para o autoconsumo. Já a pecuária caprina, que gera alimentos para o núcleo familiar, possui também uma inserção no mercado. Tal qual foi mencionado por seu Deuzinho, na comunidade André, Seu Pedro explicou como a criação se realiza solta, misturando-se a de vizinhos e parentes, sendo distinguidas pelos sinais e pelas diferenças dos cortes nas orelhas.

Dona Dezinha, no entanto, afirmou que está havendo modernização nessas marcações, com a colocação de etiquetas com nomes nas orelhas das cabras, ao que seu Pedro complementou a informação dizendo que, na atualidade, até número de WhatsApp já se coloca na orelha dos bichos. Porém, o “sinal e a diferença” continuam sendo as formas mais comuns de identificação do rebanho.

Cada família tem seu sinal. Veio nessa geração, nosso bisavô. Aí nisso, eu faço o meu, você faz o seu. Ele herda o sinal do pai dele. O meu mesmo eu já sei fazer uma diferencinha, sabe, um cortinho na orelha pra distinguir. Aí, meu pai morreu, eu fiquei sem meu pai, aí eu peguei o sinal dele, voltei pro sinal dele. Agora meu filho tá com um sinal que é diferente. Cada um dá um cortinho que é a diferença. Não mistura não. Cada um tem o seu. Ninguém mistura (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Conforme seu Pedro, a economia em torno do bode garante um acesso a recursos financeiros imediato, pois em caso de uma necessidade familiar, por exemplo, um bode é logo vendido. Segundo Dona Dézinha, numa precisão a venda arrecada R\$ 100, 200 ou 300 reais. Na prática, o bode funciona não apenas como fonte de proteína para as famílias, mas como uma espécie de investimento, que garante uma reserva financeira que é acessada quando é necessário se monetizar para alguma finalidade. “Então, nossa criaçãozinha, Deus nos livre uma doença, corre no chiqueiro, mata aquela criação, faz aquele dinheiro. No tempo que nós produzia a farinha e o feijão, nós vendia os sacos” (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019). A venda é realizada na própria comunidade, geralmente entre vizinhos. Mas, existem a venda para açougues da cidade.

“Às vezes [compra] o vizinho ou às vezes o açougue. Às vezes o vizinho mata um bode, compadre Raimundo, fulano... ‘me compra um quarto de uma criação?’. Um diz ‘bota um pra mim, compadre’, o outro diz ‘manda o outro pra mim, compadre’. Aí, ali mesmo nós... (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Hoje, como a comunidade é atendida pela rede de energia elétrica, os donos de mercados costumam comprar e armazenar a carne. Antigamente, nos contou Seu Pedro e Dona Dezinha, era comum que se realizasse a doação de alguns quilos de carne para vizinhos e amigos quando um animal era abatido, fosse gado, suíno ou caprino. Como era difícil armazenar maiores quantidades de carne sem que ela estragasse, vender, ou mesmo doar a carne era uma forma de ter a carne em casa, pois era certeza que a família receberia de volta alguns quilos ou pedaços de alguém para quem anteriormente havia doado. Uma espécie de economia solidária, baseada na troca e na solidariedade, que até hoje, segundo o casal, ainda se pratica na comunidade, embora em escala menor que antigamente.

“Mas agora não tem isso não, que tem os freezers aí dos donos de mercado aí eles compram e botam no freezer”. (Dona Dezinha, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019). “Mas até hoje eu digo, eu ainda digo ‘fica com dois quilos de carne aqui, depois quando tu matar tu manda pra mim também’. A gente ainda faz isso aí com os vizinhos, a gente ainda faz muito. E no tempo que não tinha energia mesmo...” (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Pela forma como se relacionam com a natureza, com o território ao qual ocupam, seu Pedro possui convicção de que a mineração afetaria, a ponto de “acabar e zerar” o modo como a sociedade local vive.

Afetaria as nossas águas, a floresta. Zera. Não tem opção pra nós não. A mineração não tem opção não. Como é que que nós vamos criar o bode aqui? Não tem, o nosso caso tá sem solução. A mineração chegou aí, não tem como nós ficar não. Nós não pode criar nada não. Como é que que nós...? Minhas terras tão lá, que é umas terras boa pra criar (Seu Pedro, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019).

Dona Dezinha explicou os transtornos ocorridos durante as etapas de pesquisa, na qual a empresa abriu valas de cubagem na propriedade do casal. Segundo ela, por causa dessas valas, as cabras ficaram presas do outro lado, restritas a um canto da propriedade. “Quando eu era nova eu era vaqueira. Corria atrás das cabra. Aí eu criei medo de ganhar a caatinga sozinha e me encontrar com eles, que era cheio de gente na mata, aí eu fui deixando. Aí eu não vou mais não.” (Dona Dezinha, entrevista concedida à Judson Jorge da Silva, dezembro de 2019). Ainda conforme seu relato, ela costumava ajudar na lida com o rebanho caprino da família. Entretanto,

passou a ter receio de adentrar a caatinga e se encontrar com estranhos que trabalhavam realizando pesquisas minerais no entorno da comunidade. Diante do exposto é possível perceber que a chegada da mineração vai, aos poucos, impactando dinâmicas, preocupando pessoas e alterando rotinas.

O caso de Dona Dezinha, Seu Pedro Viana e de seus parentes que moram na comunidade Espírito Santo é ainda mais grave. Conforme mostramos nos Mapas 19 e 20, além da Figura 71, embora a empresa SRN Mineração negue no Relatório das Audiências Públicas (RAP) que será necessário remover comunidades, uma das minas previstas para ser instalada na “região alvo Bonfim” está planejada para o local onde se localiza a comunidade Espírito Santo.

Após as perguntas voltadas para a compreensão da sociabilidade, do modo de organização da comunidade em torno dos processos produtivos, das dinâmicas do trabalho, adentramos objetivamente na questão mineração, buscando compreender como os entrevistados se sentem em relação a iminência da instalação de uma mineradora no lugar em que vivem.

Optamos aqui em não realizar intervenção de análise nas respostas dadas, haja vista que, em nossa concepção, o que importa aqui é registrar a maneira de sentir e pensar daqueles que estão tendo seus territórios violados pela chegada do empreendimento. Por ser transcrição de trecho de entrevista, para evitar o recuo de margem, optamos em colocá-la em um quadro.⁷⁰

Judson: Pessoal, quanto tempo faz que o pessoal das mineradoras começou a circular por aqui e a realizar pesquisas?

Seu Pedro: Parece que foi em 2008 que eles começaram. Rapaz, tá datado ali, naqueles coisa ali (referindo-se ao marco com dados da perfuração de prospecção), tá datado. Eles dataram ali.

Judson: Vocês chegaram a tomar conhecimento desse estudo que eles apresentaram agora (09 de dezembro de 2019), o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental, que foi apresentado na audiência pública?

Seu Pedro: Eu cheguei a tomar conhecimento. Eu vi só por acolá eles mostrando lá, falando. Mas eu tava por fora disso aí.

Judson: O senhor esteve lá na audiência pública?

Seu Pedro: Agora no São Raimundo?

Judson: É. Na segunda-feira (09 de dezembro de 2019).

⁷⁰ Judson = Entrevistador;

Pedro Viana, Dona Dezinha = entrevistados

Seu Pedro: Tive lá. Assisti.

Judson: Como o senhor se sentiu com aquela apresentação? Ficou claro para o senhor o que é que vai ser feito? Quais são os benefícios e quais são os malefícios? Aquela apresentação foi suficiente para o senhor?

Seu Pedro: Olhe, sinceramente, eu não vi coisa nenhuma. Pra agradar pobre mesmo não teve nada. Era, como eu falei, aquele negócio, eles vinham com uma boa palestra, mas quando chegava no eixo dominador, ó. Vou repetir: quando chegava no eixo dominador, eles diziam “você são isso e isso”. Não. Não teve. E eles falavam os impactos, mas os impactos que eles falaram ali é só mentira, que não é só aquilo. Que vai ser no seco. É só mentira. Mas aí nesse morro vai ter uma jazida muito maior do que essas casa aqui. Como é que eles vão fazer isso aí sem dar condição, só com uma gota d’água, moço? No meu entender não teve assunto, umas conversa muito desagradável, muito banal, que gente tá vendo que não tem sentido. Uma exploração como eles querem, por mais moderna que seja, não tem sentido, moço. Não tem. Vê umas pergunta lá que fizeram lá, que aquele filho do Betinho fez, sobre as nossas criação. Ele titubeou como é que fazia. Você viu como ele titubeou? Ele patinou como é que respondia. “Ah, nós cerca e não sei o quê”. E cerca, e aí? Como é que nossa criação... tá cercada... como é que nós vamo não pode entrar lá?⁷¹

Figura 93 – Momento em que foi apresentado o método de extração a seco que Seu Pedro Viana considerou como sendo insuficiente de informações



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo durante a 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração, em 09 de dezembro de 2019.

⁷¹ Cercar a área de mineração para “proteger as criações”.

Dona Dezinha: Eu procurei e não entendi.

Seu Pedro: Teve uma pergunta também sobre a Cova da Tia também, muito importante, que é uma casa de oração. Ele patinou também. Ainda me resta uma esperança boa, que os quilombolas e a tia aí vão dar uma força boa pra nós. Tenho fé em Deus. Eu acredito que eu tenho essas duas esperança. Meu coração ainda não abriu mesmo que eles venham pra cá. Eu tô com fé em Deus que eles não venham pra cá. Meu coração... sabe? Não senti que eles vêm. Medo eu tô, assombrado. Mas parece que ainda não senti que eles vem. Eu tenho fé em Deus que Deus toca no coração deles, mostra outro seguimento pra eles, pra eles não vim tirar nós daqui. Mas eu vi que o negócio tá brabo. Eu vi que eles vão chegar aqui, Nyanne, eles entram aí fazendo alojamento, qualquer coisinha, com pouco passa pra dentro. Aí já era.

Dona Dezinha: Aí quem não aguenta que vaze. Passa um dia, dois, três, mas aí não aguenta e vai simhora. Como diz o padre vai-se embora sem levar nem uma galinha.

Judson: O senhor diz que está assombrado. Qual é o sentimento que o senhor tem com essa possibilidade da instalação de uma empresa mineradora aqui?

Seu Pedro: Meus sentimentos são vários. Primeiro é nosso sossego, a nossa paz. Nós tamo aqui em nosso lugar e ter que mudar pra outro. De que eu vou viver? Começar do zero.... ein? Como é que eu vou? Eu não sei fazer nada, só sei olhar meus cabrito. E a idade já tá compatível mesmo. Onde é que eu vou viver, me diga, por exemplo? Então eles vão botar um assentamento aí, construir umas casa aí. “Larga esse povo pra lá”. Nossas criança tá na escola também. Vai ficar tudo abandonado. Fica. Se mudar aqui, as criança tudo perde as escola tudim. Até começar de novo....

Judson: E a senhora, como é que e a senhora se sente, sabendo que uma empresa de mineração pode se instalar aqui nessa área?

Dona Dézinha: Ah, eu me sinto muito triste, muito mesmo. Deus nos livre de precisar de sair daqui. Me sinto muito mal, mas eu tenho fé em Deus que não vai acontece. Só que eles falaram que entrar entra. Empatar entrar não empata. Ninguém empata, porque eles dizem que a mineração.... tem esse morro aí que eles dizem que já é público, já é do governo, ninguém empata e nós tamo perto é do morro. Nós tamo ficando perto é do morro. Por isso que eu tenho medo assim, porque eles dizem que não empata, eles declaram que ninguém pode empatar entrar. Agora o que nós não quer que entre, assim, é de graça. De graça assim pra nós ficar....

Seu Pedro: Nós não quer que eles entre é de jeito nenhum.

Dona Dezinha: Nós não quer.

Seu Pedro: Com fé em Deus, nós quer ficar é no lugar.

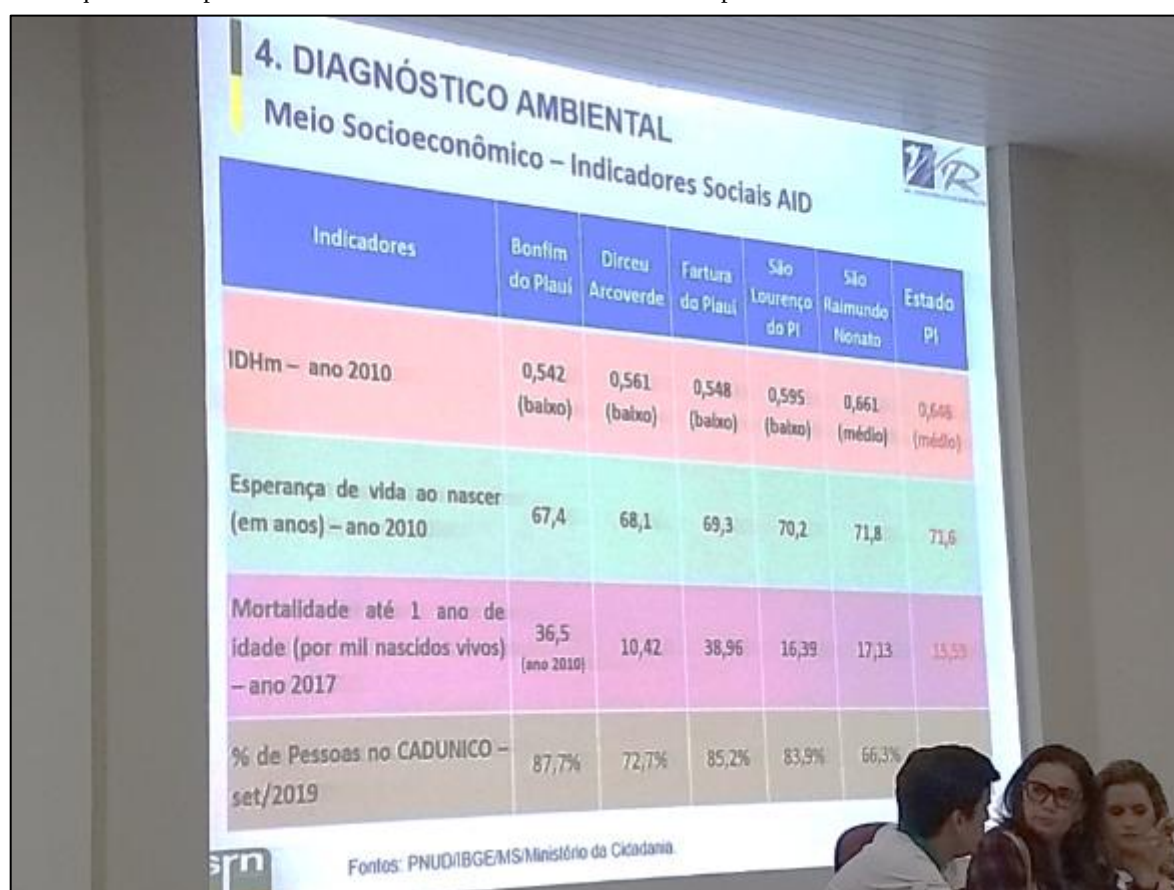
Dona Dezinha: Eu também. É. Mas se for o jeito, tem que sair...

Seu Pedro: Você, eu ia até fazer uma pergunta, porque eles falaram assim: “a mineração, o minério é do solo, o minério é do solo, o minério é do solo”. E o povo? É de quem? O minério.... eles falaram dando parabéns pro minério. E o povo? Quer dizer que nós não somos nada, não é? O minério tem dono, tem alguém pra cuidar dele. E nós?

Dona Dezinha: Eles têm esse lugar aqui é como um deserto. Eles desviaram as casas tudinha do mato. Não tem nenhuma casa. Dizem que eles chegaram lá falando que não viram nem um passarinho aqui, disse que não tem morada. Não tem moradia nenhuma aqui. E aqui cheio de casa, é um povoado bom.

Seu Pedro: Eu vi o gráfico deles lá mostrando muito bem. Tem um gráfico lá. Eu vi, me chamou a atenção, eu olhei direitinho. Eu vi.

Figura 94 – Momento da 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração, ocorrida em 09 de dezembro de 2019, em que foram apresentados os dados sobre IDHm mencionados por Seu Pedro Viana durante a entrevista



Indicadores	Bonfim do Piauí	Dirceu Arcoverde	Fátima do Piauí	São Lourenço do PI	São Raimundo Nonato	Estado PI
IDHm – ano 2010	0,542 (baixo)	0,561 (baixo)	0,548 (baixo)	0,595 (baixo)	0,661 (médio)	0,645 (médio)
Esperança de vida ao nascer (em anos) – ano 2010	67,4	68,1	69,3	70,2	71,8	71,6
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) – ano 2017	36,5 (ano 2010)	10,42	38,96	16,39	17,13	15,53
% de Pessoas no CADUNICO – set/2019	87,7%	72,7%	85,2%	83,9%	66,3%	

Fontes: PNUI/IBGE/MS/Ministério da Cidadania.

Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo durante a 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração, em 09 de dezembro de 2019.

Seu Pedro: Nós tamo pobre, mas nós tamo vivendo aqui, meu amigo. Nós tamo bom aqui. Nós tamo pobre, nosso município tá pobre, mas nós tamo vivendo. Nós tamo tudo vestidinho, nossas roupinha, nós tamo todo mundo de boa aqui. Hã? Nós tamo de boa. Ninguém tá dormindo na

rua. Nós tudo tem nossos teto pra morar, todo mundo. Tá comendo e bebendo. Agora porque é pobre, tá no gráfico. Tá. Só o que eu vi lá que tem mais sentido lá é a escolaridade. Essa aqui é baixa demais. Como é que é o gráfico, o índice, que mostra do saber, do desenvolvimento da escola? IDH.

Judson: Isso, IDHm.

Seu Pedro: IDHm. É. Eu achei baixo. Isso aí eu achei baixo. Nós samo pobre, mas nós tamo aqui a nossas custa, meu amigo. Nós não tamo indo lá apelar na maçã deles. Nós tamo aqui no nosso teto aqui, tão gostosinho, rapaz. Nós não tamo incomodando não. Nós tamo.... eu conheço o Bonfim, eu conheço quase cabeça por cabeça dentro do Bonfim aqui, eu conheço todo mundo. Eu sei as áreas mais pobrezinhas, das famílias mais necessitadas, eu conheço tudinho aqui. Tá todo mundo dando pra viver de boa. Aqui ta dando pra viver. Agora eles ficam aí com negócio, mostrando a pobreza. Tá certo. Porque nós tamo dando altos índices, pra dar impostos altos. Eles querem impostos, pra pagar imposto grande. Nisso é que o Rio Grande do Sul diz que é rico e tá lá os funcionário tudo sem nada lá. Cadê a riqueza deles lá, que são rico? É dono da soja, é dono de não sei o quê lá, aí tem lá... e cadê? Só se bombando. Wellington Dias, pelo menos disse que o Piauí tá bem o estado, nossa economia, o Piauí pelo menos o estado dele tá bem controlado as dívidas. Não é o São Paulo e o Rio de Janeiro, que não podem pagar os funcionários. Como é que esse povo é rico.

Judson: Seu Pedro, vocês sentem que a comunidade, ela também já tá tendo essa visão?

Como é que a comunidade, a vizinhança do Espírito Santo, ela tá pensando sobre a chegada dessa mineração?

Seu Pedro: Tá. Eu já vi. Tem uns forte aí. Uma meia dúzia só.

Dona Dezinha: Não, assim.... Uns cinco por cento.

Seu Pedro: Mas todo mundo tá, todo mundo é contra.

Dona Dezinha: Não acredita.

Seu Pedro: Ninguém tá mais querendo esse negócio aí. Todo mundo tá horrorizado. Chegou um ponto, Nayane, que tá tudo horrorizado. Aqui ainda tem uns aí, que eu não vou citar o nome, que tá doido “ah, deixa vir, deixa vir que vai melhorar”. Vai nada, vai nada.

Dona Dezinha: Pensando que vai ser indenizado e vai enriquecer.

Seu Pedro: É. Mas tá tudo.... ó, se for pegar um caderno e “ei, você é a favor da mineração?”, você acha pouca gente que diga que é. Você pode pegar essa região aqui nossa aqui: Alto Alegre e os outros povoados aqui ao redor, a aprovação é zero. É zero mesmo. Aqui eu suspeito umas duas assinatura aqui, o resto é zero.

Judson: E esses que vocês acham que ainda assinariam? Por que eles são a favor da mineração?

Dona Dezinha: É, pra indenizar eles.

Seu Pedro: Aqui tem um que.... eu conversando mais um, ele falou “olha, Pedro, do jeito que eu tenho essa casa aqui eu recebo outra do mesmo jeitinho, eles me dão outra casa do mesmo jeito, eles vão dar do mesmo jeito ou melhor”. Eu digo: “você tá é por fora de pensar isso assim”.

Dona Dezinha: Só em arrancar a gente daqui pra ir colocar a gente nas favela aí, ele acha que é vantagem?

Esse trecho da entrevista com de Seu Pedro e Dona Dezinha dialoga profundamente com o que vem sendo discutido ao longo dos capítulos deste trabalho. Seu Pedro fez críticas às promessas de empregos por parte da empresa. E criticou também o modo como aspectos da pobreza foram utilizados para desqualificar a forma como as pessoas de Bonfim do Piauí vivem.

Seu Pedro fez análises sobre os dados do IDHm que foram apresentados na audiência. Embora seu Pedro reconheça que existem problemas relacionados à pobreza, ou seja, não romantizando sua própria condição, ele apresenta uma visão dissonante da que o presidente da empresa manifestou em sua apresentação durante a audiência pública de 2019. Visão essa constante no RIMA do projeto SRN Mineração, ao afirmar que

De acordo com o diagnóstico socioeconômica realizado, observa-se que a base de sustentação econômica da população rural da região do projeto de mineração está ligada ao setor primário, com destaque para a agricultura de subsistência, e pecuária de pequeno porte extensiva, além das transferências de renda realizadas pelo governo federal, através dos programas sociais existentes, como o bolsa família. Conforme o diagnóstico elaborado para a área de influência direta do empreendimento, pode-se constatar que nas condições vigentes o quadro de desenvolvimento econômico e social da região está estagnado e com poucas perspectivas de alavancagem da economia local devido a carência de empreendimentos econômicas geradores de emprego e renda na região, poucas perspectivas no setor primário devido ao clima que prevalece a escassez de chuvas o que resulta nos reduzidos índices de desenvolvimento econômicos e sociais, sendo este um cenário socialmente injusto e economicamente frágil para a região, na condição sem o projeto da SRN Mineração. Face esse cenário das últimas décadas observa-se que a região sem desenvolver o seu potencial mineral, ou seja, numa situação como está hoje, a perspectiva é de permanência de um quadro econômico e social frágil, perpetuando a pobreza das famílias que moram nas comunidades rurais da região de abrangência do projeto de mineração (SRN MINERAÇÃO, 2021, p. 57).

A partir da forma como seu Pedro interpreta sua própria condição, consciente dos problemas enfrentados e consciente também das razões que fazem com que a vida que possuem nesse local seja vista de forma positiva por ele; e constatando a perspectiva de Seu Pedro com o discurso adotado pela empresa em seu EIA/RIMA, chegamos à conclusão de que impera uma visão preconceituosa, arraigada de racismo ambiental, em torno da tentativa de implementação

do projeto SRN. Isso se manifesta na leitura que a empresa faz sobre as condições de vida, sobre as atividades produtivas que os moradores locais praticam, pelo discurso da seca, entre outros,

Pela forma diferente de compreensão desse processo, associada ao modo como vivem os moradores dessa porção do Piauí, baseados no uso comum da natureza, no uso comum da terra, a própria forma de ser e existir no mundo das famílias da área requerida pela mineradora é, em si, ou seja, ontologicamente, uma resistência ao avanço dessa atividade. Isso porque, as formas de uso coletivo dificultam a fragmentação das propriedades, assim como dificultam a compra de terras por parte dos empreendedores que buscam se instalar na região. A persistência do modelo camponês de produção, além da garantia constitucional dos territórios tradicionais, dificulta o projeto de desenvolvimento das atividades capitalistas ao molde clássico, que se apropria da natureza e aliena os camponeses ao expulsá-los da terra. A permanência camponesa, quilombola, é, em sua própria ontologia, a negação do modelo de reprodução hegemônica e predatória

Figura 95 – Seu Pedro Viana consertando as cercas de sua propriedade



Fonte: autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo realizado em 13 de junho de 2019.

4.3.1 “Na direita, boca de lagarto e troncho. Na esquerda, forquilha e uma morsa, que é a diferença”: entrevista com seu Cláudio do Calango - Território Quilombola Lagoas

Fogo!... Queimaram Palmares,
 Nasceu Canudos.
 Fogo!... Queimaram Canudos,
 Nasceu Caldeirões.
 Fogo!... Queimaram Caldeirões,
 Nasceu Pau de Colher.
 Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
 E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
 que os vão cansar se continuarem queimando

Porque mesmo que queimem a escrita,
 Não queimarão a oralidade.
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimarão os significados.
 Mesmo queimando o nosso povo,
 Não queimarão a ancestralidade.

Nêgo Bispo

Lei Ordinária nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019⁷²

Art. 28. São considerados povos e comunidades tradicionais, para os efeitos desta Lei, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Se andando pelo território quilombola Lagoas você se deparar com um rebanho pastando livremente pela caatinga e, entre estes animais, algum tiver marcado na orelha direita os sinais de “boca de lagarto” e “troncho” saberá que se trata de um animal pertencente a alguém que faça parte da família Tobias. Olhando para a orelha esquerda, verá o sinal da diferença, que especificará a qual membro da família dos Tobias aquele animal pertence. Se, por acaso, o sinal da orelha esquerda for uma “forquilha” e uma “morsa”, saberá que se trata de um animal de Seu Cláudio Teófilo Marques, também conhecido como Cláudio do Calango ou Cláudio do Quilombo.

Em sua trajetória de vida, Seu Cláudio personifica a luta pelos direitos quilombolas, em especial na defesa do território quilombola Lagoas. Ele é, obviamente junto de seus companheiros e companheiras, um dos principais responsáveis pela dimensão territorial e

⁷² Esta Lei dispõe sobre a política estadual de regularização das ocupações exercidas sobre terras públicas e devolutas pertencentes ao Estado do Piauí.

simbólica do Território Lagoas que, a princípio, quase ficou restrito somente à comunidade da Lagoa das Emas. Profundo conhecedor de seu território, de sua ancestralidade e de sua comunidade, atuou para que ninguém ficasse de fora do reconhecimento de seus direitos territoriais. E seu Cláudio luta, ainda hoje, pela conquista de vários outros direitos, muitas vezes relegados pelo Estado.

O Quilombo Lagoas, que possui sua área delimitada pelo INCRA, possui um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID aprovado, nunca foi titulado. Não bastasse a luta pela titulação, nos últimos anos, seu Cláudio vem denunciando os avanços da mineração na área do quilombo e seu entorno, bem como alertando que a mineração não é um problema apenas dos quilombolas, mas sim de toda a região da Serra da Capivara.

Figura 96 – Seu Cláudio, na 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo durante a 1ª audiência pública do projeto SRN Mineração, em 09 de dezembro de 2019.

Seu Cláudio foi candidato a Deputado Federal pelo PSOL, nas eleições de 2022, obtendo 1912 votos. Foi também duas vezes candidato a vereador no município de São Raimundo Nonato, em 2020 pelo PSOL e em 2012 pelo PT, tendo ficado na suplência. Nessas ocasiões, podemos dizer que seu Cláudio Teófilo, ou Cláudio do Quilombo emprestou seu nome “a causa”.

A resistência do território quilombola Lagoas, em especial a sua luta frente aos avanços da mineração, tem projetado o Quilombo Lagoas como um exemplo de enfrentamento para todo o Piauí e outras regiões do país. Nesse processo, Seu Cláudio, mesmo com a idade avançada e debilitado por alguns problemas de saúde, tem sido uma voz que não esmorece, na batalha pelo direito de áreas livres de mineração. Por essa razão, a entrevista que nos concedeu segue na

íntegra, como registro histórico documentado na tese. As intervenções, quando realizadas, se deram por meio de notas de rodapé.

Judson Jorge: Entrevista com seu Cláudio Teófilo, comunidade Lagoa do Calango, 25 de junho de 2023. Seu Cláudio, o senhor me autoriza a colher as informações da entrevista do senhor?

Seu Cláudio: Pois não, é um prazer, fique à vontade.

Judson Jorge: Muito obrigado! Seu Cláudio, primeiro, antes da gente entrar no tema da mineração, eu gostaria de saber se o senhor poderia me falar um pouco da sua história. Quem é, qual a história de seu Cláudio? Aí, depois, a gente chega nas lutas, pela titulação do quilombo e em defesa do território frente à mineração.

Seu Cláudio: Bom. Eu nasci na comunidade de São Victor, mesmo ali na ponta do Lajedo. quando vai chegando ali. Meus pais nasceram ali mesmo no São Victor, onde era a sede da fazenda antiga dos escravista. Meus pais nasceram ali naquela sede. E aí a gente se criou por ali, até um certo tempo.

Como aqui é todo mundo vizinho, todo mundo parente, é tudo parentado, ficou muito difícil a gente trabalhar com a roça, porque ficou muito apertado. E aí meu pai arrumou um pedaço de terra para cá, pro lado do Calango, no lugar ali chamado Lagoa dos Queixadas, que era donde a gente fez a nossa primeira roça em 1966. Aí, a gente mudou de lá para cá pondo essa roça. Fez a roça antes de vir de lá pra cá. Trabalhando até quando fez, aí a gente mudou. Na época da colheita a gente veio pra cá. Aí, começamos a colher, começamos a fazer uma barraquinha, uma casinha e coisa, e aí ficamos por aqui. Fiquei ali na comunidade da Lagoa dos Queixadas, aí o tempo passou, os anos passaram e eu não saí mais daqui.

Só em 1973 eu fui para Brasília, trabalhei por lá um bocado de ano, que eu fiquei lá de 73 a 84, sempre trabalhando como ajudante de obra, depois passei a ser pedreiro. E sempre trabalhando nos movimentos sociais, que eu ajudei a fundar uma associação lá, associação de bairro, naquela época. Lá não era comunidade, era cidade satélite, Ceilândia.

Foi ali onde começou o meu trabalho dos movimentos sociais. Aí, quando foi em 84 voltei pra cá [Lagoa do Calango]. E aí eu continuei já aqui. Eu sempre tive essa mistura de..., essa vocação de querer tá no meio dos movimentos sociais. É uma coisa que surge, assim, naturalmente. Não é uma coisa que você diz, eu vou fazer e faz, não. Também não é uma coisa que você diz eu não quero [mais fazer parte] e saio também. Eu gosto de dizer, quem tá no movimento, parece que adocece, não sai mais. Até mesmo quando pensa de sair, chega alguém: “rapaz, eu queria

falar contigo, eu queria...” E aí vai andando. Então, foi aí desse tempo todo que entrei nessa luta aí. Só agora em 2000 e..., não, em 1999, que surgiu a história dos Quilombos na região.

Judson Jorge: 1999?

Seu Cláudio: 99. Porque até 99, eu tinha visto falar em quilombola lá no Goiás. Mas aqui ninguém falava. Aí só em 99 foi que começou a aparecer as primeiras histórias sobre quilombo, comunidade negra. E aí, eu passei a me interessar mais por essa questão. Aí comecei a ler algumas coisas. Algum documento que eu ia achando por aí e fui lendo. Até que descobri a questão do Decreto 4.487⁷³, se eu não me engano, alguma coisa assim, de 2003 quando Lula entrou. Essa lei, esse direito, se referindo as terras, já tinha, foi criado na Constituição de 88, só que alguém escondeu ele até 2003. Só quando [Lula] entrou foi que buscou ele lá no fundo da gaveta e botou pra valer por meio de um decreto. Aí por meio disso que tomei conhecimento e comecei a buscar. Comecei a fuçar.

Aí mais adiante, foi que apareceu Nêgo Bispo⁷⁴ (Figura 93) e Rosalina. Naquele tempo eles já eram da coordenação da CECOQ, também recém-criada, querendo saber se tinha comunidade negra aqui na região. E aí, sem querer, encontrei com eles lá na SASC, lá no São Raimundo, funciona ali, detrás da UESPI. Naquele tempo trabalhava ali a Neuma, Salomé e outras pessoas. Então, foi por meio desse povo, que eu tomei conhecimento deles. Aí eles falando em Comunidade Negra e tal. Aí eu até falei assim, eu disse: olha, aqui só tem comunidade negra que o pessoal conhece é o pessoal da Ema. Que na Ema, naquele tempo, qualquer coisa que soubesse de errado aqui na região, já dizia logo: é o nego da Ema. Se tivesse uma briga, se tivesse um fuá, se tivesse qualquer coisa, já dizia logo: é o nego da Ema.

Aí eu falei isso. Aí o Bispo interessou de conhecer essa questão. Aí vieram pra ali, começaram a conversar até que acertaram que ali seria uma comunidade quilombola. Anotaram e tal, não sei o que levaram. Mas aí ficou aquela dúvida, será que a Comunidade Quilombola é a Emas ou se é a região toda? Porque eu tomei o conhecimento de que o decreto dizia que as terras Quilombolas seriam aquelas terras do fazendeiro donde as pessoas tinham sido escravizadas. E aí, começamos a lutar por meio da Fazenda São Victor mesmo e não mais só pela comunidade Emas. E foi aí que chegou a esse tamanho todinho de território, daquela época pra cá.

⁷³ Seu Claudio se refere ao Decreto nº 4.887 de 20/11/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.

⁷⁴ Nêgo Bispo esteve presente também na Assembleia Geral realizada em 05 de julho de 2008, na igreja da comunidade Lagoa das Emas, na qual as diversas comunidades que compõem o quilombo Lagoas oficializaram a autodefinição como remanescentes quilombolas, gerando a ata que foi encaminhada a Fundação Cultural Palmares.

Figura 97 – Cópia da Ata da Assembleia geral extraordinária do Quilombo Lagoas, coordenada por Nêgo Bispo, para deliberar sobre a autodefinição quilombola, 05 de julho de 2008 (folha 1)

Ata da Assembleia geral extraordinária da comunidade quilombola do Quilombo Lagoas aos 05/07/08 (cinco dias do mês de julho do ano de 2008), às 09:30 (nove horas e trinta minutos), no prédio da Igreja Católica na localidade de ~~Tommas~~ ^{Tommas} no Município de São Raimundo Nonato do Piauí teve início a reunião da Assembleia geral extraordinária da comunidade quilombola do Quilombo Lagoas para deliberar sobre a alta dignidade das populações das diversas localidades denominadas como lagoas que compõem este território (digo este território Quilombola como comunidade remanescente de quilombo a reunião teve início com uma saudação de boas vindas feita pelo o grupo capoeira de Quilombo coordenado no território pelo o ~~capoeira~~ mobilizador cultural Azê que em seguida coordenou um processo de apresentação dos presentes e passou a coordenação da assembleia para Sr. Antonio Bispo dos Santos representante da coordenação Estadual das comunidades quilombolas (CECOB), que ~~fez~~ fez uma explanação a respeito dos procedimentos administrativos ~~exigidos~~ exigidos pelo o Estado para garantir a ~~acessibilidade~~ acessibilidade das populações remanescentes de quilombos aos seus direitos específicos inclusive a demarcação e titulação de seus territórios também estava presente na Assembleia os senhores Rommel de Carvalho Brito (chefe da divisão de Ordenamento e de ~~de~~ Infraestrutura Fundiária do Inema e

Figura 98 – Cópia da Ata da Assembleia geral extraordinária do Quilombo Lagoas, coordenada por Nêgo Bispo, para deliberar sobre a autodefinição quilombola, 05 de julho de 2008 (folha 2)⁷⁵

Deodato do Nascimento Aguiar (Coordenador do Serviço de Regularização de Território de Quilombos do Iucher) e Maria Edileuza Rêgo de Oliveira (Coordenadora da Equipe de Mobilização Social dos Quilombos parceiros do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) no território e Caritas Diocesano de São Raimundo Nonato que também falaram sobre a importância desse reconhecimento para viabilizar o acesso às políticas públicas que esta população tem direito após estas falas ~~houve~~ houve um amplo debate em plenário sobre os pros e os contras a formalização da alta definição por que ~~estas~~ populações por se alto definiram e são públicas e notoriamente conhecidas e como comunidade quilombola inclusive por entre público tais como projeto Dom Helder Câmara PDHC Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater Piauí) então após o debate a Assembleia foi consultada se ainda ~~se~~ existiam dúvidas sobre tais procedimentos e não havendo dúvidas ficou aprovado que a população do Quilombo Lagoas que por se reconhecia como remanescente de quilombo vai através reconhecer para a Fundação Palmares o pedido de reconhecimento e em Maria Edileuza P.O. ~~coordenadora~~ coordenadora da Equipe de mobilização social da associação estadual das comunidades quilombolas desse território lavra a presente ata que após lida e aprovada vai por um e os demais

Fonte: Processo de titulação do território do Quilombo Lagoas.

⁷⁵ Optamos por não colocar as folhas com assinaturas dos participantes na assembleia para resguardar esse dado pessoal.

Judson Jorge: Então, no caso, a princípio seria só a Lagoa das Emas e aí vocês fizeram um trabalho de levantamento?

Seu Cláudio: Foi. Foi isso. Porque quando eles vieram fazer a primeira visita, que chamaram de identificação das comunidades, vieram diretamente pra Emas. Até porque eu encontrei com eles lá nesse ponto lá na UESPI.

Judson Jorge: Nesse caso que o senhor está falando aí, da identificação das comunidades, quem veio? Foi o Nêgo Bispo e a Rosalina ou já eram representantes do Estado, INCRA?

Seu Cláudio: Não. Naquele tempo vieram mesmo só fazer a identificação, só caçar se tinha. Nessa ocasião veio, lembro como hoje, Nêgo Bispo, Rosalina e Ruimar Batista. Não sei se você conhece ele?

Judson Jorge: Não conheço.

Seu Cláudio: É um escritor que tá até famoso esse cabra hoje. Um cabra meio rouco, ele fala até assim, bem... Então, vieram essas três pessoas. Aí depois, só depois dessa identificação, foi que a gente, eles, identificaram que era comunidade quilombola. Mandaram essa identificação pra Fundação Palmares, aí foi que a Fundação Palmares reconheceu e nos mandou o certificado de reconhecimento de Comunidade Quilombola. Mas de Emas. De Emas. Depois foi que a gente começou a buscar da onde tinha saído aquele povo todo lá de Emas. Que, inclusive o dono das Emas, ele saiu daí do São Victor mesmo já em 1960, quase quando nós saímos pra cá, ele saiu pra lá também. O das Emas, o dono das Emas lá. Comprou a área das Emas.

Judson Jorge: Seu Cláudio, e quando é que vem, por exemplo, a Simone e a Sueli, pra fazer aquele relatório antropológico? O senhor lembra como foi o processo?

Seu Cláudio: Lembro. Simone veio bem antes. Porque Simone antes ela trabalhava, assim por volta de 2003, ela trabalhava na Cáritas. Aí a Cáritas, quando a Emas foi reconhecida como Quilombola, a Caritas já passou pra dentro. Nesse tempo a Simone já trabalhava na Cáritas e já veio pra dentro. Trabalhando como agente Cáritas. Aí, ela só veio fazer o relatório em 2007, que foi quando o INCRA veio pra fazer a delimitação. É aí que o INCRA veio. Fez a delimitação. Ele olhou, confirmou que ali seria uma Comunidade Quilombola, essa região. Como na época ele não tinha um Antropólogo pra fazer o trabalho de documentação, contratou a Simone. Ela na Cáritas, mas o INCRA contratou ela pra fazer esse trabalho. Porque não tava tendo Antropólogo pra fazer, quer dizer, tinha, mas era pouco. Não dava para ficar um aqui o tempo todo. E ela já estava aí. Até, naquele tempo, acho que recém-formada. Mas fez um trabalho muito bem-feito.

Judson Jorge: Muito bem-feito mesmo.

Seu Cláudio: Só depois disso foi que Sueli veio. A Sueli chegou por aqui em 2010. Ela chegou bem aqui, sentada onde você tá por aí, e a gente conversou um pouco. Ela se apresentou, ela veio mais Nêgo Bispo também. Muito corajosa, veio de São João [do Piauí] pra cá de moto mais Nêgo Bispo. Aí conversou, se apresentou como advogada e tal e aí nós, com a documentação da associação, caçando um advogado para assinar, que tem que assinar lá. Quando se faz o estatuto tem que ser aprovado com assinatura do advogado. E aí na conversa, quando ela falou que era advogada, “pois nós tamo com um documento, caçando quem assine, e estamos sem poder procurar um advogado que querem é dinheiro para assinar”. E ela disse: “não, isso aí não é problema, não. A gente assina isso. É de graça pra você.” Foi ali que começou a conversa com Sueli. E a partir daí foi que ela também entrou no trabalho mais Simone e fizeram aquele trabalho todo bonito.

Judson Jorge: Seu Cláudio, e aí foi feito o relatório antropológico. Já tinha a certidão da Palmares. Quando foi que saiu o RTID? De que ano é, o senhor se lembra?

Seu Cláudio: Ele saiu talvez em 2009, porque eles aprontaram tudo isso em 2007. Mas ele demorou um tempinho. Aí foi pra 2009, que saiu. 2009-2010, que saiu o relatório. Não posso afirmar bem, foi em 2009 ainda, mas foi por ali em 2009, 2010.

Judson Jorge: E na visão do senhor, por que aprovaram o RTID, mas até hoje nunca titularam o Lagoas? Por que já titularam outros depois disso, né? Titularam o Sabonete, Contente. Titulou vários outros territórios, inclusive aqui por perto. Quando não pelo INCRA, mas pelo INTERPI. Por que o Lagoas, na visão do seu Cláudio, não sai a titulação?

Seu Cláudio: Homem, isso aqui, na minha visão, teve um bando de entrave. Inclusive um dos entraves a gente teve com o próprio antropólogo do INCRA, e aí depois veio o supervisor do INCRA. Eles começaram a vir com umas ideias de que o território era muito grande, que era grande demais, que pra ser titulado tinha que ser separado. Titulado um canto hoje, outro amanhã. E a gente não concordou com essa ideia. E aí, tem outra ideia, que a gente acha, também, que seja por conta dos donos da antiga fazenda. Que essa fazenda é cheia de propriedade desse povo, dos descendentes dos escravistas. Áreas grandes, aí eu acho que esse pessoal, eles têm pisado muito o pé em cima disso. Porque são os poderosos, são os deputados, são os prefeitos, enfim, são esses povos aí. Aí eles têm muito poder pra isso.

Judson Jorge: E eles têm terras aqui assim?

Seu Cláudio: Tem. As grandes áreas de terra que a gente conhece aqui, que não tem ninguém dentro, ninguém. Ninguém tira nem um cabo de enxada lá, são deles. Quer dizer, a gente diz que é deles, porque a gente já nasceu e cresceu conhecendo como deles. E a gente respeita. E aí veio a outra questão também, que eu acho que tem atrapalhado muito. A questão do dinheiro

para desapropriar essas terras, se de fato são deles, o governo vai ter que pagar essas terras. E eu acho que essa questão do dinheiro tem também atrapalhado muito. Ah, mas na verdade, eu acho que isso também não é tanto o problema pra um governo, o dinheiro de umas terras dessas. Eu acho que o problema maior mesmo é esses donos que são poderosos. Tem seu povo lá na câmara dos deputados, tem no senado, tem pra tudo quanto é lado, e aí fica impedindo essas coisas. Eu acho que é isso mais ou menos.

Judson Jorge: O senhor acha que pode ter alguma relação também com a mineração?

Seu Cláudio: Também tem. Até como eu te falei, as mesmas pessoas da mineração são dessas mesmas famílias. Inclusive tem uma senhora aí que é irmã da prefeita e de ex-deputada federal. E aí tem essas coisas todas aqui que, isso aí a gente acha que atrapalha muito. Acha não, tenho é certeza que é esse povo que atrapalha essas coisas.

Judson Jorge: E quando e como foi que vocês tomaram conhecimento de que havia um problema envolvendo mineradora?

Seu Cláudio: Foi assim, também mais ou menos lá por as épocas de 2012, por aí assim. Foi quando a gente começou a ver os aviões passando aqui muito baixinho. Lá na serra que dali a gente vê, bem pertinho, a serra lá. Os aviões passando quase que arrastando a mata. Lá no meu serviço⁷⁶ que eu trabalho eu tive de ver avião passando, eu enxergando os cabras lá dentro. Aí, a gente começou a desconfiar daquelas coisas, sem saber o que é que era mesmo. Eu tenho umas criaçõezinhas pra lá e eu vou muito no mato atrás delas. Quando foi um dia, eu fui cedo lá num ponto onde tinha um pessoal arranchado. Seis homens. Tinha um com aparelho, aquele de tripé de fazer demarcação, que é o que o pessoal usa pra fazer agrimensura. Tinha dois com as foices e outro com balde de tinta. E dois cabras que a gente via que era a chefia, por ali. Aí eles iam fazendo uma picada e eu vi aquilo, aí entrei um pouquinho no carreiro, lá na variante que eles iam fazendo. Onde eles iam fazendo aquela picada eles iam pintando os paus passando aquela tinta vermelha.

Judson Jorge: Isso é o que vocês chamam de “variante”, seu Cláudio?

Seu Cláudio: É. Variante é um carreiro mesmo. É um carreiro. Você pega uma foice e faz um carreiro. Um variante, certinho, pra você dividir alguma coisa, por exemplo, terra. Todas essas terras, elas são marcadas com variante. O cara faz a picada e deixa lá. É uma trilha. E onde eles iam passando, eles deixavam marcado. Aí eu vi aquilo e fui lá. E [estava] conversando com o rapaz lá do que se tratava. Aí, saiu um caba lá do carro e disse lá pro rapaz, disse: “Não se dá, não se presta informação a desconhecido, não.”

⁷⁶ “meu serviço” refere-se a roça cultivada e a área na qual os animais pastam soltos.

Judson Jorge: Eles negaram informações para o senhor?

Seu Cláudio: Negaram, sim. Eu vi que era um chefe.

Judson Jorge: O senhor perguntou o que era que eles estavam fazendo...

Seu Cláudio: Eu perguntei ao rapaz que eu vi que era mais simples, que era quem tava com a foice na mão, de que se tratava aquilo ali. Aí o chefão saiu do carro e disse pro rapaz lá, “não se presta informação pra desconhecido”. Aí, quando ele falou assim, eu desconfiei e sai. Também não quis mais conversa com eles.

Judson Jorge: No carro tinha alguma identificação?

Seu Cláudio: Não. Não. Não tinha nada, era um carro branco. Esse aí é cinza, era um carro branco. Uma desse carro normal mesmo, uma hylux, uma cor assim, branco. Não tinha nada.

Judson Jorge: Então, nesse momento não dava nem pra saber se era Estado ou se era já empresa andando por aqui.

Seu Cláudio: Não. Não dava. Não dava, mas com certeza era empresa. Porque desse variante que eles fizeram, eles foram sair lá no tal Morro Alto, que é onde que tá uma carreira de serra. Eles começaram daqui essa variante, foram até chegar lá.

Judson Jorge: O Morro Alto é no Xique-Xique, é isso?

Seu Cláudio: É o do xique-xique.

Judson Jorge: Que é um dos pontos da SRN Mineração.

Seu Cláudio: Pois é. Aí, eles vieram começar a explorar, ou seja, como é que chama, essa pesquisa, aqui na ponta da serra e foram seguindo. Aí, eles foram lá onde eles foram achar o ponto principal que eles querem. Aí, a gente vê que era uma empresa, porque esse mesmo pessoal, esse mesmo variante que tem aí, eles foram até achar aquele ponto lá do Xique-Xique. E propuseram um negócio lá com o dono de lá, acho que puseram um dinheiro lá, alguma coisa e o velho se encabulou e aceitou entrar. Aí daí começou a coisa toda a história da mineração.

Judson Jorge: Mas, antes disso, tem o vídeo do senhor na internet, né? Um vídeo que aparece o Hildebrando, aparece o kina. Sobre o que era aquele vídeo?

Seu Cláudio: Esse, esse é o da carvoaria.

Judson Jorge: Como foi esse caso da carvoaria? A carvoaria estava dentro do território quilombola?

Seu Cláudio: Dentro, muito próximo daqui. Se a gente for pra lá agora de carro, tem que dá uma volta que dá uns doze quilômetro. Mas, se eu for por aqui de moto ou bicicleta da seis quilômetro de lá. Aí, lá foi dentro de uma área de uma terra também de um fulano desses descendentes dos escravistas, que só ele lá tem sete, é seis a sete mil hectares de terra só dele.

Conhecida como deles. Começa bem daqui dos fundos dessa casa aí e some no mundo aí. Nesse trecho aí não tem ninguém. É tudo sem ninguém. Mexe aí só deles.

Judson Jorge: Mas vocês usam para a apicultura, por exemplo, ou não?

Seu Cláudio: Não. Não.

Judson Jorge: No que eles consideram deles, ainda hoje vocês não podem entrar?

Seu Cláudio: Não. Não, pode. Ninguém entra. E, lá na frente depois da casa dele, que é longe uns seis quilômetros por aqui, aí a área é maior, é mais intensa, é mais fechada, uma caatinga bem, bem fechada.

Judson Jorge: Ele mora lá, ou mora em São Raimundo e tem uma casinha lá só para manter as terras dizendo que é dele?

Seu Cláudio: Praticamente ele mora em Belo Horizonte.

Judson Jorge: Belo Horizonte?

Seu Cláudio: É. Não mora aí não. Somente pra manter as terras. Se manter como dono.

Seu Cláudio: Aí eu perguntei a esse caboclo, só que eles ficaram e não se apresentou como Galvani, não. Ele se apresentou como uma pessoa comum, que queria comprar essa terra, aí depois comprar 1800 hectares de terra. E o cara vendeu. Só que, depois, ele disse pro cara que era pra explorar a madeira. Aí fizeram um acordo de que o caboclo não ia nem pagar o dinheiro para ele, ia pagar com a renda. Era fazer o carvão e vender pra Galvani e rachando o dinheiro, alguma coisa assim. Aí, o caba entregou. Só que dentro do Quilombo. Aí, como era no meio de uma comunidade também, que lá fica bem próximo da comunidade.

Judson Jorge: Qual das comunidades?

Seu Cláudio: É a Lagoa dos... é a Lagoa Nova.

Judson Jorge: Qual dos municípios?

Seu Cláudio: Lá ainda é São Raimundo e Várzea Branca. Ficou em cima da divisa. Inclusive os fornos que eles começaram a fazer é dentro do município de São Raimundo.

Judson Jorge: Município de São Raimundo?

Seu Cláudio: É, mas a madeira recém tirada era no município de Várzea Branca, que a gente usava o corredor, usava o variante pra chegar nos fornos que eles fizeram pra queimar o carvão. E aí foi que o pessoal começara a reclamar da dificuldade, que era de fato uma brocagem. Puzinho da grossura de uma garrafa pet eles tiravam tudo não deixava nada. Eles passavam e não deixava nada. Imburana, imbuzeiro, aroeira, tudo que aparecesse ia pro motor. Teve dia de ter oitenta motor lá dentro. Esbagaçando tudo.

Judson Jorge: Motor, é motosserra?

Seu Cláudio: Motosserra. Aí as pessoas começaram a falar pra gente, como é que a gente podia fazer e tal. Aí foi que a gente chamou Hildebrando e entremos lá, na conversa. Aí Hildebrando buscou o Ministério Público e tal, naquele tempo tinha um defensor aí. Bem sensível às causas, muito bom de conversa e com a gente.

Judson Jorge: Era o promotor Vando?

Seu Cláudio: Vando. É. Exatamente. E aí ele entrou na história com a gente e acabou interrompendo. Só que ainda assim mesmo ainda conseguiram desmatar duzentos hectares por lá só, na Capoeira.

Judson Jorge: Duzentos hectares?

Seu Cláudio: Foi.

Judson Jorge: E aí com a chegada do Ministério Público paralisou a carvoaria?

Seu Cláudio: Paralisou.

Judson Jorge: Então, seu Cláudio, podemos dividir o início da preocupação com a mineração em dois momentos? Esse, indiretamente, do carvão sendo retirado. Desmatando uma área para ir pagar o Galvani, que é na Bahia, né?

Seu Cláudio: Na Bahia.

Judson Jorge: E o outro momento, esse que vocês identificam que o pessoal da empresa, provavelmente de uma das que fazem parte da Holding SRN, abrindo os variantes?

Seu Cláudio: Foi que aí, por conta que já tinha esse medo, que podia ser essas empresas, a gente entrou em conversa com Hildebrando também, que foi em 2014 que houve o primeiro Grito do Semiárido, se eu não me engano. A gente já levou como pauta principal a questão da mineração. Aí, a gente já teve certeza que era a mineração por conta do morro ali no Xique-Xique, do Morro Alto.

Judson Jorge: Seu Cláudio, e qual a importância do Grito do Seminário? A importância que ele teve para dar visibilidade a esse avanço da mineração aqui no território? E como é que o senhor vê a ausência do Grito do Semiárido, hoje? Primeiro a importância, depois o impacto da não manutenção do Grito?

Seu Cláudio: Primeiro a importância do Grito do Semiárido, nem só naquele momento, mas nos outros Gritos para cá, que a gente teve.

Judson Jorge: Foram quantos seu Cláudio, o senhor se lembra?

Seu Cláudio: Três. Foram de muita importância para dar visibilidade a questão do quilombo, mas as outras questões que existia na região. Por exemplo, que essa mineração, além dela começar a se instalar aqui no quilombo, também tava lá pro lado da Serra Branca, lá pra bandas

de lá também, no Morro do Mel. Então, naquele tempo, juntou-se tudo, tanto é que, aí eu não sei se é a mesma bicha [SRN Mineração], eu não sei. Sei que está com essa questão.

Judson Jorge: Seu Cláudio, lá é a mineradora São Camilo. Eles já têm a concessão da lavra, mas eles nunca mexeram. Tem os marcos deles lá no chão, além dos “variantes” contornando.

Seu Cláudio: Sei.

Judson Jorge: E se a gente olha na internet, no site da Agência Nacional de Mineração, encontra lá que eles têm direito a lavrar. Só que o negócio lá nunca foi pra frente. Talvez estejam esperando sair a Ferrovia Transnordestina para botar para frente, né?

Seu Cláudio: É. Talvez. Nunca foi [pra frente].

Seu Cláudio: Então, o Grito do Semiárido ele tem essa importância de ajudar mesmo a “gritar” e buscar pessoas para pra vir para luta com a gente, que foi aí que veio mais gente tanto de outros estados, como veio de Minas Gerais e de outros estados. O próprio INCRA, que estava meio apagado, a gente conseguiu acender lá. Até por conta de algumas vezes, foi na terceira vez que a gente convidou o INCRA pro Grito. Foi convidada a primeira vez e ele não veio; a segunda, ele mandou um representante; na terceira mandou outro representante que não era o supervisor. Aí a gente rejeitou esse cabra, não aceitou a conversa dele, que a gente queria uma conversa com o próprio supervisor e não com o funcionário qualquer. Então, tudo isso ajudou o INCRA a abrir as orelhas mais, se espertar mais com a gente. Então, o Grito do Semiárido pra nós, naquele tempo foi muito importante. Porque buscou gente, nem só pra questão da mineração, mas pra todas as questões que vinham, que podiam vir afligir os nossos direitos. Isso foi muito importante naquele momento. E a falta que isso faz é que o povo também para. A gente parou mais de conhecer pessoas de fora, parou de levar mesmo [as questões do território], de fazer aquele “grito” mesmo, que alguém mais longe escutasse o nosso grito. Porque, assim, quando a gente fala o “Grito”, não era gritando só aqui em São Raimundo. Era um grito pra o Brasil inteiro, daí há pouco tá todo mundo na internet vendo aqueles movimentos, é chamado muitas entidades e cada uma dava o seu, o seu grito, e espalhava nesse Brasilsão e aí começava a fazer isso. Então, era muito importante o Grito do Semiárido, se voltasse ia ser muito bom pra gente.

Judson Jorge: Seu Cláudio, depois houve outras ações. Eu penso que, a princípio, sempre muito mediadas pela Cáritas, puxadas pelo Hildebrando, né? Em 2016 foi a primeira vez que eu vi o senhor. Foi quando eu conheci o senhor, foi quando eu conheci o Bernardo, a Ceci, que na época representava o MAM aqui no Piauí. Tinha uma turma naquela reunião, professores da rede estadual de educação, o João Batista e a Roseli. Tinha professores da UNIVASF, da

UESPI. A gente rodou nesse dia, fomos lá na dona Petronília. Teve uma reunião lá. De lá a gente foi para o Espírito Santo. No outro dia, a gente foi no Nascimento, lá no Morro do Mel.

Seu Cláudio: Eu tava [na reunião na comunidade da Dona Petronília], eu lembro.

Judson Jorge O senhor acha que essas ações contribuem de alguma maneira nesse debate da mineração?

Seu Cláudio: Contribui, que é como eu tô lhe dizendo, acho que a gente das comunidades, se ficar sozinhos, não rende o debate. Porque eu sempre gosto de dizer isso, o povo diz que o santo de casa não faz milagre, se a gente ficar conversando só entre a gente, daqui a pouco o assunto estagna, fica só naquilo, naquela mesma conversinha.

Seu Cláudio: Quando a gente tem parceiro que nem você, que nem Bernardo, que nem Hildebrando, que nem outros que têm mais conhecimentos, mais altos, que tem conhecidos mais fora, aí a conversa flui, a conversa rende. E eu acho que a gente só chegou a essa instância toda por conta das parcerias. Que naquele tempo que a gente foi lá pro Pé do Morro de Dona Petronília, primeiro eu tinha ido fazer uma visita lá. Porque daquele tempo pra cá eu comecei a passar a ser tipo um caçador, caçador de minério ou seja de minerador.

Judson Jorge: De minerador, né? Caçador de minerador.

Seu Cláudio: [Risos] isso. Eu passei a caçar, caçar o minerador por aí, porque eu começava a andar nas comunidades pra saber onde é que tava tendo aquelas [pesquisas]. Onde eu sabia que tava tendo um povo estranho, eu passava por lá. E aí foi que descobri Dona Petronília também. Aí, quando eu descobri, que ela contou a história dela, aí eu falei com Hildebrando. Aí, foi dali que gerou aquela visita lá.⁷⁷

Judson Jorge: Em outubro de 2016.

Se Cláudio: Pois é, rendeu muita coisa. Porque daquele tempo pra cá, mesmo dona Petronília ficando fora do Quilombo, mas juntou-se com a gente, faz parte do nosso, do nosso movimento. Aí, assim, essas parcerias que nem, eu não vou nem dizer UESPI ou UNIVASF, vou dizer vocês mesmo, como pessoas, é o que tem nos dado essa visão de lutar buscando cada vez mais e mais.

⁷⁸ Então, essa parceria é as pessoas daqui que trabalha nessas unidades.

⁷⁷ Nas falas públicas do Secretário da Cáritas Regional Piauí, Hildebrando Pires, é constante a menção de que “foi o povo do Quilombo que primeiro identificou e denunciou a mineração. Pesquisadores e parceiros vieram depois.”

⁷⁸ Embora não tenha sido mencionado na fala de Seu Cláudio, o IFPI/Campus São Raimundo Nonato também tem atuado com pesquisas e extensão junto ao Território Quilombola Lagoas. No que diz respeito à extensão, destacamos os treinamentos ministrados para as mulheres do Projeto “Cozinha Raízes do Quilombo, Saberes e Sabores”. Conforme Bruna Marques, moradora da Comunidade Lagoa do Moisés, localizada no Quilombo Lagoas, onde fica a cozinha, o projeto teve suporte da Cáritas e do IFPI, “o IPFI sempre esteve presente, teve os cursos em que eles treinaram todo mundo, cursos de capacitação, tanto no IPFI como no interior, na comunidade, na cozinha.

Judson Jorge: É importante a institucionalidade?

Seu Cláudio: É

Judson Jorge: Mas, ao mesmo tempo, essas instituições são um braço do Estado...

Seu Cláudio: É.

Judson Jorge: Seu Cláudio, agora estávamos falando da Dona Petronília, do Pé do Morro, que é pertinho do Território Lagoas. Mas o senhor acha que a mineração está restrita somente a essas comunidades? Qual a compreensão que o senhor, nesses anos caçando minerador, tem? A mineração, ela é um problema do território Quilombola Lagoas?

Seu Cláudio: Não. Às vezes as pessoas veem a gente falando do Quilombo, tem pessoas que pensa: “Ah! Ele tá só do Quilombo”, não. Eu num vejo ser um problema só do Quilombo, não. Eu vejo que é um problema do ambiente, do nosso ambiente como um todo. E da nossa região como um todo, porque o que uma mineradora vai gerar, de impacto naquele morro, ela não vai ficar aqui só comigo. Ela vai passar pra outra região. Ou vai passar pra natureza como um todo. Então, não é uma coisa só sobre o Quilombo, não. Porém, ela tá dentro do Quilombo. O porquê eu não sei, se é falta de sorte nossa, eu não sei o que é. Porque gera esses focos só dentro do Quilombo. Mas, esse impacto, ele não vai ficar só no Quilombo, não. É em toda região ou, porque não, em toda natureza, que ela vai espalhar pelo rio afora e vai danificar muita coisa. Em alguns pontos mais cedo e outros mais tarde, mas tudo vai sofrer com a mineração. Porque, na minha visão, se eu soubesse que era só no Quilombo, a gente podia exigir, “não, agora vocês compram uma terra grande pra nós, lá longe daqui e nós vamos ficar lá.”. Mas não é bem assim, mesmo que a gente sai daqui e de lá mais umas dez ou quinze léguas, com o tempo nós vamos acabar sofrendo com o mesmo dano da mineração. Então, o que me faz ser assim é tentar lutar por essa questão. É em saber que não vai prejudicar não só o Quilombo, também vai prejudicar uma natureza como um todo, uma população como um todo.

Judson Jorge: É uma visão para além do território Quilombola, né, seu Cláudio?

Seu Cláudio: É.

Judson Jorge: Como é que o senhor vê o processo de organização dentro do território Quilombola? Porque existe esse diálogo com parceiros, mas dentro, são tantos anos de luta. Desde o relatório antropológico, já são quase uns quinze anos. Sem contar a ancestralidade...

E era a Gerlane que ia, ela é professora de Gastronomia do IFPI. Aí, ela sempre está lá também” (Informação verbal, 10 de julho de 2023).

Seu Cláudio: É, mas quando eu falo de começo de luta, eu gosto de colocar de 99, que foi ali que começou todo trabalho. Um trabalho que eu comecei ali, praticamente sozinho, e deu muito trabalho pra começar, levar esse conhecimento ao povo. E, daí pra cá, veio rendendo, veio rendendo. Rendendo que, hoje, a gente já tem esse autoconhecimento tanto dentro do Quilombo como lá fora. Hoje, com relação à mineração, ou a qualquer questão do Quilombo, as pessoas de dentro mesmo do Quilombo está quase todo mundo assim, bem..., não é todo mundo, 100%, que tem pessoas assim mais..., Mas eu posso dizer que 98% da população do Quilombo tá todo mundo afiado, tá todo mundo atento, principalmente com essa história com relação à mineração. Se chegar uma pessoa aqui hoje, perguntando em qualquer canto a qualquer pessoa aqui do Quilombo, o que é que eles acham da mineração, se vai ajudar ou vai piorar? A resposta vai ser pior. Por último, eu posso até citar uma pessoa que, posso citar sem medo, Henrique Neri Junior, no começo era a favor da mineração, chegou a se juntar com as pessoas da mineradora e foi reunião com a gente tentando convencer. Depois de um certo tempo, ele veio bem aqui, sentado bem aí como nós tamos, conversando aqui, e eu tentei, expliquei pra ele tudo o que a mineração podia trazer. E aí ele acabou se convencendo, que hoje tá do nosso lado dando a maior força.

Judson Jorge: Ele fez uma fala importante na última audiência. Foi como representante da cooperativa Mel do Sertão e fez uma fala sobre a apicultura daqui da região, de como ela pode ser impactada.

Seu Cláudio: Pois é.

Judson Jorge: Seu Cláudio, sendo uma área única, dentro do Quilombo, também tem terras de conjunto? O que são terras de conjunto, seu Cláudio. Pode me explicar, por favor?

Seu Cláudio: Terras de conjunto quando eu entendi, por exemplo, essa fazenda São Victor toda era de um dono só. Só que aí, quando eles, quando os herdeiros foram tirando suas partes, eles faziam uma base... Aí essa fazenda era, vamos dizer que dava mil hectares pra cada um, cada um tirou seu mil. Fosse dez herdeiros naquela época, isso no começo, era dez herdeiros, cada um tirou o seu mil hectare. Aí sobrou, aquela área no meio, entre eu e você, que é os herdeiros. Ficou uma garra [de terra] aqui fora da nossa demarcação. Então, essa terra aqui ficou de conjunto. Era pra ali que os filhos de vaqueiro iam se arrancar, pra ali, porque era sem dono.⁷⁹

⁷⁹ Seu Cláudio apresenta uma definição de Terra de Conjunto similar a costumeiramente utilizada na região para definir as “Terras de Ausentes”. Traz em primeiro plano o fato de serem terras de uso coletivo, comum. As terras de ausentes se caracterizam como sendo terras não demarcadas, as chamadas terras devolutas, onde a posse era livre. Seu Cláudio menciona o fato de serem as terras onde os “filhos de vaqueiros se iam se arrancar, porque era sem dono”.

Judson Jorge: Essa [compreensão] aí, também é o que povo chama de terra de ausente. O senhor já ouviu falar de “terras de ausentes”? Já escutou falar sobre isso?

Seu Cláudio: Essa também. É a mesma coisa, pra mim é a mesma coisa.

Judson Jorge: É um fundo de terra, Seu Cláudio?

Seu Cláudio: É um fundo de terra.

Judson Jorge: Igual na Bahia? O senhor já ouviu falar dos fundos de pastos?

Seu Cláudio: já.

Judson Jorge: É a mesma coisa?

Seu Cláudio: Não. É diferente.

Judson Jorge: Por que que é diferente? Qual é a diferença?

Seu Cláudio: Porque o fundo de pasto é o seguinte, o fundo de pasto é igual aos Quilombos, o fundo de pasto as pessoas, o morador daquela área, reconhece uma área de terra que não é usada por ninguém, ou do Estado, quem quer que seja. E aí ocupa e começa a trabalhar ou já viveu alguém lá dentro, mas fizeram reivindicar aquela área como deles. É a mesma coisa do Quilombo. Naquela área de fundo de pasto, pode ter também proprietários particular dentro, mas aí o governo indeniza, paga o caboclo. Ele sai e fica só o ocupador de fundo de pasto, mas a terra de conjunto e de ausente é essa que eu tô falando, que o caba comprou e demarcou. Mas, na demarcação dele, não pegou a área toda. Sobrou um pedaço ali que aí ficou sem dono.

Judson Jorge: No caso seria uma terra da União, terra do Estado?

Seu Cláudio: de Estado.

Judson Jorge: Mas que, oficialmente, a posse e a utilização é feita pela população local?

Seu Cláudio: É, pela população local. Tanto é que a terra de conjunto, você pode até comprar, um hectare de conjunto aqui, mas aquele conjunto todo ele dá vinte hectares, cinquenta hectares. Você comprou dez aqui, você tá dentro daqueles mesmo vinte, só que, assim, só é seu o que tiver dentro da sua roça, da cerca pra dentro, da cerca pra fora você não vai empatar ninguém de trabalhar. Porque a terra de conjunto, quando você compra, você diz: eu comprei o serviço de fulano aqui, e vai trabalhar ali dentro. Ou seja, você pode trabalhar no conjunto todo, mas não dizer que é o dono.

Judson Jorge: Então, é uma terra de uso comum? Uma terra de uso coletivo?

Seu Cláudio: Comum. Isso.

Judson Jorge: Então, vamos lá. Uma terra de uso comum, igual a essa, como é que vocês usam? Como é que vocês usam as terras comuns aqui?

Seu Cláudio: As terras comuns elas são usadas pra morar, por exemplo. Usada pra criar os nossos animais, fazer alguma roça, é usada pra tudo a terra comum, a terra de conjunto. É usada

pra o que você quiser. É como eu to dizendo, sem o direito de vender, se você quer sair, você vende só sua rocinha ali. Oh eu vou te vender, mas vendo só isso aqui, que é só o que eu tenho.

Judson Jorge: Faz uma declaração? Aquela averbação?

Seu Cláudio: É uma declaração. É vender o teu serviço. Ai quando eu comprei o teu serviço aqui dentro do conjunto, eu posso trazer meus animais e botar aqui dentro. Ele vai comer pra onde der certo. Minha cerca arrunhou, eu vou tirar madeira lá de onde der certo, dentro do conjunto.

Judson Jorge: Pode tirar madeira dentro do conjunto?

Seu Cláudio: Posso tirar madeira. Pra trabalhar, pra viver.

Judson Jorge: Como é essa organização? É uma terra de uso coletivo, então, como é que faz a gestão? Como é que feita a gestão de uso coletivo?

Seu Cláudio: Por exemplo, essa casa aqui é seu serviço, essa terra é seu serviço. Eu tenho que pensar o seguinte, “olhe, aqui perto da terra dele [do “serviço”], eu vou deixar um espaço pra ele aqui. Quando quiser, ter uns pauzinhos aqui mais perto, mas daqui pra frente, vamos doar. Mas quando eu achar que é mais distante, eu posso tirar, não tem nenhum problema. Sempre respeitando aquela areazinha mais perto pra você não ter que ir lá no fim da terra⁸⁰.

Judson Jorge: E no conjunto, como é de muita gente, também não pode derrubar o tanto que quiser. É assim?

Seu Cláudio: Não. Não [pode].

Judson Jorge: Então, o conjunto, de certa forma, protege a integridade de um território?

Seu Cláudio: Protege. Porque o conjunto ele é pra manter as pessoas ali, sem devastar muito.

Judson Jorge: Pode ter uma carvoaria dentro de um conjunto?

Seu Cláudio: Não. Não pode.

Judson Jorge: Por quê?

Seu Cláudio: Dá confusão. Porque como é que nós somos dono do conjunto, da madeira, tudo é de todo mundo e só um chega e vai fazer a carvoaria pra vender só pra ele? A gente não aceita isso.

Seu Cláudio: Por isso é que a gente quer no Quilombo. Que o Quilombo se torne uma “terra de conjunto”, uma terra coletiva. Essa terra toda que a gente tá pleiteando aí, esses sessenta e dois mil hectares, ele não é pra ter um dono. O dono dessas terras é pra ser a associação. E aí

⁸⁰ Seu Cláudio nos explica que no processo de organização e gestão da terra de uso comum, embora sendo coletiva, há uma espécie de consenso de que a área próxima ao “serviço” do morador, fica para o manejo dele. Nessa área, outro morador não irá retirar madeira, por exemplo. Mas, distanciando-se um pouco do entorno do “serviço” do outro, a extração é liberada.

as pessoas vão trabalhar na terra de acordo com o que elas precisarem de usar da terra. Vão derrubar a roça que eles quiserem derrubar, sem tá devastando muito. Vão criar seus animais em qualquer lugar que eles quiserem, quando minha cerca arruinar eu posso tirar madeira lá onde eu achar que tem e que não vai prejudicar o que tá lá mais perto. E, enfim, vai viver assim. As aguadas vão usar todo mundo. Tem água aqui? Tem! Pois, vamos beber essa daqui. Enfim, vamos usar a terra comum pra todo mundo.

Judson Jorge: As aguadas não se cercam?

Seu Cláudio: Não. Pode só pra evitar que os bichos façam bagunça dentro. Mas não pode proibir ninguém de pegar d'água.

Judson Jorge: Então, a água no Quilombo é de uso da comunidade?

Seu Cláudio: De uso coletivo. Desde sempre, foi. Sempre foi. Normalmente, as pessoas que tinham mais condições, eles tinham aquelas águas garantida.

Judson Jorge: Como?

Seu Cláudio: Assim, por exemplo, uma pessoa que tinha mais condições, ele abria uma cacimba. Só aquele fulano podia abrir.

Judson Jorge: Uma cacimba de areia?

Seu Cláudio: Não. Um cacimbão.

Judson Jorge: ah! Um cacimbão.

Seu Cláudio: É, cavado. Só aquele fulano pode abrir. Mas eu moro aqui perto, ele não vai empatar eu pegar água, pelo contrário, ele manda eu pegar. “Venha buscar água”. Água sempre foi assim, não importa quem trabalhou. O que importa é que se deu água, a água é pra todo mundo. E aí no coletivo do Quilombo, já sabe, todas aguadas é pra todo mundo.

Judson Jorge: Falando em aguadas, o Quilombo é um território com muitas lagoas. Elas até dão nome para várias das comunidades

Seu Cláudio: É.

Judson Jorge: Elas estão associadas à formação desse território. Qual a importância que essas lagoas tiveram no passado? E como vocês usam as lagoas hoje?

Seu Cláudio: Tão, elas tão associadas e é de grande importância as lagoas dentro do Quilombo, e nem só no Quilombo, mas em todo lugar. Porque as lagoas, elas são reservatórios de águas da chuva, durante o inverno. Agora mesmo toda lagoa tá cheia. Então, isso é uma tranquilidade, todo bicho que você tiver num mato por aí, onde ele sai ele bebe água.

Judson Jorge: Tem água nelas ainda⁸¹? Segura água até quando?

⁸¹ A entrevista foi realizada em 25 de junho de 2023.

Seu Cláudio: Tem. Tem delas que seca até julho, outras vai mais pra frente, outras vai até chover. Mantém o ano.

Judson Jorge: Mantem o ano a de vocês aqui no Calango?

Seu Cláudio: Essa nossa aqui, ela vai até outubro mais ou menos. Mas a gente tem uma barragem aqui. Essa barragem ela fica, se Deus nos livre não entrar água nela daqui há quatro anos, ela não acaba a água. Agora a lagoa, não, ela tem que chover todo ano mode ela pegar água.

Judson Jorge: Quem construiu essa barragem? Foi o DNOCS?

Seu Cláudio: Foi no governo do Mão Santa. Foi uma construção estadual.

Seu Cláudio: E as lagoas é da natureza. Aí, essas lagoa, a importância delas é essa, porque bichos nesse tempo não precisa andar muito pra beber água. Só depois que vão secando pra junho, julho, aí os bichos começam a voltar pra beber na barragem. Mas durante o inverno não tem nenhum aperto por água. Então, isso é a importância. E, naquele tempo, a importância da lagoa era os peixes. E é por isso que habitou muita gente em toda lagoa, por conta da riqueza que tinha de alimentação.

Judson Jorge: Vocês são pescadores também?

Seu Cláudio: Não, não. É porque, naquele tempo, o pobre ele não tinha do que viver. Se ele não tivesse um dia de serviço, ele não tinha como comer. E aí, naquele tempo, o povo vivia muito de caça. Aí, a lagoa, ela era usada pras pessoas fazer a caça de passarinho, por exemplo, de pomba, e de veado que bebia água na seca. O peixe mesmo que ficava quando era no mês mais apertado de julho pra diante, tava pegando peixe. Então, assim, a lagoa tem sua importância grande na população da geração passada.

Judson Jorge: Hoje a caça ainda é praticada no território?

Seu Cláudio: Não. Porque hoje a coisa ficou muito boa. Todo mundo tem de que viver. Na verdade, hoje o governo dá é dinheiro, que naquele tempo não tinha. Hoje todo mundo tem dinheiro a vontade, e tem laminha na lagoa pra pescar.

Judson Jorge: E a água para o rebanho? Eles acessam a lagoa ou vocês buscam água pra poder dessedentar os bichos?

Seu Cláudio: Não. Nesse tempo tá lá aberta, eles vão pra lá à vontade e bebe.

Judson Jorge: E como é que vocês identificam os rebanhos na terra de conjunto?

Seu Cláudio: Tem o nosso sinal.

Judson Jorge: Então, Seu Cláudio, explica para mim o que é o sinal. Me explica a ancestralidade do sinal?

Seu Cláudio: Tem uma forma de sinal. Pode ser na orelha do bicho, a pessoa faz um corte, redondinho parecido um “C” cortadinho, tirado um pedaço, que é chamado de morsa. Outro só corta o pedaço, que é chamado de troncho. Outro faz uma forquilha na orelha do bicho, que é chamado de forquilha. Aí todo mundo conhece por meio disso. O sinal da minha família, por exemplo, qualquer pessoa aqui da região que ver esse sinal já sabe, é do povo de Teófilo que era o meu pai. É do povo do Teófilo.

Judson Jorge: Do Teófilo?

Seu Cláudio: É, do marco. É um corte que faz na orelha do bicho chamado de boca de lagarto. Boca de lagarto e o troncho, pronto esse é o sinal dos Teófilo, seja quem for, mas é deles.

Judson Jorge: Então, sabe que é de alguém da família Teófilo?

Se Cláudio: É. Tá aqui, mas se ela for sair lá na Lagoa dos Meninos, todo mundo sabe.

Judson Jorge: E como é que não confunde o do senhor com..., o senhor tem irmãos?

Seu Cláudio: Tenho muitos

Judson Jorge: Como é que não confunde entre os Teófilos?

Seu Cláudio: Aí gente faz uma diferença, porque a gente usa como um sinal, chamado a boca do lagarto e o troncho, esse é dos Teófilo. Agora a diferença vem na orelha esquerda.

Judson Jorge: Direita identifica a família?

Seu Cláudio: É. E a esquerda a diferença.

Judson Jorge: Esquerda identifica o dono!?

Seu Cláudio: É. Aí, do troncho e do lagarto, já sabe que é da família Teófilo. Agora quando vai pra esquerda, aí tens que fazer uma forquilha como eu disse, outros faz a morsa, enfim. A gente faz umas coisas lá, que todo mundo conhece quem é o dono.

Judson Jorge: Entendi.

Seu Cláudio: Ninguém rouba o do outro não. Ninguém rouba o do outro não. Que sabe.

Judson Jorge: E isso aí é hereditário?

Seu Cláudio: Sim, isso aí é coisa que vem.

Judson Jorge: No caso o senhor conhece o sinal até quem? O senhor conheceu o seu avô?

Seu Cláudio: Conheci.

Judson Jorge: O bisavô chegou a conhecer?

Seu Cláudio: Não. Bisavô não.

Judson Jorge: Mas o sinal, no caso, é herdado do seu avô ou do seu bisavô? Sabe dizer até onde vai a história desse sinal? É possível conhecer um pouco da história da família por essa ideia da herança do sinal?

Seu Cláudio: É. É como eu tô dizendo, essa herança que eu falei é do Teófilo, mas, assim, tô falando do que tem aqui mais próximo. Mas a história do troncho, boca de lagarto, esse é da família toda, da família Tobias.

Judson Jorge: Tobias!?

Seu Cláudio: Tobias.

Judson Jorge: Quem é essa família Tobias?

Seu Cláudio: Era o avô do Teófilo, era esse povo aí, que foi os escravizados do São Victor. Que aí você pode chegar nas Emas, pode chegar no Moisés, em qualquer canto daquele ali, aí pergunta a alguém lá, “qual é o teu sinal aqui?”, que ele vai dizer “o meu sinal é boca de lagarto e troncho”. Esse é dessa família Tobias.

Judson Jorge: Tobias... Então, me diz uma coisa, por exemplo, a comunidade Capim não é longe, não é tão longe daqui. Lá no Capim, eles usam o sinal “boca de lagarto”?

Seu Cláudio: Não. Não. Lá não. O sinal de lá do Capim é um garfo, chamado garfo, é duas forquilhas na mesma orelha. Que fica assim parecido um garfo mesmo, com três, três pontinhas.

Judson Jorge: O senhor desenha isso para mim? Vou pegar uma folha pra o senhor desenhar eles pra mim, viu?

Seu Cláudio:(risos) Peraí. Isso é muito fácil.

Seu Cláudio: O povo conta uma história desse sinal e de um vaqueiro, lá da Fazenda Santa Cruz, ali da Lagoa dos Meninos, pra frente de São Raimundo. Chegou um ricaço da cidade onde tava esse cabra, o vaqueiro lá da fazenda. Aí, perguntou se ele sabia fazer o sinal da cruz, se ele sabia fazer o sinal da cruz. Aí ele disse: “Não. Eu não sei fazer, sei dizer o sinal da cruz”. Que isso era na época dos padres, dos... como é que chamava...? A desobriga dos padres. Desobriga dos padres. É, os padres saiam fazendo missas, nas comunidades. Aí chegou pra esse velho e disse. Na hora da missa o padre fazia o povo rezar, chegou pra esse velho e disse: Você, faça o sinal da cruz. Aí ele: “Não! Eu não sei fazer o sinal da cruz, não. Eu sei é dizer. É um troncho, uma forquilha, não sei o que lá”. O padre mandou ele rezar e ele dizendo que não sabia. (risos)

Judson Jorge: Ele disse o sinal da orelha. (risos)

Seu Cláudio: É.

Judson Jorge: O sinal da criação.

Seu Cláudio: É. Como se fosse o sinal da criação. Eu também não sei desenhar, não. Eu sei fazer.

Seu Cláudio: Bom. Aqui é a orelha do bicho⁸². Isso aqui é a forquilha.

Judson Jorge: Simulando como é que faz o sinal da orelha dos bichos, né, seu Cláudio?

Seu Cláudio É, dos bodes. Agora eu quero fazer um galfo eu faço isso, dobro mais uma vez aqui. E pronto! Aqui tá o galfo. Aqui na orelha do bode tá o galfo.

Figura 99 – Sinal do Garfo, utilizado como marcação na orelha dos caprinos.



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo em 25 de junho de 2023.

Judson Jorge: Isso é o garfo?

Seu Cláudio: É o garfo. Dos capinzeiros, que nós chama aqui. Capinzeiro que é o pessoal do Capim.

Judson Jorge: Esse aí é o do Capim?

Seu Cláudio: É. Esse é o garfo.

Seu Cláudio: Agora da família Tobias, que é da minha família.

Judson Jorge: Que inclui os Teófilos, é assim?

Seu Claudio: É

Judson Jorge: Em qual orelha?

⁸² Seu Cláudio disse que não sabia desenhar os sinais, mas sabia fazer os sinais. Por isso, pegou uma folha de papel e uma pequena faca amolada. Dobrou o papel como se dobrasse a orelha de um bode novo e cortou o papel com a faca, deixando o formato dos símbolos como faria se fosse na orelha.

Seu Cláudio: Na orelha direita. Essa é a boca de lagarto. Quando se vê um bode com esse buraco na orelha aqui e a pontinha da orelha torada aqui, é do Tobias. Daqui pra Lagoa Grande, Emas, Moisés, em todo canto você vai ver esse sinal.⁸³

Judson Jorge: Esse sinal?

Seu Cláudio: É. Agora você vai ver a diferença que a gente faz de acordo com o dono.

Judson Jorge: Então, com essa diferença, se estou indo lá para a Lagoa das Emas e encontro um bode com esse sinal eu identifico. Esse aqui é da família dos Tobias! Agora, como é que eu sei que é do Cláudio Teófilo? O que é a diferença e qual é a orelha?

Seu Cláudio: Eu vou fazer aqui de novo peraí. Aqui é a orelha, aqui tá o troncho e a boca do lagarto. Na [orelha] direita.

Judson Jorge: Identifica que é dos Tobias?

Seu Cláudio: É dos Tobias.

Seu Cláudio: Agora aqui, a orelha esquerda. Só a forquilha, ó. Aqui é o sinal do meu pai, antigo.

Judson Jorge: Sinal antigo?

Seu Cláudio: É. Boca de lagarto e troncho. Diferença, forquilha. É o sinal do Teófilo. Do velho Teófilo. Agora eu quero fazer só minha diferença, eu faço bem aqui.

Judson Jorge: Pra saber que não é de um Teófilo irmão do senhor?

Seu Cláudio: Pra saber que é minha. É. Aí, eu faço só isso aqui. Que é uma morsa

Judson Jorge: Isso aí é uma morsa?

Seu Cláudio: É. E é a diferença. O sinal boca de lagarto e troncho. A diferença forquilha e morsa. Na direita, boca de lagarto e troncho. Na esquerda, forquilha e uma morsa, que é a diferença.

Seu Cláudio: Aí meu outro irmão se ele faz uma outra morsa, vamos dizer por esse mesmo lado por baixo aqui ó, pro lado debaixo da orelha. Aí, já não é minha. Já é do meu irmão Francisco.

Judson Jorge: Que é a chamada diferença?

Seu Cláudio: É a diferença dos irmãos. E assim, nós somos dez irmãos, cada um tem uma diferença. Um faz duas dessas por baixo, o outro faz só uma por cima. Enfim, faz um monte de coisa.

Judson Jorge: Seu Cláudio, vocês são agricultores, mas também são criadores. O senhor hoje se vê como? A comunidade, ela é mais de agricultor ou de criador?

⁸³ O bode que pasta livre, carregando o sinal da família, demarca uma territorialidade.

Seu Cláudio: Assim, porque todo agricultor ele tem, ele cria alguma coisa. É uma coisa conjunta. É uma coisa conjunta⁸⁴, né? Porque as nossas plantações aqui, das agriculturas daqui, elas são temporárias, é só no tempo do inverno. Então, você só tem o feijão, o milho, a mandioca no inverno. Passou o tempo do inverno, você não tem mais nada. Então, você precisa ter alguma coisa. Você precisa ter um bode, ter uma ovelha, ter um porco, ter uma galinha. Não vou dizer ter um gado porque é muito custoso, mas também tem muita gente que tem também um gado. São coisas a mais. Porque como a gente é pequeno, a gente nem é só agricultor e nem é só criador.

Judson Jorge: A gente pode falar que todo agricultor, ele é também um extrativista? Porque se ele tem território ele tem acesso a natureza. Não é verdade? Vocês hoje, ainda recorrem à natureza, por exemplo, para fazer uma cerca, para “medicina”?

Seu Cláudio: É. É porque ele precisa da madeira pra manter as roças, pra cercar as roças, ele tem que arrumar. Ele precisa da rapa do pau pra tomar, muitas vezes, até ele pode comprar, mas como ele sabe que aquela rapa do pau ela vai te ajudar. Ele precisa do umbu, por exemplo, que tá no mato, que é de todo mundo e você pode chegar e apanhar. Enfim tem um monte de coisa aí que você precisa. Inclusive mesmo até o mel, que antes de ter essas abelhas italianas, tinha outro tipo de abelha por aqui, a gente recorria a elas pra se alimentar também. Toda pessoa que mora no interior é um extrativista.

Judson Jorge: Esse mel que o senhor falou, é o chamado mel exprimido?

Seu Cláudio: É. Mas não era da Europa. Era de outras abelhas pequenas, nativas, sem ferrão.

Judson Jorge: E ainda tem?

Seu Cláudio: Tem.

Judson Jorge: É melhor ou não?

Seu Cláudio: Não. Pra medicina, tem uns que é melhor que os outros.

Judson Jorge: Tem uns litros mais caro, né? Tipo, Jandaía, o litrinho do mel é uma pequena fortuna.

Seu Cláudio: (risos). Por exemplo, as da mandaçaia é uma fortuna. Tem a mandaçaia, a manduri.

Judson Jorge: Mas esse não tem colmeia, esse tem que ir buscar?

Seu Cláudio: Tem que buscar no mato. É mais é pra um remédio. Porque o mel deles é pouco também, não é muito não.

Judson Jorge: Ainda hoje se busca o mel de oco?

⁸⁴ SILVA (2018b) apresenta aspectos do trabalho e das relações sociais em torno desse processo, referentes ao território Quilombola Lagoas.

Seu Cláudio: é mel de oco mesmo. Ainda hoje se busca sim.

Judson Jorge: Não tá dentro da mesma lógica da apicultura?

Seu Cláudio: Não. Pra ganhar dinheiro não. Porque não dá, porque é muito pouco. Uma abelha dessa dificilmente ela dá um litro mel. Ela dá pouco. Então, não é naquela lógica de ganhar dinheiro. Ela é mesmo pra um remédio.

Judson Jorge: serve pra fazer um lambedor, não é?

Seu Cláudio: É. Exatamente pra isso.

Judson Jorge: E no caso da apicultura, o senhor acha que a mineração pode afetar? Afetar as lagoas, as pastagens dos bodes? Vocês tiram o sustento disso. A mineração, ela pode impactar isso de alguma forma?

Seu Cláudio: De todas as formas. Na pastagem porque a gente pode ter como exemplo, Angico dos Dias, você conhece, já deve ter ido por lá. A mata lá, mesmo nesse tempo, que tá verde, ela é toda branca, que é a poeira da mineração. O bode pode até comer aquilo, mas de repente, pode intoxicar, eu não sei bem, mas talvez não seja bom. O bode, nas passagens de uma estrada dessa pra outra, os caminhões vão matar. Enfim, vai ter esses impactos. E a abelha da mesma forma, a abelha ela vai também sofrer com a poeira no pólen da flor, onde ela vai pegar o material dela pra fazer o mel, pegar o material e pegar poeira, pegar terra, sei lá o que. E aí como o mel é matéria de exportação, ele não é gasto aqui, e a gente tem aquele selo de... como é que diz? Aquele....

Judson Jorge: O orgânico?

Seu Cláudio: Selo orgânico. Pode ser que chegue um dia que seja feita uma pesquisa e vai ser descoberta alguma coisa nesse mel, alguma impureza, e eles deixe de comprar o mel. Aí se isso acontecer, aí matou o nosso ganha pão.

Judson Jorge: Então, a questão da mineração, ela não é só uma questão de limites. Não se trata apenas de limites?

Seu Cláudio: Não. É do que pode prejudicar.

Judson Jorge: Porque, por essa ideia de limites, podem pensar: “faz só uma curva, livra o trecho do bloco Serrinha, do bloco Bonfim. Não se trata disso?

Seu Cláudio: Não. Se trata disso, não. A questão das nossas aguadas, como, por exemplo, a questão da [barragem] da onça⁸⁵. É a única fonte que se tem na região, que abastece muitos

⁸⁵ “Onça” é a designação local dada à barragem Petrônio Portela, localizada no Rio Piauí, na sub-bacia do rio Canindé, responsável pelo abastecimento das sedes dos municípios de Anísio de Abreu/PI, Bonfim do Piauí/PI, Coronel José Dias/PI, Dirceu Arcoverde/PI, Jurema/PI, São Braz do Piauí/PI, São Lourenço do Piauí/PI, São Raimundo Nonato/PI, Várzea Branca/PI.

municípios por aí. Esse material, mesmo antes de ser explorado à vontade, já tá sendo carregado pra dentro da barragem.

Judson Jorge: Já tem caso de levar sedimentos pra dentro da barragem, seu Cláudio?

Seu Cláudio: Tem, porque aquele riacho que você passou bem aí, ele passa lá no Pé do Morro, do Morro Alto. E aquele bagaço que eles cavaram lá, eles jogaram em cima da terra. Como era lá em cima do morro, choveu e aquele bagaço desceu pelo riacho. Aí, caiu no riacho, já foi pra onça, pouquinho. Porque também o que eles tiraram não era muito. Mas quando eles estiverem explorando ali há muito tempo, a todo vapor, todo ano vai chover e todo ano vai pra dentro.

Judson Jorge: E eles cavaram buraco e eles deixaram o monte de terra lá? Não tiveram nem o trabalho de enterrar?

Seu Cláudio: Não. Não. Não.

Judson Jorge: Então, mesmo que numa escala pequena, a gente já pode dizer que está havendo assoreamento?

Seu Cláudio: Já. Já tá havendo assoreamento.

Figura 100 – Foto da escavação realizada no Morro Alto, Núcleo Xique-Xique, Quilombo Lagoas



Fonte: autoria própria. Acervo pessoal obtido a partir de trabalho de campo realizado em 11 de dezembro de 2022.

Judson Jorge: Então, na visão do senhor, pode prejudicar não só as lagoas de vocês. As lagoas se conectam com a rede de drenagem e pode prejudicar, inclusive, a barragem da Onça?

Seu Cláudio: Pode.

Judson Jorge: Então, seu Cláudio, a mineração pode causar problemas para mim, que moro lá no bairro Gavião, na sede de São Raimundo?

Seu Cláudio: E nem só pra você. Mas pra quem mora lá no Bonfim, por exemplo, que recebe essa água aí da adutora, vai parar lá. O pesado é que eles podem dizer que essa água que vai pra lá, elas passaram por uma adutora⁸⁶. Mas será que vai barrar toda as impurezas? Pode ser que passe alguma coisa. E quem recebe ela antes de cair na adutora, já sabe qual vai ser o resultado.

Judson Jorge: Já temos mais de uma hora de conversa, seu Cláudio. E eu ainda queria mostrar uns mapas que fiz para o senhor. Mas, antes, eu gostaria de fazer umas últimas perguntas. O senhor acha que é possível lutar por áreas livres de mineração? A mineração é incompatível com o semiárido? Falta respeito na hora de proporem projetos de mineração? O senhor tem esperanças de que é possível barrar essa mineração, seu Cláudio?

Seu Cláudio: Eu acho o seguinte, eu acho que a mineração ela é necessária, até porque a gente precisa do ferro, precisa dos outros materiais que a mineração traz. A gente sabe disso, mas, é preciso o respeito e o ponto certo de onde fazer a mineração. Porque tem muitas áreas nesse Brasilsão por aí, que fica inabitada, que fica bastante longe da população. Agora aqui, por exemplo, pra nós é muito prejudicial porque eles dizem que aqui nós não vamos sofrer como aconteceu lá em Mariana, das barragens se romper e matar todo mundo, porque não vai ter barragem. Mas vai ter a poeira do mesmo jeito. E vai matar mais ligeiro. Porque lá em Mariana eles passaram foi alguns anos juntando aquele, aquele bagaço lá naquela barragem. Até o dia que ela explodiu e matou todo mundo. E na mineração a seco, como eles falam, a hora que eles começarem a quebrar, a poeira já começa subir. E aí, assim, eu acho que podia ser caçado uns pontos onde, de fato, não tivesse população muito próxima pra fazer essa mineração. A gente sabe que é necessário, porque a gente precisa do material que ela [extraí], mas podia ter o ponto de fazer a mineração. E não em qualquer lugar, como eles chegam aqui e eles querem fazer em qualquer lugar.

Judson Jorge: E não no território quilombola, né, seu Cláudio?

Seu Cláudio: Principalmente no território quilombola.

⁸⁶ Estação de tratamento.

Figura 101– Seu Cláudio Teófilo



Fonte: Autoria própria. Acervo pessoal obtido durante trabalho de campo em 25 de junho de 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A montanha foi moída

Charles Trocate

Por mim
Espalharás no papel o jejum das palavras
Este gesto breve até o amor
Dele a luz tempera o indivisível
Como é natural

Vou pela rua e chego assim para o que sou
Se resvalo um anjo de aço sai de mim
Apalpa o solo revista a vida.
E as rugas (única verdade)
Pesam neste gesto

A montanha foi moída
E é serpente morta no calabouço dos navios.
Levam-na assim:
Como quem rouba pergaminhos
A misturar-se já com outro tempo.

Fica-nos a mandíbula
Uma certeza falsificada
E o sol empoeirado sobre as infâncias
É só!

A fibra densa faz o nó
E hoje sou minério
O chão que piso cansou do império!
Mas sigo

A troar passadas
A engasgar goelas!

Entre variantes e estradas percorremos um longo⁸⁷ e demorado caminho ao desenvolver essa pesquisa. Nesse percurso, defendemos a tese de que “as políticas territoriais de desenvolvimento em curso, que visam à modernização da economia local a partir da produção de commodities e que são amplamente patrocinadas pelo Estado, reforçam a condição do Piauí como uma periferia na periferia do Capital.”

Para isso, buscamos analisar *o processo de expansão da fronteira minerária no Piauí, a partir da instalação de grandes projetos de desenvolvimento, tendo o Estado como agente indutor*. Ou seja, nos moveu o interesse de entender como o Piauí, em sucessivos governos e

⁸⁷ Em decorrência da mudança de tema no segundo ano de pesquisa e da pandemia mundial de Covid-19, nos estendemos por 78 meses de doutorado, ao invés dos 48 meses padrão ou dos 60 meses, que incluí os 12 meses da prorrogação regimental. Durante esse período, a pesquisa foi realizada integralmente sem bolsa de doutorado e não acessamos ajuda de custo para a realização dos trabalhos de campo.

por meio de diferentes estratégias, vem fomentando a atração de projetos de mineração para este Estado, bem como as consequências da paulatina efetivação desse modelo de exploração.

Para isso, de forma específica, visamos compreender os contextos sociais e históricos em torno do extrativismo predatório e a lógica por trás da atual expansão da fronteira mineral sobre áreas periféricas. Analisamos o papel do planejamento estatal no fomento do Piauí enquanto um “espaço novo” para investimentos em grandes projetos de mineração, a partir de estudos produzidos por consultorias que geraram documentos que norteiam políticas públicas, além do papel dos discursos políticos sobre melhorias no IDHm e mudanças no regramento do licenciamento ambiental do estado. Apresentamos um panorama da atual condição da geografia da mineração no Piauí a partir da espacialização cartográfica dos processos de mineração no território, evidenciando suas diferentes fases e substâncias pesquisadas, além de apresentar dados de arrecadação da CFEM no Piauí. Identificamos territórios tradicionais e camponeses ameaçados pelo avanço da mineração e elaboramos uma “contra cartografia” na qual apresentamos mapas que evidenciam essas ameaças. Por fim, mostramos a resistência e o enfrentamento da população ameaçada ao projeto da SRN Mineração.

No desenvolvimento da tese, demonstramos que ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, o estado do Piauí se tornou uma zona de relevante interesse mineral, mobilizando, paulatinamente, investimentos públicos e privados em prol da concretização de um território extrativo-mineral com condições reais de ser explorado. Para a efetivação desse modelo, teve centralidade o planejamento econômico voltado para a conversão da natureza do Piauí em ativos econômicos, apresentados pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Piauí – PDES 2050, no formato de carteira de projetos para atrair investidores.

No caso da mineração, a ênfase é em minérios metálicos de alta demanda global como ferro, níquel, cobalto, vanádio e titânio. E a concretização desse modelo se dá a partir da dotação do território estatal com infraestruturas que possuem, entre si, uma complementaridade logística, a exemplo dos setores de energia e transporte ferroviário, por meio da construção da ferrovia transnordestina. Juntos, a energia, a ferrovia e a mineração se configuram como uma tríade moderna do ordenamento territorial do Piauí, que se soma a carteira de projetos do agronegócio.

Apontamos também que o desenrolar desse processo vem ocasionando uma série de conflitos, pois as pesquisas minerais avançam silenciosamente sobre o território de povos e comunidades tradicionais. A forma pela qual vem se efetivando é caracterizada pela ocultação de informações por parte das empresas, o que gera ainda mais apreensão entre os moradores das comunidades, que identificam movimentações incomuns em suas terras.

Quando os resultados dessas pesquisas se tornam públicas, os projetos se encontram, geralmente, em fase avançada, muitas vezes no início da etapa de licenciamento ambiental. Isso implica dizer que, inclusive, os estudos de impacto ambiental e os relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA) também ocorrem à revelia das comunidades que serão impactadas.

No caso do exemplo empírico que utilizamos para entender essa realidade, o território quilombola Lagoas, sequer foi cumprida a exigência de realização de uma consulta prévia, livre, informada e de boa-fé. Não houve consentimento da comunidade para as pesquisas, muito menos para o projeto de mineração, simplesmente porque nunca foram sequer consultados. Desde o início foram tratados à margem desse processo, tanto pela empresa SRN Mineração, quanto pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH-PI.

Por situações como essa, esses conflitos têm sido marcados pela construção de resistências que, no Piauí, encontra-se caminha gradativamente, com ações individuais e coletivas, de cunho local e com tentativas de articulação de uma rede de luta por áreas livres de mineração, tanto em âmbito estadual quanto regional e nacional.

No caso que envolve a SRN Mineração e seu projeto de extração de magnetita em áreas no território quilombola e em comunidades de seu entorno, o enfrentamento vem sendo realizado pelos moradores locais, organizados em torno da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, que vem denunciando as ações desta e outras empresas que violam o território.

Também nesse caso, o trabalho desenvolvido por diversos profissionais, de vários campos de atuação, como professores, pesquisadores, comunicadores sociais, membros dos Ministérios Público e Defensorias Públicas da União e Piauí, agentes Cáritas, integrantes da APASPI, da Associação Mel do Sertão, entre tantas outras, que os moradores do Lagoas costumam chamar de “parceiros do território”, formam o que Pérez (2017) chama de “resistências em alianças” e cumprem um papel importante ao fomentar processos de “resistências públicas”, como o GT da Romaria da Terra, as oficinas sobre mineração realizadas pelo MAM – PI, as edições do Grito do Semiárido, além da participação dos moradores de áreas ameaçadas pelo projeto nas audiências públicas, especialmente a de 2019.

Essas resistências encontradas no território de desenvolvimento Serra da Capivara, dificulta o processo atropelado de licenciamento ambiental do projeto de extração de ferro da SRN Mineração, haja vista que a SEMARH vem enfrentando uma série de denúncias sobre sua forma de condução do licenciamento, que gerou, inclusive, uma ação civil pública solicitando o cancelamento da Licença Prévia concedida para o empreendimento.

Para cumprir com os objetivos propostos para esse trabalho, estruturamos a tese em quatro capítulos. No primeiro deles, explicamos os processos de “confluência” (SANTOS,

2019) que nos levaram ao tema da mineração. Esse momento demarca nosso envolvimento com a temática, influencia nossa práxis, o que acaba definindo o método empregado na interpretação dessa realidade. Para além desse debate, no primeiro capítulo buscamos também demarcar os contornos teóricos que embasaram nossa análise, com especial destaque a contribuição que tivemos em vista dar para as reflexões em torno do conceito de grandes projetos de desenvolvimento.

No capítulo 2, subdividido em três momentos, utilizamos a categoria do extrativismo como mediadora para compreensão de como sociedades distintas se relacionam com a natureza. Isso nos permitiu entender a existência de territórios onde os processos de territorialidade são baseados na forma como esses grupos percebem o mundo, para além das relações de poder ou da econômica hegemônica. Essa compreensão é retomada no capítulo 04, quando analisamos as resistências cotidianas, onde compreendemos melhor a existência de uma ontologia política dos territórios como a proposta por Escobar (2016).

Em seguida, discutimos sobre como o extrativismo predatório esteve presente desde o processo de colonização, pilhando a natureza e explorando o trabalho escravo, primeiro o indígena, posteriormente o trabalho dos escravizados sequestrados do continente africano. Como dito na poesia de René Depreste, que abriu a seção daquele capítulo:

quando a febre d'ouro drenou a derradeira
gota de sangue índio
varrendo do entorno das minas d'ouro todo índio
nos voltamos ao veio muscular d'áfrica
para garantir a emersão da miséria
então começou o assalto à infinda riqueza
da carne negra
então começou o desordenado ataque ao
radiante esplendor do corpo negro

Apresentamos dados que mostram a relação íntima entre a mineração e o aumento da população negra escravizada no Brasil. Ao realizarmos essa análise, embora tenhamos o entendimento de que as contradições sociais do tempo presente são consequência do modo de organização atual da sociedade de classes, ao molde contemporâneo do capitalismo, os dados apresentados nos permitiram refletir que a mineração esteve na gênese dos problemas de desigualdade social e de pobreza entre as pessoas, assim como esteve também no alicerce do processo de produção da dependência econômica dos países que constituem a América Latina.

Mais do que isso, esse processo deixou como herança uma sociedade impregnada pelo racismo estrutural, que se manifesta, por exemplo, no modelo pelo qual vem se efetivando a

expansão da fronteira minerária sobre o Piauí. Isso porque, essa fronteira visa se efetivar nos locais que hoje abrigam territórios de remanescentes quilombolas, como mostramos nos mapas do quarto capítulo deste trabalho.

Permitiu também refletir como esse racismo está arraigado nas normas jurídicas que regem o licenciamento ambiental, a exemplo da Portaria Interministerial MMA/MJ/MCult/MS no 60/2015 e, no caso do Piauí, da Instrução Normativa SEMAR nº 007/2021. Tanto na portaria quanto na instrução normativa prevalece o entendimento de que, em caso de não manifestação conclusiva da SEAF MAPA/INCRA, não haverá prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, podendo, portanto, a licença pleiteada ser concedida. Ou seja, prevalece, por força da normatização do Estado, o entendimento de que, na demora ou na ausência de uma resposta desse órgão, vale mais o interesse do empreendedor do que o direito dos povos tradicionais que vivem nas áreas afetadas. Temos aí a própria institucionalização do racismo ambiental no âmbito do licenciamento. Por que não prevalecer o direito territorial garantido pela constituição a esses povos ao invés dos interesses do empreendedor? Por que prevalecer os princípios da liberdade econômica em detrimento dos bens comuns da humanidade dos quais esses povos tradicionais são por guardiões?

Na sequência dessa tese, no capítulo 3, discutimos sobre as heranças coloniais na formação territorial do Piauí. Analisamos as atividades econômicas hegemônicas que ao longo do tempo foram sendo praticadas no estado, a partir de uma lógica complementar e de dependência econômica em relação às economias nacionais e internacional. Nesse cenário, o extrativismo historicamente foi utilizado como forma de exploração do trabalho e da natureza piauiense.

Mostramos ainda como o Piauí possui uma população rural bastante superior a nacional e que, apesar dessa característica, vem passando por uma modernização de sua economia, pautado na implementação de um modelo de desenvolvimento hegemônico que desconsidera as populações rurais. Entendemos que está em curso um processo de acumulação primitiva, que visa separar esses grupos da terra, convertendo-os em força de trabalho assalariada e liberando a terra-território e natureza para a exploração capitalista do espaço, ao transformá-la em ativo econômico ou numa área livre para a instalação de uma mina.

Para justificar esse modelo econômico que mergulha profundamente o Piauí no neoliberalismo, o Estado adota uma estratégia discursiva que se baseia em desvincular uma imagem de pobreza historicamente vinculada ao Piauí, buscando para isso mostrar solidez fiscal, planejamento estatal e, como uma “prova da eficácia” da receita adotada, mostrar melhorias nos índices que compõem o IDHM do Piauí.

Para isso, o Estado propagandeia a geração de empregos associada à chegada de grandes projetos de desenvolvimento. No caso da mineração, que sequer saiu do papel, a estratégia é a mesma, ou seja, a quantidade de postos de trabalho diretos e indiretos que a atividade, supostamente, pode gerar.

A outra estratégia é a de divulgação de dados relativos ao PIB per capita, apresentando um ranqueamento dos municípios com melhores resultados. Entre os municípios que apresentam os maiores índices estão os que possuem atividades do agronegócio, do setor de geração de energia e da mineração. Porém, todos esses municípios possuem mais da metade de sua população no Cadastro Único, possuindo números elevados de pessoas vivendo em famílias em situação de extrema pobreza, de pobreza e de baixa renda.

Esses dados corroboram a tese que defendemos, de que *“as políticas territoriais de desenvolvimento em curso, que visam à modernização da economia local a partir da produção de commodities e que são amplamente patrocinadas pelo Estado, reforçam a condição do Piauí como uma periferia na periferia do Capital.”* Como os dados do PIB per capita englobam os municípios do agronegócio, da energia e da mineração, e como os dados do CECAD 2.0 mostram números elevados de extrema pobreza, constata-se que a riqueza gerada nesses municípios ou é concentrada nas mãos de poucos moradores, ou é drenada para outras regiões do país. Portanto, não se revertem em melhorias na qualidade de vida da população onde são realizadas essas atividades.

Fica evidenciado, por números da situação de pobreza, que o discurso do desenvolvimento por meio dos grandes projetos não se sustenta na realidade concreta dos fatos. Se retomarmos o debate do capítulo 2, veremos que a história nos mostra que trabalhadores super explorados e pilhagem da natureza estão na base da dependência econômica, portanto, no epicentro das relações centro-periferia.

Apesar desses dados, mostramos como o Piauí organizou uma carteira de projetos voltada a oferecer suas “potencialidades” e “vocações naturais” aos investidores, para atrair outros grandes projetos. Ao dotar seu território com infraestruturas do setor energético, pelo regime de livre contratação, bem como atuar junto à União no sentido de conseguir a conclusão da Ferrovia Transnordestina, o estado fomenta uma solidariedade institucional entre os grandes projetos, eliminando os “gargalos econômicos” apontados por documentos como o *Diagnóstico e Diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí*. Cria-se a rede de sinergia necessária para dar suporte à instalação e operação de mineradoras no Piauí.

No quarto e último capítulo apresentamos uma série de dados que mostram um crescimento na ordem de 5.100% nos processos de pesquisas minerárias no Piauí, nessas duas

primeiras décadas do século XXI. Esse crescimento no interesse em se encontrar novas jazidas de minérios no Piauí veio a reboque do *super ciclo das commodities* ou “*boom das commodities*”, associado ao fato de que o Piauí vem dotando seu território da infraestrutura necessária para a efetivação de um território extrativo mineral.

Discutimos como a mineração vem, gradativamente, territorializando-se no Piauí e colocando em risco atividades como a apicultura, praticadas por camponeses e povos tradicionais. Essa atividade tem sido responsável pela geração de renda para as famílias locais, e se destacado na pauta de exportações do estado. Por ser um mel com selo orgânico, os moradores temem prejuízos em toda a cadeia produtiva, caso se efetive a instalação do projeto de extração de minério de ferro a seco da SRN Mineração.

Apresentamos também uma “Contra Cartografia de Desvelamentos” por meio da qual mostramos com mapas próprios um conjunto de informações sonegadas por outros mapas “oficiais” constantes nos documentos públicos. Produzido por empresas de consultorias, esses mapas mostram um território apenas como “carteiras de projeto da mineração”, ou apenas como “potencialidades do subsolo”, sem pessoas, sem comunidades, sem histórias. Como se esses lugares fossem vazios demográficos, prontos para serem minerados. Elaboramos um conjunto de mapas que contradiz as informações do EIA-RIMA do projeto SRN, que dizia categoricamente não existir território quilombola na área diretamente afetada (ADA) do projeto de extração de ferro magnetítico que pretendem implantar. Negando, textualmente e cartograficamente, a existência do território quilombola Lagoas.

Além dos mapas, mostramos o que Pérez (2017) define como sendo resistências cotidianas. Aqui, por meio das entrevistas com as comunidades, evidenciamos a forma de viver e se relacionar com a natureza que, ontologicamente, se contrapõem aos avanços da fronteira mineral no Piauí.

Tratamos sobre a importância das terras de uso comum, localmente chamadas de terras de conjunto e terras de ausentes. Da forma como plantam, como armazenam e realizam trocas de sementes. Apresentamos ainda como criam o caprino, fonte de proteína e de renda para as famílias locais. E, porque não dizer, que são, também, uma importante fonte de memória, já que a hereditariedade dos sinais das orelhas do bode permite conhecer um pouco sobre seus ancestrais.

Após evidenciarmos essas práticas, que materializam as formas desses sujeitos se relacionam entre si, por meio das terras de uso comum, e se relacionarem com a natureza, protegendo-a de avanços predatórios, buscamos compreender e evidenciar como eles se sentem em relação à ameaça de instalação de mineradoras em seus territórios.

A luta do território quilombola Lagoas e das comunidades do seu entorno pelo direito de não serem violados pelo projeto da SRN Mineração vêm se configurando como uma “luta pedagógica”, ensinando ao órgão licenciador e ao empresariado que a mineração pode até se efetivar nos territórios, mas não de qualquer forma, não irresponsavelmente, sem encontrar resistências territoriais.

Por fim, é importante dizer que essa tese foi escrita no “calor do momento”, durante o “desenrolar dos fatos”. Nossa análise buscou se cercar de elementos capazes de fornecer bases reais, pautadas em materialidade, para realizar as análises que fizemos de um processo que se encontra em curso.

Só o tempo dirá se o Piauí se tornará ou não um território minerado. Entretanto, os desafios já estão postos para esse estado periférico-dependente, para a natureza e para os povos e comunidades tradicionais que habitam ancestralmente essas terras. “Quando a verdade for flama”⁸⁸, espero que as análises apresentadas nessa tese possam, de algum modo, contribuir com o debate crítico e com a organização popular, instrumentalizando a luta por territórios livres de mineração.

⁸⁸ Poesia de Thiago de Melo na epígrafe inicial desta tese.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

ANDREIA VIANA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Parauapebas, Para. I Encontro Nacional do MAM, 21 de maio de 2018.

BARTOLOMEU VIANA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Parauapebas, Para. I Encontro Nacional do MAM, 21 de maio de 2018.

SEU CLÁUDIO. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Lagoa do Calando, São Raimundo Nonato, 25 de junho de 2023.

DONA DÉZINHA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Espírito Santo, Bonfim do Piauí, 12 de dezembro de 2019.

DONA LOLITA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade André, Bonfim do Piauí, 12 de dezembro de 2019.

DONA NAZARÉ. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade André, Bonfim do Piauí, 12 de dezembro de 2019.

DONA PETRONÍLIA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Pé do Morro, Fartura do Piauí, 13 de junho de 2019.

DONA RAIMUNDINHA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Santo Antônio, Fartura do Piauí, 13 de junho de 2019.

ISABEL MACÊDO. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Capim do Zé Macário, Dirceu Arcoverde, 11 de dezembro de 2022.

NEUMA BORGES. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Parauapebas, Para. I Encontro Nacional do MAM, 21 de maio de 2018.

SEU DEUSINHO. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade André, Bonfim do Piauí, 12 de dezembro de 2019.

SEU PAULO. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Santo Antônio, Fartura do Piauí, 13 de junho de 2019.

SEU PEDRO. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Espírito Santo, Bonfim do Piauí, 12 de dezembro de 2019.

_____. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Comunidade Espírito Santo, Bonfim do Piauí, 13 de junho de 2019.

SIDNEI VIANA. Entrevista concedida à Judson Jorge da Silva. Parauapebas, Para. I Encontro Nacional do MAM, 21 de maio de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **Extrativismo e Neoextrativismo: Duas Faces da mesma maldição**. In: DILGER, Gerhar; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. (Orgs). *Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: Saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.

ACSELRAD, Henri. **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. **Nota Técnica n.º 177/2009/GEREG/SOF-ANA, Documento nº 28774/2009**. Dez. 2009. Disponível em: <http://portal1.snirh.gov.br/arquivos/drdh/NT_UHEs_Parnaiba.pdf>. Acesso em julho de 2022.

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida Aguiar. Complementariedade de gênero e o papel das mulheres morroquianas para manutenção da agrobiodiversidade em uma porção do cerrado brasileiro. In.: Scott, Parry, Cordeiro, Rosineide e Menezes, Marilda (org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Pp. 209-230.

ALMEIDA, Rammyro Leal. **Políticas Públicas e Licenciamento de Atividades Econômicas: uma análise da classificação normativa de risco ambiental nos estados da região Nordeste do Brasil**. 2023. 121f. Dissertação (mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

ALVES, V.L.E. **Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista**. In. ELIAS, D; PEQUENO, R. *Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006

_____. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/.../12450>>. Acesso em julho de 2015

ALONSO, Aleida Azamar. **Acumulación originaria: explotación laboral y generación de ganancia en la minería de México**. 2015. 262f. Tese (Economía Internacional y Desarrollo) – Universidad Complutense De Madrid, Madrid, 2015.

_____. **Minería en América Latina y México. Problemas y consecuencias**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste: O Espaço e a Economia Nordestina**. 4 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

_____. **Depoimentos e experiências, Mineração no Nordeste**. Brasília: CNPq, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987.

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Arrecadação CFEM do Estado PI, Ano: 2021.** Sistema de Arrecadação da ANM. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem_muni.aspx?ano=2021&uf=PI>. Acesso em junho de 2022.

_____. **Análise de Impacto Regulatório - AIR.** Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/regulacao/analise-do-impacto-regulatorio-air/air_aproveitamento-de-esteril-rejeitos_02-2.pdf>. Acesso em maio de 2023.

_____. **Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE.** Disponível em: www.anm.gov.br. Acessado em 18 de dezembro de 2018.

ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios extrativo-mineral na Bahia: Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo.** 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, 2019.

AQUINO, Crisvanete de Castro. **Misticismo e simbolismo na “Cova da Tia”: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural Imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno.** 2009. 64 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em bacharelado em Arqueologia). Universidade Federal Vale do São Francisco – UNIVASF. São Raimundo Nonato, 2009.

ARAOZ, H. M. **Mineração genealogia do desastre. O extrativismo na América Latina como origem da modernidade.** São Paulo: Elefante, 2020.

_____. **Potosí, el origen. Genealogía de la minería contemporánea.** Quito: Editora Abya-Yala, 2018.

_____. **O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A natureza americana e a ordem colonial.** In: DILGER, Gerhar; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. (Orgs). *Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.* São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ARAUJO, M.R.S. de; MORAES, M.D.C. **Cerrados Piauienses: de Espaço Natural a Espaço Construído.** III Encontro da ANPPAS, Brasília-DF, 23 a 26 de maio de 2006.

ARAUJO, Clarissa Flávia Santos. **Ilegalidades e ilegitimidades da dívida pública brasileira: a dívida pública do estado do Piauí.** Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2017. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ilegalidades-e-ilegitimidades-da-divida-publica-brasileira-a-divida-publica-do-estado-do-piaui/>>. Acesso em março de 2022.

ARAUJO JR. **Royalties sobre Mineração: A Experiência Australiana.** Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento - Cindes, 2012. Disponível em: <http://www.ecostrat.net/files/Royalties_sobre_mineracao.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

ARCADIS. **EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Piauí Níquel.** <http://piauiniquel.com.br/pagina/docs/EIA_PNM.pdf>. Acesso em fev. 2022.

_____. **RIMA - Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Piauí Níquel.** Nov. 2017. Disponível: <http://piauiniquel.com.br/pagina/docs/RIMA_PNM.pdf>. Acesso em fev. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil**. Net, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Governo. Disponível em:
<<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=978&sid=107>>. Acesso em 13 de abril de 2018.

ASSIS, Rafael da Silva. **Os índios do território Serra da Capivara: história, memória e ensino**. 2016. Dissertação de mestrado em ensino da história. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

AUGUSTO, Glauber Grijó dos Santos et al. **Geologia e recursos minerais da folha São Raimundo Nonato SC.23-X-D-II: estados do Piauí e Bahia**. Teresina: CPRM, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cotações de Fechamento Ptax4/ do DOLAR DOS EUA, Código da Moeda: 220, Símbolo da Moeda: USD, Tipo da Moeda: A, período de 01/01/2021 a 01/06/2021**. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>. Acesso em abril de 2022.

BRASIL. **Atlas do Potencial Eólico Brasileiro**. Brasília. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2022. Disponível em:
<https://cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf>. Acesso março de 2023.

_____. Agência Nacional de Mineração. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas**. Brasília: ANM, 2019.

_____. Ministério da Cultura. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>>. Acesso em: maio de 2023

_____. **PRF realiza nas rodovias piauienses a escolta da maior Pá Eólica da América Latina**. 2021. Disponível: <[_____. **LEI Nº 13.540, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017. Altera as Leis n º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais \(CFEM\)**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/12/2017](https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias_anteriores/estaduais/piaui/2021/junho-2021/prf-realiza-nas-rodovias-piauienses-a-escolta-da-maior-pa-eolica-da-america-latina#:~:text=PRF%20realiza%20nas%20rodovias%20piauienses%20a%20escolta%20da,no%20munic%C3%ADpio%20de%20Lagoa%20do%20Barro%20do%20Piau%C3%AD%20FPI.>https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias_anteriores/estaduais/piaui/2021/junho-2021/prf-realiza-nas-rodovias-piauienses-a-escolta-da-maior-pa-eolica-da-america-latina#:~:text=PRF%20realiza%20nas%20rodovias%20piauienses%20a%20escolta%20da,no%20munic%C3%ADpio%20de%20Lagoa%20do%20Barro%20do%20Piau%C3%AD%20FPI.>. Acesso em: setembro de 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

_____. Poder executivo. **Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010
Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>.
Acesso em 06 de maio de 2023

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.** Acesso em abril de 2023.

BERLINCK, Manoel Tosta; COHENS, Youssef. **Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico e Modernização na Cidade de São Paulo.** R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, v.10, p. 45-64, jan/mar. 1970

BELFORT, Ângela Fernanda. **Suapec terá terminal de minério de ferro do Grupo Bemisa, que promete concluir a Ferrovia do Sertão.** Movimento Econômico, o site de Economia e Negócios do Nordeste, set. 2022. Disponível em: <<https://movimentoeconomico.com.br/economia/2022/09/26/suape-tera-terminal-de-minerio-de-ferro-do-grupo-bemisa-que-promete-concluir-a-ferrovia-do-sertao/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

BRANDÃO, Tanya. **Para Além dos Engenhos: A Escravidão na Colonização do Piauí.** In: EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos.** Teresina: EDUFPI, 2014.

BRANDÃO, T.M.P. **A elite colonial piauiense: família e poder.** 2ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BRESSER-PEREIRA, LC. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CAMPOS, César Augusto Ribeiro Silva Campos. **A instalação dos Parques Eólicos no Município de Dom Inocêncio - PI e os impactos sociais decorrentes desse processo.** 2022. 119f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual do Piauí, São Raimundo Nonato, 2022.

CANETTIERI, T. **A condição periférica.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

CANÇADO, P.; JUSTUS, P. **No Piauí, a nova fronteira do Minério.** São Paulo: Estadão, 2009. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,rodolfo-landim-abre-mao-de-indicacao-para-presidencia-do-conselho-de-administracao-da-petrobras,70004028007>>. Acesso julho 19.

CARTA ABERTA DO I FÓRUM DE MINERAÇÃO NO PIAUÍ E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. Teresina, 07 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.cptpiaui.org.br/0000/00/00/carta-aberta-do-i-forum-de-mineracao-no-piaui-e-os-conflitos-socioambientais/>>. Acesso em: julho de 2019.

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO E DA CAATINGA – DESAFIOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5058-carta-dos-povos-indigenas-do-cerrado-e-da-caatinga-desafios-para-a-gestao-ambiental-e-territorial-das-terras-indigenas?limitstart=0#>>. Acesso em maio de 2021.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, jun. 2009.

CARVALHO et al. **Avaliação das causas de desertificação no município de Gilbués (PI) e suas consequências socioambientais**. GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 33 -54, jul-dez. 2018.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geografica do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CASTELLI et al. **Quanto ainda resta da Caatinga? Uma estimativa preliminar**. In.: SILVA et al. Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

CASTILHO, R.; TOLEDO JR, R. de.; ANDRADE, J. **Três dimensões da solidariedade em Geografia**. In.: Experimental. São Paulo: Humanitas, 1997

CASTRO GOMÉZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade: Discurso e Prática do Regionalismo Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CECAD 2.0 **Cadastro Único**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2023. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>>. Acesso junho de 2023.

CEPRO. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí. PDES-PI 2050 - Tomo I**. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, 2015a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí. PDES-PI 2050. Produto 8**. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais — CEPRO, 2015b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí. PDES-PI 2050. Produto 9**. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais — CEPRO, 2015c.

_____. **Diagnóstico e diretrizes para o setor mineral do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, 2004.

CECENÃ, Ana Esther. **PPP (Plano Puebla Panamá)**. Enciclopédia Latino Americana. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/ppp>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

CHAVEIRO, E. **A Paixão do Método**. 2020. Rev. Mutirão Vol.1, n.3. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/249174/38340>>

CHESF. **Expansão da geração usinas no Parnaíba**. Maio 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-5335-09-transposicao-hidroviaria-de-niveis/audiencias-publicas/jose-ailton-de-lima-diretor-de-engenharia-e-construcao-da-chesf>>. Acesso em junho de 2022.

China conta agora com mais população urbana que rural. G1. (2012).

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/01/china-conta-agora-com-mais-populacao-urbana-que-rural-1.html>, acesso 21 de fevereiro de 2019.

COELHO, Luís. Entrevista do ex-secretário da SEMINPER, Luís Coelho. Programa script, TV Assembleia – PI, junho de 2018. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LkycYplbqlo&t=502s>. Acesso em junho de 2020.

_____. Usinas de Energia Elétrica no Piauí [Entrevista concedida a] Tereza Val. Teresina: Entrevista concedida ao programa Palavra Aberta, Legislativo PI, youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=udGZcLXiQXo>. Acesso em 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM. **Diário Oficial da União traz alterações no Cfem.** Dez, 2017. Disponível em:

<<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/diario-oficial-da-uniao-traz-alteracoes-no-cfem>>. Acesso em fev. 2022.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. **O Piauí como fronteira: ideologias geográficas e ajuste espacial na periferia do Brasil.** Encontro Nacional da ANPEGE – ENANPEGE, XII, 2017, Porto Alegre. Anais. Disponível em: <1736.pdf (enanpege.ggf.br)>. Acesso junho de 2022.

_____. O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas; A fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CPRM. **Projeto mapas metalogenéticos e de previsão de recursos Minerais FOLHA SC.23-X-D São Raimundo Nonato, ESCALA 1: 250.000.** VOLUME I, Texto e mapas. Companhia de Recursos de Pesquisas Minerais - CPRM, Superintendência Regional de Fortaleza, 1984.

CPRM. **Áreas de relevante Interesse Mineral.** Brasília: Serviço geológico do Brasil, 2015.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>>.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>>.

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil.** Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>>.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Os trabalhos da Memória.** In: BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. 13ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CIDADE VERDE. (2021). **Energia do Futuro: Piauí se destaca na produção de energia solar e eólica no País**. Disponível em: < <https://cidadeverde.com/noticias/356121/energia-do-futuro-piaui-se-destaca-na-producao-de-energia-solar-e-eolica-no-pais>>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À EDUCAÇÃO. **Conheça o projeto De Olho na CFEM**. Disponível em: <<http://emdefesadosterritorios.org/conheca-o-projeto-de-olho-na-cfem/>>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão**. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L.S; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.

CORRÊA, A.P.S; SOUZA, J.G de. **Processos de acumulação por espoliação: o caso da mineração da Vale s.a. em Moçambique**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 17(1): 292-308, jan./jun. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>>. Acesso em agosto de 2021.

CRUZ, Valter do Carmo; **Geografia e pensamento decolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. In.: CRUZ, V. do C; OLIVEIRA, D. A. de. (Orgs.). Geografia e Giro Decolonial: Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

_____. **Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em geografia**. XVI ENG: Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010.

_____. Prefácio: **A Geo-Grafia dos Grandes Projetos de Des-envolvimento: entre a espoliação e as r-existências**. In: Pérez, Mercedes Solá. R-existências sociais pela vida: Camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reserva Camponeses (Colômbia). Curitiba: Editora CRV, 2017.

DANI, Viana. **Ah, Piauí, quanta beleza**. In: VENTURA, Mari (Org.). Escritos Entre Cactos. São João – PE: Ed. Casa de Bonecas, 2022.

DESCARTÁVEIS. Observatório do Mundo do Trabalho de Carajás; Movimento Pela Soberania Popular na Mineração-MAM. Parauapebas, 2018. (9min 51 seg).

DIAS, Wellington. **Entre Vistas - Wellington Dias**. Entrevistador: Juca Kfourir. São Paulo: TVT, 08 de maio de 2018. Entrevista concedida ao programa Entre Vistas, Rede TVT, São Paulo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2aV72RHU3W8&t=214s>>. Acesso em: abril de 2022.

DIOCESE DE PICOS. **GT Romaria da Terra visita comunidades do território Serra da Capivara**. S/D. Disponível em: <<https://dp15.com/gt-romaria-da-terra-visita-comunidades-do-territorio-serra-da-capivara/>>. Acesso em junho de 2023.

DILGER, Gerhar; PEREIRA FILHO, Jorge. Prefácio: **Ousar pensar “fora da caixa”**. In: DILGER, Gerhar; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. (Orgs.). Descolonizar o

Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

Economia: Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real da China. Index Mundi. <https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=ch&l=pt>, acesso em 20 de fevereiro de 2019.

ELIAS, Denise. **Pensando os espaços agrários luminosos no Nordeste do Brasil.** In.: ELIAS, D; PEQUENO, R. Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Sócioespaciais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais.** Disponível em: <[embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=Módulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20\(c\)>](http://embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20(c)>)>. Acesso em agosto de 2023.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **O MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO PARÁ A QUESTÃO DA CFEM.** Governo do Pará. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Analise%20dos%20impactos%20Novo%20Marco-DNPM.pdf>>. Acesso em jan. 2022.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”.** Climacom Cultura Científica - Pesquisa, Jornalismo e Arte. Ano 02, vol. 02, 2016.

ESTADO DO PIAUHY. **Piauí 1935.** Teresina: Directoria geral de estatística do Estado do Piauí, 1935.

FARIA, Ana Tereza Dutra Pena de. **Comunidade quilombola Lagoas.** Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/lagoas.pdf>>. Acesso 2017.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 3 ed. São Paulo Editora da Universidade de São Paulo., 2015.

FERNANDES, B. M. F. **Questão Agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, D. **Ciro Nogueira anuncia transposição do Rio São Francisco para o Piauí.** GP1, 04 de abril de 2022. disponível em: <<https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2022/4/5/ciro-nogueira-anuncia-transposicao-do-rio-sao-francisco-para-o-piaui-522969.html>>. Acesso 13 de abril de 2022

FERNANDES, Manoel. Aula de Geografia. Campina Grande: Bagagem Editora, 2003.

FERNANDES, Vanessa. **Após 3 dias, garimpeiros voltam a atirar contra indígenas na Terra Yanomami, diz conselho; região está sendo atacada há um mês.** G1, RR — Boa Vista, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2021/06/09/garimpeiros-armam-emboscada-e-atiram-contraindigenas-em-regiao-alvo-de-ataques-na-terra-yanomami-diz-conselho.ghml>> Acesso em 09 de jun. 2021

FGV. **Atlas Histórico do Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/populacao-e-exportacoes-da-colonia>>. Acesso em ago. 2020.

FORERO, Rafico Sandoval. **Economía Extractiva en Colombia: Modelo Minero Energético destruyendo naturaliza y sociedade**. Bogotá: Stilo Impresores, 2017.

FRAGOSO, João; KRAUSE, Thiago. **Sistemas atlânticos e monarquias na época moderna: anotações preliminares**. In.: Fragoso, J; Gouvêa, Maria de Fátima. Coleção o Brasil Colonial: 1580-1720. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREIRE, B.C et al. **Contra EIA-RIMA do Território Quilombo Lagoas: análise crítica de um Estudo de Impacto Ambiental**. São Raimundo Nonato, 2022.

FREIRE, Bernardo Curvelano. **Questões Postas ao Território: mineração e comunidades produtoras em São Raimundo Nonato**. In.: OLIVEIRA, L.M. S.R; FLORES, F. T. (orgs). Desenvolvimento Territorial: experiências, articulações e práticas educativas. Curitiba: CRV, 2018.

_____. A administração da diferença: materialidade e poder na constituição dos espaços, territórios e estruturas temporais na constituição de um programa de pesquisa. num. 4, 2018, pags. 105 - 131. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao/article/view/37196/27413>>. Acesso em abril de 2023.

FREITAS, Maria Ester de. **Viver a Tese é preciso! As reflexões sobre as aventuras e desventuras da vida acadêmica**. RAE - Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 42, n.1, p. 88-93.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Pró Alfabetização bé lançado no Piauí com apoio da PARC**. São Paulo, 24 de maio de 2021. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/pro-alfabetizacao-e-lancado-no-piaui-com-apoio-da-parc>>. Acesso setembro 2022.

FUNDINOR. **Piauí: boa esperança do Nordeste**. Recife: Fundinor, 1967, **Piauí**. 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

_____. **Os numerinhos e as pessoas**. In: Galeano, Eduardo. O livro dos abraços. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GEOINFO EMBRAPA. **Mapa de suscetibilidade dos solos à erosão hídrica do Brasil (Primeira aproximação)**. 01 de dez. de 2020. Disponível em:<<http://geoinfo.cnps.embrapa.br/documents/2916#more>>. Acesso em 05 de jan. 2022.

GOMES, Horiestes. **Reflexões Sobre Teoria e Crítica Em Geografia**. Goiânia: CEGRAF UFG, 1991.

GOMIDE, Carolina Siqueira. **Aço** [verbetes]. In.: GOMIDE, C. S. et. **Dicionário crítico da mineração**. Marabá: Editorial Iguana, 2018.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Geografando os conflitos para lugarizar a vida**. In.: COSTA, A. et al. Geografia dos Grandes Projetos de Desenvolvimento: Reflexões a partir dos conflitos no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. A geografia e a pesquisa crítica do modelo de mineração no Brasil. 2021. Revista Mutirão (Recife) V. II, Nº II, 2021.

_____. No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. 2016. 515f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, Goiás, 2016.

_____. **Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil**. *Cadernos Prolam/USP*, v.15, n.29, p.38-55, jul/dez.2016.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos em América del Sur: conceptos y sus efectos derrame**. In: ZHOUI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (Orgs.). Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. _____. Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba - Bolivia: CEDIB, 2015.

_____. **Transições ao pós-extrativismo: Sentidos, opções e âmbitos**. In: DILGER, Gerhar; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. (Orgs.). Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

GUIMARÃES, C.M. **Mineração, Quilombo e Palmares. Minas Gerais no Século XVIII**. In: REIS, J.J; GOMES, F. dos S. Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Claro enigma, 2012.

G1. **Governador Rafael Fonteles apresenta ao presidente Lula projeto que interliga rodovia, ferrovia e hidrovía no Piauí**. 27 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/01/27/governador-rafael-fonteles-apresenta-ao-presidente-lula-projeto-que-interliga-rodovia-ferrovia-e-hidrovía-no-piaui.ghtml>>. Acesso em fevereiro de 2023.

G1. **Garimpeiros jogam bombas em comunidade na região alvo de ataques na Terra Yanomami, diz Associação**. (2021). Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/06/08/garimpeiros-jogam-bombas-em-comunidade-na-regiao-alvo-de-ataques-na-terra-yanomami-diz-associacao.ghtml>>. Acesso em 08 de junho de 2021.

G1 PI. **Autorizado estudos de transposição do Rio São Francisco no Piauí. Projeto inicial prevê construção de canal para rios Piauí e Canindé.** 26 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/09/autorizado-estudos-de-transposicao-do-rio-sao-francisco-para-o-piaui.html>>. Acesso em 13 de abril de 2022.

HAESBAERT, R. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais.** GEOgraphia, vol. 22, n.48, 2020.

HARLEY, Brian Harley. **Mapas, saber e poder.** Confins [Online], n. 5, 24 abril 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>>. Acesso em Setembro de 2022.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica. Marx e o capital no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDER, M. **Perfil da Mineração no Nordeste.** 16 out. 2021. Disponível em: <<https://www.inthemine.com.br/site/perfil-da-mineracao-no-nordeste/>>. Acesso fev. 2022.

HOUART, F. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”.** Caderno de formação n.2. Marabá: MAM, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Estimativa da População 2016.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: março de 2017.

_____. **IBGE Estad@s.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso: março de 2017.

_____. **IBGE Cid@ades.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2023.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021

IBRAM. **IBRAM se posiciona contrário a novo aumento de CFEM.** 03 de mar 2021. Disponível em: <<https://ibram.org.br/release/ibram-se-posiciona-contrario-a-novo-aumento-de-cfem/>>. Acesso em jan. 2022.

IBRAM. **Piauí é apontado como a nova fronteira da Mineração do país.** IBRAM Mineração do Brasil, 2012. Disponível em <<https://ibram.org.br/noticia/piaui-e-apontado-como-a-nova-fronteira-da-mineracao-do-pais/>>. Acesso em julho 2020.

ICMBIO. **Série Legislação ICMBio, Vol.1, Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** 2009. Disponível em:

<<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/legislacaoambientalvolume1.pdf>>. Acesso em 29/01/2021.

INCRA. **Nota Técnica nº 1838/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA**. Brasília: 2021.

INCRA; CONAB; COMDEPI; et al. **Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí-2003/2010- PRRA**. Teresina: 2003. Disponível em: <fetagpi.org.br/novo/docs/PRRA.doc>. Acesso em: maio de 2017.

ISP. **Povos e Comunidades Tradicionais da Caatinga**. Disponível em: <<https://ispn.org.br/biomas/caatinga/povos-e-comunidades-tradicionais-da-caatinga/>>. Acesso maio 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. A potência do sujeito coletivo. Revista Periferias. Vol.1, O Paradigma da Potência, maio 2018. Disponível em: < <https://revistaperiferias.org/ed/o-paradigma-da-potencia/>>. Acesso em nov. 2020.

_____. **Ecologia Política**. Ethnoscintia. Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. Vol. 3 (n.2 Especial): p.1-2, 2018. DOI: 10.22276/ethnoscintia. v3i2.193

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso Serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 18 ed. Campinas: Papirus, 1988.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento Chinês**. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 36, p. 91-116, outubro 2013

LIBBY, Douglas Cole. **Mineração Escravista**. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio. Dicionário da Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 201800.

LIMA, C.L.S; NASCIMENTO, R.N.F. **Mineração e conflitos socioambientais no estado Piauí**. In: WARGNER, Alfredo et al. Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: Conflitos Sociais e Mobilizações Étnicas. Manaus, 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/livros/colecao-nova-cartografia-social/?cp_colecao-nova-cartografia-social=2>. Acesso em janeiro de 2020.

LIMA, José Auricélio Goes. **A natureza contraditória da territorialização da produção de energia eólica no nordeste do Brasil**. 2019. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geociência. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019a.

LIMA, Thaís Mayara Paes de. **“Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão”: um estudo sobre a mineração no Território Quilombola Lagoas (PI)**. 2019. 111 f. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019b.

LIMA, Nataniel. **Principal produtor de carnaúba, Piauí é envolvido em denúncia de TV alemã sobre trabalho escravo**. Oito e Meia, 22 out. 2017. Disponível em: <<https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/10/22/principal-produtor-de-carnauba-pi-e-envolvido-em-denuncia-de-tv-alema-sobre-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

LIMA SOBRINHO, B. **O devassamento do Piauí**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MAB. **Rio Parnaíba vira alvo da construção de novas hidrelétricas no Maranhão e Piauí**. 26 abril 2021. Disponível: <<https://mab.org.br/2021/04/26/rio-parnaiba-vira-alvo-da-construcao-de-novas-hidreletricas-no-maranhao-e-piaui/>>. Acesso em agosto de 2022.

MALHEIRO, B. C., & CRUZ, V. do C. (2019). **Geo-grafias dos grandes projetos de desenvolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território**. GEOgraphia, 21(46), 18-31. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i46.a30317>

MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C.W; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos: Para Pensar o Brasil e o Mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MAM. **Nota de repúdio aos grandes projetos de mineração na Serra da Capivara (PI)**. Março de 2021. Disponível em: <<https://www.mamnacional.org.br/2021/03/04/nota-de-repudio-aos-grandes-projetos-de-mineracao-na-serra-da-capivara-pi/>>. Acesso em: janeiro de 2022.

MARCOS, Valéria de. **Tempo de Semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI**. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Lui Cruz; ELIAS, Denise. (Orgs). **Panorama da Geografia Agrária Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução na América Latina**. Parnaíba: Editora Terra Sem Amos, 2020.

MARTINS, CAMILA CECILINA DO NASCIMENTO. **Desafiando a crise ambiental como crise da racionalidade moderna: resistência constitucional do quilombo Lagoas e comunidade Pé do morro**. 2022. 101 f. Dissertação de mestrado em Direito. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da UNB, 2022.

_____. **Assessoria popular em direitos humanos: o coletivo Antônia Flor e as comunidades quilombolas de Contente e Barro Vermelho**. Minas Gerais: Letramento Editora e Livraria, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, Wilson. **Cerrado do Piauí se transforma na nova fronteira agrícola do Brasil**. Entrevista do Ex-Governador do Piauí ao programa de TV Globo Rural. Rio de Janeiro: Rede Globo, 29 de maio de 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 1: processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, Simone de Oliveira; RODRIGUES, Maria Sueli. **Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Lagoas**. São Raimundo Nonato: 2010

MATHIAS, C. L. K. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista**, c. 1711-c.1758. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2012.

MEDEIROS, J.A. (Org). **Piauí 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Estudos Estados Brasileiros).

MELLO, THIAGO. **Mormaço na Floresta**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

MEMORIAL CHICO MENDES. **Reservas Extrativistas**. Disponível em: <<http://www.memorialchicomendes.org/reservas-extrativistas/>>. Acesso em dez 2020.

MENDONÇA, Fabíola. **Como o Piauí vem garantindo ensino superior gratuito em todos os municípios do estado**. Carta Capital, 10 de fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/como-o-piaui-vem-garantindo-ensino-superior-gratuito-a-todos-os-municipios-do-estado/>>. Acesso em setembro de 2022.

MIGNOLO, W. **Diálogo**. In: ACSEILRAD, H. GUEDES, A. D; MAIA, L. J. (Orgs). Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015.

MILANEZ, B; SANTOS, R.S.P dos. **A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação**. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA). Grupo de Trabalho: Sociologia Econômica. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-A-Rede-Global-de-Produ%C3%A7%C3%A3o-RPG-do-Min%C3%A9rio-de-Ferro-empresas-Estado-e-agentes-de-contesta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso nov., 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28º Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Programa Mineração e Desenvolvimento. Planos de Metas e Ações 2020/2023**. Brasília: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -MMA. **Extrativistas**. Portal Yapadê, 2016. <Disponível em: <http://portalypade.mma.gov.br/extrativistas-caracteristicas>>. Acesso em: nov. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)**. Net. Brasília, DF, 2015. Governo. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/integracao-sul-americana/cosiplan-conselho-sul-americano-de-infraestrutura-e-planejamento>>. Acesso em 12 de abril de 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Crise do Capital Global, Natureza e Agronegócio**. In: RAMOS FILHO, E.S; MITIDIERO JUNIOR, M.A; SANTOS, LRS. (Orgs). *Questão Agrária e Conflitos Territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
MONTEIRO, M. C. da. **Profissões ou empregos na província do Piauí**. In: LIMA, N. C. *Páginas da História do Piauí colonial e provincial*. Teresina: EDUFPI, 2020.

MONTENEGRO, Jorge; ROCHA, Otávio Gomes. **A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais**. In. CRUZ, V. do C; OLIVEIRA, D. A. *Geografia e giro descolonial: experiências, idéias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Ed. Letra capital, 2017.

MONTENEGRO GOMÉZ, J.R; FAVARO, J.L. **Uma Leitura Crítica do Desenvolvimento Territorial Rural Realmente Existente: entre as condições de possibilidade e a implantação**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 122, p. 39-69, jan./jun. 2012.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 3 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MORAES, A.C.R. de; COSTA, W.M.da. *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. 4ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, M. D. C. **Do destino pastoril a vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí**. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.) *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

MOREIRA, R. **A leitura de mundo da Geografia e do geógrafo**. VII Ciclo de Palestras Geografia, Espaço e Sociedade - UESPI/CCM. Youtube, 20 de agosto de 2020.

_____. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. **A Geografia Serve para desvendar as máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970**. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 28.1. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistaclio>>. Acesso em 10 nov. 2017

NASCIMENTO, Nathália de Oliveira. **Seriam as abelhas sem ferrão boas amostradoras ambientais de contaminação atmosférica por particulados atmosféricos?** 2014. Dissertação de mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais. Universidade Federal de Ouro Preto

NUNES FILHO, D.J. **A cidade e o rio: a navegação fluvial e o extrativismo vegetal na formação do espaço de Floriano-PI (1890 -1950)**. 2013. 171 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. vol 1. Teresina: FUNDAPI, 2007. **OBSERVATÓRIO DE CONFLICTOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA - OCMAL**. Disponível em: <https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/>. Acesso: fevereiro de 2022.

OECD Steel Committee says market remains strong but growing risks cloud outlook. OCDE (2007). Disponível em: <<http://www.oecd.org/industry/oecdsteelcommitteesaysmarketremainsstrongbutgrowingrisksccloudoutlook.htm>>. Acesso em out. 2020.

ODILI, ESTER. **Insurreição Piauiense**. In: VENTURA, Mari (Org.). Escritos Entre Cactos. São João – PE: Ed. Casa de Bonecas, 2022.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e colonizadores, conflitos e resistências**. 2007. 202f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Lennon. **Os impactos da mineração nas comunidades do território quilombola Lagoas, no Piauí**. Jonal da USP, São Paulo. 28 de out 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=467285>>. Acesso em dez. 2021.

PADULA, Antônio Domingos. **Urbanização e êxodo rural na China**. Contido em Lia, mas não escrevia: contos, crônicas e poesias [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, [2014]. p. 465-467

PARENTE FILHO, Jader. **Projeto mapas metalogenéticos e de previsão de recursos Minerais FOLHA SC.23-X-D São Raimundo Nonato, ESCALA 1: 250.000**. Vol. I, textos e mapas. Fortaleza: Companhia de Recursos de Pesquisas Minerais - CPRM, 1984.

_____. **Projeto mapas metalogenéticos e de previsão de recursos Minerais FOLHA SC.23-X-D São Raimundo Nonato, ESCALA 1: 250.000**. Vol. II, mapas temáticos. Fortaleza: Companhia de Recursos de Pesquisas Minerais - CPRM, 1984.

PATRÍCIO, M. C. M; SILVA, V. M. A; RAMOS, A. R. D. **Gilbués - núcleo de desertificação do Piauí, caracterização física, variabilidade climática e impactos ambientais**. Polêm!ca, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 1470 a 482, ago. 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3738/2619>. Acesso em: 23 maio 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2012.3738>.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. **Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann**. Movimento, Revista de Educação. Niterói, ano 6, n.10, p. 65-90, jan./jun. 2019.

PÉREZ, Mercedes Solá. **R-existencias sociais pela vida: camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reserva Camponesas (Colômbia)**. Curitiba: CRV, 2017.

PESSOA, André. **Trabalho análogo à escravidão, desmatamento insustentável e caça a animais em extinção: o caos na Caatinga do Piauí. Como duas empresas, uma paulista e outra norueguesa, estão explorando de maneira inconsequente o Corredor Ecológico que liga os parques nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões**. Revista Rollingstone, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-121/escravidao-desmatamento-caca-animais-silvestres-caatinga-piaui/>>. Acesso em maio de 2022.

PETERS COELHO, Tádzio. **Dilemas e obstáculos na economia de Brumadinho frente à minério-dependência**. Cienc. Cult. vol.72 no.2 São Paulo abr./jun. 2020

_____. **O Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado**. IN.: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. A questão mineral no Brasil, vol. 1. Marabá: Editorial Iguana, 2017.

_____. (2017). **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(3), 1-8.

_____. **Minério-dependência em Brumadinho e Mariana**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.22 n.41, p.252-267, jul./dez. 2018

PIAUÍ. (Governo do Estado do Piauí). **Somos o estado brasileiro com maior produção de energia solar**. Teresina, 6 de março de 2022. Facebook: Governo do Piauí. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=5017522184974338&set=pcb.5017522244974332>>. Acesso em julho de 2022.

_____. **Piauí se torna o maior exportador de mel em 2021**. 06 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-se-torna-o-maior-exportador-de-mel-em-2021/>>. acesso em: março de abril de 2022.

_____. **Nota Técnica – Projetos Energia Renovável**. Teresina: Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC, 2018. Disponível em: <<http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/wp-content/uploads/2018/04/ENERGIAS-RENOVA%C3%ACVEIS.pdf>>.

_____. **Decreto Nº 17.887, de 06 de agosto de 2018. Concede Regime Especial de Tributação do ICMS ao estabelecimento da empresa PIAUÍ NIQUEL METAIS SIA, inscrito no CAGEP sob no 19.550.500-0, para fins de cumprimento de obrigações**

principal e acessórias. Diário Oficial do Piauí: Leis e Decretos, Piauí - PI, Ano LXXXVII, Nº 147, p. 04, 06 de ago. 2018.

_____. (2019) **Piauí é Desenvolvimento.** Disponível em: <https://www.pi.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Piau%C3%AD-%C3%A9-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: junho de 2023.

_____. **O Desenvolvimento vem através da mineração.** Teresina, 16 de janeiro de 2017. Facebook Governo do Piauí. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1270983919628202&set=a.212385832154688>. Acesso em dezembro de 2022.

_____. (Governo do Estado do Piauí). O Piauí terá a maior usina da América Latina. Teresina, 6 de julho de 2016. Facebook: Governo do Piauí. Disponível em: <https://www.facebook.com/governodopiau/photos/a.212385832154688/1097188883674374/>. Acesso em julho de 2022.

_____. **Projeto de Lei do Plano Estadual de Educação do Piauí (PEE) 2015 – 2025.** Teresina: Conselho Estadual de Educação - CEE, 2014. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/?query=PLANO%20DE%20TRABALHO%202021&font=CEE-PI>. Acesso: 18 de outubro de 2022.

_____. **Cepro apresenta PIB dos Municípios 2020.** CEPRO, 2022. Disponível em: <http://www.cepho.pi.gov.br/noticia.php?id=595>

_____. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Piauí, com maior detalhamento dos Cerrados Piauienses.** SEMAR, 2012.

_____. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado Do Piauí.** SEMAR, 2010.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-Ação.** Textos Selecionados e Apresentados. In.: DUQUE-ARRAZOLA; THIOLLET. Belém: UFPA, 2014.

PIOVESAN, E. **Texto aprovado altera distribuição da Cfem entre estados e municípios.** Agência Câmara de Notícias. Brasília, 22 nov 2017. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/527926-texto-aprovado-altera-distribuicao-da-cfem-entre-estados-e-municipios/>. Acesso em: jan. 2022.

PONTÉS, Julia. **Las Malvinas son Argentinas!** 06 Jul., 2020. Disponível em: https://linktr.ee/_juliapontes_. Acesso em: agosto de 2019.

PORTAL SRN. 2019. **#Somostodoscontra Exploração de Recursos Minerais no Território Quilombola Lagoas.** Instragram, 08 de dezembro de 2019

PORTO-GONÇALVES, C. W. Prefácio: **A desordem do progresso.** In: ARAOZ, Horácio Machado. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América Latina como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. (2009). **O Latifúndio Genético e a R-existência Indígena-Camponesa**. GEOgraphia, 4(8), 30-44. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13431>

_____. **A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 — n.º03 — ano 3, Maio de 2006.

_____. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina Geografía de los movimientos sociales en América Latina**. Peru: Unión Geográfica Internacional-Peru, 2013

_____. **Abya Yala**. 2009. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>> Acesso em jun 2020.

PROJETO RADAM BRASIL. **Parte das folhas SC.23 Rio São Francisco e SC.24 Aracaju; geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra**. vol. 1. Rio de Janeiro: 1973.

PROJETO PARNAÍBA. **Estudo De Impacto Ambiental – Eia. Aproveitamento Hidrelétrico de Uruçuí**. Vol. II. 2019.

PRUDENTE, Eunice. **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra**. Jornal da USP, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=342504>>. Acesso em jan. 2022.

QUAINI, Masimo. **Marxismo e Geografia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Tererinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníoba na Economia do Piauí: 1900 - 1920**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 1984.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso dez. 2021.

RABELO, E. de A. **Rumores da miséria, ecos da história: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 1

RAQUEL, Martha. **Garimpeiros invadem comunidade Yanomami em RR e matam cachorro como forma de ameaça. Após a morte de duas crianças, STF ordenou que o governo federal garanta a segurança da comunidade, mas nada aconteceu**. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/11/garimpeiros-invadem-comunidade-yanomami-em-rr-e-matam-cachorro-como-forma-de-ameaca>> Acesso em 11 de junho de 2021.

REDE BRASIL ATUAL. **Duas operações contra trabalho escravo resgatam 90 pessoas no Piauí e em Minas: Fiscais localizaram 57 trabalhadores (dois adolescentes) em pedreiras**

e 33 na colheita de eucalipto. 27 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/operacoes-trabalho-escravo-resgatam-90-piaui-minas/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

REGO, J. F. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo.** Ciência Hoje, 25, 147, 62-65, 1999.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão de. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos Comerciantes de Parnaíba (1700-1950).** 2010. 291 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2010.

REIS, J.J. **A presença negra: encontros e conflitos.** In: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

RIBEIRO, Allyne. **Vereador de Simões denuncia pobreza em meio a riqueza do projeto da energia eólica.** 24 de dez. 2015. Disponível em: <https://araripinaemfoco.com/vereador-de-simoes-denuncia-pobreza-e/>. Acesso em: setembro de 2022.

RIBEIRO, Renato Janine. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 21, n. 1, p. 189-195, maio de 1999. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol11n1/v11n1a10.pdf>>. Acesso: janeiro de 2018.

RIDART, Ananda. **25 anos de Lei Kandir: quem ganhou e quem perdeu.** Disponível em: <www.mnacional.org.br>. Acesso em abril de 2023.

RIGOTO, R.M; LEÃO, F. A. F; MELO, R.D.M. **A pedagogia do Território: Desobediência Epistêmicas e Insurgências na Práxis do Núcleo Tramas.** In.: RIGOTTO, R.M.; AGUIAR, A. C. P; RIBEIRO, L. A. D. Tramas para a Justiça Ambiental: diálogos de saberes e práticas emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. 7

RIVERBANK RESOURCES MINERAÇÃO Ltda. **Ref.: Processos 48421.803366/2011-70, 48421.803367/2011-14, 48421.803368/2011-69 e 48421.803369/2011-11. Análise de Relatório Final de Pesquisa de Áreas Contíguas.** 2020.

ROCHA, Gustavo de Brito et al. **Perspectivas da Política Industrial nos BRICS.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009.

RODRÍGUEZ-WALLENÍUS, Carlos. **Acciones comunitarias contra megaproyectos en México.** Revista Geonordeste, São Cristóvão, Ano XXVI, n. 1, p. 173-196, jan./jul. 2015.

ROUGEMONT, Laura; PÉREZ, Mercedes Solá. **Tecendo relações entre os conflitos socioambientais territoriais provocados por megaprojetos: COMPERJ e SUAPE e suas implicações para pescadores e pescadoras artesanais.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 399-426, ago., 2013.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **Novas estratégias de combate à seca e à fome no Ceará: a construção de um poder.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.

SANDERSON, H. October 2020. **TechMet wins US backing for Brazilian mining project.** Financial Times, 04 october 2020. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/e004e34d-6d8f-4ba1-ad45-687787a6606b>>. Acesso em jan. 2022.

SANTOS, Antônio Bipo dos. **Colonização, Quilombos, modos e significações.** 2º ed. Brasília: Editora Ayô, 2019.

SANTOS, Cláudia Penha dos. **As comissões científicas da inspetoria de obras contra as secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912).** 2003. 107f. Dissertação. (Dissertação História das Ciências da Saúde) de mestrado. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2003.

SANTOS, M. **Economia Espacial.** São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Mirian de Castro. **A apicultura na comunidade Lagoa dos Meninos, São Raimundo Nonato-PI: uma alternativa de convivência com o semiárido.** 2017. 49f. Monografia. (Monografia de conclusão de Curso de Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Piauí – UESPI, 2017.

SARAMAGO, J. **A Segunda Vida de Francisco de Assis.** In: SARAMAGO, J. Que Farei com Este Livro? São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO PIAUÍ. **Plano Plurianual 2016-2019.** Teresina, 2015.

_____. **Plano Plurianual 2012-2015.** Teresina, 2012.

_____. **Plano Plurianual 2008-2011.** Teresina, 2008.

_____. **Plano Plurianual 2004-2007.** Teresina, 2004

SEMARH. **Ofício Nº 16/2022/SEMAR PI/GAB. Prestação de informações necessárias à defesa na Ação Civil Pública nº 1004671- 65.2021.4.01.4004.** Teresina: Sistema Eletrônico de Informações - SEI, 2021.

_____. **Edital de Audiência Pública.** Disponível em: www.semar.pi.gov.br. Acesso em 19/11/2019.

SIGMINE. **Sistema de Informações Geográficas da Mineração.** ANM. Disponível em: <<https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>>. Acesso em: 16/10/2022.

SILVA, E. C. da. **A geopolítica do saque mineral: conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE.** 2020. 186f. Dissertação de mestrado em Geografia. MAG UEVA, 2019.

SILVA, M. C. da. **Piauí e o Estado do Maranhão: História e Historiografia em perspectiva**. In: LIMA, N. C. Páginas da História do Piauí colonial e provincial. Teresina: EDUFPI, 2020.

SILVA; A.J. da; MONTEIRO, M. do S.L. **Territorialização da agricultura empresarial em Uruçui/PI: de "espaço vazio" aos imperativos do agronegócio**. Caderno de Geografia, v.27, Número Especial 1, 2017

SILVA, Carlos Alberto Franco da; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes Monteiro. **A Geografia Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SILVA, Simone Rodrigues da. **A Ferrovia Transnordestina e as Transformações Territoriais no Município de Paulistana - PI**. 2018. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal do Piauí, 2018.

SILVA, Gerlane Dantas da. **Do fogo da terra à cozinha: Uma etnografia sobre o campesinato quilombola**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, 2018b.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaço de produção e conservação**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XII, n. 1, p. 83-98, jan.-jun. 2009.

SOARES, Murilo Rodrigues da. **Lei Kandir: breve histórico**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007.

SOUSA, Antônio Eusébio de. **A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense**. 2023. 369 f. Tese. (Doutorado em Geografia) . Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP), 2023.

_____. **Conflito, luta e resistência camponesa no semiárido frente aos projetos de Mineração e Transnordestina**. 2016. 202 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, 2016.

SOUZA, Oswaldo Braga; ARAGÃO, Tainá. **Munduruku denunciam ataque de garimpeiros em Jacareacanga (PA)**. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2021. Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/munduruku-denunciam-ataque-de-garimpeiros-em-jacareacanga-pa>> Acesso em 26 de maio de 2021.

SOUZA, S. **População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872**. Brasília: Palmares, 2013. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=25817>>. Acesso em jan 2022.

SRN MINERAÇÃO. **Relatório de Audiências Públicas - RAP da SRN MINERAÇÃO**. Virtú Ambiental, 2023.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Versão 3. Teresina: WR Consultoria, 2021.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA**. Versão 2. Teresina: WR Consultoria, 2020.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA**. Versão 1. Teresina: WR Consultoria, 2019a.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Versão 1. Teresina: WR Consultoria, 2019b.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Versão 2. Teresina: WR Consultoria, 2019c.

_____. **Projeto SRN - Minério de Ferro**. Disponível em:
<<https://www.srnmineracao.com.br/projeto>>. Acesso: janeiro 2022.

SUAPE. **Ministério da Infraestrutura autoriza Bemisa a construir ferrovia ligando Piauí ao Porto de Suape**. 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1584-ministerio-da-infraestrutura-autoriza-bemisa-a-construir-ferrovia-ligando-piaui-ao-porto-de-suape>>. Acesso Setembro 2022.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Extrativismo Neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?** (Orgs). Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

_____. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>> Acesso em 8 de abril de 2017.

TECHMET. **Securing the critical metals for the global technology revolutiona**. Disponível em: <<https://www.techmet.com/>>. Acesso em abril de 2022.

THEODORO, Mário; DELGADO, Guilherme. **Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate**. Políticas sociais – acompanhamento e análise, n.7, ago. 2003. Disponível em:
<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio3_Mario7.pdf>. Acesso em: maio de 2023.

TROCATE, CHARLES. **Búfalo Antigo - ou Gabriel e outras orquídeas no bolso**. Revista Poiésis, Niterói, v. 22, n. 37, p. 91-104, jan./jun. 2021. (<https://doi.org/10.22409/poiesis.v22i37.47237>).

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio Peters. **Quando vier o silêncio: O problema mineral brasileiro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

TV ASSEMBLEIA. **O Mundo Está de Olho em um Estado do Nordeste**. 2019. Piauí. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x3IEBjGh0iA&t=18s>>. Acesso em 07 de abril de 2022.

VALE. **Produção e vendas da VALE no 2T21**. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/0d86d4d8-013d-66da-90f1-bb329f08f1f8?origin=1>>. Acesso em 07 de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI - UESPI. **PDI da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, vigência 2017-2021**. Teresina: Editora da UESPI, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Universidade Aberta do Piauí**. Disponível em: <<https://nead.uespi.br/uapi>>. Acesso em setembro de 2022.

_____. **Editais NEAD/UESPI Nº 004/2021**. Disponível em: <https://neadseletivos.uespi.br/uploads/edital004202127/Editais_PROFESSOR_FORMADOR_UAPI_004_2021.pdf>. Acesso em: setembro de 2022.

_____. Concurso público para provimento de vagas no cargo de docente efetivo edital nº 001/2017 — UESPI. Disponível em: <https://nucepe.uespi.br/downloads/edital_pregII2017.pdf>. Acesso setembro de 2022.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Teresina: UESPI, 2017.

VALE, J.A.R. do et al. **Áreas de relevante interesse mineral (ARIM): avaliação do potencial mineral da região de São Raimundo Nonato, Piauí e Bahia**. Teresina: CPRM, 2022.

VALE. **CVRD Incorpora Docegeo, MSS, Aluvale e MVC**. jan 2004. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/cvrd-incorpora-docegeo-mss-aluvale-e-mvc.aspx>>. Acesso out. 2021.

VII CICLO DE PALESTRAS GEOGRAFIA, ESPAÇO E SOCIEDADE - UESPI/CCM. **A leitura de mundo da Geografia e do geógrafo**. YouTube, 20 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DLTF-Ue_4bo>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

ZHOURI, Andrea et al. **O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social**. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e Lutas Territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016.

ZIBECHI, Raul. **O extrativismo como projeto de sociedade: Pilhagem frenética de riquezas não é apenas problema ambiental — mas retrato de um capitalismo que trocou trabalho pela rapina, consumo ostentação**. Outras Palavras, 2016. <Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-extrativismo-como-projeto-de-sociedade/>>. Acesso em: nov. 2020.

ZIBECHI, Raul; Decio Machado. **Os limites do progressismo: Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

ZIEGERT, Bob. **Piauí vai começar a produzir minério de ferro.** [Entrevista concedida a] Arimatea Carvalho. Teresina: Entrevista concedida ao programa Banca de Sapateiro, TV Meio Norte, set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ap8XuVUhdWY&list=PLBa5-d9zUP68rH49-bBbSUyJPAsJnw54w&index=4>. Acesso Setembro de 2021.

WANDERLEY, L. J. M. (2017) **Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil.** Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(1), 1-7.0

WANDERLEY, L.J; GONÇALVES, R.J de Assis. **Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro.** In: Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

Dirceu Arcoverde, São Lourenço, Bonfim do Piauí e Fartura do Piauí, estado do Piauí. Teresina: 2019.

180 GRAUS. **Luís Coelho ao assumir a mineração é como botar 'rato para cuidar do queijo.** 10 de fev. de 2015. Disponível em: <<https://180graus.com/politica/luis-coelho-ao-assumir-a-mineracao-e-colocar-rato-para-cuidar-de-queijo/>>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

180 GRAUS. **Moradores fecham estrada em protesto contra empresas de energia eólica no Piauí.** 14 ago. 2021. Disponível em: <<https://180graus.com/noticias/moradores-fecham-estrada-em-protesto-contras-empresas-de-energia-eolica-no-piaui/>>. Acesso em junho de 2022.